UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Victor Maritan Gonçalves

REDES MIGRATÓRIAS E DINÂMICA POPULACIONAL DE ITALIANOS EM UM MUNICÍPIO PAULISTA: FRANCA, SÃO PAULO, 1885-1945

FRANCA
2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ VICTOR MARITAN GONÇALVES

REDES MIGRATÓRIAS E DINÂMICA POPULACIONAL DE ITALIANOS EM UM MUNICÍPIO PAULISTA: FRANCA, SÃO PAULO, 1885-1945

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Area de concentração: História e Cultura Social

Orientadora: Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa

FRANCA
2023

G635r

Gonçalves, José Victor Maritan
Redes migratórias e dinâmica populacional de italianos em um município paulista : Franca, São Paulo, 1885-1945 / José Victor Maritan Gonçalves. -- Franca, 2023
358 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Dora Isabel Paiva da Costa

1. Imigração italiana. 2. Redes migratórias. 3. Demografia Histórica. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JOSÉ VICTOR MARITAN GONÇALVES

REDES MIGRATÓRIAS E DINÂMICA POPULACIONAL DE ITALIANOS EM UM MUNICÍPIO PAULISTA: FRANCA, SÃO PAULO, 1885-1945

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Area de concentração: História e Cultura Social

Orientadora: Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa (presidente)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Osvaldo Mario Serra Truzzi

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Maísa Faleiros da Cunha

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Franca, 19 de maio de 2023

À memória de meus ancestrais imigrantes italianos: meu bisavô Vitto Stante, que deixou sua pátria aos dez anos de idade; meus trisavós Giovanni Bergamo e Virginia Frasson, Antonio Roncari e Maria Antonia Tardivo, Ugo Giovanni Maritan e Amalia Emma Zanardi, Antonio Tardivo e Matilde Campagna, Antonio Stante (que teve como destino os Estados Unidos) e Giuseppina Gentilezza; e meus tetravôs Sante Bergamo e Luigia Serena (que reemigraram para Argentina), Marco Frasson e Regina Rufato, Giovanni Roncari e Maria Teresa Romio.

À minha avó Nequinha, cuja busca por seus ancestrais me levaram ao insight dessa pesquisa.

À minha família.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio, em diversos momentos, de pessoas e instituições às quais deixo minha gratidão registrada nessas linhas.

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e por abençoar minha caminhada até aqui.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP e ao seu Programa de Pós-Graduação em História, que proporcionaram minha formação acadêmica. Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, que viabilizou a dedicação exclusiva à pesquisa de doutoramento e seu produto principal aqui apresentado.

À Profa. Dra. Dora Isabel Paiva da Costa pela confiança depositada em meu trabalho e pela esmerada orientação.

À Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães, que me apresentou a pesquisa acadêmica durante a graduação.

Às professoras Dra. Ana Silvia Volpi Scott e Dra. Maísa Faleiros da Cunha, que sempre me incentivaram e proporcionaram um maior contato com a Demografia Histórica, principalmente por meio do convite para participar das atividades do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – NEPO (UNICAMP).

Ao Prof. Dr. Dario Scott pelo gentil auxílio na "lapidação" do banco de dados *Italianos em Franca.*

Ao Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi pelo incentivo e pelas contribuições no Exame Geral de Qualificação.

Ao inestimável trabalho do Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin para o conhecimento das populações em perspectiva histórica.

Às equipes do Arquivo Histórico Municipal de Franca, do Arquivo da Cúria Diocesana de Franca, do Museu Histórico Municipal José Chiachiri e do Arquivo Nacional, pela atenção às minhas pesquisas e o cuidado com a preservação histórica.

À querida incentivadora Profa. Dra. Neiva Ferreira Pinto pela prestimosa leitura deste trabalho.

Às inúmeras pessoas que no decorrer da pesquisa contribuíram com suas memórias e fotografias de família, em especial à dona Zelinda Limonta Torres, que me proporcionou uma viagem ao passado de seus familiares italianos.

Por fim, minha eterna gratidão aos meus familiares e amigos pelo apoio incondicional e indispensável durante esses anos de doutoramento.

Os homens fazem a sua história, mas não sabem que a fazem.

Karl Marx.

GONÇALVES, José Victor Maritan. **Redes migratórias e dinâmica populacional de italianos em um município paulista: Franca, São Paulo, 1885-1945**. 2023. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2023.

Resumo

A proposta deste trabalho é conhecer histórica e demograficamente a comunidade imigrante italiana existente na microrregião de Franca, interior do estado de São Paulo, entre os anos de 1885 e 1945, a fim de documentar e descrever as redes migratórias que compunham esse cenário. Baseado nos conhecimentos sobre as tipologias desenvolvidas por Charles Tilly, observou-se as características de tais redes para descrever essa população de italianos, tendo como método a Reconstituição de Famílias proporcionada pela compilação dos registros paroquiais do acervo da Cúria Diocesana de Franca, dos registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e dos prontuários de identificação civil do Registro Nacional de Estrangeiros produzidos pela Delegacia de Polícia de Franca entre 1939 e 1945. O recorte temporal define-se pelas histórias de vida dos indivíduos em três coortes (os imigrantes, seus filhos e seus netos), de modo a realizar um estudo quantitativo e microanalítico sobre a população italiana e seus descendentes buscando reunir indicadores demográficos e suas relações com as redes migratórias que envolviam pessoas das localidades de origem e destino dos imigrantes, abarcando possíveis permanências e rupturas das características étnicas a partir das práticas reprodutivas. Esse estudo traz análises inéditas que visam alargar as referências sobre as cadeias migratórias e as redes sociais que as sustentavam no período de imigração em massa de italianos para o desenvolvimento da economia cafeeira no estado de São Paulo.

Palavras-chaves: Imigração italiana, Redes migratórias, Demografia Histórica

GONÇALVES, José Victor Maritan. **Migratory networks and population dynamics of Italians in a city in São Paulo: Franca, São Paulo, 1885-1945**. 2023. 358 f. Thesis (Ph. D. in History) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University, Franca, 2023.

Abstract

The objective of this work is to know historically and demographically the Italian immigrant community existing in the micro-region of Franca, in the interior of the state of São Paulo, between the years 1885 and 1945, in order to document and describe the migratory networks that made up this scenario. Based on knowledge about the typologies developed by Charles Tilly, the characteristics of such networks were observed to describe this population of Italians, using as a method the Reconstitution of Families provided by the compilation of parish records from the collection of the Diocesan Curia of Franca, the records of enrollment at the São Paulo Immigrant Hostel and the civil identification records of the National Foreigners Registry produced by the Franca Police Station between 1939 and 1945. The time frame is defined by the life stories of individuals in three cohorts (immigrants, their children and their grandchildren), in order to carry out a quantitative and microanalytical study on the Italian population and their descendants, seeking to gather demographic indicators and their relationships with the migratory networks that involved people from the places of origin and destination of the immigrants, covering possible stays and ruptures of ethnic characteristics from reproductive practices. This study brings unprecedented analyzes that aim to expand the references on the migratory chains and the social networks that sustained them in the period of mass immigration of Italians for the development of the coffee economy in the state of São Paulo.

Keywords: Italian immigration; Migratory networks; Historical Demography

GONÇALVES, José Victor Maritan. **Redes migratorias y dinámica poblacional de italianos en una ciudad de São Paulo: Franca, São Paulo, 1885-1945**. 2023. 358 h. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista, Franca, 2023.

Resumen

El objetivo de este trabajo es conocer histórica y demográficamente la comunidad inmigrante italiana existente en la microrregión de Franca, en el interior del estado de São Paulo, entre los años 1885 y 1945, con el fin de documentar y describir las redes migratorias. que componen este escenario. Con base en el conocimiento de las tipologías desarrolladas por Charles Tilly, se observaron las características de tales redes para describir esta población de italianos, utilizando como método la Reconstitución de Familias proporcionada por la recopilación de registros parroquiales de la colección de la Curia Diocesana de Franca, los registros de registro de la Hospedaria de Imigrantes de São Paulo y los registros de identificación civil del Registro Nacional de Extranjeros producidos por la Comisaría de Franca entre 1939 y 1945. El marco temporal está definido por las historias de vida de los individuos en tres cohortes (los inmigrantes, sus hijos y sus nietos), con el fin de realizar un estudio cuantitativo y microanalítico sobre la población italiana y sus descendientes, buscando recopilar indicadores demográficos y sus relaciones con las redes migratorias que involucraron a personas de los lugares de origen y destino de los inmigrantes, englobando posibles permanencias y rupturas de características étnicas basadas en prácticas reproductivas. Este estudio trae análisis inéditos que buscan ampliar las referencias sobre las cadenas migratorias y las redes sociales que las sustentaron en el período de inmigración masiva de italianos para el desarrollo de la economía cafetera en el estado de São Paulo.

Palabras clave: Inmigración italiana; Redes migratórias; Demografía Histórica

Lista de Ilustrações

Imagem 1 – Registro de matrícula da família de Antonio Giardini, 1911 52
Imagem 2 - Modelo de um registro de matrícula no Acervo Digital do Museu da Imigração. 55
Imagem 3 - Lista de bordo do vapor Sempione, 1898 56
Imagem 4 - Primeira página da lista de bordo do vapor Sempione, 1898..... 57
Imagem 5 – Passaporte de Paolo Ferrarese 58
Imagem 6 - Registro de identidade do italiano Antonio Tardivo 61
Imagem 7 – Praça Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1909 82
Imagem 8 - Desmembramento das vilas de Batatais e Casa Branca 86
Imagem 9 - Estações ferroviárias de Restinga e Cristais Paulista, início do século XX..... 91
Imagem 10 – Chave da Taquara, município de Cristais Paulista, 1943 92
Imagem 11 – Igreja Santa Rita do Buritizinho, óleo sobre tela..... 95
Imagem 12 – Padrões de migração, segundo Charles Tilly 101
Imagem 13 – Primeira página da carta de chamada de Antonio Trevisan para seu pai. Franca, 1923* 108
Imagem 14 – Rede familiar oriunda da *comuna* de Arcene, província de Bergamo..... 114
Imagem 15 - Francisco Limonta e Giuseppa Bertola 114
Imagem 16 - Giovanni Crespolini e Francisca Bertola 114
Imagem 17 - Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli 114
Imagem 18 - Localização da *comuna* de Arcene, na província de Bergamo 115
Imagem 19 – Laços matrimoniais entre as famílias imigrantes de Arcene 117
Imagem 20 – Compadrio entre as famílias provenientes da *comuna* de Arcene..... 119
Imagem 21 - Laços matrimoniais realizados pelas famílias da *comuna* de Arcene em Franca, 1895-1945..... 120
Imagem 22 – Colônia de uma fazenda no grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920 121
Imagem 23 - Evolução da frente pioneira pelo interior paulista, 1854, 1886, 1920, 1950 135
Imagem 24 - Entrada de imigrantes na Hospedaria..... 138
Imagem 25 - Estação ferroviária de Franca, 1930..... 154
Imagem 26 – Notícia do Jornal Correio Paulistano, 11 de junho de 1887 156
Imagem 27 - Imigrantes interrogados para matrícula..... 160
Imagem 28 – Anúncios do Jornal Correio Paulistano, 12 de novembro de 1897 178
Imagem 29 - Região do Vêneto: destaque para a província de Rovigo e a *comuna* de Bergantino 189
Imagem 30 – Vínculos de compadrio batismal dos casais de Bergantino em Franca..... 197
Imagem 31 – Rede formada por imigrantes provenientes de Bergantino e Castelnovo Bariano, província de Rovigo, com data de desembarque no Brasil..... 198
Imagem 32 - Doralice Michelazzi e Pietro Montagnini 199
Imagem 33 – Rede formada por imigrantes provenientes de Bergantino, província de Rovigo, com data de desembarque no Brasil 201
Imagem 34 - Família Sarto Morato, Alpinópolis-MG, 08 de julho de 1901..... 224
Imagem 35 – Mercado matrimonial formado na vila de São José da Bela Vista pela rede de imigrantes provenientes das comunas de Cole di Tora e Castel di Tora, província de Rieti . 228
Imagem 36 - Província de Rimini, com destaque para as comunas de Misano Adriático, San Giovanni in Marignano e San Clemente..... 229

Imagem 37 - Família Batarra, Franca, década de 1920 230
Imagem 38 – Mercado matrimonial formado pela rede de imigrantes provenientes da província de Rimini, região da Emília-Romanha 231
Imagem 39 – Família Peroni, 1926 232
Imagem 40 – Mercado matrimonial formado entre imigrantes da região das Marcas e da Toscana 233
Imagem 41 - Região da Toscana e das Marcas, com destaque para as principais localidades de origem dos italianos casados em Franca 233
Imagem 42 – Ficha da família de Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli 245
Imagem 43 - Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli com suas filhas gêmeas 246
Imagem 44 – Reportagem de Zelinda Ganzarolli ao jornal O Estado de S. Paulo, 13 de maio de 1967* 253
Imagem 45 – Quadro de Ugo Ravagnani e Maria Natali com os filhos nomeados 264
Imagem 46 – Compadrio entre os compatrícios de Carlo Limonta provenientes de Arcene . 268
Imagem 47 - Compadrio entre os compatrícios de Vitorio Presotto provenientes da região de Cornuda, província de Treviso 270
Imagem 48 – Família de Vittorio Presotto e Madalena Nosella, 1922 271
Imagem 49 – As irmãs Florinda e Angelina Limonta, década de 1920 277
Imagem 50 – A morte dos irmãos Bissesto. Jornal Commercio da Franca, 15 de junho de 1930* 281
Imagem 51 – Família Tardivo, 1928 284
Imagem 52 – Família de Antônio Tardivo e Matilde Campagna 285
Imagem 53 – O casal Luis Tardivo e Carolina Piacezzi com suas filhas gêmeas Apparecida e Therezinha, 1928 286
Imagem 54 - Trajetória das famílias Aimola e Di Carlo 300
Imagem 55 - Parentesco e data de chegada dos primeiros casais imigrantes de Rocca San Giovanni em Franca 301
Imagem 56 - Família Di Carlo e seus laços matrimoniais 303
Imagem 57 - Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo 306
Imagem 58 - Alianças matrimoniais da rede dos Abruzos em Franca, 1895-1945 311
Imagem 59 - Pietro Aimola e Filomena Moretti 314
Imagem 60 - Giovanni Palermo e Maria Teresa Tortorella 318
Imagem 61 – Casais da rede da *comuna* de Camposampiero, Pádua 319
Imagem 62 - Casais da rede da *comuna* de Castelbelforte, Mântua 322
Imagem 63 - *Nonna* Giuseppa Gentilezza, Franca, década de 1940 347
Imagem 64 - Família da *Nonna* Giuseppa antes da imigração, Rocca San Giovanni, Chieti, Itália, 1921 347
Imagem 65 - Passaporte italiano da *Nonna* Giuseppa Gentilezza 348
Imagem 66 - Bilhete de passagem marítima da *Nonna* Giuseppa Gentilezza 348
Imagem 67 - Embarque de italianos para o Brasil, 1910 349
Imagem 68 - Navio de Imigrantes. Primeira visão de Santos, 1910 349
Imagem 69 - Hospedaria de Imigrantes de São Paulo 350
Imagem 70 - Trabalhadores em fazenda do grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920 350
Imagem 71 - Vista do terreiro de café e casas de colonos de fazenda do grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920 351

Imagem 72 - Trabalhadores de uma fazenda de café do grupo Andrade Junqueira, década de 1920 351
Imagem 73 - Vista da colônia de uma fazenda do grupo Andrade Junqueira, década de 1920 352
Imagem 74 - Café ensacado em fazenda, Franca, década de 1930 352
Imagem 75 - Fazenda Belo Horizonte, do Coronel Bernardo Avelino de Andrade, Franca, 1922 353
Imagem 76 - Fazenda Boa Esperança, do Coronel Francisco de Andrade Junqueira, Franca, 1922 353
Imagem 77 - Grupo de homens no bairro rural de Buritizinho, São José da Bela Vista, década de 1930 354
Imagem 78 - Procissão na Igreja Santa Rita do Buritizinho, década de 1930 354
Imagem 79 - Casamento de Donato Stante e Olímpia Sartori, Franca, 07 de janeiro de 1928 355
Imagem 80 - Guerino Stante e Eunelia Fontanesi, Franca, 26 de dezembro de 1931 355
Imagem 81 – O casal de italianos Rafael Tardivo e Rosa Bernardini, Franca, 1915 355
Imagem 82 - Família de João Brandieri e Rosa Villamagna, Franca, década de 1920 356
Imagem 83 - Famílias de origem italiana, década de 1920 356
Imagem 84 - João e Ida, filhos de Hermenegildo Puglia e Caetana Renzi. Franca, 24/06/1913 357
Imagem 85 - Famílias de Ugo Ravagnani e Maria Natali, década de 1930 357
Imagem 86 - Família de Giuseppe Giron e Angela Muzzato, Pedregulho, década de 1910 358
Imagem 87 - Família de origem italiana, década de 1930 358

Lista de Mapas

Mapa 1 - Microrregião de Franca atualmente 88
Mapa 2 – Distribuição das capelas rurais pelo território da microrregião de Franca 93
Mapa 3 – Limites urbanos: Franca, 1893-1940 97
Mapa 4 - Regiões italianas 125

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Taxas de crescimento demográfico e movimento emigratório na Itália, 1876-1900 124
Gráfico 2 - Emigrantes italianos partidos para o Brasil, por região, 1876-1925 131
Gráfico 3 – População brasileira e estrangeira no Estado de São Paulo, 1890-1950 136
Gráfico 4 - Nacionalidade da população estrangeira no Estado de São Paulo, 1920 e 1940 . 137
Gráfico 5 - Pirâmide etária, Franca, 1920 150
Gráfico 6 – Pirâmide etária, Franca, 1940 152
Gráfico 7 – Saída de imigrantes da Hospedaria de São Paulo que dirigir-se-iam à Franca, 1883-1928 162
Gráfico 8 – Pirâmide etária dos imigrantes italianos provenientes da Hospedaria dos Imigrantes, por sexo, 1883-1928 169
Gráfico 9 – Pirâmides etárias dos imigrantes italianos, por sexo e período, Franca, 1883-1928 171
Gráfico 10 – Sazonalidade mensal das imigrações, 1883-1928 174
Gráfico 11 – Principais introdutores, 1900-1922 182
Gráfico 12 – Reemigração com destino a Franca, por ano, 1891-1923 187
Gráfico 13 – Emigrantes transatlânticos saídos de Rovigo no período de 1876-1901 190
Gráfico 14 – Nubentes nascidos na *comuna* de Bergantino casados em Franca, 1885-1945. 191
Gráfico 15 – Média anual de Nascimentos e Casamentos, por período de 5 anos, 1885-1945 205
Gráfico 16 - Comparativo entre os casamentos da comunidade italiana. Franca e localidades vizinhas, 1885-1945 211
Gráfico 17 – Número de casamentos da comunidade italiana. Localidades vizinhas de Franca, 1885-1945 212
Gráfico 18 – Distribuição dos cônjuges, segundo nacionalidade, 1885-1945 213
Gráfico 19 – Distribuição dos cônjuges, segundo nacionalidade, por coortes, 1886-1945.... 214
Gráfico 20 – Percentuais de endogamia simples, endogamia oculta e exogamia, 1886-1945218
Gráfico 21 – Percentuais de exogamia e endogamia (simples e oculta) masculina e feminina entre italianos, por coortes, 1886-1945 219
Gráfico 22 – Percentuais de endogamia (simples e oculta) entre italianos, por coortes, 1886-1945 220
Gráfico 23 – Comparativo entre os batizados da comunidade italiana. Franca e localidades vizinhas, 1885-1945 243
Gráfico 24 – Quantidade de filhos por ano de casamento, 1886-1945 247
Gráfico 25 – Comparativo entre os intervalos intergenésicos e protogenésicos, 1886-1945. 249
Gráfico 26 – Concepções pré-nupciais, por ano, 1888-1945 251
Gráfico 27 – Concepções antes do casamento, por número de filhos, 1885-1945 251
Gráfico 28 – Intervalo entre o nascimento e a realização do batizado, em dias, Franca, 1885-1945 256
Gráfico 29 – Intervalo entre o nascimento e a realização do Batismo, em números percentuais, 1885-1945 256
Gráfico 30 – Movimentos sazonais de nascimentos e batizados, 1885-1945 289
Gráfico 31 – Movimentos sazonais de nascimentos, em números percentuais, por coortes, 1885-1945 290

Gráfico 32 – Comparativo da distribuição semanal dos batizados, por coortes, 1885-1945 . 291
Gráfico 33 – Movimento sazonal de casamentos, por coortes, 1886-1945 292
Gráfico 34 – Comparativo da distribuição semanal dos casamentos, por coortes, 1886-1945 294
Gráfico 35 – Movimento sazonal de óbitos, 1885-1945 295

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Passageiros italianos que passaram pelo porto de Santos, 1908-1920 144
Tabela 2 – Crescimento populacional de Franca, por nacionalidade e sexo, 1872-1920 149
Tabela 3 – Imigrantes estrangeiros em Franca, por país de origem, segundo sexo, 1920 149
Tabela 4 – População de Franca, 1940 151
Tabela 5 – Proporção entre os registros de óbitos de italianos e o total de óbitos registrados em Franca 153
Tabela 6 – Imigrantes italianos provenientes da Hospedaria de Imigrantes, 1886-1928 161
Tabela 7 – Imigrantes italianos, segundo região de procedência, 1885-1930 163
Tabela 8 – Imigrantes, segundo parentesco com o chefe 165
Tabela 9 – Classificação dos grupos imigrantes 166
Tabela 10 – Idades ao imigrar 168
Tabela 11 – Razão de sexo, por grupos etários, 1883-1928 170
Tabela 12 – Atividades profissionais dos imigrantes, 1883-1928 172
Tabela 13 – Imigrantes, por portos de saída, 1883-1928 176
Tabela 14 – Imigrantes, por portos de chegada, 1883-1928 177
Tabela 15 – Imigração subsidiada e espontânea, 1883-1928 181
Tabela 16 – Imigração subvencionada de italianos, por local de destino, segundo tipos de subvenção, 1886-1928 183
Tabela 17 – Evolução demográfica da Província de Rovigo de 1864 a 1893 190
Tabela 18 – Comunas de nascimento dos nubentes provenientes da província de Rovigo 191
Tabela 19 – Casamentos realizados na *comuna* de Bergantino, 1871-1891 192
Tabela 20 – Recenseamento da população da *comuna* de Bergantino e da província de Rovigo, 1871-1901 192
Tabela 21 – Composição dos imigrantes contratados pelo Coronel Duarte, por idade e sexo, 1887 194
Tabela 22 - Média anual de Nascimentos e Casamentos, por período de 5 anos, 1885-1945 206
Tabela 23 - Casamentos da comunidade italiana, 1885-1945 211
Tabela 24 - Imigrantes italianos com menos de 20 anos, por sexo, segundo período de chegada. Microrregião de Franca, 1886-1928 215
Tabela 25 - Razões de sexo, italianos, 1885-1945 215
Tabela 26 - Casamentos intra e intergrupal, 1885-1945 217
Tabela 27 - Estados de nascimento dos nubentes brasileiros 222
Tabela 28 – Municípios de nascimento dos nubentes paulistas* 223
Tabela 29 - Municípios de nascimento dos nubentes mineiros* 224
Tabela 30 – Principais províncias de nascimento dos nubentes italianos* 225
Tabela 31 – Principais naturalidades dos nubentes italianos 226
Tabela 32 – Idade média ao casar na Itália e em suas principais províncias que forneceram imigrantes para Franca, segundo sexo, 1881 e 1901 236
Tabela 33 - Estado civil dos nubentes, por coortes, 1886-1945 237
Tabela 34 – Evolução da idade média de acesso ao casamento, por coortes, 1886-1945 238
Tabela 35 – Idade ao casar, segundo sexo, estado civil e período, 1886-1945 240
Tabela 36 – Duração média do casamento, por local de realização e períodos 241
Tabela 37 - Batizados da comunidade italiana, 1885-1945 243
Tabela 38 – Média dos intervalos intergenésicos, por quinquênio 248

Tabela 39 – Média dos intervalos protogenésicos, por quinquênio, 1886-1945 248
Tabela 40 – Classificação dos prenomes preferidos, por coortes 260
Tabela 41 – Transmissão dos nomes Camilo, Donato e Nicola pelas famílias italianas por região de origem. Franca, 1885-1945 262
Tabela 42 – Repartição dos óbitos dos casais reconstituídos, por idade. Franca, 1885-1945 273
Tabela 43 – Mortalidade infanto-juvenil, por idade, 1891-1945 274
Tabela 44 – Movimentos sazonais de nascimentos, 1885-1945 288
Tabela 45 – Movimento sazonal de casamentos, por coortes, 1886-1945 293
Tabela 46 – Distribuição semanal dos casamentos, por coortes, 1886-1945 293
Tabela 47 - Emigrantes italianos para o Brasil, conforme a procedência regional, 1878-1902 340
Tabela 48 - Saída de imigrantes da Hospedaria de São Paulo a Franca, 1883-1928 341

Lista de Quadros

Quadro 1 – Livros paroquiais de batismo pesquisados, por localidade e período.....45
Quadro 2 - Livros paroquiais de matrimônio pesquisados, por localidade e período 46
Quadro 3 - Livros paroquiais de óbitos pesquisados, por localidade e período 49
Quadro 4 - Requerimentos SACOP da microrregião de Franca.....58
Quadro 5 – Total de registros pesquisados.....66
Quadro 6 - Estabelecimento e evolução das vilas compreendidas no território da microrregião de Franca.....89
Quadro 7 – Paróquias e principais capelas existentes no território da microrregião de Franca até 1945 92
Quadro 8 – Agrupamento proposto por Charles Tilly.....102
Quadro 9 - Famílias emigradas da *comuna* de Arcene, província de Bergamo, 1891-1915..116
Quadro 12 – Principais fazendeiros contratantes de imigrantes italianos em Franca 157
Quadro 11 – Principais vapores, 1883-1928 180
Quadro 12 – Famílias contratadas pelo Coronel José Garcia Duarte, em 10 de junho de 1887 193
Quadro 13 – Padrinhos dos filhos de Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli 266
Quadro 14 – Classificação das principais *causae mortis* de crianças e menores 275
Quadro 15 – Casamentos e dotes dos filhos do casal Di Carlo 305
Quadro 16 - Bens da herança do casal Di Carlo.....307
Quadro 17 – Projeto de partilha do inventário de Carolina D'Angel.....308
Quadro 18 – Membros da rede da *comuna* de Camposampiero, Pádua.....320
Quadro 19 – Chegada ao Brasil dos membros da rede da *comuna* de Castelbelforte, Mântua 321
Quadro 20 - Livros de batismos pesquisados, por localidade, 1882-1945.....338
Quadro 21 - Livros de casamentos pesquisados, por localidade, 1885-1945.....339
Quadro 22 - Livros de óbitos pesquisados, por localidade, 1886-1951 339

Lista de abreviaturas e siglas

AHMCHAP	Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
ARS	Análise de Redes Sociais
MI	Museu da Imigração do Estado de São Paulo
RNE	Registro Nacional de Estrangeiros
SACOP	Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Sumário

Apresentação 22
Introdução 25
Capítulo 1 – Questões de método 37
Arquivo da Cúria Diocesana de Franca 39
Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo 50
Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro 59
Levantamentos e técnicas: a criação do banco de dados *Italianos em Franca* 63
A análise das redes migratórias 77
Capítulo 2 – Comunidade e população 80
Franca: população e sociedade 81
De freguesia à microrregião 83
De onde falamos e até onde fomos: território e Igreja 87
Capítulo 3 – Redes em processos migratórios 98
Capítulo 4 – Do outro lado do Atlântico 122
A grande emigração 122
Braços para a lavoura 132
Refluxo imigratório 141
Capítulo 5 – Imigrantes italianos em Franca 147
O perfil dos imigrantes italianos em Franca 159
Fluxos, destinos e redes 188
Capítulo 6 – Dinâmica da população: casar, ter filhos e morrer do outro lado do Atlântico 205
Sposàrsi a Franca: tendências da nupcialidade 206
A idade ao casar 235
Duração dos casamentos 240
Tutti buona gente: os italianos se multiplicaram 242
Características do comportamento reprodutivo do grupo 244
Família, religiosidade e identidade étnica na escolha dos nomes de batismo 257
A seleção dos padrinhos e o parentesco espiritual 265
As intermitências da morte 272
Viver e morrer do outro lado do Atlântico: um exercício analítico 282
Os movimentos sazonais de nascimentos, casamentos e óbitos 288
Capítulo 7 – Trajetórias imigrantes 296
Documentar e descrever as redes encontradas 296
De Rocca San Giovanni a Franca: aportes para uma genealogia imigrante 297

Trajetórias reconstituídas 316
Considerações finais 324
Bibliografia 329
Fontes 329
Referências 329
Anexos 338
Quadros e tabelas 338
Transcrições 342
Fotografias 347

Apresentação

Sete décadas separam este historiador do desaparecimento da trisavó italiana. A vida de outros ancestrais já tinha atraído o interesse pelo passado da família, mas nada se comparava à curiosidade por desvendar a trajetória daquela senhora de mãos gordas, saia longa e cabelos grisalhos que estava eternizada no álbum de família que organizara depois da morte da avó materna. Por sinal, a imagem da trisavó não lhe saía da mente desde a infância, quando vira pela primeira vez a foto de *nonna Pina* no jardim da Praça Nossa Senhora da Conceição. As vagas informações que tivera diziam muito pouco sobre a história de vida da *nonna*, que teria chegado ao Brasil com quatro filhos e passado os últimos anos de vida cega, em lugar, até então, desconhecido para este jovem historiador.

O passar do tempo diminuía as chances de encontrar alguém que fortuitamente tivesse guardado memórias que preenchessem as lacunas sobre a passagem da *nonna* pelo mundo. Restavam os arquivos, guardiões do passado, que explorados com tamanha insaciedade tornaram a dar vida para uma história particular que tinha muito a dizer sobre questões de outros tempos. Assim, pesquisar a trajetória de vida da *nonna* justificava-se tanto quanto reconhecer os motivos para se estudar História, posto que a produção do conhecimento histórico só tem sentido se agirmos em função do presente, que estimula o olhar sobre o passado (Philipe Ariès). Esse passado composto por homens e mulheres ligados a tudo, mas que, conforme a célebre fórmula de Marx, “fazem a sua história, mas não sabem que a fazem”.

Nas últimas décadas, uma revolução na historiografia trouxe à tona a espuma das ondas do mar e os flashes dos vagalumes, essa história inconsciente que se desenrola além das profundezas do oceano e da escuridão da noite. No contexto da metáfora de Braudel a respeito da topografia do tempo curto e individual, assistiu-se ao aparecimento de investigações históricas de fenômenos circunscritos, com novos temas e interações entre a história e outras ciências. O mister do historiador foi contaminado por todas as ciências do homem, resultando na soma de todas as histórias possíveis, do presente, do passado e do futuro.

A ruptura com os métodos tradicionais da história do século XIX ofereceu uma série de novos objetos ao historiador, como o sistema de transmissão de terras no Piemonte do Antigo Regime (A herança imaterial, de Giovanni Levi), a prosopografia comparativa entre as elites comerciantes no século XVII (Veneza e Amsterdã, de Peter Burke), o cotidiano e as ideias de um moleiro quinhentista perseguido pela Inquisição (O queijo e os vermes, Carlo Ginzburg) e o feixe de relações que interligava as famílias de um povoado genovês (Il Cervo e la repubblica,

de Edoardo Grendi). O objetivo da historiografia social contemporânea é construir a história das relações entre pessoas e grupos, conquistando o distanciamento cultural da sociedade que vivemos, objetivando os relacionamentos, reconstituindo a evolução e a dinâmica dos comportamentos sociais[1].

Impensável noutros tipos de historiografia, a reconstituição do vivido, como a biografia da *nonna*, foi corolária de métodos artesanais de exploração, do campo das relações interpessoais. A *nonna* seria uma metáfora não fosse os campos investigativos abertos para preencher as lacunas de sua história. Os diversos modos de interpretar as reticências e completar os fatos teceram uma espécie de teia de malha fina bastante complexa, capaz de dar luz a todo um tecido social que atravessava o Oceano Atlântico em várias direções do passado, que outrora tinha sido o tempo presente daquela senhora de olhar profundo que posou para a foto que serviria de *insight* para esse trabalho.

A história da *nonna* dá sentido ao contexto das migrações modernas exploradas. Na infância, saíra da fortaleza medieval onde nasceu na região do Lácio em direção ao leste italiano. Mais tarde, seu esposo seguiu os tradicionais fluxos ultramarinos de homens das zonas costeiras da Itália rumo aos Estados Unidos. Esse tipo de imigração masculina para um mercado de trabalho alimentava esperanças de fixação e chamada da família para se unir no ambiente de destino. Infelizmente, ao contrário do que se esperava, seu esposo faleceu pouco tempo depois. Sem família na América, seu corpo foi encaminhado para um instituto de anatomia na Pensilvânia. Viúva, com quatros filhos pequenos, a *nonna* casa-se novamente com um dos companheiros de trabalho do esposo que retornara à Itália. Anos depois, influenciados pela imigração de conterrâneos para o Brasil o clã se dirige ao município de Franca, restabelecendo laços de amizade rompidos pela febre migratória que vinha atingindo a região dos Abruzos há mais de duas décadas. Sua primogênita, com dezoito anos de idade, abandona o noivo que estava cumprindo o serviço militar na Eritréia, então colônia italiana na África. Aqui, a jovem logo desposa um filho brasileiro de *paesani* e, pouco a pouco, a rede de relações familiares se redesenhava no outro lado do Atlântico e emergiam estruturas, antes invisíveis, que se articulavam como uma teia.

O excepcional dessa análise é sua atualidade, pois o Brasil ainda integra a rota das migrações internacionais e o tema continua repercutindo entre nós. A nossa proposta contempla

---

[1] GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. *In*: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). **Exercícios de micro-história**, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 36.

o fenômeno da migração priorizando a análise desses deslocamentos humanos como busca de projetos individuais que assumem proporções notáveis tanto na terra natal quanto na sociedade receptora. A microanálise proposta envolve espaço e escala como formas de integração, da família à comunidade, das relações interpessoais às relações sociais e econômicas. O estudo quantitativo, pelo levantamento e cruzamento sistemático do universo de fontes disponíveis, corrobora a indicação de padrões de comportamento nem sempre percebidos a seu tempo.

Desse momento em diante, a trajetória pessoal e familiar da *nonna* deixará de ser perseguida individualmente. Dar-se-á lugar à história de milhares de compatrícios que se deslocaram da Itália para comporem a população da microrregião de Franca, entre 1885 e 1945. Homens e mulheres; crianças, adultos e idosos; solteiros, casados e viúvos; citadinos e camponeses, todos destinados a refazerem suas vidas aqui. Se a *nonna* voltar a aparecer nas próximas páginas não foi por descuido, é porque sua trajetória se confunde com a história da imigração internacional.

Introdução

O fio de Ariana que guia o investigador no
labirinto documental é aquilo que distingue um
indivíduo do outro em todas as sociedades
conhecidas: o nome.
Carlo Ginzburg[2]

A reconstituição das redes migratórias dos imigrantes italianos que compunham o cenário demográfico do município paulista de Franca, entre 1885 e 1945, foi desenvolvida a partir do cruzamento nominativo de diversas fontes, constituídas pelos registros paroquiais, matrículas de imigrantes, prontuários de registro de estrangeiros e, alguma documentação de cunho estatístico, civil e militar.

Nossa intenção é explorar o conceito de redes em processos migratórios através de uma comunidade específica, cuja população desenvolveu estratégias efetivas de mobilidade entre a Itália e o Brasil, adaptando-se as pressões socioeconômicas e as tradições culturais e religiosas nos dois lados do Atlântico. Após o levantamento sistemático de um conjunto variado de fontes, busca-se retraçar a face dessa população imigrante italiana, conhecendo sua composição e suas características.

Para isso, a opção por realizar um estudo de micro-história coloca no centro da análise essa comunidade imigrante reconstituída através do emprego de um conjunto disperso e variado de fontes, suscitado pela recolha e cruzamento dos dados obtidos. Quando se trabalha com uma comunidade desconhecida, uma definição mais precisa dos objetivos principais que motivaram esta investigação só é alcançada depois de coletadas as fontes e aplicada uma metodologia para testar as hipóteses do trabalho, principalmente após uma análise intensa e profunda da documentação disponível que permitiu levar a cabo essa investigação.

No nosso caso, um ponto fundamental é pensar a comunidade imigrante sob a perspectiva da família, pois o estudo sobre as populações humanas só se configurou como um campo do conhecimento histórico a partir do desenvolvimento da técnica de reconstituição de famílias por Louis Henry na segunda metade do século XX. Hoje, uma gama muito mais variada de investigações pode ser efetuada pelo cruzamento de documentos diversos, ancorada nos métodos da Demografia Histórica e da História Social e apoiada em discussões com a Antropologia.

---

[2] GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Brentand Brasil, 1991, p. 174.

A Demografia Histórica surgiu para entender o comportamento da fecundidade na França no período anterior à Segunda Grande Guerra[3], contudo seus desdobramentos permitiram corrigir rumos e vislumbrar horizontes inexplorados ou pouco visitados[4]. Os documentos utilizados para o estudo da demografia do passado constroem genealogias no decorrer dos séculos que modelam uma dinâmica que é objeto da história da população[5]. A demografia trata dos aspectos estatísticos num determinado momento e sua evolução no tempo observando um conjunto de variáveis, tais como: o tamanho e a composição da população, sua distribuição segundo o sexo, a idade, o estado conjugal e a região geográfica, a natalidade, a fecundidade, a mortalidade e a migração[6]. Assim, a preocupação com as transformações demográficas no tempo naturalmente aproxima a disciplina com a história, visando explicar os fenômenos demográficos a partir dos estudos históricos.

Abordar questões sobre a aproximação entre História e Demografia e as fontes preferenciais desse campo do conhecimento é tocar no cerne das transformações historiográficas e das revoluções metodológicas assistidas no século XX. Se a escritura de textos sobre as atividades humanas remonta à Antiguidade, foi no decorrer do século XIX que o saber histórico institucionalizou-se. A História como disciplina nasceu comprometida com um projeto político associado ao fortalecimento dos Estados Nacionais e a construção de um sentimento de identificação para com a pátria a ser compartilhado. A concepção da ciência histórica passou a apresentar regras que orientavam a prática historiográfica, através, principalmente, da precisão vocabular, da predileção pelo político e pelo fato, pelo apelo aos documentos e à crença na possibilidade de um conhecimento objetivo[7].

No último século, "o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa"[8]. Após os anos 1950 assistiu-se a uma mudança radical na forma de produzir conhecimento, com mudanças rápidas e profundas no que tange aos temas, às fontes, às análises

---

[3] MOURA FILHO, Heitor P. de. Método em demografias históricas. *In:* **Revista Mosaico**. Vassouras, v. 06, n. 2, p. 29–39, 2015, p. 30.
[4] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 165.
[5] NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004, p. 25.
[6] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 166.
[7] LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *In:* **Métis: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 11, n. 21, p. 13–21, jan./jun. 2012.
[8] BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 7.

e às perspectivas. Os anônimos e as maiorias foram incluídos à História, tudo se tornou passível de ser investigado a partir de aportes teóricos variados. Abandonou-se o político, o cronológico, os fatos e datas, a glorificação dos grandes homens e feitos, a noção estreita de documento e do tempo curto do evento. A História Nacional, dominante no novecentos, passou a competir com campos novos na historiografia. O estandarte empunhado pela renovação historiográfica carregava a bandeira dos fenômenos coletivos, das multidões e do povo, da complexidade temporal, com seus diferentes ritmos e durações, do imaginário e das mentalidades, da manipulação de grandes séries documentais e da apropriação dos múltiplos vestígios do passado em busca de uma história econômica e social, de maneira totalizante[9]. Não demorou muito para a História Social desprender-se da História Econômica e fragmentar-se em Demografia Histórica, História da Família, História do Trabalho e muitas outras especializações.

Tais renovações historiográficas contribuíram para pensar os movimentos humanos a partir de novas fontes e abordagens. Até os anos 1970, o marco teórico dominante explicava os movimentos migratórios perante as variáveis macroeconômicas e os modelos baseados na ideia de atração e repulsão. Os novos estudos deslocaram o foco para as dinâmicas locais e suas variações regionais, colocando o indivíduo no centro da análise. Essa mudança de perspectiva tornou o e/imigrante protagonista de sua decisão de e/imigrar, de maneira oposta à imagem do e/imigrante como sujeito passivo e subordinado ao modelo estrutural de atração e expulsão, o *push-pull*. A valorização do indivíduo como agente trouxe à tona também o contexto comunitário, a economia doméstica e a noção de estratégia familiar.

A produção histórica de localidade é capaz de desconstruir a universalidade das abordagens macroanáliticas levadas a cabo para descrever fenômenos históricos e, ao mesmo tempo, explorar a singularidade de cada lugar e as conexões entre esses espaços, especialmente aquelas realizadas pelas trocas comerciais e pela circulação de indivíduos[10]. Dar ênfase à construção cultural e social, inerente à noção de lugar, estimula pesquisar o local por intermédio das suas relações com os sistemas culturais e econômicos globais, por isso, centrar a atenção nas redes sociais dos protagonistas históricos conjuga as múltiplas conexões entre lugares e suas especificidades[11]. As produções de dimensão identitária fazem parte de um processo que

---

[9] LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *In*: **Métis: história & cultura**. Caxias do Sul, v. 11, n. 21, p. 17, jan./jun. 2012.
[10] DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 101.
[11] *Ibid*., p. 104.

gera cidadania, ao produzir sujeitos que aprendem a pertencer a "uma comunidade assentada de parentes, vizinhos, amigos e inimigos"[12].

Até os anos setenta do século passado, os historiadores não pensavam o espaço como um problema, ele era visto mais como uma moldura, dentro das quais as coisas aconteciam, do que como uma produção histórica. Tanto a historiografia dos *Annales*, que desenvolveu alguma relação com a dimensão geográfica, quanto a historiografia mais concentrada nos estudos de comunidades urbanas e rurais, tiveram desinteresse pela noção de lugar. No primeiro caso, podemos perceber a influência exercida por uma específica classificação espaço-temporal. Em Mediterrâneo, a proposta de Fernand Braudel teve o mérito de desenvolver o problema do espaço por meio da hierarquização das dimensões da análise histórica. O espaço era colocado em relação à longa duração, aos ritmos lentos de modificação ou imobilidade. Para muitos críticos, o espaço, alçado ao nível da estrutura, não sofria alterações pelas dinâmicas locais de curta duração, ou seja, na história braudeliana não havia lugar para uma história factual do espaço. Por outro lado, os estudos de comunidades que observavam os modelos de residência e de interação social de pequena escala eram indiferentes ao espaço. A representação do espaço como "moldura" era um comportamento tão amplo que resultava numa abordagem reducionista da dimensão local perante os estudos sobre a mobilidade social, a estrutura familiar e o parentesco[13].

Os estudos locais ganharam destaque com o olhar etnográfico sobre a Europa rural, que abandonou um dos mais poderosos mitos historiográficos do século XX, que pensava a comunidade camponesa como organismo de base da sociedade rural. Numerosos estudos em escala topográfica das aldeias italianas mostraram uma condição imperceptível na esfera geral, a morfologia de fragmentação interna e uma estreita correlação interna entre os assentamentos e o sistema político centrado nas parentelas, que influenciava diretamente os modelos de casamento e aliança. Dentro desses grupos parentais manifestava-se uma capacidade variável de assegurar para si o acesso aos recursos materiais e simbólicos[14].

Uma perspectiva inteligente e equilibrada para conhecer a dimensão que a migração assumiu para a Europa e para a América é colocar em evidência os espaços nas margens dos dois continentes, observando o contexto da oferta potencial de emigrantes europeus e da forte

---

[12] TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 75.
[13] *Ibid*., p. 76.
[14] *Ibid*., p. 83.

demanda por população na América. De um lado, um continente rico em recursos humanos, mas pobre em terras; de outro, uma grande disponibilidade de terras e escassos recursos humanos.

Debruçar-se sobre a história das migrações humanas exige abordagens plurais e uma visão detalhada de todo o processo, buscando conhecer os fluxos e acompanhar trajetórias nas duas pontas do percurso. Por isso, o papel da família deve ser colocado em perspectiva ao investigar a decisão de imigrar, uma vez que as redes migratórias são indelevelmente marcadas pelo envolvimento de familiares e conterrâneos. Nesse sentido, o estudo de uma comunidade imigrante demonstra que os relacionamentos sociais não são baseados apenas na proximidade física no interior de uma área geográfica circunscrita.

Pensar o contexto exige lidar com análises em diferentes escalas de observação estabelecidas pelos limites do objeto interrogado. Por isso, a opção por uma metodologia microanalítica não dispensa um olhar panorâmico sobre o processo imigratório que atingiu os dois lados do Atlântico a partir da segunda metade do século XIX, apresentando variações no volume, na intensidade e nos grupos étnicos envolvidos. As questões do presente brasileiro projetam o olhar para esse passado histórico de migrações, uma vez que a história do Brasil é marcada pelos deslocamentos humanos, quer sejam eles espontâneos ou compulsórios.

A princípio, o território brasileiro foi alvo da ação dos portugueses colonizadores e recebeu entre 4,4 e 6 milhões de africanos para serem escravizados. No século XIX, a estrutura da população brasileira foi alterada com o incremento de outros grupos estrangeiros europeus e a diminuição do tráfico atlântico de africanos. Os projetos colonizadores intensificaram a atração de imigrantes europeus para algumas regiões no período imperial. No Sul, assistiu-se a uma forte presença de alemães, enquanto o Rio de Janeiro atraiu suíços e as fazendas de café da província de São Paulo já ensaiavam uma atração por famílias colonas italianas.

A imigração em massa de italianos para São Paulo, após a década de 1870, foi um fenômeno atrelado ao contexto internacional e às políticas brasileiras que resultou na entrada de mais de quatro milhões de imigrantes no Brasil, de 1882 a 1934. O maior polo de atração foi o estado de São Paulo que recebeu mais de 60% desses europeus. Programas de subsídios apoiavam a imigração familiar até o fim dos anos 1920, embora a Primeira Guerra Mundial já viesse arrefecendo esse movimento. Na década de 1930, o Governo Vargas aplicou restrições para a entrada de estrangeiros que só foram afrouxadas após o fim da Segunda Guerra

Mundial[15]. Parece bastante claro que essas transformações estivessem ligadas a fenômenos macro, mas, ao limitar o campo de observação, surgem dados mais bem definidos, que se organizam segundo configurações inéditas e revelam uma nova cartografia histórico-social do contexto[16].

O nosso problema está colocado no âmbito da micro-história, numa profusão de detalhes, fluxos, redes e trajetórias individuais e de famílias. Tudo isso graças à "engenhosidade do historiador"[17], que investiu numa ampliação conceitual na História que não conheceria recuos perante os múltiplos vestígios do passado. A busca por se diferenciar do modelo historiográfico dominante despertou a atenção de uma geração de historiadores para detalhes que, embora extremamente individualizados, são arraigados nos conjuntos nos quais se inscrevem.

A redução da escala de observação inaugurou a exploração de uma realidade não acessível aos modelos estrutural-funcionalistas. Essa convicção dos protagonistas do projeto "microanalítico" transcorreu nas páginas da Revista *Quaderni Storici* acerca dos debates sobre a história social italiana[18]. Embora trilhando caminhos heurísticos estranhos, a adesão a esse rótulo pelos pesquisadores deu-se pela referência à escala de observação circunscrita que o prefixo "micro" sugeria[19].

O alcance da micro-história não aprisiona a explicação histórica em um nível micro da realidade social, mas busca atingir conclusões de alcance geral a partir de um pressuposto analítico que parte do particular para atingir e entender a história geral. Dessa forma, a microanálise acompanha de perto a vida dos agentes históricos e observa as intricadas teias da vida social em toda sua complexidade. Edoardo Grendi salienta que, numa metodologia

---

[15] BASSANEZI, M. S. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
[16] REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 32.
[17] FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1989, p. 249.
[18] A princípio, as proposições micro-históricas eram duas, uma social, encabeçada por Edoardo Grendi e Giovanni Levi e outra cultural, contemplada pelos trabalhos de Carlo Ginzburg e Carlo Poni. Entre 1977 e 1985, Ginzburg e outros historiadores da cultura debruçaram-se sobre a história das mentalidades, da cultura material e da religião, enquanto Grendi e Levi voltaram seus esforços para compreender a economia, a demografia e a história social, com estudos sobre a família e a comunidade.
[19] GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

microanalítica para a história social e econômica, cada dado ou relação encontrada possibilita reconstituir histórias de família ou individuais suficientemente ricas[20].

Nesse sentido, os estudos sobre família e comunidade integraram a Demografia Histórica e a História Social, direcionando recursos da Antropologia, que serviria para uma leitura qualitativa dos comportamentos sociais, a fim de vislumbrar as escolhas individuais, familiares e grupais no tempo. De fato, embora a micro-história não realizasse uma análise em termos quantitativos, a proposta de Grendi foi uma leitura antropológica da fonte mais cara à Demografia Histórica: os registros paroquiais, realizando qualitativamente a análise do universo em que as famílias se relacionavam umas com as outras através dos casamentos e batismos, elaborando genealogias e identificando os indivíduos na sociedade[21]. Conforme salienta Levi, através do comportamento matrimonial podemos "tirar para dançar (...) a sociedade inteira"[22].

As fontes paroquiais constituem-se fontes seriais e reiterativas, ou seja, que dão conta de toda a população estudada e ainda permitem acompanhar as gerações ao longo do tempo. Munido desses dados, o historiador pode trabalhar com documentos de diferentes naturezas e cruzar sistematicamente essas fontes, possibilitando análises quantitativas e seriais de longa duração. Por meio das fontes disponíveis a "operação historiográfica"[23], como denominada por Michel de Certeau, reconstitui as relações sociais através do diálogo com a demografia e a economia.

Visando apreender as estratégias familiares, as alianças, as parentelas e as relações de vizinhança, a identificação pelo nome é a forma mais eficiente de observar "a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido"[24]. Nesse sentido, os trabalhos de Carlo Ginzburg através do método indiciário e onomástico[25] dão luz aos indícios e sinais pouco frequentes na documentação, mas que merecem destaque como vestígios de problemas de pesquisas mais amplos. Através do nome, os detalhes e os indícios encontrados nas fontes são

---

[20] GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. *In:* ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
[21] PRECIOSO, Daniel. Edoardo Grendi E Giovanni Levi: Da Antropologia À Microanálise Histórica (1977-1985). *In:* **Revista de Teoria da História**, v. 21, n. 1, 2019.
[22] *Ibid*., p. 161.
[23] CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 45.
[24] GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Brentand Brasil, 1991, p. 175.
[25] O método onomástico é inspirado na demografia histórica, ligado à documentação paroquial e serial.

tomados como aspectos reveladores e chave de leitura para compreender certas práticas sociais e culturais do passado.

A micro-história não separa os indivíduos, mas encontra uma forma de legitimar a relação entre eles, o "micro", e o seu contexto. Pelo contrário, o estudo microanalítico se resguarda das fatias de realidade que revelam e a compreensão dos contextos que introduz[26], permitindo "uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia (...) [e] propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula"[27].

Dar valor ao nome foi o fim para a ilusão de construir uma história universal, quando certos casos individuais surgiram como indicadores de fenômenos históricos mais gerais. Por meio do nome e das fontes seriais, o historiador conseguiu sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a encontrar os mesmos indivíduos, famílias ou grupos em diferentes contextos. O nome como fio condutor traça, pouco a pouco, uma biografia e sua rede de relações. Cabe ao historiador selecionar a massa de *case studies* resultantes da investigação de tipo serial e realizar uma prosopografia conforme seus objetivos. Grendi advogava que o levantamento e cruzamento sistemático de dados que testemunhavam indiretamente as relações sociais em um espaço delimitável permitiria uma análise tão concreta quanto a realizada pelos estudos antropológicos sobre uma comunidade ou povoado.

Do ponto de vista da história social, a microanálise buscou compreender o processo real da estruturação social e suas formas de integração através de pesquisas de campo e de uma cartografia da documentação bastante circunscrita: da família à comunidade e desta às formas agregativas mais amplas. Investigar as formas de integração significava reconstituir o tecido social a partir do universo de fontes disponíveis. A proposta italiana espalhou-se no campo dos procedimentos de pesquisa e atravessou o interesse pela história social inglesa em profusão desde os anos sessenta. Grendi articulou suas posições e reflexões com trabalhos de Thompson, reconhecendo uma intensa proximidade intelectual análoga à proposta de *history from bellow*, ou seja, da história da "gente comum".

---

[26] REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 45.

[27] GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Brentand Brasil, 1991, p. 178.

A micro-história como prática busca não perder de vista o espaço social de cada indivíduo e, a partir daí, do povo e de seu sistema social[28]. Assim, o estudo amplo e histórico das formas de organização comunitária revela relações solidárias, associações territoriais entre agregados de vizinhos não necessariamente aparentados a fim de repartir, dispor e prover recursos de interesse comum[29]. Inspirados na metodologia micro-histórica italiana e na tendência por deslocar o enfoque sobre os fatores estruturais econômicos, os estudos ligados aos movimentos migratórios passaram a enfocar o papel das experiências particulares de deslocamento, investigando o papel ativo dos indivíduos e famílias, ao criar conexões entre os locais de origem e de destino[30].

Esse tipo de reconstituição histórica parte de uma contextualização analítica sobre um objeto indicado pelas séries de fontes ou pela rede de relações interpessoais investigada, daí a escolha de uma sociedade em escala reduzida. Por isso, "a microanálise social liga-se mais ao caráter da base de dados examinada do que à dimensão da área social enquanto tal"[31]. Para a época contemporânea os dados para realizar reconstruções prosopográficas são mais abundantes, tanto de forma quantificada quanto passíveis de ser quantificável. A operação historiográfica e a engenhosidade do historiador conjugam-se nos arquivos, onde os vestígios do passado tornam-se representações do real em cada objeto encontrado[32].

No entanto, devemos realizar uma crítica às fontes com o intuito de garantir certo equilíbrio nas análises históricas das experiências individuais e coletivas. Giovanni Levi nos alerta para o trabalho com documentos "socialmente determinados", que apresentam fragmentos distorcidos do passado, dados parciais e mentirosos, uma vez que "os ricos produzem mais documentos que os pobres, os homens mais que as mulheres, os brancos mais que os indígenas"[33]. Nesse sentido, o papel do historiador é localizar todos os participantes da

---

[28] LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. (Org.). **A escrista da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 137.
[29] GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. *In*: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 28.
[30] VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *In:* **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 267–288, 2018.
[31] GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. *In*: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 35.
[32] FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.
[33] LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015, p. 249.

história pensando em novos métodos para investigar as estratégias de sobrevivência, reprodução e mobilidades sociais e geográfica[34].

Será, portanto, o resultado desse trabalho a tecitura de uma malha de relações bastante complexa, que visa compreender os mecanismos e estratégias empregadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes na comunidade de Franca para garantir a sua reprodução, enquanto família e grupo. O resultado dessa engenhosa pesquisa será capaz de dar luz a todo um tecido social que ligava a Europa e a América, atravessando o Oceano Atlântico entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Ao longo da tese, composta por sete capítulos, preocupou-se em estruturar o debate sobre as redes migratórias e a dinâmica populacional dos italianos em Franca, partindo da exposição das questões metodológicas e do recorte espaçotemporal para compreender a reflexão teórica acerca do conceito de redes em processos migratórios. A seguir, o fenômeno imigratório italiano é situado nas duas pontas do percurso para que se possa, adiante, analisar o quadro histórico e demográfico da comunidade italiana na microrregião de Franca, por meio da reconstituição microanalítica dessas redes.

No primeiro capítulo, *Questões de método*, explicar-se-á a metodologia empregada no trabalho de coleta da longa série de registros paroquiais e dos dados sobre entrada e permanência de italianos no estado de São Paulo. O intuito é apresentar o corpus documental e a construção do banco de dados *Italianos em Franca* que dá suporte à pesquisa e a forma de análise das redes migratórias encontradas.

Em *Comunidade e população*¸ o segundo capítulo, o foco é explorar o estudo de localidade, explicando o recorte espacial proposto a fim de documentar a presença de italianos na microrregião de Franca, no noroeste do estado de São Paulo. Examina-se a gênese e a evolução do povoamento do interior paulista, com a entrada da região estudada no circuito da economia cafeeira e a transformação territorial influenciada por processos globais, como a chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus, que levaram a configuração do desenho dos municípios atuais que pertenciam ao antigo território administrativo e eclesiástico de Franca.

No capítulo seguinte, *Redes em processos migratórios*¸ busca-se problematizar o conceito de redes, que sucedeu a aplicação da noção de cadeias migratórias, de certo modo

---

[34] VENDRAME. Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *In:* **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 267-288, 2018, p. 28.

ampliando-a. Com base em exemplos de experiências migratórias colhidas na pesquisa, argumenta-se que informações e recursos providos por meio de redes influenciavam o processo migratório, tanto na saída da comunidade de origem quanto na escolha do destino.

No capítulo seguinte, *Do outro lado do Atlântico*¸ coloca-se em foco a imigração italiana nas duas pontas do percurso. Na Itália, país expulsor, observa-se os fenômenos que deram início ao êxodo; e do lado brasileiro, as condições históricas e demográficas que levaram à recepção de levas tão expressivas de imigrantes nas últimas décadas do século XIX, tais como o advento de uma economia exportadora de café, a necessidade de mão de obra e as políticas migratórias. Ao analisar as condições de assentamento progressivo de famílias imigrantes pelo interior paulista, merece destaque a configuração de um refluxo imigratório que levou milhares de trabalhadores para outros destinos.

No quinto capítulo, *Imigrantes italianos em Franca*, identificamos a incorporação de imigrantes à comunidade francana, elaborando o perfil dessa população por meio dos dados extraídos do banco de dados dessa pesquisa e o cruzamento nominativo com as listas de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, de modo a documentar e descrever os fluxos, os destinos e as redes.

Na mesma perspectiva de focalizar a distribuição desses imigrantes pela microrregião de Franca, no sexto capítulo, *Dinâmica da população: casar, ter filhos e morrer do outro lado do Atlântico*¸ elaboramos quadros demográficos sobre a nupcialidade e a fecundidade da população ítalo-brasileira de 1885 a 1945, um recorte temporal pouco conhecido pelos demógrafos historiadores. Propõe-se identificar as características do comportamento reprodutivo desse grupo observando a interferência da família, da religiosidade e da identidade étnica nas práticas nominativas e na seleção dos padrinhos de batismo. Por fim, embora os registros paroquiais não permitam elaborar quadros quantitativas sobre a mortalidade dessa população, busca-se produzir algumas reflexões sobre o tema por meio da análise microanalítica dos casos encontrados.

No último capítulo, *Trajetórias imigrantes*¸ canalizamos esforços para descrever redes e trajetórias reconstituídas no decorrer do trabalho, de forma a documentar e explorar os casos particulares que deram vigor ao desenvolvimento dessa tese. Embora algumas redes tenham sido delineadas no decorrer do trabalho, será no oitavo capítulo que a principal rede migratória reconstituída será minuciosamente descrita: o caso dos italianos da região dos Abruzos que serviram de *insight* para toda a investigação histórica desenvolvida nessa pesquisa.

Nas páginas dessa tese lê-se o fruto da reconstituição da comunidade ítalo-brasileira na microrregião de Franca, visando a descrição das redes migratórias que atuavam nos dois lados do Atlântico.

Capítulo 1 – Questões de método

As descobertas científicas sobre populações do passado caracterizam-se pela preocupação em corrigir interpretações distintas e conhecer universos inexplorados ou pouco visitados. Assim, os trabalhos em Demografia Histórica têm a tarefa de refletir sobre seu objeto, realizando sempre um balanço sobre suas realizações. As fontes condicionam as pesquisas e sistematizam os conhecimentos da disciplina. Os avanços dos trabalhos pioneiros de reconstituição de famílias expandiram-se para áreas que tinham a população como objeto de estudo histórico, incorporando fontes e temas pouco pesquisados, como a família e sua ligação com a economia e a sociedade.

Os historiadores têm investido nesses métodos desde os anos 60 do século passado, com trabalhos incansáveis e de longo prazo. Desde então, é frequente a tendência em distinguir o enfoque dado a "demografia histórica" e a "história da população" [35]. O primeiro trata dos estudos demográficos numa perspectiva histórica, no sentido de recuperar os dados e estimativas de indicadores demográficos do passado; enquanto o estudo da população no passado se preocupa em interpretar e explicar tendências observadas em um contexto particular. Assim sendo, a história da população se debruça nos dados existentes e a demografia histórica desenvolve-se a partir das fontes e da metodologia que utiliza para investigar o passado[36].

A demografia histórica insere-se em outras áreas do conhecimento, estabelecendo diálogos com a história social e intercambiando modelos teóricos a fim de compreender melhor e construir uma história da população mais aprimorada e contextualizada. Nesse sentido, a disciplina preenche lacunas na historiografia tradicional por meio da análise crítica das estatísticas demográficas, econômicas e sociais da época. Conscientes da necessidade de organizar seu corpus documental a fim de realizar estudos científicos de populações passadas, os demógrafos-historiadores buscaram criar centros especializados, bancos de dados, listas e examinar fontes primárias de diversos tipos. Décadas depois, ainda se investe no caminho de pesquisa, principalmente com a classificação e exploração de fontes seriadas quantitativas e quantificáveis que podem ter finalidades demográficas.

---

[35] NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004, p. 73.

[36] Essa delimitação de áreas define-se pela elaboração dos trabalhos. A história da população limita-se aos dados demográficos existentes para explicar as dinâmicas sociais do passado. Até o surgimento da demografia histórica, esses estudos eram pautados apenas pela recolha dos dados brutos extraídos nas fontes, sem rigorosas técnicas de análise e com um intercâmbio frequente das ciências sociais. Com o desenvolvimento das pesquisas em demografia histórica, esses trabalhos passaram a utilizar indicadores mais sofisticados.

O trajeto traçado pela demografia histórica no Brasil ganhou visibilidade graças aos trabalhos pioneiros de reconstituição de famílias, mas ainda há muito para ser estudado por todo o território brasileiro. Embora Maria Luiza Marcílio afirme que "sem dados não há demografia"[37], a demografia histórica, por se tratar de uma disciplina histórica, deve ter sempre uma preocupação com seu público por excelência, o historiador. Por isso, Botelho[38] adverte para as perdas e ganhos ao usar arsenais estatísticos extremamente sofisticados que, por um lado, permitem uma compreensão das dinâmicas demográficas do passado, mas por outro, pode afastar seu público leitor.

O historiador que busca estudar a população imigrante no Brasil vê-se ainda em dificuldades para encontrar e explorar dados referentes ao tamanho, à sua composição, às suas origens, à sua distribuição territorial, à sua evolução e tantos outros problemas ligados a seu crescimento demográfico e à reconstituição dessas famílias antigas. Os dados são abundantes e incorporam uma população difícil de estimar em um único estudo. Para o período censitário ou estatístico, a principal fonte são os censos que permitem a obtenção de medidas demográficas mais precisas e abrangentes. No Brasil, o período proto-estatístico, caracterizado pela realização de algumas estimativas globais da população brasileira, foi de meados do século XVIII até a realização do Recenseamento Geral do Império do Brasil[39], em 1872; seguido pelos censos de 1890, 1900 e 1920, de qualidade variável. Após 1940, os censos passaram por um aprimoramento metodológico que incluiu novos quesitos que permitem a obtenção de medidas demográficas mais precisas.

Esses estudos podem contar com outras fontes de dados, embora com falhas de cobertura que dificultam seu uso em séries temporais muito longas. Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, as listas nominativas e os mapas de população são geralmente utilizados pela demografia histórica em função da carência de outros dados. Tanto as estatísticas de estoque (censos e listas nominativas), quanto as estatísticas de fluxo (registros paroquiais) trazem informações que podem ser cruzadas a fim de fornecer dados demográficos mais precisos sobre as populações antigas.

---

[37] MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: Novos Umbrais, 1977, p. 18.

[38] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 167.

[39] Esse recenseamento marca o estabelecimento de um quadro administrativo burocrático durante o regime monárquico brasileiro e é o único ainda sob a vigência da escravidão.

Os métodos utilizados para o estudo da demografia do passado na Europa, em particular na França, são adaptados a fim de se aproveitar nas realidades sócio-históricas brasileiras. Os instrumentos de base são os registros paroquiais, que "formam o corpo de dados mais importante existente para fundamentar os estudos da dinâmica e do estado das populações modernas de tradição cristã"[40]. Esses livros são imprescindíveis para conhecer uma época em que o Registro Civil não existia, ou era pouco difundido. No caso particular do município de Franca, os registros paroquiais existem e os mais antigos datam da criação da freguesia no ano de 1805. Outra categoria de fonte utilizada por nós foi os registros de matrícula da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, que documentam a passagem dos indivíduos que entraram no estado e se dirigiram para o interior desde a década de 1880.

Ao estudar a família, ou melhor, o contexto familiar para entender os relacionamentos entre os indivíduos na comunidade, optamos por cruzar diversas fontes nominativas disponíveis. O levantamento exaustivo dos registros paroquiais permite enriquecer e complementar o material levantado por meio de outras fontes documentais. A seguir, organizamos o elenco documental a partir dos arquivos em que se encontram depositadas e do tipo de fonte, explorando seu contexto de produção, as virtualidades e deficiências que porventura tenham contribuído ou atrapalhado o cruzamento nominativo levado à cabo nessa pesquisa.

Partindo da descrição sumária das fontes disponíveis para o estudo da imigração italiana para a região de Franca, abordaremos alguns aspectos da metodologia de "reconstituição de famílias" e como os dados levantados foram recolhidos, a fim de se realizar o cruzamento dos registros paroquiais com outras fontes e realizar um encadeamento genealógico efetivo dessa população.

Da mesma forma que sem dados não há demografia, sem fontes nada podemos fazer.

Arquivo da Cúria Diocesana de Franca

Os livros de registros da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca estão conservados no Arquivo da Cúria Diocesana de Franca[41]. Anteriormente, esses livros

---

[40] MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. *In:* **Anais de História**. Assis: UNESP, 1970, p. 83.

[41] O Arquivo da Cúria Diocesana de Franca foi idealizado para conservar o acervo documental das diversas paróquias e capelas do território da Diocese, que compreende dezenove municípios. São eles: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio

encontravam-se nos escritórios paroquiais, onde dependiam do zelo dos vigários e funcionários. Depois de um prodigioso trabalho de recuperação individual desses livros foi criado o arquivo diocesano para conservar os acervos paroquiais. Os dados mais antigos remontam ao ano de 1805, desde a criação da freguesia de Franca. Esses cadernos primitivos são compostos por folhas soltas, amarradas em pacotes e já digitalizados graças à parceria com o *FamilySearch*[42], criado e mantido pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias[43].

O trabalho de microfilmagem, e atualmente, de digitalização, de acervos genealógicos realizado pelo *FamilySearch* "combina história e tecnologia, passado e presente, tradição e modernidade"[44]. A criação dessa plataforma de pesquisa *online* tem provocado uma verdadeira transformação na pesquisa historiográfica de grande valor para o ofício do historiador, principalmente pela democratização do acesso aos acervos, a superação das distâncias geográficas, a preservação dos originais e o acesso assíncrono[45].

Os registros dos eventos vitais elaborados e conservados pela Igreja compõem três categorias de registros: nascimentos/batismos, casamentos e óbitos. O conjunto levantado por essa pesquisa está bem conservado e sem lacunas[46]. Esses livros podem ser considerados fontes democráticas, pois incluem todos os setores da sociedade e permite recuperar toda a população católica por meio de seus registros, sem distinção de sexo, cor, nacionalidade, condição social e econômica. Por se tratar de uma fonte nominativa, esses registros possibilitam desvendar além da estrutura e dinâmica da população, mas também um passado sociocultural de relações sociais e de poder, práticas e mentalidades[47]. O cruzamento nominativo e um encadeamento genealógico efetivo permite ao historiador reconstituir famílias e redes sociais por meio da identificação dos diversos aspectos que marcaram as vidas de pessoas e grupos. Além disso, a

---

Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

[42] A coleção *online* do *FamilySearch* de livros digitalizados no Arquivo Diocesano de Franca inclui registros de batismos, casamentos e óbitos desde a criação da freguesia até a década de 1920.

[43] A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias mantém uma perspectiva genealógica, incentivando para que todas as pessoas conheçam seus antepassados. A Sociedade Genealógica de Utah, fundada pelos mórmons no ano de 1894, promove a preservação de registros da família humana. Para eles, o homem não pode obter o aperfeiçoamento pessoal sem conhecer os sacrifícios feitos por seus ancestrais.

[44] LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site FamilySearch. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 41.

[45] *Ibid*.

[46] Alguns livros mais antigos possuem folhas iniciais ou finais com pequenos rasgos ou fora de ordem.

[47] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 142–3.

abrangência temporal ajuda também a compreender as permanências e rupturas sob uma perspectiva demográfica.

O registro paroquial possuía força de um ato civil até o final do século XIX, quando a crescente pressão republicana e positivista que levou ao fim do Império também foi responsável pela obrigatoriedade do registro de nascimento, casamento e óbito em órgãos oficiais. Contudo, mesmo após a Proclamação da República ter quebrado os últimos laços entre o Estado e a Igreja a universalização do Registro Civil demorou anos para abranger todas as camadas da população, principalmente no interior do país, onde a distância das áreas rurais e dos cartórios impossibilitava um maior número de registros.

A prática sistemática de se anotar os registros vitais dos fiéis católicos remonta ao contexto da Contrarreforma no século XVI em algumas paróquias europeias. Posteriormente, normas foram sendo estabelecidas para realizar os assentamentos dos sacramentos que marcavam o ciclo de vida dos cristãos católicos. O Concílio de Trento (1545-1563) tornou obrigatório o registro de batismo e casamento, depois o *Rituale Romanum* (1614) estendeu a prática para o registro de óbito. A intenção da Igreja era instituir formas para conhecer e controlar a população católica a partir da regulamentação e generalização dos registros em todas as paróquias católicas. A expansão colonial europeia, a partir dos inícios dos tempos modernos, permitiu que esse costume fosse ampliado para outras partes do mundo, ampliando a cobertura dos registros paroquiais por todo o domínio da Igreja. As *Constituições de Coimbra* (1591) tornaram obrigatório a confecção de livros separados para batismos, casamentos e óbitos, em cada paróquia de Portugal e de suas colônias, ainda no século XVI. No Brasil, as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* (1707), estabeleceram as normas e a obrigatoriedade dos registros conforme as determinações do Concílio de Trento, que duraram até a Constituição Republicana de 1891, que determinou a separação entre o Estado e a Igreja no país[48].

Esses registros, de caráter serial e cronológico, permitem conhecer uma localidade fisicamente bem demarcada, ou seja, a paróquia. Essa documentação deixou de ser visitada apenas pelos genealogistas e biógrafos quando os demógrafos-historiadores passaram a explorá-la com rigor metodológico, abordagens e técnicas específicas apoiadas pelos avanços da informática. A coleta dos dados, por ato, permite a exploração de séries quantitativas, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado das populações do passado a partir de

---

[48] *Ibid.*, p. 146.

diferente variáveis, tais como sexo, estado conjugal, naturalidade e idade[49]. A partir desses assentos é possível analisar também a sazonalidade dos eventos, o número de crianças batizadas por sexo, o número de casamentos realizados, o total de óbitos, a condição jurídica (livre, escravo, forro) ou a legitimidade (filhos legítimos, naturais, expostos) dos indivíduos levantados.

As informações em cada registro seguiam uma fórmula minuciosamente estabelecida pelo Concílio de Trento, que tinha a intenção de conhecer claramente os membros da Igreja e resguardar um caráter universal para essas anotações. A ordem estabelecia que um livro especial e exclusivo deveria servir para o assento dos registros de batismo de cada paróquia, cujo vigário deveria se responsabilizar pela confecção, guarda e conservação, em arquivo paroquial. No caso dos batismos, deveria ser anotada a data, o nome do batizando, sua filiação, local da residência dos pais ou responsáveis, além do nome dos padrinhos que serviria de testemunho do ato e passaria a ser um parente espiritual do afilhado. Para o caso do matrimônio, a anotação deveria conter a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, além dos nomes dos padrinhos, com suas residências e naturalidades. A assinatura do sacerdote era obrigatória no final de cada registro[50].

Vários casos especiais eram mencionados nesses atos, como, por exemplo, os batismos de adultos, de crianças ilegítimas ou filhas de pais incógnitos, crianças expostas ou escravas, cujo registro deveria conter o nome do senhor. As crianças batizadas em perigo de morte ou em casa também deveriam ser assinaladas pelo vigário no livro da paróquia. No caso dos registros de matrimônio de viúvos era necessário apresentar uma declaração de morte do cônjuge, cujo nome deveria ser mencionado. Em casos de impedimentos graves ou leves determinados pelo *Código Canônico da Igreja Católica*, como por exemplo, algum grau de parentesco entre os cônjuges, era necessário um processo de solicitação de dispensa dos impedimentos conferida pelo Bispo local[51], que deveria ser mencionada no registro do matrimônio com referência aos graus de parentesco entre os cônjuges[52]. Com o tempo, essas anotações foram ganhando novas informações, tais como a idade de cada cônjuge e a data de nascimento do batizando.

---

[49] SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. *In:* **Mediações**, v. 18, n. 1, p. 106–124, 2013, p. 108.
[50] MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *In:* **Varia História**, n. 31, p. 13–20, 2004, p. 14.
[51] *Ibid*., p. 15.
[52] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 151.

O registro de óbito era sumário. Anotava-se só a data do falecimento, o nome do morto e seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia constar o nome dos pais; e os casados e viúvos o nome dos cônjuges. Em algumas localidades indicava-se a naturalidade do morto, sua idade, a causa da morte, o local do enterramento e se o falecido havia deixado testamento. No século XIX mencionava-se também as condições do enterramento, o tipo e cor da mortalha ou do caixão.

Dar atenção aos detalhes permite perceber a riqueza de informações contidas nessas fontes e a potencialidade de explorações a partir da reconstituição aprofundada das populações do passado. Os registros da catolicidade eram efetuados no momento do evento e marcavam cada momento vital em uma ata individual, sem brancos e pretos, homens e mulheres, livres e escravos, crianças, jovens, adultos e velhos. Seu caráter nominativo garante a exploração quantitativa dos dados e a identificação individual dos atores sociais.

Contudo, o trabalho do historiador nem sempre é isento de dificuldades. Os livros paroquiais, particularmente no Brasil, nem sempre estão bem conservados e seu uso depende da boa ação dos párocos, secretários paroquiais e das instituições arquivísticas. Segundo Maria Luiza Marcílio[53], poucas séries subsistem nos arquivos eclesiásticos de várias partes do Brasil para os séculos XVI, XVII e boa parte do XVIII. Outro aspecto que prejudica seriamente a pesquisa nos acervos paroquiais é o desmembramento das dioceses ocorrido ao longo do século XX. O deslocamento da documentação histórica das paróquias para a nova circunscrição eclesiástica leva a dispersão desses livros, que muitas vezes sofrem com a má conservação e a guarda em locais impróprios.

Raramente os arquivos paroquiais foram objeto de restauro, como aconteceu com os livros da Cúria Metropolitana de São Paulo e da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto[54], com cuidadoso processo de restauro, organização e higienização. O Arquivo da Cúria Diocesana de Franca foi organizado seguindo as orientações de Arquivística para permitir a conservação dos documentos privativos da diocese e de todas as suas paróquias[55], evitando a

---

[53] MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *In:* **Varia História**, n. 31, p. 13–20, 2004, p. 17.
[54] CAMPOS; Adalgisa Arante de Oliveira; FIGUEIREDO; Betânia G.; VINHOSA; Francisco L. Teixeira; *et al*. O Banco de Dados relativo ao acervo da Freguesia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto: registros paroquiais e as possibilidades da pesquisa. *In:* X Seminário sobre a Economia Mineira, 10, 2002, Belo Horizonte, **Anais [...]**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 2002, p. 1–28.
[55] O acesso dos interessados depende de autorização para manuseio e uso do acervo.

dispersão e problemas com a conservação desses livros, que dependia da boa vontade e do grau de cultura histórica dos responsáveis em cada paróquia.

Nas últimas décadas, os arquivos paroquiais se tornaram ambiente de inúmeras pesquisas que buscavam conhecer o comportamento das populações do passado para os períodos em que não havia documentação com fins estatísticos, mas também que apostavam em abordagens nominativas, "personalizando"[56] as populações e enriquecendo o seu objeto de análise para além das características demográficas.

Até o presente trabalho, os registros paroquiais da Igreja católica de Franca foram alvo de pelo menos três levantamentos nominativos importantes. O primeiro estudo foi realizado por José Chiachiri Filho[57], na década de 1980, e explorou os livros mais antigos a fim de conhecer a origem das famílias pioneiras no povoamento da região durante a primeira metade do século XIX. No ano 2000, Sarah Ayesha Leite[58] defendeu sua dissertação de Mestrado sobre a vida das mulheres imigrantes italianas em Franca, que contou com o levantamento dos registros de casamento católico dessa comunidade no período de 1900 a 1934. Por último, as pesquisas em Demografia Histórica do período escravista realizadas por Maísa Faleiros da Cunha[59] levantaram minuciosamente os livros de registro paroquial de Franca durante todo o século XIX.

Para explorar melhor a documentação utilizada é pertinente apresentar e examinar separadamente as três categorias de registros levantadas na pesquisa, observando a evolução do conteúdo dos registros:

1. Batismos:

O primeiro livro de registro de batismos da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Franca remonta ao ano de 1805. Para o período que se estende nosso levantamento dispomos

---

[56] SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. *In:* **Mediações**, v. 18, n. 1, p. 106–124, 2013, p. 108.

[57] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986.

[58] LEITE, Sara Ayesha. **Le donne immigrante: famiglia, lavoro, vita (as italianas em Franca, 1900-1934)**. Orientador: Dulce Maria Pamplona Guimarães. 2000. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

[59] CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e família escrava, Franca, São Paulo, século XIX**. Orientadora: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi; Robert Weyne Slenes. 2009. 254 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

de 47 livros da Matriz, quatro da capela de Nossa Senhora Aparecida, e 69 das igrejas e capelas vizinhas que compõe a microrregião de Franca.

Quadro 1 – Livros paroquiais de batismo pesquisados, por localidade e período

Localidade	Livro	Período		Tempo
Franca	12 ao 59	24/07/1882	25/12/1945	62 anos
Franca – Capelinha	1 ao 4	01/03/1936	25/12/1945	8 anos
São José da Bela Vista	1 ao 9	23/09/1899	25/12/1945	45 anos
Cristais Paulista	1 ao 9	11/09/1907	25/12/1945	37 anos
Rifaina	1 ao 2	01/01/1885	10/02/1907	40 anos
	3 ao 15	20/07/1911	01/01/1930	
Pedregulho	1 ao 21	21/02/1904	25/12/1945	41 anos
Patrocínio Paulista	1 ao 15	01/01/1885	23/12/1945	59 anos

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Devido a boa conservação arquivística, raramente observam-se lacunas nas páginas dos livros, embora os mais antigos frequentemente possuíssem suplementos nas últimas páginas. Principalmente os volumes da década de 1890 tinham anotações fora de ordem e a idade dos batizandos era mencionada em dias, posteriormente, sendo substituída pela data de nascimento. Vale ressaltar que os primeiros livros consultados continham informações sobre a condição jurídica das crianças batizadas, dos pais e dos padrinhos. Após a abolição essas informações deixam de ser anotadas. Encontramos um único caso de filho de imigrantes sendo batizado por uma escravizada liberta, cuja anotação serve para ilustrar como era um registro de batismo:

> Antonio. 2339.
> Aos vinte e sete dias do mês de julho do anno de mil oitocentos e noventa, nesta freguezia da Franca, baptizei solenemente a Antonio, com quarenta e quatro dias de edade, filho legitimo de Caetano Veroneze e de Balbina Joana. Padrinhos: Joaquim Antonio e Antonia liberta (escrava do Barão da Franca).
> De licença do Ordinário, Vigário Padre Luiz de Góes Conrado[60]

Durante toda a década de 1910, as anotações de batismo e matrimônio foram registradas em encadernações de cem páginas, produzidos pela fábrica de livros em branco e carimbos *Duprat & Companhia Papelaria e Litho-typographia*, com sede na capital do estado. Nesses livros havia lacunas para serem preenchidas com as informações, inclusive o local de nascimento e a paróquia onde foi realizado o casamento dos pais da criança batizada. No caso de filhos de imigrantes, anotava-se também a nacionalidade dos pais. Contudo, nas décadas seguintes os vigários voltaram a usar cadernos para esse tipo de registro. Frequentemente essas

[60] Registro de batismo. Livro 16, p. 369-370.

anotações eram complementadas com a notificação da união matrimonial do batizando, principalmente quando o casamento era realizado na própria paróquia. Outrossim, os livros continham notificações de paróquias estrangeiras, tais como anotações de jovens batizados em Franca que se casaram em paróquias na Argentina durante a década de 1930 e 1940.

2. Matrimônios:

O registro de casamento mais antigo da freguesia de Franca é datado de dezesseis de fevereiro de 1806, todos os envolvidos no registro eram oriundos de outras regiões. Uma das testemunhas era um português que havia transferido seus negócios para terras francanas após receber uma sesmaria da Coroa Portuguesa. No final do século, novos estrangeiros passaram a figurar nos registros de casamento da localidade, dessa vez, italianos em busca de novas oportunidades de trabalho e vida.

Para nossa pesquisa foram utilizados 15 livros de registro de casamentos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e outros 24 das igrejas que compõe o território estudado, conforme indicado abaixo:

Quadro 2 - Livros paroquiais de matrimônio pesquisados, por localidade e período

Localidade	Livro	Período		Tempo
Franca	5 ao 19	10/01/1885	30/12/1945	59 anos
São José da Bela Vista	1 ao 5	23/09/1899	01/12/1945	46 anos
Cristais Paulista	1 ao 4	23/05/1888	29/10/1945	57 anos
Rifaina	1 ao 5	29/01/1888	02/04/1921	33 anos
Pedregulho	4 ao 7	03/04/1921	10/11/1945	23 anos
Patrocínio Paulista	1 ao 6	18/08/1885	08/09/1945	60 anos

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

O exemplo de um registro de casamento, que daremos a seguir, ilustra como eram feitas as anotações mais antigas. As informações contidas nesses livros eram bastante limitadas.

> Emílio e Libera
> Aos trinta dias de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove na Matriz da Franca, feitas as admoestações canônicas sem apparecer impedimento, perante o Padre Conego Roza e as testemunhas Fernando Marini e Pedro Nallini – receberam-se matrimonio Emilio Marini e Libera Nallini (ambos italianos) filhos: elle de Fernando Marini e Philomena Fornazieri e ella de Pedro Nallini e Antonia Franchisquete, naturais da Italia e lhes conferi as bençãos nupciais como manda o Ritual Romano.
> Autorizado Padre Luiz de Góes Conrado[61]

[61] Registro de casamento. Livro 6, p. 59.

Posteriormente, passaram a conter indicações mais precisas e minuciosas. Embora a profissão dos nubentes nunca fosse anotada, as idades e paróquias de origem passaram a ser mencionadas no decurso dos anos estudados. Nos casos de casamentos em segundas ou terceiras núpcias o estado de viuvez era devidamente indicado, assim como os nomes completos do falecido cônjuge.

Abaixo ilustramos esta descrição com o exemplo de um registro de casamento de duas pessoas viúvas, que traz o nome dos falecidos cônjuges e dos pais, a idade e o local de nascimento de cada um dos nubentes.

> João Bastianini e Maria Antonia Ferro
> Aos dez e nove de Julho de mil novecentos e treze, n'esta Egreja Matriz da Franca, depois de feitas as deligências canônicas e sem impedimento algum, em presença do Reverendissimo Coadjutor Padre Egydio Sarcone e dos testemunhos: José Justino Alves Ferreira e Innocencio Lopes Valladão, receberam-se em matrimonio: João Bastianini e Maria Antonia Ferro, elle com quarenta e seis anos de idade, filho legitimo de Agostinho Bastianini e Maria Tonelli, viúvo por óbito de Luiza Batarra, natural de S. João Marignano – Forli – Italia, freguez e residente n'esta parochia; ella com vinte e quatro anos de idade, filha legitima de Luiz Ferro e Maria Joanna Beluco, viúva por óbito de José André da Silva, natural e freguesa d'esta parochia e residente em Christaes.
>
> Vigário Padre Luiz de Góes Conrado[62]

Muitas vezes, eram assinaladas as características do local de celebração do casamento e a condição em que foi realizado. Principalmente nas fazendas mais afastadas do núcleo urbano era comum que os padres fossem celebrar os casamentos em oratório particular. Outra situação bastante comum era a realização de casamentos *in extremis*, quando um dos nubentes, mediante eminente perigo de morte, não possuía tempo suficiente para se submeter às formalidades exigidas.

No passado colonial brasileiro era comum as uniões entre parentes, em cujo registro apontava-se a dispensa por impedimento de consanguinidade ou parentesco espiritual, assinalando-se os graus de parentesco entre os cônjuges. Na comunidade imigrante italiana estudada, os casamentos entre nubentes da mesma família não eram muito comuns. Raramente casavam-se primos. Os exemplos abaixo ilustram um caso excepcional, o primeiro casamento foi realizado sem as proclamações canônicas por tratar-se de um rapto cujo contrato civil já havia sido realizado. Anos depois, o mesmo nubente foi dispensado do impedimento de afinidade para se casar com sua cunhada após o falecimento de sua primeira esposa.

> Pasqual e Cornelia

---

[62] Registro de casamento. Livro 11, p. 172.

> No dia desases de Agosto de mil novecentos e três, perante a mim, Padre Vicente Montebelhena, de licença do Reverendo Vigario, e as testemunhas Urias do Nascimento e Marianno Eduardo Banso, receberão-se em matrimonio os contraentes Pasqual Pellegrini e Cornelia Gomes, ambos filhos legítimos, elle de Francisco Pellegrini e de Dominga Pellegrini e ella de José Gomes e de Victalina Maria de Jesus. Casarão-se sem ser feitas as proclamações canônicas porque tratava-se de um rapto e já feito o contracto civil. Não havendo impedimento algum canônico conferi-lhes as benções nupciais como manda o Ritual Romano.
> O Vigario Padre Luiz Conrado[63]

Depois de cinco anos, o mesmo noivo aparece no livro de matrimônios casando-se novamente com a irmã de sua falecida esposa. Para a realização desse casamento foi necessária a dispensa do impedimento de afinidade lícita em primeiro grau por tratar-se de um casamento entre cunhados.

> Pellegrini Pascoal e Clotildes Gomes de Oliveira
> Aos sete de novembro de mil novecentos e oito, n'esta igreja matriz de Franca, depois de feitas as dennuncias canônicas e dispensados por Reverendo Senhor Arcebispo Metropolitano do impedimento de affinidade licita em primeiro grao igual (cunhadio) e não tendo apparecido outro, com licença minha, em presença do reverendo capuchinho frei Celestino e das testemunhas Aniceto Baptista e Antonio de ... receberam-se em matrimonio Pellegrine Pascoal e Clotildes Gomes de Oliveira, elle com vinte e cinco anos d'idade, filho legitimo de Francisco Pellegrine e Dominga Ferreira da Silva, viúvo por óbito de Cornelia Pellegrine, natural de S. Paulo, freguês e residente n'esta parochia, ella com vinte e dois anos d'idade, filha legitima de José Gomes Barata e Vitalina Maria de Jesus, natural de Garimpo de Canoas, freguesa e residente n'esta parochia.
> O Vigário Padre Luiz de Góes Conrado[64]

Os historiadores que trabalham com esse tipo de documento devem estar atentos as entrelinhas, onde se encontram os casos especiais, que fogem à regra e conduzem para além das características demográficas e permitem a incorporação teórico-metodológica da micro-história e da microanálise.

3. Óbitos:

Os registros de óbitos são os mais conservados, apesar de escassos em algumas localidades. Essas anotações não cobrem integralmente a população, uma vez que era anotado apenas os falecidos que tiveram seus corpos encomendados pelo padre ou cujo cortejo fúnebre passou pela igreja antes do sepultamento. Para Franca, os livros do final do século XIX possuem lacunas e as capelas vizinhas nem sempre tiveram um livro próprio para a anotação das informações sobre os falecidos naquela localidade.

---

[63] Registro de casamento. Livro 9, p. 1.
[64] Registro de casamento. Livro 10, p. 108.

Nessa pesquisa, utilizamos oito livros de óbitos, sendo quatro deles da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e outros quatro das vilas vizinhas, conforme indicado abaixo:

Quadro 3 - Livros paroquiais de óbitos pesquisados, por localidade e período

Localidade	Livro	Período		Tempo
Franca	3 ao 6	24/06/1896	31/12/1932	36 anos
São José da Bela Vista	1 ao 2	29/09/1899	01/01/1945	46 anos
Cristais Paulista	1	19/03/1926	09/11/1951	25 anos
Patrocínio Paulista	1	27/07/1886	31/05/1902	16 anos

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Nem sempre esses registros eram completos e dependiam das informações passadas por parentes do falecido no momento da encomendação do corpo. Esses problemas técnicos interferiam no momento de realizar o encadeamento genealógico preciso, pois muitas vezes a origem, a filiação e o estado civil não eram devidamente anotados. Além disso, as idades e as causas da morte eram imprecisas, o que não permite um estudo demográfico válido.

> João Zangari
> Aos seis de outubro de mil novecentos e oito, n'esta igreja matriz da Franca foi encomendado o cadáver de João Zangari, dado a sepultura n'este cemitério, com cincoenta e quatro anos d'edade, casado com Theresa, italiana, falecido victima de molestia incógnita, com os santos sacramentos.
> O Vigário Padre Luiz de Góes Conrado[65]

No exemplo acima, notamos que o italiano registrado teve seu nome aportuguesado, seu sobrenome grafado erroneamente e sua esposa foi citada apenas pelo prenome. Na realidade, o registrado João Zangari era Giovanni Roncari, casado com Maria Teresa Romio, proveniente da província de Verona, na Itália. Esse encadeamento genealógico só foi possível pelo cruzamento dessa fonte com outros tipos de registro, comparando os nomes e idades do registro paroquial com os dados de sepultamento e da passagem do casal pela Hospedaria dos Imigrantes da capital paulista.

Além disso, os registros paroquiais de óbitos contêm dados descontínuos e não abrangiam as crianças mortas nos primeiros meses de vida. Com efeito, essas informações foram coletadas com o intuito de complementar as fichas de família da comunidade estudada, e, sempre que possível, cruzadas com outras fontes, tais como livros de sepultamento do Cemitério Municipal.

---

[65] Registro de óbito. Livro 5, p. 28.

Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo

O acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo (MI) herdou do Memorial do Imigrante toda a documentação preservada sobre a memória das pessoas que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria de Imigrantes. O banco de dados *online* integra mais de 250 mil imagens disponíveis para consulta de documentos pertencentes ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), oferecendo acesso amplo, democrático e organizado a um acervo de valor inestimável para a história da imigração no Brasil. Essa ferramenta permite buscas baseadas em diferentes parâmetros, conforme o tipo de documento disponível: cartas de chamada, registro de matrícula, acervo iconográfico e cartográfico, requerimentos da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP), jornais e listas de passageiros que desembarcaram no porto de Santos.

A consulta *online* serviu para cruzar as informações sobre os italianos presentes na documentação paroquial de Franca. Recorrendo ao método onomástico, que possibilita encontrar os atores sociais em sociedades distintas, identificamos os indivíduos nos registros de matrícula para comprovar a entrada dos grupos estrangeiros ao país. Por meio dos nomes e sobrenomes pudemos encontrar informações referentes à data de chegada, idade e composição familiar desses imigrantes.

A consulta aos registros de matrícula de imigrantes serviu para conhecer melhor a composição desses grupos, mediante a análise da trajetória de indivíduos e de famílias. Essa foi uma ferramenta poderosa para auxiliar na coleta de informações ao nível individual e nominativo a respeito da entrada de italianos no estado de São Paulo, que fugisse dos indicadores meramente demográficos obtidos pelos historiadores que se debruçam nessa documentação.

Há indícios de que, na década de 1950, existiram pesquisadores interessados na busca de registros de antepassados na documentação da Hospedaria de Imigrantes. Nos anos 1970, a mídia divulgou que a instituição possuía milhares de registros sobre as pessoas que passaram por lá desde o século anterior. Com o aumento no interesse em acessar esse acervo no fim da década de 1990, o MI passou por um processo de digitalização e criação de um banco de dados para disponibilizar tais arquivos. Em 2011, foi lançado o projeto Memória da Imigração em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo cujo resultado foi o novo acervo digital.

O conteúdo desse acervo contém informações sobre mais de 2,5 milhões de pessoas, entre imigrantes e migrantes nacionais, que passaram pela Hospedaria de Imigrantes do Brás (após 1887) e do Bom Retiro (entre 1882 e julho de 1887). Desde a década de 1870, São Paulo tinha algumas casas de acolhida para imigrantes, porém pequenas, provisórias e sem registros dos nomes das pessoas que por lá passaram. A Hospedaria do Bom Retiro foi uma casa adaptada, com capacidade para apenas 500 pessoas. O aumento exponencial da chegada de estrangeiros no estado tornou necessário uma casa maior para recepção de grandes levas. Em 1885, três anos após sua inauguração, os governantes já buscavam um local mais adequado para se construir uma nova hospedaria.

A construção do edifício da Hospedaria de Imigrantes do Brás começou em 1886, sendo inaugurada oficialmente no final de 1888. Contudo, durante um ano e meio, centenas de pessoas foram abrigadas no prédio com as obras inconclusas, devido a epidemia de varíola que atingiu a casa de acolhida do Bom Retiro, em 1887. As pessoas que se encontravam saudáveis tiveram de ser transferidas rapidamente para as instalações improvisadas nas obras da Hospedaria do Brás.

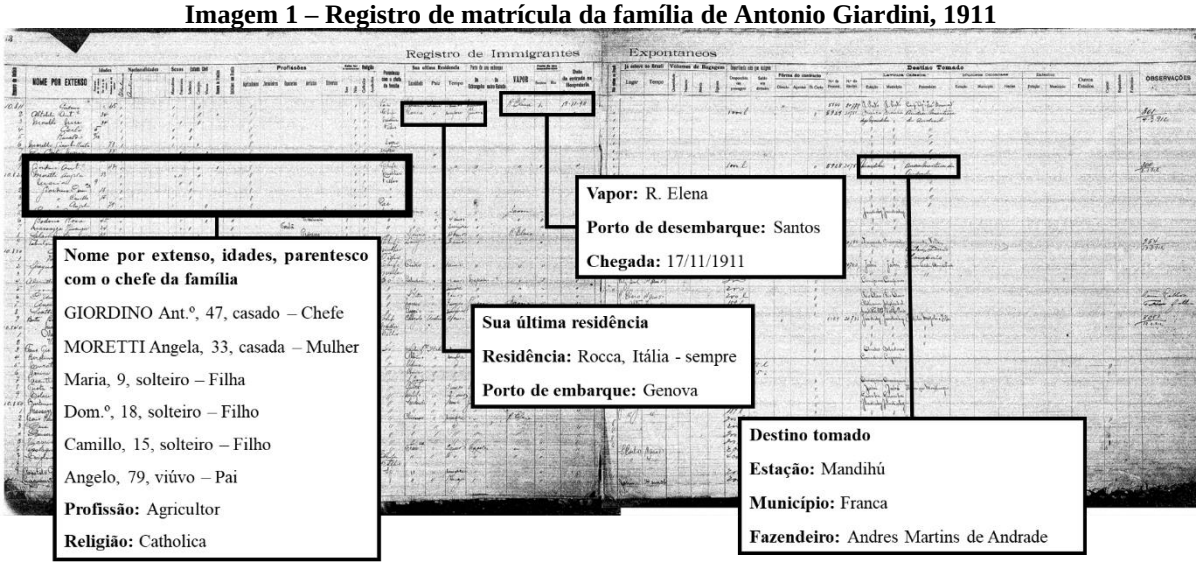
1. Registros de matrícula:

A inscrição das pessoas era uma das principais atividades desenvolvidas pela Hospedaria de Imigrantes. Os registros de matrícula eram realizados em um lugar específico no edifício destinado a anotar os dados dos indivíduos e famílias que lá estavam. Na sala de matrícula, os imigrantes eram chamados, família a família, para apresentar seus documentos pessoais no balcão. Os funcionários conferiam os dados do titular do passaporte e dos acompanhantes com a lista de bordo do navio para realizar a anotação da matrícula da família. O acervo digital possui cerca de 1,6 milhões de matrículas, que podem ser pesquisadas por meio dos campos: nome, sobrenome, nacionalidade, data e vapor.

Na maior parte das anotações, apenas o chefe da família tinha seu nome completo inscrito na Hospedaria, ou seja, o homem mais velho em idade considerada apta para trabalhar. Em casos de nomes compostos, raramente era anotado mais de um nome; e os parentescos sempre eram relativos ao chefe da família. Por isso, as buscas precisam ser feitas pelo nome do chefe do grupo, pois, na maioria das vezes, ele é o único registrado com nome e sobrenome. Em alguns casos, quando o sobrenome não é tão comum, é possível realizar a busca somente pelo sobrenome e verificar, registro a registro, se o indivíduo procurado consta nessas

matrículas. Por exemplo, no registro abaixo, uma família inteira chegou ao Brasil no ano de 1911:

Imagem 1 – Registro de matrícula da família de Antonio Giardini, 1911



Fonte: Registro de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. Livro 84, p. 73.

Somente o chefe da família e sua esposa foram registrados com nome e sobrenome, embora o primeiro tenha o prenome abreviado e sofrido alteração na grafia do sobrenome, que foi anotado *Giordino* em vez de *Giardini*. Vale ressaltar que o homem mais velho do grupo, Angelo, de 79 anos, não foi considerado chefe da família, pois, geralmente, considerava-se o homem mais velho apto ao trabalho.

Além das abreviações e dos erros de grafia no ato da matrícula e no processo de indexação dessa imensidão de registros no acervo digital, é preciso refletir também sobre uma série de particularidades para se pesquisar essa documentação. A primeira diz respeito à grafia original dos nomes, principalmente no caso de italianos que tiveram seus nomes aportuguesados nos registros civis brasileiros. Por exemplo, se em uma certidão expedida no Brasil consta o casal italiano Jácomo Pedigone e Catarina Orazi, o acervo digital do Museu da Imigração não encontrará imigrantes com esses nomes. Ora, o casal foi matriculado na Hospedaria conforme os dados presentes em seus documentos pessoais, geralmente os passaportes; e nesse documento constava os nomes com suas grafias originais. No caso citado, os nomes Jácomo e Catarina em italiano são Giacomo e Catterina.

Depois de estabelecidos no Brasil, esses imigrantes têm certidões de registro civil emitidas, porém, muitas vezes, por conta da desatenção ou desconhecimento da língua por parte dos escreventes dos cartórios, a grafia dos sobrenomes era alterada. Por isso, é importante

realizar pesquisas com diversas grafias possíveis. No exemplo mencionado, o imigrante Giacomo Pedeconi passou pela Hospedaria duas vezes com direção ao município de Franca; em novembro de 1900 e em abril de 1904, após uma experiência imigratória pela Argentina. Na primeira passagem pela Hospedaria seu sobrenome foi grafado como Padeconi, depois como Pedicora.

Devido à grande diferença com a língua portuguesa, essas modificações, apesar de mais recorrentes para italianos, acontecem com imigrantes de diversas nacionalidades, principalmente os provenientes do leste europeu e alemães. No caso dos espanhóis, deve-se levar em conta a composição dos nomes, pois, geralmente, eles eram identificados com dois sobrenomes – Juan Algarte Cortez, por exemplo.

Embora o conteúdo das matrículas tenha sofrido variações no decorrer do tempo, as informações constantes nos registros que foram indexadas no acervo digital do Museu da Imigração são:

a. Livro, página e família: tais informações dizem respeito ao livro em que a família foi registrada, sua página e ordem em que foi realizada a matrícula;
b. Chegada: nesse campo aparece a data de entrada na Hospedaria de Imigrantes;
c. Sobrenome, nome, idade, sexo e parentesco;
d. Nacionalidade: são centenas de registros escritos com grafias equivocadas, modificadas, identificando regiões e não países, pois as transcrições foram feitas com base no documento original;
e. Vapor: o nome do navio que trouxe a família;
f. Estado civil: esses itens indicam se a pessoa era solteira, casada ou viúva;
g. Religião: registrada de maneira trivial, os católicos identificados como “católicos” (catholicos), os não católicos como “acatólicos”;
h. Procedência: indica o porto de origem e/ou chegada;
i. Destino: refere-se, geralmente, à estação ferroviária para a qual a família deveria encaminhar-se;
j. Conta do Governo: diz respeito ao órgão responsável por promover a imigração da família;
k. Profissão: define a profissão do chefe da família;
l. Fazendeiro: nome do fazendeiro ou da empresa que contratou a família;

m. Observações e notas: anotações gerais feitas pelo escriturário da Hospedaria sobre o motivo específico pelo qual a família foi acolhida ou citam a lei e/ou decreto responsável por trazer determinado número de famílias. Há casos de famílias que aguardavam repatriação ou que esperava transporte para seguir novamente ao destino após algum tratamento hospitalar em São Paulo;
n. Residência: embora raras, essas anotações referiam-se aos locais e tempo de residência anterior;
o. Desembarque no Brasil: indica o porto de desembarque no país, na maioria dos casos Santos ou Rio de Janeiro;
p. Residência anterior no Brasil: nesse campo indicava-se as reentradas no Brasil, em qual lugar e por quanto tempo viveu aqui.
q. Motivo de entrada: raramente preenchido pelos escriturários da Hospedaria, esse campo cita o motivo pelo qual determinado imigrante ou família entrou no país, por exemplo, "para colocar-se por intermédio de Agência";
r. Porto de embarque: descreve o porto em que o imigrante embarcou, no caso dos italianos, Gênova ou Nápoles;
s. Ferrovia: menciona a ferrovia pela qual o imigrante chegou à Hospedaria, geralmente São Paulo Railway, que ligava Santos a Jundiaí, ou Central do Brasil que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo;
t. Data, local de nascimento e filiação: informação rara, existente principalmente nos registros mais novos;
u. Data de partida: também de preenchimento raro, esse campo trazia a data de embarque para o Brasil;
v. Introdutor: identifica a agência de recrutamento de imigrante responsável pelo contrato de trabalho e imigração da família.

A seguir, ilustramos o acervo digital do Museu da Imigração com o exemplo de um registro de matrícula datado de 17 de abril de 1898. A compilação dos dados permite análises complexas sobre os grupos imigrantes. No caso referido, quinze indivíduos oriundos da *comuna* de Bergantino, na província de Rovigo, passaram pela Hospedaria de Imigrantes com destino à estação ferroviária de Franca, contratados pelo fazendeiro Antônio Flávio. O chefe da família, Stefano Ferracioli, era agricultor, católico e trazia a mulher, sete filhos, uma nora e cinco netos. A imigração do grupo foi promovida pelo Governo do Estado, ou seja, com subsídios que

custeavam as despesas com a viagem transatlântica até a propriedade agrícola no interior de São Paulo.

Imagem 2 - Modelo de um registro de matrícula no Acervo Digital do Museu da Imigração

Pesquisa Registro de Matrícula

Livro 063	Página 154	Família 17730	Número Ordem 1	Chefe
Sobrenome FERRACIO	Nome STEFANO	Parentesco CHEFE	Nacionalidade ITALIANA	Idade 58
Estado Civil CASADO	Procedência SANTOS	Destino FRANCA	Vapor SEMPIONE	Chegada 17/04/1898
Nacion. Trad ITALIANA - 16	ContaGov G. ESTADO	Sexo M	Religião CATH	Ler
Profissão AGRICULTOR	Fazendeiro ANTONIO FLAVIO		Observação	
Notas				
Dest_Est	Res_Local	Res_Pais	Res_Tempo	
DesemBra	Não Bra	Bra_Lugar	Bra_Tempo	
PQEntraram	Repatriado	Porto Emb.	Ferrovia	
Data Nasc.	Data Part.	Filiação	Introductor	
Condição	Lugar Nasc.			

Registros Relacionados

Livro	Página	Família	Chegada	Sobrenome	Nome	Idade	Sexo	Parentesco	Nacionalidade	Vapor	Est.Civil	Religião
063	154	17730	17/04/1898	FERRACIO	STEFANO	58	M	CHEFE	ITALIANA	SEMPIONE	CASADO	CATH
063	154	17730	17/04/1898		LUIGI	31	M	FILHO	ITALIANA	SEMPIONE	CASADO	CATH
063	154	17730	17/04/1898		ALBANO	17	M		ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH
063	154	17730	17/04/1898		TEOBALDO	17	M		ITALIANA	SEMPIONE		CATH
063	154	17730	17/04/1898		ARTRELIANO	9	M		ITALIANA	SEMPIONE		CATH
063	154	17730	17/04/1898		GIUSEPPE	6	M		ITALIANA	SEMPIONE		CATH
063	154	17730	17/04/1898		DOSOLINA	20	F		ITALIANA	SEMPIONE		CATH
063	154	17730	17/04/1898		CESIRA	12	F		ITALIANA	SEMPIONE		CATH
063	154	17730	17/04/1898		MARIA	49	F	MULHER	ITALIANA	SEMPIONE	CASADO	CATH
063	154	17730	17/04/1898		FILOMENA	28	F	NORA	ITALIANA	SEMPIONE	CASADO	CATH
063	154	17730	17/04/1898		OTTAVIANO	8	M	NETTO	ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH
063	154	17730	17/04/1898		FIORAVANTE	6	M	NETTO	ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH
063	154	17730	17/04/1898		TEDERICO	4	M	NETTO	ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH
063	154	17730	17/04/1898		GIUSEPPE	2	M	NETTO	ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH
063	154	17730	17/04/1898		LUIGIA	1	F	NETTO	ITALIANA	SEMPIONE	SOLTR°	CATH

Fonte: Registro de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. Livro 63, p. 154.

A imagem digitalizada da página da matrícula permite também localizar outros grupos que tiveram o mesmo destino naquela ocasião. Nas páginas seguintes contabilizam-se nove famílias que cruzaram o oceano pelo Vapor Sempione com destino à estação ferroviária de Franca.

A análise dessa documentação contribui para se conhecer melhor esses grupos imigrantes. Quando se inicia uma busca pelo nome de um imigrante no banco de dados, visualizamos um estudo de caso, mas quando se compilam os dados de muitos registros de imigração, o trabalho ganha um caráter quantitativo, conferindo possibilidades de conhecer a

composição desses grupos, sua estrutura etária, o estado civil dos indivíduos, sua procedência, o destino tomado no Brasil e os mecanismos de introdução de imigrantes.

2. Listas de bordo:

A partir dos registros de matrículas é possível saber o nome do navio em que os imigrantes pesquisados viajaram até o Brasil. As listas de bordo dos vapores que transportaram os imigrantes permitem checar as informações dessas famílias, a data de embarque e desembarque, assim como as ocorrências durante a viagem, por exemplo, nascimentos e mortes durante o trajeto, que foram anotadas na lista de passageiros. Contudo a pesquisa nessa documentação apresenta algumas dificuldades, pois muitas listagens não foram preservadas, principalmente, no final do século XIX; e para realizar pesquisas nessas listas é necessário verificar os nomes, página a página, uma vez que ainda não existe um banco de dados com as informações internas dessas listas.

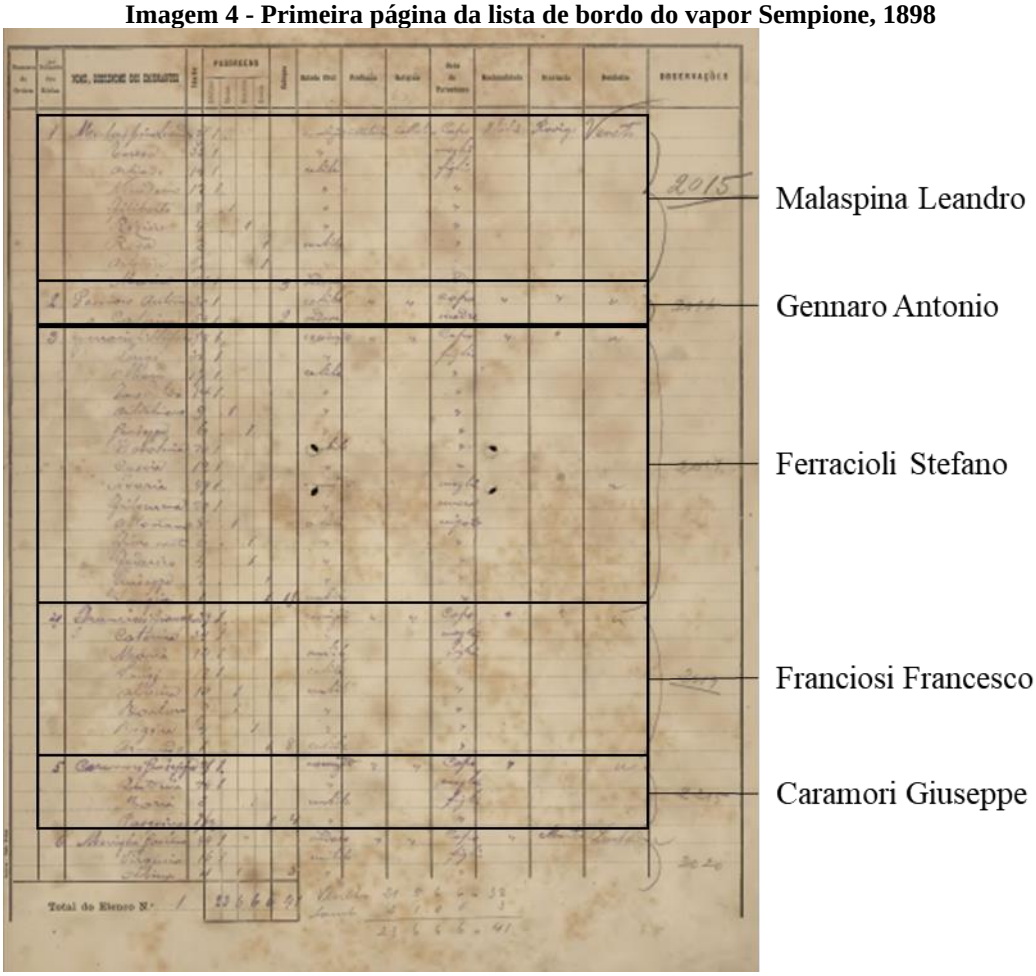
Imagem 3 - Lista de bordo do vapor Sempione, 1898

Relaçao dos Emigrantes que partem hoje a bordo do
Vapor Sempione neste porto, embarcados
pelo Senhor Gustavo Gavotti com destino a SANTOS
por conta do Respeitavel Governo do Estado de São
Paulo, em conta do Contracto de 6 de Agosto 1897.

Fonte: Acervo digital do MI. Disponível em: https://encr.pw/xR4V8. Acesso em: 19 jan 2023.

No escopo do nosso trabalho, o cruzamento da documentação paroquial com os registros de matrícula e as listas de bordo permitiu reconstituir redes de imigrantes formadas antes e durante a viagem transatlântica. Frequentemente, várias famílias cruzavam o oceano juntas e tomavam o mesmo rumo ao chegar em solo brasileiro.

Imagem 4 - Primeira página da lista de bordo do vapor Sempione, 1898



Fonte: Lista de bordo do vapor *Sempione*. Acervo digital do MI. Disponível em: https://encr.pw/ZN9Lu. Acesso em: 19 jan 2023.

Essas listas permitiram que se recuperasse importantes redes de imigrantes que circularam entre a Itália e o Brasil com destino às lavouras cafeeiras. Na imagem acima, a primeira página da lista de bordo do vapor *Sempione*, observa-se que cinco das seis famílias listadas tiveram o município de Franca como destino. Essa embarcação saiu do porto de Genova, em 25 de novembro de 1898 e chegou à Santos, em 17 de dezembro. Na relação de passageiros constam 554 pessoas com destino ao Estado de São Paulo, imigrando por conta de um contrato celebrado entre o governo do estado e a agência de imigração Angelo Fiorita & Cia, no ano anterior.

3. Requerimentos SACOP

Alguns imigrantes solicitavam restituição do dinheiro gasto com passagens à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP). No acervo digital existem mais de 1.400 requerimentos, majoritariamente de italianos, portugueses, espanhóis e alemães. Quase 90% dessa documentação foi produzida depois de 1920, que contém passaportes, carteiras de identidade, passagens de navio e declarações dos fazendeiros que contrataram os imigrantes.

Para a região explorada há dezenoves requerimentos digitalizados no acervo, conforme segue:

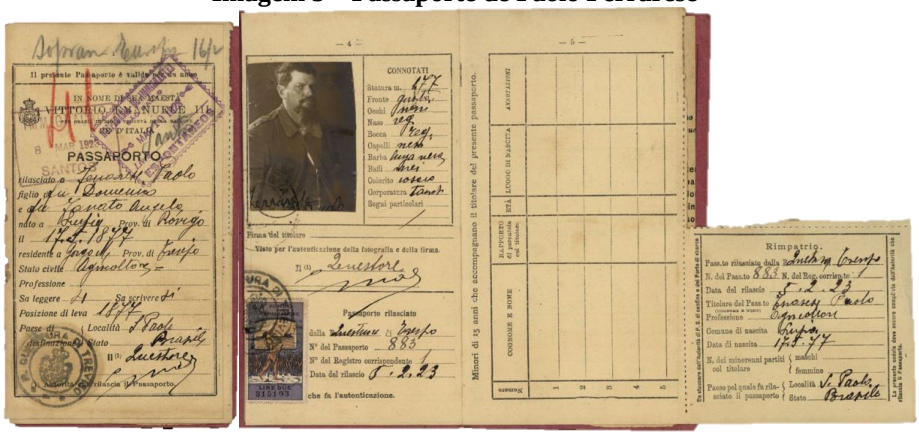
Quadro 4 - Requerimentos SACOP da microrregião de Franca

Localidade	Requerimentos	Período
Franca	9	1914-26
Cristais	2	1913-22
Patrocínio do Sapucaí	2	1925-26
Pedregulho	3	1921-26
Restinga	1	1913
São José da Bela Vista	2	1914

Fonte: Requerimentos SACOP. Acervo digital do MI.

O levantamento desses requerimentos permite conhecer individualmente os mecanismos de introdução de imigrantes no período e obter informações mais precisas a respeito de sua origem e destino, com base em documentos oficiais e atestados dos fazendeiros, trazendo detalhes da experiência imigratória desses indivíduos. Abaixo ilustramos esta descrição com o exemplo do italiano Paolo Ferrarese, que remeteu um pedido de restituição das despesas com a transferência de sua família entre a província de Treviso e a fazenda Guaraciaba, no município de Franca.

Imagem 5 – Passaporte de Paolo Ferrarese



Fonte: Requerimentos SACOP. Acervo digital do MI. Disponível em: https://encr.pw/BdxcS. Acesso em: 19 jan 2023.

Esse é um dos casos em que a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo recolheu os passaportes da família, os bilhetes da viagem marítima e declarações do fazendeiro e do Departamento Estadual do Trabalho.

> Fazenda Guaraciaba, Estação de Franca
> 18 de Março 1923
> Exmo Sr. Dr. Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo
> Ferrarese Paulo, immigrante, chegado ao porto de Santos, no dia 8 de Março de 1923 pelo vapor Europa, procedente do porto de Genova, achando-se localizado com sua família (composta de sua mulher Elisa, de 44 annos, seus filhos Rosa de 22, Rissieri de 17, Theodolinda de 12, Irma de 10, Raniero de 9, Pasquina de7 e Dosalina de 3 anos) na fazenda do Sr Dr Gabriel Villela de Andrade, na estação de Franca, conforme prova com os documentos juntos, e tendo pago sua passagem daquele porto ao de Santos, vem, respeitosamente, pelo presente, requerer digne-se V. Excia., de acordo com a lei, autorizar a restituição, ao suplicante, da importancia de 11.600 liras italianas, despendidas com o seu transporte, conforme os recibos juntos ao presente.
> Franca, 18 de Março de 1923
> Ferrarese Paulo[66]

A declaração do diretor do Departamento Estadual do Trabalho confirma os dados passados pelo imigrante e relata que a família foi contratada por intermédio de uma carta de chamada de conterrâneos instalados na fazenda Guaraciaba, que garantia auxílio ao imigrante. Todos esses documentos resultam no deferimento do pedido de restituição das onze mil e seiscentas liras italianas gastas pelos colonos para se deslocar até o novo mercado de trabalho.

Cada um desses requerimentos possui particularidades, por isso analisá-los, caso a caso, sob uma perspectiva dos deslocamentos humanos entre a Itália e o Brasil, corrobora para conhecer o processo imigratório em suas diferentes faces, principalmente o desenvolvimento de políticas imigratórias no decorrer do tempo.

Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro

No Arquivo Histórico Municipal de Franca buscamos levantar toda a documentação relativa aos prontuários de registro de estrangeiros, no nosso caso, de italianos residentes no município no período entre 1939 e 1945. Uma fonte bastante rica que permitiu conhecer melhor os italianos residentes nesta localidade, somada ao volume de dados obtidos no arquivo paroquial, forneceu dados socioeconômicos e profissionais para recompor a comunidade estudada.

---

[66] Pedido de restituição de passagens do Porto de Gênova ao Porto de Santos de Paolo Ferrarese. Requerimentos SACOP. Processo 283, 1923, p. 2.

Esse arquivo foi idealizado no final da década de 1980 com o intuito de abrigar a documentação do município, principalmente proveniente do Cartório Central da Comarca de Franca. As principais coleções do acervo são compostas de processos cíveis (inventários, testamentos, execuções), processos criminais (homicídios, furtos, seduções), processos trabalhistas, processos militares, livros cartoriais (cível e criminal), além de livros da prefeitura municipal (registros de sepultamentos, mapas e plantas) e vários outros papéis da Câmara Municipal. Alguns documentos da Delegacia de Polícia de Franca também fazem parte do acervo, tais como inquéritos e prontuários de registros de estrangeiro.

No ano de 2014, algumas dessas coleções passaram por um processo de digitalização depois de uma parceria entre o Arquivo Histórico e o *FamilySearch*, que possibilitou a disponibilização *online* de 931 prontuários de registros de estrangeiros. Essa iniciativa foi altamente vantajosa para os historiadores que buscam informações sobre imigrantes que não precisam mais se deslocar até o arquivo para consultar essas fontes.

1. Prontuários do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE)

O Registro Nacional de Estrangeiros foi instituído durante o Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, do presidente Getúlio Vargas, que ditava sobre a entrada e estabelecimento de estrangeiros no país. O RNE foi regulado posteriormente pelos artigos 130 a 164 do Decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938.

A determinação do Estado Novo obrigava que todos os indivíduos que não possuíssem a nacionalidade brasileira deveriam registrar-se nos órgãos policiais do lugar de residência. O último decreto estabelecia o Serviço de Registro de estrangeiros sob competência das delegacias de polícia no Distrito Federal e nos Estados, com a incumbência de expedir documentos comprobatórios das condições de permanência de estrangeiros no país. Ficou instituída a carteira de identidade para estrangeiros expedida pelo Instituto de Identificação ou repartição congênere nos Estados. Tal carteira fica conhecida como modelo 19 e era produzida conforme declarações prestadas pelos estrangeiros e, principalmente, por meio dos dados contidos no passaporte.

A carteira deveria ser obrigatória para todos os estrangeiros, entre 18 anos e 60 anos, que desejassem residir permanentemente ou exercer qualquer atividade remunerada em território nacional. A obrigatoriedade do RNE era fruto da radicalização burocrática das autoridades governamentais brasileiras diante do contexto histórico internacional às vésperas

da Segunda Guerra Mundial, principalmente como forma de conhecer a população estrangeira residente no país e driblar os problemas com a entrada de refugiados europeus.

Para demonstrar como era produzida o RNE tomamos como exemplo a Certidão de Registro do lavrador italiano Antonio Tardivo, nascido na província de Treviso, no ano de 1864, que chegou ao Brasil pelo porto de Santos, em outubro de 1897. Sua carteira de identidade foi expedida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros da Delegacia de Polícia de Franca, em 14 de fevereiro de 1942.

Imagem 6 - Registro de identidade do italiano Antonio Tardivo

POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

N.º

RVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

CERTIDÃO DO REGISTRO

CERTIFICO que o Sr. ANTONIO TARDIVO, de nacionalidade ITALIANA, natural de TREVISO, nascido aos 26/11/1864, filho de RAFAEL TARDIVO e de REGINA TARDIVO, de estado civil CASADO, exercendo a profissão de LAVRADOR, casado com DEMETILIA TARDIVO, de nacionalidade ITALIANA, nascida aos EM 1868, em TREVISO, com -- filhos menores de 18 anos, admitido no território nacional em caráter PERMANENTE, com permanência DEFINITIVA, nos termos do artigo : : : : : : : : : do Decreto : : : : : : : : : desembarcado em 20/10/1897, no porto de SANTOS, da embarcação IGNORA, cumpriu as exigências do artigo 149, do Decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938.

DELEGACIA DE POLICIA DE FRANCA, EM 14 de FEVEREIRO de 1942

Delegado de Polícia

Fonte: Acervo familiar.

Para que as autoridades policiais expedissem esse documento era produzido um prontuário com os dados do estrangeiro, que deveria ser encaminhado à Delegacia de Estrangeiros da capital. Contudo, alguns volumes desses prontuários permaneceram na sede da delegacia de Franca, sendo encaminhados ao Arquivo Histórico Municipal décadas depois.

Nesse conjunto, composto por 931 prontuários de estrangeiros de diversas nacionalidades, há 394 de imigrantes italianos.

Cada prontuário era composto por duas páginas preenchidas com as informações a respeito da origem dos estrangeiros, seus dados pessoais e profissionais, composição familiar, informações sobre a entrada e permanência no país, além de uma foto de identificação recente. Nesse acervo, encontramos o prontuário da esposa do italiano Antonio Tardivo, que segue transcrito:

> DELEGACIA DE POLÍCIA DE FRANCA
> SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS
> Nome: Demetilia Campanha
> Nacionalidade: Italiana Profissão: doméstica
> Idade: 74 anos Estado civil: casada
> Residência: Rua Padre Conrado, 35
> Onde trabalha? –
> Há quanto tempo reside no Brasil? 45 anos (...)
> Observações: Registrada de acordo com as declarações da registrada. (...)
>
> Sr. Delegado de Polícia de Franca
> Registre-se de acordo com o art. 149, do Decreto 3.010, de 20 de agosto de 1938
> Nome: Demetilia Campanha, natural de Treviso, nascida em 1868, de nacionalidade italiana, estado civil casada, filha de Baptista Campanha e Regina Campanha, profissão doméstica, empregada n -, com sede n -, casada com Antonio Tardivo (28/11/1864, Treviso), tendo filhos menores de 18 anos, que são: -, vem requerer a V. S. o seu registro nessa Delegacia, de acordo com o art. 149, do Decr. 3.010, de 20 de agosto de 1938, prestando as declarações que abaixo se lêem, na forma do questionário, representando absoluta expressão da verdade, e pelas quais responderá em qualquer tempo:
> Chegou ao Brasil, pela primeira vez, antes ou depois de 1º de janeiro de 1935? –
> Pôde precisar o ano? em 1897, o mês? Outº, o dia? 20, o nome da embarcação? Ignora, o porto de desembarque? Santos.
> Retirou-se do país depois da sua primeira entrada? Não
> Em caso afirmativo, indicar as datas de saída e regresso e o porto de desembarque no Brasil:
> Tem provas dessas alegações? Em caso afirmativo, junte-as.
> Está no país incluído em alguma das seguintes categorias: turista, visitante, em transito, representante de firma comercial, viagem de negócios, artista, conferencista, desportista, ou congênere? –
> Cumpridas, assim, as exigências, péde deferimento.
> Franca, 14 Fevº 1942
> A rogo:- Antonio Tardivo[67]

Com essa documentação conseguimos observar o tempo de permanência no Brasil, se o imigrante retornou alguma vez à Itália ou se reemigrou para outro país depois de sua primeira entrada aqui. Outra preocupação das autoridades policiais era conhecer a composição familiar, o endereço residencial e a profissão exercida por esses indivíduos. Se o imigrante fosse casado

---

[67] Fonte: Prontuário de RNE de Demetilia Campanha. Arquivo Histórico Municipal de Franca, caixa 068, estante 29.

e tivesse filhos menores de dezoito anos, havia um espaço dedicado a anotar o nome, a nacionalidade e a idade do cônjuge e filhos. Embora esses prontuários nem sempre tenham sido produzidos com base em documentos oficiais, muitos imigrantes apresentavam passaportes e registros civis expedidos em cartórios brasileiros como prova de suas alegações.

Sempre que possível, essas informações foram cruzadas com outras fontes coletadas no decorrer da pesquisa. Uma das principais virtualidades do uso dessa fonte é auxiliar na busca pelos registros de matrícula desses indivíduos na Hospedaria de Imigrante, baseando-se nos dados sobre a entrada e permanência deles no país.

Levantamentos e técnicas: a criação do banco de dados *Italianos em Franca*

O levantamento de fontes é uma tarefa bastante laboriosa para o historiador dedicado ao estudo das populações do passado e requer a exploração de um conjunto de documentos que não foram confeccionados para essa finalidade. Por isso, o historiador deve combinar metodologias seriais e de microanálise a fim de responder às questões propostas pela sua pesquisa, muitas vezes voltada para a demografia histórica e a história da família. A construção de um bom banco de dados vai além da escolha da população ideal e das variáveis a serem exploradas, da coleta das fontes e do lançamento dos dados em um *software* que permita análises futuras. É necessário um conhecimento prévio da bibliografia produzida nos estudos pioneiros, ampliando o horizonte de investigação a partir da experiência dos pesquisadores que já trilharam caminhos semelhantes.

As abordagens microanáliticas são privilegiadas pelos pesquisadores que visam identificar os indivíduos através de procedimentos técnico-metodológicos na busca por resultados quantitativos que revelem indicadores de caráter sócio-histórico das populações antigas. Desde a segunda metade do século passado, a redução da escala de observação propiciou a exploração de uma realidade não acessível aos modelos estrutural-funcionalistas vigentes. A micro-história desenvolveu-se através de duas proposições distintas: uma social e outra cultural, cujas bases foram a identificação nominativa dos indivíduos a fim de verificar toda a complexidade da vida social não captáveis pelos modelos analíticos que perseguiam leis, regularidades e estruturas gerais de funcionamento da sociedade[68]. O nome passou a ser o fio de Ariana que guia o pesquisador pelas séries documentais que se sobrepõem no tempo e no

---

[68] PRECIOSO, Daniel. Edoardo Grendi E Giovanni Levi: Da Antropologia À Microanálise Histórica (1977-1985). *In:* **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 21, n. 1, 2019, p. 152.

espaço. As linhas que convergem para o nome e dele partem permitem recompor uma imagem gráfica do tecido social em que cada indivíduo está inserido[69]. Aos poucos o levantamento das fontes permite a criação de uma biografia a partir de estruturas invisíveis dentro das quais o vivido se articula, aos moldes de uma prosopografia levantada a partir de uma série de *case studies*[70].

Os estudos que propuseram reconstituir as teias de relações sociais através da recomposição de trajetórias individuais e de grupo inauguraram o crescente interesse por explorar a documentação serial produzida pelas igrejas e cartórios ao longo dos séculos, voltando suas pesquisas para a demografia, a família e a comunidade. Vislumbrar os indivíduos e grupos por meio das fontes paroquiais e civis permitiu ao historiador conhecer as unidades familiares no tempo, seu ciclo de desenvolvimento e o universo em que as famílias se relacionam umas com as outras em termos quantitativos e qualitativos. Com o intuito de revelar o feixe de relações que interligava as famílias entre si, é fundamental cruzar sistematicamente a documentação que testemunhava indiretamente as relações nessa sociedade através das fontes da demografia e da economia, tais como registros paroquiais, atas civis e censos.

A demografia histórica estabeleceu-se como área do conhecimento a partir da preocupação em conhecer a estrutura da população, seu tamanho, sua composição e a evolução no tempo das variáveis demográficas, tais como a natalidade, a fecundidade, a mortalidade, a distribuição segundo o sexo, a idade, o estado conjugal e a região geográfica[71]. A demografia contemporânea conta com as estatísticas gerais que fornecem elementos para os estudos socioeconômicos em geral, no caso da demografia histórica nem sempre isso é possível. Por isso, os estudiosos sobre as populações do passado estão envoltos em duas abordagens: uma, através das fontes, e a outra, através de um tema proposto[72].

No primeiro caso, o historiador se depara com documentos passíveis de se analisar de maneira quantitativa e, só após a extração do máximo de informações contidas na fonte, combina os dados apurados com o interesse do seu estudo através de um problema de pesquisa. Contudo, raramente os historiadores não estão munidos de uma hipótese que delimita o campo

---

[69] GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Brentand Brasil, 1991, p. 174–5.
[70] *Ibid*., p. 176.
[71] BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 166.
[72] MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: Novos Umbrais, 1977, p. 30.

específico de estudo e as fontes exploradas. Essa segunda abordagem constitui o procedimento comum adotado pelos historiadores, que, não sendo demógrafos por formação, empregam dados demográficos em suas pesquisas.

Na ausência de fontes demográficas elaboradas especificamente para os estudos históricos, os registros paroquiais tornaram-se a fonte por excelência da Demografia Histórica. A Reconstituição de Paróquias e de Família, por sua vez, foram os métodos mais adequados para cruzar os dados coletados nas atas de batismo/nascimento, casamento e óbito em séries documentais que podem sobrepor-se no tempo. Sem dúvida, os métodos existentes podem sofrer adaptações para adequarem-se às necessidades da pesquisa e às características da comunidade investigada, principalmente perante a utilização de uma gama variada de documentos que pode ser cruzada a partir da identificação nominativa dos indivíduos.

O método em Demografia Histórica sempre esteve atrelado aos avanços do desenvolvimento tecnológico para a exploração quantitativa dos dados coletados nos registros vitais[73]. Em meados do século XX, as primeiras operações de análise dos dados paroquiais preocupavam-se em revelar os comportamentos mais gerais nos estudos sobre população no tocante à fecundidade, mortalidade, nupcialidade e sazonalidade dos fenômenos. Para isso, o pesquisador francês Louis Henry criou uma metodologia para a coleta e análise dos registros paroquiais franceses a partir da organização individual por ato (batismo, casamento e óbito) e o posterior cruzamento dos dados em uma ficha de família. Esse método ficou conhecido como *metodologia de Fleury-Henry*, pela publicação de um manual em coautoria com Michel Fleury que inclui a Reconstituição de Família e técnicas de análise demográfica. Essas disposições clássicas alcançaram grande sucesso por permitir estender a análise demográfica às populações do passado, e acompanhar a trajetória dos eventos vitais individuais e de grupos[74].

Posteriormente, com o avanço do uso de microcomputadores, o cruzamento e a identificação dos indivíduos passaram a ser efetuados no ato do levantamento. Em Portugal, a Reconstituição de Paróquias foi desenvolvida a partir dos avanços da informática na Universidade do Minho, por Maria Norberta Amorim, dando maior atenção ao estudo dos fenômenos demográficos, ao mesmo tempo que oferece uma análise social massiva e possibilita conhecer as dinâmicas da família e do grupo doméstico. O desenvolvimento dessa metodologia

---

[73] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 162.
[74] *Ibid*., p. 163.

promoveu o encadeamento genealógico de todos os residentes da paróquia e uma análise longitudinal que possibilita aos historiadores observar rupturas e permanências.

O cruzamento nominativo possibilita localizar um indivíduo através dos registros de nascimento, casamento e óbito, observando se ele migrou e com quem estabeleceu relações sociais. Agregar essas informações para um número grande de pessoas, em uma determinada época, permite formar um retrato bastante aproximado da população do passado, principalmente em comunidades onde é possível cruzar uma gama variada de fontes.

Nesse trabalho, fruto de uma experiência de pesquisa de, pelo menos, quatro anos, coletando fontes diversas sobre a presença de italianos e seus descendentes na microrregião de Franca, optamos por realizar o levantamento da documentação paroquial produzida entre os anos de 1885 e 1945, resultando na identificação de 8.832 grupos familiares. O recorte temporal, embora bastante desafiador para coletar as fontes, foi pensado para cobrir a história de pelo menos três gerações de famílias ítalo-brasileiras, aproveitando também a disponibilidade de fontes.

A única saída para contornar os problemas relativos à identificação correta dos mesmos indivíduos, nos diferentes registros ao longo do tempo, e agilizar a coleta desses dados, foi a criação de um banco de dados para lançar as informações coletadas nas diversas fontes pesquisadas, cruzando-as no ato do levantamento. Desta forma, para o período de 1885 a 1945, as anotações paroquiais da comunidade ítalo-brasileira contabilizaram os seguintes totais de registros:

Quadro 5 – Total de registros pesquisados

Tipo de registro	Quantidade
Batismos	22.834
Casamentos	4.743
Óbitos	7.561
Total de registros	35.138

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

Nossa engenharia de pesquisa visou inserir todas as informações dos agentes históricos em uma mesma planilha, decompondo cada evento em colunas, baseadas estritamente nas informações constantes em cada tipo de registro, que se tornariam as variáveis passíveis de análise. O volume de dados era assustador, mas a ânsia por transformar em fontes pesquisáveis aqueles inúmeros documentos amarelados gerou uma energia imensa para alimentar o *métier* do historiador.

Após um levantamento inicial da documentação que seria coletada foi projetada uma base de dados utilizando *Excel*, o editor de planilhas da *Microsoft*. Planejar uma planilha única para todas as fontes foi uma maneira de automatizar os procedimentos e facilitar a operação artesanal de lançar e cruzar os dados nominativos de uma só vez. A planilha é formada por colunas e linhas, ou seja, os campos e registros, respectivamente. Nas colunas indicam-se os campos do banco de dados, por exemplo, nacionalidade, sobrenome, nome. As linhas correspondem aos registros lançados, nesse caso, a uma *ficha de família*. Ao iniciarmos o trabalho de digitação dos dados, a planilha de fichas de família reunia as seguintes colunas:

Planilha *Fichas de Família* original

- Tipo de ficha

Informações pessoais (separadas do homem e da mulher)

- Nacionalidade
- Sobrenome
- Nome
- Data de nascimento
- Local de nascimento
- Idade ao casar
- Data de falecimento
- Local de falecimento
- Nome do pai
- Nome da mãe
- Profissão

Informações sobre o casamento

- Testemunha 1
- Testemunha 2
- Data
- Local

Dados dos filhos batizados (de 1 a 15)

- Nome
- Data de nascimento
- Data de batismo
- Local do batismo
- Padrinho
- Madrinha
- Data de casamento
- Local de casamento
- Nome do cônjuge
- Sogros
- Data de falecimento
- Local de falecimento
- Estado civil

Observações

Na metodologia clássica proposta por Fleury e Henry os registros seriam coletados em fichas individuais por ato, para depois serem preenchidos em uma ficha de família. Os indivíduos seriam identificados somente após todos os dados serem coletados em fichas separadas. No nosso caso, o cruzamento nominativo foi realizado diretamente, identificando

cada pessoa durante a coleta das fontes, economizando tempo de trabalho e complementando informações através de cada registro encontrado.

Todavia, o cruzamento nominativo direto e o encadeamento genealógico tornam o processo de coleta dos assentos vitais de suma responsabilidade, pois, uma vez realizada a identificação de um indivíduo, as suas informações estarão sempre vinculadas a uma ficha de família. Por outro lado, no levantamento por atos, o cruzamento das informações e a identificação dos indivíduos seria uma etapa posterior, cuja perda de tempo poderia prejudicar o volume de registros coletados.

Durante o preenchimento do banco de dados, a simples tentativa de organização das informações apresentou algumas questões técnicas que permitem refletir tanto sobre a confecção do documento quanto sobre o universo em que ele foi produzido. Inúmeros exemplos podem ser destacados, tais como a legitimidade dos filhos e o casamento de pessoas viúvas, cuja filiação era substituída pelo nome do cônjuge falecido. Nos assentos de casamento mais antigos também não era anotada a idade e o estado civil dos nubentes. Conforme essas e outras variáveis foram aparecendo durante o lançamento dos registros foi necessário inserir outras colunas na planilha original.

Se por um lado não podemos criar colunas para cada informação diferente encontrada na documentação, seria um pecado omitir dados constantes no documento. Um registro singular pode falar muito sobre a realidade vivida pelos indivíduos registrados. Por exemplo, no batismo de Antônio, filho dos italianos recém-imigrados Gaetano Veronese e Giovanna Barbin, havia, além do nome da madrinha, a informação que ela seria uma escravizada liberta do Barão de Franca. É certo que tal registro é único, mas não poderíamos ignorar sua existência por falta de um campo específico. Nesse caso, a informação foi lançada junto ao nome da madrinha, conforme consta no registro, *Antonia liberta (escrava do Barão da Franca)*.

Os dados sobre o casamento de pessoas viúvas levaram ao uso da coluna *Observações*, conforme menciona Tiago Gil, o famoso campo "onde costuma cair tudo aquilo que não fomos capazes de planejar"[75]. Nesse campo somaram-se também as informações sobre filhos ilegítimos e legitimados, casamentos realizados em oratório particular, batizados e casamentos realizados *in extremis* e inúmeros dados inconclusivos, tais como naturalidade e local de nascimento diferente de um registro para outro.

---

[75] GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015, p. 27.

A digitação dos dados na planilha é muito mais complexa do que pode se supor, principalmente quando se trata de uma população com nomes estrangeiros que foram adaptados ao português utilizado no interior do Brasil na virada do século XIX ao XX. Enquanto o cruzamento nominativo revela-se difícil e complexo para as populações luso-brasileiras, devido à falta de regras para transmissão dos nomes de família e ausência de sobrenomes para a maioria da população feminina, no caso dos ítalo-brasileiros o aportuguesamento e a tradição de batizar os filhos com nomes duplos é um dos principais empecilhos para um cruzamento nominativo mais eficaz.

Por exemplo, vejamos o que aconteceu com o chefe da família Di Carlo. O imigrante e patriarca da família no município de Franca foi registrado na Itália pelo nome duplo Angelo Camillo. No registro de matrícula da família na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo o chefe da família está arrolado como Angelo Di Carlo, mas em todos os demais registros do italiano em solo brasileiro o prenome Angelo desaparece. Inclusive em seu testamento, ele declara chamar-se apenas Camilo Di Carlo. Logo, o cruzamento manual é a única forma de localizar com maior exatidão os indivíduos presentes na documentação.

Levando em consideração que, após o lançamento dos registros paroquiais, a planilha *Fichas de Família* ainda receberia dados de outros documentos, foram criados novos campos. Por se tratar de uma fonte com informações que se complementavam, os campos referentes aos dados de entrada no país deveriam ser preenchidos a partir da coleta dos prontuários de Registro de Estrangeiro e dos registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo.

Novos campos criados na Planilha *Fichas de Família*
Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) ou Registro de matrícula na Hospedaria dos Imigrantes • Data do RNE • Data de nascimento • Profissão no RNE • Endereço • Data de entrada no Brasil • Nome do vapor • Idade ao imigrar

Ao finalizar o lançamento dos dados, surgiu a dúvida sobre a ascendência dos indivíduos, principalmente quanto aos filhos e netos de italianos. Na verdade, essa reflexão nasceu durante a análise da nacionalidade dos nubentes presentes na documentação, pois boa parte dos noivos com sobrenome italiano eram brasileiros. Para sanar esse problema, foi criado o campo *Ítalo-brasileiro* para identificar todos os indivíduos de ascendência italiana nascidos após a imigração da família. Para se ter uma ideia do problema, mais de 45% das mulheres e

38% dos homens brasileiros eram descendentes de italianos. Ainda foi possível identificar 16 argentinos, dois uruguaios e dois norte-americanos filhos de italianos nascidos durante o processo imigratório de seus pais.

A coleta dos dados diretamente nas fichas de família possibilitou o encadeamento genealógico, contribuindo para o aproveitamento do tempo e para um conhecimento mais aprofundado sobre os grupos familiares imigrantes e de seus descendentes. Contudo, ao final do lançamento dos dados, foram feitos ajustes para explorar as séries quantitativas, a partir das diferentes variáveis.

A principal adaptação realizada foi transformar o banco de dados de fichas de família, com todas as informações cruzadas, em uma base de dados por ato – batizados, casamentos, óbitos, registros de matrícula de imigrantes e prontuários de registro de estrangeiro. Ou seja, fazer o procedimento inverso da Reconstituição de família, com um tratamento diferenciado para cada fonte.

Nesse caso, todos os indivíduos já estavam ligados em uma ficha principal e encadeados à sua família, seria necessário criar números de identificação para cada ficha e registro lançado a fim de relacionar os indivíduos. Alguns passos foram seguidos, e devidamente anotados, para facilitar a compreensão dos dados após o "desmonte" da base original. Cada procedimento adotado tem sua funcionalidade, que agiliza o trabalho e facilita a exportação dos dados e a análise das variáveis demográficas.

Talvez um dos maiores problemas ao se pensar a História e a Informática é trabalhar com datas anteriores à 1900, pois o *Excel* insere essas datas como texto. Portanto, precisaríamos de uma solução para realizar cálculos com datas antigas, pois é inviável fazer contas ao processar dados em série. Para isso, utilizamos uma macro personalizada do *Microsoft Visual Basic* e padronizamos todas as datas no sistema AAAA-MM-DD (ano-mês-dia) com formato de texto. Assim, além de conseguir selecionar os eventos pelo ano, é possível realizar cálculos através de uma função. Por exemplo, essa adaptação permite calcular as idades exatas ao casar e a idade da mãe a partir dos registros de batismo.

Se temos todos os dados organizados adequadamente nas planilhas de batismo, casamento e óbito, basta alguns procedimentos básicos para exportar informações e extrair os dados das variáveis trabalhadas durante a pesquisa. Ao final da organização do banco de dados temos uma base centrada na fonte com encadeamento genealógico, além de muitas possibilidades de checar os dados e "arrancar" informações.

Para reestruturar o banco de dados conforme a metodologia clássica de Fleury-Henry, após o cruzamento de todas as fontes, o ideal foi começar com seis planilhas, com base nas fontes utilizadas, sendo elas: Fichas, Casamentos, Batismos, Óbitos, Matrícula de Imigrantes e Registro de Estrangeiros. Por fim, uma planilha Indivíduos foi elaborada para contabilizar o número de pessoas presentes no banco de dados e unir as informações pessoais de todos. Enumeramos a seguir as principais etapas do "desmonte" do banco de dados original com as famílias já reconstituídas para uma base de dados por ato individual:

1. Planilha *Fichas*: a planilha principal e base relacional das demais, gerada a partir da cópia das informações do banco de dados original e a criação de um número de identificação para cada família existente. Com 39 campos (colunas) e 8.832 registros (linhas), essa planilha contêm as informações pessoais sobre os cônjuges e o casamento. É a partir dessa planilha que os demais atos são encadeados.

Planilha *Fichas*
Id
Tipo de Ficha
Nacionalidade do casal
Nacionalidade*
Ítalo-brasileiro*
ID individual*
ID Imigrante*
Sobrenome*
Nome*
Data de nascimento*
Local de nascimento*
Estado ou Província de nascimento*
País de nascimento*
Observação sobre o local de nascimento*
Nome do pai*
Nome da mãe*
Profissão*
Data da proclama
Data do casamento
Local do casamento
Estado ou província do casamento
País do casamento
Observação sobre o casamento
Testemunha 1
Testemunha 2

*Campos preenchidos para cada um dos cônjuges

2. Planilha *Casamentos*: gerada a partir da planilha *Fichas*¸ utilizando fórmulas para a importação dos dados de cada registro. Cada campo foi preenchido a partir de uma fórmula que verificava a existência da data do casamento para importar os dados.

Planilha *Casamentos*
Id
Tipo de Ficha
Nacionalidade*
Sobrenome*
Nome*
Data de nascimento*
Local de nascimento*
Estado ou Província de nascimento*
País de nascimento*
Observação sobre o local de nascimento*
Nome do pai*
Nome da mãe*
Profissão*
Data da proclama
Data do casamento
Cidade do casamento
Estado ou província do casamento
País do casamento
Observação sobre o casamento
Testemunha 1
Testemunha 2

*Campos preenchidos para cada um dos cônjuges

A função utilizada para o preenchimento da planilha *Casamentos* utilizava uma lógica própria. Se o campo *Data do casamento* na tabela *Fichas* fosse diferente de “0000-00-00”, ou seja, tivesse uma data preenchida, o programa deveria apresentar a informação do campo desejado.

Função utilizada na Planilha *Casamentos*
=SE(FICHAS!$AJ2<>"0000-00-00";FICHAS![campo desejado];"")

Essa planilha contribui para conhecer os dados sobre a idade ao casar dos nubentes, a sazonalidade dos matrimônios e as alianças formadas através das uniões entre italianos e seus descendentes, observando as taxas de endogamia e exogamia dessa população no período estudado.

3. Planilha *Batismos*: gerada a partir da cópia de todos os campos sobre os batizados e o encadeamento do número de identificação da respectiva ficha de família. A partir dessa planilha poder-se-á conhecer as variáveis sobre fecundidade e analisar as redes sociais formadas através do compadrio batismal.

Planilha *Batismos*
Id do batismo
Id da ficha de família
Nome
Data de nascimento
Data de nascimento padronizada
Data do batizado
Local do batizado
Observações sobre o local do batizado
Nome do pai
Nome da mãe
Nome do padrinho
Nome da madrinha

4. Planilha *Óbitos*: essa planilha necessitou de uma atenção especial para garantir a extração dos dados de óbito de cada indivíduo na planilha *Filhas de família* original. Para isso, foi criado um número de identificação pessoal para cada um dos cônjuges a fim de importar as informações necessárias para cada campo, principalmente tentando sanar o problema de duplicidade nos casos de pessoas que se casaram mais de uma vez, identificando-os pelo número duplicado de identificação.

Planilha *Óbitos*
Id pessoal
Id óbito
Sobrenome
Nome
Data de falecimento
Local de falecimento
Idade
Nome do pai
Nome da mãe
Nome do cônjuge
Data de nascimento

Para a confecção dessa planilha foi utilizada a Função PROCV, que localiza itens em uma tabela por linha.

Função utilizada na Planilha *Óbitos*
=PROCV(Id pessoal; FICHAS!;[número do campo desejado];FALSO)

Foi necessário criar um campo para a data de nascimento a fim de calcular a idade ao falecer com maior precisão daqueles indivíduos que tiveram os dados sobre seu nascimento levantados no decorrer da pesquisa. Para isso foram combinadas duas funções lógicas. Se a data de nascimento fosse diferente de “0000-00-00”, utilizar-se-ia a função AgeFunc para calcular a diferença entre a data de nascimento e de falecimento. Caso não constasse a data do óbito, a função deixaria o campo em branco.

Função utilizada para calcular a idade ao falecer na Planilha *Óbitos*
=SE(Data de nascimento<>"0000-00-00";agefunc(Data de nascimento; Data de falecimento);"")

5. Planilha *Matrícula de Imigrantes*: essa tabela foi construída a partir da coleta dos registros de entrada de imigrantes na Hospedaria de São Paulo e outros portos brasileiros. Essa planilha já existia no banco de dados original e foi complementada com um número de identificação único para cada estrangeiro a fim de eliminar a duplicidade no caso de pessoas que recorreram a imigração mais de uma vez. Também foi criado um campo para identificar esses casos.

Planilha *Matrícula de Imigrantes*
Id imigrante
Tipo (Imigração ou Reemigração)
Família (identificada pelo nome do chefe de família)
Sobrenome
Nome
Idade
Sexo
Parentesco (em relação ao chefe de família)
Estado civil
Vapor
Religião
Procedência
Porto de entrada
Destino
ContaGov (caso a imigração tenha sido subsidiada)
Data de entrada no país
Profissão
Fazendeiro contratante
Observação
Volumes
Decreto
Chamada
Introdutor

Nesse caso, cada indivíduo teve o seu número de identificação de imigrante relacionado no campo específico na planilha *Fichas*, permitindo que seus dados de entrada no país sejam localizados com mais facilidade. Além disso, esses dados podem ser posteriormente importados para outras planilhas a fim de se realizar análises demográficas e históricas sobre a entrada desses indivíduos e grupos no país, a composição das famílias e a influência de subsídios para a entrada em massa de italianos no interior paulista.

Ao contrário das outras planilhas que foram construídas a partir de fontes primárias, os registros de imigração foram coletados de banco de dados disponíveis para consulta online a partir da busca pelo nome dos imigrantes que apareceram nos registros paroquiais. Atualmente, essa planilha conta com 4.976 registros, sendo 4.797 de imigração, 172 de reemigração e 7 de repatriação.

6. Planilha *Prontuários do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE)*: para criar essa base de dados foram extraídas informações sobre os imigrantes que se apresentaram na Delegacia de Polícia de Franca para a retirada de sua certidão de Registro de Estrangeiro após 1939. A partir dessa planilha podemos conhecer um perfil dos italianos residentes no município de Franca, o local de residência (se urbano ou rural), a profissão exercida, a quantidade de filhos menores de 18 anos e os dados sobre entrada e saída do Brasil.

Planilha Prontuários de *RNE*
Id prontuários
Id Imigrante
Data
Sobrenome
Nome
Estado civil
Data de nascimento
Local de nascimento
Estado ou província de nascimento
País de nascimento
Observação sobre o local de nascimento
Nome do pai
Nome da mãe
Nome do cônjuge
Profissão
Endereço
Filhos menores de 18 anos
Data de imigração
Nome do vapor
Porto de desembarque
Reemigração
Observações gerais

Para essa planilha foi utilizada a função SE, que localiza dados em uma mesma linha da tabela selecionada, nesse caso a planilha *Fichas de família* original. Caso o indivíduo apresentasse uma data de retirada do RNE a função localizaria um campo preenchido naquela mesma linha com as informações do registro.

Função utilizada na Planilha *Prontuários de RNE*
=SE(Campo Data do RNE<>”0000-00-00”;[campo desejado];“ ”)

7. Planilha *Indivíduos*: criada perante a necessidade de conhecer todas as pessoas existentes na base de dados com o propósito de quantificar e eliminar registros duplicados. Permite informar os dados de nascimento, casamento e óbito de todos. Nessa nova planilha muitos campos foram criados para dar conta das informações pessoais a partir do número de identificação de cada ato lançado na base de dados.

Planilha *Indivíduos*
Id indivíduo
Id da ficha de família
Id Imigrante
Id Pessoal na ficha
Id ficha de família dos pais
Id batismo
Id óbito
Sobrenome
Nome
Pai
Mãe
Cônjuge
Data de nascimento
Local de nascimento
Estado ou província de nascimento
País de nascimento
Observação sobre o local de nascimento
Data de batismo
Local de batismo
Sexo
Padrinho
Madrinha
Data de casamento
Local de casamento
Estado ou província do casamento
País do casamento
Idade ao casar
Sogro
Sogra
Data de falecimento
Local de falecimento
Idade ao falecer

A partir do número de identificação da ficha de família e do batismo todas as informações são importadas para a nova planilha. Através da função PROCV os campos são preenchidos automaticamente, aproveitando o relacionamento realizado pelo número de identificação de cada registro com o nome dos indivíduos.

Função utilizada na Planilha *Indivíduos*
=PROCV(Id procurado; Planilha fichas/batismo/óbito; número do campo desejado; FALSO)

Com todos os campos organizados adequadamente após a exportação dos registros, precisamos eliminar os duplicados, a partir do cruzamento entre os dados de batismo e casamento. Para isso, selecionamos todos os indivíduos pelo nome dos pais e inserimos o *Id* do batismo no campo do registro daquela pessoa, copiando posteriormente os dados do batismo dela e eliminando a linha com o batismo duplicado. No caso de pessoas casadas mais de uma vez, utilizamos uma formação condicional para localizar os dados e realçar os valores duplicados.

Todos esses procedimentos permitem um sistema complexo de análise de famílias, de modo a realizar estudos qualitativos e quantitativos e análises de múltiplos fenômenos sociais. O tempo dispendido para a alimentação, padronização e automatização das tabelas é compensado pela facilidade na extração dos dados.

O cruzamento nominativo de fontes que realizamos foi uma técnica para compilar as informações sobre os indivíduos, associando-os uns com os outros, de acordo com regras estabelecidas no processo de coleta das fontes. Tanto a metodologia clássica da Reconstituição de Famílias (Fleury e Henry, 1976), quanto a metodologia de Reconstituição de Paróquias (Amorim, 1991) e os avanços possibilitados pelas bases de dados, a exemplo do programa informatizado NACAOB[76], forneceram bases sólidas para essa investigação que envolveu o cruzamento nominativo a partir de registros paroquiais e levantamento de um leque bastante amplo de fontes para alcançar a maior quantidade possível de informações sobre um indivíduo ao longo de toda a sua vida. Esse processo, perseguido durante todo a pesquisa, visou aprofundar ao máximo o estudo da comunidade imigrante italiana para a microrregião de Franca.

A análise das redes migratórias

Alguns *softwares* possibilitam a estruturação e representação de dados a fim de construir padrões de relações que não eram identificáveis pela tabulação cruzada no banco de dados. Uma alternativa para explorar esses dados foi manipular e analisar essas informações em forma de redes. Os historiadores apoiam-se na noção de rede social como uma metáfora para a complexidade e extensão dos vínculos relacionais, até mesmo como alternativa teórica à rigidez das análises estrutural-funcionalistas do passado. Contudo, nem sempre utilizam o vocabulário e as técnicas oferecidas pelos campos interdisciplinares de análise, principalmente com os desenvolvimentos formais da Análise de Redes Sociais (ARS) – no inglês, *Social Network Analysis*, que se apropria da sociologia interrelacional, dos métodos sociométricos e do sociograma como método de visualização de dados relacionais.

Ao lado dessa tradição de modelagem de redes, desenvolveu-se no campo antropológico a ideia de uma estrutura de rede social constituída pelos indivíduos por meio de seus contatos

---

[76] O programa NACAOB foi desenvolvido por Dario Scott, no início dos anos 1990, para coleta e organização das informações referentes ao Batismo/Nascimento, Casamento e Óbito, disponíveis nos registros paroquiais e civis para auxiliar os pesquisadores que se valem de fontes nominativas para seus estudos na área da Demografia Histórica e História da Família.

e das relações pelas quais se formam. Na década de 1950, o antropólogo John Barnes realizou um detalhado estudo etnográfico da vila de Bremnes, uma pequena paróquia no oeste da Noruega. Esse trabalho demonstrou, estruturalmente, como funciona o conceito de redes sociais, ao concluir que as condições de vida naquela sociedade estavam relacionadas ao acesso diferencial à informação e aos recursos resultante das relações de amizade, parentesco e vizinhança. Barnes definiu esse campo interacional, sem fronteiras claras e sem organizações coordenadas, como rede social:

> Cada pessoa está em contato com outras, e algumas delas não. De modo similar, cada pessoa tem certo número de amigos, e estes amigos têm seus próprios amigos. Alguns desses amigos conhecem-se uns aos outros, outros não. Considero conveniente chamar de rede um campo social como esse.[77]

A riqueza dessa nova abordagem resultou na exploração das relações individuais e da configuração dos papéis sociais. Com o tempo, essa tradição começa a ganhar sofisticação técnica e metodológica, graças a incorporação do arsenal da teoria matemática dos *grafos* e de uma operacionalização dos conceitos-chave, com a criação de um vocabulário conceitual de análise rigorosa. No passado, os estudos tenderam a se concentrar na análise de grupos relativamente restritos, entretanto, com o desenvolvimento das técnicas de representação gráfica, foram tendo espaço pesquisas em diferentes escalas, da microanálise das relações interpessoais à dinâmica dos sistemas globais. Em sua vasta obra de intersecção entre sociologia e história, Charles Tilly sugeriu a necessidade de conhecer sistematicamente as estruturas relacionais e suas variações no tempo e no espaço, argumentando que padrões complexos emergem dessas estruturas[78].

O objetivo central da *ARS* é identificar e interpretar configurações de vínculos e contatos sociais entre atores, aplicando ferramentas analíticas a diferentes tipos de relações. Um pressuposto básico da *ARS* é que atores e suas ações são interdependentes, e os laços em que esses atores estão produzindo são canais para fluxos de recursos sociais, materiais e de informações. Atores podem ser indivíduos, famílias, empresas, organizações, países; e estão frequentemente envolvidos em múltiplas relações, de vínculos fortes ou contatos eventuais. A

---

[77] BARNES, John. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. *In:* **Human Relations**, v. 7, n. 1, p. 39–58, 1954, p. 43 apud MENDES, Fabio Faria. Família, História e Redes Sociais. *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.). **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 41.

[78] MENDES, Fabio Faria. Família, História e Redes Sociais. *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.). **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 43.

ARS permite a análise de redes ancoradas entre um indivíduo e sua perspectiva (*ego-networks*) e de redes sociais de múltiplos egos, que envolvem laços extensos[79].

Diferentemente dos métodos estatísticos convencionais em que colunas e linhas apresentam as mensurações tabulares, os dados da análise de redes são visualizados por *grafos*, que representam a arquitetura de uma rede, combinando conjuntos de vértices e linhas entre pares de vértices. Nos grafos os atores são representados por vértices e as relações por linhas e arcos. Eles podem ser simétricos ou assimétricos e funcionam como uma ferramenta de análise exploratória para confrontar grandes volumes de dados relacionais.

O uso do arsenal nominativo como elemento da reconstrução de redes representa um avanço no programa microhistórico. Na reconstituição de comunidades históricas, a configuração de relações permite conhecer os efeitos sobre a dinâmica das interações sociais, principalmente quando utilizado para dados relacionais históricos, como aqueles coletados nos registros vitais nominativos do passado, a representação visual permite sumarizar, decompor e reorganizar grandes volumes de informações. Na pesquisa em história da família e demografia histórica, as ferramentas da ARS servem para constituir e armazenar informações relacionais e genealógicas oriundas da reconstituição de famílias; visualizar, representar e identificar padrões relacionais; e, por fim, computar e analisar padrões estruturais de comunidades históricas.

As formas de visualização e análise oferecidas pela *ARS* permitiram inspecionar os componentes da população estudada. Apesar de não utilizar *softwares* para a representação automática das redes migratórias elaboradas nessa pesquisa, buscamos produzir manualmente grafos para representar as teias de relações e as genealogias do passado ítalo-brasileiro no universo estudado.

---

[79] *Ibidem.*

Capítulo 2 – Comunidade e população

Nas abordagens baseadas no cruzamento de fontes para reconstituir a trajetória dos agentes históricos, emergem estudos de comunidade, que normalmente contribuem para a confecção de estudos quantificáveis sobre as populações do passado. É importante pensar sobre o conceito de comunidade e as razões que nos levam a utilizá-lo para responder às questões propostas em nosso estudo.

Uma definição precisa do conceito de comunidade não é fácil de ser alcançada, embora ela possa ser definida como um grupo de pessoas vivendo em um território, com um modo de vida e ideais em comum. A sociedade moderna desenvolveu uma ideia de comunidade oposta à sua realidade no final do século XIX, cujas bases teriam sido solapadas pela industrialização e urbanização. No âmbito dos estudos de comunidade, os indivíduos estão ligados por laços de parentesco, vínculos geográficos e afetivos, contudo esses laços de sangue, lugar e mentalidade foram quebrados na transição para a sociedade moderna.

Alguns estudos não observam a comunidade apenas sob a perspectiva do espaço geográfico, demarcado fisicamente. Na sociologia, o interesse pelas relações sociais coloca em segundo plano o enfoque da localidade. Para os historiadores, os estudos de comunidade servem como um método ou uma via para a seleção de dados, embora Macfarlane advirta que o método utilizado para a coleta das fontes pode persuadir o investigador que ele está a estudar uma comunidade no sentido teórico, que buscaria refletir uma parte da realidade observada. O mesmo autor argumenta que o estudo de comunidade pode ser tanto a seleção de uma unidade de observação quanto a análise de um sistema inteligível. Para Ana Silvia Volpi Scott, em seu trabalho sobre a comunidade portuguesa de São Tiago de Ronfe,

> o estudo de comunidade é um dos meios mais indicados para se avaliar como os indivíduos, que viveram num determinado espaço geográfico e num dado espaço temporal, definiram os seus arranjos familiares, como organizaram os seus agregados domésticos, como se relacionavam com parentes e vizinhos, como sobreviveram à passagem das gerações (em termos de transmissão de autoridade e de patrimônio) e como tiveram (se tiveram) acesso aos meios de produção, principalmente a terra.[80]

A importância do cruzamento de um leque variado de informações corrobora uma análise intensa e profunda no campo dos estudos de comunidade. Além disso, uma característica

---

[80] SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 25–6.

inovadora desse campo de estudos é a utilização de metodologias multidisciplinares, que resvalam em terrenos da História, da Antropologia e da Sociologia.

Para nós, o enquadramento da investigação é fundamental para problematizar o estudo sobre a família em uma comunidade receptora de imigrantes. Por isso, nossa preocupação em não cair numa delimitação excessiva, aos moldes de um "paroquialismo", mas superar este tipo de abordagem ao dar atenção as possibilidades de compreender problemas de caráter global, que transcendem a comunidade mesmo tendo como referência a investigação circunscrita de uma localidade.

Essa noção de localidade tem caráter analítico e operacional, pois é uma ferramenta para se chegar ao conhecimento pretendido a partir de um espaço em contínuo movimento. A microrregião de Franca é um produto das relações estabelecidas entre a sociedade e o meio físico naquele momento. Com base em Ciro Flamarion Cardoso:

> a única maneira de usar com proveito a noção de região consiste em defini-la operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira 'correta' de recortar o espaço e de definir blocos regionais. As razões são principalmente duas: 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou de ação prática; 2) além disso as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas.[81]

No nosso caso específico, temos o anseio de conhecer melhor um grupo específico, documentando e descrevendo essa população de forma complexa por meio do cruzamento nominativo. Ao cabo dessa pesquisa, buscamos um conhecimento inédito sobre a singular experiência imigrante de italianos no interior paulista, que servirá para comparação sistemática com outros casos, tanto de Franca perante outros municípios quanto de italianos frente a outros grupos étnicos.

Franca: população e sociedade

No princípio, o arraial de Franca, situado a 20º 28' de latitude e 47º 26' de longitude, possuía uma perspectiva agradável, suavemente declinado. A zona central era um comprido campo de norte ao sul, cujo declive próximo aos ribeirões ao leste e oeste formavam uma península. A área em que se situa apresenta uma topografia diversificada de relevos e posição

---

[81] CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 73.

privilegiada de vias de passagem para o centro do Brasil – Goiás – constituindo uma via de circulação terrestre que ligava São Paulo rumo ao interior.

Imagem 7 – Praça Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1909

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri.

A gênese e a evolução do povoamento do interior paulista foi motivo de estudos que permitiram conhecer o desenvolvimento social e econômico da sociedade paulista no decorrer dos séculos. Ao lado disto, os trabalhos diretamente demográficos desvelaram a história da população que plantou as bases para a configuração atual que conhecemos.

Os viajantes dos primeiros decênios do século XIX que pousaram nas paragens de Franca relatam um interior inóspito e sem leis, povoado por mineiros que ali chegaram por falta de espaço na sua região natal ou fugindo de perseguições[82]. A historiografia aponta que o grande contingente de entrantes mineiros foi responsável por desenvolver uma tradição pecuária que se tornou a principal atividade econômica praticada nessas terras.

---

[82] Luis D'Alincourt e Auguste de Saint Hilaire deixaram seus relatos sobre sua passagem à Freguesia. Ver: D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal, 2006, p. 48 e SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** São Paulo: Martins Ed., 1940, p. 117.

O modo de vida rural marcava o cotidiano composto por gente pobre, criadores e negociantes sem recursos. Da propriedade rural provinha a condição social e determinava o poder, a autoridade e o prestígio. Essas características permaneceram por longo tempo.

Somente no final do século a configuração da região foi alterada. A chegada da ferrovia com a Companhia de Estradas de Ferro Mogiana seguiu os traçados antigos dos indígenas e bandeirantes no caminho dos goiases. A região de Franca insere-se, então, nas chamadas novas zonas cafeeiras após a entrada de São Paulo no cenário econômico exportador do Império. Nesse cenário, o território francano sofrera intensos desmembramentos e uma série de mudanças sociais e econômicas.

A entrada do município de Franca no circuito da cafeicultura paulista incidiu em alterações demográficas profundas, com a atração de mão de obra livre de imigrantes europeus, principalmente italianos. Esse incremento populacional desembocou na industrialização apresentada no século seguinte, com a especialização de imigrantes na produção de calçados e o desenvolvimento econômico ligado à cadeia coureiro-calçadista.

De freguesia à microrregião

O território cortado pelo caminho da cidade de São Paulo às terras dos índios Goiazes pertencia ao Termo da vila de Jundiaí desde 1655. Apenas em 1769, a porção Norte foi desmembrada a partir da criação da vila de Mogi Mirim. A região entre os rios Pardo e Grande, conhecida como Sertão do Rio Pardo, era ocupada pelos paulistas que foram se fixando às margens do caminho de Goiás[83]. Embora parcamente habitada, essas terras eram a principal rota entre a região litorânea paulista e o Centro-Oeste[84].

A primeira fragmentação na antiga circunscrição administrativa ao norte de Mogi Mirim foi realizada com a elevação da Freguesia de Franca à vila, em 1821, cuja Câmara foi instalada apenas em 1824, com o nome de vila Franca do Imperador[85]. Em 1828, o território da vila

---

[83] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 2.
[84] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986.
[85] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 81.

possuía mais de 12.000 km² e uma presença predominante de mineiros, que trouxera consigo seus hábitos, costumes e práticas como a criação de gado bovino nos campos pouco povoados[86].

Em meados do século XVIII, a queda no vigor da atividade mineradora na Capitania de Minas Gerais provocou um intenso fluxo da população em direção às suas fronteiras, com a abertura de novas áreas para exploração de outras atividades econômicas, que mobilizou pessoas e famílias[87] para as pastagens do norte da província de São Paulo[88]. Esse processo não era apenas econômico, mas também demográfico, visto que o esvaziamento das vilas formadas em função da atividade mineradora provocou o povoamento de outras áreas de exploração[89], onde grande parte dos entrantes fixaram residência e deixaram sua descendência. Esse período foi marcado pela legitimação de posses antigas, pela requisição de novas sesmarias e pelas transações de terra[90] em todo o Sertão do Rio Pardo.

Os entrantes povoadores de Franca não eram homens de posses, mas, certamente, possuíam nível de vida superior aos habitantes do sertão[91]. Luís d'Alincourt[92] relatou em suas memórias que "antes desta fundação eram estes terrenos demasiadamente infestados pelos selvagens"[93]; por sua vez, Saint Hilaire classificou os antigos moradores das paragens que iam de Mogi Mirim até o Rio Grande como homens rudes, ignorantes e estúpidos[94], diferente dos mineiros povoadores mais recentes, com maiores vínculos com a civilização[95]. As descrições dos modos de ser distintos dos paulistas e mineiros estavam associadas aos níveis de riqueza e o processo de povoamento, o primeiro estritamente ligado à expansão mercantil colonial

---

[86] SILVA, Almir de Paula e. **A microrregião de Franca (SP): a chegada do café numa região de pequenas propriedades e a manutenção da dinâmica social e econômica em fins do século XIX.** *In*: X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas, 2013, Juiz de Fora (MG). Programação e Caderno de Resumos, 2013, p. 5.
[87] RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista.** Orientadores: Clotilde Andrade Paiva; Diana Reiko Tutiya Oya Sawyer; João Antônio de Paula. 2008, 365 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008, p. 76.
[88] MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 72.
[89] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 59.
[90] *Ibid*., p. 63.
[91] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986, p. 40.
[92] Viajante francês que passou pela freguesia de Franca em 1818.
[93] D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá.** Brasília: Senado Federal, 2006, p. 48.
[94] SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** São Paulo: Martins Ed., 1940, p. 112.
[95] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986, p. 40.

europeia, enquanto o outro marcado pelas redefinições políticas, sociais e econômicas de uma sociedade já bastante urbanizada, com conceitos de identidade e civilidade estranhos aos paulistas ainda rústicos[96].

O fundador da freguesia de Franca, Capitão Hipólito Antônio Pinheiro, chegou ao Sertão do Rio Pardo nos primeiros anos do século XIX, trazendo consigo "os Barcelos, os Ferreira, os Menezes, os Faria"[97]. Todas as primeiras famílias estabelecidas em Franca estavam ligadas por laços de consanguinidade e, logo, tornaram-se parentes dos novos grupos que estabelecer-se-iam posteriormente. A partir daí, a corrente migratória mineira não cessa, cimentando suas bases econômicas, sua organização política, religiosa e judiciária. A vida religiosa era composta por duas igrejas: a matriz de Nossa Senhora da Conceição e a de Nossa Senhora do Rosário.

Embora Saint Hilaire tenha descrito a má fama do lugar por causa dos facinorosos que o habitam e nada temem por falta de Justiça, por outro lado diz ter encontrado habitantes industriosos e trabalhadores, empenhados na produção de tecidos de algodão, toalhas, colchas, cobertores e até espingardas[98]. Ainda segundo os relatos do viajante francês, a principal produção era de gado vacum, porcos e algodão, mas também de milho, feijão e legumes. Nesse período, a região firmou-se como entreposto comercial, pois era necessária a troca de produtos excedentes por sal para a criação bovina. Geralmente, a produção excedente ia para Campinas em carros de boi, retornando à região com cargas de sal para a atividade pecuária.

O desenvolvimento demográfico foi contínuo e progressivo pela entrada dos migrantes mineiros, tanto é que, no ano de 1811, os moradores do sertão enviaram ao Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, pedido para a criação de duas freguesias nesse trecho. Apesar da dificuldade para a remuneração de mais um pároco e a construção de uma capela para servir como sede de paróquia, no ano de 1814 a Mesa da Consciência aprovou a instalação das duas freguesias solicitadas: Casa Branca e Batatais, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores e do Senhor Bom Jesus da Cana Verde, respectivamente. No entanto, os fregueses de Franca, Batatais e Casa Branca continuaram munícipes de Mogi Mirim até a instalação da vila Franca.

---

[96] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 87.
[97] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986, p. 41.
[98] SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** São Paulo: Martins Ed., 1940, p. 48–49.

Imagem 8 - Desmembramento das vilas de Batatais e Casa Branca

Fonte: SILVA, Almir de Paula e. **A microrregião de Franca (SP): a chegada do café numa região de pequenas propriedades e a manutenção da dinâmica social e econômica em fins do século XIX.** *In*: X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas, 2013, Juiz de Fora (MG). Programação e Caderno de Resumos, 2013, p. 10.

Apesar da instalação da freguesia representar um passo para o reconhecimento oficial de um arraial, somente com a criação da vila que se concretizaria a autonomia política e administrativa da localidade. Segundo D'Alincourt, a elevação do arraial de Franca à categoria de vila era uma medida necessária para sanar os problemas da violência, dos atos criminosos e dos desmandos dos poderosos locais. Ainda assim, a sociedade brasileira vivia o turbulento período regencial, com levantes em praticamente todas as províncias e uma política nas mãos de grandes proprietários do interior e chefes de grandes famílias. As disputas pelo poder dos proprietários rurais entre si nem sempre usavam meios pacíficos. No ano de 1838, Franca foi palco de um movimento sedicioso liderado por Anselmo Ferreira de Barcellos, sobrinho do capitão fundador da freguesia, que culminou na morte do juiz de paz Manoel Rodrigues Pombo.

A Anselmada, como ficou conhecida a rebelião, influenciou diretamente na configuração político-administrativa local. Para manter a ordem, o governo provincial determinou que o julgamento deveria ser realizado fora dos limites da vila. Por isso, em 14 de março de 1839, a então freguesia de São Bom Jesus da Cana Verde foi elevada à categoria de vila com o intuito de receber o júri e sediar a recém-criada Comarca de Franca e Mojimirim[99]. A criação da vila de Batatais foi o primeiro desmembramento do território de Franca, cuja área corresponde atualmente a quinze municípios[100].

---

[99] BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 82.

[100] Os municípios desmembrados do território da vila de Batatais são: Altinópolis, Cajuru, Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Cássia dos Coqueiros, Orlândia, Sales Oliveira, Nuporanga, Morro Agudo, São Joaquim da Barra, Ipuã, Guaíra, Brodósqui e Jardinópolis.

Em 01 de março de 1842, foi criado o Distrito Policial de Franca, sendo a vila elevada à categoria de cidade apenas em 24 de abril de 1856. No entanto, o arraial já teria adquirido autonomia desde a criação da vila, inclusive possuindo um Código de Posturas próprio.

Nesse tempo, a palavra sertão já havia deixado de expressar a realidade, pois as várias áreas não devidamente incorporadas à administração laica e eclesiástica foram se individualizando em freguesias e arraiais e, depois, nas vilas. Segundo o historiador José Chiachiri Filho:

> Do [rio] Grande ao [rio] Pardo as terras começaram a ganhar nome: Capela de Santa Rita do Paraíso (Igarapava), Capela do Carmo da Franca (Ituverava), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca, Freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde de Batatais, Espírito Santo da Cana Verde (Nuporanga), Mato Grosso dos Batatais (Altinópolis), Capela do Cajuru etc.[101]

Em 1873, o território de Franca vai sofrer novas alterações com a criação do município de Igarapava, que se desmembraria nos municípios de Rifaina, Pedregulho, Buritizal e Aramina. Dez anos mais tarde, a área do município perde os territórios de Patrocínio Paulista e Ituverava, que dariam origem, o primeiro a Itirapuã e o outro a Guará e Miguelópolis.

No século XX, o processo de desenvolvimento demográfico das pequenas comunidades deu origem aos municípios de Cristais Paulista, Jeriquara, Restinga, Ribeirão Corrente e São José da Bela Vista. Três fatores foram essenciais para o surgimento desses pequenos povoados: o garimpo, a cafeicultura e a ferrovia.

A microrregião de Franca sofreu intensas mudanças socioeconômicas com o avanço da cafeicultura e o advento da ferrovia. Ainda assim, a expansão cafeeira não se tornou uma atividade monocultora, mas assistiu-se à preservação das antigas culturas que serviam ao abastecimento interno e regional. Graças à manutenção de atividades paralelas ao plantio de café em pequenas propriedades, a região superou melhor a crise nacional do café, na década de 1930.

De onde falamos e até onde fomos: território e Igreja

Durante o século XIX, os limites atuais da microrregião de Franca foram alvo de um processo de transformação territorial influenciado por processos globais, marcados pela chegada da ferrovia e dos imigrantes europeus. Suas origens remontam ao antigo caminho de

---

[101] CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca: Ribeirão Gráfica, 1986, p. 56.

Goiás e ao adensamento da ocupação de determinadas áreas que culminou em inúmeras fragmentações político-administrativas. Até a segunda metade do século, existia apenas o município de Franca.

No estudo sobre o povoamento e as divisões administrativas e religiosas do município de Franca, é necessário estabelecer dois parâmetros: a reconstituição dos limites da paróquia de Nossa Senhora da Conceição e dos territórios que a compunham no século XIX e XX. Foi preciso partir das origens para compreender a história das áreas fragmentadas com o passar do tempo. Independentemente das transformações, o território da paróquia na segunda metade do século XIX é semelhante ao da microrregião de Franca atual, composto pelos municípios de Cristais Paulista, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

Mapa 1 - Microrregião de Franca atualmente

Fonte: Elaboração própria.

Tentaremos demonstrar e definir os limites e a origem dos municípios que pertencem à sua atual microrregião, mas, que, por muito tempo, foram vilas periféricas de Franca. Desde já, é necessário notar que esses municípios foram desmembrados do território de Franca e formaram cidades novas entre os anos de 1885 e 1964. Com exceção de Pedregulho e Rifaina que pertenciam à vila de Igarapava, desmembrada de Franca desde 1873. Em outras palavras, no final do século XIX, o território de Franca compreendia a atual configuração da microrregião (com exceção da área norte).

O povoamento do território do planalto francano, de relevo ondulado, entre os rios Sapucaí e Grande, que formavam originalmente o território de Franca, foi feito a partir de pequenas aglomerações humanas envolvidas nas atividades de garimpo, em Patrocínio Paulista e Itirapuã; no avanço das plantações de café, em São José da Bela Vista; e, na instalação de estações de trem, em Restinga, Cristais Paulista e Pedregulho.

Quadro 6 - Estabelecimento e evolução das vilas compreendidas no território da microrregião de Franca

Localidade	Direção	Distância a partir de Franca (em km)	Origem da capela	Data de separação		Processo gênese do povoado	Município de onde desmembrou
				Eclesiástica	Civil		
Cristais Paulista	Norte	15,9	28/07/1910	19/03/1924	1959	Ferrovia	Franca
Franca	Centro	-	05/12/1805	-	1821	Ponto de pouso	Mogi-Mirim
Itirapuã	Sudeste	23,6		20/01/1968	1948	Garimpo	Pat. Paulista
Jeriquara	Noroeste	31,1		10/08/2011	1964	Doação de terra	Franca
Patrocínio Paulista	Sudeste	18	05/08/1875	1875	1885	Garimpo	Franca
Pedregulho	Norte	32,2	21/02/1904	19/03/1924	1921	Estação ferroviária	Igarapava
Restinga	Sul	10		12/10/1992	1964	Estação ferroviária	Franca
Ribeirão Corrente	Oeste	20,1		10/10/2011	1964	Ponto de pouso/doação	Franca
Rifaina	Norte	51,1		1909	1948	Ponto de pouso	Pedregulho
São José da Bela Vista	Oeste	23,8	23/09/1899	04/11/1899	1948	Cafeicultura	Franca

Fontes: SILVA, Almir de Paula e. A microrregião de Franca (SP): a chegada do café numa região de pequenas propriedades e a manutenção da dinâmica social e econômica em fins do século XIX. In: X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas, 2013, Juiz de Fora (MG). Programação e Caderno de Resumos, 2013. Os dados geográficos foram extraídos do portal Cidade-Brasil, disponível em: https://encr.pw/Cp0JZ, acesso em: jan 2021. As informações eclesiásticas foram elaboradas a partir dos dados extraídos junto à Cúria Diocesana de Franca.

Sem dúvida, a qualidade do solo de "terra roxa" em São José da Bela Vista influenciou para a formação e o desenvolvimento do povoamento próximo às plantações de café, beneficiada pela penetração de imigrantes. O caso de Cristais Paulista, Pedregulho e Restinga se inscreve no binômio café-ferrovia, pois surgiram em torno das estações férreas construídas pela instalação do ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

As capelas que se tornaram outros centros de desenvolvimento demográfico, religioso e administrativo do antigo território de Franca e sentiram, cada uma, a presença da imigração italiana foram as seguintes:

PATROCÍNIO PAULISTA/ITIRAPUÃ (sudeste): Por volta de 1830, os primeiros garimpeiros adventícios começaram a povoar o sertão. Em 1875, é criada a capela de Nossa Senhora do Patrocínio no Garimpo do Sapucaí, que tornar-se-ia vila dez anos depois. No final do século é notada uma presença pequena de italianos vivendo nas fazendas do município. Nessa mesma época, a expansão garimpeira para leste foi responsável pelo deslocamento de algumas famílias e a construção de moradias que daria formação ao povoado de Itirapuã, sob o orago de Nossa Senhora Aparecida desde 1892.

RIFAINA (norte): a mais afastada das capelas outrora pertencentes ao território de Franca, e situada sobre a rota para os bandeirantes e sertanistas desde meados do século XVI. Seu

povoamento efetivo aconteceu a partir da construção da ponte férrea que ligava Franca ao Desemboque, no lugar já conhecido de pouso dos viajantes rumo ao Centro-Oeste. Em janeiro de 1862, a Diocese de São Paulo recebeu a doação do terreno nas vizinhanças do Rio Grande para dar origem ao arraial de Santo Antônio do Cervo, que se tornaria freguesia no ano de 1873, pertencente ao recém-criado município de Santa Rita do Paraíso, atual Igarapava.

RIBEIRÃO CORRENTE (oeste): na década de 1860, diversos mineiros estabeleceram-se na região banhada pelo ribeirão Corrente. Em 1880, Francisco Franco doou uma gleba de terra para a formação de um patrimônio, sob o nome de Santa Cruz. Em torno do cruzeiro e da capela surgiu o povoado de Santa Cruz de Ribeirão Corrente, que se tornaria distrito de paz no ano de 1896.

JERIQUARA (noroeste): a gênese do povoamento do arraial de São Sebastião da Ponte Nova foi a doação de uma gleba de terra feita pelo Capitão Antônio Joaquim de Souza Costa ao "Glorioso Mártir São Sebastião", em 25 de outubro de 1876. Em 1883, o Bispo de São Paulo concedeu a ereção da capela e do cemitério. Nos quadros de apuração do recenseamento de 1920, a vila de Ponte Nova figura no município de Franca. Apenas em 1926 é criado o distrito de paz, sob a denominação de Jeriquara, mas os atos religiosos continuam sob a administração de Franca e, posteriormente, da Igreja de Cristais Paulista.

PEDREGULHO (norte): Teve sua fundação com a instalação da estação ferroviária da Companhia Mogiana, em 1897. As lavouras em torno da recém-construída estrada de ferro logo se tornaram um pequeno povoado com doações de terras do Major Antônio Cândido Branquinho e do Capitão Elias Moreira para a implantação do patrimônio junto à estação. Logo, a construção de casas superou a vizinha estação do Chapadão, e foi construída a capela de Nossa Senhora Aparecida. Em 1902, o núcleo urbano foi elevado à distrito de paz. Desde as primeiras décadas do século XX, Pedregulho conserva dois distritos rurais: Igaçaba, sob a proteção de São Pedro; e Alto Porã, antiga Alto da Serra, sob o orago de São Sebastião.

SÃO JOSÉ DA BELA VISTA (oeste): Manoel Martins da Silva e sua mulher, Maria Rita de Jesus, doaram, por escritura pública, 42 alqueires de terras para formar o patrimônio de São José, entre os ribeirões Buritis e Lageadinho. Outras doações foram incorporadas ao arraial, fundado no dia 19 de março de 1885, sob a denominação de São José das Pitangueiras. Até o final do século seria erguida uma capela e criado o Distrito de Paz de São José da Bela Vista. A proximidade do centro urbano com as propriedades rurais favoreceu a integração dos

imigrantes em torno da capela para a realização do culto católico. Com a iniciativa das famílias imigrantes foi idealizada a igreja matriz no ano de 1923, cujas obras foram iniciadas dezoito anos mais tarde, além da construção da igreja de Santa Rita, no vilarejo rural Buritizinho, concretizada em 1932[102].

RESTINGA (sul): a Companhia Mogiana comprou alguns metros de terra da Fazenda Monte Belo, de propriedade de Isaac Vilela de Andrade, onde construiu a estação ferroviária denominada Restinga, inaugurada em 1895. Na mesma ocasião, o mesmo fazendeiro mandou construir uma capela para a glória de Nossa Senhora Aparecida. Anos depois, casas e comércios já eram vistos em torno da capela e da estação férrea, por onde passavam centenas de imigrantes todos os anos em direção às fazendas da região.

Imagem 9 - Estações ferroviárias de Restinga e Cristais Paulista, início do século XX

Fonte: Acervo do AHMCHAP.

CRISTAIS PAULISTA (norte): o rico fazendeiro Alexandre Vilella de Andrade possuía uma propriedade à margem da Estrada de Ferro da Mogiana, onde se estabeleceu o povoamento. Em 1910, foi fundado o *Districto de Crystaes*, em torno do ramal do Rio Grande. Entretanto, os livros de registro paroquial apontam para a existência de templo religioso desde 1908, sob a invocação de Nossa Senhora da Abadia. Próximo dali o estabelecimento de imigrantes em um desvio da ferrovia, que proporcionava o embarque e desembarque de madeira para abastecer os trens, propiciou o surgimento da vila rural denominada Chave da Taquara, onde se construiu a igreja de São Bom Jesus da Lapa, em virtude da devoção dos migrantes baianos que se estabeleceram na região a fim de desmatar as áreas de furna.

---

[102] CASTRO, Maria Eugênia Cruz de. **A imigração italiana em São José da Bela Vista**. Orientadora: Hercídia Maria Facuri Coelho. 1996. 69 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1996.

Imagem 10 – Chave da Taquara, município de Cristais Paulista, 1943

Fonte: PELIZARO, Dahul. **História da família Pelizaro**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018, p. 101.

Todas as capelas e paróquias saídas do território, que primitivamente correspondiam ao município de Franca, mantiveram-se sob a mesma circunscrição eclesiástica, atualmente da Diocese de Franca[103], criada pelo Papa Paulo VI, em 20 de fevereiro de 1971.

Quadro 7 – Paróquias e principais capelas existentes no território da microrregião de Franca até 1945

Município	Orago e localização	Situação atual
Cristais Paulista	Bom Jesus da Lapa da Chave da Taquara	Capela rural
	Nossa Senhora da Abadia	Paróquia
	São José da fazenda Borda da Mata	Capela rural
Franca	Nossa Senhora Aparecida (Capelinha)	Paróquia
	Nossa Senhora da Conceição	Sé Catedral
	Santa Cruz de Covas	Capela
	São Sebastião	Paróquia
Itirapuã	Nossa Senhora Aparecida	Paróquia
Jeriquara	São Sebastião	Paróquia
Patrocínio Paulista	Nossa Senhora do Patrocínio	Paróquia
Pedregulho	Nossa Senhora Aparecida	Paróquia
	São Pedro de Igaçaba	Capela do distrito
	São Benedito do Alto da Serra	Capela do distrito
	São Sebastião do Taquari	Capela rural
Restinga	Nossa Senhora Aparecida	Paróquia
Ribeirão Corrente	Santa Cruz	Paróquia
Rifaina	Santo Antônio	Paróquia
São José da Bela Vista	Santa Rita do Buritizinho	Capela do distrito
	São José	Paróquia

Fonte: Dados extraídos de: DIOCESE DE FRANCA. **Anuário – Jubileu de Ouro, 2021-2022**. Franca: Diocese de Franca, 2022.

No século XIX, a área central de Franca apresentava duas pequenas igrejas. No local onde hoje está situada a Matriz existia a velha igreja de Nossa Senhora do Rosário, erguida em

[103] A Diocese de Franca é responsável pelas paróquias de dezenoves municípios.

1805. No jardim da praça central, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição se encontrava em estado decadente nos últimos anos do século. Em 25 de março de 1898, foi lançada a pedra fundamental para a construção do novo templo, em estilo gótico, idealizado pelo engenheiro Doutor Joaquim Mariano de Amorim Carrão. Segundo o relatório do Capitão Antônio Bernardes Pinto, um dos benfeitores da obra, a primeira missa no novo templo foi rezada no dia 09 de dezembro de 1913[104].

Mapa 2 – Distribuição das capelas rurais pelo território da microrregião de Franca

Fonte: Elaboração própria.

Nesse tempo, os sepultamentos dos falecidos não eram mais realizados no adro ou em torno dos templos religiosos. Desde o ano de 1855 as sepulturas passaram a ter espaço em terreno ao sul do povoamento, em local demarcado pelos vereadores da Câmara de Franca em 1829, seis anos antes da Secretária do Governo de São Paulo se preocupar em estabelecer cemitérios públicos nas freguesias e vilas da província. No antigo vilarejo de Covas, local de pouso de comerciantes e transportadores de sal, distante seis quilômetros ao norte da área

[104] CHIACHIRI, José. **Vila Franca do Imperador**. Franca: O Aviso da Franca, 1967, p. 131–137.

central, um pequeno cemitério ainda sobreviveu intacto até meados do século XX, em torno da velha capelinha de Santa Cruz[105].

Em Cristais Paulista, o Padre Alonso Ferreira de Carvalho, como capitalista e religioso, financiou a construção da igreja de Nossa Senhora da Abadia em 1913, para substituir a pequena capela já existente no distrito. A inauguração do novo templo aconteceu em 11 de julho de 1916, sendo desmembrado da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca em 19 de março de 1924. No entanto, a instalação da paróquia só aconteceu em 15 de agosto, dia da padroeira, quando o Bispo da Diocese de Ribeirão Preto empossou como pároco o padre benfeitor das obras da igreja[106].

Os fazendeiros também tiveram grande importância para a ocupação das terras e instalação dos templos religiosos nas proximidades dos vilarejos rurais. Embora o costume de construir pequenas capelas fosse bastante comum nas grandes propriedades, algumas igrejinhas tiveram destaque na dinâmica local dos habitantes da área rural, ainda que não tenham sido elevadas a paróquia ou dado origem a vilas independentes. Dentre elas, podemos destacar a igreja de Santa Rita do bairro de Buritizinho, entre Franca e a vila de São José da Bela Vista; as igrejas de Bom Jesus da Lapa da Chave da Taquara e de São José da Borda da Mata, no território da vila de Cristais Paulista; a igreja de São Pedro de Igaçaba, a capela do Alto da Serra de Rifaina e a capela de São Sebastião do Taquari, no município de Pedregulho. Todas essas capelas periféricas foram fruto da religiosidade dos proprietários e trabalhadores rurais, principalmente imigrantes, que lutaram para angariar fundos e construir templos mais próximos das propriedades rurais onde viviam.

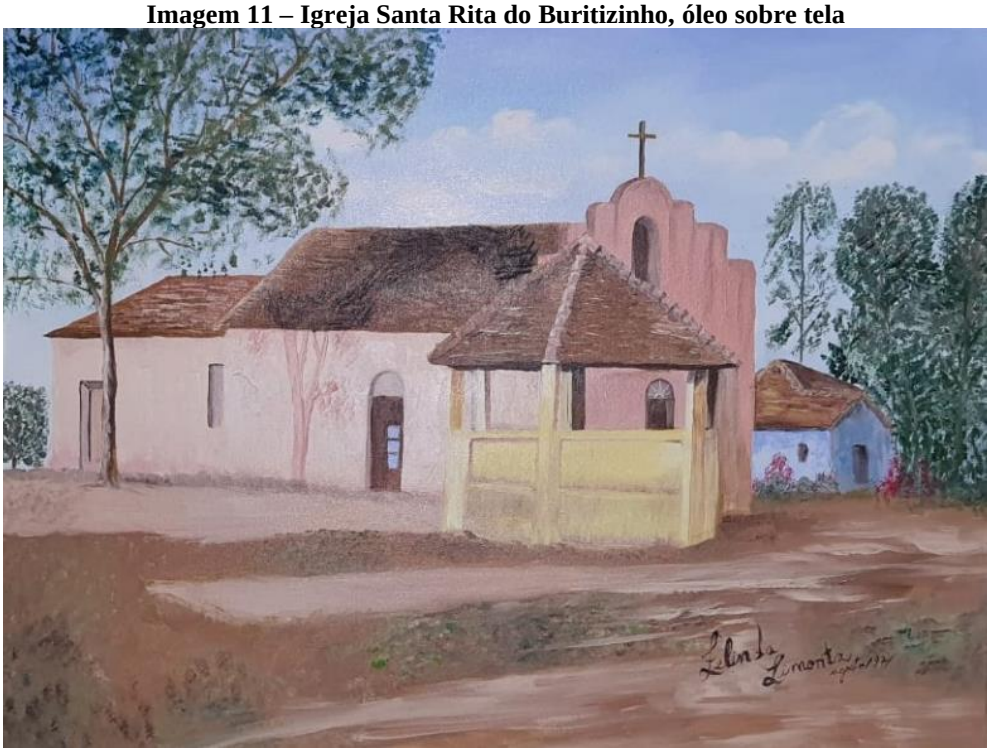
A capela de São Bom Jesus da Lapa no distrito de Chave da Taquara é uma das mais antigas da região de Franca, situada no alto platô do território cristalense na direção norte. O vilarejo surgiu nos primeiros anos do século passado, na mesma época que o povoamento de Cristais Paulista. A capela foi construída por migrantes baianos, que chegaram na região e se lançaram no trabalho de desmatar as áreas de furnas. Posteriormente, os imigrantes italianos atraídos para trabalhar nas produções cafeeiras, efetivaram a construção da capela local, do coreto e de algumas casas, formando um pequeno vilarejo.

---

[105] *Ibid*., p. 135.
[106] FERREIRA, Valdir Geraldo. **Alonso Ferreira de Carvalho: padre e capitalista**. Orientador: Ivan Aparecido Manoel. 1999. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1999.

O povoamento das áreas de terra roxa entre Franca e a vila de São José da Bela Vista também proporcionou o surgimento de um vilarejo, localizado às margens da estrada que atualmente liga as duas cidades. Os italianos, além de contribuírem para a realização do projeto de uma nova igreja para a vila, foram os responsáveis pela construção da capela no bairro rural de Buritizinho, para as atividades religiosas dos moradores de várias propriedades, dentre elas as fazendas Alegria, Califórnia e Salto Alegre. Os italianos e seus filhos, de fé católica fervorosa, trabalharam pela arrecadação de fundos para a compra de matéria-prima e, eles próprios, realizaram a obra[107].

Imagem 11 – Igreja Santa Rita do Buritizinho, óleo sobre tela



Fonte: TORRES, Zelinda Limonta. Igreja do Buritizinho. 1997. 1 original de arte, óleo sobre tela. Acervo de Zelinda Limonta Torres.

A ferrovia, o café e a imigração lançaram as bases do progresso na região. No caso de São José da Bela Vista, afastada do ramal da Companhia de Estradas de Ferro, os imigrantes também foram responsáveis por riscar a principal via de ligação entre a cidade e Franca. O traçado atual da rodovia foi feito por italianos com enxadão, tirando os matos e concebendo a primeira estrada de chão para o trânsito de pessoas e mercadorias entre o distrito e o

[107] CASTRO, Maria Eugênia Cruz de. **A imigração italiana em São José da Bela Vista**. 1996. 69 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1996, p. 52-3.

município[108]. Por outro lado, de sul ao norte de Franca, a estrada seguiu o caminho da estrada de ferro. Até hoje, a principal via de acesso às terras do planalto francano é através da Rodovia Cândido Portinari, que se inicia na cidade de Ribeirão Preto (ao sul) e vai até a divisa com o estado de Minas Gerais, no município de Rifaina (ao norte).

Esses caminhos interiores representam a rota de comunicação entre Franca, como célula *mater*, e os novos povoamentos. É verdade que os moradores dos novos aglomerados humanos aproveitaram os rastros deixados pelos bandeirantes, que também serviram de traçado para as ferrovias e rodovias. O desenvolvimento trazido pela ferrovia descortinava inúmeras novas atividades humanas, florescendo uma nova cidade em torno das estações.

O morador de Franca nos últimos decênios do século XIX desfrutava de uma cidade com feições muito modestas. A chegada da locomotiva remodelou o perímetro urbano, pois a estrada de ferro impunha um determinado terreno para a estação, longe das curvas de nível. No caso de Franca, o polo escolhido foi localizado no cimo da colina à oeste do povoamento, acima do Ribeirão dos Bagres. Logo, a população se torna mais densa nessa área, provocando o surgimento do bairro da Estação, atraindo o comércio e delineando uma longa e íngreme rua para ligar o Largo de Nossa Senhora da Conceição à estação ferroviária[109].

No final do século, a cidade estendia-se nas ruas ao redor do Largo da Matriz, exceto na direção do cemitério. Ao Norte, avançara largamente onde já se delineava o bairro da Cidade Nova. Na direção Leste, poucas habitações existiam no sentido do córrego do Cubatão, enquanto à Oeste, o adensamento populacional era bastante sentido, principalmente na rua da Estação. Essa rua teve as feições características da simbiose café-ferrovia, com inúmeras casas comerciais para atender as necessidades da economia em expansão. Na década de 1910, uma pequena capela dedicada à São Sebastião fora construída para as atividades religiosas dos moradores do bairro.

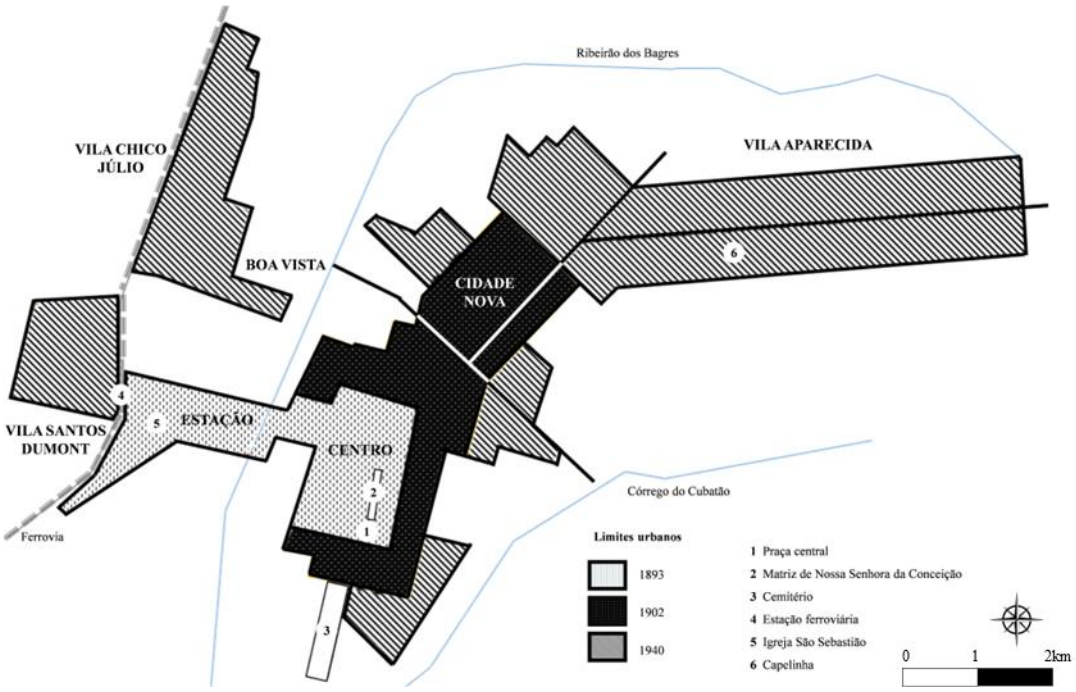
Na década de 1920, o desenvolvimento econômico francano inicia a transformação da cidade. No centro, as casas velhas cederam lugar a construções mais modernas e comércios; foram construídos o prédio da nova Cadeia, o pavilhão da Santa Casa de Misericórdia e o luxuoso Hotel Francano, que se destacou como um dos maiores edifícios da cidade. Ao redor da urbe, as glebas vão sendo loteadas. Até o final da década, três novos bairros surgem em torno do café: Vila Aparecida, Boa Vista e Santos Dumont. O primeiro, segue a saída da cidade para

---

[108] *Ibid*., p. 51.
[109] FERREIRA, Mauro. **Franca: itinerário urbano.** São Paulo: Laboratório das Artes, 1983, p. 34–36.

o município mineiro de Ibiraci, enquanto os outros formaram-se a partir da disseminação de casas próximas à estrada de ferro[110].

Mapa 3 – Limites urbanos: Franca, 1893-1940



Fonte: Adaptado de FERREIRA, Mauro. **Franca: itinerário urbano**. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983, p. 165-7.

A expansão urbana ao norte do núcleo habitado assistiu à chegada dos frades Agostinianos Recoletos, que logo trataram de construir uma nova igreja e um seminário anexo. Sob o orago de Nossa Senhora Aparecida, a Capelinha, como ficou conhecida popularmente, foi inaugurada no ano de 1925, dois anos antes da conclusão do seminário. A nova igreja passou a atrair inúmeros fiéis, desde moradores próximos até famílias provenientes das regiões rurais de Franca, movidas pela devoção popular à padroeira do Brasil, costume mantido por décadas.

Até 1945, após os desmembramentos de vários distritos rurais distantes, o perímetro urbano crescia vertiginosamente para as áreas periféricas do vasto território da cidade de Franca. Os vazios foram pouco a pouco preenchidos pela malha urbana, ruas e avenidas foram abertas e assistiu-se ao progressivo advento do setor industrial.

---

[110] *Ibid*., p. 38.

Capítulo 3 – Redes em processos migratórios

Esse capítulo é homônimo a um artigo de Oswaldo Truzzi[111], publicado há pouco mais de uma década, que explora a utilização do conceito de redes nos estudos migratórios contemporâneos. Com base na literatura teórica sobre as experiências migratórias a noção de rede sucedeu a aplicação do conceito de cadeias migratórias, fundamentais para conhecer esse processo social amplamente difundido pela Europa e a América. Nos últimos tempos, a historiografia sobre a experiência migratória de diversos grupos tem dado bastante atenção às tipologias migratórias, tanto nas sociedades emissoras quanto nas receptoras.

As redes desempenham papel importante na organização das atividades humanas devido a mobilidade da população, culminando nas migrações. Estudos no campo da Antropologia e Sociologia apontam para a necessidade de compreensão da articulação subjetiva dos deslocamentos espaciais, trazendo para o primeiro plano de análise dos fatos de mobilidade a experiência temporal dos sujeitos. Nesse sentido, a migração implica a mobilidade espacial dos indivíduos de um lugar para outro, criando conexões que permitem estabelecer a circularidade dos territórios[112]. De acordo com Alain Tarrius, os territórios circulatórios envolvem os deslocamentos populacionais onde os sujeitos estão conectados a origem e ao destino ao mesmo tempo, além de contarem com dispositivos econômicos estatais que mobilizam e desmobilizam homens e capitais, gerando vínculos sociais que facilitam as circulações[113].

Para compreender o conceito de redes em processos migratórios é necessário retraçar a gênese da definição dessas tipologias migratórias, de certo modo debatendo-as. Tais definições, relativamente amplas, merecem delimitações mais precisas que visam sublinhar o papel ativo dos emigrados nessas sociedades. Cabe, também, observar as relações entre indivíduos para dar conta de determinadas situações teóricas, combinando perspectivas distintas para explicar o processo social das migrações. Por isso, os termos cadeias e redes são instrumentos poderosos para analisar os vínculos interpessoais em certas experiências migratórias bem-sucedidas,

---

[111] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008.

[112] O conceito de território circulatório é proposto por Alain Tarrius e faz referência a uma territorialidade necessariamente mais fluida, invisível, constituída por grupos, não necessariamente de migrantes, que se reconhecem enquanto tais na medida em que compartilham as mesmas situações de mobilidade e que se sobrepõem e se opõem às territorialidades constituídas pelo planejamento técnico e estatal.

[113] TARRIUS, Alain. Leer, Describir, Interpretar. Las circulaciones migratórias: conveniência de La noción de "territorio circulatório". Los nuevos hábitos de la identidad. *In:* **Relaciones, Estudios de historia y sociedad**, Zamora de Hidalgo, v. XXI, n. 83, p. 39–92, 2000, p. 52.

contribuindo sempre para uma visão mais complexa, variada e rica do fenômeno migratório transoceânico.

O ponto fundamental é buscar, a partir da noção de cadeias migratórias, definir o conceito de redes que introduz uma dimensão da estrutura social e induz ao conhecimento mais significativo do fenômeno. A adoção desses termos interessa a todos que se preocupam em conhecer os deslocamentos humanos, tanto no presente como no passado. Para Charles Tilly[114] é necessário estabelecer tipologias migratórias considerando duas variáveis importantes: a distância entre origem e destino e o grau de ruptura dos imigrantes com suas origens. Essas características indicam a fronteira, ainda que arbitrária, entre um simples deslocamento e uma experiência migratória, diferenciando as viagens turísticas de longa distância das transferências definitivas, mesmo que entre localidades próximas.

Segundo Tilly, os tipos mais comuns de mobilidade podem ser classificados nas seguintes categorias:

a) Locais: quando um indivíduo se desloca para um mercado geograficamente contíguo a fim de trabalhar, adquirir terras ou firmar uma aliança matrimonial. No caso do interior paulista, pode ser caracterizada pela dinâmica de mobilidade para oeste com o intuito de ocupar postos de trabalho ou adquirir propriedades em terras que foram valorizadas à medida que a fronteira produtiva foi sendo rompida pela expansão da malha ferroviária.
b) Circulares: nesse caso, um indivíduo se desloca por um determinado intervalo de tempo, ao cabo do qual retorna a sua terra natal. Esse é um tipo de mobilidade bastante conhecido pelos trabalhadores vênetos, que estavam acostumados a um vaivém entre a mãe-pátria e certos destinos da Europa continental, como a Áustria, a França e a Alemanha. É justamente a existência na Itália, particularmente no Norte, de um componente migratório de tipo sazonal que levou, subsequentemente, a uma imigração transoceânica.
c) De carreira: que envolve pessoas para desempenhar alguma ocupação em uma organização a que pertence ou associada à sua profissão. As freiras francesas pertencentes à Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, por exemplo,

---

[114] TILLY, Charles. Migration in Modern European History. *In*: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 48–72.

instaladas em Franca para dirigir o Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, destinado à juventude feminina, constituem um caso típico de emigração de carreira.

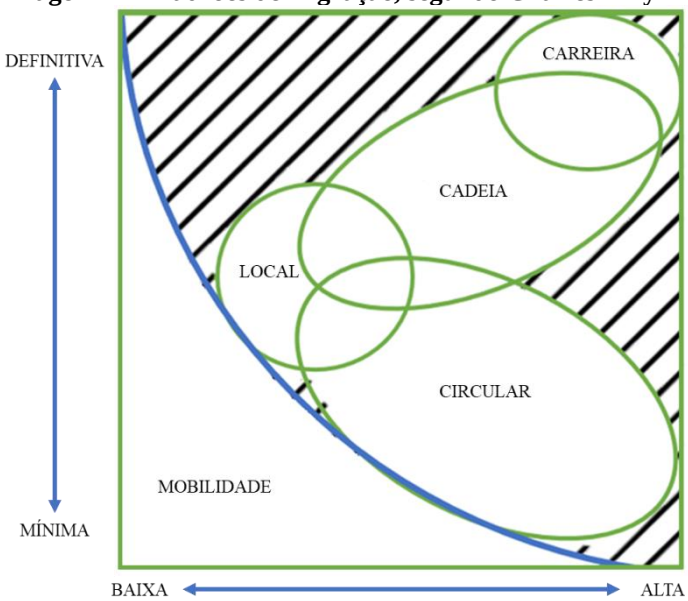
d) Em cadeia: em que os indivíduos se deslocam motivados por arranjos e informações fornecidas por emigrantes anteriores, sejam parentes ou conhecidos, já instalados na sociedade de destino.

Como se trata de um artifício classificatório, é válido observar que as fronteiras entre eles são ambíguas. A Itália, assim como outras regiões da Europa, já possuía uma larga experiência de mobilidade no interior do próprio continente, antes da formação de uma cultura migratória intercontinental. Por isso, a emigração de pioneiros se enquadra em mais de uma categorização, uma vez que esses deslocamentos podem ser caracterizados como de uma emigração local ou circular. Posteriormente, a partir da penúltima década do século XIX, esse histórico de mobilidade parece ter contribuído para o deslocamento transoceânico nos moldes de uma emigração em cadeia, por meio da transmissão de informações de parentes, conterrâneos e agentes de propaganda.

Os pesquisadores que almejavam compreender as mudanças de longo prazo nos padrões migratórios europeus tiveram de levar em consideração temáticas sociais em suas classificações. Independentemente do tipo de migração, trata-se de movimentos relativamente longos e definitivos. A Imagem 12, abaixo, adaptada de Charles Tilly, apresenta um esquema simples de classificação baseado na distância e no grau de ruptura com a origem. A primeira dimensão é a distância geográfica, combinada aos fatores tempo, despesa e distância cultural. Em uma distância mínima, nenhum movimento, mesmo que definitivo, constitui migração. Por exemplo, uma mudança de uma casa na mesma rua não é qualificada como migração. A segunda dimensão é a extensão da ruptura entre sua unidade social e a área de origem, em um extremo observam-se os movimentos que não envolvem quebra de laços sociais e no outro a ruptura completa dos laços de origem. Nesse caso, também uma mínima ruptura não constitui migração.

A maioria dos movimentos, dadas as suas dimensões e o mínimo intervalo de ruptura com o local de origem, não contam como migração em tudo, por isso o diagrama rotula-os como mobilidade. Podem ser eles, uma viagem de negócios, o deslocamento diário para o ambiente de trabalho ou uma caminhada pelo bairro. Isso permite enfatizar que a linha entre mobilidade e migração é arbitrária e deve ser minuciosamente observada para decidir de que lado da curva estão os indivíduos.

Imagem 12 – Padrões de migração, segundo Charles Tilly



Fonte: Adaptado de TILLY, Charles. Migration in Modern European History. *In*: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 48–72.

Embora essa classificação permita sobreposições, cada tipologia apresenta algumas características diferentes. Geralmente, a migração circular é muito seletiva em relação ao sexo, dependendo da ocupação no destino. Esse tipo de seletividade na migração em cadeia tende a mudar com o tempo, principalmente em alguns períodos marcados pelo deslocamento defasado da família, quando esposa e filhos se reúnem ao marido e pai que havia partido anteriormente em busca de trabalho. Já as migrações locais e de carreira, em contrapartida, não são muito seletivas por sexo, compreendendo homens e mulheres. Outra característica que pode interferir na classificação da mobilidade é o padrão geográfico, que varia de um tipo para outro. Enquanto as migrações de carreira tendem a dispersar as pessoas por toda a parte, as demais tipologias possuem uma predisposição por controlar os destinos possíveis. A migração circular é um pouco mais propensa a dispersar os trabalhadores disponíveis entre as várias oportunidades que as migrações em cadeia, que tendem a vincular uma origem particular com um punhado de destinos. A migração local, finalmente, envolve muitos destinos dentro de uma área geograficamente contígua[115].

Ainda segundo Tilly, as diferenças geográficas podem ser agrupadas segundo padrões que levam em consideração o custo das informações sobre oportunidades e a necessidade de habilidades para ocupar um novo mercado. Os altos custos de informação sobre oportunidades

[115] *Ibid*., p. 12.

de emprego e terras são caracterizados pelas migrações em cadeia e circular. As migrações de carreira e circular respondem a disponibilidade de habilidades para preencher um mercado de trabalho. Quando se diminui o custo da informação sobre as oportunidades de emprego, a migração em cadeia e circular dá lugar a migração local e de carreira. Da mesma forma, na medida em que todas as habilidades são distribuídas igualitariamente as migrações circular e de carreira tendem a suplantar a cadeia e a migração local.

Quadro 8 – Agrupamento proposto por Charles Tilly

		Habilidades relevantes	
		Gerais	**Especiais**
Custo das informações sobre oportunidades	**Alto**	Cadeia	Circular
	Baixo	Local	Carreira

Fonte: Adaptado de TILLY, Charles. Migration in Modern European History. *In*: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 48–72.

Historicamente, alguns indivíduos que habitavam zonas costeiras, normalmente portuárias, deram início a alguns fluxos ultramarinos. Os marinheiros que receberam oportunidade de se fixar em um determinado destino podem ser classificados como migrantes de carreira. Se essa migração se torna transitória, ao cabo de um período, esse tipo de mobilidade pode ser compreendido como circular. A emigração sazonal de italianos para mercados de trabalho em outros países europeus, característica de um modelo de mobilidade circular, acabou deixando residualmente, com o decorrer dos anos, alguns indivíduos estabelecidos no local de destino. A partir do momento que esses pioneiros, sobretudo se bem-sucedidos, começam a agir como elementos de atração para que outros tomem o mesmo caminho, a emigração outrora circular pode assumir uma característica de cadeia. Esse caso pode ser exemplificado pelos italianos que retornaram à pátria com notícias a respeito do mercado de trabalho nas fazendas do interior paulista e alimentaram a febre emigratória nos moldes de uma mobilidade em cadeia.

Nos anos sessenta do século passado, quando pesquisadores australianos conceberam o termo cadeias migratórias, eles buscavam ultrapassar o modelo estruturalista do *push-pull*, extremamente mecânico e, que, evidentemente, não colocava em perspectiva a complexidade do tema. Até então, numerosos estudos na África, Asia e América Latina observavam a migração meramente sob fatores sociológicos, e como resultado da atração de mão de obra para economias em crescimento, sendo comum negligenciar a vasta documentação histórica sobre a reorganização do trabalho na Europa. Originalmente, o conceito de cadeia migratória foi definido como um “movement in which prospective migrants learn of opportunities, are

provided with transportation, and have initial accommodation and employment arranged by means of primary social relationships with previous migrants"[116].

Samuel Baily[117], nos estudos sobre os italianos na Argentina, também chega a uma definição similar, sustentando que as imigrações em cadeia envolviam "contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e 'paesani' (conterrâneos de um mesmo 'paese', ou aldeia) em ambas as sociedades, emissora e receptora" e eram responsáveis por determinar quem emigrava, o destino escolhido, onde se estabelecer, como obter trabalho e com quem se relacionar[118].

A experiência histórica de recepção de imigrantes na América contemplava, na verdade, alguns tipos bastante distintos de cadeias migratórias. As emigrações por intermédio de *padroni*, como se convencionou chamar os agentes recrutadores de homens solteiros; a emigração de trabalhadores com a ajuda de outros indivíduos que haviam partido anteriormente; e a emigração defasada da família, quando pessoas se reúnem com o pai ou o marido já instalado no destino. Haja vista essa variedade de situações, Fernando Devoto propõe delimitações ao termo, restringindo sua abrangência, para diferenciar o mecanismo de emigração em cadeia dos deslocamentos por intermédio de assistências impessoais, dos mecanismos semi-espontâneos propiciados pelo incentivo de parentes e conterrâneos, mas produto de iniciativas e de recursos advindas de um indivíduo ou família isoladamente, e da emigração por meio de sistemas de mediação e clientelismo, envolvendo intermediários de fora da cadeia.

No bojo dessa definição do conceito de cadeias devemos compreender o uso do termo redes migratórias, mais genérico e abrangente. Primeiro, sabendo que o processo migratório não é homogêneo e depende do papel ativo dos indivíduos, que são responsáveis por canalizar, filtrar e interpretar informações, articulando e alocando recursos. A formação de redes é um mecanismo estrutural importante para compreender as causas por trás da imigração internacional. De acordo com Truzzi,

> o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto *informações*, no tocante às

---

[116] MACDONALD, John S.; MACDONALD, Leatrice D.. Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *In:* **The Milbank Memorial Fund quarterly**. v. 42, p. 82–97, 1964, p. 82.
[117] BAILY, Samuel. La cadena migratoria de los italianos en la Argentina. *In*: DEVOTO, Fernando (Org.). **La inmigración italiana en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1985, p. 47.
[118] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 202.

> perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros.[119]

Frequentemente encontramos referências às redes sociais nos estudos de migração, muitas vezes como um mecanismo heurístico para análise alternativa à tradicional perspectiva econômica. Contudo, o interesse sobre o tema ainda se limita aos aspectos metafóricos das redes sociais, com análises que não ultrapassam a simples descrição ou apenas apontam a existência delas. No âmbito sociológico, Dimitri Fazito alerta que se tornou cada vez mais comum o uso de redes sociais como um modelo representativo de um "sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações, e estabelecem laços ou conexões sólidas que poderiam explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos"[120]. Para ele, a grande dificuldade dos pesquisadores do tema é mensurar e definir com contornos reais a existência das redes.

Douglas Massey define o conceito de redes migratórias como "*sets of interpersonal ties that link migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin*"[121]. Além disso, podemos acentuar que as redes têm a função de agrupar indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de vínculos ocupacionais, familiares, culturais e afetivos.

Em 1990, Charles Tilly publica *Transplanted networks*[122], revisitando o papel do migrante com uma perspectiva estrutural, admitindo que, embora os indivíduos tenham racionalidade e liberdade de escolha, são constrangidos a todo momento pelas estruturas coletivas. Seu principal argumento é de que o migrante não se faz sozinho, mas está arraigado pelo contexto social, que, por sua vez, é dominado pela coletividade, por estruturas, instituições, normas e interações cotidianas. Por isso, a migração só se configura como estratégia coletiva concreta se estiver conectada às estruturas sociais. O grande mérito desse trabalho é fixar o

---

[119] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 203.
[120] FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. *In:* XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1.
[121] MASSEY, Douglas S.. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *In*: **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383–413, 1988, p. 396.
[122] TILLY, Charles. Transplanted networks. *In*: MCLAUGHLIN, Virginia (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Osford: University, Oxford, 1990, p. 79–95.

conceito de redes e processo migratório a uma concepção concreta de estrutura e organização social.

Nas últimas décadas, as Ciências Sociais têm dado atenção à Análise de Redes Sociais, que tem se caracterizado como uma tradição de pesquisa, a partir da consolidação de um conjunto de conceitos operacionais próprios de análise relacional, embora não se tenha chegado a um consenso sobre a necessidade prática de uma perspectiva estrutural das redes. De todo modo, enseja-se ainda uma metodologia capaz de integrar técnicas quantitativas e qualitativas, análises micro e macro.

Nos estudos de migração, as análises de redes sociais são promissoras para desenvolver uma perspectiva sistêmica e analítica do fenômeno, pois é inegável que o deslocamento de pessoas, bens materiais, informações e valores de um lugar ao outro compreende fluxos que se conectam em um sistema. Portanto, essa proposta de análise procura identificar as conexões e os atores dentro de um sistema determinado, ou seja, visando identificar as relações entre os atores sociais dentro de uma rede de modo que possa representar padrões constantes ou não[123].

Na história da imigração italiana ao Brasil, sobretudo enquanto funcionou os mecanismos de subsídio, o conceito de cadeias migratórias é bastante útil para compreender os caminhos abertos por alguns indivíduos, mesmo assim a noção de redes envolve o processo de forma mais integral e visualiza funções importantes na vida do imigrante nos momentos de assentamento, de adaptação à sociedade receptora, de integração do grupo e de preservação da identidade étnica.

Do ponto de vista das informações providas por pioneiros e dos recursos para a viagem, cabe observar no marco das cadeias migratórias as estratégias de financiamento da emigração. Os contatos no país de destino eram responsáveis por estruturar as redes de assistência no processo migratório e podia ser encabeçado por parentes ou amigos já instalados na comunidade de destino. As relações internas entre os membros da família e a estrutura social em que estavam envolvidos determinavam certas lógicas para entender as motivações e os modos de transferência adotados.

---

[123] FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. *In:* **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 13, 2002, Ouro Preto. Anais [...]. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-25.

Nesse sentido, é válido observar também as causas do processo migratório que são pertinentes para compreender os padrões relacionais que alimentam esse sistema social, principalmente ao demonstrar como funcionam as pressões de determinadas estruturas sociais nas decisões dos indivíduos e grupos, no nosso caso, famílias. A pluralidade de análises de comportamentos e trajetórias permitem reconstituir os recursos que cada indivíduo ou grupo acionava.

Os emigrantes não eram um grupo homogêneo, destituído de recursos ou meras vítimas de um processo de expulsão de sua pátria, mas protagonistas de suas escolhas, principalmente quando desempenhavam um papel ativo na articulação e na transferência dos familiares e conhecidos. O fenômeno imigratório é repleto de ricas experiências sociais e é a variedade de configurações e recursos que viabilizavam o deslocamento desses grupos e a organização de novas formas de agregação e assistência nas áreas de destino.

Os historiadores que se preocuparam em estudar os grupos camponeses que partiram das províncias da região do Vêneto para se estabelecer nos núcleos de colonização fundados no Rio Grande do Sul chegaram à conclusão de que "o recurso das redes de auxílio pode ser entendido como a maior riqueza dos camponeses no momento da imigração e acomodação na América, independentemente de possuírem ou não bens materiais"[124].

Por muito tempo a historiografia esteve arraigada a ideia de emigração como resultado de uma desordenada fuga de miseráveis do campo e como consequência do desenvolvimento capitalista. Segundo Giovanni Levi[125], a emigração, em suas primeiras fases, só é possível por meio de um quadro de estratégias parentais complexas e de gestão dos recursos dos camponeses proprietários. Em suma, "as estruturas familiares locais são protagonistas da adaptação, das respostas e das escolhas"[126], ativadas conforme as realidades condicionantes. Os emigrantes pioneiros, por exemplo, estavam circunscritos a uma sólida rede parental que fazia da emigração um investimento, dentro de uma estratégia dos proprietários, mais do que dos proletários.

---

[124] VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 217.
[125] LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 23.
[126] *Ibid*.

É importante assinalar que o sistema de parentesco fortalecia a decisão no sentido de enviar um ou mais dos seus familiares à emigração, num pensamento que via nos anos de América como uma forma de fortalecer estratégias particulares. Assim, a família operava concretamente as práticas sociais no sentido de evitar a proletarização iminente, manter ou melhorar a situação do clã na aldeia de origem, saldar dívidas ou melhorar a condição de uma propriedade rural pequena e incapaz de alimentar todos os herdeiros.

Haja vista essas situações, é necessário associar o fenômeno imigratório ao contexto da economia doméstica e do ciclo de vida familiar. Por isso, o problema colocado aos historiadores da família busca mensurar as tendências, socialmente diferenciadas, ao longo do ciclo de vida que alargava o leque de recursos e das escolhas disponíveis. Não se trata apenas de sublinhar as estreitas relações familiares com uma área parental, mas agregar, sob perspectivas diversificadas, distintas análises esquemáticas sobre a família e sua evolução histórica.

Tais estratégias revelam contextos sociais que devem ser observados para se pesquisar a migração, pois configuram-se como um instrumento valioso para entender ações e comportamentos. Tal paradigma se opõe à visão tanto da teoria econômica neoclássica, que advoga a respeito dos efeitos nulos ou marginais das relações sociais sobre o comportamento do indivíduo, quanto da teoria sociológica funcionalista que vê no indivíduo normalmente orientado pouco espaço para ações autônomas. Por isso, apostar na noção de redes nos processos migratórios ilumina contatos no interior de suas relações pessoais, por meio das quais fluem informações[127].

Nesse sentido, o foco de análise deve ser o indivíduo e suas relações, numa opção clara pela micro-história, cuja redução na escala de observação faz emergir redes de relacionamentos não observáveis em análises macro. Como um instrumento de pesquisa ou método de análise, a perspectiva de redes busca recuperar como são forjadas as relações sociais. Nessa perspectiva, os imigrantes como agentes econômicos refletem variáveis sociais e culturais, em uma trama de relações pessoais.

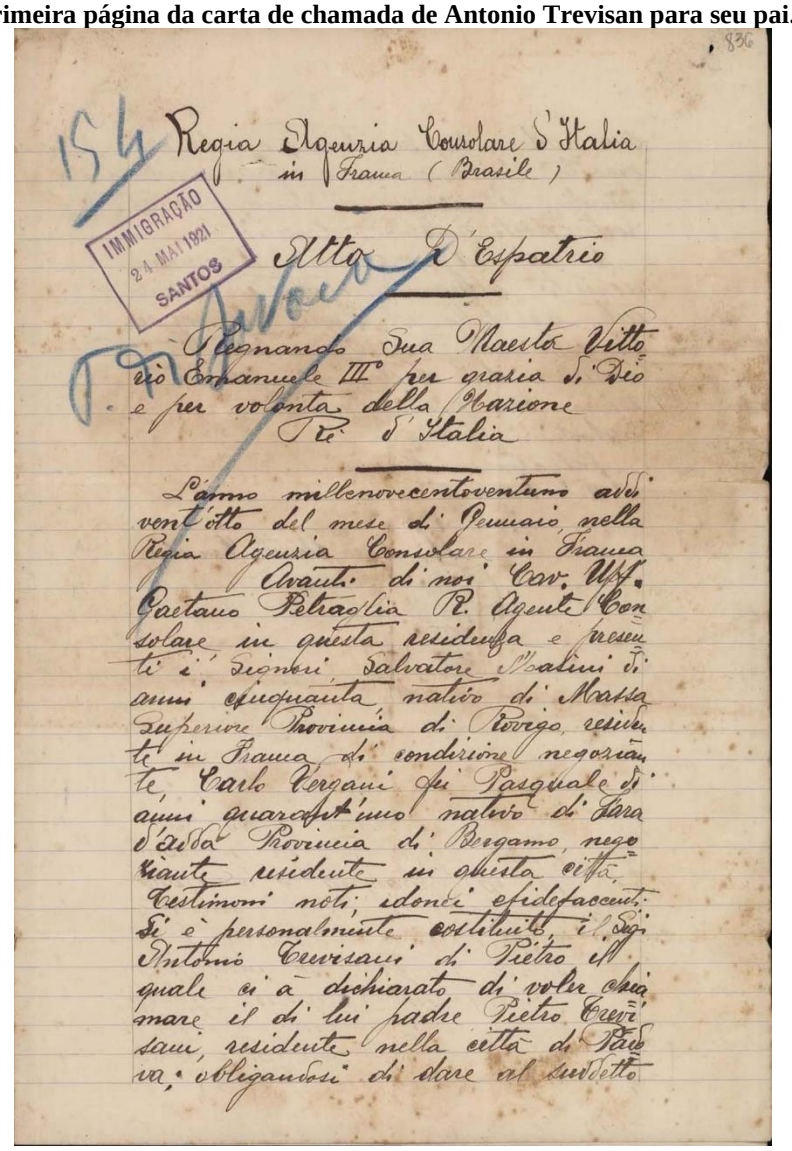
É importante salientar, portanto, que a disseminação de informações sobre um indivíduo em sua trajetória é responsável por influenciar todo o processo migratório. Além disso, a confiabilidade atribuída às informações tendia a amparar melhor as redes e fortalecer laços. As

---

[127] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 208.

notícias, ao vivo ou por carta, recebidas de um parente, amigo ou vizinho eram mais poderosas que as informações recebidas por intermédio dos agentes recrutadores, que ganhavam pelo número de pessoas que embarcassem rumo à América. Por isso, os contatos pessoais são mais favoráveis que as informações recebidas por outras vias.

Imagem 13 – Primeira página da carta de chamada de Antonio Trevisan para seu pai. Franca, 1923*



154 Regia Agenzia Consolare d'Italia
in Franca (Brasile)

IMMIGRAÇÃO
24 MAI 1921
SANTOS

Atto d'Espatrio

Regnando Sua Maestà Vittorio Emanuele III° per grazia di Dio e per volontà della Nazione Re d'Italia

L'anno millenovecentoventuno addì vent'otto del mese di Gennaio, nella Regia Agenzia Consolare in Franca Avanti di noi Cav. Uff. Caetano Petraglia R. Agente Consolare in questa residenza e presenti i Signori Salvatore Malini di anni cinquanta, nativo di Massa Superiore Provincia di Rovigo, residente in Franca di condizione negoziante, Carlo Bergani fu Pasquale di anni quarantuno nativo di Fara d'Adda Provincia di Bergamo, negoziante residente in questa città, testimoni noti, idonei e fidefaccenti, si è personalmente costituito il Sig. Antonio Trevisani di Pietro il quale ci a dichiarato di voler chiamare il di lui padre Pietro Trevisani, residente nella città di Padova, obligandosi di dare al suddetto

a nova vida”[128], com informações seguras sobre as possibilidades de trabalho e outras vantagens no além-mar. Ou seja, a opção por abandonar a terra natal fazia parte de um projeto pensado coletivamente, cuja falta de riqueza material era compensada pelas redes de relações baseadas no compadrio, no parentesco e na família.

Antes da emigração se tornar um fenômeno de massa, os deslocamentos sazonais da população do território peninsular para outras regiões ou nações europeias era uma estratégia para aumentar as rendas familiares e um dos pilares da economia de muitas comunidades que tinham nos trabalhos itinerantes um recurso para assegurar a própria subsistência. É inegável que essa cultura migratória desde o Antigo Regime, quando pequenos ou grandes grupos de trabalhadores se transferiam em determinadas épocas para desenvolverem trabalhos na agricultura, possibilitou o avanço para rotas intercontinentais no final do século XIX. Portanto, em algumas regiões a emigração em massa foi vista como a continuação de um costume antigo vivido pelos *contadini* italianos, mesmo após algumas famílias colocarem fim à mobilidade cíclica e temporária, preferindo abandonar definitivamente a recém-unificada pátria.

Além dos fatores econômicos, os deslocamentos escondiam aspectos de ordem demográficas e hereditárias, que perpassavam as escolhas individuais e os ciclos de vida. No processo de transferência, os imigrantes passaram a ser vistos como atores sociais capazes de canalizar comportamentos no interior da família e do grupo parental, articulando recursos materiais e imateriais para imigrar rumo à América. Sob essa perspectiva, o emigrante surge como um ator ativo que orienta comportamentos para modificar a realidade em que estava inserido. Esse jogo de escolhas e mecanismos acionados por cada indivíduo ou família garantiam uma melhor adaptação nos locais de destino, uma vez que novas migrações reduzem os custos para os deslocamentos posteriores de amigos e parentes, o que amplia paulatinamente o conjunto de vínculos no exterior.

Por trás da imigração estavam relacionados uma pluralidade de contextos e recursos, motivos variados, ligados diretamente às condições e características do grupo de que faziam parte. Muitas vezes, os deslocamentos aconteciam na juventude, quando os indivíduos possuem ilusões e entusiasmos capazes de encarar os riscos para usufruir dos futuros benefícios advindos

---

[128] KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 37.

de anos de trabalho no exterior. Por outro lado, emigra-se porque a propriedade familiar não comporta a permanência de todos os herdeiros, principalmente os jovens recém-casados.

Em outros casos, a família considera a emigração como uma alternativa quando a relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar é favorável. Essa estratégia era muito comum entre os casais com filhos adentrando a adolescência, geralmente com destino ao colonato nas lavouras paulistas. Na década de 1890, a necessidade de braços para a faina do café levou o governo a promover uma política imigratória que visava atrair famílias, com passagens subsidiadas pelo estado. A lei deixava bem claro que só se pagariam passagens para famílias imigrantes aptas para a lavoura.

A possibilidade de reconstruir os núcleos familiares, já esfacelados na Itália, foi uma estratégia aproveitada tanto pelos trabalhadores arregimentados quanto pelos cafeicultores paulistas. A imigração italiana resolveu uma situação difícil para os fazendeiros, que foram obrigados a abandonar o antigo sistema baseado na mão de obra escrava, o sistema de subsídios respondeu por 89% da imigração total entre 1891 e 1895[129]. Foram justamente esses incentivos que influíram na intensidade dos fluxos e colocaram gente de toda sorte na rota para a América: velhos, crianças de peito, mulheres grávidas, jovens fugindo do serviço militar, camponeses e citadinos disfarçados de agricultores.

Esses canais institucionais criados pelo Estado para atrair, receber, concentrar e distribuir os contingentes imigrantes que desembarcam no porto de Santos são, sem dúvida, alimentados pelas cadeias e redes migratórias. O contágio da febre imigratória na Itália, disseminado pelos agentes recrutadores, sofria o impacto das informações recebidas nos círculos familiares, envoltas em vínculos pessoais fortes e relações recíprocas. Há redes mais extensas que perpassam informações por toda uma aldeia ou microrregião.

Contudo, embora os termos empregados na descrição do fenômeno denote um modelo epidemiológico de disseminação de informações, os caminhos abertos pela transmissão de notícias sofriam com os obstáculos geográficos, por exemplo, as estradas ou vales de rios influenciavam a morfologia dos eixos de circulação. Tome-se como exemplo a presença na

---

[129] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 28.

região de Franca das redes de vênetos provenientes das províncias banhadas pelos rios Pó e Ádige.

A rede se concretiza no interior de uma trama de relações pessoais como uma ação social, resultado de constantes contratos, negociações e escolhas de indivíduos face a uma realidade muito mais ampla, que envolve todo o contexto social, econômico, cultural e resvala também nos terrenos da geografia. Da mesma forma que o fluxo de informações oscila conforme os obstáculos geográficos existentes, a formação de redes também sofreu a interferência das situações nas regiões de origem. Emílio Franzina[130] sugere, em seu livro sobre a emigração de colonos do Vêneto, que o conceito de redes migratórias contribui para observar as experiências migratórias associadas às situações de extrema pobreza vividas pelos imigrantes antes de sair da pátria em busca do pão de cada dia.

No Vêneto, os camponeses que abandonaram suas regiões natais figuraram na literatura como grupos religiosos em procissão ou como "uma onda humana a atravessar o oceano"[131]. O espírito emigratório chegou a envolver aldeias inteiras, como aconteceu em uma localidade na província de Treviso, onde os emigrantes saíram a pé levando consigo até os sinos da igreja local[132]. Mas foi, sobretudo, o espírito de unidade alimentado por esses italianos que visavam reconstituir seus núcleos familiares na América o principal motivador desses deslocamentos. Não devemos pensar que o fenômeno migratório foi simplesmente uma consequência da crise agrária e demográfica que assolava a população camponesa italiana nas últimas décadas do século XIX. Para Vendrame[133], as relações internas da família e sua estrutura social mostram as lógicas determinantes para compreender as motivações para a transferência, as características de adaptação e os modos de fixação adotados.

Constatar a existência das redes nesse contexto garante a identificação de seu papel no fenômeno imigratório, observando como elas funcionavam na organização dos deslocamentos e na gestão dos recursos nas duas pontas do percurso. Estudos sobre a fixação de estrangeiros na Argentina, usando a noção de redes familiares ou de vizinhança, demonstraram que os imigrantes que chegaram ao país imersos em redes familiares, além de se adaptar melhor ao

---

[130] FRANZINA, Emilio. **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
[131] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 30.
[132] *Ibid*., p. 31.
[133] VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 219.

novo ambiente, conseguiram, inclusive, acessar a propriedade da terra em uma proporção maior que aqueles que tinham chegado sozinhos[134]. Segundo Otero, entre os imigrantes franceses que chegaram a Tandil de 1850 a 1914, 92% daqueles que estavam envoltos em redes se converteram em proprietários, ao passo que apenas 52% dos que imigraram sozinhos conseguiram adquirir terras[135]. O pertencimento às redes migratórias também interferiu nas pautas matrimoniais desse grupo, refletindo em maiores taxas de endogamia que entre aqueles que chegaram sós[136].

Nesse sentido, um aspecto importante a ser observado é a existência de uma rede que envolvia também aqueles imigrantes que cruzaram o Atlântico sozinhos, sobretudo entre aqueles que constroem relações com uma gama variada de conterrâneos, em pouco tempo na sociedade de destino. Muitas vezes, esses deslocamentos podiam estar relacionados a redes complexas que eram capazes de selecionar e recepcionar atores no além-mar. Como se constata no caso do *contadino* Salvatore Rivolta, de 23 anos, morador na *comuna* de Arcene, na província de Bergamo, chamado por parentes já instalados na fazenda Palmital. O que mostra o registro de imigração do jovem italiano é que ele teria cruzado o Atlântico sozinho, guiado apenas pela carta de chamada recebida na terra natal. No entanto, uma trama de relações interpessoais se desenha ao verificar a lista de bordo do vapor Minas, que partiu do porto de Gênova em 31 de dezembro de 1898, chegando ao porto de Santos vinte e quatro dias depois. A principal ligação do jovem Salvatore é com a família de Giovanni Bertola, seu futuro sogro. Contudo, é necessário fazer uma regressão ao ano de 1875 a fim de acompanhar melhor essa trajetória.

Adultério, pobreza extrema ou orfandade pode ter sido um dos motivos para a parteira Aurelia Cagliari ter deixado um recém-nascido no *Ospedale Maggiore di Bergamo*, no dia dez de abril de 1875. O bebê estava envolto em uma fralda de algodão branca e deveria receber o nome Salvatore e o sobrenome Rivolta[137]. O abandono de crianças era uma prática comum entre

---

[134] CRISTÓFORIS, Nadia De. **Inmigrantes y colonos en la provincia de Buenos Aires: Una mirada de largo plazo (siglos XIX-XXI)**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2016, p. 83.

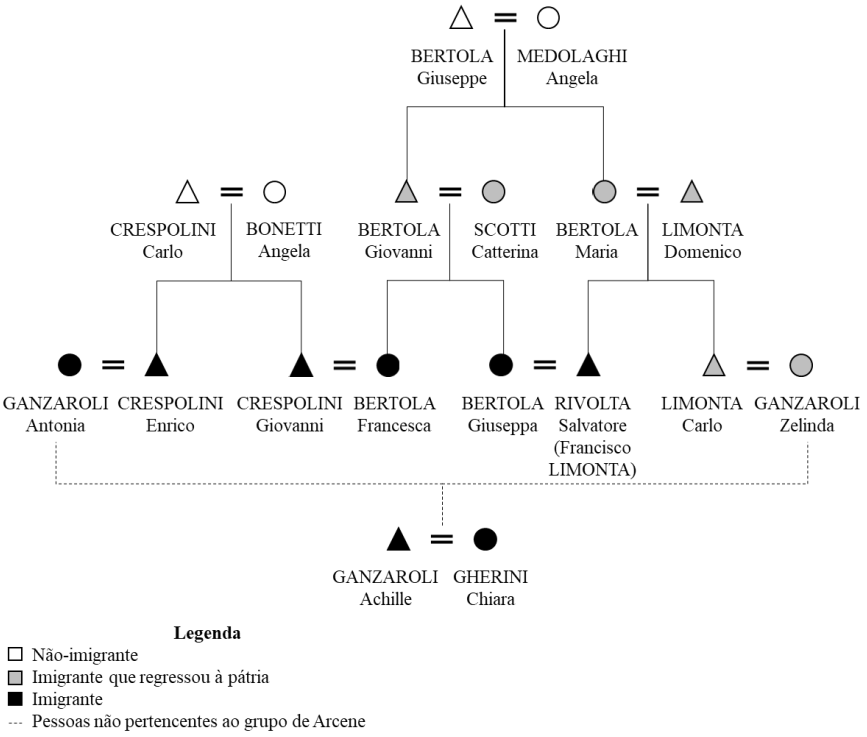
[135] OTERO, Hérnan. Redes sociales primarias, movilidad espacial e inserción social de los inmigrantes en la Argentina. Los franceses de Tandil, 1850-1914. *In*: **Estudos Migratorios Latinoamericanos**, v. 9, n. 28, p. 521-548, 1994.

[136] OTERO, H., Redes sociales primarias, movilidad espacial e inserción social de los inmigrantes en la Argentina. Los franceses de Tandil, 1850-1914, *in*: , Buenos Aires: Instituto de Estudios Histórico Sociales - Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995, p. 93.

[137] *Atti di nascita* de Salvatore Rivolta. Disponível em: https://antenati.cultura.gov.it/ark:/12657/an_ud16331814/. Acesso em: 12 jan 2023.

os pais que não tinham condições de suprir o desenvolvimento dos recém-nascidos, ou ainda, era uma forma de evitar escândalos entre famílias abastadas. Sabemos que o *bambino* Salvatore foi criado pelo jovem casal, Domenico Limonta e Maria Bertola, residentes na *comuna* de Arcene. Anos mais tarde, Carlo Francesco Limonta, o filho primogênito desse casal, um ano mais novo que Salvatore, decide emigrar para o Brasil como estratégia para fugir do serviço militar italiano. Já instalado em Franca e casado com uma jovem veneta, Carlo chama seu irmão adotivo para se juntar a ele como colono na fazenda Palmital. No mesmo vapor que Salvatore, cruzam o Atlântico mais vinte e três pessoas oriundas da *comuna* de Arcene, sendo elas as famílias de Zaccaria Andreoni, Carlo Ferrari, Gio Maria Maccarini, Augusto Ubiali e Giovanni Bertola. Esse último, era irmão da mãe adotiva de Salvatore e estabelecer-se-ia com sua família na propriedade do fazendeiro Silvio Ferraz, na Estação de Boa Sorte, para onde também seguiram as famílias Ferrari, Maccarini e Ubiali. Uma de suas filhas, Francesca Bertola, casada em Arcene há apenas um ano com Giovanni Crespolini, já havia se instalado no município de Franca. Sua outra filha, Giuseppa Lucia Bertola, desposou-se com o jovem Salvatore pouco depois de chegarem à América, de cuja união nasceram quatorze filhos entre os anos de 1900 e 1925. No Brasil, Salvatore tornou-se proprietário e abandonou o nome de batismo para adotar o sobrenome da família adotiva, aparecendo nos registros civis como Francisco Limonta. Seu irmão adotivo, Carlo, retornou à pátria alguns anos depois, assim como vários conterrâneos, regressando novamente à Franca anos depois na companhia de outros conhecidos. Os pais e irmãos de Giuseppa Bertola também voltaram ao país de origem, e, embora não tenham regressado ao Brasil, foram transmissores de informações sobre as condições no país, estimulando ou refreando projetos. Essa família imigrante atuou ativamente no interior de sua rede de relações pessoais, mobilizando seu capital social nos dois lados do Atlântico e gerando uma rede nominativa bastante extensa, que será explorada a seguir.

Imagem 14 – Rede familiar oriunda da *comuna* de Arcene, província de Bergamo



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Imagem 15 - Francisco Limonta e Giuseppa Bertola

Fonte: Acervo da família.

Imagem 16 - Giovanni Crespolini e Francisca Bertola

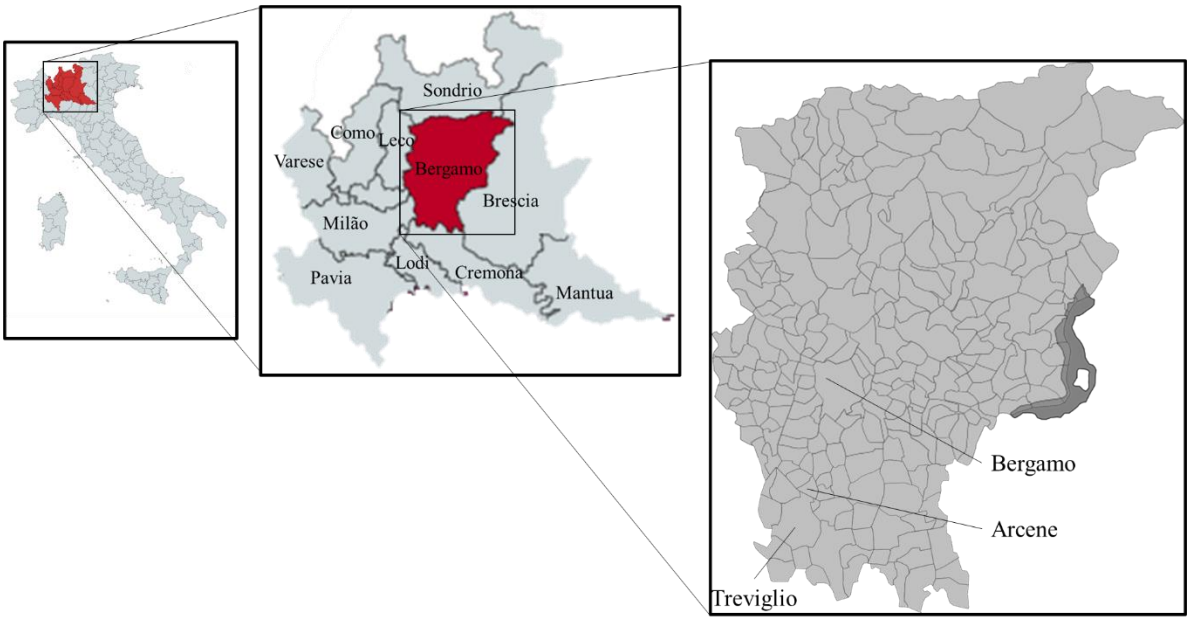
Fonte: Acervo da família.

Imagem 17 - Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli

Fonte: Prontuários de RNE.

Vale ressaltar que todos os italianos que saíram da Hospedaria de Imigrantes em 23 de janeiro de 1899 com destino ao município de Franca cruzaram o Atlântico a bordo do Vapor Minas e eram lombardos, provenientes da *comuna* de Arcene; configurando, portanto, uma rede migratória. Em Franca, a presença de imigrantes da província de Bergamo é notada na região desde os primeiros anos da década de 1890, quase exclusivamente de pessoas provenientes da *comuna* de Arcene.

Imagem 18 - Localização da *comuna* de Arcene, na província de Bergamo



Fonte: adaptado de Mapchart.

A partir de 1898, essas famílias começaram a incrementar seu círculo de contatos com a chegada de outros grupos de conterrâneos, parentes e amigos. Até então, quarenta imigrantes lombardos viviam em fazendas do município de Franca, sendo esse grupo composto por sete famílias. É provável, no entanto, que esse número fosse um pouco maior, pois não encontramos informações sobre a imigração da família de Giuseppe Dendena e Domenico Limonta, que estão presentes nos registros paroquiais desde o ano de 1895.

Dessas nove famílias, pelo menos nove retornaram à Itália, sendo que, entre 1898 e 1905, sete delas reemigraram com destino à Franca. De 1897 a 1914, vinte e sete famílias seguiram os caminhos abertos pioneiramente por seus conterrâneos. Por exemplo, Angelo Perente que imigrou pela primeira vez com os pais, Leopoldo e Natalina Durini, casou-se em Franca com uma conterrânea e retornou à Itália duas vezes; Enrico Crespoline, por sua vez, recorreu a uma experiência imigratória na Argentina.

Quadro 9 - Famílias emigradas da *comuna* de Arcene, província de Bergamo, 1891-1915

Emigrante	Esposa	Pessoas	Chegada	Vapor	Destino	Observação
Brambilla Natale	Mazza Angela	4	07/10/1891	Bearn	-	
Donzelli Giovanni	Pesente Margherita	8	07/10/1891	Bearn	-	
Pagani Pietro	Stucchi Maria	5	07/10/1891	Bearn	-	
Donzelli Andrea	Scotti Maria	7	17/11/1892	Re Umberto	-	
Donzelli Andrea	Mariani Anna Maria	5	17/11/1892	Re Umberto	-	
Perente Leopoldo	Durini Natalina	9	17/11/1892	Re Umberto	-	
Scotti Vittorio		1	17/11/1892	Re Umberto	-	
Giardini Giuseppe	Scotti Giovanna	5	14/10/1897	Equitá	-	
Colleoni Gio Maria	Monteghi Giulia	9	10/02/1898	Attivitá	Sapucaí	
Maccarini Carlo	Colleone Alessandra	3	10/02/1898	Attivitá	Sapucaí	
Maccarini Giacomo	Beretta Santa	7	10/02/1898	Attivitá	Sapucaí	
Gemerasca Angelo	Procense M. Luigia	4	19/10/1898	Sempione	Sapucaí	
Perente Leopoldo	Durini Natalina	6	19/10/1898	Sempione	Boa Sorte	Reemigração
Pesente Gio Batta	Perente Maria	4	19/10/1898	Sempione	Boa Sorte	
Bonacina Basilio	Gamborozi Teresa	7	17/12/1898	Sempione	Franca	
Crespoline Giovanni	Bertola Francesca	5	17/12/1898	Sempione	Franca	
Ferrari Emilio	Baroni Maria	5	17/12/1898	Sempione	Franca	
Piacezzi Tomaso	Ghidotti Giacoma	4	17/12/1898	Sempione	Franca	
Viscardi Carlo	Ghidotti Carola	6	17/12/1898	Sempione	Franca	
Andreoni Zaccaria	Ubbiali Teresa	2	23/01/1899	Minas	Franca	
Bertola Giovanni	Scotti Catterina	7	23/01/1899	Minas	Boa Sorte	Voltou à Itália
Ferrari Carlo	Ghidotti Catterina	5	23/01/1899	Minas	Boa Sorte	
Maccarini G. Maria	Chiari Margherita	4	23/01/1899	Minas	Boa Sorte	
Rivolta Salvatore		1	23/01/1899	Minas	Franca	
Ubbiali Agostino	Ponti Carola	5	23/01/1899	Minas	Boa Sorte	
Ubbiali Francesco	Pesente Maria	8	01/05/1899	Aquitaine	Franca	
Perente Giovanni	Donzelli Carolina	6	09/06/1904	Las Palmas	Boa Sorte	Reemigração
Perente Angelo	Ubiali Giovanna	6	05/01/1905	Toscana	Boa Sorte	Reemigração
Dendena Giovanni	Zamperlini Angelica	5	14/09/1905	Minas	Franca	Reemigração
Limonta Carlo	Ganzarolli Zelinda	7	14/09/1905	Minas	Franca	Reemigração
Milani Battista	Ortolani Catterina	7	14/09/1905	Minas	Franca	
Pesente Gio Batta	Perente Maria	5	14/09/1905	Minas	Franca	Reemigração
Donzelli Giovanni	Pesente Margherita	10	03/01/1906	R Amazonas	Franca	Reemigração
Perente Angelo	Ubiali Giovanna	7	19/07/1913	Algerie	Boa Sorte	Reemigração
Beretta Giuseppe	Ferrari Francesca	9	13/04/1914	Cavour	Franca	
Crespoline Enrico	Ganzarolli Antonia	5	03/11/1915	Re Vittorio	Franca	Regresso da Argentina

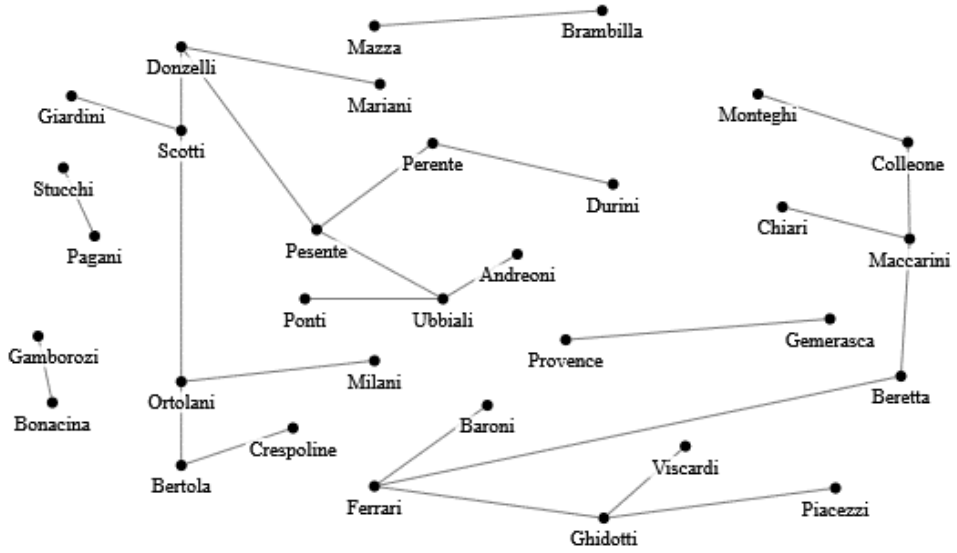
Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Se verificarmos todos esses deslocamentos, subtraindo os indivíduos que reemigraram, contabilizamos 146 imigrantes provenientes da *comuna* lombarda de Arcene. Esse número

corrobora o embasamento quantitativo da ideia de redes estruturadas nas duas pontas da experiência migratória, ligando comunidades distantes no interior do território italiano e paulista.

Entre os imigrantes arrolados no Quadro 9, acima, Vittorio Scotti e Salvatore Rivolta chegaram sozinhos e casaram-se em Franca; Angelo Perente, Carlo Limonta, Giovanni Dendena e Enrico Crespoline também desposaram uma jovem italiana durante a primeira experiência imigratória; o casal Emilio Ferrari e Maria Baroni casaram-se na *comuna* de Stezzano e os outros vinte e quatro casais contraíram matrimônio na *comuna* de Arcene.

Imagem 19 – Laços matrimoniais entre as famílias imigrantes de Arcene



Fonte: Registro civil de Arcene. Disponível em: https://l1nq.com/GFRpb. Acesso em: 11 ago 2021.

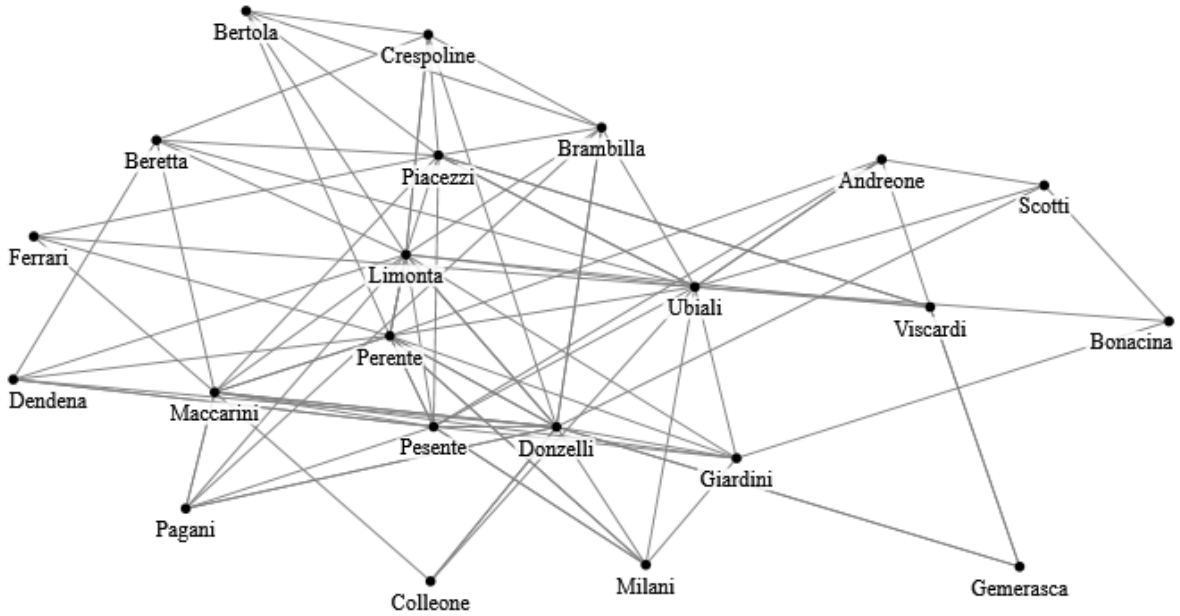
Entre essas famílias é notável uma rede parental estabelecida através do casamento. A existência desses vínculos de parentesco favoreceu o apoio aos que desejavam abandonar a localidade de origem, unindo-se aos novos grupos familiares que se transferiram para o interior paulista. A transferência em etapas como uma estratégia migratória alimentava o deslocamento por meio das chamadas de parentes. No grupo reconstituído, a última família a emigrar chegou ao Brasil em 1914 e era chefiada por Giuseppe Beretta, irmão de Santa Beretta, esposa de Giacomo Maccarini, proprietário de terras em Franca, onde estavam instalados desde fevereiro de 1898. Ou seja, essa mobilidade em cadeia da *comuna* de Arcene para Franca estava ancorada em uma rede social bastante intensa, que funcionou dos anos finais do século XIX até a segunda década do século XX.

Como pode ser observado na representação gráfica acima, Imagem 19, essas famílias imigrantes já estavam ligadas entre si por laços matrimoniais, alguns deles instituídos mais de uma década antes de decidirem deixar a *comuna* de Arcene rumo à América. Os registros de casamento acessados pelo Portal *Antenati*, mostraram, inclusive, que os nomes pertencentes à essa rede migratória já figuravam como testemunhas das uniões matrimoniais, anos antes de pensarem na oportunidade de cruzar o Atlântico juntos ou por intermédio de notícias mútuas.

Dentre os estudos sobre imigração, a organização social daqueles que deixaram a pátria deve receber um olhar especial sobre os laços entre famílias por meio do compadrio e dos enlaces matrimoniais. Como representantes espirituais dos pais, a escolha dos padrinhos gerava um vínculo de cumplicidade e consolidava os laços de sociabilidade. Entre os italianos de Arcene radicados em Franca é possível averiguar a influência da rede na história de todas essas famílias. Os laços constituídos pela trajetória imigratória eram reforçados pelo compadrio, num quadro de compadres e comadres considerados integrantes da vida familiar. Ao recuperarmos a trajetória dessas famílias, verificamos que nenhum dos casais imigrantes reconstituídos ficaram imunes à formação de uma trama de relações entre conhecidos por meio do compadrio no além-mar. A rede de compadrio desenhada na Imagem 20, abaixo, revela que as relações da vida cotidiana na comunidade receptora envolveram redes de parentesco, mas também buscava evitar o isolamento e dispersão desses vizinhos ou conhecidos, corroborando a constituição de um sentimento de pertencimento ao grupo étnico.

É interessante observar que cada uma dessas famílias mantivera pelo menos duas ligações de parentesco espiritual no quadro de sua rede. As famílias Donzelli, Limonta e Perente, cuja reemigração foi uma realidade, estão no centro da rede, com vínculos de compadrio com várias famílias de conterrâneos. Os membros das famílias Dendena e Milani, que também retornaram ao Brasil depois de uma temporada na terra natal, estabeleceram vínculos de parentesco espiritual com pelo menos outras cinco famílias. Ao que tudo indica, as relações sociais, via parentes, amizade e vizinhança, eram uma riqueza dos colonos num complexo jogo de escolhas locais e mecanismos, que cada indivíduo ou família acionava depois de transferir-se para novas terras.

Imagem 20 – Compadrio entre as famílias provenientes da *comuna* de Arcene



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

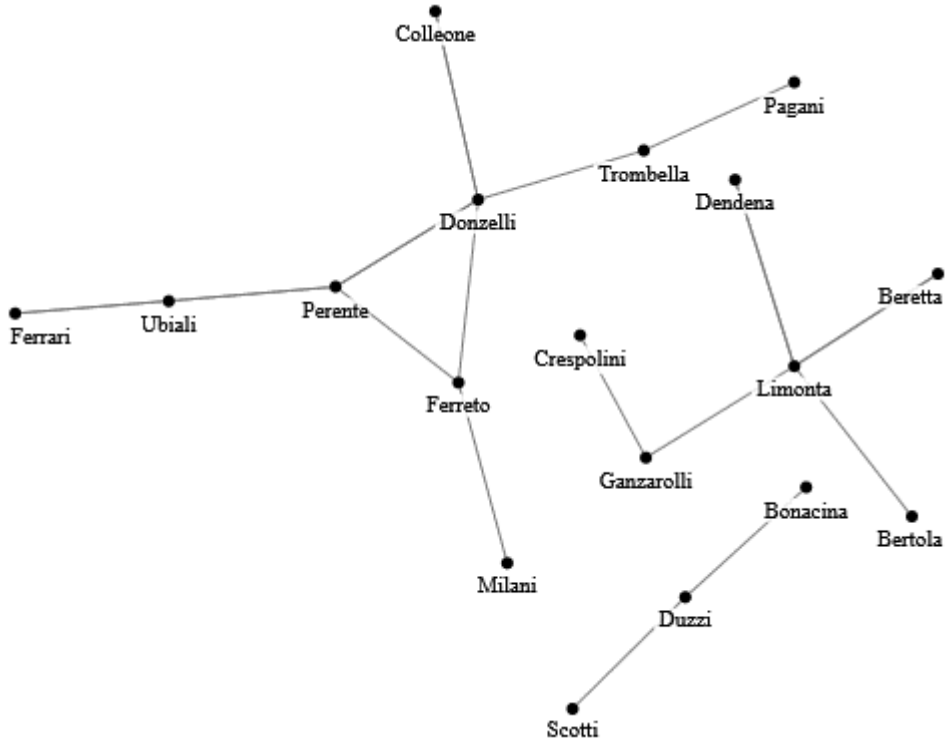
As tendências matrimoniais, por exemplo, sofriam alterações conforme o fluxo dessas redes e os contatos entre elas. Com a sinalização das redes é possível observar também a integração entre esses grupos, pois a tendência era de os casamentos acontecerem entre parceiros que morassem próximos ou frequentassem os mesmos locais. Em localidades onde atuavam redes era comum uma alta frequência de uniões endogâmicas, auxiliada pela ajuda de patrícios e parentes que visavam estreitar as relações entre as famílias.

Os vínculos, firmados desde a origem ou estabelecidos durante a emigração, garantiam vantagens no além-mar. Muitas vezes, essas redes eram tão amplas que se espalhavam facilmente e conectavam outros grupos que se encontravam na mesma situação de deslocamento e adaptação. O casal Achille Ganzarolli e Chiara Gherini, por exemplo, chegou ao Brasil no ano de 1888, com uma prole entre 17 e 2 anos de idade. Quando esses filhos adentraram o mercado matrimonial, houve uma preferência por famílias de mesma procedência, a região sul do Vêneto, mais precisamente da província de Rovigo. Contudo, duas de suas filhas desposaram os jovens lombardos Carlo Limonta e Enrico Crespolini, que apesar de não serem parentes, suas famílias mantinham laços de amizade na *comuna* de Arcene. Embora as redes fossem bastante coesas, elas também estavam abertas para ampliar seus laços com outras famílias emigrantes.

Outros casos semelhantes podem ser observados na Imagem 21, abaixo, cujos laços matrimoniais constituíam relações sociais com famílias de fora da rede. A família Ferreto, por exemplo, formada pelo matrimônio de Luigi e Carlota Marini, realizado em Franca, no ano de

1890, manteve laços com três família da rede de Arcene, os Donzelli, os Perente e os Milani; apenas a última não realizara uniões matrimoniais com as demais. É a mesma situação da família Duzzi, proveniente da província de Mântua, que estava ligada aos conterrâneos Scotti e Bonacina; e da família Trombella, da província de Rovigo, que manteve contatos por meio do casamento de seus filhos com os Donzelli e os Pagani.

Imagem 21 - Laços matrimoniais realizados pelas famílias da *comuna* de Arcene em Franca, 1895-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

O cotidiano dos homens e mulheres, jovens e crianças, no ambiente circunscrito das fazendas e dos cafezais, era alterado, geralmente, apenas nos domingos e dias santificados. Era nesses momentos que se aproveitava para frequentar a igreja, deslocar-se até as vilas ou cidades próximas e estreitar contatos com parentes e amigos nas colônias da própria fazenda ou de propriedades vizinhas. Na sociedade rural daquela época, ir à missa constituía uma forma de lazer e um meio de realizar contatos sociais[138]. Era nessas ocasiões que se desenrolava a vida social dos imigrantes e escolhiam-se os novos membros para adentrar a família. Nas colônias das fazendas raramente os jovens casavam-se com parceiros fora dos limites da propriedade e, quando isso acontecia, esses parceiros provinham das fazendas vizinhas ou eram conhecidos de outra propriedade onde eventualmente ambos os noivos haviam morado e se conhecido. Mas,

[138] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 148.

havia, como visto na rede de Arcene, uma proclividade em encontrar alguém da terra de origem, algum conhecido durante a travessia atlântica ou na Hospedaria na época da imigração.

Imagem 22 – Colônia de uma fazenda no grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920

Fonte: Álbum Andrade Junqueira & Cia. Acervo do AHMCHAP.

A ideia de rede não coloca todos os imigrantes em um quadro geral de sucesso na experiência emigratória apenas por estar ancorado em um grupo de parentes e conterrâneos, que compartilhavam as mesmas escolhas e situações. O emprego do conceito nos estudos de imigração, baseado no levantamento nominativo, permite reconstituir a dinâmica da trama de relações interpessoais e as articulações possíveis nos dois lados do Atlântico, tanto entre si, quanto com outros grupos.

Esses aspectos diversificados da migração na experiência social permitem compreender a complexidade que foi o fenômeno da e/imigração, colocando em perspectiva as diferentes lógicas e mecanismos que estavam por trás dos deslocamentos individuais e coletivos. Os contextos específicos dentro dos quais cada indivíduo, família ou grupo articulava suas relações explicam as modalidades e os ritmos que determinavam os deslocamentos.

Capítulo 4 – Do outro lado do Atlântico

Américo Vespúcio, navegador italiano nascido em Florença, explorou a costa Atlântica à serviço dos Reinos de Espanha e Portugal, nos primeiros decênios do século XVI. Tempos depois, genoveses e venezianos monopolizaram a exportação de açúcar do Brasil para a Europa. No século XVIII, o primeiro estudo sobre a economia brasileira foi produzido pelo jesuíta Giovanni Antonio Andreoni, nascido em Lucca e reitor do Colégio da Bahia. O imperador Pedro II desposou a napolitana Maria Teresa Cristina de Bourbon, irmã de Ferdinando II, rei das Duas Sicílias. Libero Badaró, Garibaldi e inúmeros nomes italianos despontam no país ainda na primeira metade do século XIX. Nasce, com o passar do tempo, a colônia italiana no Brasil[139].

O tema da imigração em massa para a América pode ser abordado a partir de enfoques bastante distintos, pois foi um movimento importante em termos quantitativos e qualitativos, responsável por profundas mudanças culturais e sociais. Diante dessas múltiplas possibilidades de abordar o assunto, é salutar, conhecer as raízes históricas do movimento migratório transoceânico, de dimensões socioeconômicas tanto nos países europeus quanto nas áreas receptoras desses imigrantes.

A grande emigração

A Itália, até o início do século XIX, tinha um quadro econômico bastante delicado por ser um país de território limitado e com resquícios de práticas feudais. Sua economia era calcada na agricultura, mesmo com a presença de solos muito rochosos e saibrosos, com dois terços da superfície total do país coberta pelas cadeias dos Alpes e dos Apeninos. Nessas condições, os campos italianos demoraram para apresentar sinais de desenvolvimento capitalista e ao final do processo de unificação ainda restavam características feudais e semifeudais em todo o Sul e parte do Norte.

A história da unificação italiana foi marcada por um Norte de agricultura com moldes capitalistas, portador da bandeira progressista e responsável pela unificação, enquanto o Sul mantinha uma economia agrícola com aspectos de servidão. Tanto para os pequenos proprietários ou o pequeno arrendatário do Sul, quanto para o meeiro de regiões mais desenvolvidas no Norte, havia uma ligação muito frágil com a economia de mercado. Esses

---

[139]TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 15-8.

últimos consumiam a maior parte dos produtos que não eram obrigados a entregar ao proprietário da terra. Por isso, as propriedades italianas mantinham uma extrema variedade e interposição de culturas. Essa característica de grande parte da Itália representava um obstáculo ao aperfeiçoamento da exploração e ao avanço do capitalismo, que em outros países europeus firmou-se primeiro na agricultura e depois na indústria. Nos países que sofreram um processo de industrialização rápido e intenso no final do século XVIII, a transformação da estrutura de basicamente agrícola para industrial, em um determinado momento, gerou um incremento demográfico e uma emigração, que cessou apenas quando o nível de industrialização permitiu a absorção do excesso de mão de obra. Em países como a Itália, onde o desenvolvimento industrial foi lento ou insuficiente, esse cenário permaneceu por muito tempo[140].

Na Itália, o processo de industrialização não conseguiu absorver a população expulsa da agricultura, sendo comum falarem, na época, que a emigração foi um fenômeno essencial para o equilíbrio socioeconômico e uma necessidade para que sobrevivessem os que permaneciam no país. A emigração não deixou de ter um caráter político, mesmo sendo uma fuga da miséria que devastava várias regiões, era claramente uma recusa em continuar sob a exploração. Nas regiões que assistiram o desenvolvimento industrial ocorreu uma proletarização da mão de obra expulsa do campo, contudo, onde o capitalismo não vingou, manifestaram-se emigrações temporárias, obrigando pequenos e médios proprietários a enviar membros de sua família para trabalhar como operários ou, até mesmo, como camponeses, em outros países.

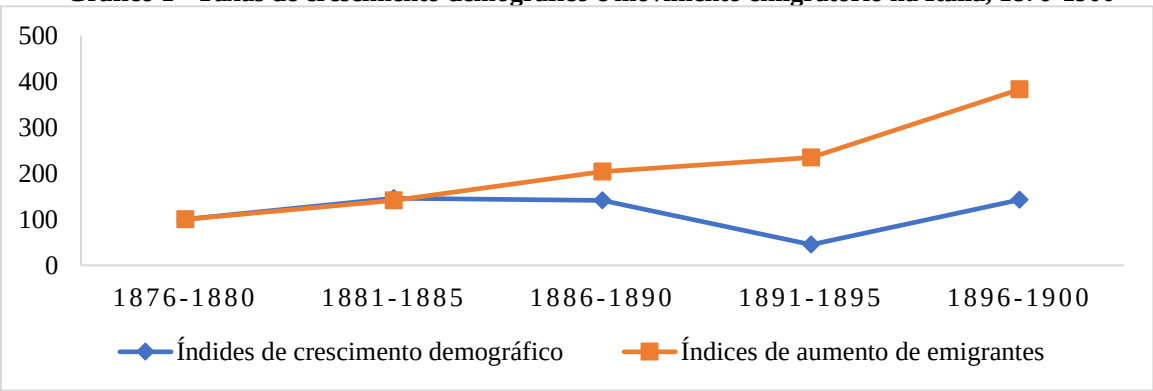
Para Trento, basta como referência o quadro de crise econômica e demográfica que se instaurou sob o país recém-unificado. Os fluxos eram determinados por motivos de ordem demográfica – a diminuição do índice de mortalidade e estabilização do índice de natalidade após 1870; e de ordem econômica, assumido pela depressão agrícola dos anos 1880, que provocou uma crise de disponibilidade alimentícia. Mas, sobretudo, o quadro desolador de milhares de pequenos proprietários, dos quais a miséria e a impossibilidade de conseguirem dinheiro vivo impulsionou massas inteiras para além-mar, a fim de fugir de uma verdadeira sangria do mundo camponês, caracterizada pelas taxações sobre a farinha, cuja falta de pagamento podia acarretar o confisco da propriedade.

---

[140] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Emílio Franzina ao investigar as motivações regionais do fenômeno emigratório[141], ressalta que a melhor perspectiva historiográfica para a emigração é de uma história que não se limite a descrever apenas os aspectos do fenômeno emigratório referentes à organização dos emigrantes no exterior, as formas de integração e as contribuições dadas pelos trabalhadores italianos e por líderes anarquistas, socialistas e comunistas para a difusão de ideologias. É necessário explicar o fenômeno reconstituindo suas etapas e suas motivações fundamentais, ou seja, colocando em perspectiva os fatores demográficos e econômicos das áreas de partida e de destino, estímulos "expulsores" e "atrativos", de acordo com as situações históricas, embora se remeta sempre ao quadro complexo da evolução capitalista a partir da segunda metade do século XIX, quando os índices de aumento de emigrantes extrapolaram os de crescimento demográfico italiano, como observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxas de crescimento demográfico e movimento emigratório na Itália, 1876-1900



Fonte: Adaptado de FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 114.

As origens desses fluxos migratórios são conhecidas ao analisar os problemas das áreas de partida já atingidas pelos efeitos da transformação sofrida pela agricultura no período do *Risorgimento*. Esse fenômeno foi marcado pela passagem da emigração de burgueses empreendedores à emigração, sobretudo, de camponeses. Levaremos em consideração divisões, embora arbitrárias, também verificada em Alvim, Trento e Franzina – a primeira, sobre as categorias regionais e a importância de se observar atentamente as características das áreas que produziram os contingentes de emigrantes; enquanto os outros, refletem as etapas do fluxo migratório.

A configuração do território italiano é resultado do processo de unificação que se prolongou ao longo do século XIX até depois da Primeira Guerra Mundial. Atualmente, o país

---

[141] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 33–34.

é constituído por 20 regiões[142], subdividida em 110 províncias e 8.103 comunas, distribuídas em uma superfície de 301.340 quilômetros quadrados.

Mapa 4 - Regiões italianas

Fonte: Adaptado de Mapchart.

Embora o mapa político-administrativo forneça uma divisão oficial da Itália, com uma convencional demarcação das regiões setentrional, central e meridional, há de se levar em conta que os imigrantes italianos estavam profundamente arraigados a tradição popular, que dividia o país conforme as divergências e contrastes de caráter histórico, social, econômico, físico-geográfico, demográfico, mas, também, propriamente cultural. Embora houvesse consenso popular em torno dessas divisões, falta uma precisão maior em relação aos contornos dessa Itália, pois cada imigrante, dependendo do seu local de origem, colocava a fronteira que

[142] Das vinte regiões: nove localizam-se na parte setentrional da península – Vale de Aosta, Piemonte, Ligúria, Lombardia, Emília-Romanha, Vêneto, Trentino-Alto Ádige e Friul-Veneza Júlia; quatro na parte central – Toscana, Lácio, Marcas e Úmbria; cinco na parte meridional – Abruzos, Molise, Campânia, Apúlia, Basilicata e Calábria; e, duas na região insular – Sicília e Sardenha.

separava a Itália Setentrional, Central e Meridional num ponto diferente. Historicamente, tais indefinições legaram à divisão territorial uma dimensão elástica, com fronteiras flutuantes que ora englobam ora excluem províncias e regiões, assim como definem o Norte e o Sul em realidades distintas e até mesmo oponentes, arraigadas de conceitos geográficos e definições preconceituosas[143].

Segundo Alvim, o fenômeno emigratório foi alimentado, em períodos distintos, pelos deslocamentos dos pequenos proprietários vênetos, dos *braccianti* setentrionais das províncias da Emília Romanha e Lombardia; e dos meridionais, das regiões da Calábria, Campania, Abruzos e Molise. A autora verificou dados sobre a entrada desses grupos no Brasil que corrigem um grande equívoco histórico, pois acreditava-se que o principal contingente regional fosse de meridionais, todavia, a emigração de vênetos foi mais expressiva, com 30% do total de emigrados para o país entre 1870 e 1920[144].

Os dados apurados por Trento mostram que os primeiros colonos que se dirigiram às fazendas brasileiras na metade dos anos 1870 eram provenientes dos Abruzos, ao passo que ia se formando uma emigração setentrional, principalmente de vênetos e lombardos, que chegaram a 49,9% dos italianos no país em 1881, quando foi realizado o *Censimento degli Italiani all'Estero* pelo *Ministero dell'Agricoltura, Industria e Commercio* (MAIC)[145].

As estatísticas elaboradas por Franzina mostram que nos quarenta anos que se sucederam à unificação (1871-1901) o total de emigrantes chegou a 2.770.006 em condição definitiva e 3.022.540 temporários, totalizando 5.792.546 italianos fora da terra natal. O Vêneto, por sua vez, contabilizou 14,6% dos emigrantes permanentes e 49,5% dos temporários, num total de 1.904.719 experiências migratórias[146].

A propósito da proveniência regional, apesar de Alvim ressaltar que as variações da região de origem devem-se mais às condições expulsoras da Itália[147]; Trento, pelo contrário, sublinha que a predominância de trabalhadores setentrionais correspondia também às

---

[143] PEREIRA, João Baptista Borges. **Italianos no mundo rural paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 52–4.
[144] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62.
[145] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 38.
[146] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 104-7.
[147] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 63.

preferências manifestadas pelos fazendeiros paulistas por vênetos e lombardos, conhecidos por sua parcimônia, frugalidade e docilidade. Inclusive, os contratos de introdução de emigrantes excluíam explicitamente os italianos provenientes da Sardenha, da Emília-Romanha e das Marcas, porque eram considerados desobedientes e rebeldes[148].

No período de 1878 a 1902, o Norte da Itália representou 52,9% dos emigrantes no Brasil; sendo que apenas o contingente vêneto e friulano contribuiu com 35,2% desses deslocamentos[149]. De fato, esses últimos foram tão numerosos que quase se equipararam aos provenientes de todas as regiões da Itália meridional. Se pensarmos nas demais regiões, a proveniência dos lombardos também assumiu certo relevo, assim como dos toscanos na Itália central e dos campânios, calabreses e abruzenses nas regiões meridionais.

É válido notar a diversidade regional nos três períodos considerados. De 1878 a 1886, emigraram com destino ao Brasil especialmente os vênetos e lombardos para a agricultura e uma porção de meridionais, os últimos sobretudo para os centros urbanos. Posteriormente, entre 1887 e 1895, o deslocamento de setentrionais é nitidamente mais relevante. A partir de 1893, a emigração das províncias ao Sul começa a dar sinais de aumento até tornar-se majoritária após 1898. Para Trento, essa prevalência regional temporária se verifica por dois motivos: os vênetos estavam mais ligados ao setor agrícola enquanto os meridionais buscavam afazeres também no artesanato, no comércio e nos trabalhos marginais urbanos; além disso, esses últimos começaram a emigrar em massa apenas quando a situação criada pela crise agrária se tornou realmente insustentável[150].

A emigração abalou a fisionomia demográfica e econômica, e toda a geografia humana dos continentes, transcendendo as capacidade e possibilidades de ação e reação do governo italiano, ainda mais por se tratar de um pequeno e frágil país que sofria com uma severa crise revelada por um determinado "estágio de exuberância demográfica"[151]. Acima de tudo, a emigração italiana estava atrelada "às condições da agricultura em geral e o estado das classes agrícolas em particular"[152], sendo

---

[148] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 41.
[149] *Ibid*, p. 39.
[150] *Ibid*., p. 40.
[151] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 63.
[152] *Ibid*., p. 35.

> um fenômeno interno das regiões que a produziam e uma tentativa de remediar as causas que a determinavam, e que tinham a sua raiz nas estruturas econômicas da sociedade do século XIX, suas relações de produção e suas relações de classe, ou seja, no estado de mal-estar difuso que atormentava a agricultura e os camponeses.[153]

A região vêneta é a que mais nos interessa na fase inicial da grande emigração. Na realidade, ela estava dividida em áreas de colinas e montanhas, nas províncias de Vicenza, Treviso, Belluno e Udine, e planícies em Verona, Rovigo, Pádua e Veneza. Essas subdivisões mantinham características próprias com pequenas e médias propriedades nas regiões de montanha e colinas; e grandes propriedades, com sinais capitalistas, nas áreas de planície. Os campos vênetos eram cobertos por culturas de cereais e vinhedos, apoiado pelo trabalho familiar por meio de contratos que permitiam diversos tipos de abusos.

A propriedade da terra no Vêneto era o porto para o qual todos voltavam suas esperanças e uma transformação capitalista do campo só podia ter como efeito uma expulsão dos trabalhadores rurais de suas seculares zonas de fixação. O cenário da pequena propriedade independente, com seus hábitos milenares associados à produção autossuficiente começou a dar sinais de decadência quando o pequeno núcleo de terra deixou de fornecer os recursos necessários para todos que viviam dele[154].

O êxodo dos camponeses vênetos assistido dentro de uma moldura histórica que foi da anexação do Vêneto à Itália (1866) à virada do século XIX ao XX, envolveu sobretudo os pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros; que, se viram incapazes de resistir às crises conjunturais impostas pela drástica queda internacional dos preços do trigo. O sujeito imigrante, "por falta de trabalho ou por excesso de pessoas em um determinado país, sendo esse um capital morto, isto é, um não-valor, emigra para se tornar ativo e um valor em outro país, posto em melhores condições"[155].

A princípio, seguiram para a América Latina imigrantes que alimentavam o sonho de se tornarem proprietários nas áreas de colonização agrícola na região platense ou nos estados do sul do Brasil. Uma imigração, mais propriamente de massa, entre 1887 e 1901, envolveu, os mesmos componentes rurais, além de certos grupos de artesãos e operários urbanos. Foi nesse segundo momento que milhares de emigrantes vênetos seguiram para o estado de São Paulo

---

[153] *Ibid*., p. 82.
[154] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 30.
[155] FRANZINA, **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**, p. 224.

alistados e com as despesas pagas pelos seus novos patrões no além-mar, favorecendo a expansão de companhias de navegação especializadas.

As famílias vênetas geralmente contavam com mais de uma dezena de elementos, dois ou três homens e suas respectivas esposas e filhos aptos ao trabalho na propriedade familiar, que era mantida sob a autoridade paterna. O hábito de dividir a terra quando os filhos se casavam foi um dos principais motivos para o surgimento de problemas e o enfraquecimento dos pequenos proprietários[156]. As famílias maiores sofriam ainda com a carestia alimentar, pois deveriam dividir o pouco que tinham com dez ou mais pessoas. As casas, por sua vez, eram retratos da precariedade das duras condições de vida. Essas condições pouco diferiam dos pequenos proprietários, arrendatários ou *braccianti*.

O desencanto era tamanho que os vênetos abandonam a pátria sem a esperança de voltar, desfazendo-se de tudo, de seus animais e dos parcos utensílios domésticos. Franzina traduziu o trecho abaixo de um artigo de um jornal de Vicenza que descreve a situação daqueles emigrantes que se dirigiam a estação de trem que os levaria até Genova:

> Certamente fugiam daquelas terras que tinham molhado por tanto tempo com o seu suor e que agora não dava mais a eles o necessário para viver. Os impostos são opressivos; as rendas diminuem; o preço baixa – isso tanto para os grandes e pequenos proprietários como para os arrendatários. Consequentemente, a demanda de braços é pequena; a oferta é muito grande e os salários tornam-se insuficientes às necessidades mais restritas – isso para os camponeses.[157]

Além dos fatores de ordem econômica e demográfica, as perturbações climático-ambientais também interviram na aceleração e no aumento do fluxo emigratório vêneto nas áreas onde a população abundava. Abalos climáticos sucederam-se com frequência e intensidade na segunda metade do século XIX, em razão do início de uma nova fase climática secular gerada pela diminuição das geleiras[158]. As tempestades, as inundações, as chuvas de granizo, as secas e outros fenômenos atmosféricos causaram danos não só à agricultura, mas também as outras atividades econômicas, tanto nos campos quanto nos centros urbanos. A grave inundação que abalou as terras baixas do Polesine e da província de Verona e a rigidez no inverno produziram um certo incremento no movimento da emigração permanente nas áreas próximas as margens do rio Adige e Pó. Em alguns períodos, as condições higiênico-sanitárias

---

[156] ALVIM, **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**, p. 33.
[157] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 227.
[158] *Ibid.*

também se juntaram às motivações ocasionais do êxodo, como a epidemia de cólera que atingiu partes da Itália no ano de 1886.

Estamos longe, como se vê, de observar uma situação homogênea em toda a península. Os *braccianti* setentrionais das regiões da Emília-Romanha e da Lombardia tinham características diferentes da realidade vivenciada no Vêneto. Portanto, deve-se levar em conta, também, as diferenças entre as famílias de *braccianti* e dos meeiros e pequenos proprietários. Geralmente, essas famílias eram menores, com no máximo cinco pessoas; um só casal com filhos e, raramente, a presença dos pais do homem ou da mulher. A falta de indivíduos aptos ao trabalho consistia em salários irrisórios que não permitiam nem uma alimentação adequada. A precariedade de recursos diminuía a autoridade paterna e não permitia a fixação dos filhos que se casavam na casa da família. Na falta de bens, a família era obrigada a se dividir, tomando muitas vezes o caminho da América[159].

A presença de *braccianti* setentrionais no fluxo emigratório para o Brasil é marcante na segunda metade da década de 1880, quando estratégias de arregimentação foram colocadas em prática por grupos de cafeicultores paulistas que buscavam mão de obra farta e barata. Diferente dos pequenos proprietários, arrendatários e meeiros que seguiam para o além-mar com seus próprios recursos, os *braccianti* não provinham de recursos nem para sua própria fuga das condições miseráveis em que se encontravam. As famílias em pior situação econômica foram as últimas a abandonar a Itália setentrional, exatamente porque dependiam dos subsídios do lado receptor. Do lado brasileiro, as estratégias de arregimentação estavam atreladas à luta pela implantação de mão de obra livre em São Paulo e à busca por *braccianti* totalmente sem recursos, que também seriam menos aptos a abandonar as fazendas.

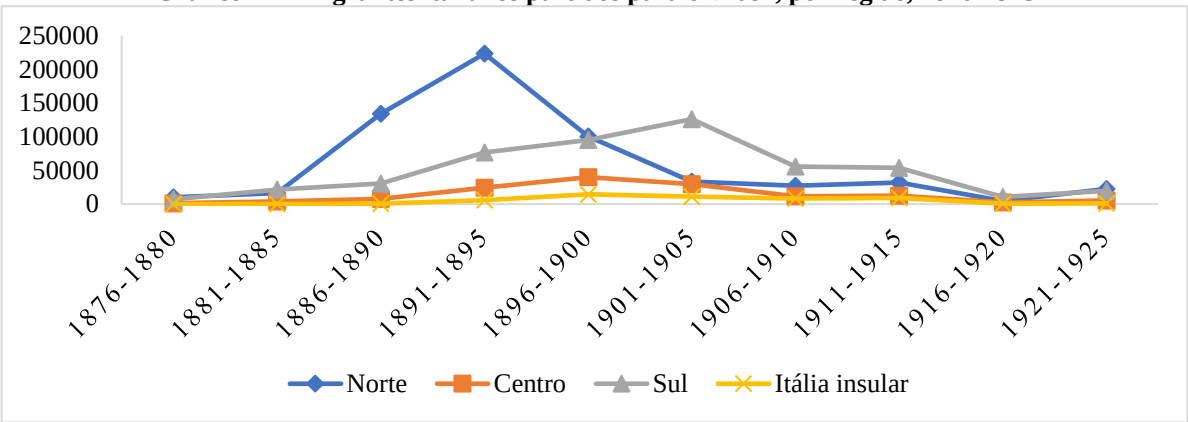
Com a intenção de convencer novos trabalhadores a emigrar, os agentes não poderiam mais acenar para as condições de adquirir pequenas propriedades como ocorrera, até então, através de núcleos coloniais. Passou-se a enaltecer os valores familiares e as possibilidades de reconstrução dos seus núcleos esfacelados pela miséria nos campos italianos. Os fazendeiros paulistas souberam aproveitar os valores familiares tão caros nas sociedades pré-industriais, preservados enquanto puderam pelos italianos[160].

---

[159] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 35–40.
[160] *Ibid*., p. 47.

Os fluxos foram se alterando conforme o fenômeno emigratório foi se espalhando pelo território peninsular: o número de vênetos e lombardos, primordialmente camponeses, diminuiu drasticamente, ao passo que piemonteses, lígures e toda a Itália central ainda mantinham suas taxas de saída para o Brasil. Numa visível inversão de tendência, cresceu a participação das regiões meridionais, caracterizada por uma composição profissional diferente, primordialmente de profissionais urbanos[161].

Gráfico 2 - Emigrantes italianos partidos para o Brasil, por região, 1876-1925



Fonte: *Commissariato Generale dell'Emigrazione*. **Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925**. Roma, Ed. CGE, 1926, p.151.

Nos municípios do interior paulista, encontrava-se frequentemente uma grande heterogeneidade dos componentes italianos. Embora o Vêneto, a Campânia, a Calábria e a Lombardia contribuíram com cerca de 60% do fluxo de italianos para o Brasil, de 1876 a 1920, é interessante observar que no interior das regiões italianas há áreas de emigração que forneceram mais emigrantes a determinadas áreas do interior paulista, graças ao fenômeno das cadeias e redes migratórias. Em Mococa, por exemplo, 40% dos italianos residentes eram provenientes de Potenza, na Basilicata; Flávia Oliveira e Oswaldo Truzzi mencionam um predomínio de calabreses nos meios urbanos de Jaú e São Carlos; do mesmo modo, Zuleika Alvim se refere à uma concentração de mantovanos em Ribeirãozinho (atual Taquaritinga)[162].

Nesse ponto, em particular, o escopo do nosso trabalho é verificar a heterogeneidade dos contingentes italianos que se dirigiram à região de Franca. Posteriormente, analisar-se-ão os fatores que atraíram esses imigrantes, os contextos de recepção, os antecedentes

---

[161]TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 59-60.
[162] TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 35.

comportamentais que permearam a distribuição dos italianos e a relação das cadeias e redes migratórias no deslocamento e aglutinação de parentes e conterrâneos.

Braços para a lavoura

A organização produtiva brasileira demandou força de trabalho importada via Atlântico desde os tempos coloniais, pois o mercado de trabalho no Brasil esteve desterritorializado entre 1550 e 1930, quando os setores dinâmicos da economia dependiam de mão de obra nascida fora do território[163]. A crise no sistema colonial tradicional levou à desagregação do sistema escravista na América, cujo processo abolicionista dependeu em cada área da América das possibilidades de transição para o trabalho livre, do tipo de economia, da luta dos abolicionistas e do grau de resistência daqueles que defendiam a escravidão. A partir da segunda metade do século XIX, conforme a cafeicultura se expandia para as terras virgens novas áreas eram desbravadas, o sistema foi se desarticulando e o país transitou definitivamente para as formas de trabalho livre[164]. O Brasil, encontrava-se numa fase de estagnação econômica no mercado internacional, modificada com o advento da cafeicultura e o crescimento do consumo de café na Europa e na América do Norte. Entretanto, a produção em larga escala deste produto coincidiu com a interrupção do tráfico de escravos no país, gerando uma crise de mão de obra que foi solucionada pela atração da força de trabalho excedente da Europa Meridional, especialmente da Itália.

Os fluxos migratórios e as condições econômicas da América estavam estreitamente relacionados após 1870. O grande número de viagens marítimas garantia contato constante entre a Europa e as nações americanas, principalmente com informações sobre condições de emprego facilitada pelo desenvolvimento de meios de transporte e de comunicação mais rápidos e mais baratos. A configuração desse cenário foi possibilitada a partir de importantíssimas realizações, tais como a substituição total da vela pela energia a vapor nos navios de passageiros que cruzavam o Atlântico; a instalação do primeiro cabo telegráfico transatlântico, em 1866; e a conclusão de um primeiro conjunto de ligações ferroviárias, na década de 1870, nos principais países europeus e americanos[165].

---

[163] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
[164] COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**, São Paulo: Editora UNESP, 2010 p. 14.
[165] KLEIN, Herbert. Migração internacional na História das Américas. *In*: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 23.

A historiografia aponta a dependência entre os engendramentos econômicos da desagregação do sistema escravista e a oferta de trabalhadores para a cafeicultura, que era a esperança de uma moderna empresa capitalista. Celso Furtado examinou a escassez de mão de obra na principiante lavoura cafeeira[166] e Verena Stolcke observou que o principal obstáculo para a expansão do café era a falta de trabalhadores, solucionada pela introdução do trabalho livre[167]. Caio Prado Júnior verificou que a presença de europeus serviu para povoar regiões fronteiriças, estimulando uma política oficial de povoamento[168]. Thomas Holloway salienta que o slogan que orientou a política de atração de imigrantes, "Braços para a lavoura", referia-se diretamente ao trabalho físico na agricultura e povoamento no oeste paulista. O incentivo brasileiro, particularmente do Estado de São Paulo, apresentava um cenário de terras abundantes e de obtenção de lucros rápidos com a lavoura de café, em alta no mercado internacional. Essa imigração foi intensificada pelo sistema de colonato, que viabilizava as expectativas do fazendeiro de encontrar braços lucrativos para suas lavouras em expansão, além de permitir aos imigrantes encontrar terras em abundância para trabalhar, o que alimentava esperanças de fazer fortuna[169]. Prado Júnior ressalta que os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarcar na Europa não apresentavam as condições do país e eram regidos em proveito exclusivo do empregador, muitas vezes com acentuada má-fé[170]. Na visão de Boris Fausto, os emigrantes que tomaram o rumo do Brasil visavam ascender economicamente, mas se viam impedidos pela política de terras que dificultava a aquisição de propriedades apenas pela ocupação ou desbravamento. A única forma de tornarem-se proprietários era pela compra, raramente alcançada pelos imigrantes logo que desembarcavam no país, devido ao endividamento pelas despesas com a viagem e a aquisição de gêneros de primeira necessidade nos armazéns das fazendas[171].

Do ponto de vista geográfico, vale analisar os antecedentes e as condições histórico-sociais que envolveram a idealização, o surgimento e o desenvolvimento de uma cultura imigratória para a América, e mais particularmente, para o Brasil e o estado de São Paulo. A Itália[172], menor que seu território atual de 301 mil km², era comparável ao estado de São Paulo,

---

[166] FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
[167] STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
[168] PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 187.
[169] HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
[170] PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 187.
[171] FAUSTO, Boris. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.
[172] Em 1860, a área do Reino da Itália era de 250.320 km².

com 248.209 km². A superpopulação italiana garantia-lhe uma das mais altas densidades do mundo europeu[173], contrastando com um vazio populacional gritante em áreas do oeste paulista.

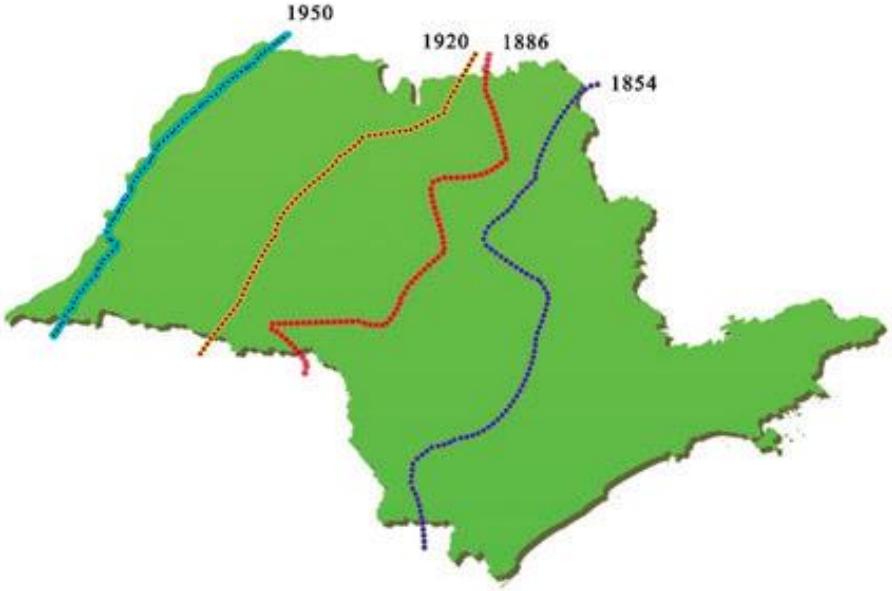
Fatores atrativos impulsionaram o fenômeno migratório em direção ao oeste paulista, portanto é frutífero observar as transformações nas duas pontas do percurso a fim de conhecer os diferentes rostos que se sobrepunham na ânsia de fazer a América. Nas palavras de Michael Hall, "nel XIX secolo molti speravano che una immigrazione su larga scala avrebbe creato un nuovo Brasile: una nazione composta da prospere, singole, piccole aziende agricole, solida, di tipo europeo, e, in una parola, moderna"[174]. Apesar das grandes expectativas, a imigração de massa não criou melhores condições, mas, ironicamente, serviu para escorar as enfraquecidas e velhas estruturas já conhecidas.

A população paulista cresceu progressivamente de 1765 a 1940[175], com maior intensidade depois que o café recolocou o Brasil no mercado internacional e tornou o interior paulista uma rota privilegiada para os imigrantes italianos, que buscavam um destino para sobreviver fora do seu mercado saturado de trabalho[176]. A expansão da economia cafeeira pelo vale do rio Paraíba do Sul chegou até a porção paulista, consolidando-se como uma importante atividade que foi progressivamente seguindo o caminho do chamado velho oeste paulista, que contava com terras ainda inexploradas, de excelente qualidade, cujos solos e clima temperado permitiram o advento de uma agricultura de exploração como o café. O assentamento progressivo a oeste, conhecido como *frente pioneira*[177], pode ser observado pela Imagem 23[178].

---

[173] Por volta de 1870, a Itália era o oitavo país da Europa em extensão e o quinto em população, com cerca de vinte e cinco milhões de habitantes.
[174] HALL, Michael M.. Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920. **Quaderni storici**, v. 9, n. 25, 1974, p. 138.
[175] MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 71.
[176] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
[177] Sobre o processo de incorporação de terras no oeste paulista, confira: MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996; MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
[178] Em 1854, os núcleos urbanos mais a oeste delineavam a frente composta pelos municípios de Franca, Batatais, Araraquara, Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Tatuí, Itapetininga, Itapeva e Apiaí. Nos censos de 1872, 1886 e 1920, a frente havia se deslocado cada vez mais para oeste. No último, a frente pioneira era formada pelos núcleos de Barretos, Olímpia, São José do Rio Preto, Penápolis e Conceição do Monte Alegre.

Imagem 23 - Evolução da frente pioneira pelo interior paulista, 1854, 1886, 1920, 1950



Fonte: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). *In*: **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2019, p. 170.

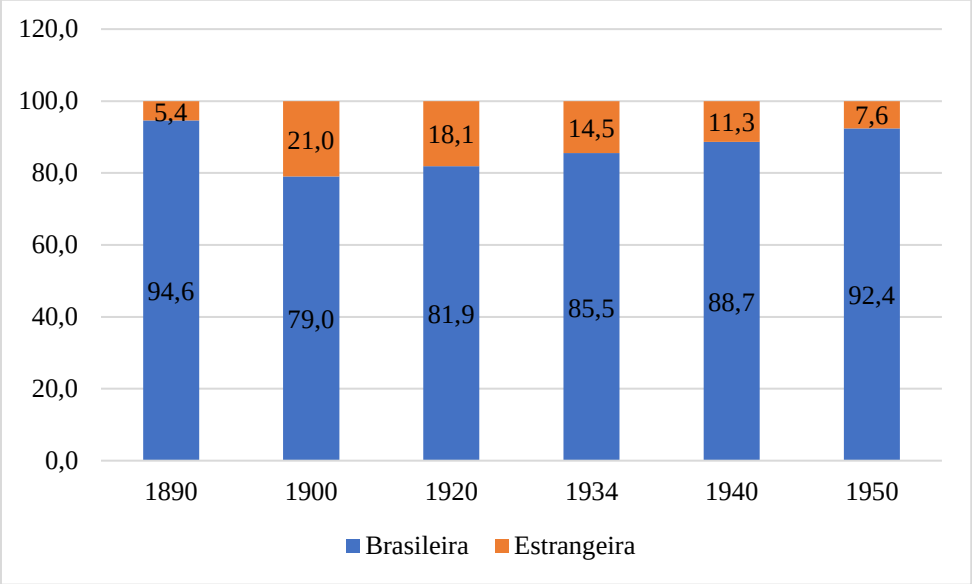
Trabalhos que se dedicaram ao binômio café-ferrovias[179] observaram que a estrada de ferro, o crescimento da população e o incremento da área destinada à cafeicultura tiveram um andamento paralelo[180]. Mas, um dos principais impactos para a dinâmica demográfica regional foram os investimentos da elite cafeeira para o financiamento da imigração europeia, a fim de superar os problemas impostos pelo fim do tráfico atlântico de escravos. No decorrer da década de 1880, a adoção de um uma política imigratória pelo Estado proporcionou "promover, endereçar e organizar a imigração transoceânica, tornando-se o fiador, em relação aos proprietários das terras de um abastecimento constante e considerável de mão de obra"[181], por meio de uma propaganda agressiva, sobretudo na Europa, dirigida aos potenciais imigrantes. Os agentes a serviço do Brasil expunham o país "como uma espécie de paraíso terrestre, onde bastava viver para ser feliz", repleto de terras de uma fertilidade prodigiosa; com inúmeras riquezas minerais, metais e pedras preciosas; país de clima favorável ao trabalho e de "gente de uma cordialidade sem fim que esperava o imigrante com um sorriso para lhe oferecer comodidade"[182].

---

[179] Conferir: MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1974, p. 105.
[180] VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 30–3.
[181] *Ibid*., p. 54.
[182]HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 19.

Em alguns anos, ainda na virada do século, mais de um quinto da população (478.417) residente no estado era proveniente de outro país[183]. Esses percentuais só entrariam em declínio na segunda década do século, sendo 18,1% (829.851), em 1920; 14,5% (931.691), em 1934; e, 11,3% (814.102), em 1940.

Gráfico 3 – População brasileira e estrangeira no Estado de São Paulo, 1890-1950



Fonte: BASSANEZI, M. S. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 22.

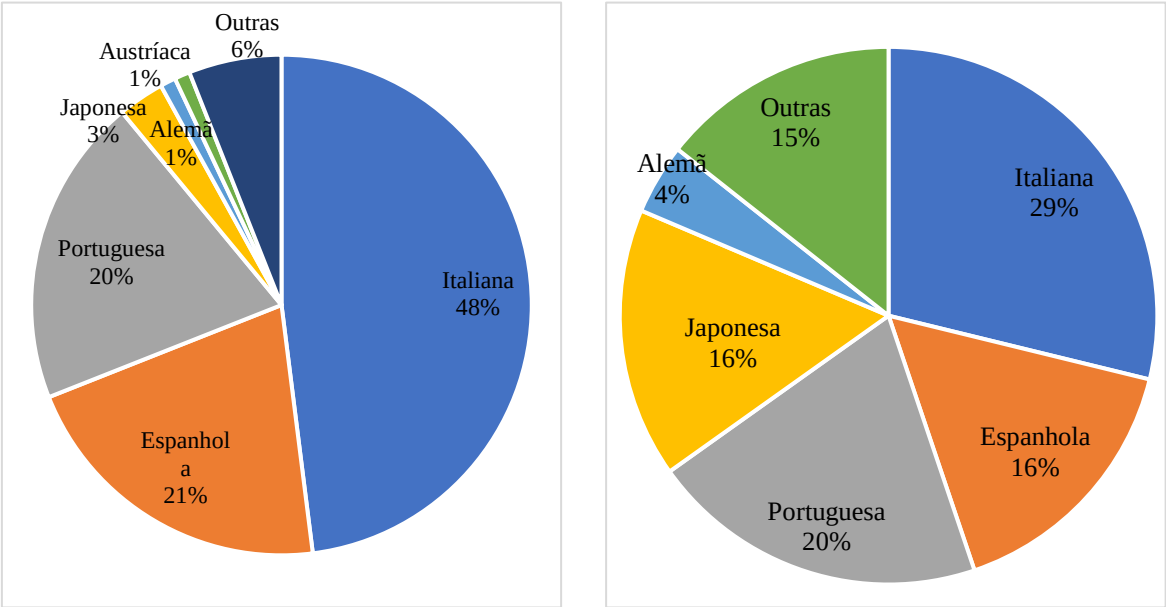
Em 1920, os italianos, maioria entre os imigrantes, predominavam na maior parte do estado, apesar da diminuição do volume de entradas. Seguiam-no, os espanhóis (20,6%) e os portugueses (20,1%). O fim da política de subsídios (1927), a crise de superprodução do café (1930), as restrições impostas pelo governo brasileiro nos anos 1930 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contribuíram para o declínio no movimento imigratório, que foi sentido na diminuição no número de estrangeiros em todo o estado, pois a presença de italianos, portugueses e espanhóis juntos caiu para 66%, em 1940; e 59%, em 1950[184]. Contudo, é importante considerar que o crescimento da população brasileira no estado incluía os milhares de descendentes de estrangeiros nascidos no Brasil.

---

[183] No *Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950*[183], os autores advertem para as falhas na apuração dos estrangeiros no recenseamento geral de 1890, que sofreu interferências das normas do governo republicano referentes à naturalização. O decreto republicano de 15 de dezembro de 1889 passou a considerar cidadãos brasileiros os estrangeiros que já residiam no Brasil na data da Proclamação da República, salvo aqueles que se declararam contrários perante as municipalidades no prazo de seis meses da publicação do decreto. Assim sendo, alguns municípios consideraram brasileiros aqueles imigrantes naturalizados pelo decreto; outros não contabilizaram estrangeiros na publicação desse censo.

[184] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo *et al.* **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Gráfico 4 - Nacionalidade da população estrangeira no Estado de São Paulo, 1920 e 1940



Fonte: BASSANEZI, M. S. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 53, 72.

A presença crescente de imigrantes na cidade de São Paulo tornou-a um importante polo de circulação de riqueza, com o papel de centralizar e distribuir mão de obra e sacas de café. A participação ativa nos fluxos entre os dois lados do Atlântico fez da capital paulista a principal referência econômica do país, que, na metade dos anos 1880, começava a se articular para receber levas cada vez maiores de imigrantes. Estruturou-se o serviço de recepção e distribuição desse fluxo de imigrantes com a construção de uma nova hospedaria de imigrantes, em lugar próximo das estações de estradas de ferro e linhas de bondes, onde os imigrantes poderiam desembarcar com suas bagagens dentro do estabelecimento e ali mesmo tomassem os trens para o oeste paulista[185].

[185] GONÇALVES, Paulo Cesar. A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. *In:* **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 2, p. 1–20, 2009, p. 9.

Imagem 24 - Entrada de imigrantes na Hospedaria

Fonte: Acervo digital do MI.

O pátio da hospedaria funcionou como um verdadeiro mercado de força de trabalho, onde os próprios fazendeiros ou seus agentes recrutavam pessoas para a faina do café. Nas palavras de Vangelista: "a Hospedaria transforma São Paulo em um enorme centro de intercâmbio da força de trabalho, o ponto de partida das caravanas dos imigrantes para o interior"[186].

O clima de entusiasmo dos emigrantes que se dirigiam à Genova nos dias da partida para o Brasil era alimentado pela expectativa de ir ao encontro de parentes na América – como eles denominavam vulgarmente o seu destino. A possibilidade de emigrar na companhia de parentes próximos também acentuava a animação desses grupos e foi exaltada por Martinho Prado Júnior ao dizer que "somente quem não presenciara as saídas dos navios da Itália podia ignorar a influência extraordinária que sobre a moral do emigrante exercia o fato de levarem consigo todos os que lhe eram caros"[187]. A visão dos fazendeiros contrastava com a realidade desses imigrantes, muitas vezes, movidos pela febre da fortuna e da riqueza que lhes servia de esperança. Segundo Emílio Franzina, "os camponeses foram animados pela vontade de melhorar suas condições com um esforço menor do que na pátria; todavia, eles não partiram para o Brasil com um tola 'ideia de se tornarem ricos sem labuta', nem iludidos 'de encontrar

[186] VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 56.
[187] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 32.

lá as linguiças penduradas nas árvores', como insinuam os jornalistas pagos pelos proprietários de terras"[188].

A privação de todos os meios de subsistência na Itália impulsionava aqueles que tinham a certeza de conseguir emprego na América por meio do sistema de chamada. Esse mundo novo acabou por configurar-se como uma alternativa, apesar das desgraças e da exploração de sempre, permitia aos camponeses potencialidades de elevação social e de melhoramento econômico, totalmente impensáveis na terra natal. A grande esperança desses trabalhadores no outro lado do Atlântico era conquistar, individual ou coletivamente, seu próprio bem-estar material[189].

Contudo, os imigrantes se viram sob um controle rígido na labuta intensiva do cafezal, manifesto pelos horários de se trabalhar, de se recolher e nas interdições para a saída das fazendas. Segundo Chiara Vangelista, nas plantações decorria "uma forte centralização de poderes nas mãos do fazendeiro, que não só regula as atividades referentes ao processo produtivo, mas também mantém o controle sobre todas as manifestações da vida privada e pública dos seus subalternos"[190]. Para se viver melhor, os colonos deveriam contar com uma família extensa, com muitos membros aptos para o trabalho e que estivessem em propriedades com cafezais em formação, onde se permitia o cultivo intercalar entre as ruas dos cafezais. Poderia ser considerada uma família de sorte aquela que tivesse sido empregada em uma fazenda próxima de algum núcleo urbano e com possibilidade de cultivar hortaliças ou criar animais.

Entretanto, a sorte da maior parte dos colonos era bastante diferente. A dependência econômica do armazém da fazenda encaminhava os recém-chegados a um endividamento progressivo; a falta de assistência médica e o despotismo de muitos proprietários e administradores compunham um cenário de condições totalmente opostas às promessas dos agentes recrutadores na Itália. Diante de tais diversidades, surgiram em muitas localidades mobilizações de colonos que foram amplamente divulgadas pela imprensa combativa que desaconselhava abertamente a emigração para o Brasil. O periódico *La Battaglia*, dirigido em São Paulo por Oreste Ristori, alertava os italianos que pensavam seguir ao Brasil sobre todo o

---

[188] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 317.
[189] *Ibid*., p. 294–327.
[190] VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 229.

tipo de arbítrio a que estariam submetidos: “partir do próprio país para vir ao Brasil é como sair da panela para cair no fogo”.

As formas de resistência aos desmandos dos fazendeiros estruturavam-se sobretudo em torno das unidades familiares, geralmente resultando na mobilidade entre fazendas, na transferência para o meio urbano e, até, no retorno ao país de origem ou a reemigração para outro país, como a Argentina. Contudo, o isolamento imposto aos colonos pelo regime disciplinar das fazendas reduzia as possibilidades de organização política ou étnica, além de impor outras limitações. Nas propriedades mais distantes raramente os imigrantes tinham acesso ao culto católico e às festas religiosas. Tais condições impunham uma sociabilidade restrita, confinada às famílias residentes nas colônias próximas, que acarretou padrões conjugais fortemente endogâmicos e a reconstituição das condições de estruturação da família pautadas por um forte regionalismo entre italianos presentes na colônia da própria fazenda ou na vizinhança[191].

O conflito de maior repercussão aconteceu em 1900 e causou a morte de Diogo Salles, irmão do então presidente da República. O assassinato do fazendeiro por um colono lombardo extrapolou as divisas do município de Analândia, e ganhou extensa visibilidade por envolver o espírito de solidariedade dos italianos perante o despotismo dos proprietários. Os motivos que incitaram o colono Longaretti a desferir um tiro de garrucha, em meio do cafezal revelam parte do cotidiano de submissão, intimidação e violência vivido nas fazendas[192]. Influenciados pelas notícias enviadas por seus agentes consulares no Brasil e as denúncias cada vez mais frequentes da imprensa, o Comissariado Geral da Emigração enviou um encarregado ao Brasil a fim de examinar de perto a situação. Adolfo Rossi percorreu o estado de São Paulo nos primeiros meses do ano de 1902 e ao cabo de sua vistoria, em julho do mesmo ano, emitiu um relatório acentuando os traços negativos, baseado nos depoimentos recolhidos. O quadro dramático apresentava relatos de miséria, doenças, omissão ou atraso no cumprimento dos contratos e pagamento dos salários, mulheres violentadas, homens chicoteados e um sistema de disciplina que fazia a fazenda parecer uma colônia de condenados em domicílio obrigatório[193].

---

[191] TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 44–9.
[192] Sobre o caso, ver: FERREIRA, Christiano Eduardo. **O caso Longaretti: crime, cotidiano e imigração no interior paulista**. Orientador: Michael McDonald Hall. 2005. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
[193] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 52.

Antes mesmo de Rossi ter retornado, seu relatório já reverberava nos meios políticos italianos. Em 26 de março de 1902, o Comissariado Geral da Emigração da Itália promulgou uma portaria proibindo a emigração subsidiada para o Brasil de grupos coletivos, a não ser de contratos aprovados por ele. O chamado Decreto Prinetti, nome do então ministro do Exterior italiano, deixava claro que o recrutamento só poderia ser efetuado através do Comissariado ou de instituições de assistência, além disso, permanecia livre a emigração espontânea e a chamada de parentes já instalados no Brasil. Essa portaria determinou a suspensão de uma licença especial que havia sido concedida às companhias de navegação para que pudessem transportar emigrantes italianos gratuitamente para o Brasil.

A situação brasileira incidiu no refluxo emigratório, cuja queda nas taxas de emigração para o Brasil nunca mais verá pausa. Essa inversão de tendência tornou outros países da América o destino predominante dos italianos, principalmente os Estados Unidos e a Argentina. O primeiro representou 70,1% da emigração para a América entre 1903 e 1920. O Decreto Prinetti não foi um ato contra o Brasil, apenas pôs fim a um privilégio com o qual outros países não contavam, a imigração subsidiada em larga escala.

Na realidade, o governo e os fazendeiros buscaram ultrapassar os obstáculos ao desenvolvimento da economia cafeeira, enquanto as condições dos colonos eram agravadas pela necessidade de os fazendeiros descarregarem sobre os trabalhadores braçais os custos da produtividade mais baixa por meio do aumento da carga de trabalho[194].

Refluxo imigratório

O refluxo imigratório ocorreu simultaneamente ao fluxo de entrada dos imigrantes e nem sempre implicava refazer o fluxo em sentido contrário. Por não ser apenas um movimento de retração, esses deslocamentos podiam ter uma nova orientação que não fosse o retorno ao país de origem. Ao findar-se o século XIX, deu-se, pela primeira vez, um déficit no movimento imigratório. Em 1900, 1903 e 1907, o número de saída de imigrantes do país foi superior ao de entrada, sendo que, em 1903, 4.234 (12,5%) dirigiram-se para a Argentina e 29.601 regressaram à Europa[195].

---

[194] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 62.

[195] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986, p. 189.

Para Caio Prado Júnior, o problema de retorno ou reemigração dos imigrantes foi um fator que causou instabilidade econômica, pois

> muitos imigrantes europeus, depois de um estágio mais ou menos longo no Brasil, irão fixar-se na Argentina. Essa emigração de trabalhadores agrícolas constituiu sempre, entre nós, um fato normal e permanente. Nos primeiros tempos da imigração, contudo, a entrada de grandes contingentes novos compensava sempre largamente, no conjunto, as saídas. Em 1900, porém, verifica-se pela primeira vez um déficit imigratório, tendo as saídas superado às entradas. Isto se reproduzirá em 1903 com um excesso de saídas de mais de 18.000 indivíduos.[196]

O refluxo da imigração foi uma tendência do movimento imigratório europeu para a América, pois outros países tornaram-se mais atraentes para o imigrante. A Argentina, uma economia agrária bastante dependente da mão de obra estrangeira, oferecia condições mais favoráveis do que o Brasil em decorrência da alternância sazonal entre as lavouras de café e trigo. Os Estados Unidos também tinham uma capacidade extraordinária de absorver imigrantes, com mais oportunidades e melhor remuneração[197].

Apesar de Lucy Maffei Hutter considerar os repatriados italianos do Brasil, Argentina e Estados Unidos como imigrantes sazonais, que iam e voltavam de acordo com os ciclos agrícolas, esses deslocamentos eram influenciados pelas condições econômicas e as oportunidades oferecidas aos estrangeiros, muitas vezes mergulhados em tal estado de pobreza que não possuíam condições de buscar novas oportunidades por si sós. Ainda assim, a repatriação foi uma realidade para cerca da metade dos imigrantes que passaram pelos portos de Santos e Buenos Aires, onde esses fluxos esteve atrelado a incapacidade da agricultura em gerar emprego o ano todo[198].

Essa característica distingue o imigrante esperançoso do retorno e o imigrante disposto a fixar-se na terra estrangeira. Por exemplo, quase metade dos que entraram na Argentina entre 1870 e 1930 deixaram o país; e nos Estados Unidos, cuja taxa de saída entre 1880 e 1920 chega a 54%, vale observar que os imigrantes que para lá se dirigiram foram, em esmagadora maioria, trabalhadores meridionais, sem a família, em busca de ocupação temporária[199]. Os fazendeiros paulistas, ao optarem por uma imigração de núcleos familiares em detrimento dos trabalhadores

---

[196] PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 213.
[197] ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 - 1920**. Orientador: Dario Horacio Gutierrez Galhardo. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 39.
[198] LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *In:* **Revista de História Iberoamericana**, v. 10, n. 1, p. 34–58, 2017.
[199] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 122.

individuais, buscaram garantir um menor deslocamento dentro da lavoura cafeeira, assegurando os empregados necessários[200].

Em decorrência das crises do café, naturalmente, ocorreu uma movimentação interna no estado de São Paulo, de fazenda para fazenda ou do mundo rural para o urbano. Holloway observou que as fazendas de café não teriam continuado a absorver centenas de milhares de trabalhadores estrangeiros, no decorrer dos anos, se os trabalhadores não circulassem em áreas locais, das zonas mais antigas para a fronteira em expansão ou abandonassem as fazendas para morar nas cidades, ou ainda, retornar a sua terra natal[201].

A saída de imigrantes provocou a reação do governo do estado de São Paulo, dando início às primeiras leis de proteção aos colonos. Em 1904, foi regulamentado o contrato de trabalho, garantindo ao colono os salários ganhos, a concessão de moradia e de terras para o plantio. Dois anos depois, foi instituída a Agência de Colonização e de Trabalho, com o intuito de supervisionar a introdução e colocação de imigrantes. No ano de 1911, foram criados o Departamento Estadual do Trabalho e o Patronato Agrícola, cuja atribuição era resolver as controvérsias entre colonos e fazendeiros, denunciar às autoridades competentes os eventuais crimes cometidos contra os trabalhadores e seus bens, promover a organização de associações para assistência médica e o ensino primário[202]. Entretanto, as crescentes reclamações, tanto ao Patronato Agrícola quanto ao consulado italiano, provam que nada mudara. As condições do ponto de vista social e da liberdade pessoal não se mostravam melhores, o horário de trabalho continuava a ser marcado pelo som do sino, a disciplina, o isolamento e o capricho do fazendeiro reinavam soberanos[203].

Do lado italiano, o Comissariado Geral da Emigração, em 1907, destinou a maioria dos fundos à repatriação. Embora falte estatísticas oficiais para as saídas anteriores a 1905, as estimativas entre 1890 e 1904 chegaram a uma média anual de 14.869 indivíduos. Segundo Michel Hall, em São Paulo, de 1.553.000 imigrantes chegados entre 1882 e 1914, saíram 695.000, ou seja, 45% dos imigrantes saíram do país[204]. Os dados oficiais não permitem um

---

[200] *Ibid*., p. 133.
[201] HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 107.
[202] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 63.
[203] *Ibid*., p. 64.
[204] HALL, Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920.

retrato fiel da realidade, pois muitos preferiram ir para a Argentina, o Uruguai ou os Estados Unidos, a retornar à Itália.

As estatísticas italianas mostram que entre os trabalhadores que se repatriavam, de 1905 a 1920, 36,8% eram originários da Itália setentrional e 46,4% da Itália meridional. As estimativas brasileiras, como a publicada pelo Boletim de Terras, Colonização e Imigração de 1937, acusa que no período de 1908 a 1936, as saídas de emigrantes pelo porto de Santos foram compostas por 176.991 italianos, 160.920 portugueses, 107.179 espanhóis, 95.845 brasileiros e 12.615 japoneses. Contudo, apesar dos italianos registrarem as maiores saídas não significa que seja pequeno o índice de fixação dos imigrantes italianos no estado, pois no período anterior é que se verificou o maior impulso da imigração italiana para São Paulo. Os dados sobre o movimento no porto de Santos mostram uma constante oscilação no movimento imigratório, pois apenas em 1915 é que se verifica um déficit nas entradas de emigrantes europeus. Essa oscilação observada pelo saldo entre entrada e saída foi marcada por questões pessoais, políticas e pela estrutura do mercado de trabalho.

Tabela 1 - Passageiros italianos que passaram pelo porto de Santos, 1908-1920

Ano	Entradas	Saídas	% saídas
1908	10.781	15.898	147,5
1909	11.302	17.858	158,0
1910	10.698	15.014	140,3
1911	20.055	14.610	72,8
1912	26.527	17.364	65,5
1913	26.970	16.747	62,1
1914	13.910	14.870	106,9
1915	6.111	11.586	189,6
1916	4.458	3.463	77,7
1917	5.243	2.141	40,8
1918	999	1.311	131,2
1919	4.547	2.636	58,0
1920	6.850	4.924	71,9
Total	148.451	138.422	93,2

Fonte: Adaptado de ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 - 1920**. Orientador: Dario Horacio Gutierrez Galhardo. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 85.

Entre 1908 e 1920, as saídas representaram 93,2% da passagem de italianos pelo porto de Santos. O fluxo de italianos no Estado teve um saldo negativo nos anos de 1908, 1909, 1910, 1914, 1915 e 1918. Os movimentos de saída acontecem concomitantemente aos casos de

retorno, seja do país de origem ou das regiões do Prata para o Brasil. O Diretor de Imigração do governo argentino na virada do século XIX ao XX, Juan Alsina, chamou a atenção para o fenômeno da reemigração de estrangeiros ao apontar que "nem todos os imigrantes são das nações de cujos portos partem para nosso país"[205]. Era comum o agricultor estrangeiro, após ter sido repatriado, voltar a se estabelecer na lavoura como concessionário de lote em um núcleo colonial no Estado de São Paulo. Nesses casos, esses imigrantes tinham os mesmos direitos à restituição dos gastos com a viagem da família. O Decreto Estadual n. 1.458, de 10 de abril de 1907, instituía o direito à passagem de terceira classe para aqueles que cumprissem duas exigências: era necessário passar pela Hospedaria de Imigrantes quando de sua chegada e ter residido pelo menos cinco anos em sua primeira experiência no Brasil[206].

Essas experiências migratórias, confirmadas pela historiografia, confirmam que entre os imigrantes italianos pairava a esperança de retornar à terra natal. Para Ilana Peliciari Rocha, dispor de recursos era fundamental para o retorno, apesar de somarem-se motivos pessoais, políticos, debilidade de saúde e laços familiares. Embora a historiografia tenha apontado para a facilidade de deslocamento de homens solteiros, ou mesmo casados, que saíram sozinhos, não era rara a presença de famílias entre os casos de retornos ou reemigrações[207].

Boris Fausto adverte que fazer a América, como lema para os imigrantes que cruzavam o Atlântico, continha na decisão de emigrar o reflexo das situações de necessidade e vontade, quando a terra natal não mais correspondia às expectativas. Para os imigrantes,

> a prioridade básica consistia em acumular poupanças com as quais esperavam poder desfrutar de uma vida melhor em seus países de origem. Por isso, aceitavam quaisquer trabalhos que lhes oferecessem, ainda que de baixo status, porque esses trabalhos aparentemente sem perspectivas proporcionavam-lhes melhores salários do que os pagos em seus países. Para cerca da metade dos imigrantes que chegavam, essa estratégia funcionou e acabaram retornando a seus países nativos.[208]

No entanto, nem sempre aqueles que retornavam estavam em melhor situação. Apesar de muitos italianos haverem conquistado posições de prestígio no mundo industrial, comercial e financeiro do estado de São Paulo, aqueles que se viam nas fazendas acabavam amadurecendo

---

[205] LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *In:* **Revista de História Iberoamericana**, v. 10, n. 1, p. 34–58, 2017, p. 42.
[206] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986, p. 193.
[207] ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 - 1920**. Orientador: Dario Horacio Gutierrez Galhardo. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
[208] FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 24.

decisões de repatriamento a partir das situações de tensões e fugas das fazendas. A exaltação da riqueza servia para esconder as condições de profunda miséria em que viviam parte dos imigrantes. Em muitos casos, partiam novamente aqueles que não conseguiram trabalho apropriado às suas habilidades, nem ocupação que lhes permitisse viver como haviam imaginado encontrar[209].

A condição econômica dos imigrantes contribuiu para o refluxo, numa inversão de tendência do fluxo imigratório baseado tanto em experiências bem-sucedidas quanto em situações traumáticas. Outro ponto que merece atenção é a transmissão de informações a partir do estabelecimento de relações dos retornados ou reemigrados em seu país de origem ou em outras áreas de reemigração. As trajetórias individuais dos imigrantes no tempo e no espaço mostram a formação de redes que contribuíram com esses fluxos. O refluxo imigratório não representou apenas uma frustação com a imigração, mas, principalmente, um movimento natural dentro das perspectivas dos próprios imigrantes.

---

[209] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 97.

Capítulo 5 – Imigrantes italianos em Franca

A presença italiana em Franca já era sentida na década de 1850, com a chegada esporádica de alguns italianos provavelmente atraídos pelas notícias dos descobertos de garimpos de diamantes nos rios Sapucaí e Canoas. Em 20 de janeiro de 1857 faleceu nesta cidade, deixando testamento, o napolitano Vicente Caetano, nascido no ano de 1797, em Capri, no Reino de Nápoles. O italiano era relacionado com o ourives Domingos Farobi, no Rio de Janeiro, que servia ao Imperador Pedro II. Em seu testamento, ele cita como devedor o nome de Felix Pascoal Romano, também italiano residente nas terras francanas. Este último, mantinha um negócio de fazenda, ferragens, armarinhos e molhados no largo da Alegria, tendo sido arrolado em 1873 entre os negociantes francanos junto ao seu irmão Brás, caldeireiro na rua Santa Efigênia. Eram naturais da província de Salerno e casados com brasileiras, ambos deixando descendência nessa cidade[210].

Desde maio de 1870, estava em Franca o Capitão Caetano Affonso Gaspar Petraglia, nascido em Piaggine, na província de Salerno, no ano de 1848; casar-se-ia com Eufrásia Amélia Monteiro, em 1882. Formado farmacêutico na Itália, exerceu sua profissão; movimentou recursos em negócios imobiliários; atuou no processo de lapidação de diamantes e no comércio de pedras preciosas; foi proprietário de casa comercial; fundador da indústria de cervejas Guarani, em sociedade com seu concunhado Francisco Tarsia – a primeira fábrica de cerveja do interior do estado de São Paulo; atuou como capitalista, fundando o Banco Meridional, a fim de facilitar as transações cambiais com a Europa; participou da fundação da Sociedade Italiana e do Partido Republicano Paulista; e, atuou como Régio Agente Consular da Itália no município, tendo recebido os títulos de Major Farmacêutico no Brasil e Cavalheiro na Itália[211].

Esses primeiros imigrantes eram provenientes das áreas meridionais da Península Itálica e estabeleceram-se no núcleo urbano. Tércio Di Gianni denomina italianos de “boa estrela” os imigrantes que assumiram e adquiriram postos de trabalho favorecidos na sociedade francana, no final do século XIX, alguns deles responsáveis pela criação e manutenção da *Societá di Mutuo Soccorso Fratelli Italiani Uniti*, em 20 de setembro de 1892[212]. O estabelecimento desses italianos na crescente área urbana de Franca permitiu a ampliação do repertório de ofícios

---

[210] SANTOS, Wanderley dos. **Homenagem à Itália**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 1993.
[211] GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997, p. 71.
[212] GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997.

existentes na cidade, uma vez que o pioneirismo no domínio de certas atividades urbanas advinha do capital trazido da terra natal por essa "burguesia imigrante", como são denominados por Warren Dean[213].

Muito pouco será possível compreender a respeito do município sem levar em consideração o peso da imigração estrangeira. No Recenseamento Geral do Império de 1872, a população do município de Franca[214] era de 21.419 habitantes, equivalendo a 2,5% dos moradores da Província de São Paulo. A Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, que corresponde, aproximadamente, ao atual município de Franca, contabilizava 8.248 habitantes, apresentando uma pequena população de estrangeiros, que atingia quase 2% do total, revelando o início de alterações na estrutura e composição populacional. Essa parcela de estrangeiros era composta por africanos livres e escravizados e europeus provenientes de Portugal, Itália, Alemanha e França. Os africanos compunham 80% dos estrangeiros, sendo livres apenas 7% dessa parcela. Entre os europeus, os portugueses representavam 83,5%, seguidos por 8% de italianos e 7% de alemães. Deve-se ressaltar que essa população era relativamente jovem, com idade média de 23 anos, apresentando um excedente de homens em relação às mulheres[215]. Mais de 2/3 de seus componentes eram solteiros, sendo a maior porção composta por crianças, que ultrapassavam 30% da população[216]. Os casados compreendiam 23,8% dos moradores e havia ainda um pequeno número de viúvos (3%).

Os levantamentos populacionais de 1886 e 1890 apresentam falhas de informação dos dados estatísticos, principalmente em relação à cobertura dos estrangeiros vivendo no interior. Esse prejuízo às estimativas sobre a população interfere na confecção de um retrato mais aproximado da estrutura populacional no período de imigração em massa de italianos para o interior paulista.

Os dados do Censo de 1920[217] mostram o aumento da população de Franca, associado ao crescimento vegetativo, à imigração e à migração interna e regional. Nesse ano, uma parte

---

[213] DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo: Difel, 1971.
[214] O território de Franca abrangia as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Franca, Nossa Senhora do Carmo da Franca, Santa Barbara das Macaúbas, Santa Rita do Paraíso e Santo Antônio de Rifaina, atuais municípios de Franca, Ituverava, Patrocínio Paulista, Igarapava e Rifaina, respectivamente.
[215] A porcentagem de homens e mulheres estrangeiros era de 2,67% e 1,24%, respectivamente.
[216] A população com até dez anos de idade era de 30,36% e a de 11 a 15 correspondia a 12,68%.
[217] Nesse recenseamento o território do município compreendia as vilas de São José da Bela Vista, Cristais, Restinga, Ribeirão Corrente e Ponte Nova. As antigas paróquias pertencentes ao território de Franca em 1872 já haviam se tornado municípios independentes.

considerável dos habitantes era composta por estrangeiros, sendo o município que mais atraiu imigrantes dentro do antigo território francano no período imperial. Esse afluxo de imigrantes representou um impacto na composição da população local, conforme se pode observar na Tabela 2, que mostra, em números absolutos e percentuais, como a proporção de contingentes populacionais se deslocaram significativamente em 48 anos. Na década de 1870, os nascidos na Itália eram poucos em comparação aos nascidos em Portugal e somavam apenas sete pessoas, menos de 2% dos estrangeiros residentes.

Tabela 2 – Crescimento populacional de Franca, por nacionalidade e sexo, 1872-1920

Ano	Brasileiros				Estrangeiros				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	
1872	10.851	50,0	10.143	48,0	298	1,0	127	1,0	21.419
1920	19.226	43,0	18.878	43,0	3.449	8,0	2.744	6,0	44.308

Fonte: Recenseamento de 1872; Recenseamento de 1920.
Nota: O valor total da população em 1920 corresponde à soma dos brasileiros, estrangeiros e 11 pessoas de nacionalidade ignorada.

A absorção de levas mais significativas de imigrantes pelo município de Franca ocorreu a partir da segunda metade da década de 1880 ao ponto de, no recenseamento de 1920 cerca de 14% (6.193 habitantes) da população total do município (44.308 habitantes) ser constituída por imigrantes. Dentre estes, 2.889 eram italianos, representando 46,6% dos estrangeiros vivendo em Franca.

Tabela 3 – Imigrantes estrangeiros em Franca, por país de origem, segundo sexo, 1920

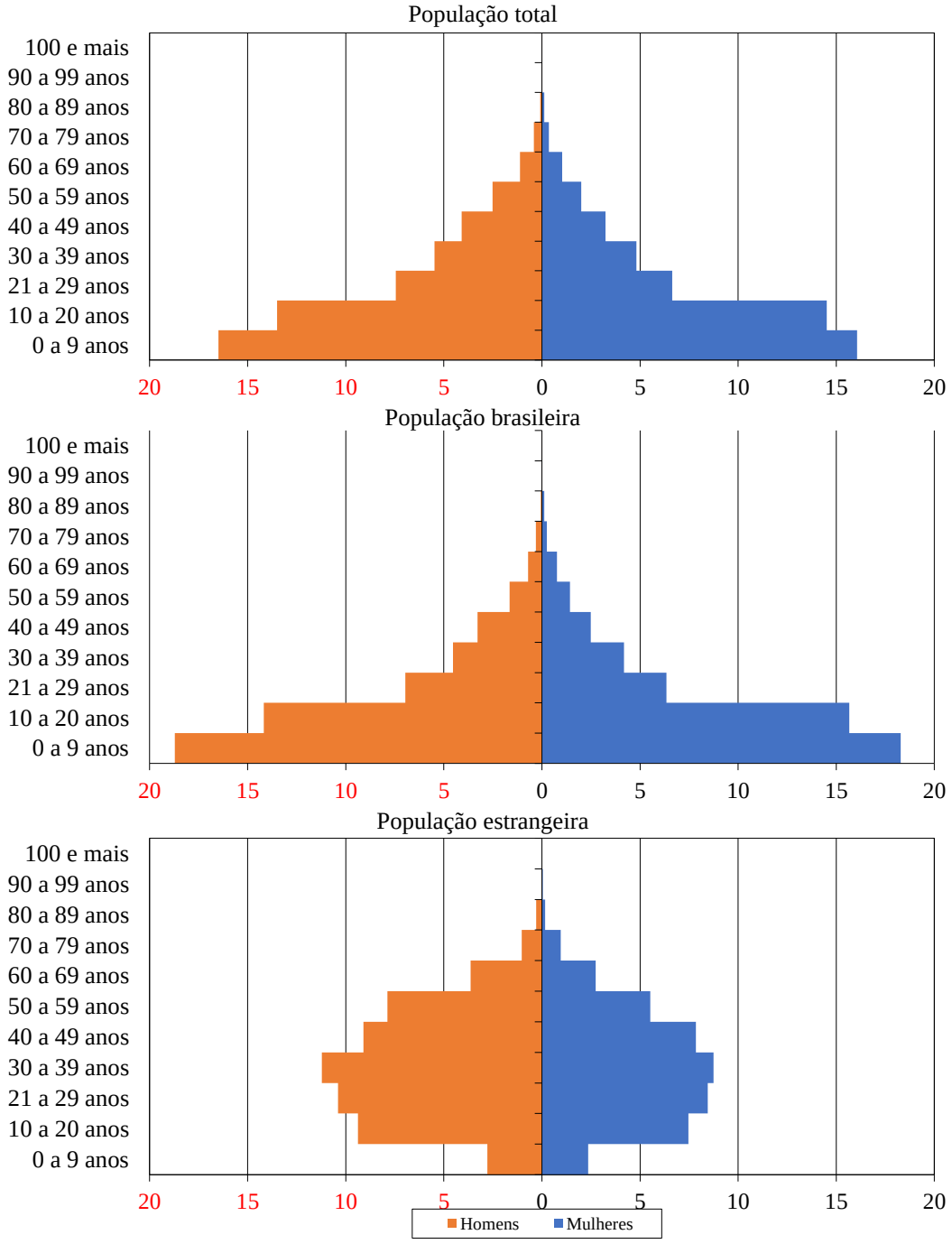
Sexo	Europa				América		Ásia		Ignorada	Total geral
	Itália	Espanha	Portugal	Outros	Argentina	Outros	Japão	Turquia		
Homem	1.531	1.275	392	83	31	7	12	114	4	3.449
Mulher	1.358	1.006	225	49	31	3	16	56	-	2.744
Total	**2.889**	**2.281**	**617**	**132**	**62**	**10**	**28**	**170**	**4**	**6.193**

Fonte: Recenseamento de 1920.

Os italianos formavam o maior contingente imigrante no município no início do século XX, seguido pelos espanhóis que compunham 36,8% dos estrangeiros. Portugal, Turquia e Argentina também aparecem como países de origem de uma parcela considerável. Entretanto, sabendo que a Argentina foi destino de muitos imigrantes saídos da Itália, é possível que esses argentinos sejam filhos de italianos nascidos no percurso da imigração. Por volta da virada do século, Franca deve ter recebido contingentes ainda mais volumosos de imigrantes, sobretudo aqueles que seguiam a fronteira agrícola em contínua expansão em direção ao oeste paulista. Diante disso, a quantidade de italianos que passaram pelo município teria sido maior, pois, até a realização do Recenseamento de 1920, muitos imigrantes se deslocaram para outras regiões

ou regressaram à terra natal. Além disso, entre 1889 e 1920, foram registrados 1.587 óbitos de italianos em Franca[218].

Gráfico 5 - Pirâmide etária, Franca, 1920



Fonte: Adaptado de BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo (Org.). São Paulo do Passado. Dados Demográficos. Disponível em: nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1920.pdf. Acesso em: fev 21.

Nos dados apurados para o município de Franca no Censo de 1920, a pirâmide etária que representa a população brasileira indica um perfil de populações tradicionais, com uma

[218] GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997, p. 71, p. 68.

base larga que se estreita rapidamente, revelando elevadas natalidade e mortalidade, uma população bastante jovem e uma razão de sexo mais próxima do ponto de equilíbrio. A imigração contribuiu para esse perfil, pois os estrangeiros acabaram gerando, no Brasil, um número de filhos maior que o predominante em suas terras de origem[219]. Por outro lado, a pirâmide etária da população estrangeira tem um formato diferente, típico de população imigrante da época. Base estreita, faixas etárias intermediárias mais alargadas e o desequilíbrio em favor da população masculina traduz a demanda por mão de obra voltada à cafeicultura, ou seja, maior contingente de homens e de pessoas em idade produtiva. Em relação à população total, a pirâmide etária reflete o impacto da imigração na população, ao mostrar uma base menor e um estreitamento em direção ao centro menos acentuado que a relativa à população brasileira.

Nos vinte anos seguintes, a população estrangeira envelheceu e sofreu uma queda de 6.193 para 3.116 habitantes. A campanha de nacionalização empreendida pelo Estado Novo, com o intuito de criar o sentimento de brasilidade e afirmar definitivamente a identidade nacional, refletiu nos dados apurados pelo recenseamento de 1940, que distingue entre brasileiros natos, brasileiros naturalizados e estrangeiros segundo a língua falada. Essas informações revelam o esforço para obter informações sobre o processo de assimilação do imigrante[220].

Tabela 4 – População de Franca, 1940

	Homens		**Mulheres**		**Total**	
	N. abs.	**%**	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**
Brasileiros natos	26.100	49,6	26.523	50,4	52.623	100,0
Brasileiros naturalizados	339	64,1	190	35,9	529	100,0
Estrangeiros	1.367	52,8	1.220	47,2	2.587	100,0
De nacionalidade não declarada	7	33,3	14	66,7	21	100,0
População total	27.813	49,9	27.947	50,1	55.760	100,0

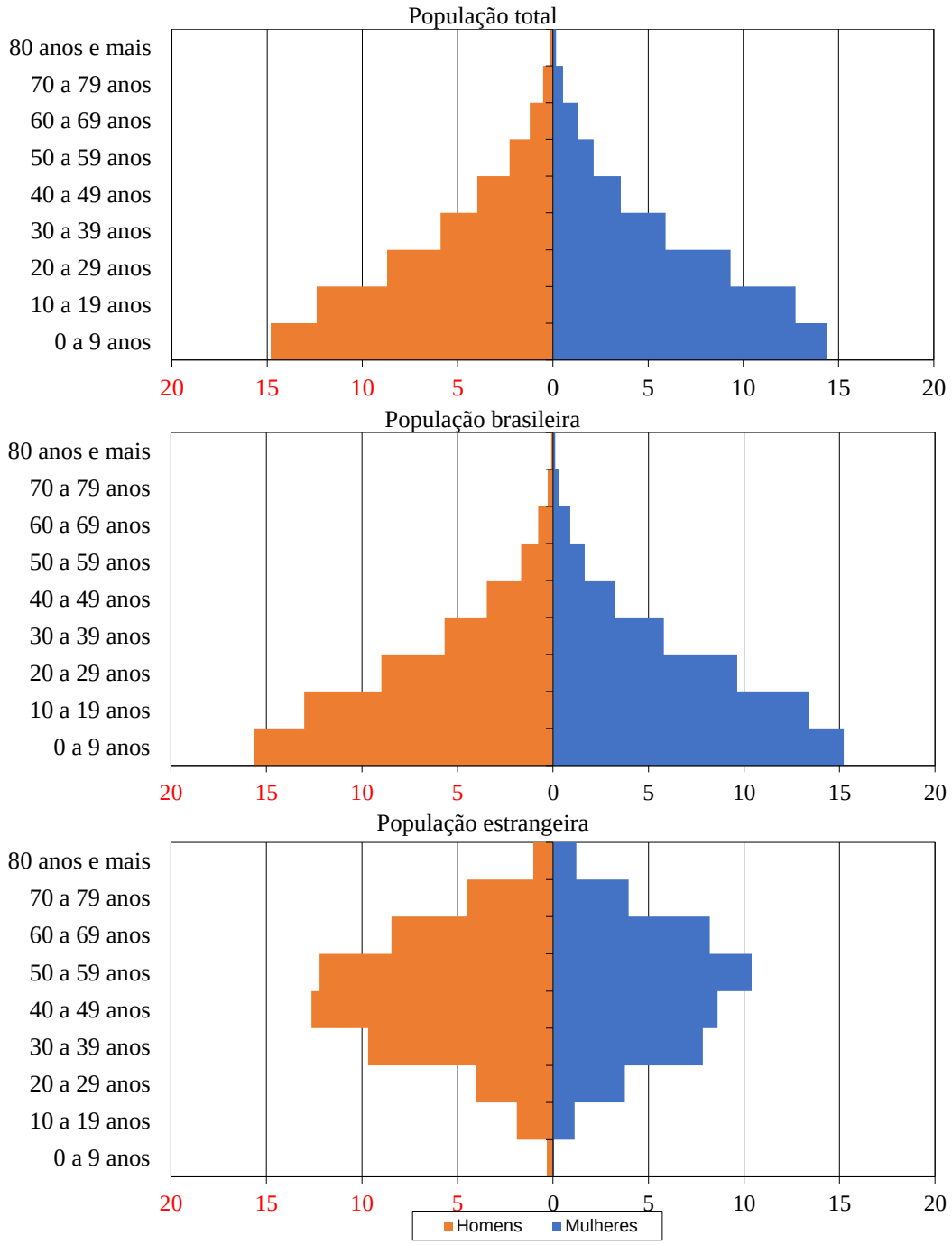
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento geral do Brasil realizado em 1º de setembro de 1940**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: https://acesse.one/MDjZB. Acesso em: 16 jan 2023.

A pirâmide etária referente à população estrangeira em 1940 exibe um perfil ainda indicativo de mortalidade e fecundidade elevadas, embora um pouco menos acentuado do que em 1920. A população estrangeira encontra-se mais envelhecida, reflexo da queda nos fluxos imigratórios que não permitiu a reposição de imigrantes no cenário paulista.

---

[219] BASSANEZI, M. S. B.; SCOTT, A. S. V.; BACELLAR, C. A. P.; TRUZZI, O. M. S. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 54.
[220] *Ibid*, p. 81.

Gráfico 6 – Pirâmide etária, Franca, 1940



Fonte: Adaptado de Biblioteca do IBGE. Disponível em: https://l1nq.com/bg7OC. Acesso em: ago 21.
Nota: a pirâmide etária da população estrangeira leva em conta a soma dos estrangeiros e brasileiros naturalizados.

O exame das pirâmides etárias permite inferir que esta população estrangeira interferiu diretamente na natalidade da população brasileira nos dois períodos considerados. Enquanto havia mais jovens estrangeiros a natalidade era maior, composta pelos descendentes diretos desses estrangeiros nascidos no Brasil. Em 1940, os dois primeiros degraus da pirâmide, correspondentes aos grupos de idade de 0-9 e 0-19 anos, são muito mais curtos que em 1920, revelando que não ocorreu uma reposição de imigrantes nesse período.

É válido notar que a predominância masculina só não é maior entre os imigrantes com mais de 80 anos em 1940. Em todos os demais grupos de idade, tanto em 1920 quanto em 1940, essa característica pode ser observada pelo alongamento dos degraus da pirâmide referente ao grupo masculino, o que revela uma política imigratória desenvolvida a favor da demanda por mão de obra masculina para a lavoura cafeeira. Embora durante todo o período da imigração em massa os homens terem protagonizado imigrações de retorno, aqueles que se fixaram no interior paulista acabaram promovendo um desequilíbrio na razão de sexo, como verificado na pirâmide etária.

O envelhecimento da população estrangeira é observado pelo afastamento do eixo central da pirâmide correspondente aos grupos de idade com mais de 60 anos. Considerando os resultados apurados por Tércio Di Gianni para os óbitos de italianos em Franca, entre 1889 e 1945, a média na presença de italianos foi de 17,1% dos assentamentos. A partir de 1896, os italianos compõem mais de 15% dos óbitos do município. Contudo, depois de 1916, as taxas se estabilizam em torno de 18% da população total. Esse fato pode ser explicado pela composição das levas imigrantes atraídas pelos fazendeiros, cuja preferência recaía sobre pessoas em idade produtiva que só deveriam aparecer nos registros de óbitos alguns anos após o estabelecimento do grande fluxo imigratório, que aconteceu em Franca a partir da inauguração da estação local da Companhia Mogiana.

Tabela 5 – Proporção entre os registros de óbitos de italianos e o total de óbitos registrados em Franca

Período	Óbitos registrados	Óbitos de italianos	%
1889-95	644	52	8,1
1896-05	2.897	454	15,7
1906-15	4.561	696	15,3
1916-25	4.379	814	18,6
1926-35	5.972	1.049	17,6
1936-45	6.941	1.270	18,3
Total	25.394	4.335	17,1

Fonte: Adaptado de GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997, p. 68.

Conforme Di Gianni chama a atenção, houve uma concentração dos registros no bairro da Estação, cujo cartório foi criado em 1934 para atender a demanda da população residente nessa região do município. Entre todos os registros de óbitos, os italianos foram 22% dos assentamentos, num momento em que os imigrantes já haviam atingido certa estabilidade na questão da mobilidade territorial, principalmente nessa área em que estavam situadas muitas

fazendas cafeeiras[221]. Historicamente, o adensamento populacional dessa região foi favorecido pela proximidade ao pátio da estação da Companhia Mogiana, que configurou o bairro como receptor de imigrantes e permitiu a fixação espacial de muitos italianos que chegavam à cidade.

Imagem 25 - Estação ferroviária de Franca, 1930

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri.

A inauguração do entroncamento da linha férrea em Franca proporcionou a expansão do empreendimento econômico cafeeiro em Franca ao encaminhar as novas ofertas de mão de obra de origem europeia. O *Almanack da Franca para 1902*, em tom ufanista, ressaltou que "a força do vapor como que rompeu todas as barreiras que impediam o seu desenvolvimento e abriu novos e largos horizontes a sua prosperidade"[222]. Com a chegada da estrada de ferro o núcleo urbano se estendeu até o pátio da estação, formando outra povoação que, transpondo o córrego dos Bagres, chegou ao alto da estação. Esse avanço da urbanização ao encontro dos trilhos da estrada de ferro desenvolveu um novo polo comercial em torno dos serviços que a estação de trem demandava, tais como transporte, hospedagem e armazéns coletores da produção cafeeira.

Em julho de 1885 foi lançado edital para a construção do prolongamento da ferrovia em direção ao Rio Grande. O primeiro trem de passageiros chegou à Franca no mês de fevereiro

---

[221] GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997, p. 69.
[222] FRANCO, M.. **Almanack da Franca para 1902**. São Paulo: Typ. Duprat & Comp., 1902, p. 58.

de 1887, provavelmente um teste da linha que seria inaugurada oficialmente em 5 de abril. A primeira turma de imigrantes de que se tem conhecimento foi trazida dois meses depois, por iniciativa do futuro Barão de Franca.

Há anos, o influente Coronel José Garcia Duarte havia incentivado o plantio de café no município e implantado a cultura em todas as suas fazendas. Em 10 de junho de 1887, ele contratou vinte famílias italianas para se instalarem em suas propriedades. A oportunidade de trabalho oferecida por ele aos primeiros colonos italianos com destino à Franca foi a esperança de conquistar uma vida melhor após a viagem transatlântica que custara todos os míseros pecúlios que essas famílias ainda possuíam. É possível que a transferência desses grupos tenha sido subsidiada pela Sociedade Promotora de Imigração, em atividade desde o ano anterior, pois o fenômeno das partidas coletivas estava inserido em um ambiente de extrema miséria. No caso dessas famílias, sua força de trabalho foi utilizada nas fazendas para substituir a mão de obra escrava através do sistema de colonato. Esse regime representou o processo de organização da produção de café do final do século XIX, cuja preferência por contratar grupos familiares era tão vantajoso para os fazendeiros quanto para os imigrantes, que recebiam em dinheiro pelo trato do café, por um número determinado de cafeeiros, que estava atrelado ao número de pessoas da família aptas ao trabalho[223].

A própria imprensa tratou, no dia seguinte à contratação realizada pelo Coronel José Garcia Duarte, de noticiar o pioneirismo do fazendeiro no município. Naquela edição do jornal Correio Paulistano podia-se ler:

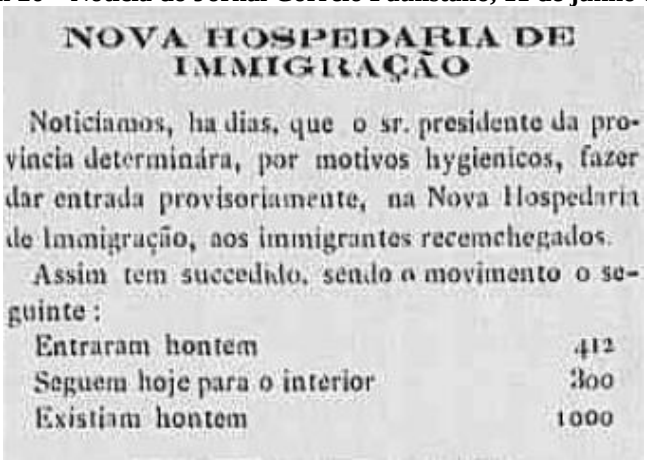
> O nosso prestimoso amigo sr. coronel José Garcia Duarte vae iniciar o movimento colonizador na Franca, e já mandou contractar grande numero de colonos europeus para as suas fazendas de café naquelle município.
> Com a chegada da locomotiva da Mogyana na Franca, tende a desapparecer o importantíssimo commercio de transporte, feito por meio dos carros e das tropas, que alimentava avultadas transacções mercantis e industriaes com os municípios de Batataes, Ribeirão Preto, São Simão e outros.
> Os fazendeiros francanos estão compreendendo que, ante a depreciação do trabalho servil e o desapparecimento próximo do commercio por bestas e carros, cumpre-lhes iniciar nova éra agrícola e acabar com os systemas de rotina.
> Está-se cogitando de montar uma fabrica de tecidos alli, e um engenho central de assucar na florescente villa do Patrocínio de Sapucahy, onde acham-se à testa dos melhoramentos locaes os nossos amigos e abastados agricultores srs. Alferes João Villela dos Reis, Estevam Marcolino de Figueiredo e outros.
> Fizemos votos para que tão louváveis tentativas sejam coroadas de feliz êxito.
> O club da lavoura e commercio que tão relevantes serviços tem prestado áquelle município e á cuja frente esteve, por dous anos, o nosso amigo sr. dr. Estevam Leão Bourroul, coadjuvado pelos srs. Coronel Garcia, José Theodoro, Nuno Alberto e outros cidadãos prestantes, está cuidando tambem de attrahir a corrente immigratoria,

[223] BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 78–79.

> e neste sentido reformou os seus estatutos, sem alterar, todavia as bases da associação, que representam a defeza dos elementos conservadores da sociedade francana.
> Tudo nos leva a crer que brevemente a Franca será um dos municípios agrícolas mais prósperos da província, e que a sua importância comercial igualará a sua importância política.[224]

Nessa mesma edição o jornal Correio Paulistano noticiou a abertura antecipada da Hospedaria de Imigrantes do Brás, que precisou abrigar os novos imigrantes chegados a São Paulo naquela semana, após o surgimento de casos de varíola na Hospedaria do Bom Retiro. Diante do risco da proliferação da doença no alojamento, que já funcionava acima de sua capacidade, e da perspectiva de chegada de mais de seiscentos imigrantes naquela semana, o Visconde do Parnaíba, presidente da província de São Paulo, ordenou que os imigrantes que estivessem na Hospedaria do Bom Retiro permanecessem por lá e que as próximas levas que estavam subindo a Serra do Mar fossem direcionados à Hospedaria do Brás, ainda que estivesse inacabada.

Imagem 26 – Notícia do Jornal Correio Paulistano, 11 de junho de 1887



NOVA HOSPEDARIA DE IMMIGRAÇÃO

Noticiamos, ha dias, que o sr. presidente da provincia determinára, por motivos hygienicos, fazer dar entrada provisoriamente, na Nova Hospedaria de Immigração, aos immigrantes recemchegados.

Assim tem succedido, sendo o movimento o seguinte:

Entraram hontem	412
Seguem hoje para o interior	300
Existiam hontem	1000

Fonte: Jornal Correio Paulistano, 11 de junho de 1887. Disponível em: https://l1nq.com/uXpaw. Acesso em: 20 ago 2021.

A imigração de italianos para Franca constituiu-se em um momento de intensa efervescência da causa abolicionista e do avanço da cafeicultura para a região. Os cafeicultores interessados em importar mão de obra imigrante beneficiaram-se da fundação da Sociedade Promotora de Imigração e da inauguração da nova hospedaria, que centralizou as negociações diretamente entre os fazendeiros, seus agentes e os imigrantes. Anos depois, o viajante francês Pierre Denis descreveu a Hospedaria de Imigrantes como um mercado onde os fazendeiros encontravam trabalhadores para as suas propriedades. Segundo ele, a cidade de São Paulo:

---

[224] Jornal Correio Paulistano, 11 de junho de 1887. Disponível em: https://encr.pw/uXpaw. Acesso em: 20 ago 2021.

> Não é apenas um mercado de produtos, mas também um mercado de homens. (...) É São Paulo que distribuiu entre as diversas regiões cafeeiras o fluxo de imigrantes desembarcados em Santos. É lá que se negociam os contratos entre os fazendeiros e imigrantes. E é lá que se reúnem os trabalhadores que deixam o local onde eram empregados anteriormente em busca de um novo patrão.
> (...) É lá [na Hospedaria] que eles [imigrantes] contratam um primeiro trabalho. (...) Os fazendeiros em busca de trabalhadores contatam os recém-chegados ou enviam emissários que falam a sua língua. A Hospedaria era o mercado de mão-de-obra. Os preços subiam quando a procura era grande e havia concorrência entre os fazendeiros; eles diminuíam caso contrário. O mercado era público e os colonos podiam comparar as ofertas.[225]

É exatamente nesse contexto que as primeiras levas de colonos italianos chegam ao município de Franca, pois os 97 imigrantes contratados pelo futuro Barão de Franca foram um dos primeiros acolhidos na nova Hospedaria de Imigrantes, que abrigaria 2,5 milhões de pessoas entre 1887 e 1978.

Por essa época, a demanda de mão de obra imigrante foi crescente pelos fazendeiros francanos. O pioneirismo do Coronel José Garcia Duarte em junho de 1887 foi seguido pelo fazendeiro Antônio Sebastião Barbosa, proprietário da Fazenda Guanabara, que contratou duas famílias italianas em 30 de setembro. A partir do ano seguinte, com a desagregação do sistema escravista, o advogado Doutor João de Faria e o Major Claudiano Ferreira Martins tornar-se-iam os fazendeiros francanos que contrataram o maior número de imigrantes italianos.

Quadro 10 – Principais fazendeiros contratantes de imigrantes italianos em Franca

Fazendeiro	Ano de contatação	Imigrantes contratados
Dr. João de Faria	1888, 1897, 1898, 1900-05, 1911	281
Major Claudiano F. Martins	1888, 1897, 1898, 1901,1911	174
Coronel José Garcia Duarte	1887	97
Dr. José Alves Guimarães	1901, 1903	68
Antônio Joaquim de Lima	1898	62
Antônio Flávio M. Ferreira	1898, 1899, 1903, 1907, 1915	46
Bernardo Avelino de Andrade	1904-06	46
Dr. Gabriel Vilela de Andrade	1911, 1912, 1915, 1921, 1922	41
Antônio Barbosa Sandoval	1902	37
Antônio Jacinto Silva	1904, 1906	37

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

O Tenente Coronel da Guarda Nacional José Garcia Duarte, primeiro e único Barão de Franca, detinha riqueza, poder político e prestígio na comunidade. Um dos pioneiros da cultura do café no município, havia transferido seus negócios para Franca ainda jovem, onde casou-se

[225] DENIS, Pierre. Le Brésil au XX siécle. Paris: Armand Colin, 1911, p. 111-2; 133-4, apud BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 65.

com Anna Cândida da Costa Junqueira, membro de uma família de latifundiários. Ocupou o cargo de vereador, sendo eleito Presidente da Câmara em 1886. Membro do Partido Conservador de Franca, após ter aderido à facção Monarquista recebeu o título de Barão em 1888. Em sua vida política, além dos melhoramentos urbanos, o Coronel defendia sempre os interesses da economia cafeeira, tendo indicado a revogação dos artigos de posturas que estabeleciam o imposto de 40 reis por 15 quilos de café no município. Segundo ele, em outubro de 1885, a lavoura de café era muito nova e desanimada, devendo ser protegida pela Câmara ao deixar de cobrar o imposto[226].

Apesar de sua morte prematura, em 09 de fevereiro de 1891, o Barão de Franca foi o terceiro fazendeiro francano mais citado nos registros de saída de italianos da Hospedaria de Imigrantes, ficando atrás apenas do Dr. João de Faria e do Major Claudiano, que atuaram ativamente nesse mercado até o início do século XX. Possuía várias fazendas, dentre elas: Miraflor, Palmital, Macaúbas, Marfim, Bebedouro, Santa Maria, Água Limpa, Fortaleza e Sertão do Rio Verde (em sociedade com os herdeiros de Maria Justina Ribeiro, viúva do Capitão Antônio Dionisío de Lima, abastado fazendeiro da mineira Dores do Aterrado).

Anos após sua morte, em virtude de desentendimentos com a política local, seus genros Luciano Vieira Santiago e Antônio Flávio Martins Ferreira dirigiram-se à região noroeste do estado a fim de adquirir novas terras para estabelecer seus negócios. Em 1904, o Coronel Antônio Flávio comprou terras no Vale do Rio Tietê, onde estabelecer-se-ia com sua família anos depois. Retornando periodicamente à Franca, incentivou a ida de muitas famílias francanas e levou consigo famílias de colonos italianos que já haviam trabalhado nas fazendas de sua propriedade, tais como os Zonzini, Ferraciolli, Ferlini, Castaldoni, Colleoni, Donzelli, Zaramello e Morelli. Em Franca, o Coronel Antônio Flávio, proprietário da Fazenda do Fundão, foi o sexto maior contratador de imigrantes italianos, atuando entre 1898 e 1915. Com a marcha para o oeste dos descendentes do Barão de Franca, é formado o povoado de Campo Verde, atual cidade de Avanhandava[227].

A dinâmica da economia cafeeira, sempre em busca de terras melhores e abandonando o solo desgastado, permitiu aos imigrantes adquirirem suas propriedades rurais. As

---

[226] GONÇALVES, Mildred Regina. **Coronelismo e poder local. Franca: 1850-1889**. Franca: UNESP-FHDSS, 1992, p. 74.

[227] Para conhecer a história de Avanhandava e sua ligação com a família Garcia Duarte ver Memorial dos Municípios. Disponível em: https://encr.pw/PDmkS. Acesso em: 24 ago 2021.

propriedades sem grande valor pelas quais o café passava, e o deslocamento dos fazendeiros, seguindo a itinerância do café, abriam oportunidades para os italianos investirem os pecúlios reunidos no trabalho como colonos[228]. A capacidade de trabalho da família, de forma cooperativa, foram cruciais na superação da posição de colono ao criar um ambiente favorável para a atuação de seus membros nas diversas atividades produtivas. Como na tradição peninsular, o principal interesse estava na reprodução da linhagem familiar por meio dos momentos importantes da vida, com o casamento, a reprodução e a morte se dava a ampliação da família e se alimentava o desejo de reconstituir a experiência histórica da família múltipla. O colonato reunia as características italianas nos meios de produção, que se concentrava no contrato de trabalho de toda a família centralizado sob a coordenação do chefe[229]. Essas circunstâncias permitiram a absorção de levas cada vez mais significativas de imigrantes nos anos que se seguiram à abolição.

Doravante, o fluxo de italianos permaneceu ativo no município até o início do século XX. Ainda que em níveis que lhe conferiram uma posição mais modesta no cenário paulista, a imigração e a economia cafeeira assumiram papel importante no desenvolvimento regional, principalmente depois que a chegada desses contingentes imigrantes levou ao surgimento de novas vilas, para atender as atividades comerciais e religiosas, que surgiram com as novas demandas da crescente população.

O perfil dos imigrantes italianos em Franca

Em *Apologia da História*, Marc Bloch[230] advertiu que, quanto mais profunda fosse uma pesquisa, mais diversificado deveria ser o conjunto de fontes usadas para dar luz às evidências. Por isso, ao banco de dados *Italianos em Franca*, constituído por meio da reconstituição de famílias e do cruzamento nominativo de fontes, foram aplicados métodos quantitativos e qualitativos para conhecer o perfil dos grupos imigrantes italianos que se dirigiram à Franca. Até os anos 1880, o fenômeno imigratório para a região era uma realidade dos italianos oriundos da região meridional da península, possivelmente atraídos pelas oportunidades de abrir seus negócios e desenvolver suas atividades no comércio. Apesar de a Itália apresentar altos índices de saída de pessoas para a América desde 1876, a entrada maciça desses imigrantes no

---

[228] GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997, p. 149.
[229] *Ibid*., p. 157–8.
[230] BLOCH, Marc. **Apologia da história - ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002.

município de Franca só se concretizou em 1887, como resultado da política imigratória que visava atrair braços para a lavoura de café.

As informações sobre o período de imigração dos italianos que se estabeleceram em Franca desde 1883 dependem das condições em que foram anotados os dados nos livros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. Por exemplo, de 1893 a 1896 as páginas não continham espaços para anotar o destino tomado pelas famílias que saíam da hospedaria. Por outro lado, nos casos de famílias que tomaram outros destinos antes de chegarem à Franca, a reconstituição da trajetória familiar permitiu colher informações sobre a sua primeira estadia no país.

Sabe-se que os escriturários da Hospedaria de Imigrantes, responsáveis pela inscrição das pessoas que por lá passavam, anotavam na matrícula apenas o nome completo da pessoa considerada "chefe" da família. Em determinados documentos, os nomes dos matriculados foram abreviados ou alguma informação não foi devidamente anotada, tais como o parentesco com o chefe, a idade, o estado civil e o sexo dos membros do grupo.

Imagem 27 - Imigrantes interrogados para matrícula

Fonte: Acervo digital do MI.

Essa documentação coletada, analisada, combinada e classificada permitiu construir quadros para estudar o perfil dessa população imigrante que se dirigiu à região de Franca entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

a) Fluxos, procedências e destinos

Os livros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes mostram que, a partir de 1886, aproximadamente 1,7 mil italianos tiveram como destino o município de Franca. As informações contidas nesses livros revelam ainda que alguns italianos de lá saíram com destino às estações férreas e fazendas dentro do antigo território municipal de Franca: Boa Sorte, Cristais, Mandiú e Restinga. A reconstituição de famílias localizou a entrada de mais 2,9 mil pessoas, distribuídas em 550 famílias que aparecem em algum momento nos registros paroquiais pesquisados. O perfil desses grupos pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 – Imigrantes italianos provenientes da Hospedaria de Imigrantes, 1886-1928

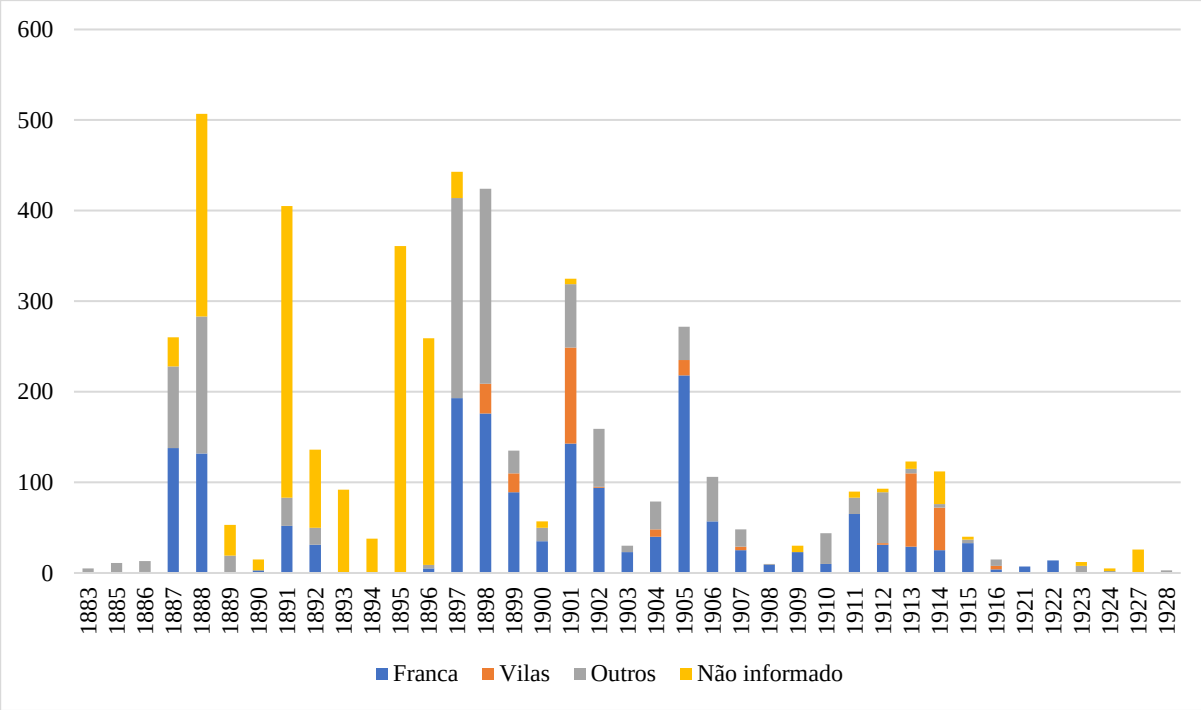
Destino	Número de pessoas	Número de famílias	Tamanho médio das famílias
Franca	1.708	446	3,8
Boa Sorte	56	11	5,1
Cristais	6	1	6,0
Mandiú	153	26	5,9
Restinga	96	27	3,6
Outras localidades	1.312	263	5,0
Desconhecido	1.638	313	5,2
Total	**4.969**	**1.087**	**4,6**

Fonte: Registros de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1886-1928.

O Gráfico 7 mostra que os picos de chegada de italianos são justamente os períodos em que a região vêneta apresenta maiores números de saída de emigrantes, como 1888, 1891, 1895 e 1897[231]. No ano de 1888, assistiu-se ao maior número de entrada de italianos que se dirigiriam ao município de Franca durante todo o período de imigração de massa. Dez anos depois, o volume de emigrantes é reforçado pela presença cada vez maior de lombardos e abruzenses. Na primeira década do século XX, também chegam famílias da região das Marcas e do Lácio.

[231] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 83.

Gráfico 7 – Saída de imigrantes da Hospedaria de São Paulo que dirigir-se-iam à Franca, 1883-1928



Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Pode-se ver melhor a procedência regional se alinharmos, lado a lado, os dados apurados pelo cruzamento nominativo das fontes paroquiais com os registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. Na Tabela 7, a comparação das duas séries e sua proporção aponta as regiões que mais contribuíram para o fluxo de italianos para a região. Embora a emigração para cá tenha abrangido muitas regiões da Itália, o Vêneto, a Lombardia e os Abruzos representam cerca de 79% dos imigrantes nos registros de matrícula e 71,2% nos assentos paroquiais. Por isso, apesar dessas concentrações, quando se observa a fundo um determinado município, região ou paróquia verifica-se uma apreciável diversidade de origens regionais. O impacto da emigração atingiu todas as regiões italianas, respondendo às situações históricas que impulsionavam os emigrantes para deixarem seu mercado saturado de trabalho em busca de outro onde pudessem se tornar novamente ativos na América.

Tabela 7 – Imigrantes italianos, segundo região de procedência, 1885-1930

	Matrícula de Imigrantes		Registros paroquiais		Localização
Região	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**	
Vêneto	768	57,4	1.345	55,5	Norte
Lombardia	165	12,3	245	10,1	Norte
Abruzos	118	8,8	137	5,6	Sul
Emília-Romanha	74	5,5	127	5,2	Norte
Marcas	47	3,5	56	2,3	Centro
Lácio	46	3,4	116	4,7	Centro
Campânia	33	2,5	112	4,6	Sul
Toscana	30	2,2	45	1,8	Centro
Calábria	18	1,3	42	1,7	Sul
Outros	38	2,8	239	9,8	-
Total	1.337	100,0	2.422	100,0	-

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928. Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1930.

É válido notar que no interior de cada uma destas regiões há províncias e, mais especificamente, áreas de emigração que forneceram maiores contingentes graças ao fenômeno das cadeias e redes migratórias. Historicamente, o êxodo da região do Vêneto repeliu primeiramente os pequenos proprietários e arrendatário, que sofriam com a transformação capitalista dos campos, as colheitas desfavoráveis e as calamidades naturais. Tais causas conjunturais do fenômeno emigratório no Vêneto configuraram um movimento pioneiro das populações abundantes das áreas montanhosas, subalpinas e de colina de Belluno, Treviso, Vicenza e Udine[232], nas primeiras décadas após a unificação do território italiano. Em Franca, a presença significativa de vênetos nascidos na província de Rovigo revela uma atração de imigrantes tardia em relação às outras áreas do estado de São Paulo, pois o avanço da economia cafeeira pelas terras da Alta Mogiana se concretizou apenas às vésperas da abolição dos escravos. Ou seja, as províncias antes pouco atingidas pela situação migratória já conhecida há anos nos arredores agrícolas contribuíram com significativo contingente de emigrantes para Franca.

No decorrer da década de 1880, os camponeses das províncias de Rovigo, Verona, Pádua e Veneza passaram a engrossar o contingente de emigrantes transoceânicos, influenciados pelos fenômenos ligados ao desenvolvimento capitalista da agricultura e aos abalos climáticos que atingiram a faixa da planície do rio Pó. Os imigrantes oriundos dessas províncias representaram 83,7% do total de vênetos residentes em Franca, o que permite afirmar

[232] Udine pertence à região do Friuli Venezia Giulia.

que a procedência geográfica deve ser analisada mediante os fatores atrativos e as fases do êxodo italiano.

Na década de 1890, outras regiões aderiram à febre emigratória para equilibrar o volume demográfico nos campos. Por exemplo, a Lombardia e a Emília-Romanha, no Norte, e os Abruzos e o Lácio, na região central, representam juntas 25% da população italiana em Franca. Ainda assim, cerca de 75% dos italianos chegados a Franca eram oriundos do norte da Itália, enquanto as províncias da região central englobavam 15% dos imigrantes e os meridionais apenas 10% do total.

b) Composição das famílias

Segundo Louis Henry, a família é composta pelos pais e filhos, ou pelo cônjuge e filhos sobreviventes[233]. Nas palavras de Marcílio, "existe uma família onde houver um casal, um viúvo ou uma viúva"[234]. No quadro da emigração italiana, embora marcada por uma elevadíssima presença de famílias, influenciada pela política do Estado para o subsídio de passagens para grupos familiares, a composição dessas unidades imigrantes era bastante diversa, com famílias de composição nuclear (apenas o casal) ou nuclear com filhos.

Esses diferentes modelos de família podem ter diversas classificações. Para isso, observa-se, primeiramente, o grau de parentesco com o chefe do grupo. A principal composição familiar era o casal com filhos solteiros, mas, às vezes, imigravam mais de três gerações de uma mesma família. Havia grupos compostos por um só cônjuge, famílias com todos os filhos ou só alguns deles; mulheres viúvas com filhos; chefes de família e seus filhos casados com seus respectivos cônjuges e filhos; além da presença de irmãos e sobrinhos. Algumas vezes, o chefe da família trazia também os pais e, raramente, os sogros. Na Tabela 8, é possível observar que esses grupos familiares podiam ser compostos por genros, cunhados, enteados, primos, tios e afilhados.

Os filhos compõem 53,4% desses imigrantes, os chefes e suas esposas somam 34%. O percentual de pais e netos desses chefes de família que cruzaram o Atlântico foi de 2% e 1,8%,

---

[233] HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, p. 29.
[234] MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 167.

respectivamente. Quanto aos imigrantes que viajavam sozinhos, que poderiam ser casados ou solteiros, mas que na viagem não estavam acompanhados pela família, o percentual foi de 3,5%.

Tabela 8 – Imigrantes, segundo parentesco com o chefe

Parentesco	N. abs.	%
Filhos	2.637	53,4
Chefe	889	18,0
Esposa	792	16,0
Sozinho	173	3,5
Netos	87	1,8
Irmão	73	1,5
Mãe	60	1,2
Sobrinhos	44	0,9
Pai	39	0,8
Nora	39	0,8
Irmã	30	0,6
Cunhados	24	0,5
Sogra	17	0,3
Enteados	9	0,2
Genro	8	0,2
Sogro	8	0,2
Afilhados	4	0,1
Primos	4	0,1
Madrasta	1	0,0
Tio	1	0,0
Total	4.939	100,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Sobre o total de 891 chefes, 55 eram mulheres casadas que imigravam ao encontro do esposo ou viúvas. Esse era o caso de Rosa Lugarezzi, que chegou ao Brasil com três filhos para se unir à família do irmão que havia se instalado em uma das propriedades do Coronel José Garcia Duarte. Ela não era viúva, mas seu marido havia imigrado para ocupar postos de trabalho nos Estado Unidos anos antes. Os mecanismos de chamada de parentes também beneficiavam a vinda de mulheres casadas para reunirem-se aos maridos, como é o caso de Orsola Tonziello, que saiu de Trentola, na província de Caserta, com quatro filhos, no ano de 1900, para encontrar seu esposo, Nicola D'Andrea e seu filho Domenico, que estavam aqui desde 1893.

Sendo muito diversa a estrutura desses grupos, como veremos na Tabela 9, classificaremos essas unidades imigrantes em: solitários, famílias simples, famílias extensas e famílias múltiplas; cada uma contendo subdivisões. As famílias simples compreendem os casais com e sem filhos, pais com filhos e mães com filhos. As unidades conjugais com parentes são

consideradas famílias extensas e podem ser subdivididas em descendente, ascendente, lateralmente (ou fraternidade) e de combinação diversa, conforme a presença de descendentes, ancestrais, irmãos, sobrinhos e afilhados. Já as famílias múltiplas são aquelas que apresentam duas ou mais unidades conjugais e seguem a mesma subclassificação das famílias extensas.

Tabela 9 – Classificação dos grupos imigrantes

Classificação	Quantidade de pessoas														Total	
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**15**	**N. abs**	**%**
Casal com filhos			267	520	620	648	490	360	252	70	33	12			3.272	66,0
Casal sem filhos		158													158	3,2
Família extensa ascendente			12	24	50	66	56	96	54			12			370	7,5
Família extensa de combinação diversa				4	5	12	21		18	10				15	85	1,7
Família extensa descendente				12	20	18	42	16	9					15	132	2,7
Família extensa lateralmente			21	16	40	24	28	40	18	10					197	4,0
Família múltipla ascendente					5				9	10					24	0,5
Família múltipla de combinação variada								24	9	10	22				65	1,3
Família múltipla descendente					5	6		16	45		22	12		30	136	2,7
Fraternidade		6	12	8	15				9	20	11		13		94	1,9
Mãe com filhos		10	12	28	25	18	14	8							115	2,3
Pai com filhos		14	42	16	30	18	7		9						136	2,7
Solitário	175														175	3,5
Total de grupos	175	94	122	157	163	135	94	70	48	13	8	3	1	4	1.087	
Total de imigrantes	175	188	366	628	815	810	658	560	432	130	88	36	13	60	4.959	100,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

De um total de 4.959 relações de parentesco encontradas, 66% desses imigrantes faziam parte de uma família simples, composta pelo casal com filhos. Os casais sem filhos eram 3,2% dos imigrantes. As famílias extensas e múltiplas eram 15,9% e 4,5% dos imigrantes, respectivamente. Entre as famílias extensas era mais comum a presença de pais (7,5%) e de irmãos (4%), quanto as famílias com mais de uma unidade conjugal os grupos com filhos casados (2,7%) e irmãos casados (4%) eram predominantes. Os pais com filhos e as mães com filhos perfaziam 2,7 e 2,3%, respectivamente.

Assim, os grupos formados por uma única unidade de tipo conjugal constituíram 89,8%, ou seja, quase a totalidade das imigrações. O restante era representado por 6,5% de famílias múltiplas, com a presença de parentes que formavam outras unidades conjugais; e 3,6% de imigrantes solitários.

A idade média ao casar na Itália interferia diretamente na quantidade de membros dos grupos imigrantes, pois na década de 1880 os homens normalmente casavam-se depois do serviço militar[235], em média aos 28,1 anos, e as mulheres aos 24,1 anos[236]. Tratava-se de famílias em pleno processo reprodutivo, portanto, com possibilidades de crescer em tamanho na comunidade de destino. Embora a maioria dos italianos que vieram trabalhar na cafeicultura paulista fosse *braccianti*, o que explica a grande quantidade de famílias jovens e em idade reprodutiva, as normas do governo brasileiro também foram responsáveis por moldar as características dessas famílias com a intenção de financiar a imigração de pessoas mais aptas para o trabalho. Para a obtenção de subsídios para a viagem era exigido que o grupo familiar tivesse, ao menos, um indivíduo do sexo masculino, com idade entre 12 e 45 anos, e só seriam incluídos na passagem da família os pais, avós, irmãos solteiros, cunhados e sobrinhos órfãos do chefe do grupo familiar.

c) Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária é fundamental para se obter um conhecimento demográfico de qualquer comunidade. A repartição da população por grandes grupos de idade permite decompor esses imigrantes entre crianças (de 0 a 9 anos), pessoas aptas ao trabalho (entre 10 e 59 anos) e idosos (acima de 60 anos). Nas fazendas de café, assim como na Itália e em outras áreas de produção apoiadas no trabalho familiar, havia uma rígida distribuição de tarefas pautada por critérios de sexo e idade.

A análise dos dados coletadas nos registros de imigração corroboram a hipótese de uma seletividade migratória, uma vez que os imigrantes são indivíduos com características bem definidas e destacados pela idade e sexo, assim como pela situação ocupacional[237]. Imigraram com maior intensidade homens, casais com filhos e pessoas mais jovens. Destinos com maiores oportunidades econômicas eram determinantes para a intensificação dos fluxos migratórios, pois esses imigrantes buscavam novas oportunidades de emprego e qualidade de vida. Segundo Lee, a decisão de imigrar sofria influência das características da sociedade de origem e de destino, dos obstáculos intervenientes e dos atributos pessoais, pois “os migrantes não são uma

---

[235] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 30.
[236] RETTAROLI, Rosela. Age at marriage in nineteenth century. *In:* **Journal of Family History**, v. 15, n. 4, 1990, p. 147.
[237] Para entender melhor o conceito de seletividade migratória conferir: RAVENSTEIN, E. G. The Laws of Migration. *In:* **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885 e LEE, Everett S., A Theory of Migration. *In:* **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

amostra aleatória da população na origem”[238], mas indivíduos com habilidades diferentes para superar os obstáculos presentes no processo migratório.

Tabela 10 – Idades ao imigrar

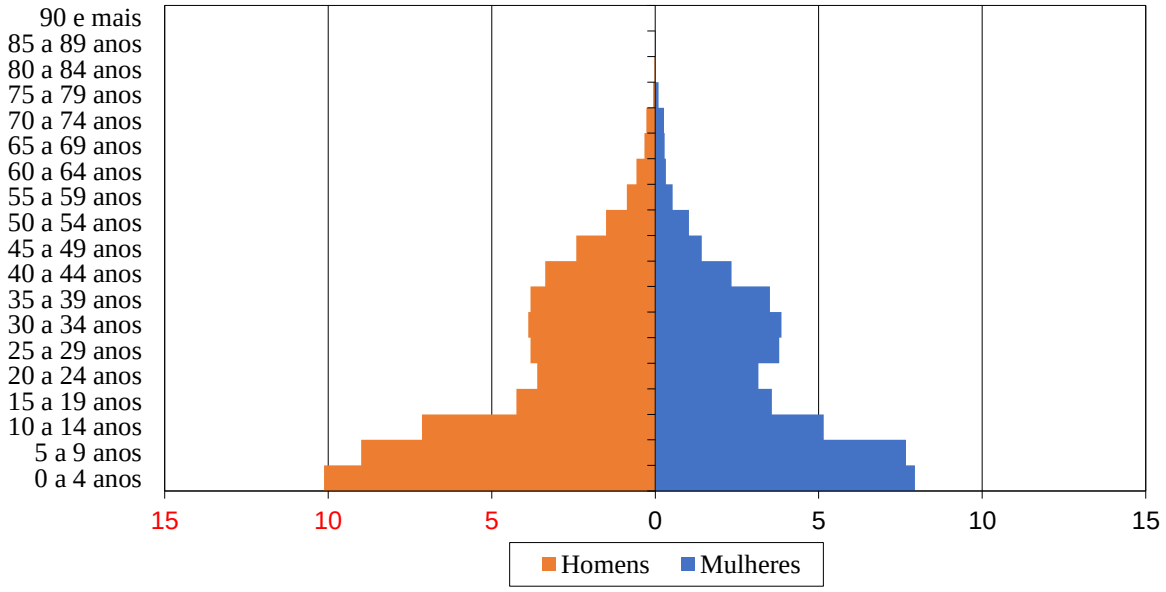
Faixa etária	Homens		Mulheres	
	N. abs.	%	N. abs.	%
0-9	1.003	20,2	829	16,7
10-19	561	11,3	471	9,5
20-29	382	7,7	372	7,5
30-39	373	7,5	317	6,4
40-49	253	5,1	155	3,1
50-59	101	2,0	50	1,0
60-69	36	0,7	29	0,6
70-79	21	0,4	14	0,3
80-89	2	0,0	2	0,0
Total	2.732	55,0	2.239	45,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Conforme apurado por Bassanezi, para os imigrantes destinados à fazenda Santa Gertrudes entre 1897 e 1902, as crianças da família colona trabalhavam e tinham colaboração significativa, de 7 a 11 anos de idade elas já prestavam algum pequeno serviço, e entre 12 e 16 anos eram incluídos oficialmente na força de trabalho como “meia enxada”. As pessoas entre 17 e 45 anos, em plena capacidade física para dedicar-se integralmente aos trabalhos na roça, eram classificados como “enxada”. Os mais velhos, com o passar dos anos e a diminuição de suas forças, passavam a render menos trabalho. Os indivíduos não capacitados para o trabalho – idosos, crianças menores de seis anos e inválidos – representavam um ônus ao grupo familiar, pois além de não produzirem, dificultavam o rendimento do membro responsável pelos seus cuidados[239].

[238] LEE, Everett S.. A Theory of Migration. *In*: **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966, p. 56.
[239] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 131-3.

Gráfico 8 – Pirâmide etária dos imigrantes italianos provenientes da Hospedaria dos Imigrantes, por sexo, 1883-1928



Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Na pirâmide etária que considera os indivíduos por sua capacidade de trabalho, o afastamento do axe central dos degraus correspondentes às pessoas entre 15 e 44 anos, o achatamento na extremidade superior e o alargamento das bases traduzem o perfil da população imigrante, de composição familiar e em idade produtiva. Observa-se também uma diferença da mobilidade entre homens e mulheres, que correspondem a 55 e 45% da população imigrante italiana, respectivamente.

Segundo Henry, nas populações antigas, a mortalidade dos meninos no início da vida é maior, do que resulta uma desproporção maior em favor do sexo feminino. Nas idades de procriação, essa tendência se inverte, pois as mortes durante o parto, ou em função dele, provocam uma sobremortalidade feminina. A razão de sexo dessa população decresce apenas na faixa etária superior aos 75 anos. Esse índice indica a relação entre o número de homens e o de mulheres, expressando a quantidade de homens para cada 100 mulheres[240].

[240] HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977, p. 23.

Tabela 11 – Razão de sexo, por grupos etários, 1883-1928

Faixa etária	Razão de sexo
0 a 4 anos	127,5
5 a 9 anos	117,2
10 a 14 anos	138,4
15 a 19 anos	119,1
20 a 24 anos	114,4
25 a 29 anos	100,5
30 a 34 anos	100,5
35 a 39 anos	108,8
40 a 44 anos	144,2
45 a 49 anos	169,6
50 a 54 anos	146,0
55 a 59 anos	161,5
60 a 64 anos	175,0
65 a 69 anos	114,3
70 a 74 anos	100,0
75 a 79 anos	60,0

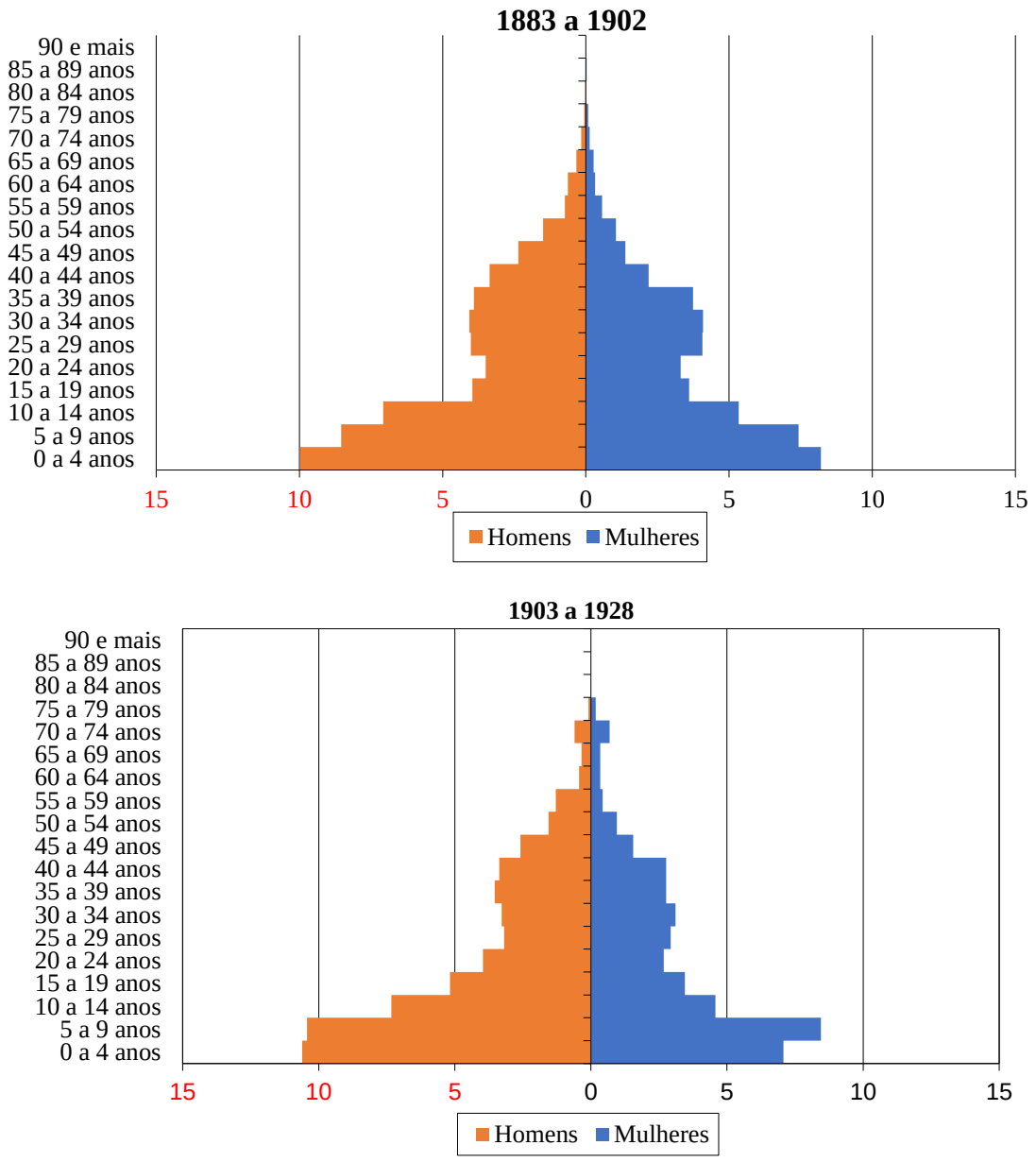
Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

O perfil obtido das famílias imigrantes empregadas na fazenda Santa Gertrudes, reconstituídas por Bassanezi, foi muito semelhante ao apurado por essa pesquisa. Para Franca, a idade média correspondia a 35 anos para os homens, 34,9 anos para as mulheres e 8,9 anos para os filhos, médias similares às observadas para a fazenda: 37,4, 33,8 e 7,2 anos, respectivamente[241].

Se verificarmos as pirâmides etárias das levas imigrantes proveniente da Hospedaria de Imigrantes, antes e depois do Decreto Prinetti, é perceptível o desequilíbrio em favor da população masculina. No primeiro momento, os degraus que representam as faixas etárias em idade produtiva eram mais largos, ao passo que, após 1903, as extremidades da pirâmide se alargam. Embora não se revele uma inversão de tendência, essas alterações no perfil etário mostram transformações na política imigratória, que passa a incentivar a vinda de grupos de diferentes composições para continuar alimentando com mão de obra as lavouras do estado.

[241] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 76.

Gráfico 9 – Pirâmides etárias dos imigrantes italianos, por sexo e período, Franca, 1883-1928



Fonte: Registros de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

d) Profissões

Os registros não forneceram precisamente as atividades profissionais de uma parcela da população, não nos permitindo conhecer realmente o perfil profissional desses imigrantes. O procedimento adotado na Hospedaria de Imigrantes para o registro de matrícula levava em conta apenas a profissão dos chefes de famílias. Essas atividades são profissões declaradas pelos italianos no processo imigratório e que podem ou não ter sido adotadas nos locais de fixação no Brasil. Historicamente, as regras impostas pela política de subsídios levaram muitos grupos

a se declararem como agricultores, a fim de se enquadrar ao grupo privilegiado pelas passagens pagas pelo Estado.

Do total de 885 chefes de famílias cujos registros de matrícula apresentaram informações sobre a atuação profissional, 720 (81,4%) declararam ser agricultores; 9,5% não informaram sua profissão e outros 4,1% foram registrados como trabalhadores. Apenas uma parte mínima da população imigrante declarou atividades tipicamente urbanas, por exemplo carpinteiros, alfaiates, tecelões e carroceiros.

Tabela 12 – Atividades profissionais dos imigrantes, 1883-1928

Profissão	N. abs.	%
Agricultor/*contadino*	720	81,4
Trabalhador	36	4,1
Lavrador	9	1,0
Pedreiro	6	0,7
Carpinteiro	4	0,5
Alfaiate	4	0,5
Tecelão	3	0,3
Carroceiro	3	0,3
Servente de Pedreiro	2	0,2
Sapateiro	2	0,2
Cozinheiro	2	0,2
Jornaleiro	2	0,2
Funileiro	1	0,1
Barbeiro	1	0,1
Caldeireiro	1	0,1
Carvoeiro	1	0,1
Ferreiro	1	0,1
Mecânico	1	0,1
Oleiro	1	0,1
Tipógrafo	1	0,1
Não declarada	84	9,5
Total	885	100,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

A maior parte dos italianos chegados à Franca iniciou o trabalho em fazendas de café, e era composta por *braccianti*, o que explica a predominância de famílias nucleares com ou sem filhos. Embora tenha se tratado de uma imigração pouco qualificada, esses grupos atendiam ao desejo das elites rurais que visavam apenas substituir a mão de obra escrava nos trabalhos da cafeicultura. Ou seja, o fazendeiro escolhia seu elemento de trabalho mais pela disposição de trabalhar intensamente que na experiência agrícola. O colonato representou a superação da crise

no processo de produção escravista. Sob esse regime, colono e família colona têm o mesmo significado, pois os fazendeiros contratavam a força de trabalho de todo o grupo familiar e não apenas do trabalhador isolado[242]. Nas fazendas, o chefe, e todos os membros da família aptos ao trabalho, executam serviços no chamado "trato do café", segundo um contrato que determinava um número de cafeeiros que deveria ser cuidado. O número de pés de café atribuído à família dependia da quantidade de membros aptos ao trabalho. Segundo Bassanezi, "em média, cada homem adulto conseguia cuidar de 2 mil pés de café e colher, contando com um pouco de ajuda da mulher e dos filhos pequenos, 250 alqueires de grãos maduros"[243].

A remuneração dos colonos para o trato do café, a colheita e outros serviços avulsos prestados aos fazendeiros variavam segundo a região, a fazenda e o ano. Uma boa safra significava aos colonos esperança de pecúlio, ao passo que um ano de más colheitas se tornava um grande desafio para as famílias. Estavam em uma situação privilegiada as famílias com "muitos membros aptos ao trabalho, empregada em uma propriedade na qual houvesse a possibilidade de se produzir rendimentos não monetários, por meio do cultivo de hortaliças ou de criação de animais, e que ainda fosse próxima de algum núcleo urbano"[244].

O trabalho na fazenda era sempre árduo e mesmo fora da colheita cada trabalhador deveria executar outras tarefas, num ritmo sazonal ditado pelo café. Na fazenda Santa Gertrudes, no município de Rio Claro, havia sempre muito trabalho, independentemente da época do ano:

> Entre abril e maio, carpinteiros faziam caixas para lidar com o café no terreiro. Os colonos, de janeiro a abril, cuidavam do cafezal e da cultura de subsistência; em fevereiro e março, colhiam o feijão das águas plantado em geral em setembro e, em março/abril, depois de plantar o feijão da seca, faziam a coroação do café; na segunda quinzena de outubro, ou seja, na minguante de outubro, plantavam o milho e o colhiam, assim como o feijão da seca, antes de iniciarem a colheita do café. De maio a outubro, época de colheita, os colonos se dedicavam a ela, enquanto os ferreiros e os maquinistas trabalhavam no benefício do café, os carreiros conduziam casca do café do benefício para adubar a lavoura, os carroceiros transportavam o café à estação de trem para o embarque em direção ao porto, turmas de camaradas executavam a secagem do café no terreiro e os camaradas avulsos lavavam café e faziam balaios.[245]

As relações de trabalho sofriam com os resquícios de séculos de escravidão. Nos primeiros tempos, muitos italianos trabalharam lado a lado com escravos, submetidos à

---

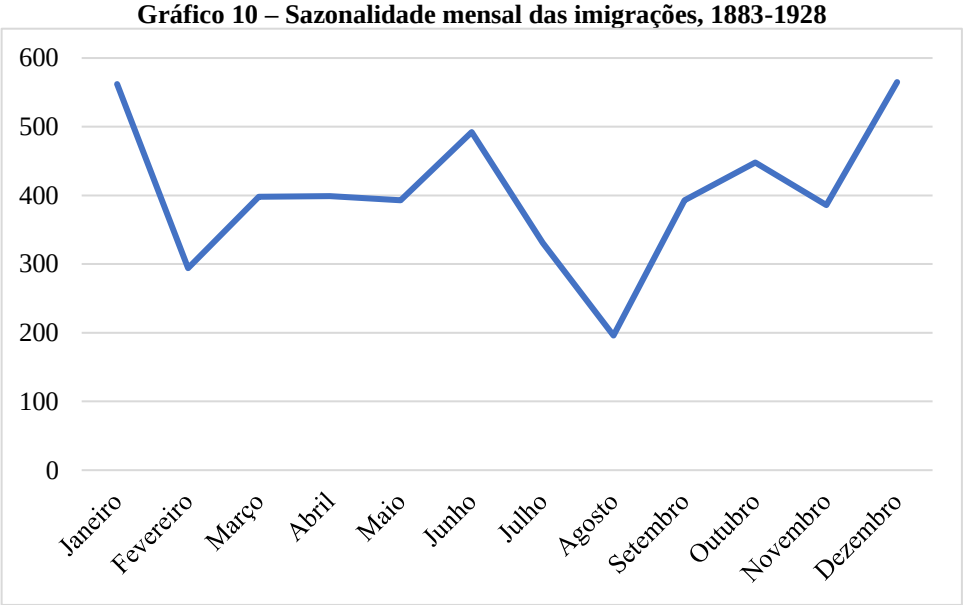
[242] *Ibid*., p. 78–9.
[243] *Ibid*., p. 84.
[244] TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 43.
[245] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 126–7.

prepotência dos fazendeiros. Nesse sentido, as condições de trabalho e o trato com os colonos variam muito de fazenda para fazenda, embora a rígida disciplina vigente desde o tempo das senzalas tenha permeado também o regime de colonato, em um cenário de intensa labuta no cafezal, controle rígido das sociabilidades das famílias, observado pelos horários de se trabalhar, de se recolher e nas interdições para sair das fazendas[246].

e) Sazonalidade dos fluxos

O poder de expulsão gerado pela crise agrária na Itália e a força de atração exercida pela disponibilidade de trabalho no além-mar podem ser observados na distribuição sazonal dos fluxos, que dependiam de certos condicionamentos objetivos, ditados pelos tempos e os modos. Nesse ponto, as imigrações de camponeses estavam sujeitas à época do plantio e da colheita, aos interesses com relação ao emprego ou à falta dele. Nesse período, as viagens demoravam, em média, 20 dias.

Gráfico 10 – Sazonalidade mensal das imigrações, 1883-1928



Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

No Gráfico 10, é possível observar a frequência das viagens dos italianos que se dirigiram à princípio, ou em algum momento de sua trajetória, ao município de Franca. Nesse comparativo dos registros por mês de entrada no Brasil verificam-se os efeitos da sazonalidade dos fluxos ao longo do ano. As chegadas tinham frequência maior nos meses de janeiro, junho e dezembro, ao passo que o fluxo imigratório teve suas maiores quedas em fevereiro, julho e agosto. No cômputo dos registros, os três meses de maior fluxo totalizam um terço do total.

---

[246] TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 43.

Esses deslocamentos estavam estreitamente ligados à economia rural, pois em sociedades agrárias a demanda por trabalho é sazonal. Avaliando as variações no fluxo, os chegados no mês de junho certamente adentraram no estado de São Paulo a fim de engrossar o número de trabalhadores para o tempo da colheita. As menores chegadas concentraram-se nos principais meses de verão europeu, ao passo que os maiores percentuais mostram uma proclividade em emigrar durante o inverno.

f) Portos de saída e entrada

Emílio Franzina aponta que os portos de embarque eram bem menos distantes do que podia parecer aos camponeses que para lá se dirigiam a pé ou pela ferrovia[247]. Apesar disso, para os vênetos, a ideia de emigração torna-se libertação e era embalada pela explosão irrefreável de alegria e esperança, que contava, inclusive, com cantos e a recitação de textos "de uma representação farsesca e propícia, como de carnaval"[248]. A ida ao porto era embalada pela esperança de encontrar um mundo alternativo no além-mar, que fosse capaz de apagar as desgraças da exploração que não permitia aos camponeses vislumbrar seu melhoramento econômico. Nas cantigas rurais fazia-se alusão ao sonho de viver na América e desforrar os proprietários italianos:

> Iremos para a América
> No tal belo Brasil
> E aqui nossos senhores
> Trabalharão a terra com a pá![249]

Muitas vezes, os emigrantes permaneciam alguns dias alojados em albergues localizados próximos aos portos nos dias que precediam o embarque[250]. Essa situação acarretava sérios danos aos emigrantes, que perdiam o pouco dinheiro que possuíam para se alimentar e alojar nesses precários estabelecimentos.

O principal porto de embarque no período de imigração italiana para a região de Franca foi Gênova, responsável por 84,7% das partidas. Sua posição geográfica era favorável por sua proximidade aos territórios vênetos e lombardos, onde a febre emigratória avançou rapidamente

---

[247] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 181.
[248] *Ibid*., p. 324.
[249] *Ibid*., p. 323.
[250] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 38.

nas últimas décadas do século XIX. O porto de Nápoles era uma opção viável apenas aos emigrantes da Itália meridional, totalizando 7,6% das saídas.

Até 1899, o porto de Gênova era o principal terminal marítimo da rede de transportes que ligava a Itália ao resto do mundo, mas, a partir do desenvolvimento da emigração no Sul e do estabelecimento de muitas companhias de navegação, o porto de Nápoles superou o movimento, sobretudo para a América do Norte. Daí em diante, formou-se uma certa divisão no embarque dos emigrantes: na maioria das vezes embarcava-se para a América do Sul no porto de Gênova e para os Estados Unidos em Nápoles[251].

Contudo, nem todos os emigrantes italianos que chegaram à Santos partiram de portos italianos. Os dados apurados por nossa pesquisa mostram que a proporção de italianos saídos do porto de Nápoles é semelhante ao número de embarcados no porto de Buenos Aires. No quadro da reemigração, o porto argentino teve um fluxo intenso, tanto para receber aqueles que saíam do Brasil quanto para embarcar aqueles que almejavam viver nele[252].

Nos anos de 1901 e 1907, dois italianos saíram de portos espanhóis com destino à Santos e, posteriormente, ao município de Franca. Em 1923, uma família embarcou no porto de Trieste com destino à Catanduva, onde deveria se juntar à um familiar, antes de se dirigir à Franca.

Tabela 13 – Imigrantes, por portos de saída, 1883-1928

Porto de saída	N. abs.	%
Genova	1.333	84,7
Nápoles	125	7,9
Buenos Aires	109	6,9
Trieste	4	0,3
Málaga	1	0,1
Vigo	1	0,1
Total	1.510	100,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Entre um porto e outro, no dialeto original vêneto “tutto el dì mare, mare e zielo”[253]. Mas nem sempre as viagens eram tranquilas e quando surgia algum incidente, como doenças a

[251] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 39–40.
[252] LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *In:* **Revista de História Iberoamericana**, v. 10, n. 1, p. 34–58, 2017.
[253] FRANZINA, Emilio. **A história (quase verdadeira) do soldado desconhecido: contada como uma autobiografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 13.

bordo, causava transtornos de toda ordem, atrasos e mudança de rota dos navios, que podiam ser impedidos de atracar em determinados portos pelas autoridades locais[254].

O principal porto de desembarque dos italianos radicados em Franca foi Santos, compondo 91,7% das chegadas. Os demais passaram pelo estado do Rio de Janeiro antes de seguirem para São Paulo. As hospedarias fluminenses de Pinheiro e da Ilha das Flores acolheram muitos italianos com destino à Santos, mas foram anotadas como porto de saída de apenas 0,3 e 0,2% desses imigrantes, respectivamente.

Tabela 14 – Imigrantes, por portos de chegada, 1883-1928

Porto de chegada	N. abs.	%
Santos	4.263	91,7
Rio de Janeiro	362	7,8
Pinheiro	15	0,3
Ilhas das Flores	8	0,2
Total	4.545	100,0

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

g) Vapores

A duração das viagens foi reduzida de dois meses de veleiro na metade do século para 21 a 30 dias com a navegação a vapor[255]. A substituição do veleiro pelo navio a vapor permitiu a navegação regular com rotas e escalas pré-determinadas que, além de atender a demanda, estimulavam o tráfego. Esse desenvolvimento nos meios de transporte implicou na organização e modernização dos terminais marítimos e no estabelecimento de uma rede de serviços subordinada às companhias de navegação, apoiadas nos subsídios estatais para os serviços postais, no aumento do volume de cargas e passageiros[256].

A organização da emigração transoceânica delineou-se como um empreendimento lucrativo ao estimular o fluxo para a América. Os navios que transportavam os emigrantes pertenciam às companhias de navegação, que aumentavam com o passar dos anos. Frequentemente, o jornal Correio Paulistano publicava anúncios de companhias marítimas, tais como da *La Veloce Navigazione Italiana*, da *Navigazione Generale Italiana*, da *Navigazione*

---

[254] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 34.
[255] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 44.
[256] GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Orientador: Vera Lucia Amaral Ferlini. 2008. 518 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 25.

Italo-Brasiliana e da *La Ligure Brasiliana*. A *La Veloce Navigazione Italiana* gabava-se nos anúncios por seus navios serem iluminados a luz elétrica e todos fazerem viagens mais rápidas e regulares. Essa companhia tinha agência no Rio de Janeiro e tinha percursos que atendiam diversos portos na América, na Itália e na Espanha.

Imagem 28 – Anúncios do Jornal Correio Paulistano, 12 de novembro de 1897

AVISOS MARITIMOS

LA VELOCE

Navigazione Italiana

O paquete

Montevidéo

Commandante AVONZO

Embarque

NAVIGAZIONE GENERALE ITALIANA

Società Reunite—Florio & Rubattino

Saidas para Europa

O vapor ARNO . . . 15 de Novembro
» ORIONE . . 19 de Novembro
» WASHINGTON . 28 de Novembro
» SIRIO . . 5 de Dezembro
» SEMPIONE . . 15 de Dezembro
» PERSEO . . 19 de Dezembro
» MANILLA . . 30 de Dezembro

O magnifico vapor

ARNO

Rio de Janeiro

Genova e Napoles

Viagem em 16 dias

O MAGNIFICO E RAPIDISSIMO VAPOR

ORIONE

O MAGNIFICO VAPOR

WASHINGTON

JOÃO BRICCOLA & C.

RUA 15 DE NOVEMBRO N. 30

A. FIORITA & COMP.

Praça da Republica n. 29

Navigazione Italo-Brasiliana

O vapor

ATTIVITA'

GENOVA E NAPOLES

O vapor

COLOMBO

GENOVA E NAPOLES

Preço de terceira classe, 60$000

Para informações e passagens com os agentes

CAMILLO CRESTA & COMP.

LA LIGURE BRASILIANA

Navigazione Italiana

O esplendido vapor

MINAS

GENOVA E NAPOLES

O magnifico vapor

AGORDAT

Genova e Napoles

BRICCOLA & FENILI

Rua 15 de Novembro N. 30

A. FIORITA & COMP.

Praça da Republica n. 29

Fonte: Correio Paulistano, 12 de novembro de 1897. Disponível em: https://l1nq.com/X4iJk. Acesso em: 20 jan 2023.

Embora pouco saibamos sobre a viagem, as listas de bordo revelam que muitos problemas surgiram enquanto se dava a travessia transatlântica, sendo comum a ocorrência de mortes e nascimentos durante a viagem. Apesar do Inspetor Geral de Terras e Colonização não

permitir que os vapores transportassem emigrantes em número excedente à lotação de cada navio, muitas vezes tal ordem não era devidamente cumprida. Essa situação acarretava inúmeros problemas e reclamações a respeito do desconforto resultante[257].

O escritor Edmondo De Amicis fez uma viagem em um navio de imigrantes no ano de 1889 e publicou um relato característico dessa experiência, assim sintetizado por Roberto Gambini:

> A distribuição dos imigrantes pelas três classes do navio reproduzia com exatidão sociológica a estrutura social italiana: a burguesia proprietária na primeira classe (essa viajava com interesses bem mais assegurados de sucesso, pois trazia capital para investir no Brasil), o estrato médio (artesãos, pequenos comerciantes, trabalhadores qualificados, quase já operários) na segunda, e o campesinato pobre na terceira. A estrutura social italiana, atravessando intacta o Atlântico, instala-se no Brasil mantendo as mesmas diferenças de classe da origem. Alguns tinham dinheiro, outros cultura, outros mais, habilidades e talentos especiais. Mas a grande maioria só sabia mesmo era pegar no pesado. Alguns logo acharão lugar nas cidades, outros irão para fazendas recém-abertas, ou mesmo para os descampados paulistas e gaúchos.[258]

Os viajantes na terceira classe passavam dias apinhados em condições insalubres, pessimamente alimentados, deitados no convés em beliches empilhados ou diretamente no assoalho e sujeitos a epidemias. Alguns navios eram reconhecidamente inadequados para passageiros de terceira classe por serem considerados sem condições suficientes para o transporte de elevado número de passageiros. Os índices de mortalidade dos imigrantes a bordo nos navios eram elevados, particularmente entre crianças. As descrições da travessia são sempre terríveis, a passagem pelo oceano era assinalada por emigrantes fracos e doentes, mal de saúde devido à falta de cuidados sanitários, alimentos estragados ou insuficientes e até mesmo pela falta de ar respirável. No ano de 1888, há relatos de mortos de fome e por asfixia nos navios *Matteo Bruzzo* e *Carlo Raggio*, que rumavam para o Brasil[259].

---

[257] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, p. 42-3.
[258] GAMBINI, Roberto. Corações partidos no porto de Gênova. *In:* **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 264–296, 2006, p. 275.
[259] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 45.

Quadro 11 – Principais vapores, 1883-1928

Vapor	Companhia marítima	Imigrantes	Anos
Minas	*La Ligure Brasiliana*	436	1897-1906, 1908, 1910
Re Umberto	*La Ligure Brasiliana*	219	1892-5, 1900-07, 1911, 1914-15
Cittá di Genova	*La Veloce*	195	1891, 1901-06, 1914
Sempione	*Navigazione Generale Italiana*	176	1897, 1898, 1902
Attivitá	*Navigazione Generale Italiana*	157	1891, 1892, 1895, 1898, 1901
Provence	*Societá Generale de Transports Maritimes à vapor de Marsille*	147	1887, 1888, 1891, 1895, 1898, 1899, 1901, 1903
Agordat	*La Ligure Brasiliana*	112	1895-97
Rio Amazonas	*La Ligure Brasiliana*	109	1902-07, 1910, 1911
Washington	*Navigazione Generale Italiana*	109	1888, 1891, 1893, 1895, 1898, 1900, 1901
Fortunata Raggio	*Società Italiana di Transporti Maritimi Raggio & Co*	103	1888, 1889, 1895, 1896
Outros vapores		3.213	-

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

O vapor italiano Minas, da companhia *La Ligure Brasiliana*¸ foi o principal navio encontrado na documentação pesquisada. Entre os anos de 1897 e 1910, com exceção de 1907 e 1909, o vapor transportou 436 imigrantes que tiveram o município de Franca como destino.

Dos dez principais vapores que transportaram os imigrantes italianos que tiveram como destino a região de Franca, quatro pertenciam à companhia *La Ligure Brasiliana* – Minas, Re Umberto, Agordat e Rio Amazonas; e, três a companhia Navegatione Generale Italiana – Sempione, Attivitá e Washington. O vapor Provence pertencia à companhia francesa *Societá Generale de Transports Maritimes à vapor de Marsille*; e o vapor Fortunata Raggio era de propriedade da *Società Italiana di Transporti Maritimi Raggio & Co*, fundada em 6 de fevereiro de 1882 pelos irmãos Carlo, Edilio e Armando Raggio, em Gênova.

Os interesses dos armadores e das sociedades de navegação italianas refletiam na busca por intervir na legislação existente e garantir facilitações especiais. Por exemplo, representantes da *Navegazione Generale Italiana* e da *La Veloce* mandaram, em março de 1890, uma carta para o então presidente do Conselho de Ministros, Francesco Crispi, assinalando o prejuízo sofrido com o seu decreto que proibia a emigração subsidiada para o Brasil[260]. Essa suspensão perdurou de março de 1889 até 1891[261]. A capacidade de articulação das companhias de

[260] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 44.
[261] GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Orientador: Vera Lucia Amaral Ferlini. 2008. 518 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 341.

navegação e dos grandes agentes recrutadores de emigrantes era explícita nos dois lados do Atlântico.

h) Subsídios, introdutores e decretos

O traço marcante do programa imigratório paulista era a subvenção das passagens. Essa política voltada para o suprimento de mão de obra para a cafeicultura e a opção por famílias de imigrantes agricultores foram desenvolvidas pelos fazendeiros e pelo Estado, interessados em controlar e garantir o êxito na constituição do mercado de trabalho internacional e na massificação desses deslocamentos. A miséria era o principal motivo para a defesa dos subsídios às passagens, pois só por meio de concessões e favores os emigrantes optariam pelo Brasil, ou São Paulo.

Segundo Hobsbawm, a prosperidade dos agentes ou contratadores foi grande onde havia grande demanda por trabalho, de um lado, e uma população ignorante das condições que encontraria no país escolhido, de outro. Esses introdutores acumulavam lucros enviando pessoas carentes para as companhias de navegação ansiosas por completar suas tripulações, recebendo dos empregadores e dos emigrantes, que lhes entregavam seus miseráveis pecúlios em troca de uma nova chance de vida[262].

O Estado adotava uma série de procedimentos para evitar fraudes das companhias de navegação e das agências introdutoras. Por isso, todos os embarcados subsidiados por contratos deveriam constar em listas nominativas visadas pelo cônsul brasileiro, constando idade, parentesco familiar e profissão do chefe de família. O acerto financeiro só acontecia após a chegada dos imigrantes à hospedaria e a comprovação das informações.

Tabela 15 – Imigração subsidiada e espontânea, 1883-1928

Subsidiário	Imigrantes
Governo do Estado	1.323
Governo Geral	294
Governo da União	39
Governo de Minas	68
Sociedade Promotora	173
Espontâneos	88
Total	1.985

Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Praticamente 40% dos registros coletados por essa pesquisa nos livros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes faziam menção à política de imigração. Dentre esses, 66,6% foram

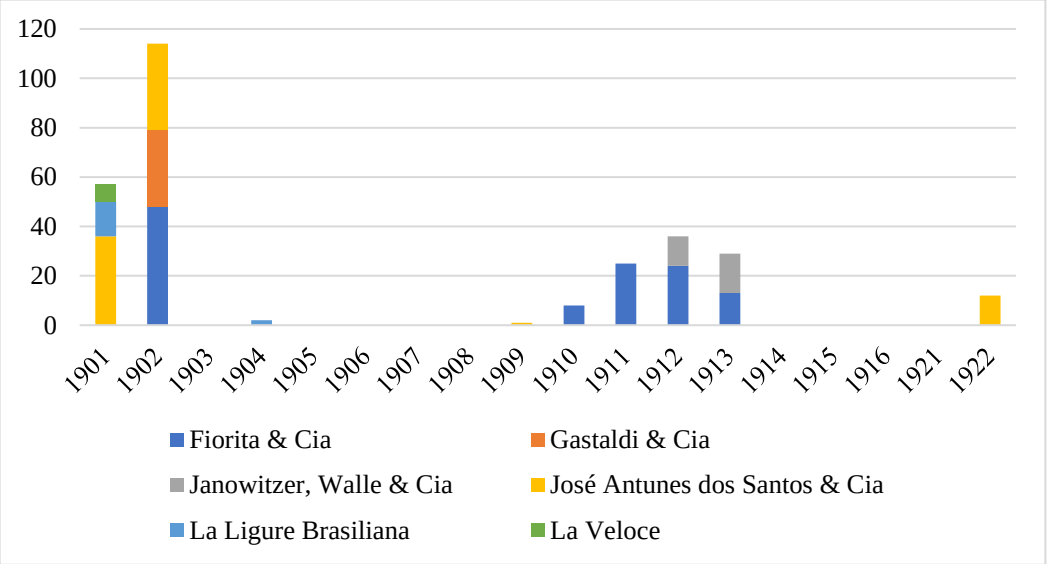
[262] HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 279.

subsidiados pelo governo paulista, 8% obtiveram o auxílio da Sociedade Promotora, 4% eram imigrantes espontâneos e 3% destinavam-se à Minas Gerais, graças ao subsídio daquele estado.

Essa documentação também permite observar o funcionamento dos grandes contratos para introdução de imigrantes e as parcerias entre as agências, visando trazer o maior número possível de passageiros de terceira classe. A necessidade de recrutar braços europeus movimentou grande volume de recursos via contratos com agências que se dedicavam quase que exclusivamente a esse negócio. Esses intermediários estavam envoltos em uma rede de interesses que unia não só o Brasil e a Itália, mas também a Espanha e Portugal, principalmente por meio dos agentes de emigração, das companhias de navegação, o corpo consular e outros órgãos estatais ligados ao movimento imigratório. Especialmente em São Paulo, duas agências merecem destaque: Angelo Fiorita & Cia e José Antunes dos Santos.

Com escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, a Angelo Fiorita & Cia estava amparada em uma rede de agentes espalhados por toda a península italiana e em parte do território do império austríaco. A agência representava os interesses de companhias de navegação e se tornou a principal aliada da Sociedade Promotora de Imigração nos contratos estabelecidos para introdução de imigrantes em São Paulo, mas também trabalhou para o governo central e os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

Gráfico 11 – Principais introdutores, 1900-1922



Fonte: Registro de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.

Os contratos para introdução de imigrantes subsidiados perduraram por muitos anos, apesar de não constar em todos os anos da documentação pesquisada. Essas informações só passaram a ser anotadas nos registros de matrícula da Hospedaria quando já não existiam mais

os grandes contratos e o governo republicano não interferia mais de forma ativa na imigração. Ainda assim, a agência Angelo Fiorita & Cia aparece como a principal introdutora, ao lado também das companhias de navegação *La Ligure Brasiliana* e *La Veloce*. A participação dessas últimas foi beneficiada pelo estabelecimento do serviço de introdução de imigrantes mediante subvenção a qualquer companhia de navegação ou armadores, no regime do Decreto n. 823, de 1900, que ainda estabelecia um prêmio a ser pago pelo Estado a quem transportasse europeus aptos para a lavoura[263].

Posteriormente, delinearam-se novas alternativas para se conseguir braços para a lavoura e outras oportunidades de ganhos para as companhias de navegação e armadores que encaminhassem seus passageiros para o Estado. O Decreto 1.247, de 17 de dezembro de 1904, regulamentou as chamadas de imigrantes com destino certo a lavoura, que deveriam ser encaminhados a Secretária da Agricultura a fim de os distribuir às companhias de navegação que tivessem acordos com o governo para o fornecimento de bilhetes de chamada.

Tabela 16 – Imigração subvencionada de italianos, por local de destino, segundo tipos de subvenção, 1886-1928

Tipos de subvenção	Local de destino						Total	
	Franca		Outras localidades		Nada consta			
	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas
Decreto 1.247	36	232	3	26	-	-	39	258
Outros decretos	14	58	-	-	-	-	14	58
Contratos entre o governo do estado e companhias de imigração	25	117	5	30	-	-	30	147
Imigração subsidiada pelo governo provincial	154	743	92	428	72	446	318	1.617
Sociedade promotora	3	17	1	18	24	118	28	153
Total	**232**	**1.167**	**101**	**502**	**96**	**564**	**429**	**2.233**

Fonte: Registros de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1886-1928.

Em março de 1901, os contratos celebrados entre o governo do estado e as agências de José Antunes dos Santos, Angelo Fiorita & Cia e Gastaldi & Cia introduziram 71, 48 e 31 italianos diretamente nas fazendas francanas, respectivamente. O Decreto 1.247, de 1904, viabilizou a chegada de 232; enquanto o Decreto 823, de 1900, introduziu 23 italianos em Franca.

[263] GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Orientador: Vera Lucia Amaral Ferlini. 2008. 518 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 430.

Essa política de subsídios promovida pelo estado de São Paulo foi essencial para criar e manter um grande fluxo que atendeu a demanda da cafeicultura, além de tornar-se fonte de rendimentos para indivíduos e empresas ligadas à execução dos serviços de recrutamento e transporte.

i) Reemigração

Entre a população estudada, houve diversos casos de repatriação. A falta de listas nominativas dos italianos que se retiraram do país dificulta visualizar de maneira quantitativa e qualitativa esse fenômeno, que não é um fato específico do Brasil. Segundo Hutter, a repatriação do indivíduo, por vontade própria, era muito comum em todas as épocas e em todos os países receptores de imigrantes[264]. Zuleika Alvim trata o repatriamento como uma forma de resistência dos imigrantes italianos às agruras diárias nas fazendas[265]. Quanto maior o fluxo imigratório, maior a possibilidade desses imigrantes requerer a repatriação, seja por inaptidão, pela falta de condições de permanecer no país ou em função da morte do chefe da família. Nesses casos, os imigrantes tinham o apoio do Consulado da Itália em São Paulo e eram encaminhados à Hospedaria, onde permaneciam até a data de embarque para a Europa.

A ajuda estatal era concedida àqueles que não podiam prover sua subsistência e também em casos de enfermos ou vítimas de acidentes de trabalhos que os inabilitasse para o trabalho. O Decreto Estadual n. 1.458, de 10 de abril de 1907, concedia o direito à repatriação à custo do Estado às viúvas e órfãos de imigrantes agricultores que trabalhassem na lavoura, quando o falecimento do chefe de família ocorresse até dois anos após a imigração[266]. Comprovado o direito à repatriação por conta do Estado, esses imigrantes tinham direito as passagens de terceira classe em navios e um auxílio que dependia do número de pessoas da família.

Entretanto, diversos imigrantes não deixavam o Brasil rumo à Itália, mas em direção à Argentina, um dos principais destinos dos imigrantes em refluxo. Segundo Klein, os italianos encontraram um espaço melhor de investimento na Argentina, com oportunidades econômicas que permitiam investir sua poupança na economia local, tanto na agricultura como na

---

[264] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986, p. 183.
[265] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 115.
[266] HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986, p. 184.

indústria[267]. Contudo, chama atenção para o caráter temporário dessa imigração a Argentina, que apresentou altos índices.

> Os que partiam do Brasil, especialmente para outros destinos americanos, também podiam voltar. (...) O que estava obviamente ocorrendo nesses casos é que os trabalhadores dos cafezais iam para a Argentina colher trigo e depois voltavam para o Brasil para um novo contrato como trabalhadores do café. Evidentemente, essas eram as famílias menos bem-sucedidas, que pareciam incapazes de acumular economias suficientes para deixar a posição de colonos, ou de lavrador sem terras. Nessa migração constante de ida e volta, houve inclusive casos de famílias que perderam contato entre seus membros.[268]

Entre os italianos pesquisados, encontramos casos de retorno ainda nos primeiros anos de imigração em massa. Durante o ano de 1891, duas famílias retornam às terras paulistas, totalizando nove pessoas. No caso do lombardo Angelo Rocco Magnani, natural de Gabbiana, na província de Mântua, a primeira entrada no país aconteceu em 29 de dezembro de 1887. O agricultor de 36 anos estava acompanhado da segunda esposa, Maria Adele Beretta; três filhos do primeiro casamento com Maria Cirelli, falecida no ano de 1883; e três filhos da segunda união. Já em 22 de novembro de 1891, quando retornou, sua família estava composta apenas por sua esposa e três filhas, sendo que apenas a menina Cesira, de 7 anos, era fruto do segundo casamento. Em Santa Cruz das Palmeiras nasceria sua última filha, Maria, que contrairia núpcias com um jovem português em Franca, no ano de 1912. É interessante observar que essa família já apresentava um histórico de mobilidade no território italiano. Entre 1876 e 1887, ou seja, dez anos antes de emigrar pela primeira vez, Angelo Magnani havia passado pelas comunas lombardas de Ceresana, Gazoldo degli Ippoliti e Rodigo, na província de Mântua; e Carpenedolo, na província de Bréscia.

O segundo caso de retorno encontrado é ainda mais complexo e envolve quatro passagens pela Hospedaria de Imigrantes, sendo que em todas as vezes essa família se dirigiu à Franca posteriormente. Pietro Boraschi e Maria Luigia Trassi casaram-se na *comuna* de Bergantino, na província de Rovigo, em 10 de janeiro de 1886. Ele estava com 26 anos de idade e nasceu naquela *comuna*; ela tinha 23 anos e era lombarda do vilarejo de Moglia, na *comuna* de Sermide, na província de Mântua. O primeiro filho do casal, Luigi Giuseppe nasceu em julho do ano seguinte e não chegou a completar um mês de vida. Meses depois, Pietro e Maria Luigia chegam a Santos, tendo dado entrada na Hospedaria de Imigrantes em 17 de abril de 1888. Em 05 de julho nasceria Vittorio, tendo sido batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de

---

[267] KLEIN, Herbert. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1994, p. 110–1.
[268] *Ibid*., p. 57, 59.

Franca com o nome de Victor Emmanuel, uma clara homenagem ao rei italiano dos tempos da unificação; foram padrinhos dois jovens compatriotas chegados de Bergantino no ano anterior, Vicente Ruffini e Concetta Lugaresi. Em 29 de junho de 1891, Pietro e Luigia passaram novamente pela Hospedaria de Imigrantes depois de cruzarem o Atlântico a bordo do vapor Caffaro. Desta vez, o casal estava acompanhado dos filhos Vittorio e Giuseppe, nascidos durante a primeira experiência como colonos nas terras francanas. Entre 1893 e 1899, nasceriam Emília, Maria, Pedro Paulo e João, todos batizados na igreja de Franca. Em 21 de julho de 1901, Pietro Buraschi comparece na *Casa comunale*[269] de Bergantino para realizar o registro de óbito do último filho nascido no Brasil. Nessa ocasião, ele estava acompanhado por Ferdinando Chiocca, que seguiria para Franca com um grupo de conterrâneos em 1906, após o chamado de parentes aqui instalados. A mobilidade dessa família era tão intensa, que em 04 de junho de 1902 nasceu um filho do casal no vilarejo de Gazzo, na *comuna* de Bigarello, província de Mântua: Giovanni Odone, além do mesmo nome, teve a sorte parecida com o irmão homônimo, vindo a falecer em 03 de agosto daquele ano na *comuna* natal do pai. O filho mais novo do casal, Antônio Gildo, nasceu em 18 de maio de 1904, em Bergantino; tendo imigrado com os pais para o Brasil em junho do ano seguinte. Dessa vez, a família tinha como destino a fazenda do Dr. João de Faria e teve o apoio do Decreto n. 1.247, de 19 de outubro de 1904, que regulamentava a chamada de imigrantes por meio de parentes e amigos já instalados nas fazendas paulistas. Contudo, a saga imigratória da família ainda teve novos capítulos no ano de 1911, quando o grupo passou três meses em Santa Fé, na Argentina, voltando para o estado de São Paulo em fevereiro de 1912, contratados para trabalhar em uma propriedade no município de Taquaritinga. Em agosto daquele ano, aconteceu o casamento de Giuseppe Dante, o segundo filho nascido em Franca, com a italiana Zaira Ventura. Três anos depois, a família já estava de volta às terras francanas, onde se casam os filhos sobreviventes do casal. Pietro Buraschi faleceu em 27 de março de 1928, tendo sido sepultado em Franca, e sua esposa, Maria Luigia Trassi, faleceu em 14 de abril de 1937, no distrito de Cristais Paulista.

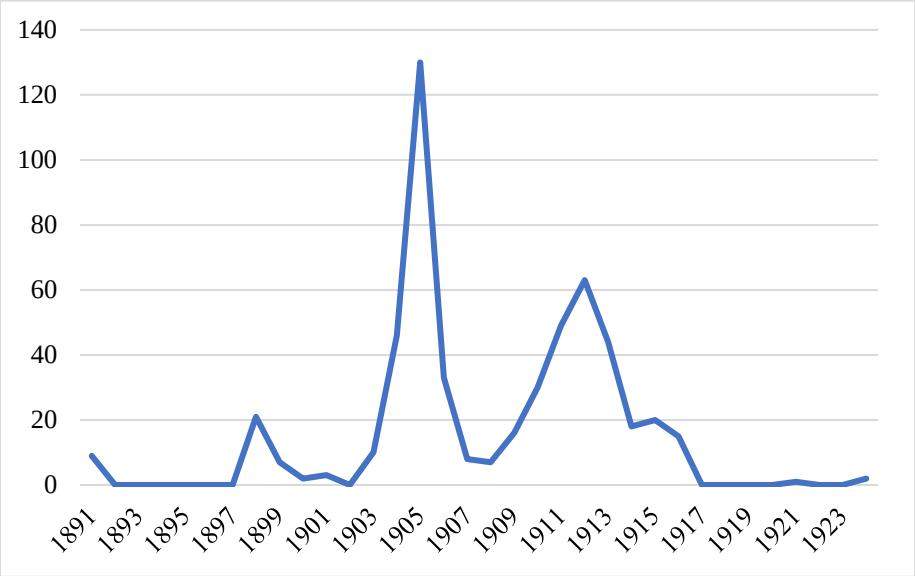
Como pode ser observado no Gráfico 12, novos casos de retorno de imigrantes italianos para Franca aconteceram a partir de 1898, mas esse fenômeno terá um acréscimo significativo apenas entre 1904 e 1907, quando as entradas passam de uma centena de imigrantes em 1905. De 1909 em diante, assistiu-se novamente aos retornos de famílias já estabelecidas aqui anteriormente que voltavam da Itália ou da Argentina, principalmente às vésperas da Primeira

---

[269] Em português, prefeitura.

Grande Guerra. Em mais de 10% dos registros localizados constava que aquele imigrante já havia estado no Brasil anteriormente. Desse total, 55% haviam embarcado no porto de Gênova e 12% saíram do porto de Buenos Aires.

Gráfico 12 – Reemigração com destino a Franca, por ano, 1891-1923



Fonte: Registros de Matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1891-1923.

As imigrações de retorno de famílias italianas introduziram um novo elemento na Hospedaria dos Imigrantes: os brasileiros filhos de italianos em regresso. Além de Vittorio e Giuseppe, filhos de Pietro Buraschi nascidos em Franca, que retornam ao Brasil em 1891, centenas de crianças brasileiras vão cruzar o Atlântico nos anos seguintes, principalmente em direção às áreas de maior fluxo emigratório na Itália, como o Vêneto, a Lombardia e os Abruzos.

O quadro de incertezas perante o futuro era tão intenso que alguns imigrantes chegaram a realizar o registro civil dos filhos nascidos no Brasil nas *casas comunales* quando retornavam à terra natal. Por exemplo, entre 1901 e 1903, a prefeitura de Bergantino expediu vinte e quatro certidões de nascimento de crianças nascidas no estado de São Paulo. Dessas, seis nasceram em Franca, outras seis em Patrocínio do Sapucaí e quatro na vila de São José da Bela Vista. As demais eram de Ribeirão Preto, Cravinhos, Amparo e Jaú. Em 28 de dezembro de 1902, de volta à terra natal depois de pouco mais de uma década no interior paulista, Ferdinando Ciciliati apresenta à *casa comunale* de Bergantino as certidões de batismo de seus seis filhos brasileiros, expedidas pela igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, a fim de realizar o registro civil das crianças nascidas no além-mar. Três anos depois, a família Ciciliati reemigra com destino à Franca graças ao chamado de parentes que permaneceram por aqui.

Esses movimentos de retornos ocorrem simultaneamente ao fluxo de entrada de novos imigrantes e só pode ser observado por meio da análise microanalítica dos casos, principalmente ao colocar em perspectiva as áreas de grandes fluxos, os destinos privilegiados em cada período e as redes que ser formavam com o desenvolvimento da febre imigratória em determinadas áreas. Além disso, esses dados só puderam ser obtidos por meio do cruzamento nominativo com fontes brasileiras e italianas, aliada à análise sistemática dos registros de entrada na Hospedaria de Imigrantes.

Fluxos, destinos e redes

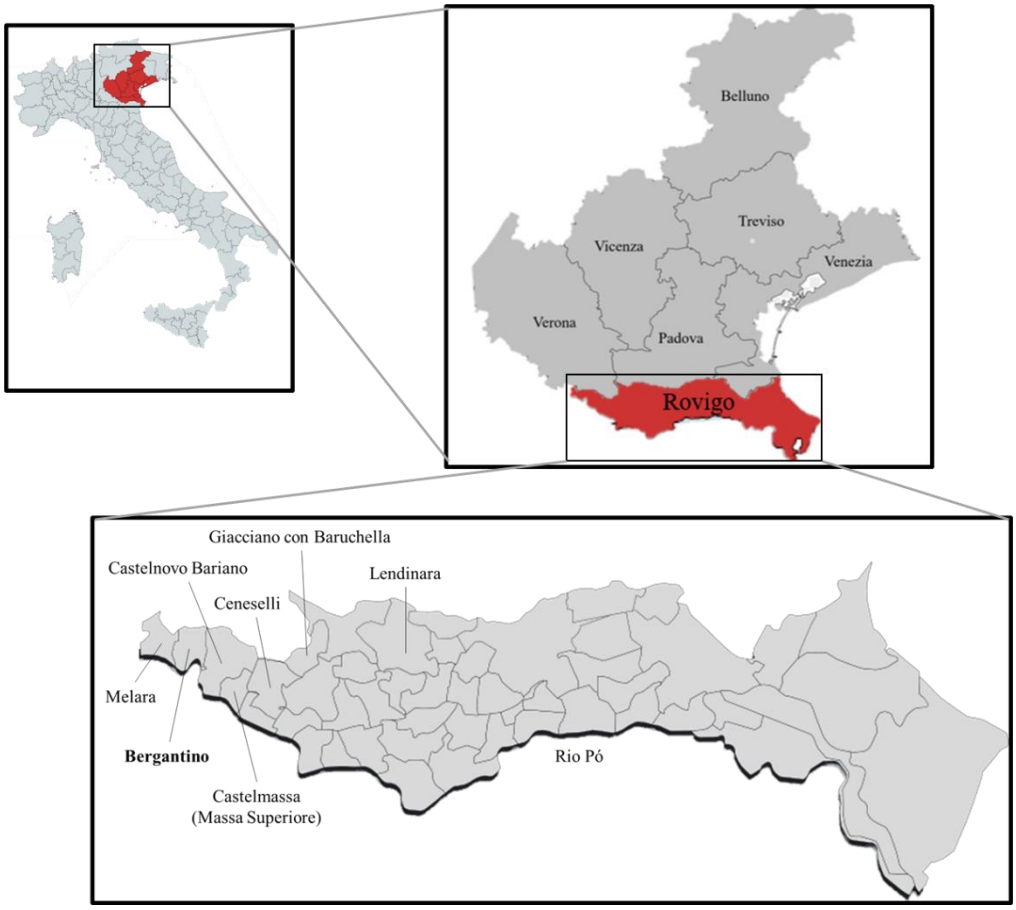
Os primeiros camponeses que se dirigiram ao município de Franca com destino à grande propriedade cafeicultora do Coronel José Garcia Duarte ilustram uma experiência singular na medida em que foram responsáveis pela disseminação de uma corrente migratória entre as comunas do baixo Polesine e o interior paulista. Os casos particulares ilustram a pluralidade de contextos locais de partida e chegada que os estudos quantitativos ignoram.

Do baixo Polesine para o Noroeste Paulista

A *comuna* de Bergantino, situada no extremo oeste da província de Rovigo, na região do Vêneto, foi a *comuna* italiana mais citada nos assentos de casamentos na Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. Outras comunas próximas também são frequentemente encontradas nesses registros, tais como: Castelnovo Bariano, Giacciano con Baruchella, Ceneselli, Massa Superiore (Castelmassa, a partir de 1928) e Lendinara.

A microanálise dos fenômenos históricos e econômicos revela que foram as províncias que margeiam os rios Pó e Ádige que mais contribuíram com famílias camponesas para o trabalho na faina do café no município de Franca. Os dados obtidos sobre as primeiras levas de imigrantes denotam a existência de uma cadeia migratória na paisagem agrária de Rovigo, Pádua e Verona.

Imagem 29 - Região do Vêneto: destaque para a província de Rovigo e a *comuna* de Bergantino



Fonte: adaptado do Portal Emigrazione Veneta.

Os rios Pó e Ádige delimitam, sobretudo o primeiro, as fronteiras meridionais do Vêneto e tornam o solo da região riquíssimo de águas. Esse fator interferiu estreitamente no desenvolvimento capitalista da agricultura de certas províncias. Contudo, no ano de 1882, a grave inundação do rio Ádige produziu efeitos drásticos no panorama socioeconômico da região. Nas palavras de Franzina, "como as desgraças nunca vêm sozinhas, todos esses eventos adquiriam grande peso por serem concomitantes com fatos decisivos de índole totalmente diferente: os altos impostos, a concorrência do trigo estrangeiro, o atraso tecnológico e também, em muitos lugares, a transformação capitalista dos campos"[270].

Nesse caso, o fator climático abalou as áreas até então imunes ao fenômeno emigratório, como os distritos agrícolas das províncias ao sul do Vêneto. Os pioneiros a se dirigirem em massa para as lavouras francanas certamente fugiam dos abalos climáticos que se sucederam

[270] FRANZINA Emílio. **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 77.

na segunda metade do século XIX. Em junho de 1887, mais de 85% dos imigrantes contratados pelo futuro Barão de Franca saíram de comunas às margens do rio Pó e Ádige: Bergantino, Castelnovo Bariano, Ceneselli e Giacciano con Baruchella.

Na segunda metade do século XIX, a evolução demográfica na província de Rovigo diminuiu as perspectivas de melhoramento das condições de vida e aumentou a necessidade de deixar a terra de origem. A estabilização da mortalidade e o aumento da natalidade produziu um saldo natural positivo quase sempre superior a 10.000 indivíduos por quinquênio. Esse excedente populacional, que se via sob condições de vida hostis, dirigiu-se, sobretudo, para as grandes plantações cafeeiras do Brasil.

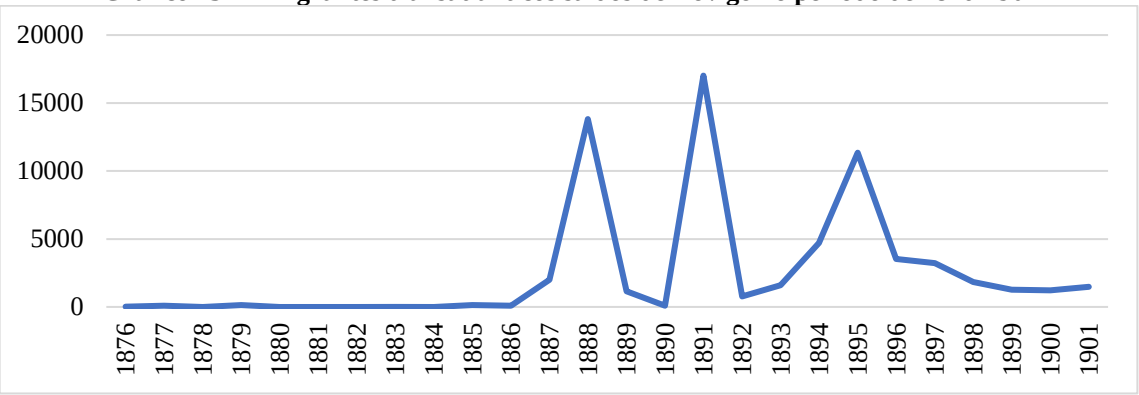
Tabela 17 – Evolução demográfica da Província de Rovigo de 1864 a 1893

Quinquênio	Nascimentos	Óbitos	Saldo natural	População residente
1864-68	41.089	33.423	7.666	191.128
1869-73	44.620	34.510	10.110	200.835
1874-78	44.358	35.910	8.448	209.267
1879-83	45.039	34.721	10.318	217.700
1884-88	48.009	33.696	14.313	218.799
1889-93	45.784	28.505	17.279	219.899
Total	268.899	200.765	68.134	

Fonte: *Censimenti generali della popolazione italiana*, 1871-1901.

No ano de 1888, quase 14.000 pessoas abandonaram a província de Rovigo, três anos depois essa cifra ultrapassou 17.000 indivíduos. Além do fluxo de ordem demográfica, esses picos eram consequência da grande carestia que atingiu as zonas rurais das áreas do baixo Veronese e Polesine após a grande inundação de setembro de 1882. Desse ano até 1901, mais de 63.000 pessoas emigraram de Rovigo para a América do Sul, principalmente após o período de reconstrução dos prejuízos causados pelas águas que chegaram a oito metros de altura. A inundação devastou trinta e nove comunas, sendo Bergantino e Zelo (uma fração da *comuna* de Giacciano con Baruchella) as áreas mais atingidas.

Gráfico 13 – Emigrantes transatlânticos saídos de Rovigo no período de 1876-1901



Fonte: FRANZINA Emílio. **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 112.

Com base nos assentos de casamento levantados, os nubentes oriundos da província de Rovigo representavam 14,3% do total de italianos que subiram ao altar na igreja católica em Franca. Apenas a *comuna* de Bergantino representou o local de nascimento de 3,9% dos homens e 4% das mulheres nascidas na Itália, esse percentual ultrapassa 27% quando comparado aos nascidos na província de Rovigo.

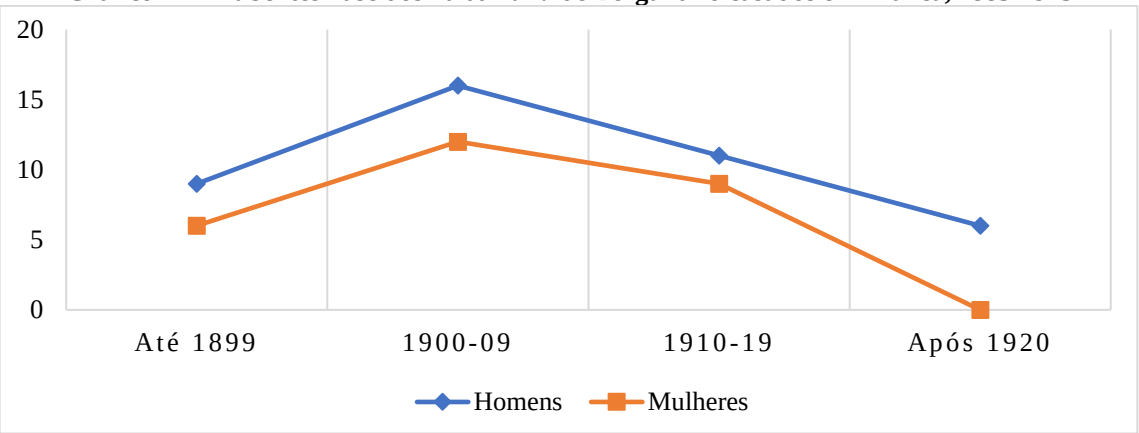
Tabela 18 – Comunas de nascimento dos nubentes provenientes da província de Rovigo

Comuna	Nº abs.	%
Bergantino	66	27,5
Castelnovo Bariano	42	17,5
Giacciano con Baruchella	24	10,0
Lendinara	18	7,5
Massa Superiore	10	4,1
Ceneselli	8	3,3
Outras	72	30,0
Total	240	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

No Gráfico 14, abaixo, observa-se a evolução dos casamentos entre nubentes nascidos em Bergantino, em Franca. A primeira década do século apresenta os maiores valores tanto de homens quanto de mulheres oriundas dessa *comuna* contraindo matrimônio na comunidade de destino, reflexo da imigração de jovens e crianças. Após 1920, esses valorem decrescem devido ao escasseamento de novas emigrações dessa *comuna* com destino à Franca.

Gráfico 14 – Nubentes nascidos na *comuna* de Bergantino casados em Franca, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

A febre imigratória em Bergantino com destino à Franca atingiu 5,5% dos casais que contraíram núpcias naquela *comuna* nos vinte anos que se seguiram à unificação, com picos nos anos de 1883 e 1878, cujos percentuais atingiram 17,3 e 15,7%, respectivamente. Para

elaborar as características dessa população, foram recolhidas informações censitárias e dos registros de casamento realizados nessa *comuna*[271].

Tabela 19 – Casamentos realizados na *comuna* de Bergantino, 1871-1891

Quinquênio	Casamentos realizados	Casais emigrados para Franca	
		Nº abs.	%
1871-75	137	3	1,5
1877-81	92	7	7,6
1882-86	152	12	8,8
1887-91	202	10	5,1
Total	583	32	5,5

Fonte: *Atti di Matrimonio*, Bergantino, 1871-1891. Disponível em: https://l1nq.com/6GFbx. Acesso em: 22 abr 2021.

O movimento demográfico nessa *comuna* foi mais intenso que em toda a província de Rovigo. O *Censimento generali della popolazione italiana*¸ realizado nos anos de 1871, 1881 e 1901, mostrou que a população da *comuna* havia tido uma variação positiva de 2,4% em relação a província entre os anos de 1871 e 1881. Contudo, nos vinte anos seguintes a população residente na *comuna* diminuiu 4,7% a mais que a da província, revelando que a situação climática influenciou realmente no fluxo emigratório dos moradores concentrados na porção da província margeada pelos rios Pó e Ágide.

Tabela 20 – Recenseamento da população da *comuna* de Bergantino e da província de Rovigo, 1871-1901

Ano	*Comuna* de Bergantino		Província de Rovigo	
	População residente	Variação percentual	População residente	Variação percentual
1871	3.295	-	23.633	-
1881	3.506	+6,4%	24.628	+4,2%
1901	3.226	-8,0%	23.821	-3,3%

Fonte: *Censimenti generali della popolazione italiana*, 1871-1901.

A emigração atingiu principalmente as famílias jovens, expulsas de sua terra natal pela exuberância demográfica que deixava o mercado de trabalho saturado. Esses grupos eram formados, muitas vezes, só pelo casal ou pelo casal com filhos solteiros e pequenos. Certamente a situação agrícola não era positiva para os jovens casais italianos, pois o cenário das pequenas propriedades vênetas não permitia a entrada de novos atores. O hábito de dividir a terra quando os filhos se casavam foi um dos principais motivos para a divisão e o enfraquecimento dos pequenos proprietários[272], tornando as terras insuficientes para manterem uma família. Por exemplo, em Bergantino no ano de 1883, quase um quinto dos jovens que se casaram imigraram para Franca nos anos seguintes.

---

[271] Com exceção para o ano de 1876, de que não há registros disponíveis para consulta.
[272] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 33.

As primeiras famílias que saíram da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo com destino à Franca tinham, em média, 4,8 pessoas. Esses imigrantes saíram das comunas devastadas pelas enchentes dos rios Ágide e Pó, que agravaram a crise instalada nas províncias de Pádua, Rovigo e Verona, onde se instaurou um período de más colheitas, proliferação de doenças, destruição de residências e carestia alimentar.

Quadro 12 – Famílias contratadas pelo Coronel José Garcia Duarte, em 10 de junho de 1887

Chefe	Idade	Tamanho da família	Vapor	Origem
ALBERTI, Elia	38	2	Europa	Bergantino, RO
BERTOCCO, Antonio	37	4	Napoli	-
BETTINI, Angelo	45	8	Napoli	-
CASAROTTI, Antonio	29	5	Napoli	Castelnovo Bariano, RO
CASAROTTI, Federico	26	2	Napoli	Giacciano con Baruchella, RO
CUGOLA, Giuseppe	30	4	Europa	Bergantino, RO
DAVI, Alessandro	34	6	Europa	Castelnovo Bariano, RO
FURINI, Francesco	44	5	Italie	Bergantino, RO
GALVANI, Clemente	41	5	Napoli	Castelnovo Bariano, RO
GALVANI, Luigi	45	5	Napoli	Castelnovo Bariano, RO
LUGAREZZI, Giuseppe	46	6	Europa	Bergantino, RO
MALASPINA, Ferdinando	38	5	Europa	Bergantino, RO
MEDEA, Domenico	44	8	Europa	Boara Pisani, PA
MORETTI, Giovanni	50	3	Napoli	Ceneselli, RO
OLTRAMARI, Francesco	39	7	Europa	Bergantino, RO
PANZANI, Sante	36	5	Europa	Bergantino, RO
PIANTAVIGNA, Antonio	56	3	Napoli	-
POLTRONIERI, Ferdinando	41	6	Napoli	Castelnovo Bariano, RO
SERRAVALLE, Amedeo	44	6	Napoli	Giacciano con Baruchella, RO
TELLINI, Agostino	30	2	Napoli	VE

Fonte: Dados extraídos do banco de dados *Italianos em Franca*.

Em 1887, as famílias vindas da região de Bergantino para Franca apresentavam características particulares. A idade média dos chefes era mais elevada, em 1887 os homens tinham 39,6 anos, enquanto os resultados para o período de 1885 a 1928 mostram chefes de família com 38,5 anos de idade. Essa diferença encontrada justifica-se pelo fato de alguns desses grupos familiares serem formados por pessoas mais velhas, com a presença de filhos casados. A vinda de pais e sogros elevava a idade média do grupo, que foi de 22,1 anos. Em relação as mulheres e aos filhos a idade média apurada foi de 34,7 e 8,2 anos, respectivamente.

Tabela 21 – Composição dos imigrantes contratados pelo Coronel Duarte, por idade e sexo, 1887

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
0 a 4 anos	10	20,4	12	25,0	22	22,7
5 a 9 anos	6	12,2	6	12,5	12	12,4
10 a 14 anos	7	14,3	4	8,3	11	11,3
15 a 19 anos	3	6,1	4	8,3	7	7,2
20 a 24 anos	0	0,0	1	2,1	1	1
25 a 29 anos	3	6,1	5	10,4	8	8,2
30 a 34 anos	3	6,1	2	4,2	5	5,2
35 a 39 anos	5	10,2	7	14,6	12	12,4
40 a 44 anos	6	12,2	4	8,3	10	10,3
45 a 49 anos	3	6,1	0	0,0	3	3,1
50 a 54 anos	1	2,0	1	2,1	2	2,1
55 a 59 anos	1	2,0	0	0,0	1	1
60 a 64 anos		0,0	0	0,0	0	0
65 a 69 anos	1	2,0	1	2,1	2	2,1
Mais de 70 anos		0,0	1	2,1	1	1
Total	**49**	**100,0**	**48**	**100,0**	**97**	**100**

Fonte: Registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1887.

De acordo com os registros de matrícula desse grupo pela Hospedaria dos Imigrantes, a composição por sexo era bastante homogênea, com 49 homens e 48 mulheres; a estrutura etária era marcada pela presença de crianças e poucos idosos, sendo mais da metade com menos de 20 anos de idade. Ou seja, havia uma quantidade significativa de pessoas passíveis de intervir no mercado matrimonial local em pouco tempo. Embora a idade média ao casar, verificada na *comuna* de Bergantino, de 1871 a 1891, fosse 27,9 e 23,9 anos para homens e mulheres, respectivamente, vale ressaltar que nesse grupo não havia nenhuma pessoa solteira com mais de 20 anos. Em Franca, os nubentes nascidos nessa *comuna* casaram-se ainda mais jovens, os homens com 24 e as mulheres com 21,1 anos de idade. Historicamente, a imigração elevava a idade de acesso ao casamento dos jovens emigrantes, contudo, nesse caso, com uma grande presença de crianças no grupo, a ausência do serviço militar reduziu a idade média dos nubentes que deixaram a Itália. Além disso, a facilidade em encontrar conterrâneos nas colônias da fazenda permitia que o casamento acontecesse ainda mais cedo, para atender aos interesses do grupo em reunir novas capacidades de trabalho[273].

Com a atração de mão de obra imigrante pelo Coronel José Garcia Duarte, essa presença italiana começa a ser observada nos livros de registros vitais de Franca. A partir de junho de 1887, as fazendas do Barão foram palco de dezenas de nascimentos, uniões matrimoniais e mortes de italianos. Em 29 de agosto daquele ano, dois meses após a chegada no Brasil, o garoto

[273] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Sposàrsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcilidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. *In*: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Edições Est, 1996, p. 274.

Costantino, de 13 anos, filho de Amedeo Seravalle, faleceu em uma das fazendas do Coronel, vitimado por uma queda de cavalo. Em 25 de outubro de 1888, faleceu na fazenda Miraflor o colono Ermínio Panzani, casado há quatro anos na *comuna* de Bergantino. Ele era irmão de Sante Panzani, contratado pelo mesmo proprietário em junho do ano anterior. Ambos passaram pela Hospedaria dos Imigrantes com suas famílias na mesma data, mas Ermínio permaneceu na capital do estado por um tempo antes de seguir o caminho do irmão. Dois meses depois de ficar viúva, sua esposa, Maria Rosa Zagatti, casaria com o viúvo Bellino Gavioli, cuja mulher, Santa Castardelli, também faleceu na mesma fazenda.

Conforme vimos, um novo mercado matrimonial começa a existir. Durante toda a década de 1880 apenas quatorze casamentos envolveram noivos de origem italiana. Contudo, na década seguinte, os imigrantes passam a ser sujeitos recorrentes nas atividades da paróquia e esse número salta para cento e quarenta uniões, um aumento de 900%. Se até o sexto ano da década de 1880 nenhum italiano subiu ao altar em Franca, nos últimos anos da década foram realizadas cinco uniões entre pessoas envolvidas com os contratos de trabalho firmados com o Coronel José Garcia Duarte em junho de 1887. Apenas Palma Oltramari pertencia àquela primeira leva de imigrantes contratados, mas as outras quatro eram parentes daqueles pioneiros, que chegaram meses depois, possivelmente influenciadas pelas notícias enviadas pelos familiares já estabelecidos. A jovem Celleste Tellini era irmã de Agostino Tellini, o único imigrante proveniente da província de Verona naquela primeira leva. Seguramente, ele teria influenciado a emigração dos pais e irmãos, que passaram pela Hospedaria de Imigrantes menos de um ano depois com destino à Franca.

O fluxo de informações teve início com as primeiras levas de imigrantes e aumentava o leque de possibilidades para os que tencionavam deixar à Itália. Por exemplo, Doralice e Luigia Michelazzi – sobrinhas de Luigi Lugaresi, um dos primeiros contratados pelo Coronel – chegaram ao Brasil no ano de 1888 e casaram-se em Franca cinco meses após terem passado pela Hospedaria de Imigrantes. As irmãs imigraram acompanhadas pela mãe e um irmão, visto que o pai, Gabriele Michelazzi, havia seguido para a América do Norte.

As estratégias migratórias escolhidas por algumas dessas famílias foram marcadas pela transferência em etapas, pois são inúmeros os casos observados de parentes se dirigindo à Franca em diferentes momentos. Ainda no ano de 1887, além dos 97 italianos agenciados para as fazendas do futuro Barão da Franca, outras 41 pessoas passaram pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo com destino ao município.

A ideia de rede naquele momento mostra como as experiências daqueles indivíduos está vinculada as relações interpessoais nas duas pontas do processo imigratório. Os contatos pretéritos serviam de base para a formação de novas relações nas terras de destino, além de garantir vantagens e uma maior adaptação ao novo ambiente. As redes não eram constituídas apenas por vínculos estabelecidos antes da imigração na sociedade receptora, mas também durante a própria imigração. Desde a partida no vapor vão se formando redes, porque os indivíduos se reconhecem na mesma condição e buscam se organizar no momento do assentamento nas terras de acolhida[274].

Entre os primeiros grupos de italianos que partiram da província de Rovigo para se estabelecer nas terras do futuro Barão de Franca pode se observar a presença de três famílias de irmãos que imigraram juntas: os Casarotti, os Galvani e os Panzani. A primeira família estava dividida em dois núcleos familiares, o primeiro composto pelo chefe Antônio Casarotti, sua mulher, dois filhos e sua mãe idosa; e o segundo formado pelo irmão recém-casado Federico Casarotti e a esposa. Por sua vez, os Galvani contabilizavam juntos dez pessoas, divididas entre a família dos irmãos Clemente e Luigi Galvani, suas respectivas esposas e três filhos cada um.

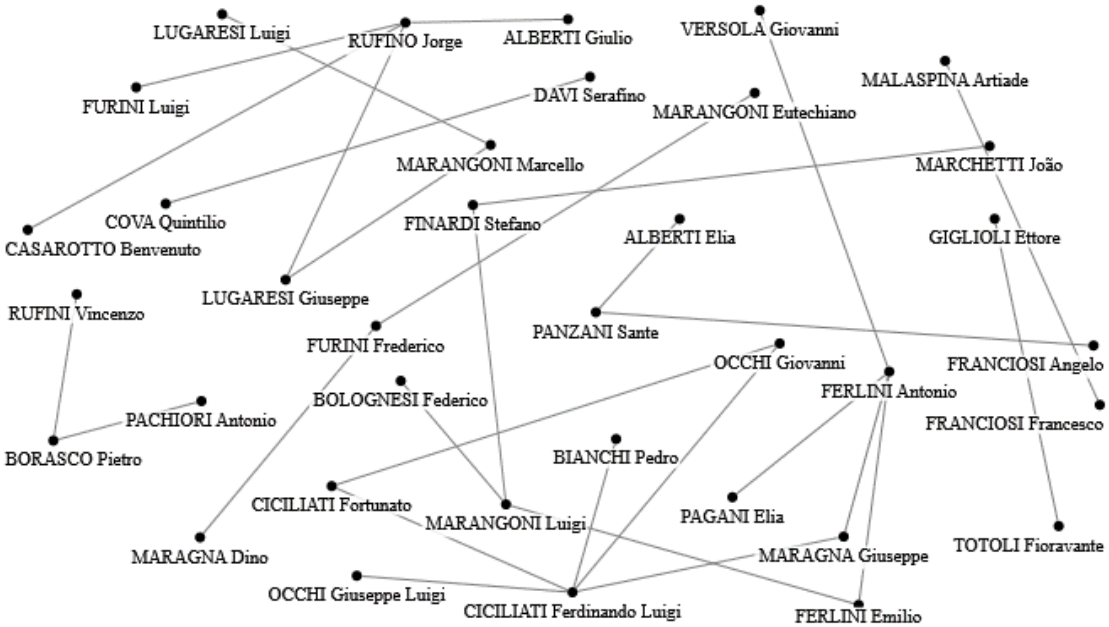
Já o caso dos Panzani revela uma separação momentânea da família. Segundo os registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, enquanto Sante Panzani, sua esposa e seus três filhos pequenos, dirigiram-se para a fazenda do Coronel José Garcia Duarte, seu irmão Ermínio com a esposa, um filho e a sogra, estiveram por um tempo na capital do estado. Entretanto, no ano seguinte Ermínio Panzani era colono na mesma fazenda que o irmão quando faleceu.

A preservação e o reforço de uma malha de relações anteriores à emigração vão além dos vínculos de parentesco. A análise dos registros de batismo mostrou que dos 31 casais italianos que contraíram matrimônio em Bergantino e imigraram para Franca, 22 (70,9%) tiveram filhos nessa localidade. Destes, 15 (68,1%) casais sublinharam seus vínculos de amizade com conterrâneos através do compadrio batismal, e outros quatro (18,1%) reforçaram laços de parentesco. Apenas três (13,6%) casais não mantiveram relações de compadrio com pessoas oriundas da terra natal.

---

[274] TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, v. 20, n. 1, 2008.

Imagem 30 – Vínculos de compadrio batismal dos casais de Bergantino em Franca



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

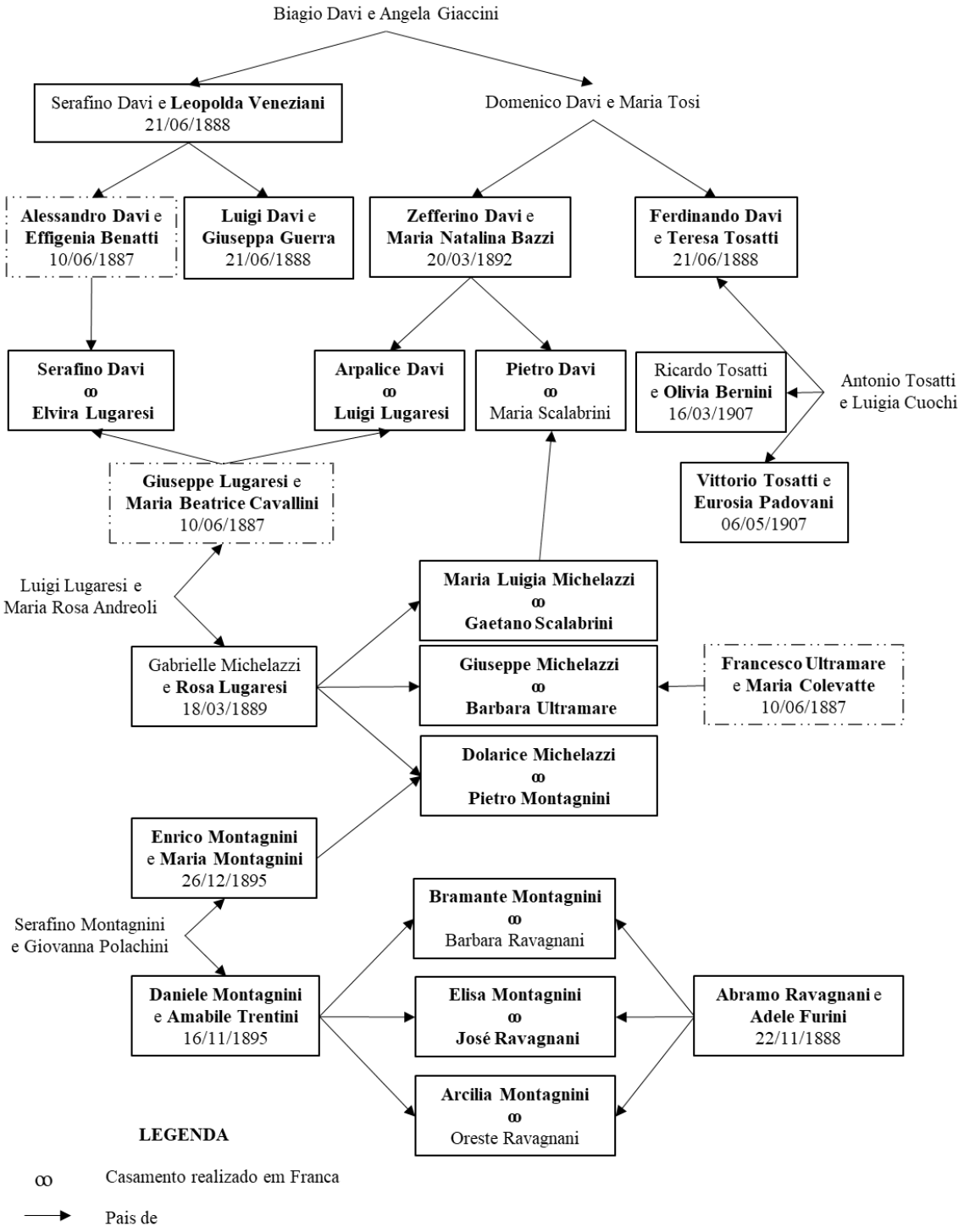
No caso dos registros de batismos, o grafo acima apresenta as relações de compadrio entre o pai e o padrinho, revelando e destacando os contatos através das linhas e dos pares de vértices. Por meio de *softwares*[275] de análise de redes sociais vislumbram-se as interações humanas e os laços criados e mantidos que podem interferir nas escolhas desses indivíduos. Nesse sentido, ressalta-se comportamentos das famílias e do grupo, bem como seu espaço de relações sociais, procurando entender o modo como se articulavam do outro lado do Atlântico.

Os casos particulares mostram que as redes desempenhavam uma função importante para a integração do grupo, a preservação de sua identidade coletiva e adaptação à sociedade receptora[276]. Na Imagem 31, a seguir, pode-se observar as ligações entre imigrantes nas duas pontas do percurso imigratório. Os nomes em destaque referem-se aos italianos provenientes de Rovigo que se estabeleceram em Franca, os nomes sem destaque referem-se aos não-emigrantes ou filhos de imigrantes nascidos no Brasil, como o caso de Maria Scalabrini e dos irmãos Barbara e Oreste Ravagnani. O sinal gráfico de aliança simboliza as uniões realizadas na sociedade de destino, diferenciando dos casais imigrantes, cuja data de entrada na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo aparece abaixo.

---

[275] Alguns grafos foram elaborados com o auxílio do *software NodeXL*, que permite a análise e visualização de rede para *Microsoft Excel*.
[276] Ver: VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

Imagem 31 – Rede formada por imigrantes provenientes de Bergantino e Castelnovo Bariano, província de Rovigo, com data de desembarque no Brasil



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Os primeiros colonos italianos que chegaram à Franca, a exemplo das famílias de Alessandro Davi, Francesco Oltramari e Giuseppe Lugaresi, encontraram oportunidades de articulação e transferência de familiares e conhecidos através de suas redes de auxílio e dos mecanismos de chamada institucionalizados. Os vínculos de parentesco, firmados na pátria de

origem, eram recursos que garantiam vantagens e uma maior adaptação nas sociedades de destino. Em junho de 1887, o italiano Alessandro Davi chegou à Franca com a mulher e quatro filhos pequenos. Um ano depois, sua mãe, Leopolda Veneziani; seu irmão, Luigi Davi; e um primo, Ferdinando Davi, também tomam o mesmo destino acompanhado de outros familiares. Em 1892, é a vez da família de Zefferino Davi, seu primo e irmão de Ferdinando. Esse modelo de assistência nas terras de destino é um recurso que perdura por longos anos, uma vez que familiares de Teresa Tosatti, esposa de Ferdinando Davi, chegaram ao município depois de dezoito anos, em 6 de maio de 1907.

Muitas vezes, percebe-se o fortalecimento dessas redes através do casamento. Provavelmente, foi a amizade existente entre as famílias Davi e Lugaresi desde à Itália que propiciou a união entre os filhos de Giuseppe Lugaresi e os filhos dos primos Alessandro e Zefferino Davi. Este último, também uniu um de seus filhos com uma neta de Rosa Lugaresi. Essas uniões fortaleciam a integração do grupo e a preservação da identidade coletiva, tanto é que um desses casais, Luigi Lugaresi e Arpalice Davi, retornam à *comuna* de Bergantino antes do final do século.

Imagem 32 - Doralice Michelazzi e Pietro Montagnini

Fonte: Acervo de Pedro Raddi.

Observamos também que os outros filhos de Rosa Lugaresi se casaram com pessoas nascidas na mesma *comuna*, interligando relações com outras famílias de conterrâneos. Seu filho, Giuseppe Michelazzi, uniu-se em matrimônio com Barbara Oltramari, filha de Francesco Oltramari, um dos primeiros contratados pelo futuro Barão de Franca junto com a família do seu tio Giuseppe Lugaresi. Por sua vez, Dolarice Michelazzi, casou-se com o jovem Pietro

Montagnini, que havia imigrado sozinho pouco tempo antes. A família de Pietro só chegaria ao Brasil seis anos depois, em dezembro de 1895. Provavelmente, foi a experiência de Pietro Montagnini que propiciou a transferência da família de seus pais, de seus dois irmãos, de um casal de tios e cinco primos. A trajetória dessa última família confirma também a existência de uma rede de informações entre essa parentela solidária no território brasileiro, visto que a família de seu tio, Daniele Montagnini, viveu alguns anos em Poços de Caldas, antes de se unirem aos parentes em Franca.

Os vínculos e contatos pretéritos serviam de base para a formação de novas relações nas terras de destino. A capacidade de reconstituir essas redes depende do corpus documental disponível nas sociedades de partida e chegada. Na falta de cartas enviadas pelos imigrantes, os processos de casamento realizados na Itália também propiciam confirmar a existência de interação entre emigrantes, emigrantes anteriores e não-emigrantes.

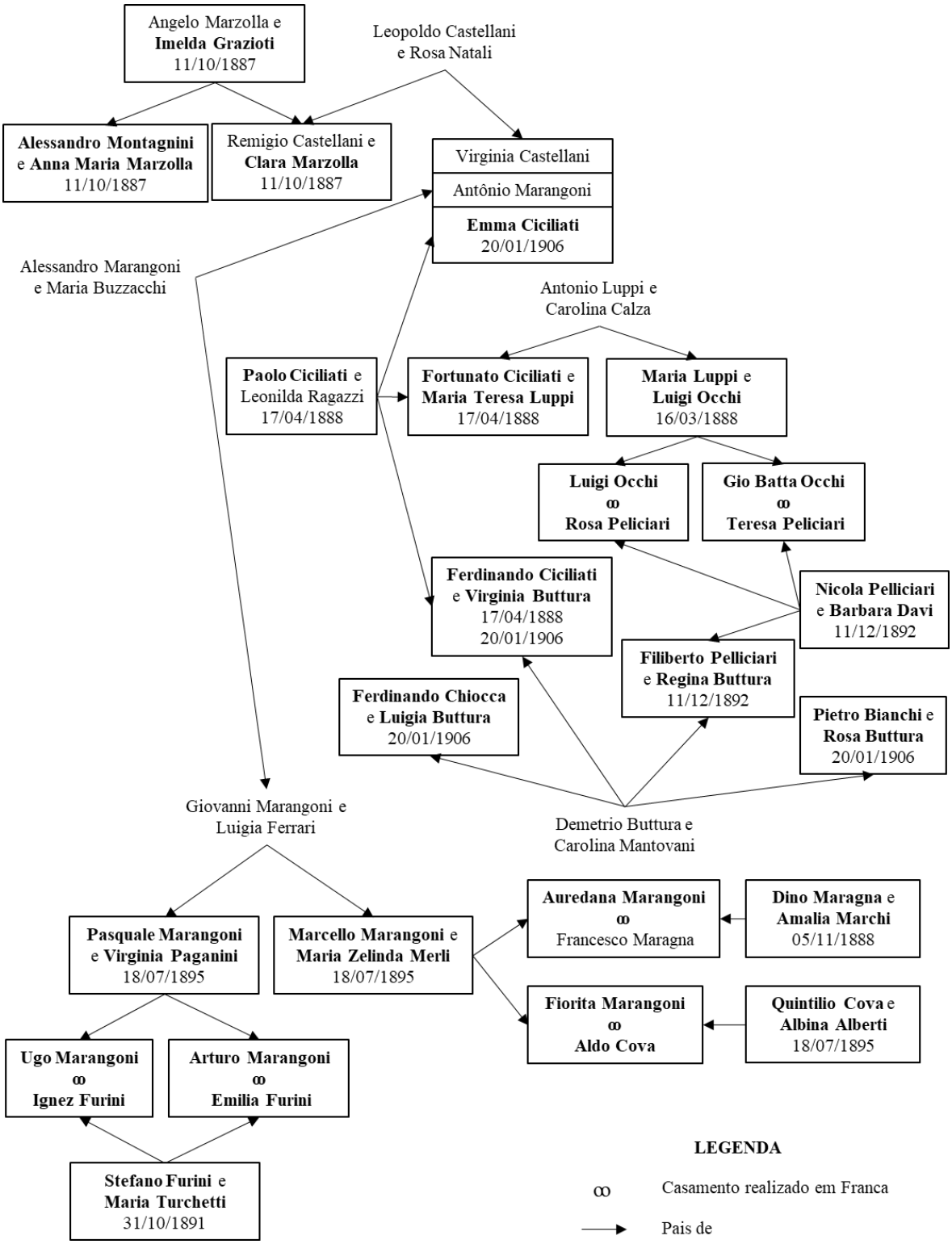
A rede reconstituída na Imagem 33, a seguir, nos permite afirmar a existência de uma cadeia migratória em Bergantino com direção à Franca que envolveu as famílias Buttura, Castellani, Ciciliati, Cova, Furini, Luppi, Maragna, Marangoni, Marzolla, Occhi e Pelliciari. A primeira pista sobre a existência dessa rede foi encontrada em um processo de casamento civil realizado em Bergantino, no ano de 1892. Nesse documento, Antônio Marangoni e Emma Ciciliati, ambos viúvos, apresentam documentos comprobatórios sobre estado civil e filiação para poderem se casar e a nubente declara que seu pai, Paolo Ciciliati, residia em “Franca, San Paolo, Brasile”. A existência desse dado no documento indica um trânsito de informações que ao longo do tempo poderia fomentar a formação de cadeias migratórias.

A partir dessa informação pudemos constatar outros nomes envolvidos com essa família nos dois lados do Atlântico. A nubente, Emma Ciciliati, imigraria com destino à Franca em janeiro de 1906, na companhia dos três filhos nascidos do casamento com Antônio Marangoni, que havia falecido em Bergantino quatro anos antes. Emma seguiu os passos do irmão Ferdinando Ciciliati que havia retornado à Itália após a morte do pai. Depois de duas décadas no Brasil, Ferdinando teria voltado à terra natal com sua esposa e seis filhos nascidos aqui. Na Itália, nasceria o último filho do casal um ano antes da reemigração.

Na mesma ocasião, as famílias de duas irmãs de Virginia Buttura, esposa de Ferdinando Ciciliati, também chegam à Franca para unirem-se a outra irmã, Regina Buttura, que estava em Franca desde 1892. Esta última, inclusive, tinha dois cunhados casados com sobrinhas da esposa de Fortunato Ciciliati, irmão de seu cunhado Ferdinando. Esses casamentos foram realizados

na região de Franca, na igreja de Patrocínio do Sapucaí, nos anos de 1893 e 1895, e reafirmaram laços já estabelecidos no país de origem entre as famílias Luppi, Occhi e Pelliciari, que envolviam tangencialmente os Ciciliati e Buttura.

Imagem 33 – Rede formada por imigrantes provenientes de Bergantino, província de Rovigo, com data de desembarque no Brasil



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

A análise desse caso revelou ainda a existência de outros grupos imigrantes que estavam ligados à família do marido de Emma Ciciliati, Antônio Marangoni e de sua primeira esposa. Em 1895, chegaram à Franca as famílias de dois irmãos, sobrinhos de Antônio, Pasquale e Marcello Marangoni, cujos filhos iriam unir-se em matrimônio com pessoas das famílias conterrâneas Cova, Furini e Maragna. No caso dos Cova, a experiência migratória por si só foi capaz de configurar essa rede, pois essas famílias saíram da *comuna* de Bergantino e realizaram juntas a travessia do Atlântico a bordo do Vapor Rio Grande. As redes não eram constituídas apenas por vínculos estabelecidos antes da imigração na sociedade receptora, mas também durante o próprio percurso, quando os indivíduos na mesma condição buscavam se organizar para reconhecer melhores oportunidades nas terras de acolhida.

Em outros casos, a imigração familiar era marcada pela fuga de situações pretéritas. Por exemplo, em outubro de 1887, havia chegado ao Brasil o grupo familiar de Chiara Marzola, concunhada de Antônio Marangoni. Conforme a consulta nos documentos civis de Bergantino, o esposo de Chiara, Remigio Castellani, era irmão da primeira esposa de Marangoni, e havia falecido há quatro anos no *Bagno Penale di Ancona*¸ na região central da Itália. O moleiro de trinta e dois anos havia sido acometido por uma meningite um ano após ter sido condenado há dez anos de prisão pelo Tribunal de Rovigo, acusado pelo crime de extorsão. Os casos de prejuízos morais e materiais, assim como os conflitos com a justiça, também motivavam os deslocamentos para a América.

Para Chiara Marzola, viúva e com quatro filhos, cruzar o Atlântico foi uma forma de iniciar uma nova vida longe das circunstâncias que se encontrava após a prisão e morte do esposo. Com eles, também imigraram sua mãe sexagenária, Imelda Grazioti, uma irmã e um cunhado; e passados alguns anos, membros do grupo se deslocariam da região de Campinas para Franca, onde possuíam parentes instalados desde a imigração. É interessante notar que as famílias eram bem grandes e o número de pessoas que deveriam dividir os alimentos aumentava ainda mais as condições miseráveis em que viviam, por isso os imigrantes que vieram para o Brasil nessas condições estavam dispostos a serem explorados em troca de sua mera sobrevivência. Outra característica importante a ser observada é a composição diversa desses grupos, com a presença de pais, filhos, netos, noras, genros, sogros, cunhados e sobrinhos. No entanto, os estudos que se debruçaram sobre as listas de navios e matrícula de imigrantes mostram um perfil das famílias vindas da Europa bastante reduzido, composto por pessoas relativamente jovens, formadas só pelo casal ou pelo casal com filhos solteiros e pequenos. Não se deve negar que a massa de imigrantes que chegaram ao estado de São Paulo estava em pleno

processo reprodutivo, com possibilidade de crescer na terra de destino, mas havia ainda famílias completas que seguiram o mesmo trajeto e foram registradas em condições diferentes.

Além do exemplo da viúva Chiara Marzola, que estava acompanhada da mãe, filhos pequenos, da irmã e do cunhado, podemos observar que, na primeira leva de italianos contratados pelo Coronel José Garcia Duarte para trabalhar em suas lavouras francanas, havia irmãos que traziam mulheres e filhos. Conforme o costume nas áreas rurais italianas, a estrutura familiar era composta por três ou mais gerações vivendo no mesmo domicílio. Geralmente, dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos viviam do mesmo núcleo de terra e estavam dispostos a manter esse padrão na sociedade de destino.

Como se pode observar, a principal intenção dos imigrantes era amealhar pecúlio para se tornarem proprietários ou retornar ao país de origem. Alguns indivíduos ou famílias regressaram à Itália por um período determinado, para incentivar a imigração de outros conterrâneos, a fim de constituir redes que agregavam pessoas, costumes e valores na sociedade de destino. Esse tipo de rede potencialmente influenciava o deslocamento desses grupos para o além-mar, pois a existência de parentes e empregos, emocional e materialmente, parecia diminuir a distância com a origem[277].

Segundo Charles Tilly, "não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede"[278] que enfrenta os desafios na terra de destino. A perspectiva de rede entende os fenômenos imigratórios sob critérios de origem e tipo de imigrantes, em outras palavras, como resultado das relações familiares e dos destinos tomados em comum. Além disso, era por meio das redes que se veiculavam informações e o emigrante passou a ser visto como um agente racional, mobilizando recursos e perseguindo objetivos do grupo.

Os vínculos no exterior reduziam os custos com as emigrações para conjuntos de parentes e amigos, de modo a induzir a formação de fluxos migratórios. Na sociedade de destino, a trama de relações direcionava as ofertas de trabalho disponíveis. Entre os grupos que vieram para Franca (vênetos, abruzenses e molisanos, emiliano-romanholos, marquesãos e

---

[277] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 207.
[278] TILLY, Charles. Transplanted networks. *In*: MCLAUGHLIN, Virginia (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Osford: University, Oxford, 1990, p. 84.

toscanos), é provável que esse conjunto de imigrantes operaram suas redes de modo a recriar no além-mar alguns modelos e costumes familiares colocados em risco pela emigração.

Um ponto privilegiado na reconstituição de redes é identificar as relações entre os indivíduos, de modo a desenhar sua rede de relacionamentos. Assim, o conceito de redes entende os imigrantes através de seu conjunto de relações em uma dimensão de estrutura social, adotando sempre uma análise dos fenômenos que influenciaram os fluxos migratórios entre as regiões de origem e destino. Por isso, o emprego das fontes nominais nos estudos de imigração é tão caro por permitir reconstituir a dinâmica do tecido das relações interpessoais. O aprofundamento dessas análises, ainda que de modo micro histórico, oferece explicações bastante satisfatórias sobre o fenômeno imigratório e a organização desses grupos e as ações familiares e individuais no ambiente de acolhida.

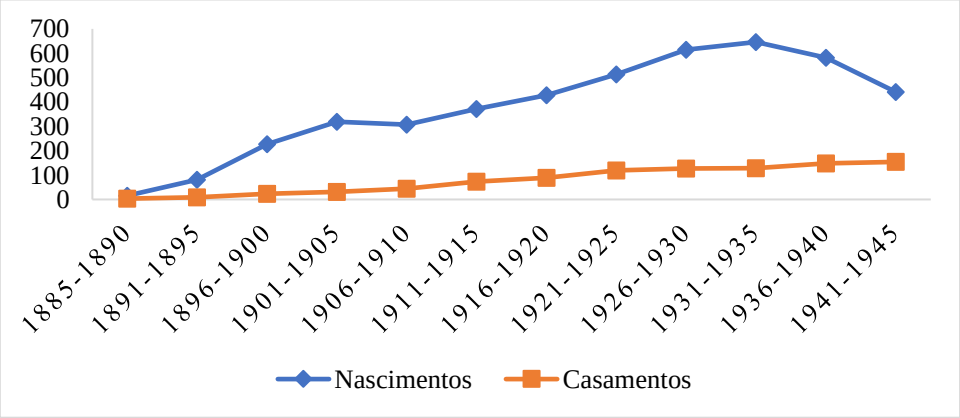
Capítulo 6 – Dinâmica da população: casar, ter filhos e morrer do outro lado do Atlântico

Toda "operação historiográfica" começa com o "gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos conforme os objetivos da pesquisa", feito isso, as análises microanalíticas de variadas fontes proporcionaram explorar a população identificada individualmente pelo nome em várias direções, para reconstituir a sua história no tempo e no espaço. Buscando entender mais profundamente como, quando e com que intensidade as pessoas emigravam da Itália para a região de Franca, é válido também identificar as formas de reprodução social nessa comunidade, ou seja, debruçando-se sobre as ocorrências que no decorrer da vida de cada indivíduo interferiam na sobrevivência do grupo familiar.

Algumas situações que marcavam a vida poderiam ser mais ou menos controláveis por cada indivíduo. O nascimento e a morte são fatos praticamente incontroláveis, por outro lado, a decisão de casar ou não casar, ou ainda de permanecer toda a vida no lugar que nasceu ou emigrar, são situações que tinham a decisiva intervenção individual ou do grupo, no caso italiano, também da família. Tendo como objetivo central o estudo da família imigrante, importa-nos, nesse capítulo, conhecer como se sucediam essas ocorrências na comunidade em foco.

Nas curvas anuais de nascimentos e casamentos, encontramos linhas de tendência cujas flutuações são crescentes e constantes. Substituímos as séries anuais por cortes de cada ordem de eventos, por períodos de cinco anos civis, conforme os resultados apresentados na Tabela 22 e ilustrados pelo Gráfico 15.

Gráfico 15 – Média anual de Nascimentos e Casamentos, por período de 5 anos, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos e Casamentos, 1885-1945.

Tabela 22 - Média anual de Nascimentos e Casamentos, por período de 5 anos, 1885-1945

Anos	Nascimentos	Casamentos
1886-1890	15,5	3,5
1891-1895	81,6	8,8
1896-1900	227,4	22,8
1901-1905	318,6	30,8
1906-1910	307,6	43,8
1911-1915	372,0	73,8
1916-1920	428,4	88,8
1921-1925	513,6	118,6
1926-1930	614,6	126,6
1931-1935	646,2	128,8
1936-1940	582,0	148,2
1941-1945	440,8	154,2

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos e Casamentos, 1885-1945.

A reconstituição das famílias ítalo-brasileiras em Franca, baseada na metodologia desenvolvida no Capítulo 1, forneceu os elementos para entender os comportamentos e calcular os dados que abastecem o substrato quantitativo para nossa análise. Contudo, pretendemos ir além da demografia familiar, visando conhecer o contexto em que as trajetórias de vidas daquele universo se desenrolavam.

Sposàrsi a Franca: tendências da nupcialidade

Os modos de organização das famílias, quer sejam imigrantes ou não, variam de acordo com as diferentes estratégias de adaptação aos modelos de desenvolvimento e organização econômica, jurídica, social e cultural, tais como os padrões religiosos, as práticas educativas e os costumes. Esses múltiplos fatores tendem a interagir com a dinâmica familiar e interferir na estrutura e nos comportamentos demográficos. Cada vez mais é preciso avançar das análises demográficas, conforme fez a metodologia clássica francesa nas décadas de sessenta e setenta, visando abordar todo o universo em que os indivíduos estão envolvidos. É nesta perspectiva que tentamos enquadrar a demografia familiar nos estudos sobre as redes migratórias nos dois lados do Atlântico, reconhecendo o mercado matrimonial, o contexto familiar e o plano quotidiano vivenciado pelas personagens desse universo.

O comportamento demográfico relativo ao casamento era submetido a diversos constrangimentos, do ponto de vista da normalização, mas também referentes ao estoque de possibilidades, aos interesses econômicos e sociais familiares, aos costumes e tradições da comunidade inserida.

O jogo da nupcialidade[279] dependia das famílias e dos indivíduos perante as estratégias e as opções possíveis. O casamento exerceu um papel fundamental na sociedade imigrante, como bem apontaram Levy e Scarano, ao analisar as condições do mercado matrimonial e a formação das famílias de italianos e portugueses no mundo da cafeicultura paulista[280]. Os cientistas sociais veem o processo de escolha do cônjuge como um sistema de mercado, pois em toda a sociedade humana há regras, seja na seleção do cônjuge, na negociação entre famílias, ou na reprodução do grupo. No caso de imigrantes, envolve também a identificação étnica e a disposição em permanecer na terra adotiva[281].

No passado, o discurso eclesiástico e político considerava que o casamento era regido pela natureza, pelo Estado e pela Igreja. Partindo da ideia de que pela lei da natureza o casamento dependia apenas da vontade individual pelo instinto de propagação da espécie, as leis civis e religiosas passaram a controlar os sujeitos, a fim de evitar os problemas que algumas uniões poderiam acarretar. À irracionalidade do instinto deveria se contrapor a racionalidade da norma, por isso a preocupação em ditar regras e prescrever um sistema adequado. Nas palavras do religioso D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho,

> o matrimônio é um contrato estabelecido: 1º pela lei da natureza, dependente só da vontade dos contraentes; 2º pelas leis de cada uma das grandes sociedades, ou nações debaixo de certas regras, e solenidades para o bem não só particular dos mesmos contraentes, mas também do público, e geral das mesmas sociedades, ou Estados; 3º foi elevado a sacramento por Nosso Senhor Jesus Cristo fundador da nossa santa religião, para maior bem da salvação dos homens.[282]

No universo imigrante da economia cafeeira, com forte influência da religião católica, havia a pressão dos familiares para que os casais formalizassem suas uniões de modo a não contrariar a religião, a moral e os bons costumes, por isso as uniões eram formalizadas "perante os homens", "de papel passado" no cartório de registro civil e "perante Deus", na presença do padre nas igrejas.

---

[279] Em *Sposàrsi a Franca: tendências da nupcialidade entre imigrantes italianos no interior paulista, 1885-1930*, publicado na Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP, apresentei os resultados parciais da pesquisa sobre o mercado matrimonial em Franca. Ver: GONÇALVES, José Victor Maritan. Sposàrsi a Franca: tendências da nupcialidade entre imigrantes italianos no interior paulista, 1885-1930. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-23, 2021.

[280] LEVY, Maria Stella Ferreira; SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. *In:* **População e Família**, v. 1, n. 1, p. 61–74, 1999.

[281] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 1, p. 169–189, 2012, p. 171.

[282] DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 29.

A tradição e os costumes exerciam forte interferência sobre o casamento e a nupcialidade, ainda que a imigração proporcionasse uma fuga às antigas tradições, devido aos novos costumes a que se acham expostos os indivíduos que abandonavam sua terra natal. As tradições e a realidade dos locais de destino modificavam hábitos anteriores, por exemplo, a falta de mulheres casadouras de mesma nacionalidade refletiu na tendência de crescimento das uniões exogâmicas pelos primeiros grupos de homens imigrantes.

As famílias imigrantes italianas tinham razões para impor aos filhos uma endogamia como projeto coletivo e inibir os casamentos interétnicos[283], ancoradas principalmente pela tradição agrária italiana e pela questão da permanência no país. No mundo rural, importava aos jovens escolher seus cônjuges pela qualificação física a fim de obter um braço a mais para o trabalho[284] e, se possível, alguém de mesma origem como forma de facilitar um possível retorno à Itália[285].

Os estudos de Bassanezi na fazenda Santa Gertrudes, na região de Rio Claro, corroboram o argumento de que a origem geográfica influenciava o mercado matrimonial dos trabalhadores estrangeiros, principalmente italianos e espanhóis, que procuravam "pessoas provenientes do mesmo local na terra de origem, pessoas que haviam emigrado juntas ou que haviam seguido logo depois os passos de famílias que viajaram antes"[286], reforçando laços preexistentes de compadrio e amizade entre duas ou mais famílias. Segundo Truzzi, as próprias condições de vida no meio rural impunham uma sociabilidade restrita, muitas vezes confinada às famílias das colônias da própria fazenda ou da vizinhança. Combinada com a forte influência dos regionalismos entre italianos, essa situação acarretou padrões conjugais endogâmicos que foram além da nacionalidade, mas também em relação às regiões geográficas (Vêneto, Calábria, Campania, Lombardia, Abruzos).

Segundo Lévi-Strauss, o sistema de parentesco e as regras de casamento constituem um grupo coordenado com o objetivo de assegurar a permanência do grupo social por meio da

---

[283] A historiografia sobre a exogamia no interior paulista aponta que os casamentos fora do grupo nacional sofriam a oposição de muitas famílias de imigrantes italianos. Casos de inquéritos e processos criminais de defloramento evidenciam os casos extremos de jovens italianos que enfrentaram a resistência dos pais e da comunidade. Ver: MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; BOAS, Silvia Keller Villas. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. *In:* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004, p. 1-23.
[284] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 30.
[285] LEVY, Maria Stella Ferreira; SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. *In:* **População e Família**, v. 1, n. 1, 1999, p. 64.
[286] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 176.

costura dos laços consanguíneos e afins. Assim sendo, o mecanismo retira as mulheres de suas famílias consanguíneas para redistribuí-las nos grupos de afinidade, cujo resultado deve ser a criação de novos grupos para dar continuidade à vida em sociedade[287]. Para as famílias tradicionais, a escolha do cônjuge era fundada no parentesco e no território, privilegiando a grande rede familiar. Com o avanço da industrialização, da urbanização, da tecnologia e da comunicação, a dependência da estrutura familiar foi diminuindo ao passo que aumentou a influência das escolhas pessoais e afetivas.

O casamento era, na concepção da sociedade imigrante italiana, uma questão de unir forças em benefício da reprodução da família, e consequentemente do grupo. Devemos compreender, portanto, as opções daqueles indivíduos no universo reconstituído em relação ao momento de se casar e com quem, recorrendo aos dados que deram o substrato quantitativo ao nosso estudo. Primeiramente, observaremos quais eram as preferências dessa população, para posteriormente analisar a nupcialidade segundo os tempos de casar, as idades de acesso ao casamento e a duração dessas uniões.

Quem se casava com quem? A tendência por escolher os parceiros no ambiente em que frequentavam impunha aos imigrantes italianos um mercado matrimonial muito limitado, que resultou em uma alta frequência de uniões endogâmicas. Apesar de, historicamente, os primeiros imigrantes italianos nas cidades paulistas terem vislumbrado casamentos com famílias locais, nas fileiras dos cafezais os jovens imigrantes protagonizavam mais uniões entre seus compatriotas do que com os trabalhadores nacionais. Era no espaço das fazendas que majoritariamente os colonos escolhiam seus pares, muitas vezes no interior da própria colônia em que viviam. Para além do grupo étnico, nas localidades alcançadas pelas redes migratórias houve uma proclividade ainda maior para se realizar casamentos entre pessoas do mesmo local na terra de origem, jovens que teriam cruzado o Atlântico juntos ou que haviam seguido logo depois os passos de famílias que emigraram antes.

É necessário lembrar que esse comportamento da população em relação as escolhas matrimoniais sofreu alterações no decorrer do tempo. Muitos trabalhos levam em conta apenas os percentuais de endogamia e exogamia, sem considerar o fenômeno da endogamia oculta[288]. Por exemplo, Franco Cenni chegou a avaliações equivocadas por atribuir aos italianos uma

---

[287] LÉVI-STRAUSS, Claude. Social structure. *In*: **Anthropology today**. Chicago: University of Chicago, s.n., 1954, p. 546.
[288] A endogamia oculta caracteriza-se pelo computo da origem dos pais dos nubentes.

maior capacidade de fusão baseado na proporção de casamentos destes com brasileiras, pois deixou de considerar que boa parte dessas brasileiras eram filhas de italianos.

Por meio da reconstituição de famílias, procuramos investigar o fenômeno da endogamia oculta, aliado a análise das famílias constituídas nessa localidade no decorrer dos sessenta anos de levantamento, agrupados em coortes de casais. A história matrimonial desses grupos de homens e mulheres foram agrupadas pelos seguintes períodos: de 1885 a 1905, 1906 a 1925 e 1926 a 1945. Enquadrar indivíduos no conceito sociológico de geração é um exercício difícil, pois apesar desse recorte visar as possibilidades de utilização de uma amostra, qualquer demarcação geracional é uma abstração. Essa decisão metodológica foi tomada considerando dois aspectos fundamentais. O primeiro para se obter uma temporalidade arbitrada de geração por meio da divisão exata do período pesquisado de vinte em vinte anos. Em segundo lugar, porque esses recortes geracionais enquadram a entrada de filhos e netos dos primeiros casais imigrantes no mercado matrimonial.

A primeira geração seria constituída por jovens italianos nascidos nas décadas de 1860 a 1880, marcados pelos impactos da imigração e os traumas da chegada, que tinham como preocupação o estabelecimento, a adaptação e a sobrevivência. Voltavam-se aos seus semelhantes, assim como a geração de seus filhos que ainda estava fortemente marcada pelos laços constituídos por seus pais – herdeiros da experiência imigratória.

No universo pesquisado, foram realizados 4.743 casamentos, sendo 2.765 em Franca, e 1.978 nas paróquias vizinhas, conforme pode ser observado na Tabela 23. Do total de 9.486 cônjuges, apenas 5,4% (517) não tiveram suas nacionalidades identificadas. Os dados confirmam a manutenção de um elevado contingente da população pertencente à comunidade italiana durante todo o período.

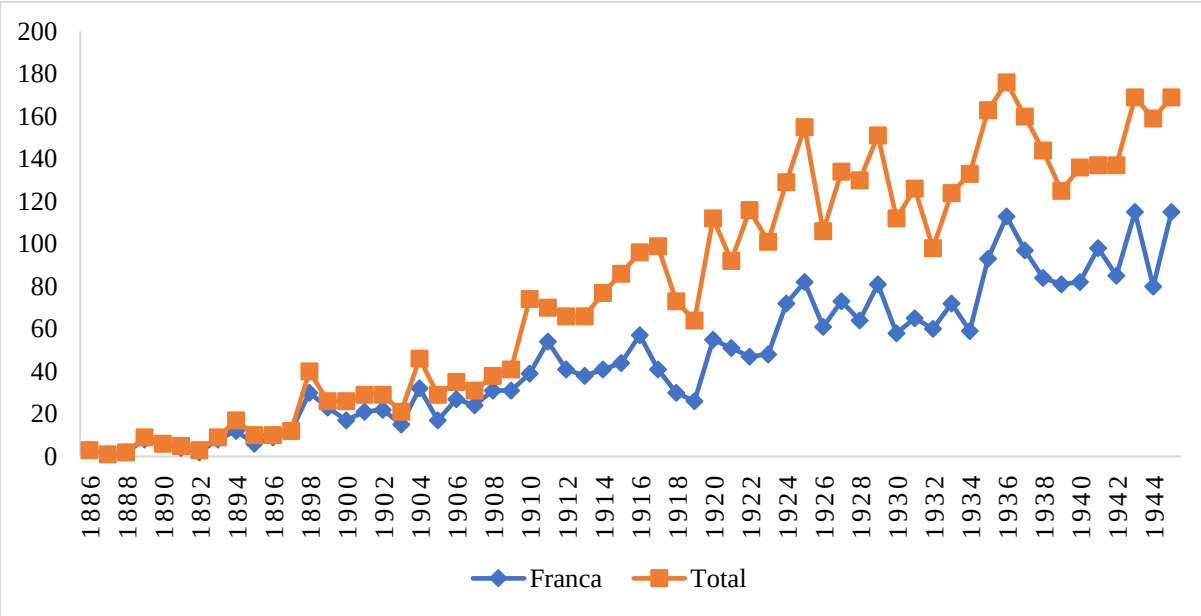
Tabela 23 - Casamentos da comunidade italiana, 1885-1945

Localidade	N. abs.
Franca	2.765
Pedregulho	644
São José da Bela Vista	524
Cristais Paulista	287
Patrocínio Paulista	158
Restinga	125
Rifaina	168
Ribeirão Corrente	36
Itirapuã	36
Total	4.743

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Um panorama da evolução do número de casamentos católicos da comunidade italiana está exposto no Gráfico 16, onde a linha superior apresenta a totalidade de casamentos e a outra, as uniões ocorridas apenas em Franca. Entre os aspectos mais significativos, pode-se notar claramente a crescente ocorrência de casamentos e o avanço da presença de famílias italianas nas localidades mais afastadas de Franca, após 1910, quando as duas linhas passam a se afastar gradualmente. Além disso, é perceptível a queda na quantidade de casamentos em três períodos: durante as duas grandes guerras mundiais e no ano de 1930, após a grande depressão.

Gráfico 16 - Comparativo entre os casamentos da comunidade italiana. Franca e localidades vizinhas, 1885-1945

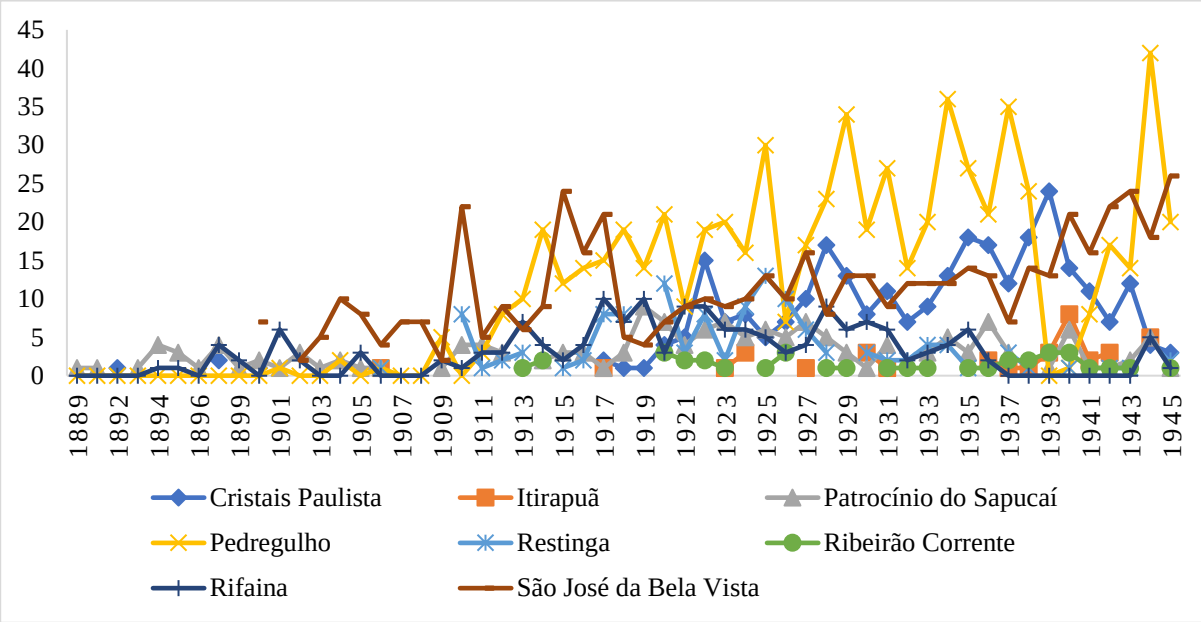


Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

No Gráfico 17, apresentamos a ocorrência dos casamentos da comunidade italiana nas localidades próximas a Franca: Pedregulho, São José da Bela Vista e Cristais Paulista atraíram

a maior parte dos nubentes. É importante lembrar que os registros de Pedregulho e Rifaina incluem os casamentos das vilas de Igaçaba e Alto da Serra, com presença significativa de ítalo-brasileiros. As igrejas de Pedregulho, São José da Bela Vista e Cristais Paulista apresentaram os maiores números de casamentos de ítalo-brasileiros.

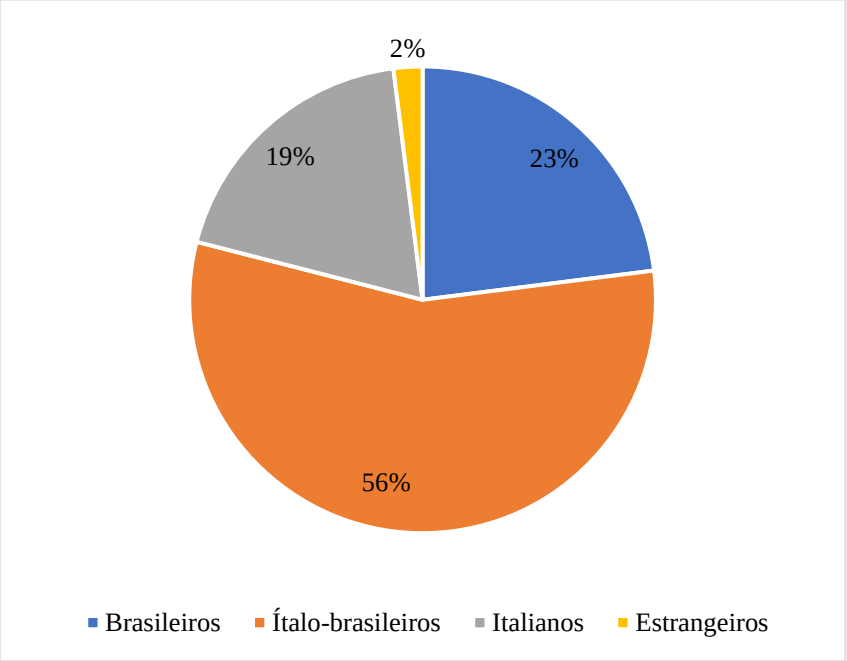
Gráfico 17 – Número de casamentos da comunidade italiana. Localidades vizinhas de Franca, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Como a nacionalidade dos pais dos nubentes não constava na fonte, foi necessário consultar todos os casos para inserir a variável ítalo-brasileiro à análise do mercado matrimonial. Apesar de no ano de 1889 um filho de italianos ter contraído núpcias com uma jovem de família francana, apenas em 1903 outro noivo descendente de italianos subiria ao altar na vila de São José da Bela Vista. Por outro lado, as jovens filhas de italianos entraram no mercado matrimonial mais rápido, contabilizando onze ocorrências de 1894 até o final do século. O primeiro casamento envolvendo dois jovens filhos de italianos nascidos no Brasil só aconteceu em 1908.

Gráfico 18 – Distribuição dos cônjuges, segundo nacionalidade, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

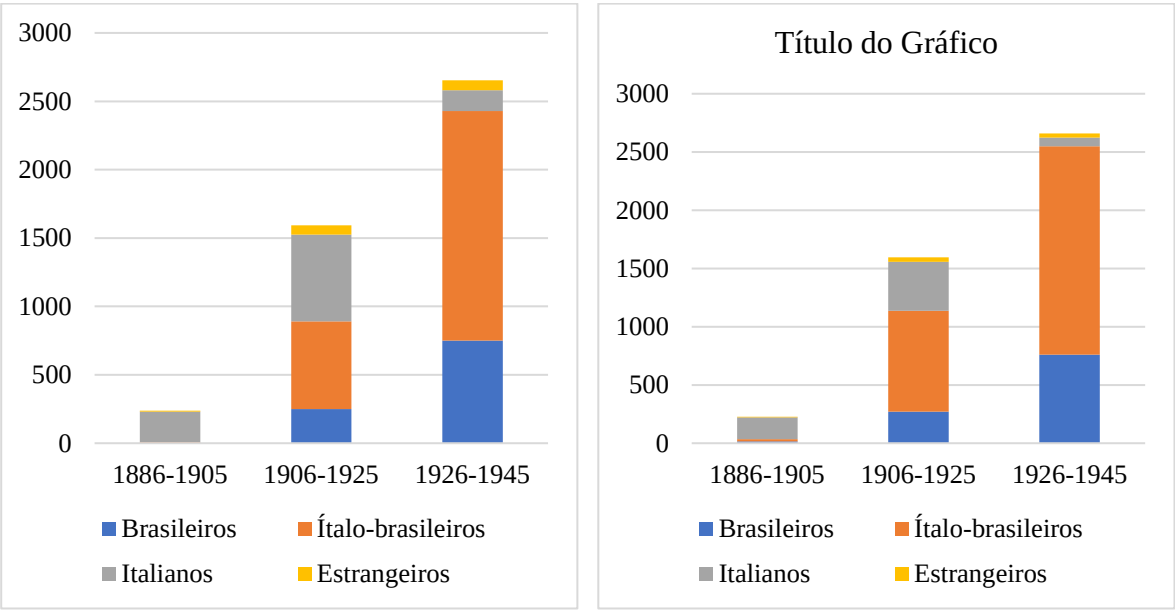
A maioria desses casamentos envolveu cônjuges filhos de italianos (56%), os italianos natos representavam 19%, enquanto os brasileiros (23%) e os estrangeiros de outras nacionalidades (2%) contabilizaram juntos um quarto das ocorrências. A não compilação dos filhos de italianos atribuiria aos italianos maior assimilação, elevando significativamente as taxas de exogamia dessa comunidade étnica.

Para analisar a evolução dos padrões de casamento é interessante atentar para os coortes geracionais. Ocorreram, entre 1886 e 1905, 334 casamentos envolvendo 668 cônjuges, dos quais 410 eram italianos e 23 eram filhos de italianos. Entre os anos de 1906 e 1925, foram realizados 1.621 casamentos, envolvendo 1.053 italianos e 1.509 descendentes de italianos. Por fim, no período de 1926 a 1945, das 2.789 uniões realizadas, 224 envolveram nubentes italianos e 3.468 descendentes.

Segundo esses três coortes, o número anual de casamentos, que era de 16,7, no primeiro momento, eleva-se rapidamente a 81, nas décadas seguintes, chegando a 139,4, entre 1926 e 1945. Para a paróquia de Franca, essas médias foram de 12,6, para 44, finalizando o período estudado em 76,1.

Gráfico 19 – Distribuição dos cônjuges, segundo nacionalidade, por coortes, 1886-1945

Homens **Mulheres**



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

O primeiro momento foi marcado pela presença praticamente maciça de italianos. A partir de 1906, é percebido o aumento no número de cônjuges brasileiros, ao passo que observamos uma tendência: havia mais homens italianos que mulheres nesse mercado matrimonial, apesar de haver mais noivas filhas de italianos. No último período, o número de italianos natos diminui, a quantidade de nubentes brasileiros de ambos os sexos se equiparou, embora ainda houvesse uma maior presença de noivas do que noivos filhos de italianos.

Naturalmente, a quantidade de cônjuges italianos seria impactada pela diminuição do fluxo imigratório. Entre os italianos imigrados com destino a Franca entre 1885 e 1901, 55,5% dos homens e 55,2% das mulheres eram crianças ou jovens com até 20 anos de idade[289]. A proporção de mulheres solteiras era de 1 para cada 1,18 homem. Assim sendo, 4,2% dos homens italianos com menos de 20 anos saídos da Hospedaria de Imigrantes. que passaram a residir em Franca, teriam de optar por se casar com uma noiva de outra nacionalidade.

Na Tabela 24, tratamos de dividir o número de imigrantes suscetíveis de entrar no mercado de casamentos local em dois períodos: antes e depois do Decreto Prinetti. Nota-se que, nos 16 anos antecedentes à promulgação do decreto que freou a emigração subvencionada, deslocaram-se 72,5% desses imigrantes. Apenas 27,4% chegariam nos 26 anos seguintes. O

[289] Os registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes nem sempre anotavam o estado civil dos imigrantes, por isso levamos em consideração o número de jovens com menos de 20 anos de idade.

peso desses grupos diminuiu a partir do momento em que o governo italiano, por intermédio do *Commissariato dell'Emigrazione*, passou a controlar a emissão de passaportes para viajantes que não pudessem custear a própria viagem ou que não fossem beneficiados pelos chamados de parentes no Brasil[290].

Tabela 24 - Imigrantes italianos com menos de 20 anos, por sexo, segundo período de chegada. Microrregião de Franca, 1886-1928

Período	Homens	Mulheres	Total
1885-1901	1.095	923	2.018
1902-1928	448	317	765
Total	**1.543**	**1.240**	**2.783**

Fonte: Registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1886-1928.

A escolha matrimonial sempre foi uma preocupação no interior das famílias e a desproporção na entrada de homens italianos nesse mercado refletiu seriamente nas opções tanto do universo masculino quanto do feminino. Historicamente, o deslocamento de homens italianos solteiros sem família para o trabalho nas lavouras cafeeiras paulistas deixou o mercado matrimonial em desequilíbrio[291]. Esse excedente de homens impossibilitou que todos encontrassem uma parceira nascida na Itália e proporcionou mais chances de escolherem mulheres fora do próprio grupo étnico. Em contrapartida, as mulheres, em menor número, tiveram menos oportunidades de se casarem com brasileiros ou homens de outras nacionalidades.

Após o Decreto Prinetti, o contingente feminino foi ainda menos expressivo. As mulheres solteiras correspondiam a 42,7% das italianas que se dirigiram para a região em foco, alterando a proporção de 1,18 para 1,4 homem para cada mulher. Esse acréscimo interferiu na intensidade com que se realizavam os casamentos exogâmicos entre os homens italianos, impossibilitados de encontrar uma parceira conjugal dentro do próprio grupo étnico.

Tabela 25 - Razões de sexo, italianos, 1885-1945

Período	Coeficiente de masculinidade
Coorte 1	116
Coorte 2	151
Coorte 3	212

Fonte: Registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1886-1928.

---

[290] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 59.

[291] Ver: BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Sposàrsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcilidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. *In*: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Edições Est, 1996, p. 267–280; MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; BOAS, Silvia Keller Villas. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. *In:* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004, p. 1-23.

Os efeitos do Decreto Prinetti não foram sentidos tão imediatamente no mercado matrimonial, porque a falta de jovens italianos recém-chegados ao país foi suprida pela entrada nesse mercado daqueles que tinham imigrado na infância acompanhados pelos pais nas décadas anteriores. Posteriormente, ainda na mesma década, as escolhas matrimoniais foram alteradas quando os brasileiros filhos de italianos passaram a compor o leque de escolhas desse mercado. Assim, a escassez de italianos natos foi equilibrada por um novo contingente que já começa a aparecer nos registros paroquiais e assistiu a um crescimento substancial nas décadas seguintes em resposta às taxas de natalidade entre estes imigrantes.

A princípio, os homens italianos recorreram às famílias brasileiras para a escolha de suas esposas. Tudo indica que a falta de moças de mesma origem tenha sido o principal obstáculo para a realização de casamentos endogâmicos. Em 23 de dezembro de 1888, a primeira união entre parceiros conjugais italianos foi protagonizada pelos viúvos Bellino Gaviolli e Maria Rosa Zagatti, colonos em uma das fazendas do Barão de Franca. De acordo com os dados coletados, no período entre 1886 e 1905, das 334 uniões envolvendo nubentes do grupo étnico italiano, 71,8% dos registros continham a nacionalidade dos cônjuges[292], sendo possível aferir que 169 (50,9%) nubentes escolheram casar com um conterrâneo, outros 32 (9,6%) homens italianos se uniram com uma noiva brasileira e apenas seis (1,8%) mulheres imigrantes desposaram um brasileiro[293].

A Tabela 26 quantifica a nacionalidade e origem familiar dos nubentes que subiram ao altar na Igreja Matriz de Franca, entre 1886 e 1945.[294] Os dados mostram que 18,6% dos casamentos do grupo étnico italiano envolveram noivos nascidos na Itália. Os valores obtidos revelam que 49,5% dos homens e 71,4% das mulheres nascidas na Península Itálica escolheram seu parceiro conjugal no interior do seu grupo nacional. Na falta de uma parceira conjugal nascida na Itália, a preferência dos italianos recaía sobre as brasileiras filhas de italianos (29,1%), em seguida pelas brasileiras (17,4%) e apenas alguns recorreram a um casamento com uma mulher estrangeira de outra nacionalidade (3,7%).

---

[292] O cruzamento nominativo com outras fontes permitiu identificar a naturalidade de 53,2% dos cônjuges.
[293] Não foi possível identificar a nacionalidade dos nubentes em 23,1% dos registros.
[294] Essa amostra envolveu 4.499 pessoas de diversas origens.

Tabela 26 - Casamentos intra e intergrupal, 1885-1945

Nacionalidade	Italianos		Brasileiros		Brasileiros filhos de italianos		Outros estrangeiros		Sem informação		Total de mulheres	
	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%	N. abs.	%
Italianas	491	10,9	55	1,2	96	2,1	32	0,7	13	0,3	687	15,3
Brasileiras	173	3,8	6	0,1	889	19,8	1	0,0	2	0,0	1071	23,8
Brasileiras filhas de italianos	289	6,4	933	20,7	1303	29,0	112	2,5	33	0,7	2.670	59,3
Outras estrangeiras	37	0,8	0	0,0	34	0,8	0	0,0	0	0,0	71	1,6
Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de homens	**990**	**22,0**	**994**	**22,1**	**2322**	**51,6**	**145**	**3,2**	**48**	**1,1**	**4.499**	**100,0**

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

No caso das italianas, a proporção de mulheres casadouras nesse mercado matrimonial era ainda mais desproporcional do que o encontrado nos registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes. A proporção de mulheres era de 1 para aproximadamente 1,4 homem, o que facilitava o encontro de cônjuge dentro do seu grupo étnico. A preferência das mulheres que optaram por casar-se fora do grupo nacional era por homens brasileiros filhos de italianos (13,9%), seguidos por brasileiros (8%) e finalmente pelos estrangeiros (4,6%). Haja vista, as mulheres italianas, mais que os homens, apresentaram uma leve proclividade por se casarem com estrangeiros.

Para os filhos de italianos nascidos no Brasil, que substituíram os italianos natos no mercado matrimonial, as uniões com mulheres na mesma condição foram mais frequentes (56,1%) do que com italianas (4,1%). Além disso, as mulheres desse contingente também tinham uma tendência maior do que os homens em desposar pessoas de outras nacionalidades.[295]

De acordo com a Tabela 26, a endogamia foi uma realidade em 48,4% dos casamentos dessa comunidade.[296] Esse percentual engloba os índices de endogamia simples (10,9%), que corresponde aos casamentos entre cônjuges de mesma nacionalidade, e endogamia oculta (37,5%), que ocorre quando um cônjuge nascido no Brasil é filho de um pai ou mãe (ou ambos)

---

[295] Apenas 34 homens brasileiros filhos de italianos uniram-se a uma estrangeira, enquanto 112 mulheres brasileiras filhas de italianos desposaram um estrangeiro de outra nacionalidade.

[296] O índice percentual de endogamia foi calculado pela fórmula:

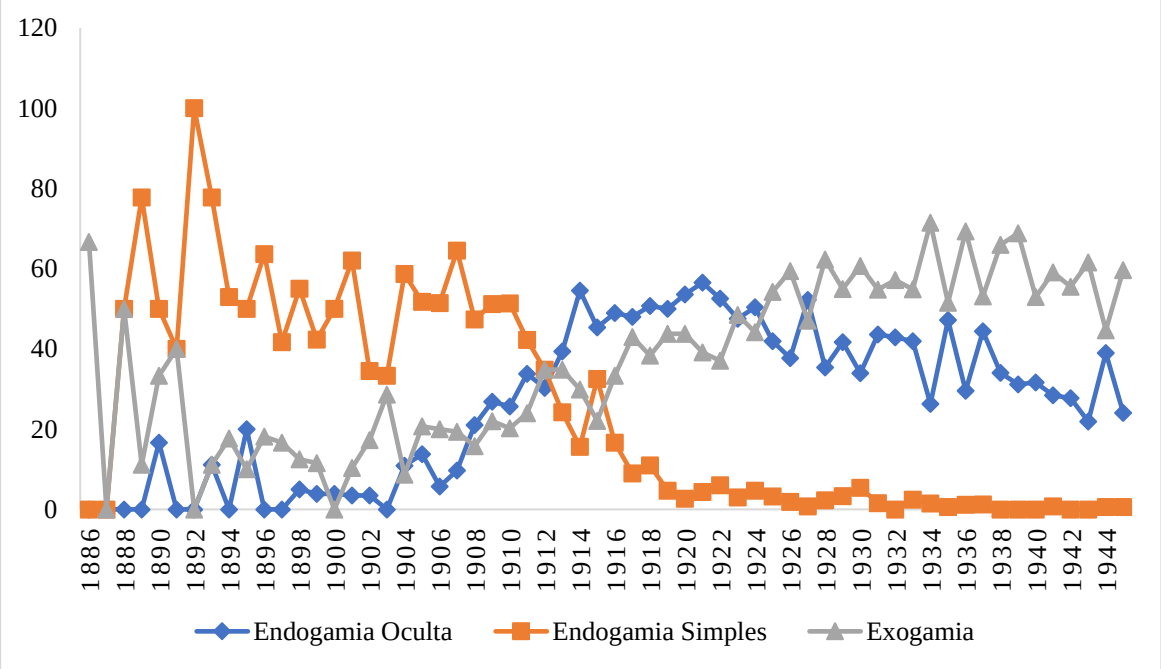
$$I = 2(A+B+AB+BA) / T.$$

Onde: A = italianos
B = brasileiros filhos de italianos
AB = italianos com brasileiras filhas de italianos
BA = brasileiros filhos de italianos com italianas
T = total da amostra

nascidos na origem enfocada, ou seja, na Itália. Esse fenômeno foi responsável pela manutenção da endogamia entre os italianos durante as primeiras décadas do século XX, devido à queda no número de novos imigrantes.

A aferição da endogamia oculta, que indica a opção por se casar com filhos de compatrícios, contribuiu para realizar uma fotografia mais precisa desse mercado matrimonial e reduzir o risco de uma compreensão equivocada, que poderia atribuir aos italianos uma capacidade maior de inserção em outros grupos graças ao aumento de casamentos destes com brasileiros filhos de italianos.

Gráfico 20 – Percentuais de endogamia simples, endogamia oculta e exogamia, 1886-1945



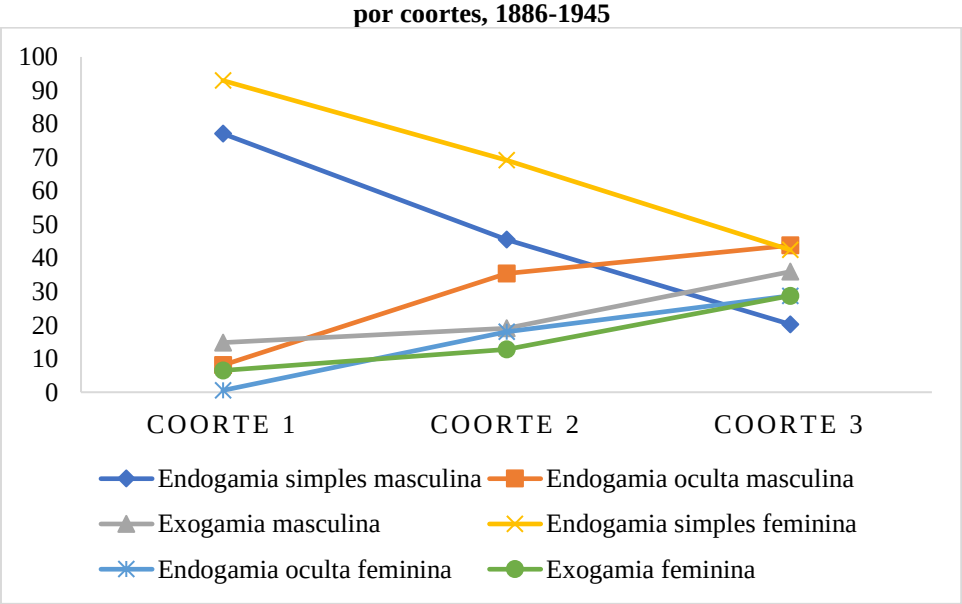
Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Entre os aspectos mais significativos, como se observa no Gráfico 20 e 21, pode-se notar os padrões de endogamia desse grupo e sua ligação com as fases do movimento imigratório italiano. Os picos de endogamia simples coincidem com o período da imigração em massa, enquanto a elevação crescente dos índices de endogamia oculta ocorre a partir da queda na entrada de italianos no município. No período da Primeira Guerra Mundial, as uniões exogâmicas atingiram números nunca vistos até então. O Gráfico 20 mostra que a endogamia apresentou queda em resposta à diminuição dos italianos natos desde 1906. No entanto, com a entrada da Itália no conflito, muitos imigrantes abandonaram suas expectativas de retorno e resolveram se estabelecer definitivamente no Brasil, refletindo no aumento dos índices de exogamia, principalmente, no pós-guerra. Durante o conflito, os percentuais de exogamia

variaram de 29% a 38%, sendo que na década seguinte esses valores oscilaram entre 37% e 62%. Em todo o Brasil, os italianos que ainda encaravam a imigração como um projeto temporário e buscavam direcionar seus casamentos com parceiros da mesma nacionalidade, aos poucos, acentuaram um processo de integração depois da eclosão da Primeira Guerra [297].

Os estudos de Oswaldo Truzzi para o município de São Carlos mostram que a falta de mulheres italianas nos primeiros anos de imigração também inibiu um volume maior de uniões endogâmicas[298]. A partir da abolição, o percentual de endogamia masculina manteve-se superior a 80% por duas décadas. Esse modelo foi menos expressivo em Franca, onde a média dos percentuais de endogamia masculina não ultrapassou 77,1% no período e revela uma dificuldade maior em se conseguir uma noiva conterrânea, reflexo da entrada em menor número de crianças e adolescentes italianas para integrarem o mercado matrimonial. Entre 1906 e 1925, a média dos percentuais de endogamia masculina chegou a 45,4%, declinando para 20,2% nos vinte anos seguintes. Se considerarmos a soma da endogamia masculina simples e oculta, esses percentuais sobem para 85,2% no primeiro coorte, 80,8% no segundo e 64% no terceiro.

Gráfico 21 – Percentuais de exogamia e endogamia (simples e oculta) masculina e feminina entre italianos, por coortes, 1886-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

O Gráfico 22 mostra que, unificando os percentuais de endogamia masculina e feminina de modo a incluir o fenômeno da endogamia oculta, mais de 80% dos cônjuges italianos ou

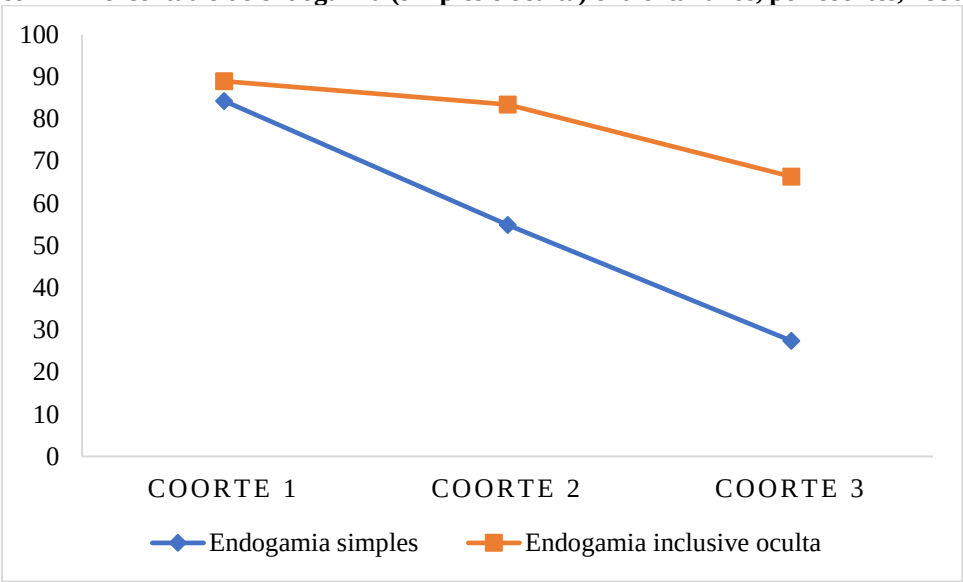
---

[297] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 204.

[298] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 1, p. 169–189, 2012.

brasileiros com pai ou mãe italiana optaram por se casar com um parceiro na mesma condição até 1926. Apenas na última coorte esse percentual cai para 66,3%.

Gráfico 22 – Percentuais de endogamia (simples e oculta) entre italianos, por coortes, 1886-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Os percentuais de endogamia aqui apresentados mostram que esse fenômeno foi uma tendência que se replicou no território paulista alcançado pela imigração em massa de italianos. Bassanezi (1996) e Truzzi (2012), ao resgatarem aspectos relativos ao comportamento da nupcialidade de grupos de imigrantes, vislumbraram que a endogamia era favorecida pelos respectivos contextos e bagagens culturais e refletia as condições do processo imigratório por eles vivenciados, ou seja, regulavam-se conforme a organização social do grupo e da própria sociedade hospedeira. O espaço social e geográfico contribuiu para que a regra da endogamia envolvesse os nubentes no estreito contexto da fazenda cafeeira, de propriedades vizinhas bem próximas ou de outra propriedade, onde eventualmente ambos os noivos haviam morado. O rumo tomado pelas famílias imigrantes também favorecia o encontro de parceiros da terra de origem e conhecidos no navio ou na Hospedaria no momento da imigração[299]. Essa sociabilidade reforçava vínculos de amizade e conterraneidade e foi responsável por criar extensas redes entre italianos e seus descendentes, resgatando relacionamentos rompidos ao imigrar e proporcionando frequentemente a realização de vários casamentos no seio de duas famílias.

[299] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 167–97.

O apoio dessa rede familiar possibilitou o encontro de parceiros conjugais de origem comum, principalmente pela proximidade das casas de colonos facilitar casamentos entre vizinhos, cujas capacidades de trabalho eram conhecidas. Sob essa perspectiva, Maria Sílvia Bassanezi[300] esclarece que, no âmbito da fazenda cafeeira, "o ideal era um homem capaz de labutar de sol a sol no cafezal, na roça de subsistência ou em qualquer outra atividade casar-se com uma mulher prendada, trabalhadeira, econômica, capaz de dar conta de todas as tarefas domésticas" e ainda ajudar nos serviços da roça.

O imigrante atuava no interior de sua rede de relações pessoais mobilizando recursos para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora, além de também representar um papel de agente mobilizador de seu capital social[301]. Em muitos casos, os contatos pessoais definiam as escolhas do mercado matrimonial mediante comunicações e favores entre famílias, amigos e *paesani*[302]. No caso dos italianos na Argentina, Samuel Baily[303] analisou a imigração de um grupo de italianos da *comuna* de Agnone, na região do Molise, para Buenos Aires, com resultados similares aos encontrados por nossa pesquisa em Franca para os vênetos de Rovigo, os lombardos de Bérgamo e os abruzenses de Chieti.

A escolha do parceiro para as bodas oferece ao investigador muitas facetas para investigação e análise. No caso italiano, esses condicionalismos possuíam caráter demográfico, socioeconômico e cultural. O desequilíbrio constante no mercado matrimonial sempre dificultou o encontro de conterrâneos para uma parcela dos jovens imigrantes desposarem. A este constrangimento demográfico somavam-se outros, de caráter socioeconômico e cultural, que buscavam aumentar as possibilidades de estabelecer novos, ou de perpetuar, vínculos já existentes com pessoas e famílias conhecidas.

Em uma comunidade como a de Franca, que recebeu inúmeras levas de imigrantes, o mercado matrimonial sofreu oscilações com o passar dos anos e a oferta de novas opções para os parceiros dentro e fora da comunidade imigrante. Como se davam essas negociações e como essas tendências evoluíram com o tempo? Um modo para examinar esta problemática foi por

---

[300] *Ibid*., p. 188.
[301] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 208.
[302] Lançamos mão do conceito de *paesani* para definir os conterrâneos de um mesmo *paese*, ou aldeia. O conceito se adequa à realidade dos contatos pessoais dos italianos na sociedade receptora por meio da busca de pessoas conhecidas ou de procedência geográfica comum.
[303] BAILY, Samuel. La cadena migratoria de los italianos en la Argentina. *In*: DEVOTO, Fernando (Org.). **La inmigración italiana en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1985.

meio das informações coletadas nos registros de casamento a respeito da naturalidade dos nubentes[304].

Os dados reunidos sobre a naturalidade dos nubentes mostram que a emigração não foi um fenômeno pulverizado em todo o território italiano, mas uma situação que envolveu fatores expulsivos e atrativos nas duas pontas do percurso, intensificando fluxos que são perceptíveis no mercado matrimonial das localidades receptoras de imigrantes. Essas situações agudizaram os percentuais de endogamia, ao envolver as seguintes possibilidades: quando ambos os parceiros eram naturais do mesmo local de origem; quando a noiva ou o noivo nasceu no mesmo local em que os sogros; e, finalmente, quando os pais do nubente eram conterrâneos.

Em todo o período estudado, foi possível encontrar o local de nascimento de 96,8% dos nubentes brasileiros e 90,6% dos italianos que subiram ao altar. Entre os brasileiros, 91,0% dos homens e 93,7% das mulheres nasceram no estado de São Paulo, sendo a maioria (50,9%) dos que se casaram na igreja de Franca naturais da própria paróquia. Havia ainda 6,4% de mineiros e uma pequena parcela de baianos e cariocas. Do total de paulistas, 73,2% eram ítalo-brasileiros.

Tabela 27 - Estados de nascimento dos nubentes brasileiros

	Homens		Mulheres		Total	
Estado	**N. abs**	**%**	**N. abs**	**%**	**N. abs**	**%**
São Paulo	2.922	91,0	3.395	93,7	6.314	92,4
Minas Gerais	240	7,4	199	5,4	439	6,4
Bahia	27	0,8	9	0,2	36	0,5
Rio de Janeiro	18	0,6	12	0,3	30	0,4
Outros	6	0,2	8	0,2	14	0,2
Total	3.210	100,0	3.623	100,0	6.833	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Dos 645 municípios que o estado de São Paulo possui atualmente, 119 são citados nos registros de casamentos consultados. Aqueles que compunham a microrregião estudada – Franca (50,9%), Pedregulho (10,1%), São José da Bela Vista (6,9%), Cristais Paulista (4,8%), Patrocínio Paulista (3,6%), Rifaina (3,5%), Restinga (1,9%), Itirapuã (0,8%) e Ribeirão Corrente (0,7%) – somam 83,2% dos locais de nascimento dos nubentes.

Franca tem uma posição geográfica que a colocava no caminho entre o porto de Santos e a região central do Brasil. Esse fator, aliado ao desenvolvimento e avanço da economia

[304] A reconstituição de famílias por meio de variadas fontes, tanto na origem quanto na comunidade de destino dos imigrantes, permitiu elaborar um retrato mais fiel desse mercado matrimonial.

cafeeira para o oeste paulista, propiciou a chegada de muitas famílias que seguiam os caminhos abertos pela estrada de ferro e os cafezais. Por conta disso, esse mercado matrimonial recebeu noivos nascidos em diversos municípios situados no caminho entre Franca e o litoral paulista, com destaque para Ribeirão Preto, Batatais e Cravinhos. As zonas cafeeiras mais antigas também são muito citadas pelos nubentes filhos de italianos, resultado do deslocamento desses imigrantes rumo a novas oportunidades de trabalho. Por exemplo, o pequeno município de Santa Cruz das Palmeiras foi mencionado mais vezes que a própria capital do estado, cuja presença nesses registros é análoga ao município de São Simão.

Tabela 28 – Municípios de nascimento dos nubentes paulistas*

	Homens		Mulheres		Total	
Município	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**
Franca	1.484	50,8	1.733	51,0	3.217	50,9
Pedregulho	274	9,4	365	10,8	639	10,1
São José da Bela Vista	194	6,6	242	7,1	436	6,9
Cristais Paulista	144	4,9	159	4,7	303	4,8
Patrocínio Paulista	95	3,3	131	3,9	226	3,6
Rifaina	91	3,1	127	3,7	218	3,5
Ribeirão Preto	83	2,8	85	2,5	168	2,7
Restinga	41	1,4	77	2,3	118	1,9
Batatais	57	2,0	34	1,0	91	1,4
Cravinhos	30	1,0	38	1,1	68	1,1
Igarapava	29	1,0	35	1,0	64	1,0
Itirapuã	24	0,8	27	0,8	51	0,8
Santa Cruz das Palmeiras	30	1,0	18	0,5	48	0,8
São Paulo	27	0,9	18	0,5	45	0,7
São Simão	21	0,7	24	0,7	45	0,7
Ribeirão Corrente	16	0,5	26	0,8	42	0,7
Sertãozinho	17	0,6	19	0,6	36	0,6
Brodowski	20	0,7	14	0,4	34	0,5
Jardinópolis	17	0,6	17	0,5	34	0,5
Campinas	19	0,7	14	0,4	33	0,5
Altinópolis	13	0,4	15	0,4	28	0,4
Ituverava	14	0,5	14	0,4	28	0,4
Santa Rita do Passa Quatro	14	0,5	12	0,4	26	0,4
São José do Rio Pardo	11	0,4	9	0,3	20	0,3
Outros	157	5,4	142	4,2	299	4,7
Total	2.922	100,0	3.395	100,0	6.317	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.
*Valores percentuais em relação a amostragem por sexo.

Identificamos que, entre os nubentes do estado vizinho de Minas Gerais, um quinto eram provenientes dos municípios vizinhos Ibiraci e Claraval, denominados à época de Dores do Aterrado e Garimpo de Canoas, respectivamente. Havia também uma expressiva porcentagem

de mineiros de São Tomás de Aquino (17,3%), Conquista (7,1%) e Uberaba (6%) – áreas também atingidas pela imigração italiana.

Tabela 29 - Municípios de nascimento dos nubentes mineiros*

	Homens		Mulheres		Total	
Município	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**	**N. abs.**	**%**
São Tomás de Aquino	36	14,9	41	20,2	77	17,3
Ibiraci	31	12,8	24	11,8	55	12,4
Claraval	18	7,4	17	8,4	35	7,9
Conquista	11	4,5	21	10,3	32	7,2
Uberaba	19	7,9	8	3,9	27	6,1
Cássia	14	5,8	11	5,4	25	5,6
Sacramento	11	4,5	9	4,4	20	4,5
São Sebastião do Paraíso	10	4,1	8	3,9	18	4,0
Poços de Caldas	9	3,7	4	2,0	13	2,9
Passos	7	2,9	3	1,5	10	2,2
Outros	96	39,7	57	28,1	153	34,4
Total	242	100,0	203	100,0	445	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.
*Valores percentuais em relação a amostragem por sexo.

No caso dos noivos mineiros, 46,7% dos que adentraram a esse mercado matrimonial eram descendentes de italianos. Filhos ou netos dos imigrantes que chegaram ao Brasil desde o final do século XIX e que nasceram no percurso migratório de seus pais. Um caso que ilustra a mobilidade espacial pelo território de Minas Gerais é o da família de Antônio Sarto Morato e Brizzia Mellani, proveniente de Costa di Rovigo, na província de Rovigo, que chegou ao porto do Rio de Janeiro em 1888, seguindo para Juiz de Fora. De lá, transferiram-se para Alfenas e Ventania (atual Alpinópolis). O casal tinha cinco filhos e outros cinco membros do clã nasceram no estado de Minas Gerais. A família ainda viveu alguns anos em Cássia, onde alguns membros se casaram, até estabelecerem-se definitivamente em Franca, no ano de 1909.

Imagem 34 - Família Sarto Morato, Alpinópolis-MG, 08 de julho de 1901

Fonte: Jornal Comércio da Franca, 23 de abril de 1985.

Um olhar sobre o lugar de nascimento dos noivos italianos nos primeiros anos após a imigração não deixa dúvidas sobre a existência de um controle familiar na escolha dos parceiros, principalmente no sentido de reforçar os relacionamentos pretéritos à imigração. Uma parcela dos casamentos ocorreu entre pessoas provenientes do mesmo local na Itália, possivelmente influenciados pela organização do espaço e do trabalho nas fazendas, onde se tinha o hábito de alocar patrícios e parentes em uma mesma colônia. As tabelas 30 e 31 reúnem os dados sobre a naturalidade dos nubentes italianos durante todo o período estudado.

Tabela 30 – Principais províncias de nascimento dos nubentes italianos*

	Homens		Mulheres		Total	
Província	**N. abs**	**%**	**N. abs**	**%**	**N. abs**	**%**
Rovigo	179	21,3	143	21,0	322	21,2
Verona	101	12,0	38	5,6	139	9,1
Pádua	78	9,3	52	7,6	130	8,6
Venezia	41	4,9	30	4,4	71	4,7
Bergamo	39	4,6	25	3,7	64	4,2
Treviso	39	4,6	24	3,5	63	4,1
Chieti	33	3,9	29	4,3	62	4,1
Rieti	33	3,9	23	3,4	56	3,7
Mântua	26	3,1	16	2,3	42	2,8
Vicenza	26	3,1	14	2,1	40	2,6
Caserta	16	1,9	17	2,5	33	2,2
Forli	19	2,3	12	1,8	31	2,0
Potenza	21	2,5	8	1,2	29	1,9
Salerno	15	1,8	13	1,9	28	1,8
Cosenza	16	1,9	9	1,3	25	1,6
Peruggia	11	1,3	10	1,5	21	1,4
Ancona	10	1,2	8	1,2	18	1,2
Lucca	12	1,4	6	0,9	18	1,2
Catanzaro	12	1,4	5	0,7	17	1,1
Campobasso	13	1,5	1	0,1	14	0,9
Roma	11	1,3	2	0,3	13	0,9
Outros	88	10,5	196	28,8	284	18,7
Total	839	100,0	681	100,0	1.520	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.
*Valores percentuais em relação a amostragem por sexo.

Observa-se que as seis províncias mais citadas estão localizadas no Norte da Península Itálica. Uma característica notável do mercado matrimonial é o fato dele refletir o processo imigratório para o estado de São Paulo, que recebeu fluxos de italianos de procedências diversas, com maior participação da região setentrional. Entre as seis províncias da região do Vêneto, apenas Belluno – uma das áreas mais antigas atingidas pela emigração – não aparece nessa lista. Mais uma vez retomamos o modelo estruturalista do *push-pull*, conhecendo o

volume de homens e mulheres, nesse mercado de casamentos, provenientes das áreas onde o fenômeno imigratório foi mais intenso, no período em que a região de Franca atraia trabalhadores estrangeiros. Os vênetos da província de Rovigo (21,2%) representaram mais de um quinto dos italianos casados na comunidade estudada, seguidos pelos nascidos na província vizinha de Verona (9,1%) e Pádua (8,6%).

Depois do Vêneto, a Lombardia, os Abruzos e o Lácio foram as regiões que mais contribuíram para o mercado matrimonial na região de Franca. No interior de cada uma dessas regiões havia províncias e comunas que forneceram maiores contingentes para determinadas áreas do interior paulista. É interessante notar que, tanto os italianos do Vêneto, em maior número, quanto das outras regiões, estavam envolvidos com o fenômeno das cadeias e redes migratórias.

Tabela 31 – Principais naturalidades dos nubentes italianos

Província	Comune	Homens N. abs.	Mulheres N. abs.	Total N. abs.	% em relação à província
Rovigo	Bergantino	42	27	69	21,4
Rovigo	Castelnovo Bariano	27	15	42	13,0
Chieti	Rocca San Giovanni	18	22	40	64,5
Bergamo	Arcene	26	13	39	60,9
Rieti	Castel di Tora	23	16	39	69,6
Nápoles	Acerra	9	15	24	72,7
Rovigo	Giacciano con Baruchella	15	9	24	7,4
Pádua	Masi	9	7	16	12,3
Rovigo	Lendinara	9	7	16	4,9
Verona	Ronco all Adige	10	5	15	10,7
Rieti	Colle di Tora	8	5	13	23,2
Rovigo	Fiesso Umbertiano	7	5	12	3,7
Forli	San Giovanni in Marignano	6	5	11	35,4
Potenza	Latronico	7	3	10	34,4
Rovigo	Massa Superiore	3	7	10	3,1
Verona	Legnago	10		10	10,7

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

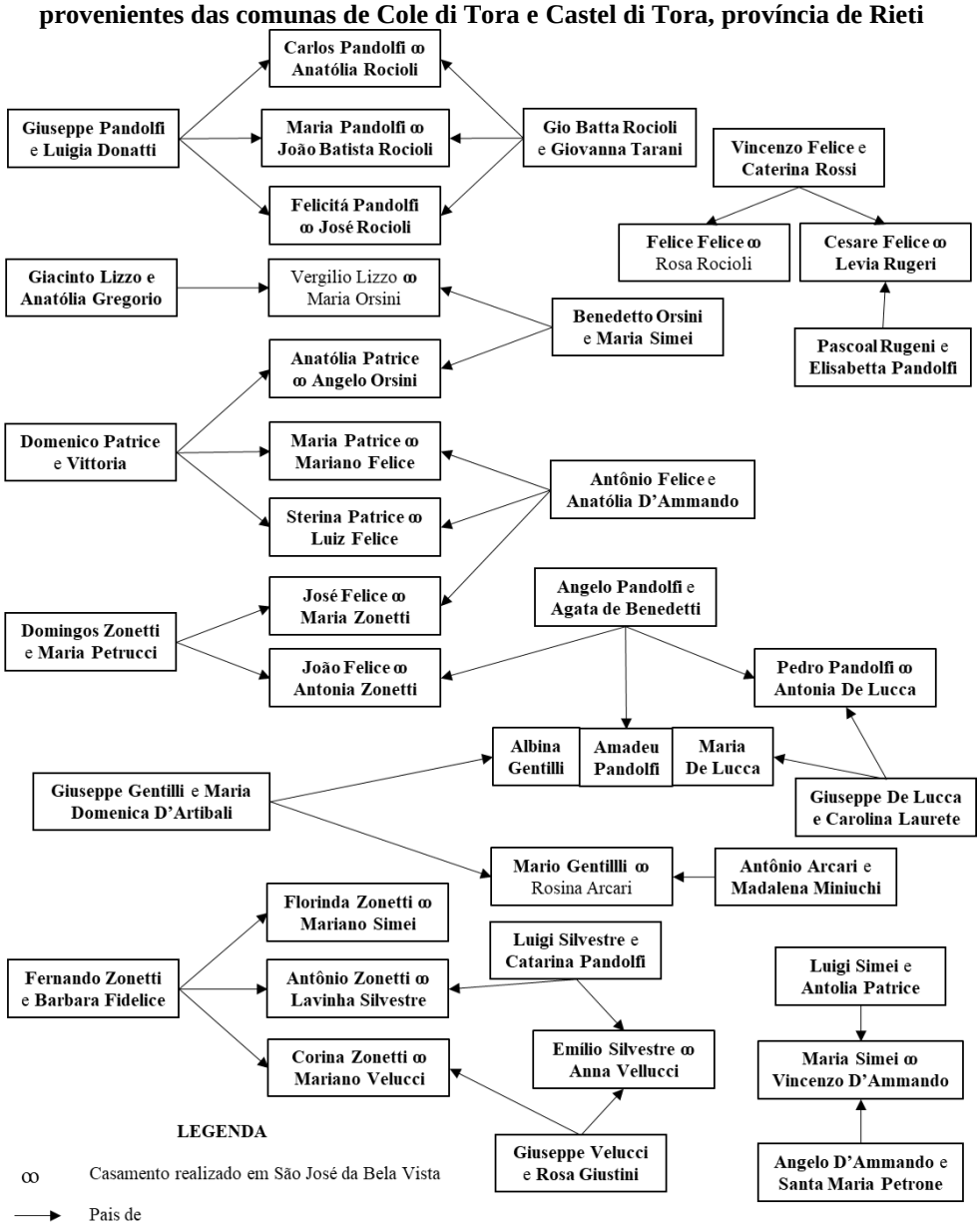
Em áreas mais atingidas pela febre imigratória como a província de Rovigo, pode-se notar uma pluralidade de comunas que enviaram nubentes para a região de Franca. Particularmente, as vizinhas Bergantino (21,4%), Castelnovo Bariano (13%), Giacciano con Barucella (7,4), Lendinara (4,9%), Fiesso Umbertiano (3,7%) e Massa Superiore (3,1%), ao extremo oeste da província, somaram juntas 53,5% dos locais de origem dos nubentes que eram naturais de Rovigo. Em regiões mais influenciadas pelas redes migratórias, assistiu-se a agudização da imigração em certas áreas. Por exemplo, Rocca San Giovanni, na região dos

Abruzos, foi a terceira *comuna* mais citada nos registros de casamento dos italianos no universo estudado, sendo que apenas essa localidade deteve 64,5% da naturalidade dos nubentes da província de Chieti. O mesmo aconteceu com Arcene, que foi citada como local de nascimento de 60,9% dos noivos provenientes da província lombarda de Bergamo. Entre os nubentes meridionais, 72,7% dos naturais de Nápoles declararam ter nascido na *comuna* de Acerra.

Foram detectadas também várias uniões conjugais entre pessoas oriundas de um mesmo local. É possível que situações como essas tenham sido mais corriqueiras, pois, além dos casos comprovados pela pesquisa, muitos outros semelhantes podem ter ocorrido e não foram constatados por falta de informações fidedignas sobre o local de origem dos imigrantes nas fontes consultadas. Por exemplo, os registros de casamentos permitiram vislumbrar uma rede migratória bem articulada entre a região do *Lago del Turano*¸ na província de Rieti, e a então vila francana de São José da Bela Vista. Dessa província, apenas as comunas vizinhas Castel di Tora, Colle di Tora e Rocca Sinibalda são citadas nos registros coletados, mostrando que houve uma imigração direcionada partindo de uma região expulsora até uma área receptora de imigrantes. Entre esses jovens imigrantes radicados em São José da Bela Vista, os casamentos com pessoas de famílias conhecidas na comunidade de origem foram uma realidade em 54% das uniões, conforme pode ser observado pela demonstração desse mercado matrimonial no grafo a seguir, Imagem 35.

Não era raro que dois ou mais clãs casassem seus filhos entre si. Fortalecer laços entre famílias ou reforçar vínculos preexistentes foi uma estratégia estabelecida por esses imigrantes antes e depois de chegarem ao Brasil. Na cafeicultura paulista, a habilidade de organizar as escolhas matrimoniais marcou o comportamento da mobilidade espacial, propulsionando ou freando deslocamentos.

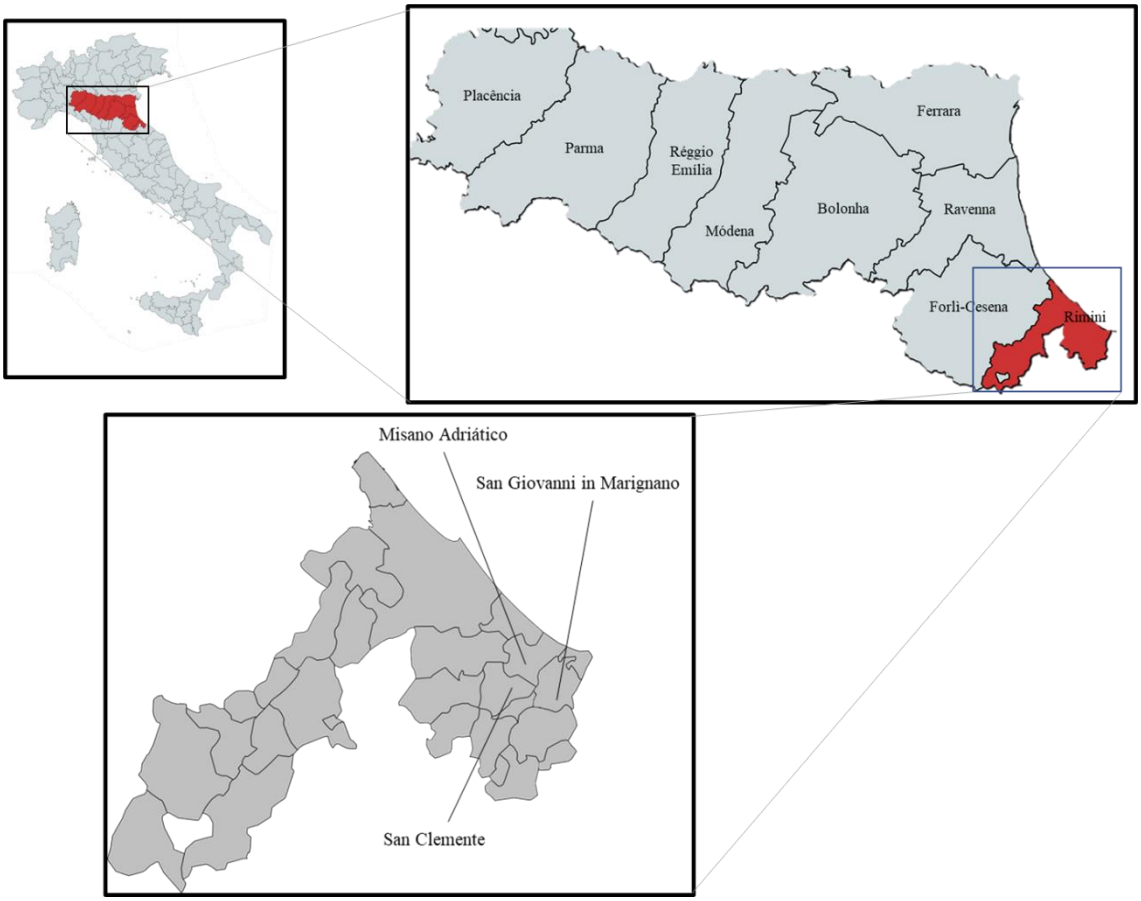
Imagem 35 – Mercado matrimonial formado na vila de São José da Bela Vista pela rede de imigrantes provenientes das comunas de Cole di Tora e Castel di Tora, província de Rieti



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Um caso interessante que ilustra, ao mesmo tempo, as estratégias de mobilidade de uma rede de imigrantes e a configuração de um mercado de casamentos particular entre esses conterrâneos, é o do grupo de italianos da província de Rimini, na região da Emília-Romanha. O casal Antônio Batarra e Teresa Ronci teve ao menos cinco filhos nascidos na *comuna* de Misano Adriatico e casados entre os anos de 1884 e 1898, na *comuna* de origem da família e nas vizinhas San Clemente e San Giovanni in Marignano.

Imagem 36 - Província de Rimini, com destaque para as comunas de Misano Adriático, San Giovanni in Marignano e San Clemente



Fonte: Adaptado de Mapchart.

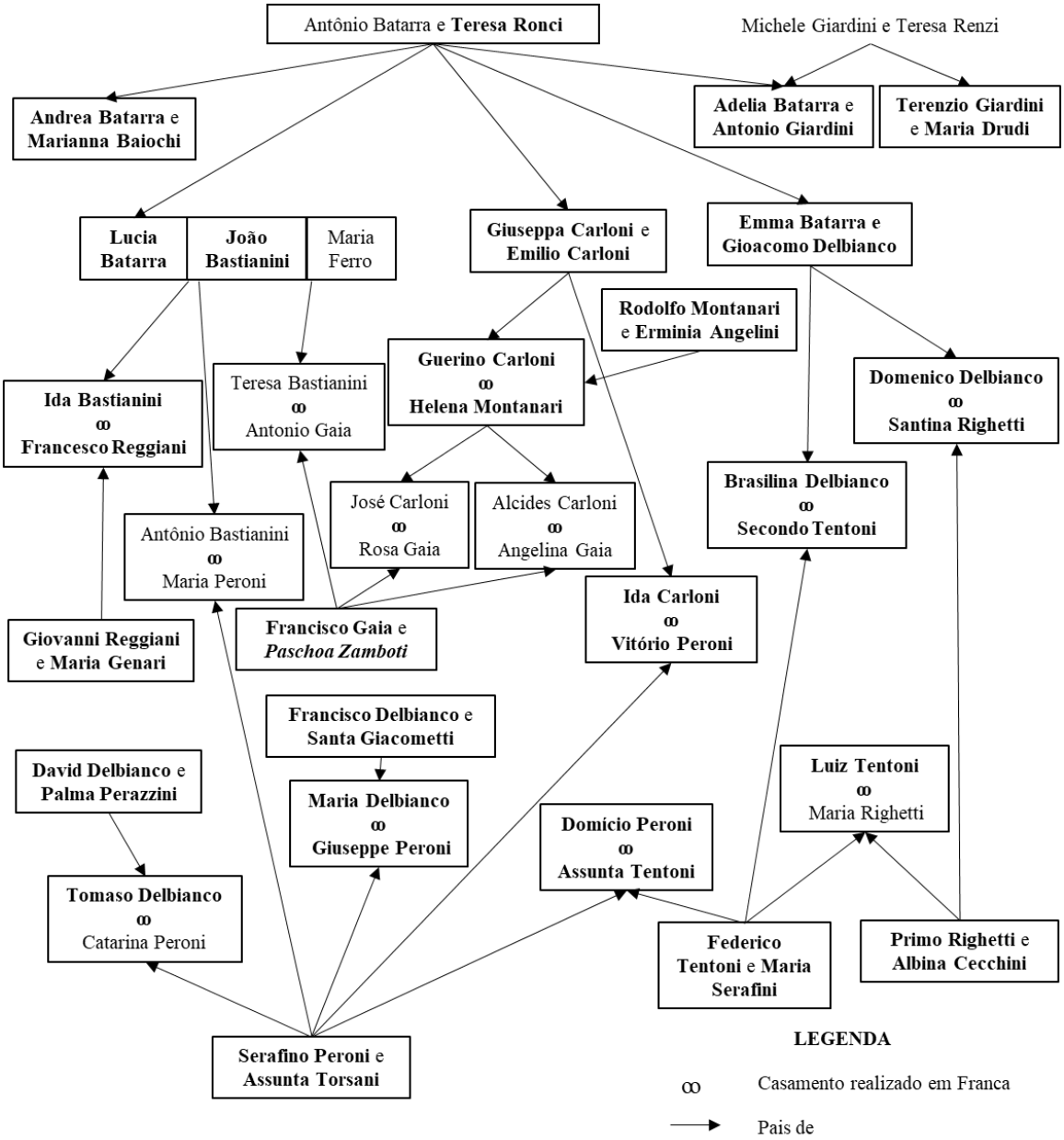
A primeira experiência emigratória do grupo aconteceu em julho de 1893, quando os irmãos Andrea Batarra e Giuseppina desembarcam no Brasil acompanhados pelos cônjuges Marianna Baiocchi e Emilio Carloni. Nos três anos seguintes, chegariam ao país as irmãs Adele e Lucia, acompanhadas pelos maridos e filhos pequenos. A matriarca Teresa Ronci imigraria apenas em 1899, após ficar viúva. Com ela, cruzaram o Atlântico as famílias de suas filhas Emma, casada com Giacomo Del Bianco; e Giuseppina, que havia regressado à Itália com o esposo Emilio Carloni e filhos, inclusive alguns nascidos durante a primeira experiência imigratória.

Imagem 37 - Família Batarra, Franca, década de 1920

Fonte: Acervo de Ivone Aranega Maritan.

Esse grupo instalou-se primeiramente em propriedades na região entre Franca e o município mineiro de Ibiraci. No início dos anos mil e novecentos, eles estabeleceram-se nas terras próximas à vila de Cristais Paulista e uniram-se às famílias conterrâneas Gaia, Montanari, Peroni, Righetti e Tentoni, imigradas nos anos de 1896 e 1902. Esses clãs continham, no momento da imigração, vinte e uma crianças, que poderiam compor o leque de opções no mercado matrimonial nas décadas seguintes. Dessas, verificamos que nenhuma protagonizou união exogâmica, três não se casaram e apenas quatro escolheram parceiros fora da rede proveniente de Rimini. Portanto, 77,7% dos jovens das famílias Bastianini, Carloni, Del Bianco, Giardini, Montanari, Peroni, Righetti e Tentoni casaram-se entre si. O grafo abaixo ilustra essa situação, inclusive incluindo os filhos de Francesco Gaia, nascidos no Brasil após 1902, que ao adentrar esse mercado de casamentos posteriormente, ocupariam papel de destaque nas opções para a escolha dos cônjuges da segunda geração das famílias Bastianini e Carloni.

Imagem 38 – Mercado matrimonial formado pela rede de imigrantes provenientes da província de Rimini, região da Emília-Romanha



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

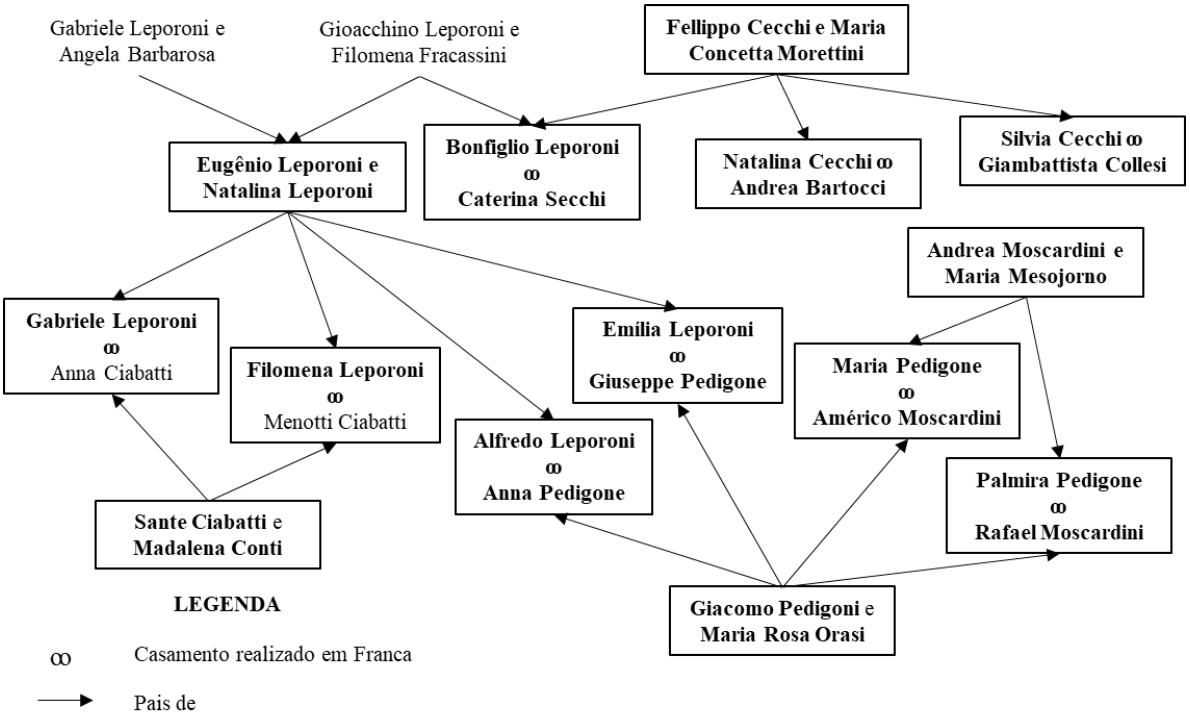
Nos anos vinte, o casal Vitorio Peroni e Ida Carloni, um dos primeiros membros do grupo de Rimini a protagonizar um casamento endogâmico em 20 de agosto de 1905, novamente mostra que as escolhas matrimoniais deveriam unir pessoas conhecidas do clã. Entre abril e junho de 1926, seus filhos Alberto e Maria casaram-se com os irmãos Balduína e José Leonardi, filhos do italiano Giovanni Leonardi e da brasileira Elisa Siqueira de Jesus, casados no município de Amparo, em 1901. Na Imagem 39, a seguir, o casal Alberto Peroni e Balduína Leonardi estão ladeados da família Peroni na ocasião de suas núpcias em 10 de abril de 1926.

Imagem 39 – Família Peroni, 1926

Fonte: Recordação pública do FamilySearch.

O rumo tomado pelas famílias imigrantes refletia-se nas escolhas matrimoniais futuras. Dependendo das possibilidades de se manter relações com gente da terra natal, a mobilidade espacial visava dar continuidade às redes de relacionamentos anteriores. Assim, o encontro de pessoas conhecidas ou de origem próxima abria novas oportunidade de casamentos entre os jovens dessas famílias imigrantes. Aqueles provenientes de áreas onde a imigração não foi tão intensa para determinados destinos encontravam dificuldade em localizar conhecidos, mas, ainda assim, buscavam relacionar-se com pessoas com características regionais análogas. Tendo como exemplo os imigrantes da região central da Itália, que correspondem a uma parcela pequena dos italianos que se radicaram em Franca, é possível observar que 72% dos cônjuges nascidos na província de Ancona, na região das Marcas, casaram-se com pessoas da mesma região. Membros das famílias Liporoni e Cecchi, oriundos da *comuna* de Genga; e Bartocci e Collesi, da *comuna* de Fabriano, todos da província de Ancona, desposaram-se entre si, e na falta de conterrâneos, escolheram unir-se aos Pedigoni, de Treia, na província de Macerata e aos toscanos Ciabatti, de Vicopisano, na província de Pisa. Por sua vez, outros dois filhos do clã Pedigoni contraíram núpcias com pessoas da família Moscardini, oriundos de Borgo a Mozzano, na província toscana de Lucca.

Imagem 40 – Mercado matrimonial formado entre imigrantes da região das Marcas e da Toscana



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Imagem 41 - Região da Toscana e das Marcas, com destaque para as principais localidades de origem dos italianos casados em Franca

Fonte: Adaptado de Mapchart.

A origem familiar italiana atuou como condicionante significativo das opções matrimoniais durante todo o período estudado; porém, com o decorrer do tempo e a diminuição desse contingente populacional, tais preferências naturalmente foram se diluindo. Uma constatação evidente é que o ambiente e as condições de vida desses imigrantes na terra adotiva condicionavam tendências endogâmicas e exogâmicas. No mundo urbano, a crescente ocorrência de casamentos exogâmicos aponta para a diminuição da dependência da estrutura familiar e o aumento da escolha pessoal e afetiva. Os dados obtidos para Franca mostram que

os imigrantes que se inseriam definitivamente no mundo urbano protagonizaram mais casamentos exogâmicos, em intensidade e ritmo diferentes. Por exemplo, alguns italianos de destaque nas atividades comerciais conseguiam romper as barreiras da elite local para realizar casamentos com membros dessa vida urbana. Diferentemente, no meio rural, onde a imigração ainda era vista como um projeto temporário, escolher o marido ou a mulher entre os colonos de mesma origem era uma forma de facilitar um possível retorno à Itália. A família italiana impunha aos filhos a endogamia como projeto coletivo e inibia os casamentos interétnicos, causando resistência e disputas entre pais e filhos.[305]

A temática das redes na pauta das práticas endogâmicas retoma a discussão sobre a difusão da imigração no estado de São Paulo conforme as áreas geográficas atingidas pelo êxodo italiano. No final do século XIX, o pensamento emigrantista da região do Vêneto estava convencido de que era necessário emigrar um grande número de pessoas para se encontrarem na América e "prestar reciprocamente ajuda e constituir entre eles uma boa vizinhança de gente laboriosa, ordenada e apta a progredir" [306].

O estudo das famílias italianas formadas em Franca mostrou um volume considerável de uniões conjugais entre *paesani*, ou seja, oriundos da mesma aldeia ou região próxima. O apoio das redes e dos laços de amizade, somado aos sistemas culturais e aos valores trazidos do país de origem certamente ajudaram a fazer das escolhas matrimoniais entre gente conhecida a norma. Esse fenômeno permitiu a reprodução de um tipo de sociedade camponesa aos moldes da região do Vêneto do fim do século XIX – "tradicionalista e católica" [307], culminando na cristalização de modelos culturais no decorrer do tempo em várias áreas brasileiras. Por exemplo, entre os italianos nascidos em Rovigo que se casaram com italianas, a endogamia provincial foi protagonizada em 43,6% dos casos. Entre os vênetos e abruzenses, mais de um terço dos homens recorreram a noivas da mesma região (aproximadamente 33% e 39%, respectivamente), sem contar a preferência dos noivos naturais dos Abruzos por nubentes da

---

[305] A historiografia sobre a exogamia no interior paulista revela que os casamentos interétnicos eram motivos de problemas e oposição em muitas famílias italianas no Brasil. Inquéritos e processos criminais de defloramento mostram casos extremos de jovens italianos que enfrentaram a resistência dos pais e da comunidade à exogamia. Ver: MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; BOAS, Silvia Keller Villas. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. *In:* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004, p. 1-23.

[306] FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 425.

[307] *Ibid*., p. 412.

região vizinha do Molise. Entre os naturais da Lombardia, um quarto dos nubentes nascidos em Bergamo recorreram a uma noiva nascida na mesma província.

Os resultados apurados mostram que, embora a origem comum fosse privilegiada para a escolha dos cônjuges, os casamentos consanguíneos eram raros. Na contramão das populações tradicionais brasileiras, que apresentavam alta frequência de casamentos entre primos, nos registros de casamentos coletados excepcionalmente constavam anotações sobre dispensa do impedimento matrimonial por consanguinidade ou afinidade. Em todo o período, apenas vinte e três impedimentos foram registrados por noivos que eram parentes. Entretanto, nem sempre os nubentes precisavam apresentar um pedido de dispensa para se casar, pois os impedimentos matrimoniais pelos graus de parentesco são absolutamente dirimíveis. O direito canônico não permite o casamento ou a união ilegítima de consanguíneos em linha reta em qualquer grau e, na linha colateral, até o 3º grau, inclusive. Os jovens José Moretti e Maria Veronez, que contraíram núpcias em Franca aos 18 de maio de 1935 eram primos, apesar disso não tiveram de apresentar dispensa matrimonial por serem suas mães irmãs, ou seja, não passíveis de impedimento devido ao grau de parentesco.

Ainda era comum noivos cruzarem o Atlântico para concretizarem pedidos de casamentos realizados antes da emigração. A concentração maciça de *paesani* numa mesma localidade, as redes familiares e os laços de amizade contribuíam para o deslocamento de pessoas casadouras na Itália a fim de unirem-se em matrimônio nas terras paulistas. O cruzamento de fontes evidencia esse comportamento, ao revelar registros de jovens contraindo matrimônio com conterrâneos poucos dias ou meses depois de entrarem no país.

Em Franca, como em outras áreas de recebimento significativo de imigrantes, o declínio da imigração estrangeira contribuiu de maneira importante para a reformulação desse mercado matrimonial. Além disso, os laços de origem tornam-se com o tempo mais distantes, refletindo na queda dos índices de endogamia, a partir do final de mais de meio século transcorrido entre as décadas de 1885 e 1945.

A idade ao casar

Os estudos sobre a nupcialidade preocupam-se com os padrões de casamento e a análise das variáveis que pudessem explicá-los. O conhecimento da idade ao casar é fundamental para a análise de qualquer segmento social, pois, aliada à duração do casamento e a intensidade com

que essas uniões ocorrem, influencia os índices de fecundidade, principalmente em sociedades do passado onde não se praticava o controle da fecundidade.

As uniões mais precoces ou tardias condicionam a fecundidade, ao ampliar ou reduzir o tempo de a mulher gerar filhos. Por isso, a idade de início de uma união conjugal reflete os padrões socioeconômicos, condicionando os fenômenos demográficos e diversos aspectos conjunturais da vida do grupo. No caso da comunidade analisada, observamos que o processo imigratório interferiu na idade ao casar desses imigrantes, que passaram a adotar um padrão na terra de acolhida diferente daquele conhecido no seu país de origem. Os italianos em Franca tiveram acesso ao casamento entre 5 e 6 anos mais jovens do que aqueles que não emigraram.

Rosela Rettaroli analisando o sistema de casamento italiano no final do século XIX reuniu, no início dos anos 1980, uma série de resultados sobre as idades médias de acesso ao casamento. Os indicadores apresentados por Rettaroli comparam os dados específicos das diversas regiões da Itália, nos anos de 1881 e 1901. Por exemplo, no Vêneto, de onde veio a maior parte dos imigrantes italianos para a região de Franca, as idades médias à primeira união conjugal eram, em 1881, 28,3 anos para os homens e 24,6 anos para as mulheres, alterando, em 1901, para 27,5 anos e 24,7 anos, respectivamente. As províncias meridionais mostravam idades ao casar mais baixas que aquelas verificadas nas regiões setentrionais, como o Vêneto e a Lombardia.

Tabela 32 – Idade média ao casar na Itália e em suas principais províncias que forneceram imigrantes para Franca, segundo sexo, 1881 e 1901

Região	1881		1901	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Vêneto	28,3	24,6	27,5	19,8
Lombardia	28,1	24,0	27,1	23,8
Abruzos	27,0	24,2	26,4	23,6
Lácio	29,5	25,2	28,9	25,4
Emília-Romanha	29,0	25,0	28,5	25,0
Campânia	27,7	24,0	27,4	24,3
ITÁLIA	28,1	24,1	27,7	24,1

Fonte: RETTAROLI, Rosela. Age at marriage in nineteenth century. **Journal of Family History**, v. 15, n. 4, 1990 p. 417.

Os homens e mulheres que se casaram na comunidade ítalo-brasileira em Franca tiveram um comportamento que se diferenciou do quadro elaborado por Rettaroli para análise da nupcialidade na Itália. Entre os fatores que interferiram na diminuição da idade de acesso ao

casamento dessa comunidade, podemos observar a ausência do serviço militar obrigatório e a necessidade de braços para compor o grupo familiar no serviço com a terra. Na Itália, os homens, normalmente, assumiam o compromisso de casamento antes de partirem para o exército e casavam-se assim que voltavam[308].

Examinaremos agora a idade de acesso ao casamento dos nubentes dessa comunidade. Para isso, destacaremos as informações com base no estado civil dos nubentes, para que a ocorrência de novas núpcias não interfira nos resultados elaborados. A Tabela 33, a seguir, mostra o número de casamentos realizados de acordo com o estado civil dos nubentes anotados nos registros paroquiais.

Tabela 33 - Estado civil dos nubentes, por coortes, 1886-1945

Casamentos de	Períodos			Total geral
	Coorte 1	Coorte 2	Coorte 3	
Solteiro-solteira	317	1.570	2.710	4.597
Solteiro-viúva	3	8	9	20
Viúvo-viúva	8	14	25	47
Viúvo-solteira	6	31	42	79
Total	334	1.623	2.786	4.743

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1886-1945.

Em todo o período estudado, houve 2,6% de casamentos em segundas ou mais núpcias para os homens, contra 1,4% para as mulheres. Para o primeiro coorte, de 1886 a 1905, a viuvez era a realidade de 4,1% dos homens e 3,2% das mulheres que se casaram nessa comunidade. Historicamente, a mortalidade entre as mulheres aumentava as chances de recasamento entre os homens. Envolvidas com o trabalho árduo e contínuo nas plantações de café, muitas mulheres negligenciavam os problemas de saúde durante a gravidez e perdiam a vida no parto ou em decorrência da debilidade física no puerpério. A mortalidade feminina influenciava as chances de segundas núpcias para a população masculina, que em 62,6% dos casos optou pelo recasamento com uma mulher solteira, em idade reprodutiva e que pudesse ajudar na criação dos filhos que ficaram do casamento anterior.

Embora os italianos tivessem acesso ao casamento mais cedo após a imigração, essas idades ainda eram mais elevadas que a apresentada pela população brasileira e ítalo-brasileira em todo o período estudado. Os comportamentos apresentados pela população brasileira e pelos filhos de italianos na região de Franca com respeito a uma das variáveis mais importantes ao

---

[308] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 30.

nível da nupcialidade, a idade média de acesso ao casamento, permitem que analisemos como a imigração interferiu nos costumes e como essas tendências variaram com o passar do tempo.

Segundo Levy e Scarano, nas terras do café o desequilíbrio a favor no número de homens e o fato de o serviço necessitar mais de grupos familiares do que de homens sozinhos refletiu nas questões matrimoniais em relação à Itália, levando a diminuição na idade ao casar e ao aumento do número de mulheres que se casavam[309].

A diferença de idade entre os cônjuges seguiu o padrão encontrado nas sociedades em geral de o homem se casar com mulher mais jovem que ele. Na Itália, essa diferença, no ano de 1881 e 1901, foi de 4 e 3,6 anos, respectivamente; enquanto no Brasil, os imigrantes alargaram ainda mais esse desequilíbrio, com diferenças na idade média ao casar entre homens e mulheres sempre acima de 4 anos.

Tabela 34 – Evolução da idade média de acesso ao casamento, por coortes, 1886-1945

	Solteiros					
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Brasileiros	20,0	15,8	22,2	19,0	24,1	20,6
Italianos	22,9	18,2	25,3	21,3	29,2	24,7
Ítalo-brasileiros	20,0	18,6	22,2	18,9	24,1	20,6
	Viúvos					
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Brasileiros	-	-	27,7	35,5	33,7	31,2
Italianos	-	-	39,8	38,5	49,9	42,8
Ítalo-brasileiros	-	26,0	26,1	35,4	33,4	28,6

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1886-1945.

Os homens italianos em Franca, na virada do século XIX ao XX, casavam-se aos 22,9 anos em média e as mulheres aos 18,2 anos. Nas décadas seguintes, a idade média masculina aumentou para 25,3 anos e a feminina para 21,3 anos. No último coorte do nosso estudo, entre 1926 e 1945, essas idades médias ascenderam ainda mais, chegando a 29,2 e 24,7 anos, para homens e mulheres, respectivamente. O aumento das idades dos homens e das mulheres nascidos na Itália, verificado nas últimas décadas, foi resultado do envelhecimento do grupo, que aconteceu naturalmente com o declínio da corrente imigratória. A tendência de elevação

[309] LEVY, Maria Stella Ferreira; SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. *In:* **População e Família**, v. 1, n. 1, 1999, p. 69.

das idades foi sentida também para os recasamentos, que, entre 1906 e 1925, ocorriam por volta dos 39 anos, e passou a acontecer em média aos 49,9 anos para os homens e aos 42,8 anos para as mulheres, entre 1926 e 1945.

Comparando os italianos com os nacionais e os filhos de italianos, observa-se que a idade da primeira união do homem italiano, em todo o período, esteve sempre acima dos demais. Apenas as mulheres filhas de italianos, no primeiro coorte, apresentaram idades médias de acesso ao casamento um pouco mais elevada que as italianas. Os ítalo-brasileiros geralmente casavam-se em idades mais jovens do que haviam se casado seus pais e os italianos seus contemporâneos, com idades semelhantes aos demais brasileiros.

É interessante notar que as idades mínimas e máximas de acesso ao casamento variavam de acordo com o estado civil dos nubentes. Por exemplo, nem sempre as pessoas mais velhas a se casarem eram viúvas, pois o recasamento era uma realidade almejada por aqueles que ficaram viúvos mais jovens, ainda em idade produtiva, e que precisavam de um parceiro conjugal para ajudar na criação dos filhos deixados pelo cônjuge falecido. Geralmente, essas uniões aconteciam em um curto intervalo após a viuvez.

Por outro lado, as mais elevadas idades mínimas dos nubentes foram apresentadas pelas pessoas em segunda união. No primeiro coorte, apenas uma mulher de 26 anos de idade recorreu a um segundo casamento; nos demais períodos, a idade mínima de acesso a segundas núpcias entre os homens e mulheres ítalo-brasileiros girou em torno de 21 a 23 anos. Já entre os italianos, a idade mínima no momento do recasamento foi de 20 anos para os homens e 21 anos para as mulheres, no primeiro coorte; elevando entre 1926 e 1945 para 32 e 35 anos de idade, para os homens e mulheres, respectivamente

Tabela 35 – Idade ao casar, segundo sexo, estado civil e período, 1886-1945

Italianos						
Solteiros						
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Idade média	22,9	18,2	25,3	21,3	29,2	24,7
Moda	29	17	22	18	23	19
Mediana	23	19	24	19	25	21
Máximo	37	25	71	69	71	65
Mínimo	15	14	16	14	18	17
Viúvos						
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Idade média	-	-	39,8	38,5	49,9	42,8
Moda	-	-	46	47	37	-
Mediana	-	-	39	39	49	42
Máximo	-	-	57	52	70	53
Mínimo	-	-	20	21	32	35

Ítalo-brasileiros						
Solteiros						
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Idade média	20,0	18,6	22,2	18,9	24,1	20,6
Moda	-	17	22	18	23	19
Mediana	20	17	22	18	24	20
Máximo	20	21	55	44	68	51
Mínimo	20	14	17	14	15	14
Viúvos						
	Coorte 1		**Coorte 2**		**Coorte 3**	
	Hom.	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**	**Hom.**	**Mul.**
Idade média	-	26,0	26,1	35,4	33,4	28,6
Moda	-	-	22	24	30	26
Mediana	-	-	24	24	33	27
Máximo	-	26	36	62	46	40
Mínimo	-	26	22	21	23	22

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1886-1945.

Nesse período, o Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, promulgado pelo governo provisório da República, proibia o casamento de mulheres menores de 14 anos e homens menores de 16 anos. Ainda assim, os menores de 21 anos eram obrigados a obter o consentimento de ambos os pais para que fosse realizado o casamento civil. Posteriormente, o Código Civil de 1916 postergou por dois anos as idades mínimas exigidas para o casamento, mas manteve a condição de anulabilidade caso os nubentes não possuíssem a autorização do responsável[310]. No passado colonial brasileiro, o costume era se casarem entre os 15 e 20 anos, mas alguns casos mostram que algumas jovens se casaram ainda mais jovens. A elevação da idade mínima exigida pelo Código Civil de 1916 para o casamento pode ter sido um fator que contribuiu para elevar as idades ao casar dos brasileiros e dos imigrantes aqui instalados.

Duração dos casamentos

A idade de acesso ao casamento e a esperança de vida interferia na duração média das uniões. Em 1945, o último ano de nossa análise, a expectativa de vida no Brasil era de 45,5 anos. Na Itália, entre 1885 e 1945 a *aspecttativa di vita* aumentou de 36,8 anos para 54,8 anos[311]. Por outro lado, idades médias ao casar elevadas apresentadas pela Itália no final do século XIX,

[310] LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, p. 117–133, 2009.
[311] Dados extraídos de: https://l1nq.com/FLprF. Acesso em: 26 set 2022.

em torno de 28 anos para os homens e 24 anos para as mulheres, não permitiriam que a duração desses casamentos se estendesse por períodos muito longos. No pós-imigração, a diminuição dessas idades influenciaria para casamentos mais duradouros. Por meio das fichas de famílias completas e da localização dos registros de casamento de uma parcela desses imigrantes na Itália, teremos a possibilidade de ponderar se essas questões realmente interferiam no comportamento matrimonial da população.

Tabela 36 – Duração média do casamento, por local de realização e períodos

Local de realização dos casamentos	Períodos		Número de ocorrências	Média de duração do casamento
	Realização do casamento	Dissolução do casamento		
Itália	1870-1915	Até 1945	44	38,7
	1870-1915	Após 1945	66	40,2
Brasil	1886-1945	Até 1945	26	20,4
	1886-1945	Após 1945	302	36,9

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Até 1945, a duração média dos casamentos dos italianos que imigraram casados foi de 38,7 anos[312]; em relação àqueles que casaram em terras paulistas, esse valor foi de 20,4 anos. Se levarmos em consideração os dados encontrados para essa população depois de 1945, as médias de duração dessas uniões foram de 40,2 anos, para os casamentos realizados ainda na Itália, e de 36,9 anos para os casados no Brasil. Entre aqueles que imigraram casados, o menor tempo de duração de uma união foi 12,2 anos e o maior tempo 68 anos; já entre os casados na região de Franca, o maior tempo de casamento foi 45,1 anos e o menor tempo foi um mês.

Vale ressaltar que as uniões com menos de um ano de duração foram celebradas em iminente perigo de morte, ou seja, quando um dos cônjuges estava com algum problema grave de saúde. Um desses casos foi o dos viúvos italianos Saverio Conte e Concetta Grifone, de 55 e 65 anos, respectivamente. O matrimônio, realizado na casa dos oradores, legitimou o concubinato, tendo a noiva falecido menos de seis meses depois no dia 18 de julho de 1936. Situações como essa não eram raras, principalmente quando os nubentes eram viúvos ou haviam apenas realizado o casamento civil anteriormente. Os italianos Giuseppe Fontanezzi e Catarina Barcarollo, por exemplo, viveram unidos civilmente por mais de vinte anos e só foram recebem as bençãos matrimoniais depois de terem onze filhos, quando a nubente se encontrava gravemente enferma.

[312] Esse cálculo levou em consideração as fichas de família em que constam a data em que aconteceu a dissolução do casamento pelo óbito de um dos cônjuges.

Como foi possível perceber, os italianos que imigraram casados tiveram uniões mais duradouras que aqueles que se uniram no Brasil. Ou seja, apesar da idade de acesso ao casamento na Itália ser mais elevada, a expectativa de vida no país de origem contribuiu para que esses imigrantes ficassem mais tempo casados que aqueles que se uniram sob condições de vida mais precárias e com esperança de vida menor.

Tutti buona gente: os italianos se multiplicaram

O regime de exploração do trabalho em bases familiares, desenvolvido no auge da economia cafeeira paulista, refletiu na determinação dos níveis e tendências demográficas, especialmente no que diz respeito à fecundidade. O colonato permitiu à família um protagonismo nos cafezais, onde os grupos com muitos membros tinham maiores condições de executar tarefas, ampliar sua capacidade de trabalho e acumular pecúlio.

Ao reconstituir famílias por meio das técnicas da demografia histórica, partimos do cerne demográfico, ou seja, o núcleo reprodutivo formado pelo casal e seus filhos. O imigrante como membro de sua comunidade étnica recria, pela reprodução biológica, não só a si mesmo nos seus filhos, mas parcela das gerações sucessivas que compuseram o agrupamento social etnicamente reconstruído[313].

A análise da fecundidade teve por base os dados reunidos pela reconstituição da comunidade italiana na paróquia em foco e do cruzamento dos registros de batizados, casamentos e óbitos. Ou seja, conforme a metodologia clássica de Henry e Fleury, refere-se à fecundidade dos casais formalmente legitimados pela igreja, calculada por meio das fichas de família. Para conhecer os comportamentos demográficos desse grupo, é necessário articular os dados sobre a fecundidade com a idade média da mãe ao casar e ao dar à luz o último filho.

Primeiramente, examinaremos os resultados obtidos sobre os nascimentos nessa comunidade. Dentro dos limites cronológicos e espaciais desse estudo foram batizadas 22.769 crianças, sendo que a paróquia de Franca representa 61,7% dos registros, seguida por Pedregulho com 14,2% e São José da Bela Vista com 10,2%.

---

[313] NADALIN, Sergio Odilon. Imigração e família, segunda metade do século XIX. *In:* **Revista Latinoamericana de Población**, v. 8, n. 14, p. 31–55, 2014, p. 40.

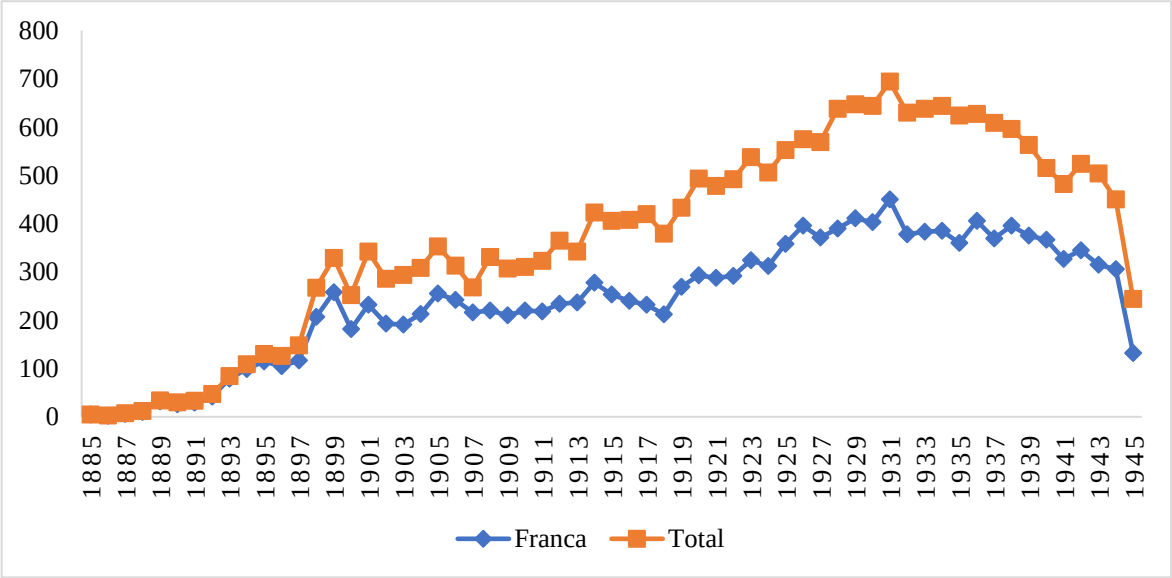
Tabela 37 - Batizados da comunidade italiana, 1885-1945

Localidade	N. abs.
Franca	14.062
Pedregulho	3.237
São José da Bela Vista	2.342
Cristais Paulista	977
Patrocínio Paulista	570
Restinga	579
Rifaina	541
Itirapuã	239
Ribeirão Corrente	222
Total	22.769

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos, 1885-1945.

Por meio dos registros de batismo observa-se o movimento de crescimento da população ítalo-brasileira. O número de nascimentos dessa comunidade foi de 5 em 1885 para 258 no ano de 1900, chegando ao pico de 694 em 1931, decaindo nos anos seguintes. Esse movimento de alta da curva dos nascimentos reflete, evidentemente, o movimento de crescimento e fixação dessa população na paróquia de Franca e nas localidades vizinhas. Assim, conforme os registros de batismos, essa comunidade ítalo-brasileira, que era composta a princípio pelos imigrantes pioneiros passou sucessivamente a receber o incremento de filhos e netos numa proporção de crescimento médio de 12% ao ano de 1885 a 1945.

Gráfico 23 – Comparativo entre os batizados da comunidade italiana. Franca e localidades vizinhas, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos, 1885-1945.

A baixa que segue o pico de nascimento do ano de 1931, em grande parte, pode estar relacionada ao avanço da frente de trabalhadores para terras do oeste paulista e do estado do

Paraná, que surgiu nessa época como um eldorado de propriedades mais baratas e acessíveis para muitos lavradores da região de Franca que desejavam se tornar proprietários. A historiografia aponta que as próprias famílias de imigrantes, que haviam sido trazidas para o regime de colonato, constituíram a demanda potencial para o mercado de terras que se expandiu nas décadas de 1920 e 1940, atingindo os limites do estado. Em um movimento inverso, há muitos exemplos de famílias que se deslocaram de áreas mais remotas do interior para a capital em busca de oportunidades para os filhos[314]. Embora difícil de ser melhor explorada aqui, tais deslocamentos se enquadram numa dinâmica de distribuição dos grupos pelo interior condicionada pela disponibilidade de terras férteis que, sem dúvida, interfiram na desaceleração do crescimento da comunidade ítalo-brasileira a partir da década de 1930.

Sublinho que esses contextos devem considerar as particularidades dos indivíduos que continuam a se mover, solidificando suas relações com a sociedade receptora. Logo, o imigrante e seus descendentes se encontravam inseridos em um grupo cultural, étnico e religioso que se reproduzia na matéria demográfica.

Características do comportamento reprodutivo do grupo

O conveniente arranjo das informações extraídas nos registros paroquiais permitiu que fossem reconstituídas milhares de famílias, cujos indivíduos estavam intensamente se relacionando. No conjunto de fichas de família, foi selecionado o caso do italiano Carlo Francesco Limonta e de sua mulher Zelinda Ganzarolli com o objetivo de explorar as informações extraída nas atas de batismos e explicar os comportamentos demográficos desses homens e mulheres, sujeitos de nossa pesquisa.

Carlo Francesco Limonta desembarcou no Brasil esquivando-se do serviço militar italiano. Seus pais, Domenico Limonta e Maria Bertola, seguiram seus passos anos depois, quando Carlo já estava instalado em Franca e casado com a jovem veneta Zelinda Ganzarolli, que imigrara com os pais aos oito anos de idade, durante o verão italiano do ano de 1888. O casamento de Carlo e Zelinda foi realizado na Matriz de Franca justamente no dia em que o noivo completou 21 anos de idade (28 de agosto de 1897). No final de 1901, regressaram à Itália, onde permaneceram até 1906. Ao reemigrar, o clã era composto por três filhos brasileiros e dois italianos. Nos vinte anos seguintes, Zelinda daria à luz mais onze filhos, sendo a última

---

[314] TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). *In*: **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 161-191, 2019.

gestação gemelar. Esta família deslocou-se pela região de Franca, tendo residido também em Orlândia e Igarapava até fixar-se por alguns anos na vila de Igaçaba, no município de Pedregulho. Idosos, Carlo e Zelinda acompanharam os filhos que foram morar na capital do estado, onde faleceram.

Carlo Limonta e sua esposa permitem historicizar os comportamentos da comunidade italiana e ajudam a ilustrar a história dos jovens casadoiros do primeiro coorte de casais imigrantes, que chegaram ao Brasil ainda crianças ou na juventude, e tiveram suas vidas marcadas pela emigração e pelo impacto da chegada e do estabelecimento. Além disso, esse casal teve uma experiência de retorno à terra natal, e desenvolveu sociabilidades marcadas pelas relações com pessoas de mesma origem dentro do grupo cultural, étnico e religioso.

Imagem 42 – Ficha da família de Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli

FICHA DE FAMÍLIA										*Nº*	*4598*
NOME E SOBRENOME		*PAIS*			*DATA E LOCAL DE NASCIMENTO*				*DATA E LOCAL DO ÓBITO*		
LIMONTA Carlo Francesco		LIMONTA Domenico e BERTOLA Maria			1876-08-28	Arcene, Bergamo			1962-01-19	São Paulo, São Paulo	
GANZAROLI Zelinda		GANZAROLI Achilles e GUERINI Clara			1880-06-13	Castelnovo Bariano, Rovigo			1972-05-20	São Paulo, São Paulo	
LOCAL E DATA DO CAS.		*IDADE AO CASAR*	*HOMEM*	21,0	*IDADE AO MORRER*	*HOMEM*	85,4	*FIM DA OBSERVAÇÃO*		*DURAÇÃO*	*FILHOS*
1897-08-28	*Franca*		*MULHER*	17,2		*MULHER*	91,9	1962-01-19		64,4	17

FILHOS												
Nº	*NOME*	*SEXO*	*DATAS*		*LOCAL*	*IDADE DA MÃE*	*DURAÇÃO DO CAS.*	*INTERV. EM MESES*	*IDADE AO BATIZAR*	*PADRINHO*	*MADRINHA*
			NASCIMENTO	*BATIZADO*							
1	Antonio	M	1898-06-07	1898-07-23	Franca	18,0	0,8		0,13	Ganzaroli Modesto	Limonta Lucia
2	Luiz	M	1899-08-19		Franca	19,2	2,0	14	1,83		
3	Jacintho	M	1901-06-03	1901-06-16	Franca	20,9	3,8	35	0,04	Viscardi Carlo	Guidoti Carolina
4	Giuseppe	M	1902-??-??		Arcene, IT						
5	Domenica	F	1904-05-21		Arcene, IT	23,9	6,7				
6	Maria	F	1907-02-02	1907-04-06	Franca	26,6	9,4	32	0,18	Pagani Elias	Ganzaroli Rosa
7	Anna	F	1908-02-01	1909-04-25	Franca	27,6	10,4	11	1,23	Augusto Ubiali	Finto Carolina
8	Miguel	M	1910-09-28	1910-12-10	SJBV	30,3	13,1	31	0,20	José Caramori	Margarida Ganzaroli
9	João	M	1912-10-08	1912-12-14	Franca	32,3	15,1	24	0,18	Carlos Vergani	Thomazia Bonachi
10	Octavio	M	1914-11-29	1915-01-24	Franca	34,5	17,2	25	0,16	Ganzarolli Jacintho	Ganzaroli Angela
11	Silvio	M	1916-07-23	1916-10-28	Franca	36,1	18,9	19	0,26	João Perente	Carolina Donzelli
12	Natalina	F	1917-12-24	1918-03-02	Franca	37,5	20,3	16	0,20	Luis Galvani	Flausa Brolis
13	Achilles	M	1919-04-16	1919-06-18	Franca	38,8	21,6	15	0,17	José Destri	Pierina Prometti
14	Mario	M	1921-04-18		Orlândia	40,8	23,6	24			
15	Agnaldo	M	1924-02-03		Igarapava	43,6	26,4	33			
16	Iolanda	F	1926-02-13	1926-08-02	Franca	45,7	28,5	24	0,46	André Macarini	Joanna Macarini
17	Olga	F	1926-02-13	1926-08-02	Franca	45,7	28,5	0	0,46	João Macarini	Isabel Macarini

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

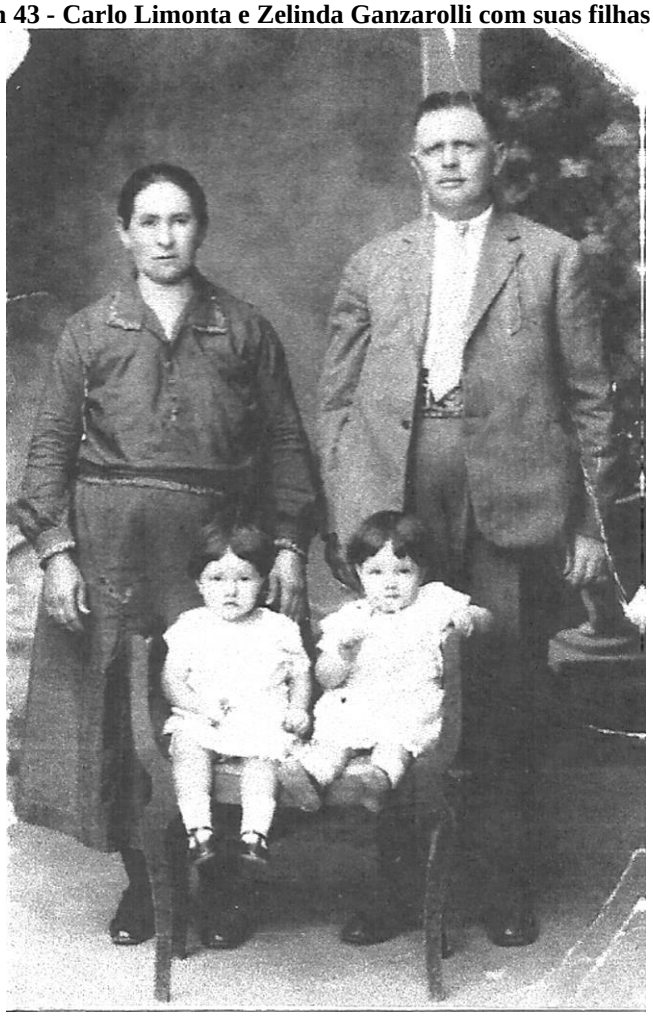
Examinemos os dados quantitativos dessa comunidade em comparação com a linhagem da família Limonta, a mais extensa entre as famílias reconstituídas e reproduzida na imagem 42[315]. Carlo e Zelinda permaneceram em Franca após se casarem, onde nasceram Antônio (1898), Luiz (1899) e Jacintho (1901). Ao desembarcarem pela segunda vez no porto de Santos em 14 de setembro de 1906, traziam os filhos Giuseppe (1902) e Domenica (1904) – nascidos

[315] Na ausência de registros paroquiais de Arcene, na Itália; Orlândia e Igarapava, em São Paulo, recorremos as fontes civis para reconstituir a linhagem familiar.

em Arcene, província de Bergamo. De volta as terras paulistas, o clã completou-se com o nascimento de Maria (1907), Anna (1908), Miguel (1910), João (1912), Octavio (1914), Silvio (1916), Natalina (1917), Aquiles (1919), Mario (1921), Agnaldo (1924) e das gêmeas Iolanda e Olga (1926).

A ficha apresentada é um exemplo entre milhares de famílias reconstituídas, reunidas em função de um período de casamento e encerrada de forma metodologicamente rigorosa a fim de realizar análises estatísticas. Por exemplo, a ficha de família relaciona o número de nascimentos de cada clã em função da idade da mãe, atendendo a primeira finalidade dos criadores dessa metodologia que pretendiam conhecer a fecundidade materna por idade. A exploração das fichas e o tratamento desses dados articulados à demografia permite a obtenção dos intervalos entre o casamento, o primeiro nascimento e os nascimentos sucessivos.

Imagem 43 - Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli com suas filhas gêmeas

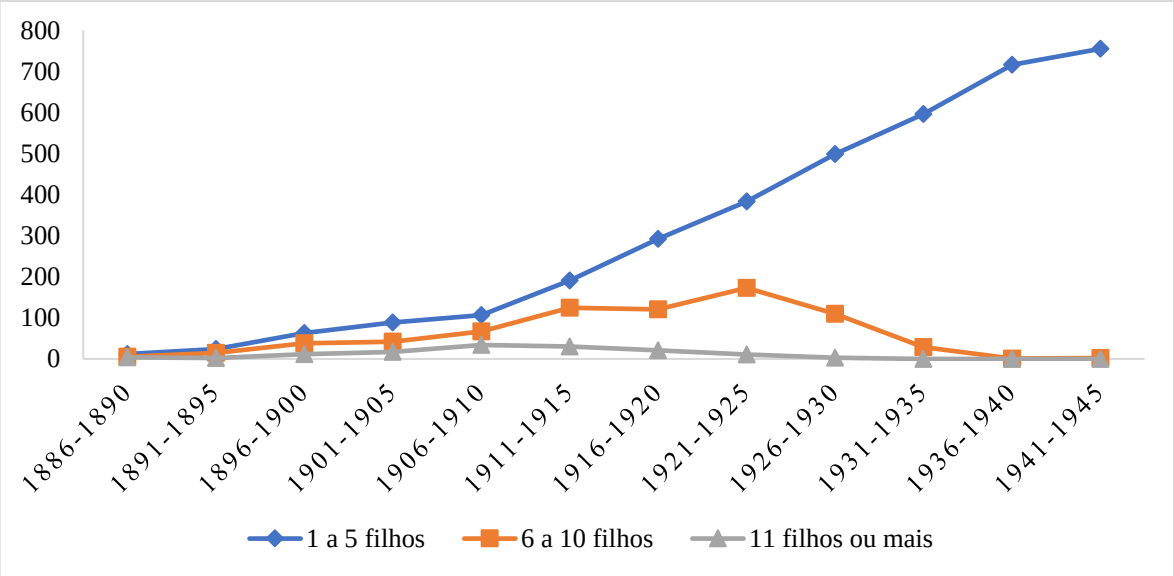


Fonte: Recordação pública do FamilySearch.

A família Limonta mostra um exemplo típico de união fecunda. Em todo o período estudado não encontramos mulheres tão prolíferas quanto foi Zelinda Ganzarolli, que gerou

filhos de 1897 até 1926. Dezessete filhos nascidos, praticamente de dois em dois anos – as vezes até menos do que isso, entre os 18 e os 45 anos de idade. Com a última procriação ocorrendo na idade limite da fecundidade, convencionada para as populações tradicionais em torno dos 45 anos da mulher. Uma fecundidade representativa comparada a média de 4 filhos nascidos por casal dessa comunidade.

Gráfico 24 – Quantidade de filhos por ano de casamento, 1886-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Os intervalos entre os nascimentos da grande maioria das crianças ítalo-brasileiras de nosso estudo, observadas em mulheres que na época alcançaram os 45 anos-limite mencionados, eram maiores que os intervalos intergenésicos constatados para a família Limonta. Entre as quinze mulheres que deram à luz com mais de 45 anos de idade, a quantidade média de filhos foi de 10,4 e a média do intervalo intergenésico foi de 2,88 anos, enquanto Zelinda Ganzarolli teve 16 partos com um intervalo médio de 1,9 anos. Além disso, ao verificarmos que o último parto de Zelinda aconteceu quando ela estava exatamente com 45 anos e 8 meses, constatamos que este comportamento destoa das demais mulheres italianas casadas no universo estudado, nos anos finais do século XIX, cujas últimas parturições ocorreram com uma idade média de 36,5 anos.

Tabela 38 – Média dos intervalos intergenésicos, por quinquênio

Período	Média	Ocorrências
1886-1890	3,11	12
1891-1895	2,74	26
1896-1900	3,10	77
1901-1905	2,66	103
1906-1910	2,78	155
1911-1915	2,81	243
1916-1920	2,84	300
1921-1925	3,04	394
1926-1930	2,89	397
1931-1935	2,90	369
1936-1940	2,33	336
1941-1945	1,54	64

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Por outro lado, Zelinda tinha 17 anos quando casou enquanto as mulheres italianas que se casaram naquele tempo tinham em média 18,2 anos. Seu casamento relativamente precoce e os intervalos entre os nascimentos um pouco mais curtos permitiram uma prole numerosa – além de sua última gestação gemelar. O intervalo entre o casamento e o primeiro nascimento, chamado protogenésico, também foi menor que dos demais casais nesse período. Conforme a Tabela 39, abaixo, a média dos intervalos protogenésicos foi de 1,52 anos no período em que Carlos e Zelinda se casaram, que por sua vez tiveram o primeiro filho com um intervalo protogenésico de 0,8 anos – exatamente nove meses e dez dias após o casamento.

Tabela 39 – Média dos intervalos protogenésicos, por quinquênio, 1886-1945

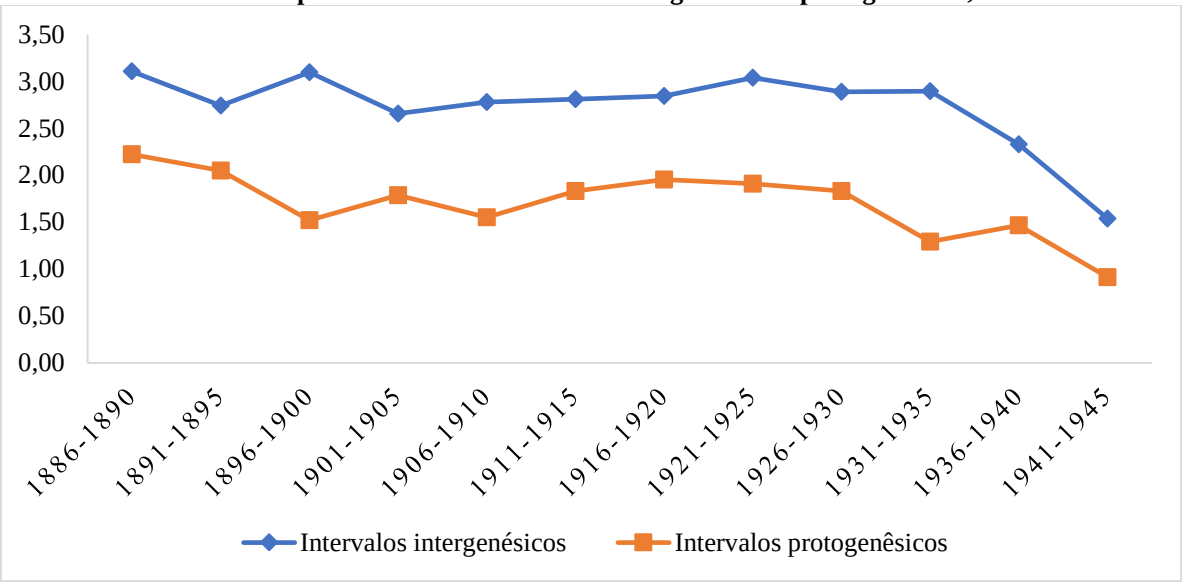
Período	Intervalos protogenésicos	Ocorrências
1886-1890	2,22	13
1891-1895	2,05	28
1896-1900	1,52	77
1901-1905	1,79	105
1906-1910	1,55	154
1911-1915	1,83	255
1916-1920	1,95	338
1921-1925	1,91	455
1926-1930	1,83	458
1931-1935	1,29	452
1936-1940	1,47	482
1941-1945	0,91	270

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Como era de se esperar, os intervalos protogenésicos eram mais curtos que os intervalos intergenésicos, que sofriam a interferência dos costumes relativos à amamentação e em virtude

da incidência de abortos. Todavia ambos apresentaram queda no decorrer do período estudado, como podemos observar nos anos 1940, quando o intervalo médio entre o casamento e o primeiro nascimento foi, pela primeira vez, menor que um ano; ao passo que as diferenças médias de idade de um filho ao outro decaíram de 3 anos no final do século XIX para um ano e meio entre 1941 e 1945.

Gráfico 25 – Comparativo entre os intervalos intergenésicos e protogenésicos, 1886-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

A análise dos intervalos protogenésicos mostrou um número de crianças nascidas em curto tempo entre o casamento e o nascimento. Conforme o Gráfico 25, entre 1886 e 1945 nasceram 268 crianças em menos de nove meses após o casamento de seus pais. Os números postos à luz mostram a ocorrência de concepções ilegítimas, contudo apesar de 4,4% dos nascimentos terem ocorrido menos de sete meses depois das núpcias, não é possível afirmar que esses casais tornaram-se menos castos antes do matrimônio pela falta de dados sobre prematuridade. É preciso ter cuidado com este dado, uma vez que o tempo médio de uma gravidez é de nove meses, mas estudos mostram que cerca de 25% das crianças nascem antes de completar esse período[316].

A fecundidade é um fenômeno que varia de um país para outro e de uma época para outra, por conta de fatores como o casamento e o recurso a limitação de nascimentos pelos casais. No entanto, é preciso pensar a fecundidade ilegítima, isto é, das mulheres que não coabitam com um homem e não estão constantemente expostas aos riscos da concepção.

---

[316] BONGAARTS, John; POTTER Robert. **Fertility, Biology and Behaviour: An Analyses of the Proximate Determinants**. New York: Academic Press, 1983.

Abordamos aqui um aspecto pouco conhecido da comunidade italiana no interior paulista, que é o nascer fora do matrimônio legítimo.

Os números sobre a ilegitimidade na Europa nos séculos XVIII e XIX salientam que a fecundidade extramarital se tornava um problema relevante nas áreas urbanizadas, que representavam um foco dos nascimentos fora do casamento[317]. No entanto, Ana Scott, no estudo da vila portuguesa de São Tiago de Ronfe, verificou que a incidência numérica dos nascimentos ilegítimos em relação ao total de nascimentos caiu de 16,8% no período entre 1651 e 1700 para 6,2% de 1851 a 1900[318], um movimento inverso ao anotado por Michel Flinn para várias partes da Europa entre os séculos XVI e XIX, que passava por uma escalada da ilegitimidade[319].

No Brasil, a história do seu povoamento foi marcada pela proliferação de filhos ilegítimos, frutos de relações extraconjugais. Gilberto Freyre, em seus estudos de ordem antropológica e sociológica, apontou que no período colonial assistiu-se ao nascimento de uma "legião de bastardos na sociedade patriarcal"[320]. Por sua vez, a análise de Caio Prado Júnior insidia sobre a instabilidade, o desregramento e a promiscuidade, que eram características marcantes da sociedade colonial. Marcílio, em seus estudos sobre a vila de São Paulo, observou a extensão da concubinagem e o aumento dos filhos classificados como bastardos[321].

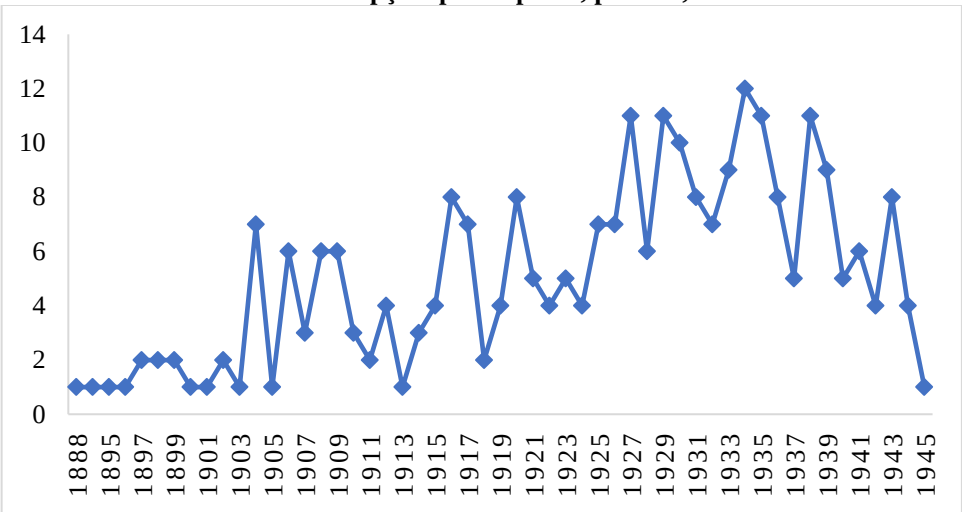
O nascimento de filhos ilegítimos nas comunidades imigrantes no interior paulista é um fenômeno pouco conhecido. Ana Scott, Maria Silvia Bassanezi e Dario Scott[322], ao explorarem os dados sobre a condição de legitimidade no estado de São Paulo, na transição entre o Império e a República, de 1886 a 1900, verificaram um quadro diferenciado em áreas onde a imigração internacional foi mais intensa, com a queda nos índices de ilegitimidade. Outros estudos traçaram curvas de nascimentos e contabilizaram médias anuais e mensais de batismos, mas ainda não assinalaram a frequência de crianças nascidas fora do matrimônio. Em muitas

---

[317] FLINN, Michel W.. **The European Demographic System (1500-1820)**. Suffolk: The Harvester Press, 1981, p. 25.
[318] SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 324.
[319] *Ibid*, p. 347.
[320] MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 204.
[321] *Ibid*.
[322] Os autores gentilmente disponibilizaram texto inédito **Ilegítimos na transição entre o Império e a República: o caso do estado de São Paulo (1886-1900)**, em curso de publicação.

localidades, as atas de batismos não assinalavam a condição das crianças batizadas, se legítimas ou não. Por conta disso, para se conhecer o número de nascimentos fora da união marital é necessário cruzar os registros de batismo e casamento. No Gráfico 26, a seguir, os intervalos protogenésicos negativos permitiram computar as concepções pré-nupciais, por ano do nascimento, baseado na subtração das datas de nascimento e casamento dos genitores.

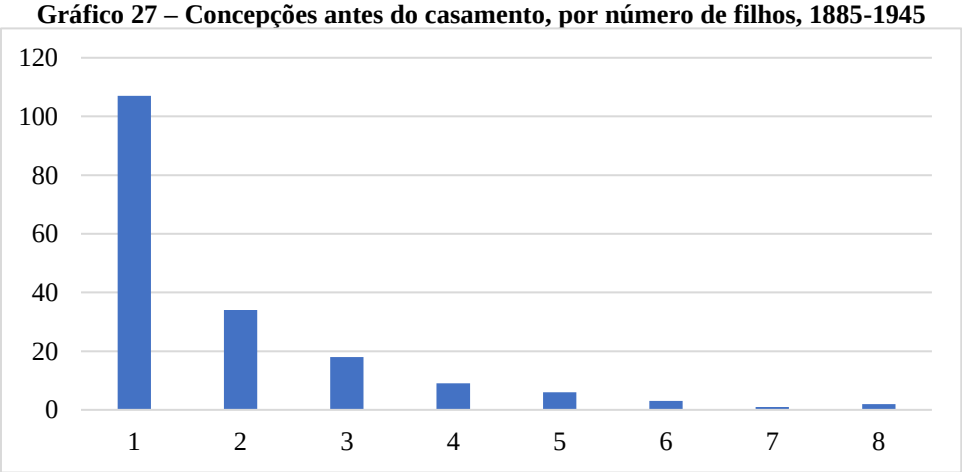
Gráfico 26 – Concepções pré-nupciais, por ano, 1888-1945



Fonte: Bando de dados *Italianos em Franca*.

Os resultados apurados indicam um percentual baixo de concepções pré-nupciais, em todo o período estudado 1,17% (268 crianças) dos batizados foram gerados antes do matrimônio de seus pais. Pode-se conjecturar que os casais, ao se darem conta da gravidez, procuravam realizar o casamento o mais breve possível, para evitar o nascimento do fruto de uma união não consagrada pela Igreja. Em contrapartida, das famílias de que se conhece a data de casamento, 184 legitimaram sua união perante a Igreja depois do nascimento do primeiro filho, conforme o Gráfico 27, abaixo.

Gráfico 27 – Concepções antes do casamento, por número de filhos, 1885-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.
N= 184 casais.

Este panorama que se modificou no decorrer dos anos, mas pelo exame da frequência de concepções pré-nupciais e de filhos nascidos antes do casamento não se pode definir uma anormalidade da cena familiar na comunidade. No que se refere ao amor ilegítimo traduzido pelas concepções pré-nupciais, os nascimentos oriundos deste tipo de comportamento em relação à totalidade das crianças nascidas não permitem generalizações ou uma possível atitude demográfica diferenciada. Para os casos observados, a ilegitimidade praticada pelos italianos e seus descendentes era logo atenuada pelo casamento, pois a porcentagem de crianças nascidas decaiu de 59,4 para 18,8 e 10% entre o primeiro, o segundo e o terceiro filho, respectivamente.

Com efeito, o início da idade reprodutiva e a fecundidade, além de serem fenômenos biológicos, constituem-se em manifestações culturais. As mudanças ocorridas no comportamento reprodutivo foram acompanhadas por transformações na nupcialidade, nas condições de vida e no âmbito religioso. Ainda que a antecipação da idade ao casar, nas famílias pioneiras, parece ter inaugurado um comportamento reprodutivo diferente ao de seus pais e avós na Itália, no caso francano estava ligada às bases de trabalho do colonato, que privilegiava a formação e o estabelecimento de uma família numerosa. As histórias de vida das famílias formadas por cônjuges ítalo-brasileiros, por nós reconstituídas, assinalam uma evolução comportamental no decorrer dos anos, traduzida no adiamento da idade ao casar, de um período ao outro, expressando-se nas médias de 18,2 e 24,7 anos, para as italianas; e 18,6 e 20,6 anos para as jovens ítalo-brasileiras. Esse retardamento na idade de acesso ao casamento interferiu no decréscimo da fecundidade e no encurtamento das histórias maternas.

Outras explicações dão conta da complexidade das mudanças referentes a fecundidade, como o fator mortalidade, principalmente infantil; o melhoramento das condições de saúde e do saber médico; e a submissão à disciplina moral derivada da finalidade cristã do ato sexual no mundo camponês. As proles numerosas nas sociedades ditas “tradicionais” na Europa, até praticamente todo o século XIX, são discrepantes das cifras encontradas na realidade ítalo-brasileira estudada, onde a quantidade de filhos dessas famílias manteve um certo equilíbrio na média de quatro crianças nascidas.

Embora não seja possível generalizar, os métodos contraceptivos eram pouco conhecidos pelas sociedades camponesas, e os costumes relativos à fecundidade sofriam maiores interferências de fatores ambientais, alimentares e do universo mental religioso. Tais considerações são válidas para compreender o comportamento do casal Carlo e Zelinda, que certamente nunca pensou em planejar o número de crianças que queriam e recebiam os filhos

que nasciam como desígnios de Deus. A análise da sazonalidade mostra que seus filhos foram concebidos durante as quatro estações do ano, com uma incidência maior no mês de maio e menor nos meses de março e abril, o que revela a existência de constrangimentos morais e religiosos no tocante às suas relações de amor nos períodos religiosos de jejum e penitência.

Imagem 44 – Reportagem de Zelinda Ganzarolli ao jornal O Estado de S. Paulo, 13 de maio de 1967*

10 — O ESTADO DE S. PAULO

24 presentes para mamãe

Uma senhora de 84 anos, que teve 24 filhos, vai aparecer domingo na televisão, numa homenagem dos produtores do programa à mãe paulista.

Dona Zelinda Ganzarolla veio para o Brasil com 8 anos e ao casar-se, com 17, não esperava sequer tornar-se avó. Mas os filhos vieram um atrás do outro, cresceram numa fazenda de Franca, casaram-se e hoje a velhinha tem 85 netos, 129 bisnetos e um tataraneto.

Cabeça totalmente branca, já cega pela catarata e ouvindo muito pouco, conserva, no entanto, uma lucidez espantosa. "A minha maior alegria seria ver todos os meus filhos, netos e bisnetos reunidos um dia, mas sei que isso é impossível, porque estão espalhados por todo o Brasil".

Dos 24 filhos de dona Zelinda, 7 já morreram e apenas uma moça não se casou. Onze são homens e formaram um time de futebol, que certa vez foi jogar no Rio de Janeiro, a convite de Getulio Vargas.

Nova vida

A menina Zelinda Ganzarolla e seus 9 irmãos moravam com os pais em São Pedro, Italia, onde possuíam uma pequena chacara. Como a família fôsse grande demais para a chacara e não houvesse dinheiro suficiente para comprar mais terras, os pais de Zelinda resolveram mudar-se para um lugar onde houvesse "terra a dar com pau".

Vieram para o Brasil em 1891. Naqueles tempos, dos quais dona Zelinda sente muita saudade, Franca era sertão bruto e a família demorou a se acostumar. "Nós todos crescemos no cabo da enxada" — diz a velhinha com muito orgulho.

Aos 16 anos, a moça Zelinda conheceu Carlos Limonta, imigrante como ela, colono como seu pai, e com 17 anos e 3 meses estava casada. O primeiro filho veio aos 18 anos, o segundo aos 19, o terceiro aos 20 e assim por diante.

Depois houve um longo intervalo e, aos 48 anos de idade, dona Zelinda Ganzarolla teve um casal de gemeos. Então, ela e o marido resolveram parar.

Os filhos

— Eram faceis os partos da senhora, dona Zelinda? Quantas horas demoravam?

— **Quantas horas? Quantos dias!** — explica a velhinha. Diz que na Fazenda Içaçaba, em Franca, havia poucos recursos e, por isso, medico parteiro era coisa extremamente rara. **Os meus partos duravam de dois a três dias e eu só era assistida pelas amigas.**

Dona Zelinda nunca ficou doente e tomou a primeira injeção aos 82 anos, **por causa de uma gripe muito forte.** A cada filho que tinha, perdia um dente e perdeu os restantes quando teve o casal de gemeos.

Amamentou a todos no proprio seio, porque **naqueles tempos não havia leite em pó. Até hoje sinto dor nos seios, de tanto que dei de mamar.**

Nomes, um problema

Dona Zelinda anda um pouco triste porque não pode fazer tricô. Passa o dia rezando e só conversa com a filha Maria, que lhe deu 8 netos, e com os parentes que vão visitá-la na rua Feital, em Vila Gustavo, Capital.

Quando nasceu o primeiro filho, não houve problema com o nome, pois era dia de Santo Antonio e levou o nome do santo. Para não **desmerecer** os outros santos, passou a dar os nomes deles aos que nasciam. Acontece que os filhos eram tantos e tanto o trabalho de dona Zelinda para cuidar deles que às vezes não se lembrava do nome de nenhum santo para dar ao filho.

Com as moças, o problema era maior e foi preciso usar o nome de um dia da semana (Domingos). Os nomes escolhidos foram estes: Antonio, Luís, Jacinto, José, Dominga, Maria, Ana, Miguel, João, Otavio, Silvio, Natalina, Aquiles, Mario, Agnaldo, Olga e Iolanda.

Dona Zelinda prefere não falar nos filhos que morreram. Nem cita os nomes. Dos que estão vivos, não sabe de qual gosta mais. **Acho que todos eles formam um unico filho para mim, tanto o amor é dividido entre eles.**

Na TV

Quando a velhinha soube que iria aparecer no programa de Hebe Camargo, no canal 7, ficou preocupada, porque não poderia entender as perguntas da apresentadora do programa. Ainda hoje está preocupada, por temer que a gravação do videotape não tenha saído boa ou que sua voz não seja perfeitamente ouvida.

Dona Zelinda diz que, se por um golpe de magica, ela de novo se tornasse jovem, **eu me casaria de novo com o Carlos.** O marido morreu faz 5 anos, e ela ainda não se acostumou a condição de viuva.

Não se arrepende de ter tido tantos filhos, apesar do sofrimento físico, mas entende que é mais recomendavel aos casais modernos não terem mais de 6 filhos.

Sabe como é, hoje não é mais como antigamente.

Aos 87 anos, esta senhora é mãe de 24 filhos

* A transcrição da reportagem está em anexo.
Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo, 13 mai 1967. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670513-28244-nac-0010-999-10-not. Acesso em: 22 mai 2021.

Em maio de 1967, Zelinda foi homenageada por produtores de televisão e entrevistada pelo jornal *O Estado de São Paulo*. O relato da matriarca dá luz a sua história de vida e os sacrifícios de 24 gestações, das quais sobreviveram 17 filhos. Na ocasião, Zelinda Ganzarolli, já era viúva, havia ficado cega por conta da catarata e residia na Vila Gustavo, na zona norte da cidade de São Paulo. Sua lucidez permitiu um rico relato sobre a imigração, o casamento e sua numerosa prole. Sobre sua origem respondeu ser natural de São Pedro, na Itália – na realidade, a vila de San Pietro in Valle, na *comuna* de Castelnovo Bariano, província de Rovigo – onde seus pais viviam de uma pequena chácara que se tornara insuficiente para o sustendo da família. Na falta de condições para adquirir mais terras, seus pais decidiram imigrar para um lugar que houvesse, nas suas palavras, "terra a dar com pau". Já no Brasil, sua família passou algum tempo na região de Amparo, onde nasceram dois de seus irmãos, até se instalaram definitivamente em Franca, local de nascimento do último irmão em 1895 e onde a jovem Zelinda conheceu seu esposo Carlo, colono como seu pai. Segundo ela, sua família demorou a se acostumar com o interior paulista, onde ela cresceu, assim como seus irmãos, "no cabo da enxada".

Em relação ao nascimento dos filhos, Zelinda explicou que na fazenda Igaçaba, onde viveu por anos, não havia assistência médica e seus partos eram difíceis, durando de dois a três dias. As crianças nasciam pelas mãos de outras mulheres, parteiras com ou sem prática, amigas que se tornavam auxiliares improvisadas na ocasião. A matriarca ainda lembrou que todos os filhos foram amamentados no próprio seio, o que lhe conferiu dores prolongadas ao cabo de sua vida fértil que durou quase trinta anos.

Novamente comparando o seu período reprodutivo com o das outras mulheres de sua geração, quando Zelinda terminou de gerar sua prole seus primeiros filhos já estavam casados. Essa foi a realidade vivida por seus pais, Verecondo Achille Ganzarolli e Chiara Gherini, que chegaram ao Brasil aos 44 e 37 anos de idade, respectivamente, na companhia dos filhos Lazzaro (1871), Modesto (15), Zelinda (1880), Antônia (1883) e Rosa (1885). No município de Amparo, nasceu José (1891); em Pedreira, a menina Margarida (1893); e em Franca, os últimos filhos, Jacintho (1895) e Angela (1896). Contudo, antes de a família migrar para Franca, o filho mais velho, Lazzaro, casou-se no município de Pedreira com a italiana Amabilia Rizzato, em 10 de junho de 1893.

Apesar de Zelinda e sua mãe Chiara terem chegado à última gestação com 45 anos de idade, e ao mesmo tempo em que seus primeiros netos já estavam nascendo, o número de filhos

das duas foi bastante diferente, com intervalos intergenésicos bem maiores. Chiara Gherini teve nove filhos, oito menos que os dezessete nascidos vivos de sua filha. A fecundidade de Zelinda chama a atenção, inclusive entre as demais mulheres de sua família, pois sua irmã Margarida teve seis filhos, Antônia cinco e a mais nova, Rosa, faleceu no parto do primeiro filho, em 30 de outubro de 1917.

O maior número de concepções parece ter sido uma característica da família do esposo de Zelinda, pois sua prima Giuseppa Bertola, que vivia maritalmente com o irmão de criação dele, deu à luz quinze filhos, em um intervalo de vinte e cinco anos, dos 20 aos 45 anos de idade. As histórias de vida que se desenrolam nesse período assinalam que as oscilações na natalidade devem ser observadas, pelo historiador, como um modelo de regulação social definido por padrões do grupo em que estavam inseridos, onde havia espaço ou não para um controle deliberado da natalidade no convívio conjugal.

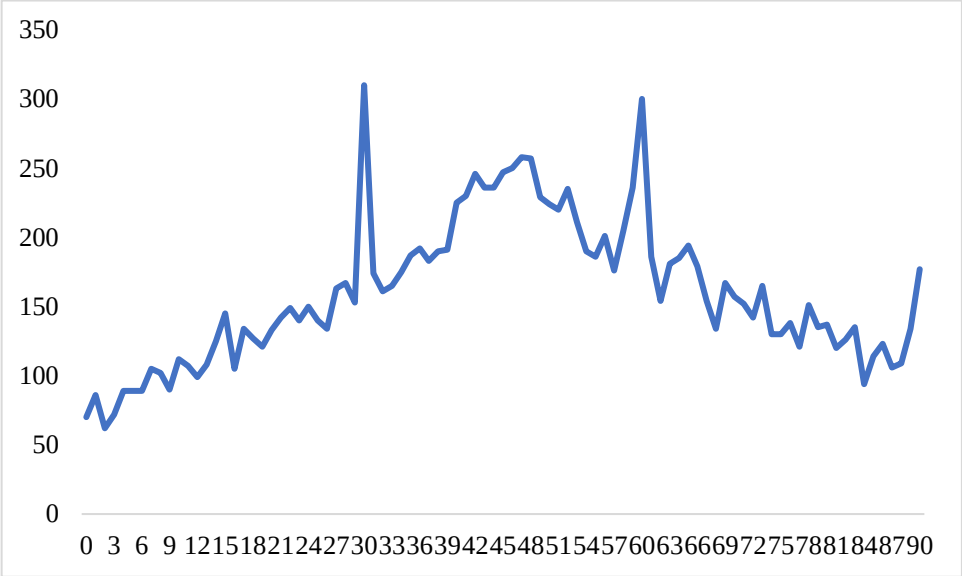
Os nascimentos recuperados com os registros de batismos levam o historiador a se mover das abstrações das análises fundamentadas em séries quantitativas até buscar evidências sobre a organização do grupo social, composto de homens e mulheres, casais que se constituíram e viveram na comunidade, seguindo padrões religiosos e enfrentando a luta cotidiana pela sobrevivência. As histórias de Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli não constituem apenas ilustrações, fruto de uma forma colorida pela imaginação do historiador de ler algumas fichas de família. Suas características permitem inseri-los nos cursos de vida nas categorias definidas pelas análises demográficas, mas também, contrapô-los.

Quando se trata dos limites e das possibilidades do uso dos registros de batismos, o historiador será levado a determinar se os pais seguiam as normas que exigiam que as crianças passassem pelo sacramento do batismo pouco tempo depois de nascidas. Entretanto, nem sempre o que a religiosidade previa era possível ser praticado pela sociedade, pois em tempos difíceis do passado, a distância das paróquias e as próprias questões de saúde da mulher e do recém-nascido interferiam no cumprimento da obrigação religiosa.

Examinando o exemplo da família Limonta, apenas um dos filhos de Carlo e Zelinda foi batizado até um mês depois do parto; dois receberam o sacramento entre o primeiro e o segundo mês de vida, sete com mais de dois meses e as gêmeas Iolanda e Olga aos cinco meses de idade. Para a Igreja Católica, sobretudo até o século XIX, havia uma regra a respeito da idade em que a criança deveria receber o primeiro sacramento, contudo foram poucos os nascidos

nessa comunidade que foram levados à pia batismal ainda nos primeiros dias de vida. Conforme pode ser observado no Gráfico 28 e 29, abaixo, há uma predominância da realização dos batismos após um mês do nascimento.

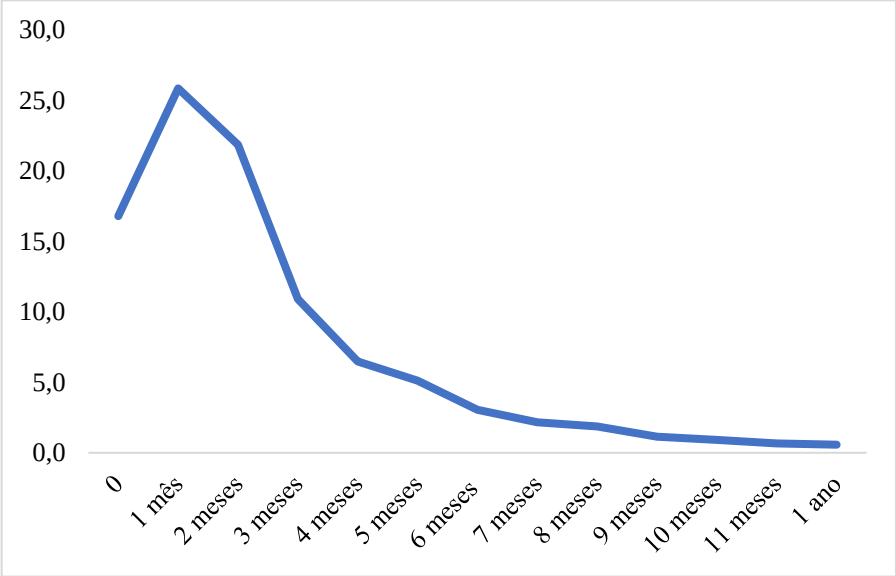
Gráfico 28 – Intervalo entre o nascimento e a realização do batizado, em dias, Franca, 1885-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Dos 22.758 nascimentos observados, 3.818 batizados foram celebrados no período de trinta dias após o nascimento da criança, o que representa 16,7% das ocorrências. O período de maior concentração de batizados foi entre o primeiro e o segundo mês de vida, com 25,8% (5.880) e 21,8% (4.971) dos registros, respectivamente.

Gráfico 29 – Intervalo entre o nascimento e a realização do Batismo, em números percentuais, 1885-1945



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Muito além dos dados, a idade ao batizar relaciona a importância que se dava ao sacramento do batismo, pois o intervalo entre o nascimento da criança e a administração do

sacramento evidencia a preocupação que os pais tinham com a vida espiritual do novo membro da família. O interesse no cruzamento do indivíduo com os comportamentos de um grupo social está justamente em verificar como, muitas vezes, é preciso nuançar, nos dados quantitativos, as evidências entre as relações específicas e originais. As histórias destas famílias deixaram traços nos livros paroquiais para recriar, por meio da homogeneidade, os elementos de suas heranças culturais e religiosas. Inclusive, a história matrimonial destes atores permite observar duas características importantes do fortalecimento de suas relações na comunidade étnica e religiosa, que são as práticas nominativas e a eleição dos padrinhos de batismo.

Família, religiosidade e identidade étnica na escolha dos nomes de batismo

A escolha dos nomes dos filhos sofre influências de uma determinada herança, segundo destaca Sergio Odilon Nadalin[323]. Quando uma criança nascia, o casal iria escolher o prenome por meio da tradição, em um universo de costumes e convenções próprios de sua herança cultural carregada de intencionalidade. Os dados obtidos revelam que os diversos grupos imigrantes não praticaram uma ruptura completa das estruturas socioculturais e simbólicas da Itália. Pelo contrário, eles buscaram reconstituir elementos de sua sociedade de origem como referência de etnicidade e signo de reconhecimento e pertencimento[324].

Nos países que se mantiveram fortemente fiéis ao catolicismo, a escolha dos prenomes seguia a prescrição do Concílio de Trento, para que a criança recém-nascida recebesse um nome de batismo cristão, como símbolo de fidelidade a Deus[325]. O ato de nomear associa uma série de fatores socioculturais, religiosos e afetivos. Portanto, o peso da herança cultural nas práticas de nominação era grande, principalmente os motivos religiosos, que determinavam uma série de escolhas de pronomes de indivíduos canonizados pela Igreja ou membros da sagrada família cristã. Segundo Guérios[326], no mundo da catolicidade, a razão religiosa é uma motivação para a escolha e adoção de nomes de santos, com a finalidade de a entidade canonizada ser o protetor da pessoa que recebe o nome.

---

[323] NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.
[324] NADALIN, Sérgio Odilon. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. *In:* **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 14–27, 2007, p. 16.
[325] DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. I*n*: **Lê prenom, mode et Histoire**. Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980, p. 5.
[326] GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1973.

Na visão de Mercer e Nadalin[327], escolher um nome produz um significado, revelando preferências de uma comunidade em um determinado período, que recebem influência da moda vigente. Dessa forma, a escolha de um nome habitual denota pertencimento à comunidade, ao passo que a adoção de um nome diferente indica um afastamento do grupo e a busca de novas identidades. A criação dos nomes sob o influxo religioso, político e histórico de circunstâncias diversas transparece a alma popular dos tempos e lugares, pois a eleição de um nome reflete as modas que se localizam perfeitamente no tempo e ultrapassam as fronteiras das paróquias, conforme sua popularidade[328]. O processo de atribuição, incorporação e transmissão de nomes indicia um panorama onde o nome era considerado um patrimônio imaterial, a ser administrado conforme as estratégias da comunidade e da família em atribuir qualidades àqueles que iriam herdar o prestígio do portador original.

De acordo com Rosário Guérios, "todos os vocábulos ou signos possuem 'alma', isto é, sentido ou significado, e 'corpo' ou significante, que é, na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica a escrita"[329]. Rodrigo de Azevedo Weimer define as práticas de nominação de um grupo ou comunidade como:

> as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los[330].

Os dados obtidos a partir da sistematização das fontes paroquiais mostram que as práticas nominativas detinham uma perspectiva étnica arraigada de aspectos religiosos. Segundo Fábio Scarpim[331], a família e a religiosidade são importantes elementos que

---

[327] MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. *In:* **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 9, n. 17, p. 12–21, 2008.
[328] AMORIM, Maria Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). *In:* **Boletim de Trabalhos Históricos**, v. XXXIV, p. 213–279, 1983, p. 213.
[329] GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1973, p. 15–6.
[330] WEIMER, Rodrigues de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 - tempo presente)**. Orientadora: Hebe Maria Mattos. 2013. 497 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
[331] SCARPIM, Fábio Augusto. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 135–150, 2014.

interferiam na escolha de prenomes no mundo rural italiano, que não se dissolveram com a imigração e contribuíam para definir o pertencimento grupal dos imigrantes.

Para Martha Hameister[332], a função primária do nome em todas as culturas é identificar, ainda que esteja envolvida por práticas de atribuição e transmissão de acordo com a história de vida do sujeito que o detém. Nesse sentido, a transmissão de um nome incorporava qualidades e o prestígio do portador original, ou seja, o nome estava envolvido pelas normas do grupo social como um patrimônio imaterial familiar, no sentido trabalhado por Giovanni Levi[333].

Nesse sentido, os nomes participam de um jogo de laços de identificação simbólica com um passado partilhado pelo grupo e que tem peso significativo nas gerações posteriores, como estratégia de identidade. Contudo, as convenções para a escolha dos prenomes não eram seguidas tão rigidamente quanto em outras localidades exploradas pela historiografia. As análises de Fabio Scarpim para uma comunidade italiana do estado do Paraná no período de 1878 e 1937 demonstram que para os primeiros filhos eram escolhidos os prenomes dos avós, na sequência seriam escolhidos de outros parentes ou de santos do dia e por último nomes pautados pela literatura, personagens históricos ou bíblicos, inventados ou retirados da moda[334].

A escolha dos nomes dos filhos do casal Limonta foi explorada na reportagem feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* com a senhora Zelinda Ganzarolli. Como os filhos eram muitos, a italiana confirmou que nomeá-los era um problema resolvido primeiramente pelo viés religioso. O primeiro filho levou o nome de Antônio, pois nasceu próximo ao dia do santo, e para não desmerecer os outros santos passou a dar o nome deles aos demais filhos, como o oitavo filho que nasceu na véspera do dia de São Miguel, o padroeiro da *comuna* de origem da família; e a décima segunda filha que veio ao mundo no dia 24 de dezembro e foi batizada de Natalina. O nome de Domenica fazia referência ao dia da semana em que a menina nasceu, Jacintho e Giuseppe eram nomes de tios, Maria, da avó paterna, e Achilles foi uma homenagem ao avô materno falecido poucos meses antes.

---

[332] HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Orientador: João Luís Ribeiro Fragoso. 2006, 474 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

[333] LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[334] SCARPIM, Fábio Augusto. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 135–150, 2014, p. 137.

Do universo das crianças batizadas na mesma época, muitas tiveram nomes italianos e suas versões de forma "aportuguesada", mesmo que seu portador fosse identificado no seio da família na pronúncia estrangeira. Nomes como Giuseppe, Luigi, Pietro, Giovanni, Giacomo eram comuns, principalmente nos registros mais antigos, quando a herança cultural italiana era ainda mais forte.

Entre 1885 e 1945, foram batizados 11.511 meninos e 11.323 meninas. Seus nomes compuseram uma lista com 4.888 variações, sendo 2.621 nomes femininos e 2.266 nomes masculinos.

Boa parte dessas crianças recebiam nomes simples na pia batismal, sendo intensificado o costume de se batizar com nomes compostos com o passar dos anos. Apenas 9% dos batizados receberam nomes duplos. Essa realidade também foi percebida por Maria Silvia Bassanezi para os batizados na fazenda Santa Gertrudes, onde a maior parcela dos nomes duplos foi utilizada na década de 1920, como um modismo da época, mas também como forma de individualizar a criança, solidificar laços entre a família do pai e da mãe e enriquecer o estoque de prenomes em uso[335]. Principalmente após a difusão da devoção à Nossa Senhora da Conceição Aparecida e sua proclamação como padroeira do Brasil no ano de 1930, muitos pais passaram a dar o nome de Aparecida para suas filhas. Se até 1905 nenhuma criança havia sido batizada com o nome de Maria Aparecida, de 1906 a 1925, esse nome apareceu em 55 registros; e, de 1926 a 1945, esse número subiu para 351. Na classificação dos nomes mais recorrentes dessa comunidade, Maria Aparecida passou de décimo nono para o terceiro mais usado pelos pais.

Tabela 40 – Classificação dos prenomes preferidos, por coortes

	1886-1905			1906-1925			1926-1945		
	Nome	**N. abs.**	**%**	**Nome**	**N. abs.**	**%**	**Nome**	**N. abs.**	**%**
1	Maria	325	10,2	Maria	455	5,7	José	525	4,5
2	José	171	5,4	Antônio	404	5,0	Antônio	408	3,5
3	Antônio	142	4,5	José	357	4,4	Maria Aparecida	351	3,0
4	João	125	3,9	João	186	2,3	Maria	264	2,3
5	Luís	91	2,9	Ana	115	1,4	Aparecida	250	2,2
6	Pedro	62	2,0	Luís	115	1,4	João	161	1,4
7	Rosa	49	1,5	Oswaldo	101	1,3	Oswaldo	142	1,2
8	Ângelo	42	1,3	Rosa	91	1,1	Luís	128	1,1
9	Francisco	45	1,4	Pedro	84	1,0	Geraldo	116	1,0
10	Teresa	43	1,4	Aparecida	76	0,9	Luzia	92	0,8
	Total	3.175	100	Total	8.045	100	Total	11.616	100

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

[335] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 208.

Outro modismo da comunidade italiana era o uso de nomes terminados em *ina* e *ino*, que denotavam diminutivos ou eram derivados de outros prenomes. Crianças batizadas de Angelina, Josefina, Pascoina, Adelina, Santina, Rosalina, Agostino, Albertino, Bernardino, Paulino eram muito comuns na Itália para diferenciar do nome dos pais, avós, padrinhos ou outros parentes a quem se desejava homenagear, ao nomear o novo membro da família.

Em Franca e arredores, a religiosidade era marcante entre os nomes escolhidos para os ítalo-brasileiros, com um repertorio de nomes de santos e santas da Igreja Católica sendo usado constantemente na comunidade. Pagamento de promessas, devoção familiar ou ainda o fato de a criança ter nascido ou ser batizada em dia santo ou em data próxima ao Natal e à Páscoa influenciava nas práticas nominativas da comunidade.

Maria, José e Antônio encabeçaram a lista de nomes preferidos pelos pais durante todo o período estudado; João e Luís também foram muito lembrados. Com o passar do tempo, Pedro, Rosa, Ângelo, Francisco e Teresa foram preteridos a Ana, Aparecida, Oswaldo, Geraldo e Luzia. Tanto para os homens quanto para as mulheres, o principal nome era marcado pela religiosidade cristã: José e Maria, os pais de Jesus pela tradição católica.

Além de José, os demais nomes mais comuns para os homens Antônio, João, Pedro, Ângelo e Francisco são devocionais e retirados do calendário litúrgico. Várias crianças nascidas ou batizadas em junho, quando se comemorava o dia de Santo Antônio, São João e São Pedro, recebiam o nome desses santos. Antônio era um santo muito venerado na Itália, falecido na província de Pádua, na região do Vêneto, no século XIII. Na mesma época, viveram Santo Ângelo e São Francisco de Assis, ambos religiosos, o primeiro martirizado na Sícilia após se converter ao cristianismo. Pedro foi apóstolo de Cristo e o primeiro papa da Igreja Católica de Roma.

Para as mulheres, predominava o nome de Maria, em homenagem à mãe de Jesus. Contudo, a busca por proteção em Nossa Senhora também é visível na atribuição do nome de sua mãe, Anna, que era bastante usado nos primeiros anos do século XX. Outras denominações à Nossa Senhora também foram responsáveis pela difusão dos nomes Assunta, Conceição (e sua versão italiana Concetta) e Imaculada.

Outras crianças receberam o nome do santo padroeiro ou que viveram na comunidade de origem dos pais na Itália. Camilo, Donato e Nicola são nomes que saltam aos olhos pelo seu caráter regional. Os portadores desses prenomes eram, praticamente todos, de famílias provenientes das províncias do centro e sul da Itália, cuja imigração para Franca não alcançou

grandes proporções. Nessas áreas, a influência da Igreja Católica na cristianização dos nomes próprios ainda era bastante intensa no final do século XIX, pois além do calendário litúrgico, estas famílias conviviam diretamente com os exemplos de santos que viveram nas localidades próximas. Em Franca, os nomes Camilo, Donato e Nicola aparecem primordialmente em famílias das províncias da região dos Abruzos.

No caso de Donato e Camilo, a tradição era mais forte no centro da Itália, onde viveram os religiosos São Donato e São Camilo de Lellis. O primeiro, de origem irlandesa, foi bispo de Fiésole, na região da Toscana, no século IX. Já São Camilo de Lellis foi um religioso italiano, venerado pela Igreja por proteger os enfermos. Segundo a tradição, Camilo teria nascido após um parto difícil de uma mãe sexagenária. Natural da *comuna* de Bucchianico, na província de Chieti, em 1550, foi militar, tendo perdido todos os bens em uma vida profana e se convertido para uma vida de caridade e serviço aos pobres e doentes.

Tabela 41 – Transmissão dos nomes Camilo, Donato e Nicola pelas famílias italianas por região de origem. Franca, 1885-1945

Prenomes	Região de origem da família			Total
	Centro	Norte	Sul	
Camilo	1	-	4	5
Donato	-	3	7	10
Nicola	2	-	13	15
Derivações de Nicola – Nicolau, Nicolino(a)	5	4	21	30

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Refletindo sobre a perspectiva regional, cultural e religiosa nas práticas de transmissão nominativa, os dados obtidos para os três nomes enfocados confirmam a hipótese de que a tradição católica interferia na formação do rol de prenomes disponíveis anos após a chegada ao Brasil. Entre 1899 e 1926, cinco crianças foram batizadas com o nome de Camilo, sendo que apenas duas não pertenciam a uma família proveniente da mesma província que o santo homônimo. Uma era filha de pais napolitanos e a outra, de família toscana. Os outros três casais que escolheram o nome do santo para seus filhos eram da província de Chieti, naturais de comunas vizinhas a do santo homenageado. No caso do prenome Donato, 70% das crianças também pertenciam às famílias da região dos Abruzos. Por sua vez, o prenome Nicola, com sua derivação Nicolau e flexões Nicolino e Nicolina, foi transmitido primordialmente para crianças de famílias meridionais, seguindo a devoção em São Nicolau, cuja fé no sul da Itália levou a construção de uma basílica na região da Apúlia, onde estão sepultados seus restos mortais.

As práticas nominativas eram influenciadas também pela circunstância em que ocorreu o nascimento. Embora fosse raro, algumas mães deram à luz durante a viagem marítima e registraram seus filhos com o nome da embarcação. Peço licença para relatar o caso dos meus

trisavôs Ugo Giovanni Maritan e Amália Maria Emma Zanardi, que se casaram na *comuna* de Carrara San Giorgio, na província de Pádua, em 17 de julho de 1896, e chegaram ao porto de Santos no dia 6 de abril do ano seguinte. O filho primogênito do casal nasceu durante a viagem[336] e foi batizado na igreja Matriz de Franca com o nome de Adolfo Gotardo, o primeiro nome em homenagem a um tio paterno, que permaneceu na Itália, e o segundo nome em referência a embarcação em que nasceu, San Gotardo.

Por outro lado, quanto mais tempo se passava desde a imigração mais se ampliava o estoque de nomes atribuídos aos filhos. No rol de batizados passaram a aparecer crianças com nome de Sebastião, Jandira, Nair, Geni, Oswaldo, Geraldo, Wilson, Hélio, Elvira, Elza, que não faziam parte do repertório herdado da terra de origem.

No universo camponês, as crianças herdavam o nome de parentes vivos e mortos, principalmente no período em que se seguia o falecimento de avós, tios e irmãos mais velhos. Repetir o nome de um filho falecido foi um aspecto bastante observado entre os ítalo-brasileiros nascidos na comunidade francana. Inúmeros registros de irmãos homônimos foram encontrados, o mais remoto foi o da menina Helena, nascida em 10 de agosto de 1890, filha dos italianos Vincenzo Veronese e Amalia Segato, que recebeu o mesmo nome da irmã falecida há cinco meses[337]. O último aconteceu no ano de 1942, quando o menino Sérgio, filho de Remo Pagani e Dorotea Sivischini, recebeu o nome do irmão falecido meses antes.

É claro que essa não era uma regra, mas pela amostra nota-se que muitos casais que tiveram um filho falecido homenageavam-no colocando seu nome em um irmão que nascesse depois. Estudos nas regiões mediterrâneas da Europa mostram que dar um prenome de um parente falecido era uma obrigação, e no mundo camponês, estava associada à ideia de ciclo da vida estreitamente relacionada com a terra. Esse costume teria a finalidade de refazer o indivíduo na linhagem, abrangendo sempre os mortos na comunidade. Segundo Scarpim, o nascimento espiritual pela água do batismo anularia a morte do portador do prenome que o precedeu, tendo a criança falecida um representante legítimo na terra capaz de assegurar seu descanso no mundo dos mortos e de zelar pelo seu espírito[338].

A eleição do nome de uma pessoa do grupo familiar ou um ancestral explica a importância da linhagem e da organização da família no mundo camponês, perpetuando pelas

---

[336] O nascimento consta na lista de bordo do Vapor San Gottardo.

[337] Entre 22 de março e 02 de abril de 1888, faleceram três crianças da família Veronese, filhas dos irmãos imigrantes Vincenzo, Gaetano e Giuseppe, vitimadas por "moléstia da garganta".

[338] SCARPIM, Fábio Augusto. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 135–150, 2014, p. 144.

gerações determinados prenomes como uma forma de pertencimento, um brasão de reconhecimento[339]. Além disso, o apreço dos pais por alguém falecido influenciava a escolha dos prenomes como no caso dos viúvos Antônio Marangoni e Emma Ciciliati, que se casaram em Bergantino, na província de Rovigo, no ano de 1892, e legitimaram dois filhos nascidos dessa união, que receberam os nomes dos seus falecidos cônjuges, Maria Virginia e Paolo Ferdinando.

No que diz respeito à lealdade, os pais italianos ostentam prenomes ligados à onomástica italiana; contudo a utilização de novos prenomes produz uma imagem que pode ser traduzida como um caminho de integração às tradições da sociedade receptora. O casal Ugo Ravagnani e Maria Natali, casados em 26 de julho de 1902, escolheu para os filhos nomes de pouco uso pelo grupo, embora pautados por fronteiras etnoculturais. Os nomes atribuídos à prole, nascida entre 1903 e 1926, foram Claudionor, Margarida, Gaudelino, Hermenegildo, Anor, Jorge Luiz, Victorino, Lazarina, Antônio Onofre, Jonas, Geraldo e Francisca. Contudo, apenas para a segunda filha escolheram o nome da avó materna, ou seja, buscaram uma forma de individualizar as crianças com um nome pouco utilizado, uma vez que a maioria das crianças nascidas nesse período portavam “nomes tradicionais”.

Imagem 45 – Quadro de Ugo Ravagnani e Maria Natali com os filhos nomeados

Fonte: Recordação pública do *FamilySearch*.

[339] SCARPIM, Fábio Augusto. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, 2014, p. 141.

A imigração não implicou necessariamente uma ruptura completa das estruturas socioculturais e simbólicas da Itália. Pelo contrário, as práticas nominativas revelam que o grupo étnico buscava reconstruir a vida na nova pátria baseada nos elementos da sociedade de origem. Todo o arcabouço cultural e simbólico foi transportado e reelaborado nas práticas de transmissão dos nomes de batismo, como uma marca social, religiosa, familiar e identitária. A forma como o grupo fazia a transmissão dos prenomes no decorrer dos nascimentos da prole indicam o deslocamento da fronteira etnocultural, renovando seus elementos afetivos e simbólicos em função dos novos contatos sociais estabelecidos.

A seleção dos padrinhos e o parentesco espiritual

No batismo, além de receber um nome, as crianças iniciavam suas histórias de vida na presença dos padrinhos, firmando um parentesco espiritual pelo relacionamento entre três personagens – os pais, a criança e os padrinhos[340]. Os registros de batismo possuem uma riqueza que permite ao historiador ingressar no território da família e dos jogos de relações em que elas protagonizavam em função do compadrio.

As relações de compadrio davam-se entre pessoas de confiança, pertencente, muitas vezes, ao mesmo grupo étnico. Assim como na escolha do cônjuge, a seleção dos padrinhos também estava envolvida em aspectos culturais. A existência de parentes não significava que eles deveriam ser os padrinhos escolhidos, pois o compadrio tinha a função de reiterar alianças previamente existentes e solidificar laços de solidariedade, principalmente entre os imigrantes como uma estratégia para sobreviver às dificuldades da vida no novo ambiente.

Nas palavras de Maria Silvia Bassanezi, “uma vez afastados da terra e da parentela, os imigrantes tendiam a estabelecer novas relações e investir no parentesco através do compadrio”[341]. Embora seja impossível estabelecer um padrão de compadrio transportado pelas gerações dessa comunidade, buscamos indicadores para a história das relações sociais vivenciadas pelo parentesco espiritual. Retornando à trajetória do casal Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli, os registros de batismo mostram que eles formaram um grupo grande de compadres, não só batizaram doze dos seus dezessete filhos nascidos vivos na paróquia, mas porque foram escolhidos para apadrinhar várias crianças.

---

[340] GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *In:* **Man**, v. 10, n. 2, p. 221–237, 1975.
[341] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 223.

Quadro 13 – Padrinhos dos filhos de Carlo Limonta e Zelinda Ganzarolli

Nome	Ano	Padrinho	Relação	Madrinha	Relação
Antônio	1898	Ganzarolli Modesto	Tio materno	Limonta Lucia	Tia paterna
Jacintho	1901	Viscardi Carlo	Conterrâneo do pai	Guidoti Carolina	Conterrânea do pai
Maria	1907	Pagani Elias	Conterrâneo do pai	Ganzarolli Rosa	Tia materna
Anna	1909	Augusto Ubiali	Conterrâneo do pai	Finto Carolina	Conterrânea do pai
Miguel	1910	José Caramori	Esposo da tia materna	Margarida Ganzarolli	Tia materna
João	1912	Carlos Vergani		Thomazia Bonachi	
Octavio	1914	Ganzarolli Jacintho	Tio materno	Ganzarolli Angela	Tia materna
Silvio	1916	João Perente	Conterrâneo do pai	Carolina Donzelli	Conterrânea do pai
Natalina	1917	Luis Galvani	Conterrâneo da mãe	Rosa Brolis	Conterrânea do pai
Achilles	1919	José Destri		Pierina Prometti	
Iolanda	1926	André Macarini	Conterrâneo do pai	Joanna Macarini	Conterrânea do pai
Olga	1926	João Macarini	Conterrâneo do pai	Isabel Macarini	Conterrânea do pai

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

A história da constituição da prole de Carlo e Zelinda foi entrelaçada sete vezes pelos laços estabelecidos entre amigos conterrâneos nos ritos batismais. O primogênito Antônio, nascido no ano seguinte ao casamento dos pais, teve como padrinhos o tio materno Modesto Ganzarolli e a tia paterna Lucia Limonta, ambos solteiros.

Para apadrinhar o filho Jacintho, nascido meses antes do retorno da família à Itália em 1901, foram eleitos os conterrâneos da família paterna: Carlo Viscardi e Carolina Ghidotti. Casados em Arcene no ano de 1891, o casal havia chegado à Franca no final de 1898 trazendo quatro filhos.

De volta ao Brasil, quando a filha Maria foi batizada teve como madrinha uma tia materna solteira e como padrinho um conterrâneo de seu pai, Elia Pagani, que imigrou ainda criança em 1891 e se casaria dois anos depois com uma jovem brasileira, filha de conterrâneos da família Ganzarolli. A próxima filha a nascer, Anna, recebeu como padrinhos Augusto Ubiali e Carolina Finto, ambos compatrícios de seu pai, provenientes de Arcene.

Os filhos Miguel e Octavio eram afilhados dos irmãos da mãe. O primeiro recebeu por madrinha sua tia Margarida Ganzarolli acompanhada do esposo, José Caramori; o outro, os tios solteiros Jacintho e Angela. Os filhos João e Achilles foram os únicos que não tiveram como padrinhos pessoas ligadas à família e a terra de origem dos pais.

Para a filha Natalina foram escolhidos como padrinhos Luiz Galvani e Rosa Brolli. Casados em Franca na década de 1890, ele era natural de Castelnovo Bariano, *comuna* de origem dos Ganzarolli, e ela de Arcene, terra dos Limonta. O filho Silvio foi afilhado do casal

Giovanni Perente e Carolina Donzelli, ambos nascidos em Arcene e casados no Brasil. Por fim, para apadrinhar as gêmeas Iolanda e Olga, foram escolhidos os filhos solteiros de Giacomo Macarini e Santa Beretta, um deles nascido na mesma *comuna* que Carlo Limonta e os demais nascidos em Franca após a imigração da família em 1898.

Carlo Limonta foi convidado para batizar muitas crianças na companhia de sua esposa, mas também sozinho. Meses antes de se casar, Carlo e sua noiva foram padrinhos de batismo da menina Anna Luiza, filha de Natale Brambilla e Angela Mazza, casados no ano de 1888 em Treviglio, *comuna* vizinha a sua. Posteriormente, ele foi padrinho de quatro crianças com outras mulheres. A primeira vez foi em 1907, quando batizou o filho de seu cunhado Modesto Ganzarolli, cuja madrinha foi sua prima Giuseppa Bertola; depois em 1917, quando Luiz Galvani e Rosa Broli escolheram Nossa Senhora Aparecida para ser madrinha de sua filha; em 1919, ele esteve acompanhado da conterrânea Carolina Andreoni quando foi padrinho do filho do compatrício Enrico Crespolini; e, por último, fez par com sua filha Maria Limonta ao batizar o menino Venuncio, filho de Martinico Marangoni e da sobrinha homônima de sua esposa, Zelinda Ganzarolli.

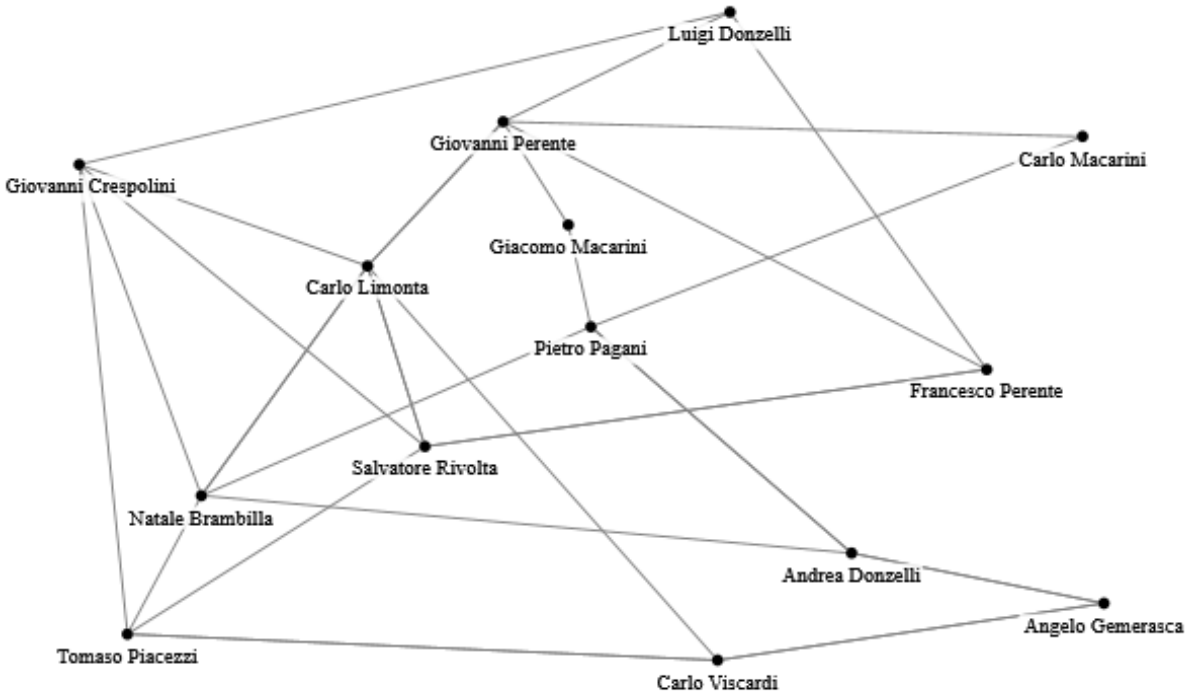
Além de acompanhar o marido onze vezes, Zelinda foi madrinha outras três vezes. Na década de 1940, seus filhos Jacintho e Silvio elegeram-na para amadrinhar suas filhas mais velhas junto de um parente de suas esposas. No ano de 1900, os amigos Giovanni Crespolini e Francesca Bertola, casados na *comuna* de nascimento de seu esposo pouco tempo antes de imigrar, também convidaram Zelinda para ser madrinha de seu filho Carlos junto de seu compadre Natale Brambilla.

Entre os familiares, o nome de Carlo e Zelinda foi lembrado várias vezes para apadrinhar os novos membros do grupo. Eles foram padrinhos de seis netos, cinco sobrinhos e um sobrinho-neto dela, além de um sobrinho dele, filho do seu irmão de criação. Embora as escolhas envolvessem membros da família, o que nos interessa é a eleição de pessoas do grupo étnico. O ritual do Batismo traduz um significado simbólico visualizado pelas preferências, que tem um sentido concreto não apenas de segurança espiritual, mas também material e afetiva para a criança. Os pais almejavam um padrinho ou madrinha que, caso acontecesse alguma infelicidade, fosse os pais substitutos do seu filho.

Além disso, o compadrio ampliava as relações sociais e solidificava os laços de amizade e confiança já existentes. Por exemplo, Carlo Limonta batizou um filho de Luiz Galvani e outro de Giovanni Perente, como também os convidou para batizar um dos seus. A troca de afilhados

foi uma prática que se repetiu entre muitas famílias, formando assim uma rede de compadrio que envolvia vários casais, como pode ser observado a seguir.

Imagem 46 – Compadrio entre os compatrícios de Carlo Limonta provenientes de Arcene



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Observar as teias que as famílias teciam por meio do compadrio iluminam redes formadas em vários sentidos por todo o território atingido pela imigração italiana. Nessa perspectiva, algumas famílias que praticaram a troca de afilhados, acabaram por deixar evidencias que nos serviram para reforçar a ideia de estratégia concreta das redes de reforço familiar, construídas pelas famílias, no âmbito das fronteiras paroquiais.

Vejamos o exemplo da família de Vitório Presotto, instalada nas proximidades da capela do Alto da Serra de Rifaina. Seus pais, Pietro Presotto e Maria Dal Cin decidiram deixar o norte da Itália, depois de percorrer três comunas na província de Treviso entre os anos de 1873 e 1892 (Codogne, Gaiarine e Sacile). A princípio, a família Presotto permaneceu na região de Ribeirão Preto, onde também estavam instalados seus conterrâneos Massotini, Nosella, Pagnan e Vedovatto.

O grupo chefiado por Ferdinando Pagnan chegou ao Brasil em abril de 1886, tendo como destino o município de Araras; a família de Alessio Pagnan já estava em terras paulistas desde agosto de 1884, quando se dirigiram ao distrito de Guariroba, no município de Taquaritinga; os Massotini, encabeçados por Isidoro e sua esposa Filomena Pagnan,

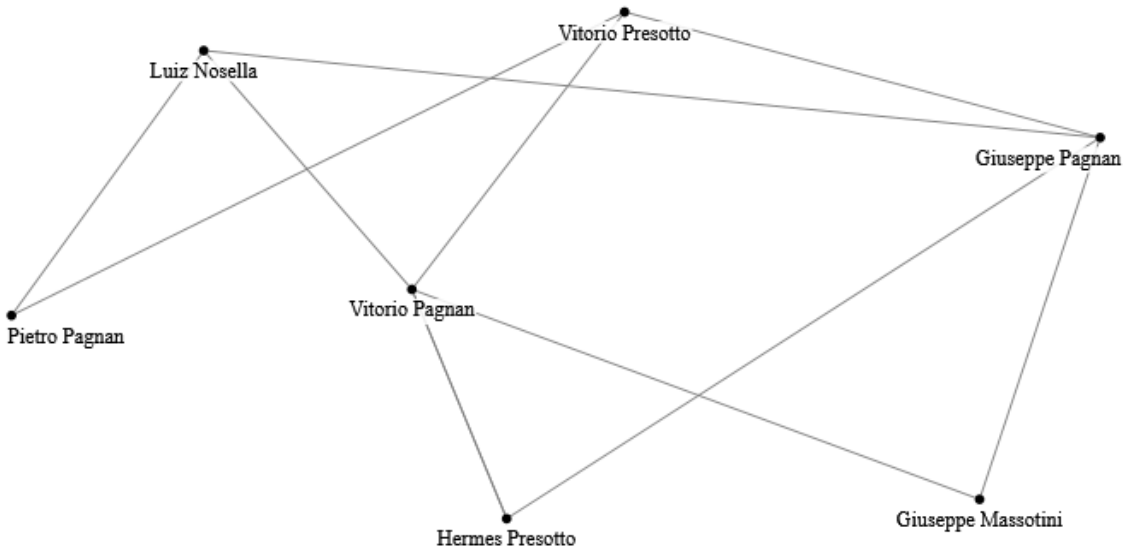
desembarcaram em Santos no mês de maio de 1887 e viveram alguns anos em São Simão, onde também residiu a família de Giuseppe Nosella, que imigrara em novembro daquele ano.

Não há documentação informando o momento exato em que essas famílias se encontraram, porém, a partir de 1899, os nomes dos membros dessas famílias aparecem nos registros da igreja Santo Antônio de Rifaina e da capela do Alto da Serra, onde realizavam suas atividades religiosas. Os registros mostram que, antes de se mudarem para essa localidade, alguns casais desse grupo já haviam se casado nos municípios de Araras, Ribeirão Preto, São Simão e Sertãozinho. O interessante no cruzamento nominativo das fontes paroquiais desses trevisanos está justamente em verificar que eles poderiam ter se conhecido antes da emigração e mantiveram os contatos à medida em que avançaram pelo território paulista, solidificando laços por meio do compadrio entre as décadas de 1890 e 1920.

Vittorio Presotto, nascido em Codogne, na província de Treviso, chegou ao Brasil com quatro anos de idade e desposou a jovem Madalena Nosella, filha de Giuseppe Nosella e Eugenia Polatto, na capela do Alto da Serra de Rifaina, aos 09 de março de 1913. Seus sogros também eram trevisanos e viveram alguns anos em fazendas dos municípios de São Simão e Cravinhos, onde nasceu sua esposa. Teriam as famílias Presotto e Nosella se conhecido antes de chegarem à região de Rifaina? É provável, pois apesar de não terem vindo para o Brasil no mesmo ano, eles possuíam uma origem comum que os uniam, e viveram em localidades próximas antes de se deslocarem para o noroeste do estado de São Paulo.

De acordo com os registros paroquiais, devemos sublinhar que Vittorio Presotto e Madalena Nosella já possuíam uma filha antes de se casarem na igreja e totalizaram onze filhos, nascidos em um intervalo de vinte anos, de 1912 a 1932. Para apadrinhar seus primeiros filhos, Vittorio e Madalena escolheram compatrícios que também viveram na região de Ribeirão Preto, o que aponta a existência de uma rede de sociabilidade que se deslocou no decorrer do território com o passar dos anos. A princípio, eles restringiram suas relações sociais dentro do grupo e protagonizaram um jogo de troca de afilhados que envolveram outros seis casais, que também deram seus filhos a batizar: Giuseppe Massotini e Dominga Presotto; Giuseppe Pagnan e Giuditta Presotto; Hermes Presotto e Maria Contim; Luiz Nosella e Regina Presotto; Pietro Pagnan e Teresa Ingani; e Vitorio Pagnan e Marianna Vedovatto.

Imagem 47 - Compadrio entre os compatrícios de Vitorio Presotto provenientes da região de Cornuda, província de Treviso



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Quando a primeira e a segunda filhas de Vittorio e Madalena nasceram, o casal decidiu distribuir a responsabilidade do batismo entre os membros da família Pagnan. O terceiro filho, o menino Antônio Cândido, recebeu por padrinhos Luciano Barcaroli, também nascido na província de Treviso, e uma jovem da família Pagnan. A quarta filha, Maria, foi batizada por membros da família paterna, o casal Constantino Gianotti e Rosa Presotto, sobrinha de Vittorio. Rosa e Domingas, a quinta e sexta filhas do casal, foram batizadas por pessoas do clã Pagnan, evidenciando que essas famílias estavam muito próximas até o ano de 1922. Para os filhos que se seguiram, foram convidados para serem padrinhos dois casais brasileiros e três casais ligados à família Presotto, sendo dois formados por sobrinhas de Vittorio com seus respectivos cônjuges.

Imagem 48 – Família de Vittorio Presotto e Madalena Nosella, 1922

Fonte: Recordação pública do FamilySearch.

Nessa perspectiva, e fazendo um balanço, evidencia-se que das vinte e duas pessoas que pertenciam à malha de compadrio estabelecida pelo casal Vittorio e Madalena, de 1912 a 1932, doze pertenciam ao seu grupo étnico e seis estavam ligadas à família paterna. Por outro lado, os últimos filhos da prole receberam para padrinhos quatro brasileiros, o que revela uma adaptação à comunidade local, com o decorrer do tempo.

Embora os exemplos narrados sejam de caráter pontual, não há dúvidas que eles apontam para a complexidade da tessitura definida pelas escolhas dos padrinhos de batismo. Como uma instituição social estruturada pela família, o compadrio religa pelo parentesco espiritual pessoas que sejam do interesse familiar num complexo sistema de troca de bens e relações, mas também pessoas que já se encontram ligadas entre si de várias maneiras, inclusive por laços de consanguinidade. Nesses casos específicos, as escolhas estiveram fortemente

baseadas pelos contatos culturais que permearam a vida dos imigrantes e seus descendentes nos anos que se seguiram à chegada às terras paulistas.

As intermitências da morte

Faltam, para concluir este capítulo referente à exploração dos registros paroquiais dessa comunidade ítalo-brasileira, algumas palavras sobre os registros de encomendação de corpos. Infelizmente, não é possível ir muito longe na investigação da mortalidade por meio das atas paroquiais na microrregião de Franca, pois essa documentação possui lacunas em diversos períodos. Além da ausência de séries completas para todos as localidades, as crianças que morriam também quase nunca eram registradas. Todavia, o exame da documentação existente no acervo do Arquivo Diocesano de Franca e o cruzamento com outras fontes, tais como os registros de sepultamentos do Cemitério da Saudade de Franca, disponibilizados pelo Arquivo Municipal de Franca, e os índices do cartório de registro civil permitem observar alguns fatos pontuais da mortalidade desse grupo.

Nesse universo estudado, foram encontrados 2.282 registros paroquiais de óbitos, entre crianças e adultos, italianos e seus descendentes. Entretanto, Tércio Di Gianni, ao verificar a concentração de óbitos de italianos nos cartórios de registro civil de Franca no mesmo período, chegou a um número bastante diferente. Segundo seus cálculos, entre 1889 e 1945, faleceram 4.335 italianos no município, o que correspondeu a 17% dos registros realizados pelo cartório. Como dissemos, nosso material não permite uma análise aprofundada da mortalidade como um componente da dinâmica populacional, mas podemos tecer algumas considerações sobre o contexto em que essas mortes aconteciam.

Na impossibilidade de efetuar um estudo da mortalidade por falta de dados suficientes para estabelecer uma tábua de vida precisa, podemos elaborar um quadro da mortalidade dos casais dessa comunidade e refletir sobre alguns aspectos da causa dos óbitos das crianças, dialogando com a historiografia sobre as condições sanitárias da época. As intermitências da morte, subtítulo escolhido para essa seção, nos lembram que as enfermidades e a morte são marcadas por intervalos que duram algum tempo e recomeçam novamente.

Uma das possibilidades oferecida pela nossa fonte é estabelecer uma análise da mortalidade dos casais listados nas fichas de família. Até 1945, faleceram 435 homens e 437 mulheres que tiveram suas famílias fichadas por nossa pesquisa. A velhice era uma benesse reservada mais aos homens que às mulheres, as idades médias ao morrer foram de 59,5 anos

para a população masculina e 55,1 anos para a feminina. Por este quadro, os 872 óbitos indicados se repartem por sexo e por idade, conforme a Tabela 42.

Tabela 42 – Repartição dos óbitos dos casais reconstituídos, por idade. Franca, 1885-1945

Idade	Homens	Mulheres
até 19 anos	1	5
20-29 anos	24	69
30-39 anos	41	59
40-49 anos	55	49
50-59 anos	73	41
60-69 anos	100	69
70-79 anos	87	82
Mais de 80 anos	54	63
Total	435	437

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca.*

Podemos, com esses dados, verificar uma ordem de grandeza útil e que permitirá comparações. Por exemplo, observa-se que a morte foi uma realidade mais precoce para as mulheres, pois 41,6% delas perderam a vida até os cinquenta anos de idade, em contrapartida, apenas 27,8% dos homens morreram até essa idade. Essa disparidade numérica entre os sexos na faixa etária até os 39 anos é explicada pela mortalidade feminina devido aos problemas de saúde ligados ao parto e à maternidade. Envolvidas com o trabalho árduo e contínuo das fazendas de café, muitas mulheres enfrentavam uma série de dificuldades que impediam que tivessem uma gravidez saudável, o que resultava em enfermidades que podiam levar à morte durante o parto ou no puerpério.

O cuidado com a saúde, que evitaria doenças, não era devidamente praticado por desconhecimento, por serem inacessíveis ou porque as pessoas não podiam largar o trabalho para se tratar corretamente. Não existiam instalações sanitárias e nem água tratada, além de que muitas pessoas ignoravam preceitos simples, como a higiene das mãos, a fervura da água, a esterilização de instrumentos para uso no parto e no cuidado com doentes. Muitas mortes poderiam ter sido evitadas se fossem difundidos cuidados com a saúde e uma assistência médica mais adequada.

Nesses tempos, a economia familiar era seriamente comprometida pela morte de um de seus membros ou por sua enfermidade, que traria para casa um consumidor que, além de não poder colaborar com o orçamento familiar, ainda necessitava dos cuidados de outro membro da família que precisaria diminuir o ritmo e o tempo dedicado às atividades laborais. Na falta de assistência médica, as pessoas se valiam da medicina popular, com a utilização de chás de

plantas para a cura de verminoses e infecções. Dependendo da gravidade do caso, a necessidade da presença de um médico custava um valor muito elevado para os rendimentos familiares. As enfermidades custavam a vida e buscar sua cura poderia dispender todas as modestas economias da família[342].

No que concerne à mortalidade infantil, apesar de não poder entrar no mérito da qualidade dos registros e das dificuldades em estimá-la, constitui um excelente índice sobre as condições de vida do passado. Em alguns momentos e locais do território paulista, a mortalidade infantil chegou a ultrapassar a cifra de 200 mortes de crianças, entre zero e um ano de idade, para cada mil crianças nascidas vivas. Esse fenômeno assemelhava-se à situação europeia em meados do século XVIII[343]. Os cálculos efetuados com base nas fichas de família mostraram que 1.087 crianças batizadas faleceram nessa localidade até os 20 anos de idade, sendo que pelo menos 52,9% foram a óbito antes do primeiro ano de vida. Comparando com o número de batizados, estima-se que 4,7% não chegaram à vida adulta.

Tabela 43 – Mortalidade infanto-juvenil, por idade, 1891-1945

Período	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	De 16 a 20 anos	Total
1891-95	1	-	-	-	-	1
1896-00	4	2	-	-	-	6
1901-05	17	15	-	-	-	32
1906-10	26	26	1	-	-	53
1911-15	32	38	2	3	-	75
1916-20	39	30	6	3	1	79
1921-25	59	69	6	4	2	140
1926-30	115	72	11	6	2	206
1931-35	112	61	9	4	8	194
1936-40	98	51	2	6	11	168
1941-45	73	47	3	8	2	133
Total	576	411	40	34	26	1.087

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

As causas provocadoras das mortes revelam as condições de vida e trabalho, as doenças que mais ceifavam a vida das crianças estavam relacionadas ao aparelho gastrointestinal e ao sistema respiratório. A leitura dos registros de óbito ressalta o peso que doenças como a gastroenterite, a intoxicação alimentar e a disenteria, todas elas relativas ao sistema digestório, em suas diversas manifestações, tiveram na determinação dos óbitos. As *causae mortis* mais listadas nesses registros estão no Quadro 14, a seguir. Excetuando as causas ignoradas, muitas

[342] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 229.
[343] *Ibid*., p. 244.

crianças faleceram com poucos dias de vida por causa da chamada “inviabilidade fetal” ou “debilidade congênita”, mas também por conta do tétano e inflamação do umbigo.

Quadro 14 – Classificação das principais *causae mortis* de crianças e menores

Natureza	Nomenclatura
Doenças do aparelho digestivo	Intoxicação alimentar Gastroenterite Ancilostomose Vômitos incoercíveis Decomposição alimentar Distúrbio alimentar da infância Síndrome desinteriforme Inanição Peritonite Toxicose alimentar
Doenças respiratórias	Bronquite capilar Broncopneumonia Paralisia da glote Espasmo da glote
Doenças relacionadas ao nascimento	Debilidade congênita Infecção umbilical Tétano do umbigo Inflação do cordão umbilical Hemorragia umbilical Mal dos sete dias
Doenças infectocontagiosas	Meningite Sarampo Coqueluche
Doença renal	Uremia

Fonte: Elaborado por meio dos dados extraídos do Banco de dados *Italianos em Franca*.

Como visto, a prevalência de crianças de zero a cinco anos nos registros paroquiais de óbitos é demasiadamente expressiva, isto é: 987 (90,8%) sobre 1.087 falecimentos. Portanto, analisaremos distintamente os casos desse grupo etário. Um dado, imediatamente, vem à tona: a incidência, ao longo dos anos, de enfermidades do trato gastrointestinal, aponta para a existência de uma verdadeira endemia. O desconhecimento de ações profiláticas abria espaço para o alastramento das doenças pela falta de controle do contágio. As causas de sua propagação estavam aliadas às condições de vida e trabalho dessa população, pois onde o estado de pobreza era maior assistia-se à fragilidade das defesas orgânicas e a contaminação ambiental pela má qualidade da higiene e da alimentação. Condições precárias de moradia e as baixas remunerações pelos trabalhos atingiam a saúde de todas as pessoas que compunham o grupo familiar, contudo as crianças eram alvos fáceis para a morte que atingia os mais frágeis e indefesos. Por exemplo, em novembro de 1932, a desinteria levou à morte dois filhos de Luiz Zago e Marcela Chinaglia, em apenas dois dias. Em outra ocasião, o casal Domingos Martori e Dirce Isola também perderam dois filhos: o primeiro em janeiro de 1934, com apenas quatro dias de vida, vitimado pela sífilis “hereditária”; e depois a menina Maria Aparecida,

sobrevivente do irmão gêmeo nascido morto em setembro de 1936, que não resistiu a uma toxicose alimentar aos dois meses de vida.

As fontes analisadas não permitem afirmar que houve um surto epidêmico propriamente dito, mas a frequência constante de infecções do aparelho digestivo gerou sempre muitas mortes no seio dessa população. O próprio modo de vida gerava continuamente doenças, o que nos permite afirmar causas estruturais que se perpetuavam pela absoluta ausência de infraestrutura sanitária, que permitia a proliferação de toda sorte de agentes infecciosos. A ancilostomose estava difundida entre essa população, pois muitos andavam descalços e não tinham acesso à água tratada. Embora essa doença não leve à morte, ela debilitava o organismo a ponto de deixá-lo sem resistência a outras enfermidades e aparecia no diagnóstico médico como determinante da morte, como no caso do menino Donato Marroco, que faleceu aos dez anos de idade em 17 de julho de 1929.

As crianças vinham ao mundo de mães debilitadas, sem assistência especial ao parto e a elas próprias. O trabalho árduo durante a gestação até o momento do parto, que geralmente era realizado em péssimas condições de higiene, contribuía para as mortes dos bebês e das mães. Muitas mulheres morriam no parto ou em decorrência da falta de assistência médica no puerpério, como é o caso da jovem filha de italianos Amélia Paulo, que faleceu na fazenda Matinha, no dia 24 de agosto de 1944, vitimada por colapso cardíaco pós-parto. Seu filho, João Valter, com apenas um dia de vida não resistiu a uma hemorragia cerebral, falecendo horas após ser batizado.

A falta de médicos nas fazendas custava a vida das gestantes e seus rebentos, principalmente quando a falta de métodos contraceptivos resultava em gestações seguidas, que minavam a saúde das mulheres que precisavam conciliar o trabalho na lavoura com os afazeres domésticos, a criação dos filhos e a amamentação. Foi esse o cenário vivido pelo casal Pedro Peres Nogueira e Luzia Maritan, que faleceu aos 31 anos de idade, vitimada por eclâmpsia no parto do décimo filho, aos 16 de setembro de 1940. Unidos em matrimônio em Franca, em 19 de novembro de 1927, os intervalos entre os nascimentos dos filhos desse casal variaram entre 11 e 20 meses, um período muito curto para que o corpo da mulher se recuperasse para uma nova gestação. A primeira filha, Maria Aparecida (1928), nasceu exatamente nove meses após o casamento. A união que durou onze anos teve praticamente um fruto por ano: Antônia (1929), Benedita (1930), José (1932), Maria do Carmo (1933), Amélia (1935), Joventina (1936), Eurípedes (1937) e Pedro (1939). A tradição oral familiar relata que o ultimogênito permanecia

vivo no ventre materno após a morte da mãe e não pode nascer por falta de assistência médica na fazenda.

São inúmeros os casos de crianças que faleceram logo após terem sido batizadas, tais como o menino Vicente Antônio Micheletti que faleceu na Fazenda Palmital, no dia 19 de maio de 1938, poucas horas depois de batizado; e Antônio Nelson Nicolella que foi batizado com um dia de vida e morreu no dia seguinte, em agosto de 1932. Essa foi a mesma sorte dos primos Anna Sartori, Manoel Gimenes e Ana Queiroz, filhos das irmãs Domingas, Angelina e Florinda Limonta, falecidos com menos de uma semana de vida, respectivamente em 7 de julho de 1929, 9 de março de 1930 e 13 de março de 1935. Apenas a última criança faleceu sem assistência médica na fazenda Campo Redondo; a primeira foi diagnosticada com debilidade congênita e o menino foi a óbito devido ao tétano umbilical.

Imagem 49 – As irmãs Florinda e Angelina Limonta, década de 1920
Ambas perderam filhos com poucos dias de vida

Fonte: Acervo da família de Natalina Stante.

As crianças que morriam até os 28 dias de vida, no chamado período neonatal, morriam principalmente por debilidade congênita ou tétano da primeira infância, também conhecido

como “mal-de-sete- dias”. O tétano é uma enfermidade infecciosa aguda que se inicia a partir de uma ferida espontânea ou cirúrgica e mata em poucos dias. A incidência dessa doença nos recém-nascidos era muito comum pelo uso indevido, por desconhecimento ou falta de orientação, de materiais impróprios – borra de café ou folha de fumo, por exemplo – para estancar eventuais hemorragias umbilicais ou acelerar seu processo de cicatrização. As mães que perderam seus filhos por essa doença não tinham consciência da existência do tétano neonatal e atribuíam a morte das crianças ao mal denominado popularmente de “mal-de-sete-dias” ou “mal-de-umbigo”, relacionando o óbito a falta de sorte ou aos desígnios divinos. A crença popular consistia no pensamento de que no sétimo dia de vida as crianças estavam sujeitas à diversas mazelas do corpo, o que cientificamente é explicado pelo período de incubação da doença, cuja instalação do quadro clínico acontece na primeira semana de vida da criança pela exotoxina que o *clostridium tetani* elabora no corpo do indivíduo infectado.

As doenças infectocontagiosas também ceifaram muitas vidas de tenra idade. Em dezembro de 1940, os gêmeos Guilherme e Antônio, de onze meses de idade, filhos de Francisco Scott e Zeferina Duzzi, foram vitimados por sarampo e broncopneumonia. O sarampo é uma enfermidade infectocontagiosa comum entre as crianças, produzida por um vírus, que evolui para sintomas catarrais das mucosas conjuntivas e das vias respiratórias, com a presença de exantemas cutâneos maculares. É maligna quando não encontra resistência imunológica nos organismos debilitados pela desnutrição e a carência de vitaminas, dando espaço para complicações como a broncopneumonia.

Se por um lado, as mortes ocorridas nas faixas etárias mais jovens eram predominantemente causadas por doenças endêmicas, infecciosas e do aparelho respiratório, por outro, as afecções do sistema circulatório eram responsáveis pelas mortes de pessoas mais velhas, anotada nos registros simplesmente como “velhice” ou síncope. Entretanto, as pessoas morriam das mais diversas causas. Nas anotações de encomendações de corpos está registrado o óbito de Alfredo Porta, de 18 anos de idade, ocorrido em 09 de janeiro de 1937, em decorrência de um desastre de automóvel. Em março daquele ano, faleceu uma mulher, filha de suíços, de 24 anos, casada com um homem da comunidade italiana e cuja *causa mortis* foi desastre de estrada de ferro, suicídio, esmagamento de todo o corpo pelas rodas do comboio.

Em outra ocasião, um imigrante vêneto que se fixou em São José da Bela Vista figura entre os trabalhadores mortos durante o trabalho. Em 19 de maio de 1938, Silvano Caramori, viúvo, natural de Massa Superiore, província de Rovigo, com 59 anos de idade, e seu filho

Napoleão, solteiro, de 17 anos, foram a óbito após sofrerem uma descarga elétrica enquanto faziam seus serviços no Sítio Palmital. Houve também um óbito, no Sanatório Sant'Anna, de uma criança por asfixia por penetração de um grão de café. A menina Maria Antonieta, filha dos italianos Francisco Jacobini e Josina Ciabatari, tinha quatro anos de idade e residia no distrito de Cristais Paulista, mas recebeu assistência médica em Franca, onde faleceu.

Como visto, as condições de trabalho também impediam que tivessem uma vida melhor e mais longa. A falta do apoio familiar também interferia na saúde e na sobrevivência na sociedade de acolhida, como no caso do colono Francesco Rossi, que faleceu na vila de Pedregulho em 5 de junho de 1903, distante de toda a família que permanecia na Itália. Em 26 de outubro de 1901, na vila de São José da Bela Vista foi sepultado Santo Simei, viúvo, de 75 anos, recém-chegado ao Brasil, deixando, conforme o registro paroquial, dois filhos: uma na Europa e um filho casado que havia imigrado em fevereiro daquele ano com sua esposa e três filhos. Desesperanças, frustações, salários ruins, perseguições e conflitos fizeram parte da vida dos imigrantes italianos e seus descendentes por muitos anos. Esses fatores, por vezes, resultavam em enfermidades, em alcoolismo, em suicídio ou assassinato, e acabavam por desestruturar muitas famílias. Alguns italianos abusavam do consumo de pinga por não ter acesso ao vinho que estavam acostumados em sua terra de origem.

Inflamados pela bebida alcóolica, pela honra, ou pelas perseguições sofridas, muitos conflitos terminavam em morte. Em novembro de 1931, um crime envolvendo um italiano ganhou destaque na coluna policial em Franca. Na ocasião, Estevam Finardi, de 69 anos, foi morto a tiros por Benedito Borges, inflamado de ódio pelo atentado ao pudor cometido pelo italiano à sua filha de apenas três anos. O crime foi a júri popular, sendo o pai da menina absolvido e o acontecimento relatado no Jornal Comércio da Franca, na edição do dia 27 de dezembro de 1931:

> Em dia do mez de novembro, Estevam Finardi, proprietário nesta cidade, foi denunciado á policia por haver praticado actos libidinosos com a pequena Ruth Borges, de 3 annos de edade, filha do seu vizinho Benedicto Borges, padeiro e estabelecido nesta cidade. A autoridade policial instaurou, incontinente, inquerito a respeito do facto revoltante, e Estevam Fínardi confessou, na delegacia, em presença de varias testemunhas, ser verdadeira a acusação, que lhe era lançada pela menor e pela testemunha de vista d. Cesarina da Silva.
> Detido por dous dias, Estevam Finardi foi solto em virtude de <<habeas corpus», requerido por pessôa de sua família. Isto irritou o pae da criança. Já profundamente chocado com o que acontecera a sua filhinha, sentindo se humilhado com o attentado ao pudor de Ruth, o padeiro Benedicto Borges, ao dar com Estevam Finardi que fumava sossegadamente na janella, sacou do revolver e desfechou-lhe cinco tiros, matando-o instantaneamente.
> O crime verificou-se á rua Felisbino Lima, no bairro da cidade Nova.

> Benedicto fugiu e, depois de vaguear trez dias pelos campos e estradas, entregou-se, expontaneamente, á prisão em Ituverava, confessando ao delegado de policia de lá o delicto praticado. Ouvidas as suas declarações, foi pela polícia remettido á cadeia, desta cidade.[344]

Em função da honra, tensões eram inflamadas e terminavam em atos que custavam a vida dos envolvidos. Em junho de 1930, a praça Nossa Senhora da Conceição foi palco de um duplo homicídio envolvendo membros da comunidade italiana. Meses antes, o jovem Victaliano, de 21 anos, filho do empreiteiro italiano Tomás Bissesto, havia contratado casamento com Yolanda, filha do sitiante Giacomo Faccioli. Aproveitando da intimidade com a família da jovem e das ausências de seu pai, que passava a semana inteira trabalhando na roça, Victaliano deflorou sua noiva e passou a protelar o casamento. A moça desiludida confessou toda a história a família, gerando a ira de seu pai que levou o caso ao conhecimento da polícia, que prendeu o deflorador. Absolvido pelo júri que causou grande indignação no chefe da família Faccioli, o jovem Victaliano mudou-se para Conquista, no estado de Minas Gerais. Desgostoso com a história, seu pai suicidou-se dias depois, deixando uma carta onde confessa ter cometido este ato motivado por grande desgosto. De volta à Franca, Victaliano passeava na praça Nossa Senhora da Conceição com seu irmão Nello e sua senhora, quando foi brutalmente assassinado pelo pai de sua ex-noiva, que desferiu-lhe dois tiros na cabeça. Seu irmão, de faca em punho, tentou socorrê-lo, mas também foi morto com quatro tiros.

---

[344] Jornal Comércio da Franca, 27 de dezembro de 1931. Acervo do AHMCHAP.

Imagem 50 – A morte dos irmãos Bissesto. Jornal Commercio da Franca, 15 de junho de 1930*

Commercio da Franca

ANNO XV | FRANCA — (EST. DE SÃO PAULO) — 15 DE JUNHO DE 1930 | NUM. 747

A tragedia da praça Nossa Senhora da Conceição

Depois do lar deshonrado, a loucura e o crime

A MORTE DOS IRMÃOS BISSEXTO

A prisão do criminoso

Poucas vezes, como á noite de domingo ultimo, encontrou-se a praça N. S. da Conceição apinhada de gente, que se entregava ao descanso no ponto mais central da cidade, ouvindo a retreta musical da Banda Municipal. E foi justamente naquelle largo que se deu a triste tragedia, que noticiamos em resumo devido á falta absoluta de espaço. A confusão provocada entre os populares foi enorme, espantosa. Houve correrias e atropelos. Uma Babel de horrores e terror.

OS ANTECEDENTES DO CRIME

O joven Victaliano Bissexto, de 21 annos, filho do empreiteiro sr. Thomaz Bissexto, contratou, a 28 de setembro do anno passado, casamento com a moça Yolanda Faccioli, filha do sitiante Giacomo Faccioli, todos domiciliados nesta cidade. O noivo apressou os preparativos para o consorcio, chegando até a comprar a mobilia de seu futuro lar.

O velho Faccioli, que passava a semana inteira a trabalhar na roça, deixava a familia aqui, esperando elle o momento do casamento de sua filha.

O DEFLORAMENTO DE YOLANDA

Victaliano, aproveitando-se da intimidade com a familia Faccioli, desvirginou a noiva em janeiro do corrente anno.

Os dias transcorreram, e o moço começou, sob a evasiva de difficuldades financeiras, a protelar o casamento. A moça desilludiu-se, e confessou tudo á familia, o que causou a revolta do velho pae.

O PROCESSO DE VICTALIANO

Levado o facto ao conhecimento da policia, instaurou-se inquerito, resultando, dahi, ser preso o deflorador, que foi julgado e absolvido por 5 votos, no jury do mez de março ultimo.

Este facto, causou a perturbação de Giacomo Faccioli, que se não conformou com o "veridictum". Elle mesmo dizia que o seu coração "estava negro", com a deshonra lançada sobre seu lar até então immaculado.

Victaliano Bissexto, após o jury, temendo qualquer represalia da parte do progenitor da ex-noiva, mudou-se para Conquista, no Triangulo Mineiro.

UM SUICIDIO

Dias depois, Thomaz Bissexto, o pobre pae de Victaliano, matava-se com um tiro de revolver, em sua casa, no bairro do Alto da Estação. Da carta, que deixou, infere-se que desgostos profundos o levaram ao acto de desespero.

A TRAGEDIA

Abalado com o triste destino de Yolanda, Giacomo Faccioli, á mercê de obstinada idéa fixa, andou pelas immediações do municipio, sem sossego e sem se resignar com a sorte, até que, domingo ultimo, regressou a esta cidade para cumprir a dolorosa sina que o esperava.

O ex noivo de sua filha passeava, em torno da praça N. S. da Conceição, em companhia de seu irmão Nello Bissexto, da senhora deste e de seu amigo sr. Rosario Angotti, quando Giacomo Faccioli lhe desfechou dous tiros na cabeça, matando-o instantaneamente.

Nesse interim, Nello acóde, de faca em punho, em soccorro do irmão, porém, Faccioli, de revolver ainda, lhe desfechou, tambem, quatro tiros, prostando-o sem vida.

O PANICO E A PRISÃO DO CRIMINOSO

Aos estampidos, houve um grande reboliço naquella praça, cheia, no momento, 19 horas e meia, de compacta multidão. O panico foi como um estouro: o povo se misturava aterrorizado, numa dramatica fuga, em que aos empurrões e sacudidas, mulheres e crianças e homens corriam espavoridos, cahindo e levantando-se.

Conseguindo fugir, porém, acossado pelo povo aos gritos de "lyncha! lyncha!", Giacomo Faccioli foi preso pelo medico dr. Moraes Rego, que o deteve em sua residencia, na referida praça, entregando-o á policia.

O INQUERITO

O dr. José de Oliveira Lopes, energico delegado de policia, instaurou inquerito sobre esse facto, o qual já foi remettido ao m. m. dr. juiz de direito. Depuzeram varias testemunhas, que relataram o facto pela maneira por que o resumimos.

Giacomo Faccioli confessou o delicto e as causas que a elle o arrastaram.

A DEFESA

Dentro de poucos dias deverá ser marcado o summario de culpa, e Giacomo Faccioli comparecerá perante o juizo criminal, acompanhado dos seus patronos advogados Luiz de Lima e Antonio Constantino.

* A transcrição da reportagem está em anexo.
Fonte: Acervo do AHMCHAP.

As tensões no interior das famílias envolviam, além da vida privada, o ambiente de trabalho e a solidariedade perante o despotismo dos proprietários, numa hierarquia onde os colonos eram tratados por sua condição de substitutos efetivos do trabalho escravo nas lavouras[345]. A exemplo do assassinato de Diogo Salles, irmão do então presidente da República, por um colono italiano no município de Analândia, no ano de 1900, que ganhou grande repercussão no Brasil e na Itália; em Franca, o italiano Donato Stante e a família do fiscal Francisco Tassoni também se indispuseram perante o cotidiano de submissão, intimidação e violência vivido no ambiente de trabalho da Fazenda Boa Vista de Sant'Anna.

Era manhã do dia 03 de setembro de 1917, a propriedade ficava a quatro léguas da cidade de Franca e aproximava-se o horário do almoço, quando uma discussão entre o fiscal de

[345] MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

fazenda e um colono, ambos de origem italiana, custou as suas próprias vidas. A família do colono Donato Stante estava empenhada na colheita no cafezal velho da fazenda. Próximo a eles, a queima de um toco despertaria a suspeita do fiscal de que um dos filhos do colono teria ateado fogo naquele pedaço de madeira. A chegada do fiscal tirou a tranquilidade do grupo, que logo tratou de se defender da acusação. No entanto, o clima ficou mais tenso perante a ameaça de aplicação de multa aos colonos, pelo incidente. Após ameaças de agressão física, fiscal e colono se ofenderam mutuamente com as ferramentas de trabalho que estavam próximas, sacando, em seguida, facas para um duelo corpo a corpo que terminou com o fiscal agonizando em meio às palhas do cafezal. O colono, bastante ofendido, tentou sair da cena do crime com sua família, mas foi alcançado por familiares do fiscal assassinado que o levaram de volta ao cafezal, onde seu corpo foi encontrado morto minutos depois. O estampido da garrucha e da carabina que puseram fim à vida do colono põe em evidência as condições e os abusos a que estavam sujeitos os imigrantes sob o regime de colonato.

As causas que levaram à morte no universo estudado são inúmeras, tanto quanto as distintas situações em que viviam essa população. Se é difícil estimar as taxas de mortalidade, no que concerne à situação em que as mortes aconteciam, parece que nesse aspecto, pelo menos, a situação parece um pouco menos complicada. Por isso, buscamos conhecer as condições em que aconteceram os óbitos no passado, numa tentativa de analisar as informações fornecidas pelos registros paroquiais e a reconstituição de família. Nesse sentido, concluiremos esse capítulo com um exercício de análise sobre a mortalidade de uma família de colonos italianos.

Viver e morrer do outro lado do Atlântico: um exercício analítico

Era fevereiro de 1849 na *comuna* friulana de Prata di Pordenone, quando Gio Batta Campagna, de 27 anos de idade, desposou a jovem Regina Lucia Corazza, de 17 anos. Anos depois, toda a família de Gio Batta, incluindo alguns de seus irmãos, migraria para as terras da província vizinha de Treviso, onde nasceria sua filha Matilde, aos 22 de julho de 1868, na aldeia de Albina, atualmente parte da *comuna* de Gaiarine. A menina, que cresceu nos campos trevisanos, seguiu o exemplo materno e contraiu núpcias aos 17 anos de idade, apenas nove dias após o falecimento de sua mãe. A união matrimonial com o jovem Antonio Pietro Tardivo, de 22 anos, natural da *comuna* vizinha de Oderzo, foi realizada em Mansuè, aos 27 de fevereiro de 1886.

Marcada por um histórico de migrações familiares, ao se casar a jovem Matilde transferiu-se para a via Sgarbaiol, na *comuna* de Oderzo, onde vivia a família de seu marido.

Lá, ela moraria na mesma casa que os sogros, Raffaelo Tardivo e Regina Polesello, e os cunhados Giovanni, Luigi e Angelo Giovanni. Esse era o cenário típico das famílias vênetas. Todos viviam do pequeno núcleo de terra que lhes pertencia, normalmente os filhos casados e suas mulheres mantinham-se na casa paterna enquanto a propriedade proporciona-lhes condições de sobreviver e manterem-se unidos.

Segundo a tradição oral, foi o que aconteceu com o casal Antônio e Matilde, quando a propriedade familiar deixou de fornecer os recursos necessários à manutenção da família em crescimento, a opção buscada por eles foi a emigração. Em nove anos de casamento, Matilde havia dado à luz sete crianças nascidas na via Sgarbaiol: Regina (1887), Angela (1888), Anna (1889), Maria Antonia (1892), Raffaelo (1894) e Pietro Paolo (1896). Os diversos documentos cotejados mostram que o último filho nascido na Itália não emigrou, pois possivelmente não havia sobrevivido à primeira infância; e as duas filhas mais velhas tiveram um trágico destino. Regina, a primogênita, então com dez anos de idade, desapareceu na chegada ao porto de Santos; e Angela, de nove anos, faleceu a bordo do vapor Equitá, durante a travessia do Oceano Atlântico e foi jogada ao mar.

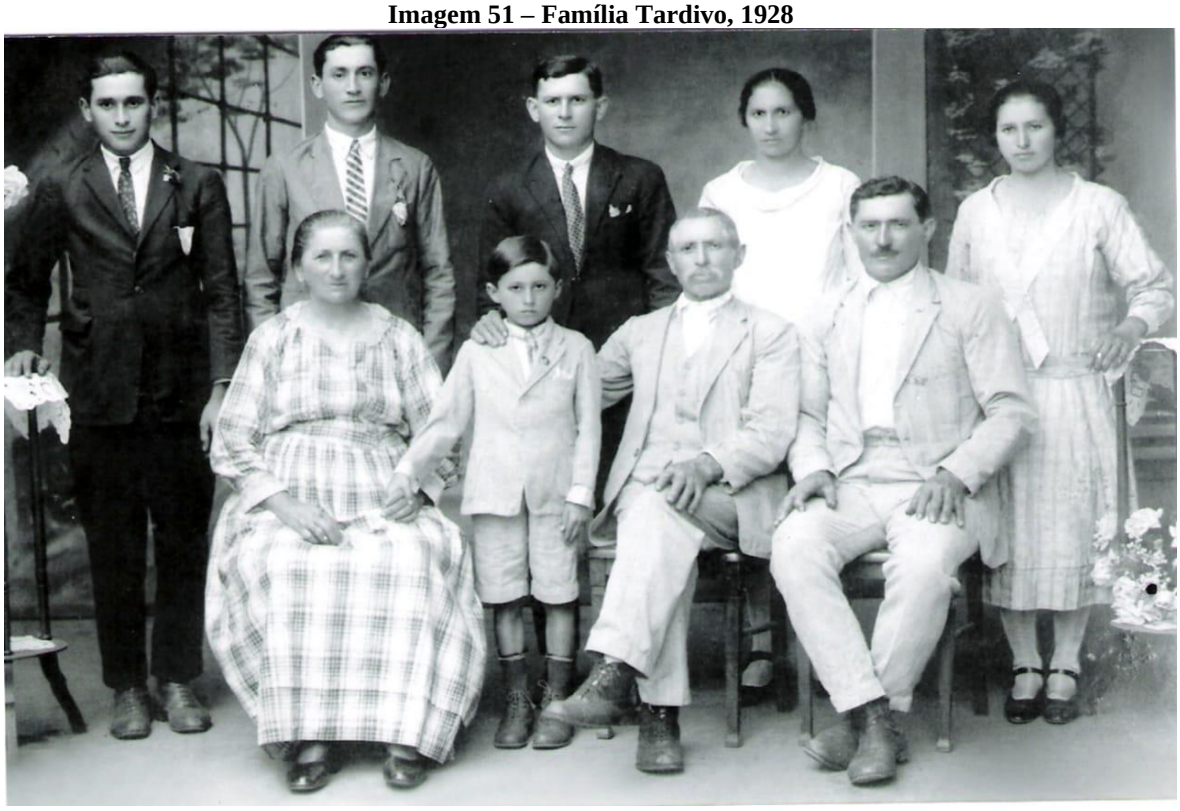
Era outono italiano do ano de 1897 quando os Tardivo deixaram a terra natal em direção à América. Embora o registro de matrícula da família na Hospedaria dos Imigrantes aponte que eles chegaram em São Paulo como passageiros do vapor Sempione, os nomes deles constam na lista de bordo do vapor Equitá, que havia atracado em Santos dois dias antes, em quinze de outubro. É possível que essa demora no deslocamento desses imigrantes para a capital paulista tenha ocorrido em virtude da procura pela menina Regina, que se perdeu da família ao desembarcar.

Nos jardins da Hospedaria de Imigrantes, amparados pela política imigratória estadual, muitos agentes a serviço dos fazendeiros se espalhavam para negociar a mão-de-obra estrangeira que chegava diariamente pela ferrovia que ligava o porto de Santos e a casa de acolhimento de imigrantes no bairro do Brás, na capital paulista. Foi ali, naquele ambiente de negociações entre fazendeiros e italianos que pouco entendiam da língua falada um para o outro, que a família de Antônio Tardivo foi contratada para trabalhar na fazenda do Dr. Bráulio Gomes, nas proximidades da estação de Chapadão, na vila de Pedregulho.

Se até chegar ao Brasil a família sofreu com a perda de seus membros, nas terras paulistas Antonio e Matilde tiveram a felicidade de não ver sepultado nenhuma de suas crianças,

apesar da alta mortalidade infantil no período. Nas colônias da vila de Pedregulho, nasceram Luís (1899), Custódia (1901) e Maria Virgínia (1904); na fazenda Santa Clara, em Franca, vieram ao mundo Ângelo (1906), João (1908) e Regina (1910), que recebeu o nome da irmã mais velha desaparecida e de suas duas *nonni*. Dias depois de dar à luz a filha caçula, Matilde, que era parteira, foi testemunha em um processo criminal que abalou a colônia em que vivia. No inquérito policial, o escrivão explica que a parteira não se apresentou a primeira vez em que foi intimada em função do rígido período de "dieta" seguido no puerpério. Na ocasião, pouco tempo antes de dar à luz a menina Regina, ela havia assistido o parto de uma adolescente deflorada pelo pai, um italiano proveniente da região do Lácio, que morava na mesma colônia. O bebê nasceu morto e a jovem parturiente confessou para pessoas próximas que seu pai mantinha relações sexuais com ela e sua irmã depois da morte da mãe.

Imagem 51 – Família Tardivo, 1928

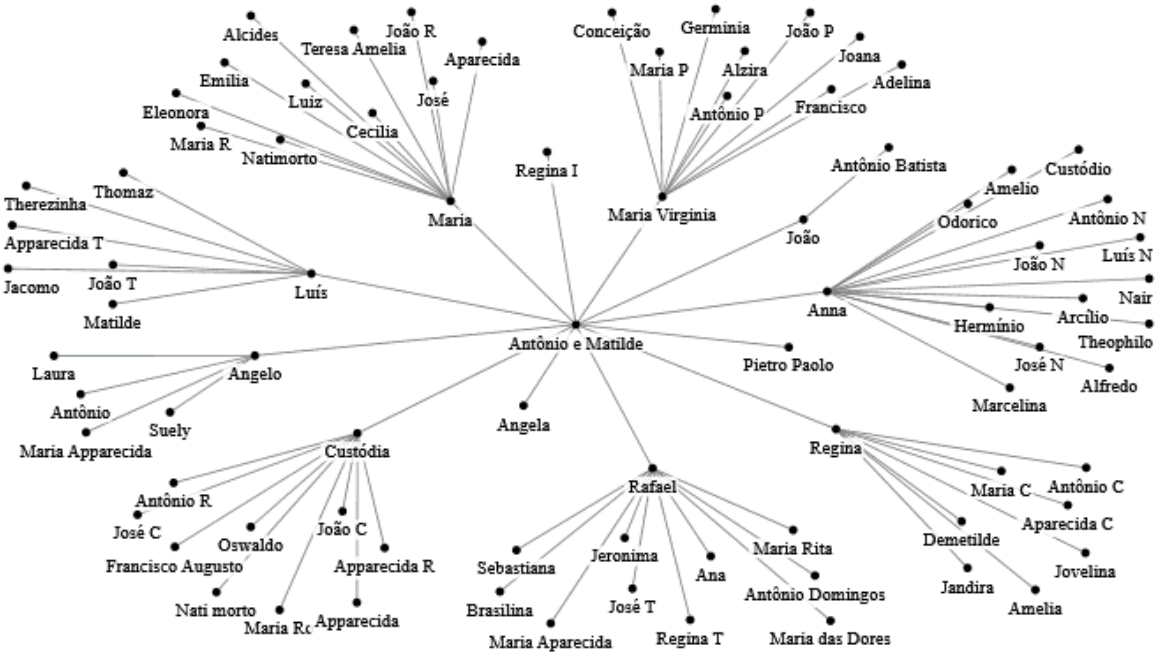


Fonte: Acervo familiar

Retomando a reconstituição da família Tardivo, assinalamos que, no que se refere a mortalidade infantil, ao que se pensava à época, esse casal deve ter sido feliz por não ter perdido nenhum de seus filhos nascidos no Brasil, diferente do que poderia se esperar para a época. Contudo, a geração de seus netos foi marcada por mortes de crianças e partos de natimortos. Das uniões de seus nove filhos, casados entre os anos de 1909 e 1931, foram gerados setenta e um netos. As fontes indicam que a realidade cruel da mortalidade atingiu 31% deles, da infância até a adolescência.

O primeiro sepultamento entre os próximos de Antônio e Matilde foi do neto João (o primogênito da filha Anna), em 1909, falecido com dois dias de vida. Em 1913, a primeira gestação da filha Maria causou perplexidade pelo parto dos gêmeos siameses natimortos. A tradição oral familiar revela que o imaginário da época considerou esse caso de gemelaridade imperfeita uma aberração, cujo relato foi transmitido pelas gerações como o nascimento de uma "criança de duas cabeças". Anos mais tarde, em 1929, a filha Custódia gerou uma criança do sexo masculino que faleceu durante o parto.

Imagem 52 – Família de Antônio Tardivo e Matilde Campagna

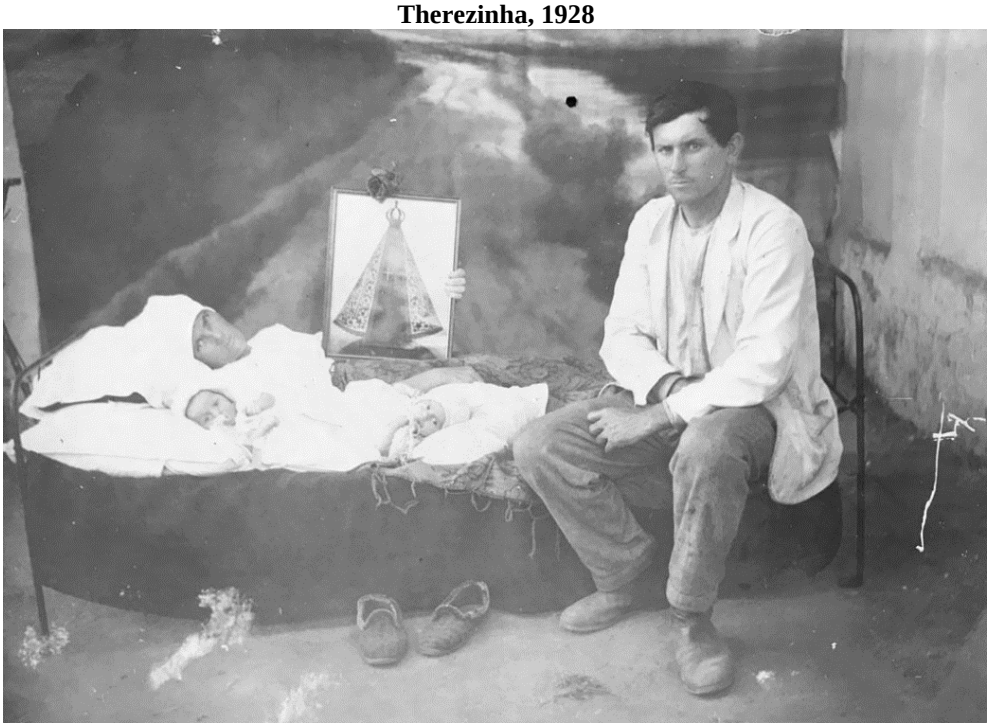


Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Dos sessenta e oito netos nascidos vivos, dezessete não sobreviveram à primeira infância, ou seja, os seis anos de vida. Entre 1925 e 1928, dos sete filhos casados apenas Maria Virginia, casada com um filho de espanhóis, não chorou pela morte de algum filho. Nesse período, sete crianças foram a óbito: em 1925, Maria (filha de Maria); em 1927, Maria (filha de Custódia), Odorico (filho de Anna), e Sebastiana (filha de Rafael); e, por fim, no ano de 1928, Laura (filha de Ângelo); e as gêmeas Therezinha e Apparecida (filhas de Luís). Com exceção da filha de Custódia que tinha três anos de idade e do menino Odorico, de um ano e nove dias, as outras crianças não chegaram ao primeiro ano de vida. Embora as doenças relacionadas ao parto, como o tétano umbilical, não tenham ceifado vidas nessa família, aquelas relacionadas ao trato gastrointestinal perturbaram por todo o período a sobrevivência dos novos membros. No início da década de 1940, o volvo intestinal ceifou a vida de João (filho de Luís),

aos dezesseis anos de idade; e uma septicemia interrompeu a vida de José (filho de Maria), de doze anos.

Imagem 53 – O casal Luis Tardivo e Carolina Piacezzi com suas filhas gêmeas Apparecida e Therezinha, 1928



Fonte: Acervo familiar.

O recorte temporal permitiu aventar a geração dos bisnetos do casal Tardivo, iniciada no ano de 1935. Na contramão dos outros membros da família, o primeiro neto a casar escolheu desposar uma mulher nascida no estado da Bahia no ano de 1932. Nos anos que se seguiram até o final da nossa observação, nasceram trinta crianças para compor a quarta geração da família no Brasil. Dessas, duas nasceram mortas, uma não sobreviveu por conta da inviabilidade fetal e outras três foram vítimas das terríveis doenças do aparelho digestório, que abatia os frágeis corpos dos pequenos filhos dos lavradores nas áreas rurais.

Em 1939, a neta Teresa Amélia Roncari (filha de Maria), única a desposar um homem compatrício da família, nascido na região dos Abruzos, depois de uma primeira gestação gemelar, foi mãe do menino vitimado pela inviabilidade fetal supracitado, que viveu apenas sete horas. Vinte e um dias depois, a jovem de 22 anos de idade também não resistiu a uma pneumonia que afetou seu organismo debilitado pelo puerpério.

A morte de homens em idade produtiva também deixou intensas marcas na história de vida dessa família e muitas crianças órfãs. A viuvez foi uma realidade para as irmãs Anna, Custódia e Regina. A primeira perdeu o marido em 1930, vitimado por uma neoplasia do fígado,

depois de vinte e um anos de casamento, deixando dez filhos, inclusive um menino de um mês de vida. A história de Custódia foi marcada pela perda de dois maridos: o primeiro, em 1925, deixando duas crianças pequenas; depois, no ano de 1943, quando ela já tivera mais três filhos que contavam na ocasião com 12, 9 e 6 anos de idade. Por último, Regina, casada com um irmão do segundo marido de sua irmã Custódia, ficou viúva em 1945, apenas seis horas depois de dar à luz a menina Jovelina, que, por sua vez, viveu apenas cinco meses. A ausência de tabus com relação a fazer "trabalhos masculinos" permitia que essas mulheres assumissem os papéis reservados ao homem, com maior tranquilidade. Ainda que a existência de filhos pequenos para sustentar favorecesse a procura por um novo parceiro, apenas a jovem Custódia, viúva aos vinte e três anos de idade, investiu em um novo casamento. Anna, viúva aos quarenta e dois anos e Regina, aos trinta e quatro, permaneceram viúvas até a morte.

Citamos alguns casos para caracterizar a mortalidade dos membros dessa família, que com o passar dos anos foi abandonando o trabalho nas lavouras para desempenhar atividades urbanas. No despontar dos anos trinta, os patriarcas Antônio e Matilde adquiriram uma casa no Alto da Estação, para onde seus descendentes se dirigiam quando precisavam da assistência da matriarca para a realização dos partos ou nos períodos de enfermidade. À medida que os Tardivo avançavam no tempo, no âmbito de uma urbanização do grupo, rompiam com as principais características das sociedades do passado. O casal extrapolou a expectativa de vida para a época, ele faleceu aos 85 anos, em 09 de julho de 1950; e ela com 82, em 20 de outubro do mesmo ano.

Com o intuito de delinear um estudo de caso sobre mortalidade infantil, selecionamos e escolhemos os casais passíveis de se realizar uma análise intergeracional ao longo do nosso recorte temporal da pesquisa. Seguindo este exemplo, investiguei, no banco de dados de fichas de família, linhagens que preenchessem três requisitos: seus patriarcas deveriam ter imigrado para o Brasil ainda no final do século XIX, ter filhos nascidos nos dois países e sua linhagem cobrir pelo menos quatro gerações na história da paróquia (os pais, os filhos, netos e bisnetos). No que concerne à generalização dos modelos, o nosso objeto é apresentar um exemplo para compreender um fenômeno que se traduz pela diversidade. Articular as diferenças nos livra de certas armadilhas impostas pelas análises quantitativas do universo paroquial, refletida inclusive pelas coortes geracionais. Concluo esta seção sublinhando o caráter exemplar do que foi abordado e chamando novamente a atenção para a fragilidade das informações relacionadas à mortalidade e a morbidade no período estudado. Pretendi, discretamente, fornecer pistas para

entender as características dessa população a partir das possibilidades de análise das informações coletadas nas atas paroquiais de óbitos.

Os movimentos sazonais de nascimentos, casamentos e óbitos

Nascimentos

Os registros de batizados da comunidade italiana estudada oferecem resultados que permitem o estabelecimento da Tabela 44 e do Gráfico 30.

Tabela 44 – Movimentos sazonais de nascimentos, 1885-1945

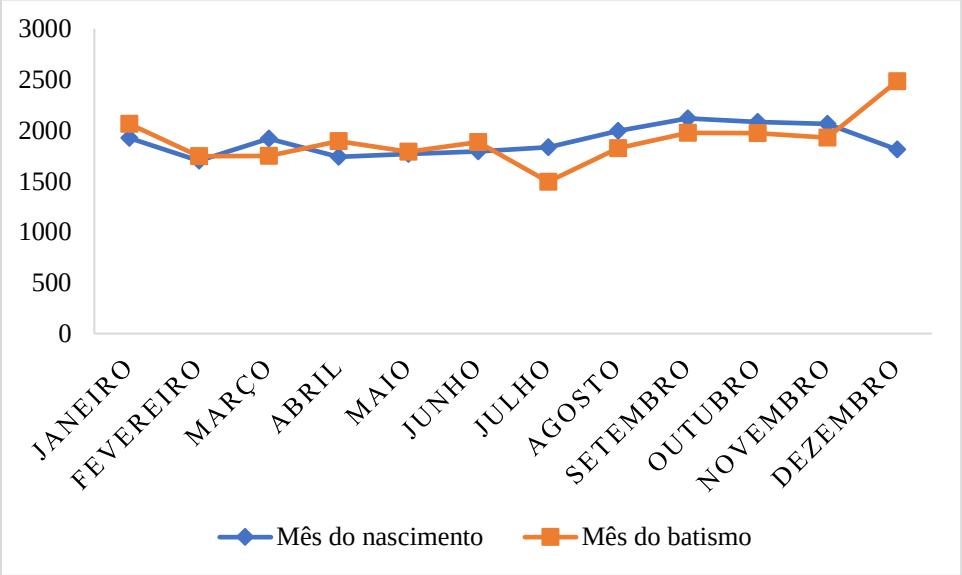
Mês de nascimento	Mês de concepção correspondente	N. abs.	%
Janeiro	Abril	1.927	8,5
Fevereiro	Maio	1.701	7,5
Março	Junho	1.920	8,4
Abril	Julho	1.739	7,6
Maio	Agosto	1.767	7,8
Junho	Setembro	1.795	7,9
Julho	Outubro	1.835	8,1
Agosto	Novembro	1.994	8,8
Setembro	Dezembro	2.119	9,3
Outubro	Janeiro	2.083	9,2
Novembro	Fevereiro	2.065	9,1
Dezembro	Março	1.811	8,0

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Estudos demográficos de determinadas regiões na Europa indicam que as leis da natureza, em especial aquelas que regem o ritmo das estações do ano, parecem interferir sobre a reprodução da espécie humana. Pelo menos algumas monografias de cidades e aldeias da França do Antigo Regime confirmam que havia um aumento das concepções nos meses de maio e junho e uma diminuição em setembro e outubro, ou seja, constata-se um renovar durante a primavera que era refreado no outono. Contudo, Maria Luiza Marcílio, em sua tese de doutorado sobre a cidade de São Paulo, verificou que o clima não apresenta mudanças bruscas e a influência do ritmo sazonal não exerce papel significativo no movimento dos nascimentos e das concepções[346].

[346] MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 194–5.

Gráfico 30 – Movimentos sazonais de nascimentos e batizados, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos de Franca, 1885-1945.

O exemplo de Franca revela que o clima, aliado aos ritmos de trabalho nos cafezais, teve uma pequena influência no aumento do número de concepções durante o verão e em sua diminuição nos meses de inverno, época de labuta mais intensa com a colheita dos cafeeiros. Os valores percentuais das concepções durante as estações do ano foram 27,6% no verão, 24,8% na primavera, 24% no outono e 23,8% no inverno.

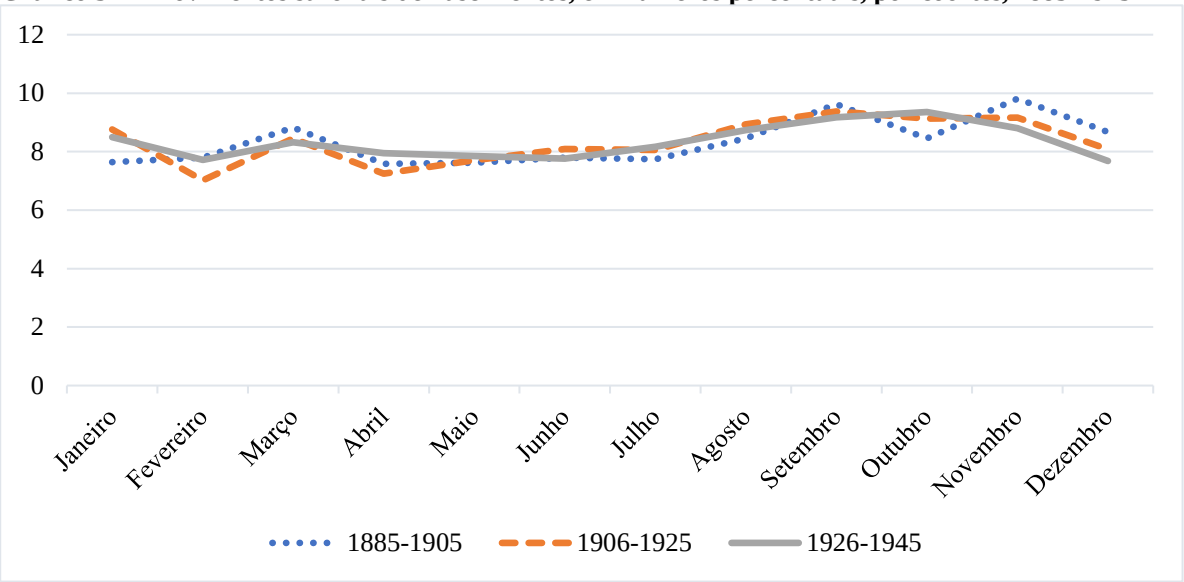
Maria Silvia Bassanezi, em seu trabalho sobre os colonos da fazenda Santa Gertrudes, observou que alguns meses concentravam um número ligeiramente maior de nascimentos. Por exemplo, nos meses de junho a agosto nasciam mais crianças que nas demais épocas do ano, visto que, após o final da colheita, havia um período de recesso que influenciava o aumento de gestações entre as mulheres da fazenda. Por outro lado, a autora constatou também que o menor número de concepções ocorria em momentos de trabalho mais árduo e de respeito ao tempo religioso, como na Quaresma[347].

Dividimos o período estudado em três coortes, a fim de verificar se houve alguma modificação no movimento sazonal de nascimentos entre 1885 e 1945. Com efeito, não observamos flutuações perceptíveis no decorrer dos anos. O mês de fevereiro sempre apresentou os menores números de nascimento, com percentuais ainda menores entre 1906 e 1925. Por outro lado, é observado uma diminuição no volume de batizados nos meses de julho a novembro, com pico no número de crianças batizadas em dezembro, nas celebrações próximas

[347] BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 205.

ao Natal. Conclui-se que os pais deixavam as crianças nascidas nos meses de colheita para serem batizadas quando o volume de serviço fosse menor nos cafezais.

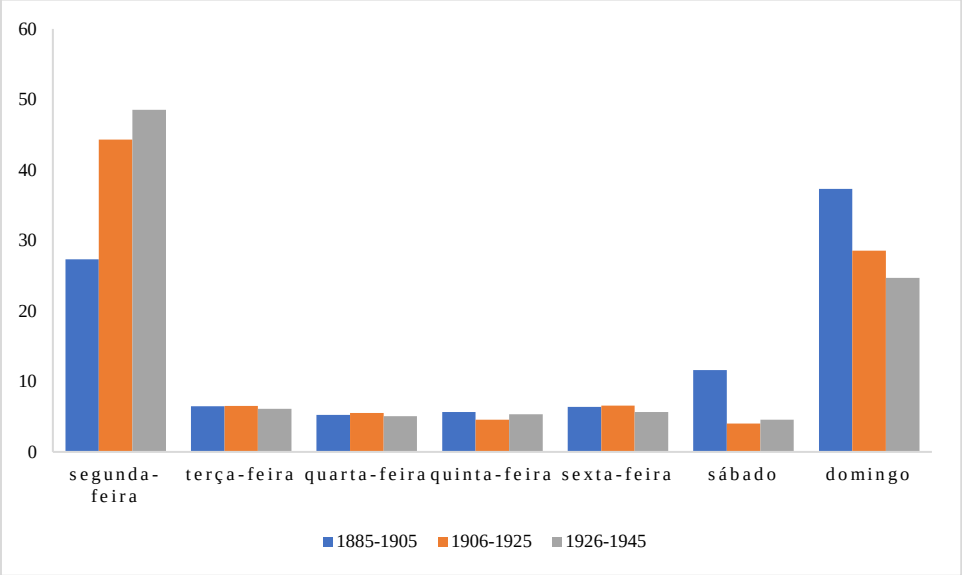
Gráfico 31 – Movimentos sazonais de nascimentos, em números percentuais, por coortes, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos de Franca, 1885-1945.

Além de escolher o momento oportuno para se batizar os filhos, esses homens e mulheres manifestavam preferências também pelo dia da semana para a realização do rito do batismo. Embora o domingo seja o dia dedicado a frequentar a igreja, esse dia foi perdendo destaque para a realização dos batismos com o passar do tempo. Em contrapartida, a segunda-feira tornou-se o dia preferido para a realização dos batizados por essa população. No primeiro coorte, o final de semana foi eleito para o batizado de 47,9% das crianças nascidas nessa comunidade, sendo o domingo responsável por 37,3% das ocorrências. Posteriormente, uma inversão de tendência foi responsável por elevar a segunda-feira como o dia preferido para os batizados, após 1926, com 49% das celebrações.

Gráfico 32 – Comparativo da distribuição semanal dos batizados, por coortes, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Batismos de Franca, 1885-1945.

Esse comportamento reconstituído por coortes mostra que as gerações possuíam costumes que se remodelaram com o tempo e as circunstâncias vividas por essas famílias na sociedade em questão. É possível observar que a história dos imigrantes italianos para Franca foi marcada por um esquecimento de certas características dos pioneiros. Esse distanciamento reside no fato de as gerações mudarem-se progressivamente das áreas rurais para a cidade, onde o acesso aos sacramentos era facilitado pela proximidade da paroquia, que deixou de ser frequentada exclusivamente para as missas dominicais e nos dias santificados.

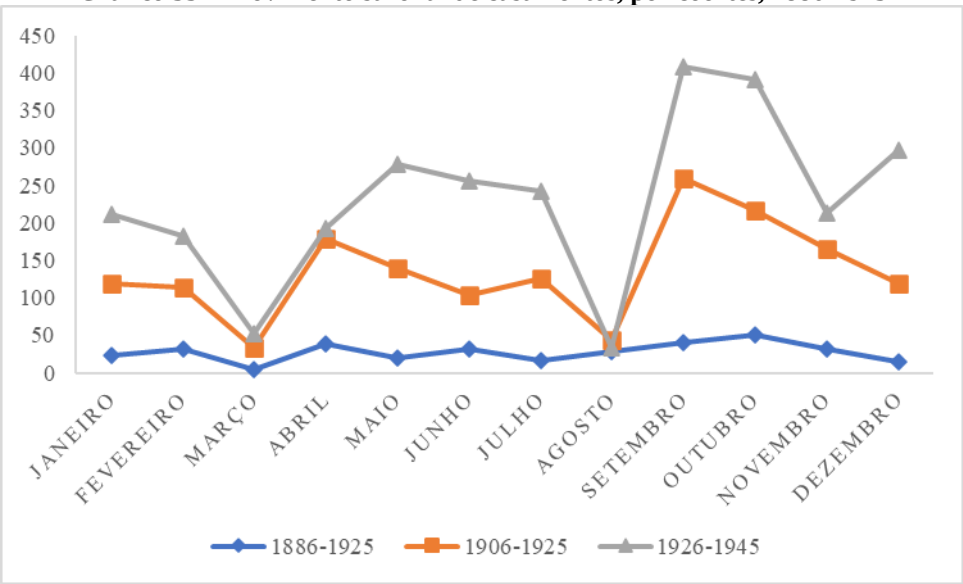
Casamentos

Um dos fatores exógenos que interfere na nupcialidade é a adesão às normas impostas pela sociedade e o respeito aos tempos da doutrina cristã. Desde os primeiros trabalhos em Demografia Histórica observou-se uma íntima relação entre o período de realização dos casamentos e o calendário católico, por influência dos constrangimentos à solenidade de consagração entre o primeiro Domingo do Advento até o Natal, e da Quarta-feira de Cinzas até o Domingo de Páscoa. Os dados coletados indicam que os movimentos sazonais nessa comunidade eram similares aos revelados em outros países da Europa católica de intensa influência religiosa e, além disso, refletia também a natureza do trabalho na cafeicultura.

O Gráfico 33, que mostra os movimentos sazonais de casamentos da comunidade ítalo-brasileira na região de Franca confirmam que essa população respeitava o tempo da Quaresma e do Advento, no tocante à celebração do matrimônio. Esses períodos considerados proibidos pela catolicidade são observados pelo gráfico nos três coortes, pois o número de sacramentos

celebrados em março, abril e novembro era sempre menor do que nos meses em que não havia objeção canônica.

Gráfico 33 – Movimento sazonal de casamentos, por coortes, 1886-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Da mesma forma, o ritmo do trabalho na cafeicultura exercia papel significativo no movimento de casamentos. A atividade agrícola é profundamente influenciada pelos ciclos sazonais de trabalho com a terra, por isso os camponeses não viam sentido gastar suas energias com outra atividade nas épocas de intenso labor na produção. Nesse sentido, era melhor acomodar o tempo de casar à sazonalidade do trabalho agrícola. O volume de casamentos no mês de agosto sempre foi pequeno, pois era época da colheita, quando a unidade familiar procurava intensificar sua capacidade de trabalho e deixava os casamentos de seus filhos para mais tarde. Por outro lado, muitos noivos preferiam se casar antes do período da colheita para poder contar com o trabalho da mulher nesse período de longas labutas no cafezal. A colheita e as superstições populares em relação ao mês de agosto somam-se à preservação de um costume trazido da Europa, onde este mês, historicamente, é marcado por poucos casamentos, por ser um período de muito trabalho no campo[348].

[348] *Ibid.*, p. 196.

Tabela 45 – Movimento sazonal de casamentos, por coortes, 1886-1945

Mês	1886-1925	1906-1925	1926-1945	Total
Janeiro	24	119	211	354
Fevereiro	32	114	183	329
Março	5	33	53	91
Abril	39	179	192	410
Maio	20	139	278	437
Junho	32	104	256	392
Julho	16	126	243	385
Agosto	29	44	34	107
Setembro	40	259	408	707
Outubro	51	216	391	658
Novembro	31	165	213	409
Dezembro	15	119	297	431
Total Geral	334	1.617	2.759	4.710

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1886-1945.

A periodicidade das cerimonias de casamento devem ser relacionadas aos costumes e às disciplinas sociais e econômicas dos grupos, por isso, procuramos examinar quais os dias da semana escolhidos para as bodas e quais os fatores estavam por detrás desta escolha.

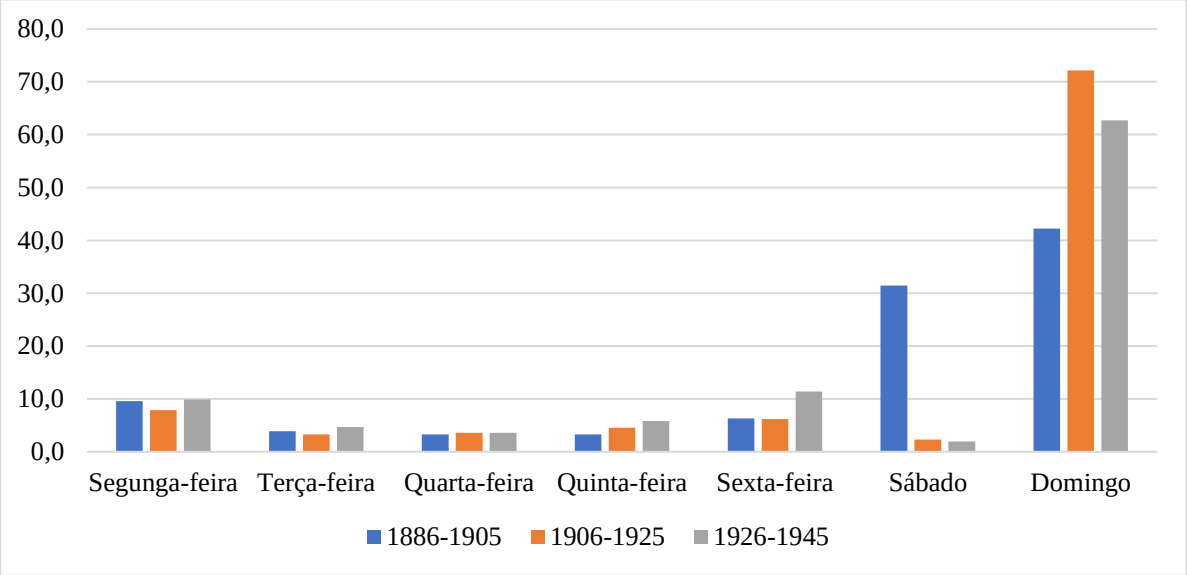
Tabela 46 – Distribuição semanal dos casamentos, por coortes, 1886-1945

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo	Total
Distribuição semanal dos casamentos, 1886-1905								
Casos	32	13	11	11	21	105	141	334
%	9,6	3,9	3,3	3,3	6,3	31,4	42,2	100,0
Distribuição semanal dos casamentos, 1906-1925								
Casos	127	53	58	73	100	37	1.162	1.610
%	7,9	3,3	3,6	4,5	6,2	2,3	72,1	100,0
Distribuição semanal dos casamentos, 1926-1945								
Casos	273	129	99	161	315	54	1.733	2.764
%	9,9	4,7	3,6	5,8	11,4	2,0	62,7	100,0

Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1886-1945.

A população ítalo-brasileira em Franca claramente preferia o domingo para a celebração das núpcias. A distância entre a igreja e as fazendas possivelmente obrigava os nubentes a escolha do dia de descanso para a celebração de suas núpcias. No primeiro coorte, entre 1886 e 1905, houve uma preferência pelos sábados, que com o passar do tempo deixou de assumir uma posição de destaque. Os demais dias da semana nunca foram muito escolhidos pelos nubentes, com exceção da segunda-feira que era preferida em relação aos demais dias. Apenas no último coorte, de 1926 a 1945, a sexta-feira teve maior destaque, sendo escolhida para a realização de 11,4% dos casamentos.

Gráfico 34 – Comparativo da distribuição semanal dos casamentos, por coortes, 1886-1945



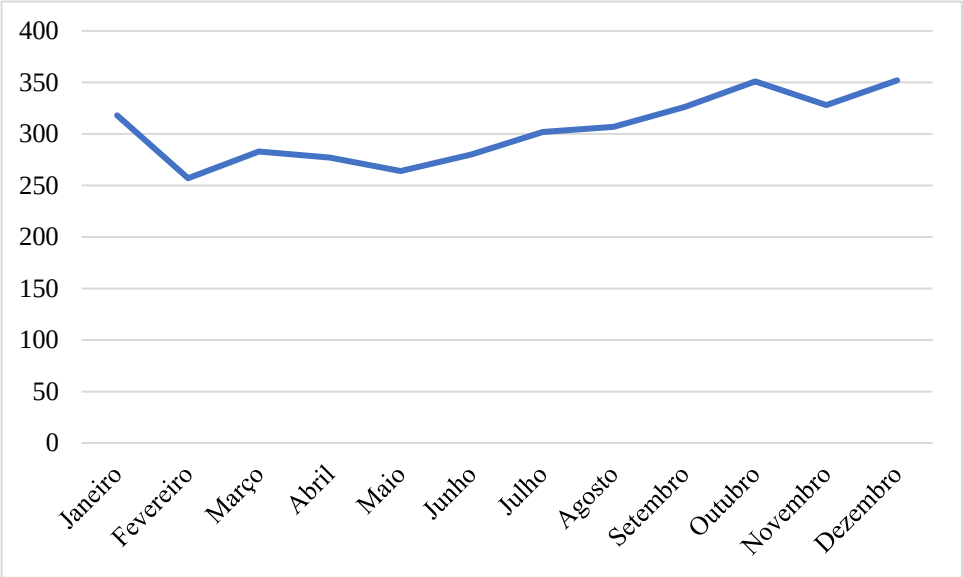
Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Casamentos, 1885-1945.

Essa comunidade estava fortemente integrada a vida agrícola, ou seja, sofria a interferência dos dias de trabalho na lavoura na escolha das datas para a realização das cerimônias de casamento. Além disso, os imigrantes traziam de suas terras a prática dos casamentos formalizados, em respeito às práticas católicas e ao clero, interessado em promover as uniões segundo o rito tridentino. No mundo rural, onde boa parte desses ítalo-brasileiros estavam inseridos, os domingos eram dias de recreação e de cumprir as atividades religiosas. A vista disso, foi no dia dedicado a missa que ocorreram 60% dos casamentos dessa comunidade.

Óbitos

Apesar da fragilidade analítica em se elaborar quadros precisos sobre a mortalidade com base nas atas de óbito da paróquia estudada, elaboramos um quadro da distribuição mensal dos eventos, com o objetivo de verificar, ainda que relativamente, como a morte estava ligada às estações do ano.

Gráfico 35 – Movimento sazonal de óbitos, 1885-1945



Fonte: Livros Paroquiais de Registros de Óbitos, 1885-1945.

Essa população seguiu uma característica já conhecida na antiga São Paulo, onde a grande mortalidade situava-se precisamente nos meses quentes[349]. Poder-se-ia acreditar que esse fenômeno fosse inverso, com mais mortes no período de frio, mas foram outubro e dezembro os meses de forte mortalidade nessa comunidade. As mínimas estiveram sempre entre os meses de fevereiro e junho.

[349] MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 202.

Capítulo 7 – Trajetórias imigrantes

Documentar e descrever as redes encontradas

O olhar sobre o cenário da imigração italiana para a região de Franca, que começou a tomar forma na segunda metade da década de 1880, revelou indícios de estruturas invisíveis onde estavam alicerçadas a organização social e comunitária de inúmeras famílias que se deslocaram para cá no decorrer dos anos.

Ora, não poderíamos pensar em um sentimento de nacionalidade trazido por esses italianos, se até a unificação, realizada em 1870, o território italiano estava coberto por uma complexa colcha de retalhos com características regionais diversas, incluindo dialetos e costumes que se diferenciavam de uma área para outra, por vezes muito próximas. Aqueles que imigraram nas décadas que se seguiram à imigração mantinham um forte apego emocional ao solo, aos laços sociais e às tradições locais. Foi, no decorrer do século XIX e, principalmente, após a imigração, que pouco a pouco foi se tecendo um genuíno sentimento nacional. Contudo, para muitos o fortalecimento de uma paixão pela pátria só foi acontecer definitivamente depois da fixação em outro país como forma de alteridade, e mesmo quando já tinham estruturado relacionamentos no pós-imigração marcados pelo reconhecimento regional, provincial e, mais precisamente, entre conhecidos da mesma aldeia natal.

As reflexões desenvolvidas nessa tese procuraram situar esse contexto numa perspectiva dos contatos estabelecidos por essa população investigada por meio da reconstituição de famílias, metodologia que privilegia os estudos em demografia histórica. Logo, o conhecimento dos temas respondeu à hipótese de que as redes migratórias ligavam pessoas nas duas pontas do percurso e eram alimentadas pelos novos deslocamentos.

Uma boa parte dessa pesquisa foi desenvolvida utilizando abordagens microanalíticas, cotejando fontes nominativas, que transitavam entre a investigação ao nível de identificação individual dos atores sociais e uma história global, marcada por assonâncias e continuidades por meio dos métodos quantitativos e dos estudos de casos. É preciso relembrar que o esforço de descrever e documentar as redes encontradas começou antes de se pensar em um projeto de pesquisa. No âmbito da pesquisa genealógica e em busca da história familiar, dentre as descobertas mais instigantes, encontrei um requerimento da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP) no nome de Giovanni Salicco, padrasto de um dos meus bisavôs. O documento, datado de 1921, revelou uma história desconhecida e que ligava uma família imigrante a um fazendeiro italiano, residente em Franca desde o final do século XIX.

Uma declaração de Pietro Aimola – nascido na pequena *comuna* de Rocca San Giovanni, de onde vinham aqueles imigrantes – serviu para que o governo estadual aprovasse a restituição das despesas gastas com a imigração daquele grupo, que se dirigiu a sua propriedade após contatos promovidos entre pessoas ali instaladas e seus conterrâneos no país de origem. Aquele caso excepcional iluminou um quadro de estratégias possíveis de pesquisa, praticáveis ao se propor uma análise do fenômeno imigratório que vislumbrasse as duas pontas do percurso – o que nem sempre é praticado pela historiografia.

O que se verificou foi que esse grupo de abruzenses é apenas um exemplo de rede migratória envolvendo estratégias de fixação na sociedade de destino, baseada na manutenção da imigração de parentes e pessoas conhecidas. Ao darmos continuidade a nossa investigação sobre a população em perspectiva histórica, observamos que esse fenômeno era bem mais denso e pulverizado do que imaginávamos ao iniciar a pesquisa. Repare-se que, no decorrer do trabalho, foram exploradas redes oriundas da região do Vêneto, da Lombardia, do Lácio, da Emília-Romanha, da Toscana, das Marcas. Para finalizar, proponho a resolução do desafio inicial de fazer uma reconstituição minuciosa do grupo que serviu de *insight* para esse trabalho. Nesse sentido, explorarei as diversas fontes consultadas para documentar e descrever o grupo oriundo da província de Chieti que se dirigiu ao município de Franca na última década do século XIX.

De Rocca San Giovanni a Franca: aportes para uma genealogia imigrante

A *comuna* de Rocca San Giovanni integra a província de Chieti, situada na região dos Abruzos, nas margens do Mar Adriático. Atualmente, é considerada uma das aldeias mais belas da Itália, composta por 21 km² e faz fronteira com Fossacesia, Lanciano, San Vito Chietino e Treglio. De 1881 a 1901, apesar do aumento das emigrações, a população da *comuna* passou de 2.048 para 2.448 habitantes.

Os moradores da *comuna* estavam distribuídos por uma colina rochosa a 155 metros acima do nível do mar e pelos vales, onde predominava o cultivo de oliveiras, vinhas e laranjeiras. Os camponeses que lá viviam eram descendentes dos primeiros aldeões e ainda guardavam resquícios feudais da Alta Idade Média. Historicamente, os movimentos humanos nos Abruzos faziam parte de uma rede migratória, determinada pela sazonalidade do trabalho, em direção à área marsicana, ao campo romano ou ao Maremma. A situação foi agravada pelo fracasso das antigas propriedades feudais, marcado pela falta de horizonte para os camponeses

que intensificou o *brigantaggio*[350]. Após a unificação, a expansão da rede de comunicação e reestruturação urbana aumentou a demanda por mão-de-obra. A mobilidade, que já fazia parte do cotidiano dos abruzences, tornou-se ainda mais intensa em busca de trabalho e recursos para equilibrar a economia doméstica, primeiramente nas áreas de Vasto e Sulmona.

A essa tradicional mobilidade interna, quantitativamente insignificante, somou-se um fenômeno emigratório para fora da Itália, que aumentou exponencialmente ao longo dos anos 1880. A pobreza como explicação *tout court* para a decisão de emigrar não é suficiente, pois deve-se considerar várias causas para entender o abandono da terra natal. Em especial, contribuíram para o fenômeno emigratório o processo de diferenciação econômica e o desenvolvimento da revolução industrial; a crise da pequena propriedade fundiária e das fazendas de montanha; o declínio do artesanato antigo e da manufatura rural; a intensificação das diferenças entre as classes sociais; o serviço militar obrigatório; a pressão demográfica; a propaganda de agentes das companhias de navegação; o incentivo e o espírito de emulação produzido pelo retorno dos emigrantes e pelas cartas de chamada.

Inicialmente as saídas destinavam-se a outros países da Europa, diminuindo gradualmente em direção ao novo continente. O forte hábito de transmigração sazonal, e de retorno oportuno anualmente, deu lugar às partidas para a América, especialmente para o Brasil e os Estados Unidos. O custo da viagem também interferiu nos destinos tomados pelos grupos emigrantes, a oferta de subsídios aliviou os trabalhadores que desejavam deixar sua terra, mas não possuíam economias para cobrir as despesas com o transporte marítimo. Em outros casos, para aqueles que possuíam capital monetário para cobrir os custos de emigrar, era mais barato cruzar o Atlântico do que adquirir bilhetes de comboios para chegar em alguns locais na própria Europa.

As oportunidades de emigração oferecidas aos abruzenses que se dirigiram para Franca estava associada, principalmente, ao incentivo e ao espírito de agregação produzido por aqueles que se estabeleceram primeiro. O *timing* (anterioridade) de chegada revela que aqueles que decidiram deixar a Itália mais tarde tiveram caminhos abertos por aqueles que imigraram pioneiramente e já haviam suportado o custoso processo de incorporação ao trabalho na cafeicultura paulista.

---

[350] Brigantaggio é o termo utilizado, na Itália, para designar os fenômenos de banditismo, ligados ou não a insurreições políticas. Aos olhos do povo, o *brigantaggio* envolvia o desejo de uma vida melhor.

Como tantas outras famílias imigrantes, os agricultores abruzenses que chegaram à região de Franca vieram trabalhar como colonos nas fazendas de café e permaneceram por um longo tempo na cafeicultura, onde criaram seus filhos, mantiveram relações de parentesco, compadrio e amizade, e almejaram adquirir suas próprias propriedades. Para isso, uma série de estratégias envolvia o processo migratório, desde o agrupamento na travessia atlântica; o fortalecimento de redes de amizade; o auxílio na faina do café; e até mesmo o estabelecimento de laços matrimoniais entre os membros do grupo.

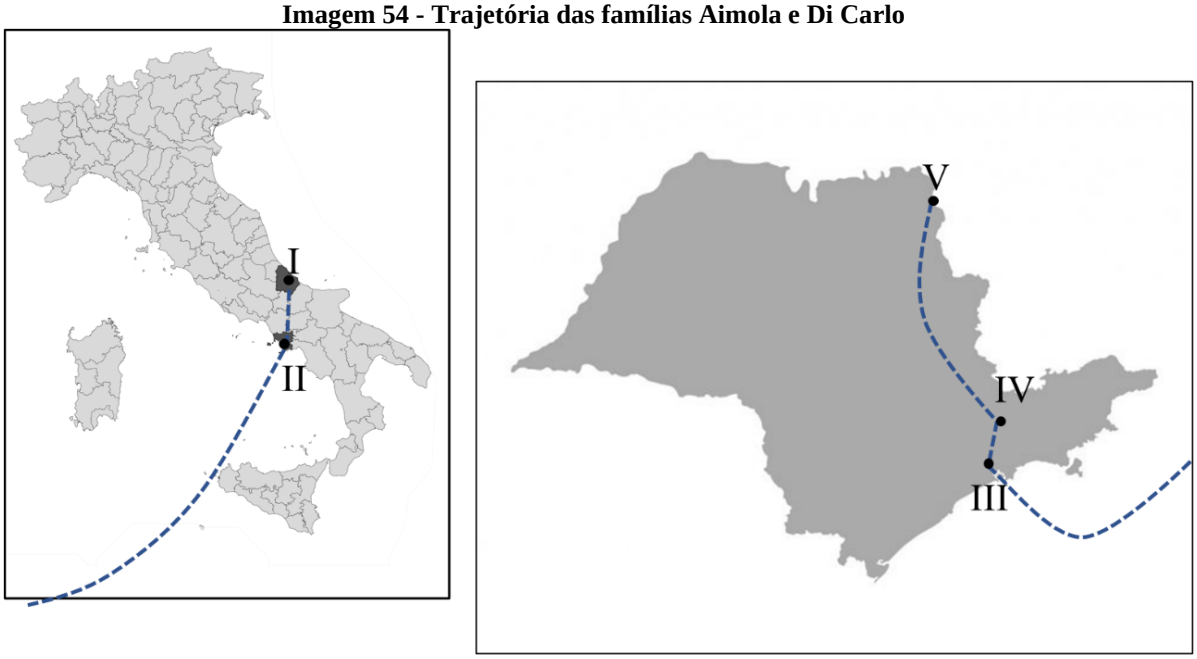
Ao identificar a oportunidade oferecida pelo fazendeiro italiano Pietro Aimola aos seus compatriotas nos anos 1920, era possível encontrar uma rede social baseada no acesso à informação e recursos resultante de relações de amizade, parentesco e vizinhança. Na percepção de Barnes, é conveniente chamar de rede um campo social onde cada pessoa está em contato com outras e cada indivíduo tem certo número de amigos que se conhecem uns aos outros ou não[351]. Nesse sentido, o exercício de reconstituir a rede social do fazendeiro Aimola demonstrou que um dos seus principais contatos era com seu sócio Camillo Di Carlo, cuja trajetória de vida era similar à sua. Nascidos e casados na *comuna* de Rocca San Giovanni, constituíram família e imigraram rumo ao município de Franca no final da primavera italiana do ano de 1896. Os Aimola e Di Carlo destoaram dos demais *contadine* que vieram para as lavouras paulistas no período da política de subsídios à imigração, pois passaram a figurar na lista de proprietários agrícolas de Franca ainda no período da Grande Emigração.

A partir de 1895, as terras francanas passaram a receber dezenas de famílias provenientes da pequena aldeia de Rocca San Giovanni (I), na província de Chieti, às margens do Mar Adriático. Nessa época, a febre imigratória na região dos Abruzos com destino ao Brasil não era tão disseminada quanto no Norte da Itália. Portanto, a propaganda das agências de navegação e o sentimento de agregação aos parentes emigrados foram fundamentais e muito eficazes no processo de transferência desses grupos e garantia a manutenção dos contatos entre a *comuna* de origem e o ambiente de destino. A trajetória desses imigrantes, recuperada até agora, revela que os Aimola e os Di Carlo logo encontraram trabalho e moradia reservados por parentes e conhecidos já instalados, onde iriam construir um ambiente de novas interações baseadas em suas próprias características regionais.

---

[351] MENDES, Fabio Faria. Família, História e Redes Sociais. I*n*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.). **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 41.

Imagem 54 - Trajetória das famílias Aimola e Di Carlo



Fonte: Elaboração própria.

Angelo Camillo Di Carlo[352] nascido em 03 de dezembro de 1855[353], emigrou para o Brasil com 40 anos de idade, acompanhado de sua mulher, Carolina D'Angelo (39 anos), de seis filhos e uma pupila[354], partindo do porto de Nápoles (II), no vapor *Edilio Raggio*, em 21 de maio de 1896[355]. A lista de bordo do navio revela que 176 pessoas embarcaram com destino ao Estado de São Paulo, por conta do contrato celebrado em 07 de março entre o governo do Estado e a empresa Angelo Fiorita & Cia, que respondeu pela maioria dos contratos de arregimentação de italianos do período. Esses emigrantes viajaram gratuitamente, sem nenhum ônus pelas passagens da família.

Os Di Carlo desembarcaram em Santos no dia 14 de junho de 1896 (III). Embora o destino da família não tenha sido anotado no registro de matrícula na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (IV) é provável que eles seguiram o caminho aberto por outros conterrâneos desde o ano de 1895, pois vieram trabalhar como colonos em uma fazenda próxima à Franca (V).

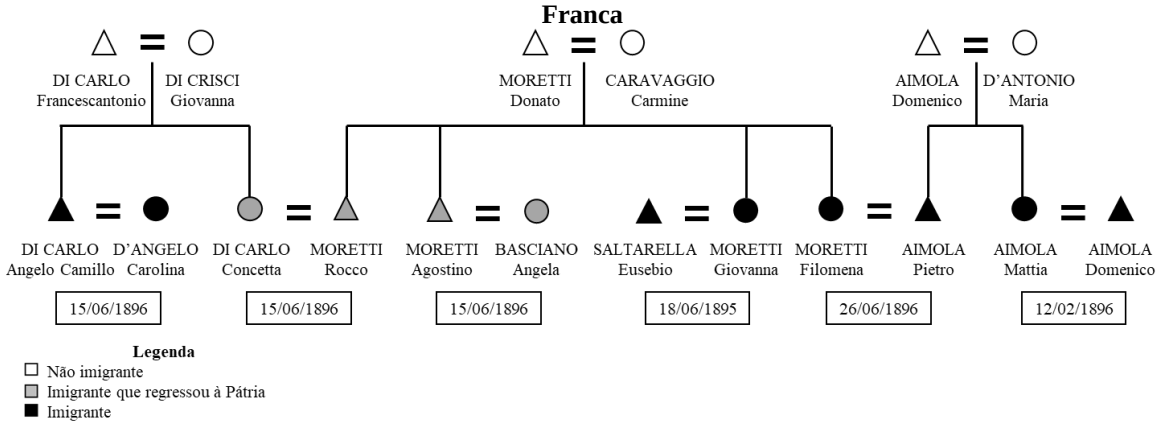
Na mesma ocasião, os irmãos Rocco (casado com uma irmã de Camillo Di Carlo) e Agostino Moretti também saíram de Rocca San Giovanni com suas esposas e filhos para se

---

[352] Com exceção do registro de matrícula na Hospedaria dos Imigrantes, o prenome Angelo não aparece nos registros brasileiros.
[353] Fonte: ROCCA SAN GIOVANNI (CH). Archivio di Stato di Chieti. Atti di nascita de Angelo Camillo Di Carlo. Registro em: 4 dez. 1855.
[354] Em testamento, Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo declaram que Giuseppina Pifagna era uma pupila criada por eles, retirada do Orfanato de Lanciano.
[355] Fonte: APESP. Acervo digital do MI. Lista de bordo do navio Edilio Raggio, 1896.

unirem aos conterrâneos no interior paulista. Doze dias depois, passam pela Hospedaria dos Imigrantes a família de Pietro Aimola, cuja esposa, Filomena Moretti, era irmã de Rocco e Agostino[356]. Os três irmãos da família Moretti já tinham uma irmã instalada em uma fazenda próxima de Franca desde junho do ano anterior, quando outras quatro famílias de Rocca San Giovanni chegaram pioneiramente à região. Na Fazenda Califórnia do Salgado, na então vila de São José da Bela Vista, os membros das famílias Moretti unem-se nos primeiros anos de adaptação no Brasil. Portanto, o sentimento de agregação desses emigrantes foi responsável pelas estratégias mantidas pelo grupo e refletiu em novas transferências beneficiadas pelas informações enviadas por aqueles que chegaram primeiro e viram oportunidades de trazer amigos e parentes para o trabalho no além-mar.

Imagem 55 - Parentesco e data de chegada dos primeiros casais imigrantes de Rocca San Giovanni em Franca



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

Entre essas seis famílias, apenas quatro permaneceram na região: Agostino Moretti aparece nos registros paroquiais de Franca até 1905 e Rocco Moretti retorna à Itália, de onde emigra novamente para a América do Norte. As demais famílias, depois de terem trabalhado na faina do café, reúnem pecúlios para abandonar o sistema de colonato como empregadas. Eusebio Saltarella, o primeiro do grupo a chegar em Franca, insere-se no núcleo urbano como negociante de secos e molhados e proprietário de uma fábrica de macarrão, enquanto Pietro Aimola e Camillo Di Carlo tornam-se sócios de uma propriedade agrícola nos arredores da cidade.

A sorte desses imigrantes também estava relacionada a quantidade de membros da família aptos para o trabalho nos cafezais. Camillo Di Carlo e Pietro Aimola chegaram ao Brasil

[356] Fonte: APESP. Acervo digital do MI. Livro de registros de matrículas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Livro nº 53, 1896.

com filhos para auxiliá-los na lida diária com os cafeeiros, ou seja, com melhores condições de tratar de um número maior de pés de café e reunir pecúlios para adquirir suas próprias terras. Assim, a aptidão para o trabalho na agricultura permitiu que as famílias Di Carlo e Aimola se tornassem sócias na compra de uma propriedade agrícola dez anos após chegarem ao Brasil. As terras da Fazenda Olhos d'Água, foram compradas do advogado e cafeicultor Doutor João de Faria, em 02 de maio de 1907[357], e era composta por terras de cultura e campo, casa de morada, quatro casas para colonos, curral, monjolo, rego d'água, cafezais, pomar e uma nascente de água devidamente encanada. A propriedade foi operada basicamente pelo trabalho familiar, dispensando a contratação de grandes contingentes de braços para a lavoura. Quando Camillo e Pietro realizam a divisão amigável das terras havia apenas um contrato de empreiteiro trabalhando na formação do cafezal novo.

O exemplo dessa propriedade cafeeira adquirida por italianos permite entender a forma como se dava a aquisição e divisão das terras adquiridas por uma família imigrante, assim como o partilhamento da herança entre os filhos. As próprias famílias pioneiras de imigrantes constituíram a demanda potencial para o mercado de terras aberto pelo fracionamento de grandes propriedades decadentes em zonas mais antigas. O *timing* de chegada da família e as estratégias relacionais por meio do convívio propriamente étnico produziram efeitos para a implantação dessas famílias no território, cujo grupo funcionava como uma grande rede de informação e apoio que facilitou o seu desenvolvimento e a busca de oportunidades para a inserção dos filhos no mercado matrimonial e no rol de proprietários rurais.

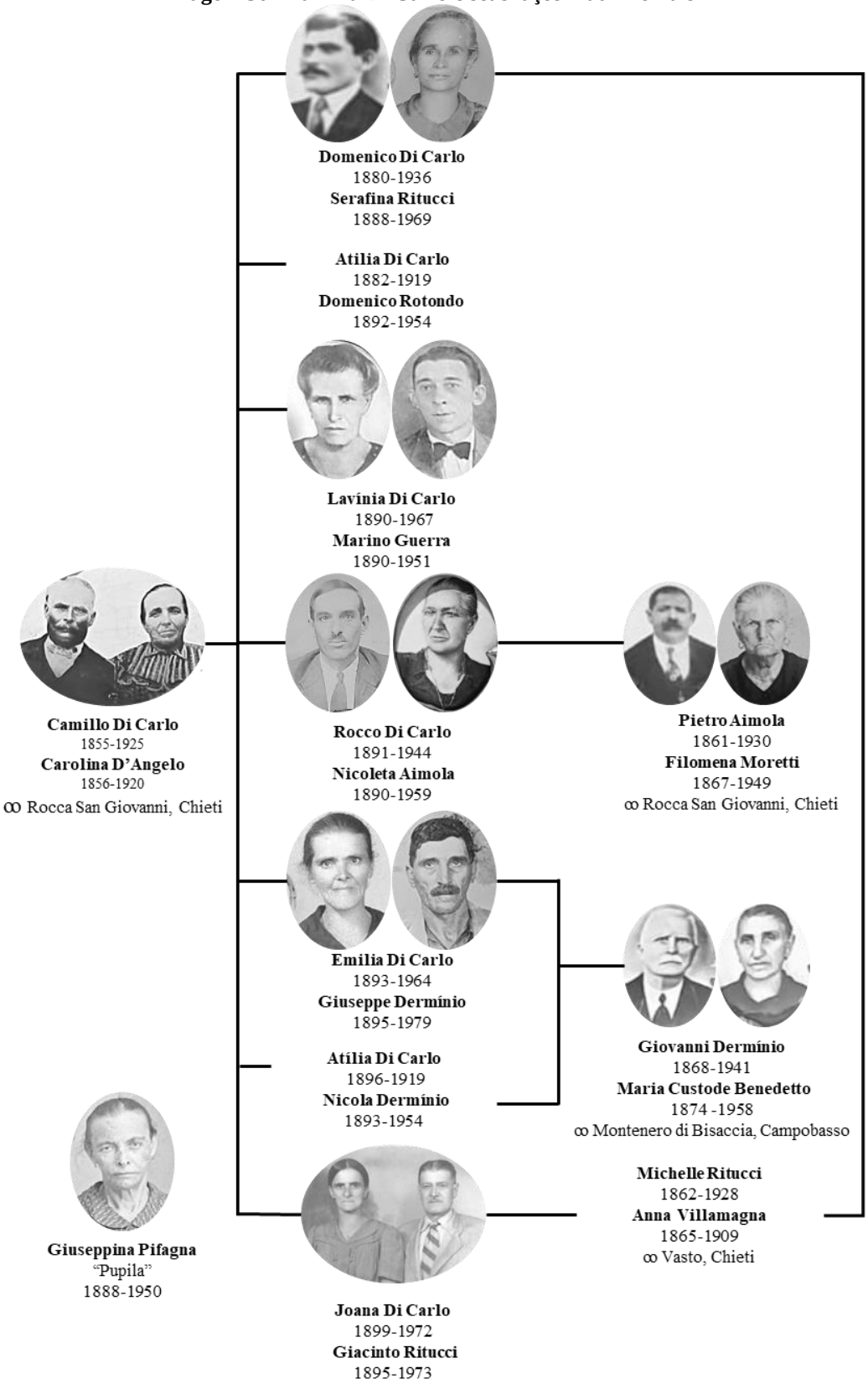
O exemplo da família Di Carlo revela que a escolha dos cônjuges envolveu relações sociais pretéritas, pois, assim como na Itália, a escolha do parceiro conjugal estava relacionada à busca por um braço a mais para o trabalho no núcleo de terra que lhes pertencia. Dos seus sete filhos, seis casaram-se com pessoas provenientes da província de Chieti ou da vizinha Campobasso. Os filhos Rocco e Attilia desposaram-se com pessoas nascidas na mesma *comuna* que eles, sendo a esposa de Rocco uma das filhas de Pietro Aimola, sócio dos pais nas terras da Fazenda Olhos d'Água; Domenico e Joanna (a única filha nascida após a imigração) uniram-se com dois irmãos provenientes da *comuna* de Vasto, na província de Chieti; e as irmãs Emília e Angela casaram-se com os irmãos José e Nicola Dermínio, naturais da *comuna* de Montenero di Bisaccia, na província de Campobasso. Os últimos eram filhos do empreiteiro Giovanni

---

[357] Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Divisão amigável da Fazenda Olhos d'Água. Franca. Caixa 368, 1914.

Dermínio, que trabalhava na propriedade da família no ano de 1914, quando foi realizada a divisão amigável da propriedade.

Imagem 56 - Família Di Carlo e seus laços matrimoniais



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*, prontuários de RNE e acervo da família.

As alianças matrimoniais dos filhos do casal Di Carlo são fundamentais para a manutenção de relações emocionais e culturais. A circulação de bens materiais e simbólicos se dava pela incorporação de rapazes e moças na constituição da família. Desta maneira, demonstraremos que a transmissão dos bens do casal Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo, depois de realizada a divisão das terras com o compatriota Pietro Aimola, se deu de forma a favorecer os filhos homens em situação especial. O testamento do casal[358] permite examinar a lógica interna da transmissão dos bens deixados por esses italianos e é um documento raro, pois dificilmente imigrantes italianos deixavam seus desejos expressos em testamento, no município de Franca.

O sistema de dote adotado por Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo para suas filhas mostra uma preocupação em ampará-las materialmente por meio da antecipação de suas legítimas. No entanto, os valores gastos pelo casal variaram substancialmente de acordo com o cônjuge e a época do casamento. Para se ter uma ideia, o casal dispendeu mais de cinco contos de réis com dotes para suas filhas no período de 1910 a 1917. Contudo, vale destacar que o maior dote foi oferecido para a única filha que contraiu núpcias com um jovem da mesma *comuna* de origem da família; Attilia foi a segunda filha a se casar e recebeu 1:421$000 (um conto, quatrocentos e vinte um mil réis) na ocasião do seu casamento com Domenico Rotondo.

A influência da procedência dos cônjuges no valor dos dotes é ainda mais notável no caso da filha Lavínia, a primeira a se casar e a única que desposou um jovem de outra região, recebeu o menor dote, no valor de 500$000 (quinhentos mil réis). No inventário de Carolina D'Angelo[359], falecida em 24 de outubro de 1920, foram apresentados o valor dos dotes e a descrição dos itens recebidos para colação. Além de itens de enxoval, as jovens receberam presentes dos pais cujos valores não faziam parte do dote[360].

Os filhos Domenico e Rocco não receberam antecipação de suas legítimas, mas obtiveram a metade dos bens deixados pelos pais, como recompensa pela ajuda na aquisição dos bens da família. Esse mecanismo também foi utilizado pelos antigos sócios dos Di Carlo,

---

[358] Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Carolina D'Angelo. Franca, Caixa 469, 1920.
[359] Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Carolina D'Angelo. Franca. Caixa 57, 1920.
[360] Os itens presentes no dote permitem um estudo a parte, por isso não foram descritos minuciosamente. De forma geral, os dotes eram compostos por colchas, cobertas, lençóis, fronhas, toalhas, malas e itens de vestuário, tais como vestidos, coletes, saias, meias, lenços e até espartilho. Cada uma das filhas também recebeu uma joia de ouro, sendo um anel, um brinco ou um alfinete.

Pietro Aimola e sua esposa Filomena Moretti[361], como forma de amparar os filhos homens após suas mortes e evitar o fracionamento da propriedade familiar.

Dora Costa, ao estudar o sistema jurídico de partilha no regime sucessório brasileiro colonial, afirma que o princípio igualitário em relação à partilha dos bens familiares era tensionado pelas fases do ciclo de vida de cada membro do grupo de filhos[362]. Nas primeiras décadas do século XX, como no caso da família italiana Di Carlo, o sexo, a idade, o tamanho e o *status* matrimonial da prole ainda eram importantes variáveis levadas em consideração, quando intersectadas às fases do ciclo de desenvolvimento familiar. Na partilha da herança dessa família, pudemos observar que a prole descendente foi contemplada com legítimas semelhantes do ponto de vista do valor monetário, contudo houve diferenciações internas nas composições dos quinhões recebidos, por meio do esforço dos pais no sentido de contemplar as legítimas dos filhos Domenico e Rocco com terras.

Quadro 15 – Casamentos e dotes dos filhos do casal Di Carlo

Filho	Cônjuge			Data da união	Valor do dote
	Nome	Local de nascimento	Pais		
Domenico	Serafina Ritucci	Vasto, Chieti, IT	Michelle Ritucci e Anna Villamagna	04/12/1909	-
Attilia	Domenico Rotondo	Rocca San Giovanni, Chieti, IT	Pasquantonio Rotondo e Filomena di Ilio	13/01/1912	1:421$000
Lavinia	Marino Guerra	Ronco all'Adige, Verona, IT	Luigi Guerra e Filomena Faramiglio	05/02/1910	500$000
Rocco	Nicoleta Aimola	Rocca San Giovanni, Chieti, IT	Pietro Aimola e Giovanna Moretti	11/10/1913	-
Emilia	José Dermínio	Montenero di Bisaccia, Campobasso, IT	Giovanni Dermínio e M. Custode Benedetto	09/10/1915	1:297$000
Angela	Nicola Dermínio	Montenero di Bisaccia, Campobasso, IT	Giovanni Dermínio e M. Custode Benedetto	09/10/1915	1:289$000
Joanna	Giacinto Ritucci	Vasto, Chieti, IT	Michelle Ritucci e Anna Villamagna	24/04/1917	612$000

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*. Inventário de Carolina D'Angelo e Camillo Di Carlo.

Porém, no caso da família Di Carlo, é notável a estratégia de realização de casamentos entre famílias conhecidas desde a terra natal (Aimola e Rotondo) ou de irmãos entre si (Domenico e Joanna com Serafina e Giacinto Retucci; Emília e Angela com José e Nicola Dermínio). A imigração retardou o casamento dos filhos mais velhos da prole, uma vez que Domenico e Attilia, imigraram com 15 e 13 anos, respectivamente e só se casaram com 29 anos de idade. Contudo, a estabilidade financeira e a adaptação a sociedade receptora da família

[361] Fonte Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Pedro Aimola. Franca, Caixa 237, 1930.

[362] COSTA, Dora Isabel Paiva da. Revisitando a Sucessao Matrilinear: Povoamento Colonial, Elite Agrária e Família na primeira metade do século XIX. *In:* **Estudos de História**, v. 12, n. 2, p. 11–38, 2005.

colaboraram para que os filhos mais novos se casassem na faixa etária dos 20 anos de idade, em média.

Vejamos que na ocasião do inventário de Carolina D'Angelo, quando a família se tornava monoparental, isto é, com o falecimento de um dos cônjuges, todos os filhos já estavam casados. Attilia e Angela faleceram um ano antes da mãe, com uma diferença de menos de uma semana; ambas deixaram filhos e morreram de parto[363]. Nos inventários, os órfãos foram representados pelos pais, que já haviam contraído segundas núpcias com jovens de famílias conhecidas desde o país de origem. Na época do primeiro inventário, Anna, Ernesto, Antonietta (filhos de Attilia) e Maria do Carmo (filha de Angela) tinham 7, 5, 2 e 5 anos, respectivamente.

Para se ter uma ideia dos bens dessa família imigrante, vale destacar que o monte mor atingiu 28:900$000 (vinte e oito contos e novecentos mil réis) no inventário de Carolina D'Angelo, e 32:654$000 (trinta e dois contos, seiscentos e cinquenta e quatro mil réis) no inventário de Camillo Di Carlo[364].

Imagem 57 - Camillo Di Carlo e Carolina D'Angelo

Fonte: Túmulo da família Di Carlo.

Carolina D'Angelo faleceu aos 63 anos de idade, vitimada por problemas cardíacos. As despesas com sua doença e morte fizeram com que seu esposo desembolsasse cerca de 982 mil

---

[363] Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Livro de óbitos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, n. 6, 1917-1932, p. 30.

[364] Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca Capitão Hipólito Antônio Pinheiro. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Camillo Di Carlo. Franca. Caixa 56, 1925.

réis. Seu sepultamento contou com a Banda Musical "União Opera", por 60 mil réis; e a presença de um padre que cobrou 140 mil réis para encomendar o corpo e acompanhar o féretro até o cemitério. Na ocasião, Camillo Di Carlo já havia adquirido um terreno duplo no cemitério municipal e pago pela construção de um mausoléu ornamentado em mármore de Carrara, cujo trabalho foi executado pela Marmoraria de Natale Frateschi & Filhos[365].

Nessa época, a família já havia adquirido uma casa no núcleo urbano, situada à rua da Misericórdia; e a propriedade agrícola contava com 17 mil pés de café, além de animais e bens móveis para o trabalho na lavoura, como uma carroça e um *troly*, além de uma *carretela* que servia para o transporte da família.

Quadro 16 - Bens da herança do casal Di Carlo

Bens	Valor
Imóvel rural Olhos d'Água	6:500$000
Cafezais	17:200$000
Casas para colonos	1:000$000
Semoventes (vacas e cavalos)	17:580$000
Móveis (carroça, *troly*¸carretela)	300$000
Casa na cidade	4:000$000
Total	28:900$000

Fonte: Inventário de Carolina D'Angelo.

A princípio, o projeto de partilha dos bens da herança no inventário da matriarca deveria conter a metade dos dotes pagos às filhas. Contudo, três dos cinco genros da falecida discordaram do desconto da metade dos valores recebidos, sob o argumento que os dotes só deveriam ser descontados após o falecimento do inventariante. Se os dotes dados às filhas fossem incorporados ao total da herança junto às dívidas passivas realizadas para o funeral, o monte mor atingiria a cifra de 34:019$500 (trinta e quatro contos, dezenove mil e quinhentos réis).

[365] Os valores são referentes aos recibos anexados ao Inventário de Carolina D'Angelo.

Quadro 17 – Projeto de partilha do inventário de Carolina D'Angel

Descrição		Total
Monte mor		34:019$500
Dívidas passivas		982$100
Impostos		1:837$400
Partível		31:200$000
Meiação		15:600$000
Metade destinada ao legado para	Giuseppina Pifagna	1:250$000
	Filho Domenico	6:550$000
	Filho Rocco	6:550$000
Legítima dos filhos de Attilia	Metade do dote Nos 17 mil pés de café	1:114$285
Legítima dos filhos de Angela	Metade do dote Nos 17 mil pés de café	1:114$285
Legítima de Lavinia	Metade do dote Casa da cidade Nos 17 mil pés de café	1:114$285
Legítima de Emília	Metade do dote Casa da cidade Nos 17 mil pés de café	1:114$285
Legítima de Joanna	Metade do dote Casa da cidade Nos 17 mil pés de café	1:114$285

Fonte: Inventário de Carolina D'Angelo.

No testamento, Carolina nomeou como testamenteiros: seu marido, Camillo Di Carlo; seu filho mais velho, Domenico Di Carlo; e Eusebio Saltarella[366], o primeiro conterrâneo instalado em Franca. O documento orientou para que na partilha da herança fosse reservada a metade dos bens para amparar o futuro de sua pupila, Giuseppina Pifagna, e bonificar o trabalho dos filhos homens, sem prejuízo de suas legítimas. Assim sendo, o viúvo meeiro recebeu 13:000$000 (treze contos de réis); da metade do legado foi descontado 1:250$000 (um conto e duzentos e cinquenta mil réis) para a pupila do casal; e o restante dividido entre os dois filhos homens, Domenico e Rocco; recebendo cada um o valor de 2:625$000 (dois contos, seiscentos e vinte cinco mil réis). Os demais herdeiros receberam 928:571 (novecentos e vinte oito mil, quinhentos e setenta e um réis). A parte dos netos órfãos foi depositada no banco, para que fosse retirada posteriormente.

Cinco anos depois, com a morte do inventariante, os bens partilháveis da família foram avaliados em 30:154$000 (trinta contos, cento e cinquenta e quatro mil réis), já descontado o legado de Giuseppina Pifagna, no valor de 1:500$000 (um conto e quinhentos mil réis) e os gastos com o funeral de 1:000$000 (um conto de réis). As antecipações em dotes para as filhas

[366] Eusebio Saltarella foi um dos testamenteiros de Camillo Di Carlo, ao lado dos filhos Domenico e Rocco. Sua atuação no núcleo urbano é destacada por ocasião de seu falecimento no Jornal Comércio da Franca, como distinto membro da colônia italiana em Franca.

foram descontadas e o testamento apresentou a mesma estratégia para que a propriedade familiar não fosse dividida ou vendida, deixando a metade de seus bens para os filhos homens.

Nessa época, os irmãos Domenico e Rocco já possuíam outra propriedade rural na região, denominada fazenda Salto Alegre, cuja compra foi efetuada em 15 de setembro de 1924. Com o falecimento do pai, ocorrido em 20 de outubro de 1925, Domenico e Rocco compraram a parte da herança de suas irmãs e sobrinhos órfãos, descontando as antecipações recebidas por cada uma das irmãs no casamento. Dois anos depois, Domenico e Rocco realizam uma permuta de suas propriedades, ficando Rocco com as terras da fazenda Olhos d'Água e Domenico com a nova propriedade.

No caso da família Di Carlo, é notável que para a composição do patrimônio houve o auxílio da sociedade com um compatriota e do trabalho dos filhos homens na formação dos cafeeiros que permitiram o enriquecimento familiar. Realizada a divisão amigável da terra, dois aspectos preocupavam o casal de proprietários: o futuro da pupila que adotaram no Orfanato de Lanciano, que permanecia solteira, e o fracionamento da propriedade.

A resolução encontrada por esses italianos foi deixar um testamento que estipulasse um valor para amparar a pupila e não prejudicar o patrimônio dos filhos homens, que desde cedo ajudaram aumentar o fundo patrimonial comum da família. Tais personagens haviam se tornado líderes em potencial da propriedade familiar e não poderiam ser prejudicados pelo sistema de herança, que partilharia os bens em partes iguais por todos os sete filhos. Nessa situação, Domenico e Rocco perderiam mais de 6 contos de réis, correndo o risco de fracionar a propriedade familiar ou vender as terras para terceiros.

É notável que a transmissão dos bens zelou pela posição social e econômica dos filhos homens. Nesse contexto, os genros tiveram de buscar outras terras para formar patrimônio, promovendo assim a circulação dessas famílias em direção a outras áreas. Do ponto de vista dos bens destinados às filhas, o sistema de antecipação por dotes contribuiu para a formação dos novos núcleos familiares por meio da doação de enxovais e utensílios domésticos. Além disso, os valores dos dotes, como herança futura, mostraram que havia uma predileção pelos genros provenientes da mesma região de origem, ou seja, pertencentes a rede familiar.

O mercado matrimonial como indício de uma rede

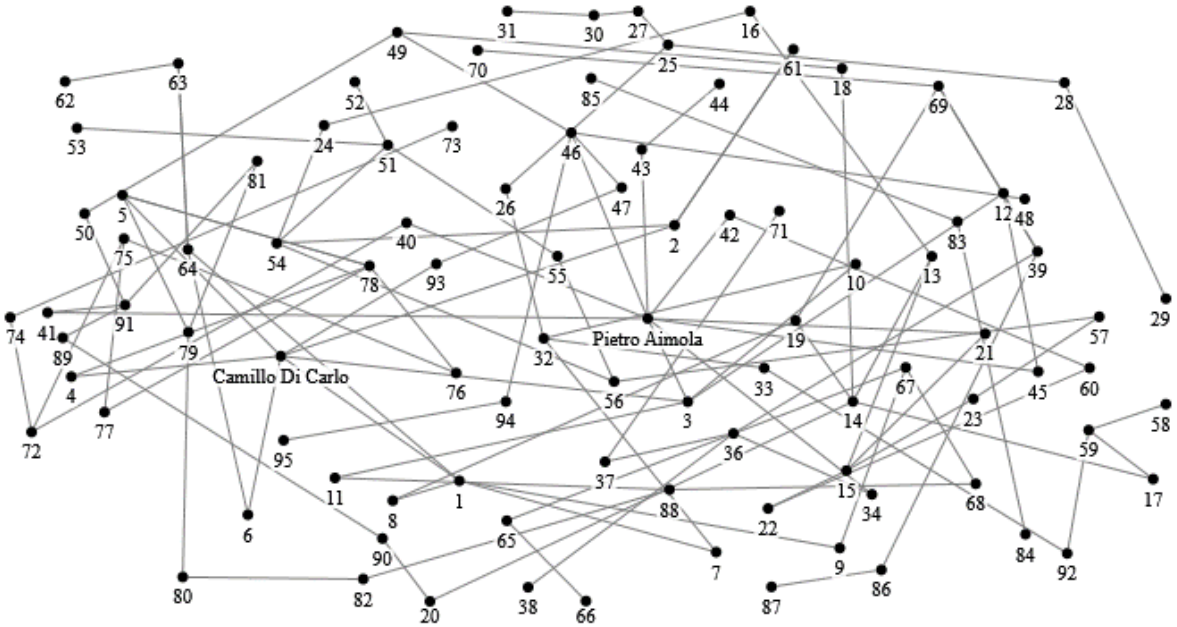
As experiências desenvolvidas até aqui mostram que o mercado de casamentos era frequentemente usado pelos italianos para superar as dificuldades impostas pela adaptação ao

novo ambiente e intensificar vínculos com pessoas de confiança. Procurando reconstituir as teias que essas famílias teciam desde a origem, reunimos uma extensa lista nominativa que se tornava mais complexa na medida em que avançávamos na coleta das fontes paroquiais. Esse percurso nos levou a romper com os limites geográficos de nossa pesquisa, a fim de aplicar o cruzamento de dados do registro civil italiano. Esse exercício nos trouxe uma visão mais rica do fenômeno imigratório, ao detectar quem realmente já possuía vínculos familiares antes de iniciar uma nova vida no além-mar.

O levantamento dos casais desse grupo não revela apenas quantos eram, mas coloca em evidência como a transferência de novas pessoas permitiram a continuidade de um mercado matrimonial que começou a ser desenhado ainda na Itália. A elaboração de um grafo permitiu visualizar a arquitetura de uma rede, combinando vértices e linhas que representam os laços matrimoniais entre os casais, alguns imigrantes, outros não. Para os historiadores, o uso desse tipo de reconstrução de comunidades históricas e sua configuração de relações permite uma análise da continuidade do programa microhistórico. A análise exploratória vai além de identificar a presença de uma rede social, mas observar a sua configuração, quais são os efeitos sobre a dinâmica das interações sociais e que transformações ela representa em seus padrões de configuração.

A representação visual dos casais abruzences decompõe e reorganiza um volume de dados relacionais históricos oriundos dos registros vitais nos dois lados do percurso imigratório. As redes e as amizades atuavam em todas as fases da vida desses imigrantes. Figuras como Pietro Aimola e Camillo Di Carlo são destacados com maior acuidade como atores-ponte em meio aos vértices e subgrupos, demonstrando prestígio social em processos de interação no tempo. Os registros paroquiais de batismo e casamento ofereceram pistas importantes para compreender a teia de relações que esses indivíduos teceram ao se estabelecerem em Franca. Contudo, deteremos nosso olhar sobre as redes de parentesco formadas pelo casamento, onde emergem dois tipos de relações: casamento e filiação.

Imagem 58 - Alianças matrimoniais da rede dos Abruzos em Franca, 1895-1945



Legenda

1 Domenico Di Carlo e Serafina Ritucci
2 Domenico Rotondo e Attilia Di Carlo/Joanina Pagliaroni
3 Rocco Di Carlo e Nicoleta Aimola
4 José Derminio e Emilia Di Carlo
5 Nicola Derminio e Angela Di Carlo/Rosa Cinquini
6 Giacinto Ritucci e Joanna Di Carlo
7 Camillo Di Carlo e Lucia Salerno
8 Antônio Di Carlo e Maria Stante
9 José Di Carlo e Aparecida Di Carlo
10 Antônio Salerno e Carolina Di Carlo
11 Alberto Di Carlo e Olivia Lazarini
12 Eduardo Aimola e Antonieta Di Carlo
13 Giovanni Battista Moretti e Francesca Paola Salicco
14 Innocenzo Di Carlo e Maria Moretti
15 Antonio Giardini e Angela Moretti
16 Antonio Altobelli e Nice Moretti
17 Antônio Di Carlo e Maria Carmela Pasquine
18 João Di Carlo e Ambrosina Sardarelli
19 Donato Stante e Teresa Di Carlo
20 João Manochio e Anna Di Carlo
21 Domenico Giardini e Carmene Aimola
22 Camillo Giardini e Conceta Marcantonio
23 Carlos Pagliaroni e Maria Giardini
24 Ernesto Pagliaroni e Gracietta Altobelli
25 Alfonso Aimola e Maria Christina Di Carlo
26 Tomaso Aimola e Angela Salerno
27 Donato Di Crisi e Giovanna Aimola
28 Carmine Di Carlo e Caterina Ferrantone
29 Consiglio Di Carlo e Emilia Tocco
30 Antonio Di Crisi e Maria Arcangela Bianco
31 Giovanni Di Crisi e Rosa Caravage
32 Domenico Salerno e Giuditta Moretto
33 Pedro Salerno e Maria do Carmo Pasquini
34 Domenico Aimola e Maria D'Antonio
36 Domenico Aimola e Mattia Aimola
37 Ricardo Veri e Adollorata Aimola
38 Domenico Rizzio e Grazia Aimola
39 Giovanni Stante e Lucia Aimola/Maria Conte
40 Domenico Di Benedetto e Angela Maria Aimola
41 João Manochio e Rosalina Aimola
42 Nicolau Marcantonio e Antonieta Aimola
43 Rocco Aimola e Margarida Macarini
44 Eduardo Pagliaroni e Filomena Aimola
45 Domingos Aimola e Maria Belotti
46 Donato Moretti e Carmine Caravaggio
47 Rocco Moretti e Concetta Di Carlo
48 Agostino Aimola e Angela Basciano
49 Eusebio Saltarella e Giovanna Moretti
50 Francisco Sardarelli e Philomena Manochio
51 Giovanni Moretti e Concetta Cece
52 Carmine Caravaggio e Maria Moretti
53 Affonso Silveri e Anna Domenica Moretti
54 Nicola Pagliaroni e Gelsomina Moretti
55 Alessandro Pagliaroni e Eusebia Moretti
56 Vincenzo Pagliaroni e Palmarosa Bianco
57 Rocco Pagliaroni e Maria Domenica Pantaleone
58 Nicola Finoro e Carmina Giardino
59 José Pasquini e Adelina Finoro
60 Vitangelo Marcantonio e Maria Di Fazio
61 Pasquantonio Rotondo e Filomena Di Ilio
62 Antonio Stante e Maria Giuseppa Gentilezza
63 Luiz Ritucci e Natalina Stante
64 Michelle Ritucci e Anna Villamagna
65 Domenico Di Carlo e Annantonia Di Ilio
66 Donato Stante e Marianna Di Carlo
67 Tommaso Di Carlo e Lucia De Sanctis
68 Antônio Di Carlo e Ema Lazarini
69 Rocco Stante e Camilla Susi
70 Nicola Stante e Joanna Pifardini
71 Nicola Veri e Annantonia Mancini
72 Antonio Di Benedetto e Maria Nicola De La Franca

73 Giovino Paolucci e Anna Domenica di Castro
74 João Benedito e Rosa Paolucci
75 Francisco Carelli e Eusebia Beneditto
76 Antonio Derminio e Maria Carmen Carelli
77 Fiori Derminio e Jovina Carelli
78 Giovanni Derminio e Maria Custode Benedetto
79 Nicola Cinquina e Filomena Colaizzi
80 Roche Di Ilio e Julia Cinquini
81 Salvador Cinquini e Anna Manochio
82 Giuseppe Nicola Di Ilio e Maria Nicola Masci
83 Antonio Marroco e Eusebia Di Leandro
84 Giuseppe Pezzica e Artemisia Marroco
85 Giovanni Marroco e Maria Francesca Basciano
86 Saverio Conte e Concetta Griffone
87 Rosario Conte e Concetta Dilario
88 Angelo Lazarini e Lucia Di Ilio
89 Domenico Manochio e Filomena Verdile
90 Giuseppe Manochio e Teresa Grandini
91 Felicio Manochio e Maria De Crete
92 Antônio Pasquino e Anatolia Tosi
93 Francescantonio Di Carlo e Giovanna Di Crisci
94 Rocco Moretti e Gelsomina Toro
95 Giovanni Moretti e Concetta Cecce

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

As redes migratórias são canais para fluxos de informações e recursos, portanto, dela emergem biografias coletivas que, nesse caso, descrevem deslocamentos de gerações, grupos e indivíduos no tempo. Para a análise das estratégias matrimoniais desse grupo obtivemos uma amostra de 97 casais, totalizando 191 indivíduos pertencentes ao grupo italiano oriundo dos Abruzos, cujas uniões foram realizadas entre a metade do século XIX e o ano de 1945. O grafo dessa rede é uma representação visual de uma endogamia estruturada por meio das alianças entre famílias preferenciais. Enquanto o passado brasileiro foi marcado pelos casamentos entre indivíduos com um ancestral comum próximo, com a chegada dos imigrantes italianos esse fenômeno foi deixando de ser recorrente e assistiu-se a muitos casamentos múltiplos entre famílias na mesma geração, ou em gerações diferentes. Em ambos os casos, deparamo-nos com processos de intensificação da coesão das redes familiares e seus mecanismos de mobilização de recursos materiais e emocionais.

Do entrelaçamento entre essas famílias nasce uma genealogia baseada numa forte endogamia geográfica. O sobrenome Moretti aparece treze vezes no grafo que representa as relações matrimoniais do grupo dos Abruzos estabelecido em Franca. Essas famílias podem ser divididas em dois grupos, que poderiam ter ou não algum ancestral comum próximo. A primeira condição para compreender a genealogia dessa rede é fazer uma digressão ao casal Rocco Moretti e Gelsomina di Toro, que viveram na *comuna* de Rocca San Giovanni na primeira metade dos oitocentos.

O casal Rocco e Gelsomina é *ego* inicial dessa rede, que liga pelo menos oito imigrantes do grupo. Natural de Fossacesia, Rocco Moretti nasceu em novembro de 1795. Já vivia em Rocca San Giovanni no ano de 1810, quando morreu seu pai, Onofrio Moretti. Casou-se com Gelsomina di Toro em 10 de julho de 1823, nascida nessa *comuna* e quatorze anos mais nova. Camponeses, viviam no burgo e trabalhavam nos campos ainda marcado pelos resíduos feudais, com técnicas rudimentares, sem nenhuma mecanização. Durante séculos, os meridionais viviam

em fortificações para se protegerem dos ataques e invasões de populações estrangeiras. Principalmente com o aumento do *brigantaggio* e o crescimento populacional, cada vez mais camponeses amontoavam-se nas áreas urbanas compostas por miseráveis e sórdidas vielas, com centenas de casebres grudados uns aos outros. Nesse ambiente de miséria, conviviam homens e animais, crianças e trabalhadores que tinham de percorrer longos percursos a pé para chegarem as plantações[367].

O casamento de Rocco e Gelsomina durou até a morte dele em março de 1842. Dessa união nasceram pelo menos dois filhos, Donato (1827) e Giovanni (1835), que seguiram o exemplo do pai no campesinato. No verão italiano de 1855, Donato desposou a viúva Carmine Caravaggio, com quem teve os filhos Rocco (1856), Filomena (1865), Agostino (1867) e Giovanna (1869). Três anos mais tarde, Giovanni contraiu núpcias com Concetta Cece, de cuja união nasceram Domenica (1859), Maria (1868), Eusebia (1870) e Gelsomina (1879). Algumas crianças da família não sobreviveram à infância e aquelas que chegaram à juventude contraíram casamento com jovens camponeses como seus pais. Entretanto, a situação nos campos italianos nas últimas décadas dos oitocentos não permitiu que esses novos casais por lá permanecessem.

De 1878 a 1890, Rocca San Giovanni foi palco de oito casamentos da família Moretti. Entre os filhos de Donato e Carmine, Rocco casou-se com Concetta di Carlo; Filomena com Pietro Aimola; Giovanna com Eusebio Saltarella e Agostino com Angela Basciano. Dos filhos de Giovanni e Concetta, Domenica casou-se duas vezes, pois ao enviuvar de Giovanni Aimola contraiu novas núpcias com Alfonso Silveri; Eusebia desposou Alessandro Pagliaroni, e Eusebia casou-se com Carmine Caravaggio. Apenas a jovem Gelsomina, filha caçula de Giovanni e Concetta, permanecia solteira ao imigrar, e casar-se-ia, alguns meses depois, com o cunhado de sua irmã Eusebia, Nicola Pagliaroni, que teria cruzado o Atlântico como agregado da família do irmão Alessandro. Se na terra natal esse grupo não realizava uma troca simétrica de irmãos e irmãs entre duas famílias, ao chegar as terras paulistas esse padrão se repetirá muitas vezes na geração seguinte.

Parece que Donato e sua esposa Carmine ainda estavam vivos no final do século XIX e assistiram seus filhos tomarem o rumo da América; já Giovanni Moretti faleceu em 1887 e sua viúva Concetta, em 1898, juntar-se-ia aos filhos que cruzaram o Atlântico. A trajetória dessa família se destaca, na medida em que decidem aproveitar as oportunidades de trabalho no além-

---

[367] ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 57.

mar, encorajados por parentes que pioneiramente obtiveram acesso à emigração subvencionada de grupos coletivos empreendida pelo estado de São Paulo.

A maneira como as famílias camponesas italianas organizavam a transferência para o Brasil variava conforme os recursos financeiros e relacionais. Enquanto alguns imigravam apenas acompanhados de esposas e filhos, outros eram seguidos por parentes e conhecidos, num amplo agregado de conterrâneos que se estabeleciam juntos nas fazendas paulistas. Não sabemos ao certo quando e quem foi responsável por fomentar o desejo de imigrar dos Moretti, mas tudo indica que a coragem e a experiência bem-sucedida de Eusebio Saltarella e Alessandro Pagliaroni, casados com as primas Giovanna e Eusebia, intensificou o espírito de emulação dos demais parentes que tomaram o mesmo destino meses depois. Ao chegar em São Paulo no mês de junho de 1895, esse primeiro grupo era composto pelos casais Eusebio e Giovanna, que ainda não tinham filhos; e Alessandro e Eusebia, que trouxeram os pequenos Rosa, Nicola e Assunta, além do irmão dele, Nicola, de 17 anos. Exatamente um ano depois, desembarcam no porto de Santos os casais Alfonso Silveri e Domenica; Agostino Moretti e Angela; Rocco Moretti e Concetta; e Pietro Aimola e Filomena. Além das onze crianças que acompanhavam os pais, Pietro Aimola trouxe sua irmã Rosina, de 14 anos, que se casaria em Franca anos depois. Outra irmã de Pietro, Mattia, casada com Domenico Aimola, também havia se estabelecido em Franca meses antes.

Imagem 59 - Pietro Aimola e Filomena Moretti

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri.

A transmissão de notícias e de auxílio permitiu que os imigrantes encontrassem espaço na sociedade receptora. Embora dispusessem do recurso de uma rede de auxílio nem todos

conseguiram se adaptar ao novo ambiente, como nos casos de Rocco Moretti e Concetta di Carlo, que posteriormente foram para os Estados Unidos; e Alessandro Pagliaroni e Eusebia Moretti que retornaram à Itália e seguiram em outra ocasião para o Canadá.

A análise de casos particulares ajuda a entender o quanto o processo emigratório estava relacionado a um complexo jogo de escolhas locais e mecanismos acionados por cada indivíduo ou família. A estratégia migratória escolhida pelos membros dessa família estimulou a transferência espontânea de conhecidos, motivados pelas cartas de chamada e pelas notícias enviadas do além-mar. Outro ramo da família Moretti de Rocca San Giovanni também teve Franca como destino em duas etapas. Em 1895, Maria Moretti e seu esposo Innocenzo Di Carlo chegam ao município; dezesseis anos depois, no final de 1911, se reúnem aos parentes aqui instalados seu pai e a família de suas duas irmãs, Angela e Nice, casadas com Antonio Giardini e Antonio Altobelli, respectivamente.

O volume atingido por essa rede de abruzences em Franca permitiu que as gerações seguintes dispusessem de parceiros matrimoniais do grupo de origem. A partir do casamento de Nicola Pagliaroni e Gelsomina Moretti, em 1898, os jovens dessas famílias foram protagonistas de um mercado matrimonial marcado pela endogamia geográfica. Entre as famílias abruzences que estão relacionadas nos registros paroquiais de casamento pesquisados, podemos destacar uma rede de parentesco por meio do casamento dos di Carlo, di Crisci, di Ilio, Finoro, Giardini, Marroco, Pagliaroni e Stante – todas da *comuna* de Rocca San Giovanni; os Cinquina e os Ritucci, oriundos da *comuna* de Vasto; os di Benedetto e os Salerno, de Lanciano; os Marcantonio, de Mozzagrogna; os Veri, de San Vito Chietino; os Rotondo e os Paolucci, de Fossacesia; e os Pasquini, de Santa Maria Imbaro. Foram realizados casamentos também com membros das famílias Dermínio – em italiano D'Emilio – de Montenero di Bisaccia; e Manocchio, de Macchiagodena, na província vizinha de Campobasso.

Em junho de 1921, Pietro Aimola, no papel de proprietário agrícola, encaminhou pedido à Secretária da Agricultura em nome da família de Giovanni Salicco, solicitando auxílio para restituição das despesas da viagem marítima, para que seus conterrâneos pudessem se juntar aos conhecidos que já estavam estabelecidos em sua fazenda. No ano seguinte, a jovem Natalina Stante, enteada de Giovanni Salicco, contraiu núpcias com o brasileiro Luiz Ritucci, cujos pais, Michelle e Anna Villamagna, eram naturais da *comuna* de Vasto, em Chieti.

Naturalmente, esses mecanismos de mobilidade visou uma readaptação dos sistemas de parentesco e de aliança, sustentado pela emigração que buscava evitar o desaparecimento ou

enfraquecimento de relações tradicionais, criando condições de vida que tendem a perpetuá-las. Por isso, pensar na emigração como uma caótica fuga de miseráveis não permite compreender que emigram aqueles que podem emigrar e que têm uma rede de parentesco capaz de gerir recursos e contatos. As estruturas familiares eram protagonistas ativas da adaptação e das escolhas e a opção por abandonar a terra natal fazia parte de um projeto pensado coletivamente daqueles que puderam contar com uma sólida rede de relações sociais que permitiu uma transferência mais segura para o Brasil, onde conseguiriam apoio para iniciar uma nova vida.

Nessa perspectiva, os deslocamentos em cadeia abriam caminhos para novos indivíduos e permitiam a configuração de redes no local de destino, onde se assistiria à integração do grupo, a preservação de uma identidade coletiva e a adaptação a sociedade receptora. O registro paroquial nos oferece um retrato das trocas matrimoniais entre famílias relacionadas por uma origem comum, onde as relações sociais atuam fortemente perante as escolhas individuais, garantindo a sobrevivência ou complementando as estratégias familiares.

Trajetórias reconstituídas

Desde a partida no vapor se formavam redes porque os indivíduos se reconheciam na mesma condição e buscavam se organizar no momento do assentamento nas terras de acolhida. O fenômeno da imigração subsidiada realmente permitiu o estabelecimento de laços entre famílias de trabalhadores oriundas de uma determinada região ou de turmas que foram recrutadas numa mesma ocasião para o trabalho como colonos nas fazendas de café. Alguns proprietários recrutaram levas de imigrantes e fomentaram redes que envolveram indivíduos no interior de uma *comuna*, durante as viagens nos navios ou na própria Hospedaria dos Imigrantes.

Em 1905, o proprietário Doutor João de Faria, político e cafeicultor na região de Franca, contratou 156 italianos para suas lavouras. A primeira leva desembarcou em Santos em 05 de junho daquele ano e era composta por 17 famílias, sendo que seis já haviam morado no Brasil em outra ocasião. Em 09 de setembro, mais sete famílias passaram pela Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo com destino à propriedade do Doutor Faria. Todo esse grupo era oriundo da região da planície do rio Pó, sendo que mais da metade desses imigrantes haviam nascido na *comuna* de Ceneselli, na província de Rovigo, ou nas vizinhas Trecenta, Calto, Massa Superiore, Melara, Giacciano con Baruchella e Bergantino.

Verticalizar a documentação possibilitou decompor as redes, identificando diversos laços como canais para fluxos de recursos materiais, informacionais e sociais. Por meio do exemplo acima, pudemos relativizar a ideia defendida por Trento de que os fazendeiros buscavam selecionar os trabalhadores para reduzir as chances de solidariedade e cooperação[368]. Na realidade, os proprietários por nós observados aproveitavam as oportunidades oferecidas a partir da formação de redes migratórias entre colonos ligados à sua região de origem por motivos afetivos para chamada de novas levas de imigrantes. Muitos, inclusive, conhecendo o trabalho de alguns grupos, mantiveram preferências regionais e incentivaram os italianos instalados em suas colônias a enviar cartas de chamada a fim de encorajar seus parentes para se reunirem a eles.

A informação e a confiança nos processos migratórios impactavam a disseminação da febre imigratória e, normalmente, alimentavam as redes que poderiam ser circunscritas a círculos familiares ou mais extensas, que alcançavam toda uma localidade. Tome-se como exemplo um grupo de meridionais que se dirigiu à vila de Pedregulho nos anos de 1902 e 1914. É conveniente observar que essa rede social preexistia e alimentou uma rede migratória entre a *comuna* de Acerra, em Nápoles, que pertencia à província de Caserta, e as fazendas de café do interior paulista.

A história da imigração desse grupo se iniciou no inverno italiano do ano de 1902, quando os cunhados Antonio Zito e Cuono Sapio desembarcaram no Brasil com suas esposas, Maddalena Sarnataro e Carmina Zito, e seis filhos entre dois e vinte e um anos de idade. O destino da família foi a estação ferroviária de Torrinha, na região central do estado. Posteriormente, esses trabalhadores transferiram-se para terras na vila de Pedregulho, onde permaneceram por nove anos. Em 1911, regressam a Itália levando notícias do Brasil e contagiando seus conterrâneos pela “febre” emigratória. Ao cabo de três anos, retornam às lavouras paulistas, ao serem contratados pelo grande cafeicultor Coronel Francisco Schimidt, conhecido pela alcunha de “rei do café”. Nessa ocasião, além das famílias de Cuono Sapio e Antonio Zito, também emigram Andrea Sapio, Crescenzo Belcalle e Gustavo Cerosino, com suas esposas e filhos.

---

[368] TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 114.

Instalados novamente em Pedregulho, os membros dessas famílias fortaleceram laços de amizade com os Fico, Marzullo e Schiavotello, todos provenientes da *comuna* de Acerra. As redes de relações desenhadas anteriormente à imigração se estruturaram ainda mais na sociedade receptora com o casamento de dois filhos de Andrea Sapio e Crescenzo Belcalle, que compartilharam da mesma experiência migratória. Na falta de jovens de mesma origem para se casarem, esse grupo manteve uma endogamia geográfica protagonizando uniões com italianos meridionais da província de Potenza.

A estratégia migratória escolhida por esses napolitanos foi marcada pela transferência em etapas, tendo recebido novos integrantes até o ano de 1928, com a chegada de Benianino Sapio e seus dois filhos Agnello e Belvedere. A sinalização positiva de parentes permitia a transferência de novos grupos compostos por mulheres casadas e filhos, irmãos, primos e pais. O cruzamento nominativo do nosso banco de dados com os registros de entrada no país iluminou outros exemplos de imigrações em etapas, tanto com destino ao mundo rural quanto ao urbano.

Em julho de 1913, Maria Teresa Tortorella, por exemplo, imigrou para reunir-se ao seu marido Giovanni Palermo, que estava estabelecido em Franca como caldeireiro. Naturais de Trecchina, na província de Potenza, no sul da Itália, Maria Teresa estava acompanhada por sua filha Angela e sua mãe Teresa Grisi. Naquele mesmo ano, Maria Consiglio, proveniente de Cosenza, também na Itália meridional, foi chamada por seu marido Antonio Canteruccio.

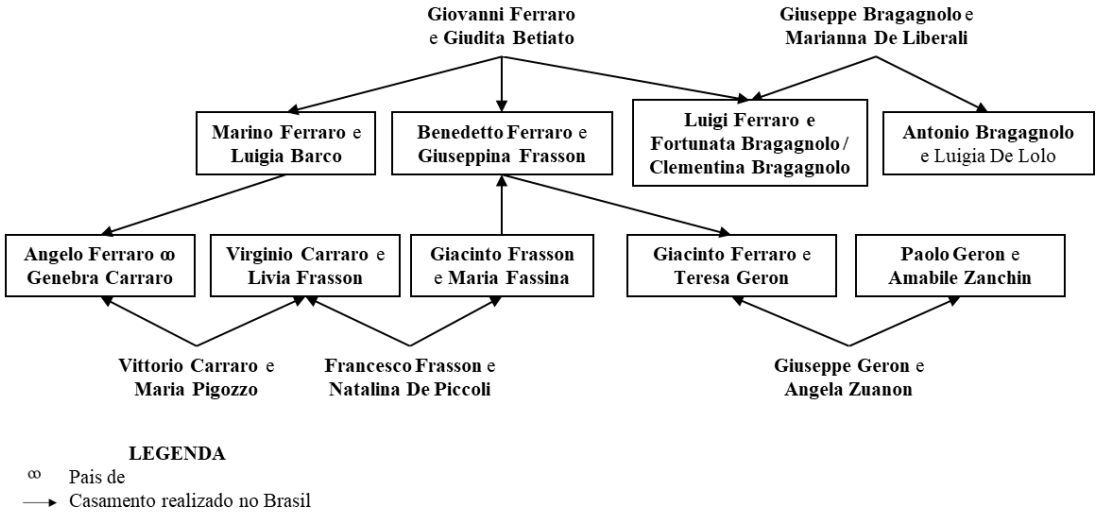
Imagem 60 - Giovanni Palermo e Maria Teresa Tortorella

Fonte: Recordação pública do FamilySearch.

Em dezembro daquele ano, Marino Ferraro chega sozinho à Franca, onde, estabelecido nas lavouras de José Bernardo de Andrade, receberia seus pais, dois irmãos, três sobrinhos, sua esposa e seus cinco filhos pouco depois de um ano. A família de seu irmão Luigi e de sua cunhada Clementina Bragagnolo também tomariam o mesmo destino, formando uma nova rede

proveniente da província de Pádua com a chegada de membros das famílias Bragagnolo, Geron, Carraro e Frasson, no decorrer da década de 1920.

Imagem 61 – Casais da rede da *comuna* de Camposampiero, Pádua



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

O estabelecimento em Franca de Marino Ferraro foi estratégico para a economia doméstica e o ciclo de vida familiar. A estratégia de enviar em primeiro lugar o chefe, individualmente, para sondar oportunidades e enfrentar o período de adaptação à nova terra. A imigração dele serviu como mola propulsora de toda a família, pois estava num ciclo de desenvolvimento familiar favorável, com membros em idades para auxiliar na labuta braçal da fazenda. Ou seja, os potenciais benefícios advindos da imigração foram usufruídos pela família Ferraro, justamente porque se estimava ter muitos indivíduos jovens, com entusiasmo e, sobretudo, muitos anos de vida pela frente.

Seu pai, Giovanni Ferraro, estava com 74 anos de idade ao chegar no Brasil e era o chefe da família composta pela esposa, Giuditta Bettiato, os filhos Isabella e Leonardo, e os netos Rosa, Giulio e Giacinto, cujos pais permaneceram na Itália. Ao grupo somava-se a nora Luigia Barco com seus cinco filhos e a família de seu outro filho Luigi Ferraro, com a segunda esposa Clementina Bragagnolo, e os filhos Sante e Giovanni, frutos do primeiro casamento com a falecida Fortunata Bragagnolo. No Quadro 18, abaixo, pode-se observar os nomes dos italianos que deixaram a região de Camposampiero e Villa del Conte, na província de Pádua, graças a existência de uma rede migratória familiar que possibilitou amparo na chegada ao interior paulista.

Quadro 18 – Membros da rede da *comuna* de Camposampiero, Pádua

Nome	Idade	Conjuge	Pais	Chegada
Marino Ferraro	37	Luigia Barco	Giovanni Ferraro e Giuditta Bettiato	09/12/1913
Giovanni Ferraro	74	Giuditta Bettiato		21/01/1915
Giuditta Bettiato	74	Giovanni Ferraro		21/01/1915
Isabella Ferraro	43		Giovanni Ferraro e Giuditta Bettiato	21/01/1915
Leonardo Ferraro	49		Giovanni Ferraro e Giuditta Bettiato	21/01/1915
Rosa Ferraro	19		Benedetto Ferraro e Giuseppina Frasson	21/01/1915
Giacinto Ferraro	14		Benedetto Ferraro e Giuseppina Frasson	21/01/1915
Giulio Ferraro	17		Benedetto Ferraro e Giuseppina Frasson	21/01/1915
Luigi Ferraro	41	Clementina Bragagnolo	Giovanni Ferraro e Giuditta Bettiato	21/01/1915
Clementina Bragagnolo	28	Luigi Ferraro	Giuseppe Bragagnolo e Marianna De Liberali	21/01/1915
Sante Ferraro	9		Luigi Ferraro e Fortunata Bragagnolo	21/01/1915
Giovanni Ferraro	7		Luigi Ferraro e Fortunata Bragagnolo	21/01/1915
Luigia Barco	30	Marino Ferraro		21/01/1915
Angelo Ferraro	10		Marino Ferraro e Luigia Barco	21/01/1915
Carolina Ferraro	9		Marino Ferraro e Luigia Barco	21/01/1915
Giovanni Ferraro	7		Marino Ferraro e Luigia Barco	21/01/1915
Virginio Ferraro	5		Marino Ferraro e Luigia Barco	21/01/1915
Benedetto Ferraro	2		Marino Ferraro e Luigia Barco	21/01/1915
Giacinto Ferraro	23	Teresa Geron	Benedetto Ferraro e Giuseppina Frasson	19/09/1922
Teresa Geron	19	Giacinto Ferraro	Giuseppe Geron e Angela Zuanon	19/09/1922
Antonio Bragagnolo	35	Luigia Lolo	Giuseppe Bragagnolo e Marianna De Liberali	27/12/1923
Luigia Lolo	30	Antonio Bragagnolo		27/12/1923
Elisa Bragagnolo	1		Antonio Bragagnolo e Luigia Lolo	27/12/1923
Seraphino Bragagnolo	2		Antonio Bragagnolo e Luigia Lolo	27/12/1923
Virginio Carraro	22	Livia Frasson	Vittorio Carraro e Maria Pigozzo	18/08/1924
Livia Frasson	22	Virginio Carraro	Francesco Frasson e Natalina De Piccoli	18/08/1924
Paolo Geron	24	Amabile Zancchin	Giuseppe Geron e Angela Zuanon	18/08/1924
Amabile Zancchin	24	Paolo Geron		18/08/1924
Marco Geron	17		Giuseppe Geron e Angela Zuanon	18/08/1924

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

É possível que as novas emigrações do grupo tenham sido impulsionadas pelo retorno de Giacinto Ferraro à terra natal, onde se casou com a jovem Teresa Geron, em 22 de agosto de 1922, na *comuna* de Villa del Conte, em Pádua. Recém-casados, Giacinto e Teresa embarcam para o Brasil, chegando ao porto de Santos em 19 de setembro. Aos 27 de dezembro de 1923, também desembarcam com destino à Franca a família de Antonio Bragagnolo, cunhado de Luigi Ferraro. Por último, em agosto de 1924, o grupo ganha novos membros com a imigração de Paolo Geron, cunhado de Giacinto Ferraro, e do brasileiro Virginio Carraro, nascido no município paulista de Cravinhos e casado na *comuna* de Camposampiero com Livia Frasson, sobrinha de Giuseppina Frasson, mãe de Rosa, Giulio e Giacinto Ferraro.

Casos de deslocamentos de sucesso como esse estavam mais ligados à posição em que a família ocupava no interior das redes de relações na comunidade do que pelo patrimônio material que dispunha. Um projeto de deslocamento bem-sucedido podia variar conforme os canais de informação e os mecanismos que possibilitavam a formação de redes nos processos migratórios. O trânsito de pessoas conhecidas para determinada região do universo estudado revelou um canal de comunicações entre lugares distantes do território brasileiro e a comunidade de origem de um grupo de italianos procedentes da Lombardia.

A celebração dos sacramentos pelos padres da vila de Pedregulho na capela da fazenda do italiano Francesco Biasoli, além de revelar que esse italiano tivera uma trajetória de sucesso nos negócios, coloca em evidência sua rede de relações que envolvia alguns indivíduos naturais de sua *comuna* de nascimento, Castelbelforte, na província de Mântua. Entre os casamentos e batizados realizados na fazenda de Biasoli figuravam italianos de Castelbelforte e seus descendentes que nasceram e viveram anteriormente na região de Ribeirão Preto e no estado do Rio Grande do Sul, onde um casal desse grupo recebera um lote de terra na colônia Caxias em 1876.

Quadro 19 – Chegada ao Brasil dos membros da rede da *comuna* de Castelbelforte, Mântua

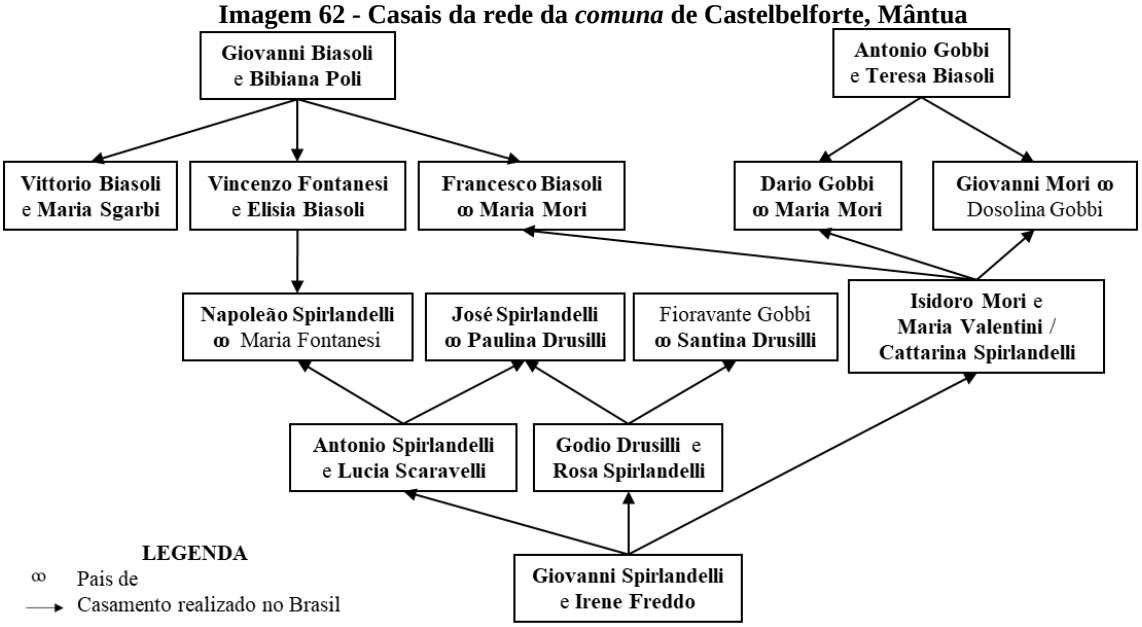
Chefe	Chegada	Quant. de pessoas	Destino
Antonio Gobbi	25/07/1876	5	Caxias/RS
Giovanni Biasoli	14/09/1887	7	Tanquinho
Isidoro Mori	14/09/1887	7	Santa Bárbara
Giovanni Spirlandelli	27/04/1887	5	-
Vincenzo Fontanesi	03/10/1888	7	Santa Bárbara
Vincenzo Sgarbi	18/10/1888	2	Santa Bárbara
Bortolo Ravanini	18/10/1888	5	Santa Bárbara
Biaggio Brentini	22/08/1891	5	-
Godio Drusilli	-	4	-

Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

O fazendeiro Francesco Biasoli nasceu em Castelbelforte, província de Mântua, em 1870. Era filho de Giovanni Biasoli e Bibiana Poli com quem chegou ao Brasil em 14 de setembro de 1887. Saindo da Hospedaria de Imigrantes sua família tinha como destino a estação ferroviária de Tanquinho, no município de Campinas. Sua irmã, Elisia Biasoli, casada em Castelbelforte há dez anos com Vincenzo Fontanesi, desembarcou em Santos em 03 de outubro de 1888, tendo como destino a estação de Santa Bárbara. Em 28 de maio de 1892, Francesco Biasoli trabalhava como colono em uma fazenda de Ribeirão Preto quando se casou com Virginia Mori, que tinha 18 anos, era sua conterrânea e tinha imigrado para o Brasil na mesma

ocasião, porém sua família havia seguido para a estação de Santa Bárbara, para onde também se dirigiria sua futura cunhada Elisia Biasoli no ano seguinte.

Imagem 62 - Casais da rede da *comuna* de Castelbelforte, Mântua



Fonte: Banco de dados *Italianos em Franca*.

A irmã de Virginia, Maria Mori, casar-se-ia em Ribeirão Preto, em 06 de agosto de 1892 com Dario Gobbi, ambos nascidos em Castelbelforte. Contudo, ao contrário de Maria que chegou ao Brasil com destino as lavouras paulistas; seu noivo, Dario, teria acompanhado os pais, Antonio Gobbi e Teresa Biasoli, para uma colônia no estado do Rio Grande do Sul. A família Gobbi chegou à Colônia Caxias em 25 de julho de 1876, onde permaneceu por mais de uma década. Não é possível afirmar se a família Gobbi retornou à Itália ou se eles foram beneficiados por notícias de seus conterrâneos instalados no interior paulista para que se juntassem a eles. Sabemos que no ano de 1901 os Gobbi e os Mori estavam instalados em uma fazenda em Rifaina, quando aconteceu outro casamento envolvendo noivos dessas duas famílias. A união de Giovanni Mori e Dosolina Gobbi aconteceu em 27 de julho, ele era italiano e ela havia nascido na Colônia Caxias.

O deslocamento dessa rede do interior da província de Mântua nas últimas décadas do século XIX alcançou a vila de Pedregulho, após passar pelas lavouras de café da região de Campinas e Ribeirão Preto. Enquanto viveram e trabalhavam nessas fazendas esses imigrantes buscavam reunir pecúlios a fim de adquirir suas próprias terras. Isso aconteceu com Francesco Biasoli, que pode, com a aquisição de sua própria propriedade, agregar os membros de sua rede, corroborando para a fixação deles nas suas próprias terras ou nos arredores. Em muitas ocasiões

a capela mantida por ele na fazenda tornou-se palco das atividades religiosas e festivas, alimentando um sentimento de pertencimento ao grupo por seus compatriotas.

A inclusão da ideia de rede contribui para uma visão mais complexa, rica e variada dessa dinâmica populacional e do fenômeno migratório que inclui vínculos interpessoais entre essas famílias de agricultores. Portanto, a fundação de novas formas de agregação através da assistência nas terras de destino mostra um aspecto bem diversificado dessa experiência social.

Sabendo que as redes associam migrantes e não-migrantes no tempo e no espaço, uma vez iniciados, os fluxos migratórios se autoalimentavam na medida em que instauravam laços e redes de informação, assistência e obrigação entre o imigrado na sociedade de acolhida e amigos e parentes que permaneceram na terra natal. As associações entre esses imigrantes estenderam ou perpetuaram fluxos migratórios mesmo quando as condições econômicas e políticas em tese deveriam refreá-los. Os retornos de pioneiros tendiam a associar demandas e ofertas de mão-de-obra, concretizando novas emigrações assim como as migrações internas de famílias conhecidas no interior paulista contribuíam para dar robustez a essas redes. Mesmo que cessadas as condições estruturais que proporcionaram a chegada de grandes levas de imigrantes, os fluxos populacionais por meio das redes mantiveram um estoque de indivíduos de determinadas origens que incentivavam e facilitavam a união com parentes e conterrâneos.

Nossa intenção, aqui, foi explorar as diversas trajetórias reconstituídas por nós durante essa pesquisa, que investiu no levantamento de variadas fontes nominativas, a fim de resgatar a dinâmica do tecido das relações interpessoais e a multiplicidade de articulações possíveis em ambos os lados do percurso imigratório.

Considerações finais

A reconstituição histórica da comunidade italiana na microrregião de Franca, entre os anos de 1885 e 1945, teve como ideia inicial documentar e descrever as redes migratórias que agiram dos dois lados do Atlântico e produziram padrões demográficos particulares. Nas páginas dessa tese, a micro-história interagiu com o contexto histórico mundial de expansão do capitalismo, que gerou a emigração dos excedentes populacionais em direção as regiões agrícolas em crescimento como as lavouras paulistas.

Para contar essa história com maior riqueza de detalhes e rigor científico investimos no campo da história da família, tendo como base a reconstituição demográfica do universo estudado, partindo de fontes muito específicas, os registros paroquiais, cruzando-os com documentos de origem variada, produzidos por diversas instituições ligadas ao controle do movimento imigratório e à organização desses estrangeiros na sociedade de acolhida.

A busca de indicadores demográficos que proporcionasse documentar e descrever esse grupo foi ancorada no método indiciário e onomástico, que ao dar luz aos indícios e sinais frequentes na documentação colocaram em evidência vestígios mais amplos, observados com acuidade no campo interdisciplinar da história da família. O cruzamento nominativo das fontes aprofundado na investigação pelo emprego de metodologias provenientes da Demografia Histórica foi fundamental para compreender as estratégias de reprodução social no espaço ocupado pelos imigrantes italianos e seus descendentes.

Metaforicamente, a reconstituição de famílias, numa redução na escala de observação, trouxe à beira do mar indícios de fenômenos situados na profundidade, eventos que na sua individualidade não passavam de bolhas na água e ao serem sistematicamente reunidos formaram ondas capazes de movimentar as areias da praia.

O aspecto mais importante, privilegiando as análises segundo essa perspectiva, são as relações entre os indivíduos e, de forma mais abrangente, a identificação de sua rede num conjunto de relações. Esses grupos eram participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios, resultando em decisões que enfrentavam desafios e vislumbravam oportunidades na nova terra por meio de laços prévios que canalizavam fluxos preferenciais a determinados destinos.

Entre os muitos exemplos ilustrativos, podem-se destacar a evolução das pautas matrimoniais, que refletiam a intensidade das imigrações e o perfil populacional da região.

Dispendemos intensos esforços no sentido de reconstituir genealogias e redes por meio do cruzamento de diversas fontes. Esse trabalho complexo identificou redes constituídas nos dois polos da Itália, marcada pelo antagonismo entre meridionais e setentrionais, que viram no Brasil, dado o momento histórico que viviam, um eldorado de possibilidades, em razão da alta dispersão populacional e da necessidade de mão-de-obra. Apesar de a imigração para Franca ter abrangido italianos de origem diversificada, as regiões do Vêneto, da Lombardia e dos Abruzos representaram cerca de 79% dos registros de matrícula da Hospedaria de Imigrantes com destino à região e 71,2% dos indivíduos observados nos assentos paroquiais. No interior dessas regiões ainda se observam apreciáveis concentrações, marcadas pelo fenômeno das cadeias migratórias.

A Itália, como uma terra que não provia o sustento de todos, levava sua população à procura, numa linguagem metafórica, de um colo para se amparar. Aqueles que optaram por deixar a terra natal tinham que encontrar um caminho, ancorados por sua carga afetiva no interior de um fenômeno migratório rico e variado para o além-mar. O acionamento de vínculos interpessoais mostra que esses italianos não formavam um grupo homogêneo, destituídos de recursos ou vítimas de um processo de expulsão de suas origens, mas eram protagonistas das próprias escolhas, com papel ativo na articulação e na transferência dos familiares e conhecidos para determinadas comunidades de acolhida.

Verificamos, inclusive, um perfil da população imigrante que se dirigiu à microrregião de Franca entre o final da década de 1880 e a segunda década do século XX, com picos nos anos de 1888, 1891, 1895 e 1897. No quadro da emigração italiana para o Brasil, embora influenciada pela política de subsídios de passagens para grupos familiares, a composição desses grupos era bastante diversa, com famílias de composição nuclear (apenas o casal) ou nuclear com filhos. Havia, também, grupos compostos por um só cônjuge, famílias com todos os filhos ou só alguns deles, pessoas viúvas com filhos, chefes de família com seus filhos casados e sua respectiva prole, além da presença de pais, irmãos e sobrinhos.

A estrutura etária e por sexo dos grupos reconstituídos corroboram a hipótese de uma seletividade migratória, com imigrantes de características bem definidas e destacados pela idade e sexo. Cruzaram o Atlântico com maior intensidade homens, casais com filhos e pessoas mais jovens, buscando novas oportunidades de emprego e qualidade de vida. Os emigrantes não eram uma amostra da população de origem, mas indivíduos dotados de habilidades para superar os obstáculos presentes no processo migratório.

Quando os constrangimentos demográficos e sociais agiam de maneira atuante no interior da comunidade imigrante, os arranjos familiares revelados pelos italianos refletiam fatores e condições características do processo imigratório vivenciado pelo grupo: o *timing* de chegada, o volume da corrente, a composição por sexo e idade, a estratégia migratória adotada (familiar, individual ou em rede) e o destino privilegiado. Sem dúvida, estes fatores estavam articulados às tradições da terra natal, os sistemas familiares e valores que regulavam a organização social da comunidade étnica na sociedade receptora.

Quem se casava com quem era uma preocupação que impunha aos imigrantes italianos um mercado matrimonial limitado, com alta frequência de uniões endogâmicas. Era no espaço das fazendas que os colonos escolhiam seus pares, se possível entre famílias conhecidas antes da experiência migratória. No conjunto dos casamentos arrolados, 56% dos cônjuges eram descendentes de italianos, 19% haviam nascido na Itália, 23% eram brasileiros e apenas 2% envolviam nubentes de outra nacionalidade. A intensidade com que se realizavam os casamentos endogâmicos estava diretamente associada com a densidade e composição das levas imigrantes, atingindo 48,4% das uniões, que englobam a endogamia simples (10,9%) e oculta (37,5%). De todo o período analisado, a exogamia só ganhou destaque a partir de 1925, com a entrada maciça dos filhos e netos de italianos nesse mercado matrimonial.

Os homens e mulheres que se casaram nessa comunidade tiveram um comportamento diferenciado em relação aos italianos que permaneceram na terra natal. A ausência do serviço militar obrigatório e a necessidade de braços para as lavouras permitiram que esses nubentes tivessem acesso ao casamento mais jovens, o que influenciou na duração dessas uniões e, consequentemente, na fecundidade do grupo. Embora a média de crianças nascidas por casal nessa comunidade tenha sido de 4 filhos, alguns casos destoaram, tendo em vista a diminuição nas médias da idade ao casar e dos intervalos intergenésicos. Diante do exemplo de um casal fecundo, cuja mulher gerou filhos entre os 18 e os 45 anos de idade, observamos que nessa comunidade a idade média das últimas parturições ocorreram com uma idade média de 36,5 anos.

Quando não era possível aceder aos modelos, contornava-se a norma apenas quando a família legítima era inviabilizada. Nesse sentido, a análise dos comportamentos reprodutivos, por meio dos intervalos protogenésicos negativos, permitiram visualizar concepções pré-nupciais. Apenas 1,17% dos batizados no universo estudado foram gerados antes do matrimônio de seus pais, sendo que esses casais ao se darem conta da gravidez procuravam

realizar o casamento rapidamente ou legitimavam sua união logo após o nascimento do primeiro filho.

Nas localidades receptoras de imigrantes italianos que se mantiveram fiéis ao catolicismo e a identidade étnica, quando uma criança nascia os pais buscavam escolher um prenome por meio da tradição, em um universo de costumes e convenções próprios de sua herança cultural, sem uma ruptura completa das estruturas socioeconômicas e simbólicas da Itália. Apenas com o passar do tempo foram renovando seus elementos afetivos e simbólicos em função dos novos contatos sociais estabelecidos. Inclusive, os exemplos pontuados mostraram uma complexidade nas estruturas elaboradas na eleição dos padrinhos de batismo, que foram estruturadas pelas famílias a fim de intensificar relações de parentesco e de interesse familiar num sistema de trocas de bens e relações.

É, portanto, essa variedade de configurações da experiência social que buscamos compreender, assinalando os vínculos e contatos pretéritos como base para a formação dessas relações e dinâmicas sociais que viabilizavam a transferência segura do grupo, a assistência nas terras de destino e a fundação de novas formas de agregação. As experiências corroboradas pelas trajetórias analisadas se encaixam nas proposições lançadas pela pesquisa, trazendo luz aos processos e percursos distintos colocados em prática pelos imigrantes italianos para o fortalecimento dos vínculos com a matriz europeia nas comunidades locais e buscando integração a fim de diminuir os traumas com o trânsito de uma cultura para outra.

A história da imigração italiana para a região de Franca não pode ser feita sem uma estreita ligação com o estudo demográfico dessa população. Seria extremamente importante continuar nosso estudo, de modo a verificar como a comunidade italiana enfrentou não só as primeiras décadas após a imigração, mas as demais transformações conjunturais no tempo. O banco de dados *Italianos em Franca*, confeccionado para essa pesquisa, pode ser cruzado com outras fontes a fim de vislumbrar respostas sobre como os indivíduos e as famílias conseguiram desenvolver estratégias variadas e complexas para garantir a sua perpetuação. Além disso, as questões colocadas nessa tese são passíveis de comparação com estudos sobre outras localidades alcançadas pela imigração internacional, que terão espaço nos trabalhos subsequentes.

Os resultados dessa pesquisa são em escala reduzida, embora algumas interpretações tenham sido lançadas, ainda há muito por ser analisado. Esse trabalho abre perspectivas de pesquisas, ao testar metodologias a fim de descrever uma população imigrante com seus

indicadores demográficos e suas relações com as redes migratórias, que envolviam pessoas nos dois lados do percurso, um fenômeno amplo e rico que foi a imigração italiana para o interior paulista.

Bibliografia

Fontes

Arquivo da Cúria Diocesana de Franca. Livro de batismos, casamentos e óbitos, 1882-1945.

AHMCHAP. Delegacia de Polícia de Franca. Prontuários de Registro de Estrangeiros. Franca, Caixas 068-071, 1939-1945.

AHMCHAP. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Divisão amigável da Fazenda Olhos d'Àgua. Franca. Caixa 368, 1914.

AHMCHAP. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Camillo Di Carlo. Franca. Caixa 56, 1925.

AHMCHAP Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Inventário de Carolina D'Angelo. Franca. Caixa 57, 1920.

AHMCHAP. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Carolina D'Angelo. Franca, Caixa 469, 1920.

AHMCHAP. Poder Judiciário. Cartório do Primeiro Ofício. Testamento de Pedro Aimola. Franca, Caixa 237, 1930.

APESP. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Listas de bordo, 1888-1928.

APESP. Acervo digital do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Livro de registros de matrículas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. Livros nº 1-92, 1882-1920.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo. 1870-1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMORIM, Maria Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). *In:* **Boletim de Trabalhos Históricos**, v. XXXIV, p. 213–279, 1983.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. *In*: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 92–116.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.

BAILY, Samuel. La cadena migratoria de los italianos en la Argentina. *In*: DEVOTO, Fernando

(Org.). **La inmigración italiana en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1985.

BARNES, John. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. *In:* **Human Relations**, v. 7, n. 1, p. 39–58, 1954.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Colonos do café**. São Paulo: Contexto, 2019.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141–172.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Sposàrsi nel Brasile. Alguns aspectos da nupcilidade entre imigrantes italianos em terras paulistas. *In*: DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Edições Est, 1996, p. 267–280.

BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BASSETO, Sylvia. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de transição)**. Orientador: Maria Beatriz Nizza da Silva. 1982. 236 F. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982

BLOCH, Marc. **Apologia da história - ou o ofício do historiador**. São Paulo: Zahar, 2002.

BONGAARTS, John; POTTER Robert. **Fertility, Biology and Behaviour: An Analyses of the Proximate Determinants**. New York: Academic Press, 1983.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. *In*: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002, p. 165–191.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.). **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Maria Eugênia Cruz de. **A imigração italiana em São José da Bela Vista**. Orientadora: Hercídia Maria Facuri Coelho. 1996. 69 f., Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHIACHIRI, José. **Vila Franca do Imperador**. Franca: O Aviso da Franca, 1967.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Franca:

Ribeirão Gráfica, 1986.

COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE. **Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925**. Roma, Ed. CGE, 1926.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Revisitando a Sucessao Matrilinear: Povoamento Colonial, Elite Agrária e Família na primeira metade do século XIX. *In:* **Estudos de História**, v. 12, n. 2, p. 11–38, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CRISTÓFORIS, Nadia De. **Inmigrantes y colonos en la provincia de Buenos Aires: Una mirada de largo plazo (siglos XIX-XXI)**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2016.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e família escrava, Franca, São Paulo, século XIX**. Orientadora: Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi; Robert Weyne Slenes. 2009. 254 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal, 2006.

DE BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

DE VITO, Christian G. Por uma micro-história translocal. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 101–120.

DEVOTO, Fernando (Org.). **La inmigración italiana en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1985.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1971.

DIOCESE DE FRANCA. **Anuário – Jubileu de Ouro, 2021-2022**. Franca: Diocese de Franca, 2022.

DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. *In*: **Lê prenom, mode et Histoire**. Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FAUSTO, Boris. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. *In:* XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FERREIRA, Christiano Eduardo. **O caso Longaretti: crime, cotidiano e imigração no**

interior paulista. Orientador: Michael McDonald Hall. 2005. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FERREIRA, Mauro. **Franca: itinerário urbano**. São Paulo: Laboratório das Artes, 1983.

FERREIRA, Valdir Geraldo. **Alonso Ferreira de Carvalho: padre e capitalista**. Orientador: Ivan Aparecido Manoel. 1999. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1999.

FLINN, Michel W. **The European Demographic System (1500-1820)**. Suffolk: The Harvester Press, 1981.

FRANCO, M. **Almanack da Franca para 1902**. São Paulo: Typ. Duprat & Comp., 1902.

FRANZINA, Emilio. **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANZINA, Emilio. **A história (quase verdadeira) do soldado desconhecido: contada como uma autobiografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAMBINI, Roberto. Corações partidos no porto de Gênova. *In:* **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 264–296, 2006.

GIANNI, Tércio Pereira Di. **Italianos em Franca: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior**. Franca: UNESP-FDHSS, 1997.

GIL, Tiago. **Como se faz um banco de dados (em história)**. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Brentand Brasil, 1989, p. 169–178.

GONÇALVES, Mildred Regina. **Coronelismo e poder local. Franca: 1850-1889**. Franca: UNESP-FHDSS, 1992.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. *In:* **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, v. 2, p. 1–20, 2009.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Orientador: Vera Lucia Amaral Ferlini. 2008. 518 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. *In*: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica

(Orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 19–38.

GUDEMAN, Stephen. Spiritual Relationships and Selecting a Godparent. *In:* **Man**, v. 10, n. 2, p. 221–237, 1975.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo: Ave Maria, 1973.

HALL, Michael M. Emigrazione italiana a San Paolo tra 1880 e 1920. *In:* **Quaderni storici**, v. 9, n. 25, p. 138–159, 1974.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. Orientador: João Luís Ribeiro Fragoso. 2006, 474 f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo (1880-1889): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

HUTTER, Lucy Maffei. **Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914. O processo imigratório**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32–52.

KLEIN, Herbert. **A imigração espanhola no Brasil**. Sumaré: FAPESP, 1994.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na História das Américas. *In*: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lúcia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *In:* **Revista de História Iberoamericana**, v. 10, n. 1, p. 34–58, 2017.

LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site FamilySearch. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa. (Org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 31–54.

LEE, Everett S. A Theory of Migration. *In:* **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015, p. 246–262.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. Oikos. São Leopoldo: [s.n.], 2015, p. 12–29.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133–162.

LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, p. 117–133, 2009.

LEVY, Maria Stella Ferreira; SCARANO, Julita. O imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade. *In:* **População e Família**, v. 1, n. 1, p. 61–74, 1999.

LUCA, Tania Regina de. Notas sobre os historiadores e suas fontes. *In:* **Revista Eletrônica Métis. História e Cultura.UCS**, p. 13–21, 2012.

MACDONALD, J. S.; MACDONALD, L. D. Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. *In:* **The Milbank Memorial Fund quarterly**, v. 42, p. 82–97, 1964.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: Novos Umbrais, 1977.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. *In:* **Anais de História**. Assis: UNESP, 1970.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *In:* **Varia História**, n. 31, p. 13–20, 2004.

MASSEY, Douglas S. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. *In:* **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383–413, 1988.

MCLAUGHLIN, Virginia (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Osford: University, Oxford, 1990.

MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

MENDES, Fabio Faria. Família, História e Redes Sociais. *In*: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Orgs.). **História Social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 39–79.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes

de batismo. *In:* **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 9, n. 17, p. 12–21, 2008.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; BOAS, Silvia Keller Villas. Entre a paixão e a família: casamentos interétnicos de jovens italianos no oeste paulista, 1890-1914. *In:* XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2004.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2004.

NADALIN, Sérgio Odilon. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. *In:* **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 14–27, 2007.

ODILON NADALIN, Sergio. Imigração e família, segunda metade do século XIX. *In:* **Revista Latinoamericana de Población**, v. 8, n. 14, p. 31–55, 2014.

OTERO, Hérnan. Redes sociales primarias, movilidad espacial e inserción social de los inmigrantes en la Argentina. Los franceses de Tandil, 1850-1914. *In*: **Estudos Migratorios Latinoamericanos**, v. 9, n. 28, p. 521-548, 1994.

PELIZARO, Dahul. **História da família Pelizaro**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Italianos no mundo rural paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PRECIOSO, Daniel. Edoardo Grendi E Giovanni Levi: Da Antropologia À Microanálise Histórica (1977-1985). *In:* **Revista de Teoria da História**, v. 21, n. 1, 2019.

RETTAROLI, Rosela. Age at marriage in nineteenth century. *In:* **Journal of Family History**, v. 15, n. 4, 1990.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Ilana Peliciari. **Imigração Internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890 - 1920**. Orientador: Dario Horacio Gutierrez Galhardo. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 39.

RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017.

ROSSI, Adolfo. Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo. *In*: **Bolletino dell'Emigrazione**. Roma: [s.n.], 1902.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** São Paulo: Martins Ed., 1940.

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia brasileira em debate: "Olhares, recortes e tendências"**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

SANTOS, Wanderley dos. **Homenagem à Itália**. Franca: Prefeitura Municipal de Franca, 1993.

SCARPIM, Fábio Augusto. Família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos. *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 135–150, 2014.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades de Antigo Regime. *In:* **Mediações**, v. 18, n. 1, p. 106–124, 2013.

SERENI, Emilio. **Il capitalismo nelle campagne (1860-1900)**. Turim: Giulio Einaudi, 1980.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TARRIUS, Alain. Leer, Describir, Interpretar. Las circulaciones migratórias: conveniência de La noción de "territorio circulatório". Los nuevos hábitos de la identidad. *In:* **Relaciones, Estudios de historia y sociedad**, v. XXI, n. 83, p. 39–92, 2000.

TILLY, Charles. Migration in Modern European History. *In*: MCNEILL, William H.; ADAMS, Ruth S. (Orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Oxford: Oxford University Press, 1978, p. 48–72.

TILLY, Charles. Transplanted networks. *In*: MCLAUGHLIN, Virginia (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology and politics**. Osford: University, Oxford, 1990, p. 79–95.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 69–99.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *In:* **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 1, p. 169–189, 2012.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Redes em processos migratórios. *In:* **Tempo Social: revista**

de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; VOLANTE, João Pedro. Percursos migratórios intergeracionais e dinâmicas de implantação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950). *In*: **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 161-191, 2019.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VASCONCELOS, Henrique Doria de. Oscilações do movimento imigratório no Brasil. *In:* **Revista de Imigração e Colonização**, v. 2, n. 1, p. 211–34, 1944.

VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *In:* **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 25, p. 267–288, 2018.

VENDRAME, Maíra Ines et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. Oikos. São Leopoldo: [s.n.], 2015, p. 200–223.

WEIMER, Rodrigues de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 - tempo presente)**. Orientadora: Hebe Maria Mattos. 2013. 497 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Anexos

Quadros e tabelas

Quadro 20 - Livros de batismos pesquisados, por localidade, 1882-1945

Igreja	Livro	Período	
Franca	12	24/07/1882	11/03/1888
	13	03/06/1888	25/12/1889
	14	29/08/1891	30/09/1916
	15	18/09/1891	06/01/1894
	16	06/01/1894	01/02/1895
	17	02/02/1895	06/12/1896
	18	17/03/1895	30/01/1895
	19	20/01/1898	30/12/1899
	20	01/05/1898	23/12/1899
	21	01/01/1900	19/03/1900
	22	01/01/1901	28/08/1904
	23	24/10/1904	28/02/1906
	24	28/02/1906	13/10/1907
	25	20/10/1907	23/12/1908
	26	16/01/1909	12/12/1909
	27	12/12/1909	17/11/1910
	28	01/11/1910	17/04/1911
	29	17/04/1911	08/10/1911
	30	08/10/1911	27/03/1912
	31	27/03/1912	06/10/1912
	32	06/10/1912	16/03/1913
	33	20/03/1913	18/09/1913
	34	20/09/1913	21/06/1914
	35	21/06/1914	19/03/1915
	36	20/03/1915	19/12/1915
	37	17/12/1915	09/09/1916
	38	09/09/1916	16/05/1917
	39	19/05/1917	14/06/1919
	40	14/06/1919	28/11/1920
	41	28/11/1920	15/08/1921
	42	15/08/1921	08/04/1923
	43	08/04/1923	13/09/1924
	44	13/09/1924	17/10/1925
	45	17/10/1925	14/11/1926
	46	14/11/1926	13/11/1927
	47	20/11/1927	30/12/1928
	48	30/12/1928	30/12/1929
	49	27/12/1929	12/05/1931
	50	13/05/1931	23/07/1932
	51	23/07/1932	10/09/1933
	52	10/09/1933	29/09/1934
	53	21/09/1934	15/11/1935
	54	15/11/1935	04/05/1937
	55	04/05/1937	19/02/1939
	56	19/02/1939	14/05/1941
	57	06/05/1941	23/01/1943
	58	24/01/1943	03/09/1944
	59	03/09/1944	31/12/1944
Franca - Capelinha	1	01/03/1936	30/01/1938
	2	30/01/1938	10/09/1939
	3	10/09/1939	30/03/1941
	4	01/04/1941	31/12/1945
São José da Bela Vista	1	23/09/1899	20/01/1904
	2	01/01/1904	29/10/1905
	3	29/10/1905	28/04/1912
	4	28/04/1912	23/06/1914
	5	28/06/1914	03/05/1915
	6	25/12/1917	03/05/1931
	7	03/05/1931	25/12/1934
	8	25/12/1934	01/03/1942
	9	01/03/1942	31/12/1945
Cristais Paulista	1	11/09/1907	28/11/1915
	1*	28/11/1915	28/09/1918
	1A	20/01/1919	01/09/1923
	1B	03/12/1919	15/08/1924
	2B	03/12/1927	28/10/1928
	3	31/10/1928	25/12/1929
	4	26/07/1929	01/02/1931
	5	07/02/1931	12/03/1933
	6	12/03/1933	18/12/1934
	7	18/12/1934	29/06/1938
	8	03/07/1939	30/01/1944
	9	30/01/1944	25/12/1945
Patrocínio Paulista	1	01/01/1885	01/02/1891
	2	19/05/1889	09/02/1890
	3	02/05/1891	30/12/1900
	4	03/01/1900	31/05/1901
	5	23/01/1901	11/09/1904
	6	09/09/1904	17/08/1913
	7	17/08/1913	08/05/1915
	8	08/05/1915	09/01/1918
	9	12/01/1918	26/11/1921
	10	26/10/1921	31/01/1926
	11	31/01/1926	26/10/1929
	12	26/10/1929	12/08/1934

	13	15/08/1934	29/06/1939
	14	02/07/1939	09/05/1943
	15	09/05/1943	31/12/1945
Rifaina	1	01/01/1885	01/12/1895
	1A	20/01/1888	13/06/1895
	1B	12/06/1895	26/01/1902
	1C	12/06/1898	26/01/1902
	2	11/02/1902	10/02/1907
	3	20/07/1911	12/04/1913
	4	12/04/1913	27/08/1914
	5	07/09/1914	10/09/1916
	6	09/09/1916	04/05/1918
	7	04/05/1918	14/12/1919
	8	14/12/1919	03/07/1921
	9	04/07/1921	20/01/1923
	10	20/01/1923	28/05/1924
	12	05/09/1925	25/07/1943

	13	01/01/1927	28/02/1928
	14	28/02/1928	07/05/1929
	15	08/05/1929	01/01/1930
Pedregulho	1	21/02/1904	08/02/1907
	2	18/04/1908	13/05/1911
	11	28/05/1924	26/09/1925
	12	05/09/1925	26/08/1943
	13	01/01/1927	28/02/1928
	14	28/02/1928	07/05/1929
	15	08/05/1929	19/09/1930
	16	21/09/1930	11/12/1931
	17	12/12/1931	06/08/1935
	18	06/08/1935	29/12/1935
	19	01/01/1936	05/05/1940
	20	25/12/1940	10/12/1944
	21	10/12/1944	31/12/1945

Quadro 21 - Livros de casamentos pesquisados, por localidade, 1885-1945

Igreja	Livro	Período	
Franca	5	10/01/1885	29/01/1887
	6	01/07/1888	17/12/1893
	8	08/03/1890	20/09/1903
	9	16/08/1903	25/11/1906
	10	27/11/1906	29/03/1910
	11	26/03/1910	18/04/1914
	12	18/04/1914	29/04/1916
	13	26/04/1916	10/11/1917
	14	14/11/1917	10/01/1920
	15	10/01/1920	31/12/1927
	16	07/01/1928	06/02/1932
	17	06/02/1932	10/11/1936
	18	14/11/1936	03/10/1942
	19	10/10/1942	31/12/1945
Restinga	s.n.	24/03/1923	19/07/1924
São José da Bela Vista	1	23/09/1899	11/11/1905
	2	06/01/1906	15/09/1917
	3	22/09/1917	02/10/1926
	4	06/11/1926	17/11/1945

	5	24/11/1945	29/12/1945
Cristais Paulista	1	23/05/1888	10/10/1923
	1A	14/12/1918	20/10/1928
	2	22/10/1928	02/06/1934
	3	04/06/1934	21/05/1939
	4	21/05/1939	29/12/1945
Patrocínio Paulista	1	18/08/1885	25/05/1901
	2	22/06/1901	27/12/1909
	3	08/01/1910	24/05/1919
	4	31/05/1919	28/09/1929
	5	05/10/1929	13/09/1945
	6	14/09/1945	31/12/1945
Rifaina	1	29/01/1888	02/08/1897
	3	10/05/1908	24/12/1911
	4	09/09/1911	17/01/1917
	5	27/01/1917	02/04/1921
Pedregulho	4	03/04/1921	30/04/1926
	5	01/01/1927	21/07/1931
	6	25/07/1931	22/10/1938
	7	26/12/1940	31/12/1945

Quadro 22 - Livros de óbitos pesquisados, por localidade, 1886-1951

Igreja	Livro	Período	
Franca	3	24/06/1896	31/08/1906
	4	05/03/1898	03/07/1903
	5	04/07/1903	01/05/1917
	6	09/05/1917	31/12/1932

São José da Bela Vista	1	29/09/1899	22/10/1908
	2	14/05/1912	01/01/1945
Cristais Paulista	1	19/03/1926	09/11/1951
Patrocínio Paulista	1	27/07/1886	31/05/1902

Tabela 47 - Emigrantes italianos para o Brasil, conforme a procedência regional, 1878-1902

	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902	
	v.a.	**%**	**v.a.**	**%**	**v.a.**	**%**	**v.a.**	**%**
Piemonte e Vale de Aosta	1.767	2,5	15.198	3,1	6.598	1,8	23.563	2,5
Ligúria	558	0,8	2.823	0,6	2.098	0,6	5.479	0,6
Lombardia	6.098	8,5	60.380	12,3	20.107	5,4	86.585	9,2
Vêneto e Friul-Venécia Júlia	21.264	29,6	246.168	50,0	62.066	16,6	329.498	35,2
Emília-Romanha	512	0,7	28.876	5,8	21.386	5,7	50.774	5,4
ITÁLIA DO NORTE	30.199	42,1	353.445	71,8	112.255	30,1	495.899	52,9
Toscana	6.340	8,8	26.542	5,4	26.746	7,2	59.628	6,4
Marcas	147	0,2	3.875	0,8	14.671	3,9	18.693	2,0
Úmbria	20	-	442	0,1	8.928	2,4	9.390	1,0
Lácio	-	-	308	-	12.273	3,3	12.581	1,3
ITÁLIA CENTRAL	6.507	9,0	31.167	6,3	62.618	16,8	100.292	10,7
Abruzos e Molise	3.845	5,4	17.865	3,6	47.997	12,9	69.707	7,4
Campânia	8.913	12,4	37.845	7,7	71.093	19,1	117.851	12,6
Apúlia	117	0,2	6.707	1,4	14.157	3,8	20.981	2,2
Basilicata	9.504	13,3	10.177	2,1	14.727	3,9	34.408	3,7
Calábria	12.659	17,6	27.172	5,5	31.875	8,5	71.706	7,7
Sicília	45	-	7.776	1,6	12.937	3,5	20.758	2,2
Sardenha	13	-	107	-	5.254	1,4	5.374	0,6
ITÁLIA DO SUL E ILHAS	35.096	48,9	107.649	21,9	198.040	53,1	340.785	36,4
TOTAL	71.802	100,0	492.261	100,0	372.913	100,0	936.976	100,0

Fonte: *Ministero dell'Agricoltura, Industria e Commercio* (MAIC), *Statistica dell'emigrazione italiana all'estero*, vários anos. *Apud*: TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 39.

Tabela 48 - Saída de imigrantes da Hospedaria de São Paulo a Franca, 1883-1928

Ano	Destinos				Total anual
	Franca	Vilas*	Outros destinos	Não informado	
1883	0	0	5	0	5
1884	0	0	5	0	5
1885	0	0	11	0	11
1886	1	1	11	0	13
1887	138	0	102	41	281
1888	132	0	158	245	535
1889	0	0	19	34	53
1890	3	0	0	12	15
1891	52	0	31	327	410
1892	31	0	19	86	136
1893	0	0	0	92	92
1894	0	0	0	38	38
1895	0	0	0	361	361
1896	5	0	4	250	259
1897	193	104	120	29	446
1898	176	182	66	0	424
1899	89	46	0	0	135
1900	35	10	5	7	57
1901	143	124	85	18	370
1902	94	35	30	0	159
1903	23	7	0	0	30
1904	40	16	23	0	79
1905	218	43	11	0	272
1906	57	1	48	0	106
1907	25	8	15	0	48
1908	9	0	1	0	10
1909	23	0	0	7	30
1910	10	0	34	0	44
1911	65	0	18	7	90
1912	31	14	44	4	93
1913	29	81	5	8	123
1914	25	51	0	36	112
1915	33	4	0	3	40
1916	4	11	0	0	15
1921	7	0	0	0	7
1922	14	0	0	0	14
1923	0	4	4	4	12
1924	2	0	0	3	5
1927	0	0	0	26	26
1928	0	3	0	0	3
Total	1.707	745	874	1.638	4.964

Fonte: Registro de matrícula da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, 1883-1928.
*Vilas são as outrora regiões pertencentes ao município de Franca.

Transcrições

Imagem 13 – Carta de chamada de Antônio Trevisani para seu pai, Franca, 1923

"Real Agência Consular da Itália em Franca (Brasil)

Ato de Expatriação

Reinando sua majestade Vittorio Emanuele III pela graça de Deus e pela vontade da nação Rei da Itália

No ano de mil novecentos e vinte e um aos vinte e oito dias do mês de janeiro na Real Agência Consular de Franca.

À nossa frente Cav. Ufa. Gaetano Petraglia R. Agente Consular nesta residência e presentes estão o Sr. Salvatore Nalini de cinqüenta anos natural de Massa Superiore, Província de Rovigo, residente em Franca, de condição negocial, Carlo Vergani, fu Pasquale, de quarenta anos natural de Fara Gera d'Adda, Província de Bérgamo, comerciante residente nesta cidade. Testemunhas conhecidas, idênticas e fiéis ao Sr. Antonio Trevisani, di Pietro, que nos declarou que queria chamar seu pai Pietro Trevisani, residente na cidade de Pádua, comprometendo-se a dar a seu pai sua subsistência, tendo dado a ele os meios necessários para realizar a viagem e retirar seu passaporte do autoridades locais.

E nós, o Real Agente Consular solicitado, lavramos esta escritura que, lida e remetida ao comparecente aprovador, e na presença ininterrupta das referidas testemunhas, a assinará conosco.

Assinatura de Antônio Trevisani

Assinatura de Salvatore Masini

Assinatura de Carlo Vergani

Assinatura do Regio Agente Consular Caetano Petraglia"

Fonte: Acervo digital do MI. Disponível em: https://encr.pw/UTE3w. Acesso em 12 jan 23.

Imagem 44 – Reportagem de Zelinda Ganzarolli ao jornal O Estado de S. Paulo, 13 de maio de 1967

"24 presentes para mamãe

Uma senhora de 84 anos, que teve 24 filhos, vai aparecer domingo na televisão, numa homenagem dos produtores do programa à mãe paulista.

Dona Zelinda Ganzarolla veio para o Brasil com 8 anos e ao casar-se, com 17, não esperava sequer tornar-se avó. Mas os filhos vieram um atrás do outro, cresceram numa fazenda de Franca, casaram-se e hoje a velhinha tem 85 netos, 129 bisnetos e um tataraneto.

Cabeça totalmente branca, já cega pela catarata e ouvindo muito pouco, conserva, no entanto, uma lucidez espantosa. "A minha maior alegria seria ver todos os meus filhos, netos e bisnetos reunidos um dia, mas sei que isso é impossível, porque estão espalhados por todo o Brasil".

Dos 24 filhos de dona Zelinda, 7 já morreram e apenas uma moça não se casou. Onze são homens e formaram um time de futebol, que certa vez foi jogar no Rio de Janeiro, a convide de Getúlio Vargas.

Nova vida

A menina Zelinda Ganzarolla e seus 9 irmãos moravam com os pais em São Pedro, Itália, onde possuíam uma pequena chácara. Como a família fosse grande demais para a chácara e não houvesse dinheiro suficiente para comprar mais terras, os pais de Zelinda resolveram mudar-se para um lugar onde houvesse "terra a dar com pau".

Vieram para o Brasil em 1891. Naqueles tempos, dos quais dona Zelinda sente muita saudade, Franca era sertão bruto e a família demorou a se acostumar. "Nós todos crescemos no cabo da enxada" – diz a velhinha com muito orgulho.

Aos 16 anos, a moça Zelinda conheceu Carlo Limonta, imigrante como ela, colono como seu pai, e com 17 anos e 3 meses estava casada. O primeiro filho veio aos 18 anos, o segundo aos 19, o terceiro aos 20 e assim por diante.

Depois houve um longo intervalo e, aos 48 anos de idade, dona Zelinda Ganzarolla teve um casal de gêmeos. Então, ela e o marido resolveram parar.

Os filhos

– Eram fáceis os partos da senhora, dona Zelinda? Quantas horas demoravam?

– Quantas horas? Quantos dias! – explica a velhinha. Diz que na Fazenda Igaçaba, em Franca, havia poucos recursos e, por isso, médico parteiro era coisa extremamente rara. Os meus partos duravam de dois a três dias e eu só era atendida pelas amigas.

Dona Zelinda nunca ficou doente e tomou a primeira injeção aos 82 anos, por causa de uma gripe muito forte. A cada filho que tinha, perdia um dente e perdeu os restantes quando teve o casal de gêmeos.

Amamentou a todos no próprio seio, porque naqueles tempos não havia leite em pó. Até hoje tenho dor nos seios, de tanto que dei de mamar.

Nomes, um problema

Dona Zelinda anda um pouco triste porque não pode fazer tricô. Passa o dia rezando e só conversa com a filha Maria, que lhe deu 8 netos, e com os parentes que vão visitá-la na rua Feital, em Vila Gustavo, Capital.

Quando nasceu o primeiro filho, não houve problema com o nome, pois era dia de Santo Antônio e levou o nome do santo. Para não desmerecer os outros santos, passou a dar os nomes deles aos que nasciam. Acontece que os filhos eram tantos e tanto o trabalho de dona Zelinda para cuidar deles que as vezes não se lembrava do nome de nenhum santo para dar ao filho.

Com as moças, o problema era maior e foi preciso usar o nome de um dia da semana (Domingas). Os nomes escolhidos foram estes: Antônio, Luís, Jacinto, José, Dominga, Maria, Ana, Miguel, João, Otávio, Silvio, Natalina, Aquiles, Mario, Agnaldo, Olga e Iolanda.

Dona Zelinda prefere não falar nos filhos que morreram. Nem cita os nomes. Dos que estão vivos, não sabe de qual gosta mais. Acho que todos eles formam um único filho para mim, tanto o amor é dividido entre eles.

Na TV

Quando a velhinha soube que iria aparecer no programa de Hebe Camargo, no canal 7, ficou preocupada, porque não poderia entender as perguntas da apresentadora do programa. Ainda hoje esta preocupada por temer que a gravação do vídeo-tape não tenha sido boa ou que sua voz nem seja praticamente ouvida.

Dona Zelinda diz que, se por um golpe de mágica, ela de novo se tornasse jovem, eu me casava de novo com o Carlos. O marido morreu faz 5 anos e ela ainda não se acostumou a condição de viúva.

Não se arrepende de ter tido tantos filhos, apesar do sofrimento físico, mas entende que é mais recomendável aos casais modernos não terem mais de 5 filhos.

Sabe como é, hoje não é mais como antigamente."

Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo, 13 mai 1967. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670513-28244-nac-0010-999-10-not, Acesso em: 22 mai 2021.

Imagem 50 – A morte dos irmãos Bissesto. Jornal Commercio da Franca, 15 de junho de 1930

A tragédia da praça Nossa Senhora da Conceição

Depois do lar deshonrado, a loucura e o crime

A MORTE DOS IRMÃOS BISSEXTO

A prisão do criminoso

Poucas vezes, como á noite de domingo ultimo, encontrou-se a praça N. S. da Conceição apinhada de gente, que se entregava ao descanso no ponto mais central da cidade, ouvindo a retreia musical da Banda Municipal. E foi justamente naquelle largo que se deu a triste tragedia, que noticiamos em resumo devido á falta absoluta de espaço. A confusão provocada entre os populares foi enorme, espantosa. Houve correria e atropelos. Uma Babel de horrores e terror.

OS ANTECEDENTES DO CRIME

O jovem Victaliano Bissexto, de 21 annos, filho do empreiteiro sr. Thomaz Bissexto, contratou, a 28 de setembro do anno passado, casamento com a moça Yolanda Faccioli, filha do sitiante Giacomo Faccioli, todos domiciliados nesta cidade. O noivo apressou os preparativos para o consorcio, chegando a comprar a mobília de seu futuro lar.

O velho Faccioli, que passava a semana inteira a trabalhar na roça, deixava a família aqui, esperando elle o momento do casamento de sua filha.

O DEFLORAMENTO DE YOLANDA

Victaliano, aproveitando-se da intimidade com a família Faccioli, desvirginou a noiva em janeiro do corrente anno.

Os dias transcorreram, e o moço começou, sob a evasiva de difficuldades financeiras, a protelar o casamento. A moça desilidiu-se e confessou tudo á família, o que causou a revolta do velho pae.

O PROCESSO DE VICTALIANO

Levado o facto ao conhecimento da policia, instaurou-se inquérito, resultando, dahi, ser preso o deflorador, que foi julgado e absolvido por 5 votos, no jury do mez de março ultimo.

Este facto, causou a perturbação de Giacomo Faccioli, que se não conformou com o 'veredictum'. Elle mesmo dizia que o seu coração 'estava negro', com a deshonra lançada sobre seu lar até então immaculado.

Victaliano Bissexto, após o jury, temendo qualquer represália da parte do progenitor da ex-noiva, mudou-se para Conquista, no Triangulo Mineiro.

UM SUICIDIO

Dias depois, Thomaz Bissexto, o pobre páe de Victaliano, matava-se com um tiro de revolver, em sua casa, no bairro do Alto da Estação. Da carta que deixou, infere-se que desgostos profundos o levaram ao acto de desespero.

A TRAGEDIA

Abalado com o triste destino de Yolanda, Giacomo Faccioli, á mercê de obstinada idéa fixa, andou pelas immediações do município, sem sossego e sem se resignar com a sorte, até que, domingo ultimo, regressou a esta cidade para cumprir a dolorosa sina que o esperava.

O ex noivo de sua filha passeava, em torno da praça N. S. da Conceição, em companhia de seu irmão Nello Bissexto, da senhora deste e de seu amigo sr. Rosario Angotti, quando Giacomo Faccioli lhe desfechou dous tiros na cabeça, matando-o instantaneamente.

Nesse interim, Nello acóde, de faca em punho, em soccorro do irmão, porém, Faccioli, de revolver ainda, lhe desfechou, também, quatro tiros, prostando-o sem vida.

O PANICO E A PRISÃO DO CRIMINOSO

Aos estampidos, houve um grande reboliço naquela praça, cheia, no momento, 19 horas e meia, de compacta multidão. O panico foi como um estouro: o povo se misturava aterrorizado, numa dramática fuga, em que aos empurrões e sacudidas, mulheres e crianças e homens corriam espaveridos, cahindo e levantando-se.

Conseguindo fugir, porém, acossado pelo povo aos gritos de 'lyncha! lyncha!', Giacomo Faciolli foi preso pelo medico dr. Moraes Rego, que o deteve em sua residência, na referida praça, entregando-o á policia.

O INQUERITO

O dr. José de Oliveira Lopes, enérgico delegado de policia, instaurou inquérito sobre esse facto, o quel já foi remetido ao m. m. dr. juiz de direito. Depuzeram varias testemunhas, que relataram o facto pela maneira por que o resumimos.

Giacomo Faccioli confessou o delicto e as causas que a elle o arrastaram.

A DEFESA

Dentro de poucos dias deverá ser marcado o summario de culpa, e Giacomo Faccioli comparecerá perante o juízo criminal, acompanhado dos seus patronos advogados Luiz de Lima e Antonio Constantino.”

Fonte: Acervo do AHMCHAP.

Fotografias

Imagem 63 - *Nonna* Giuseppa Gentilezza, Franca, década de 1940

Fonte: Acervo familiar.

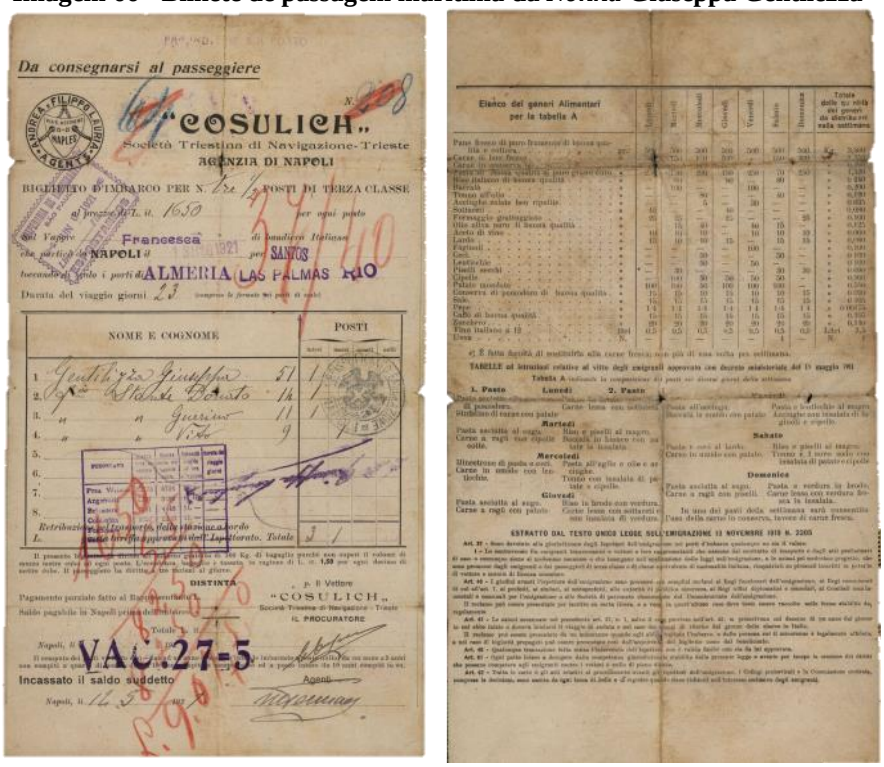
Imagem 64 - Família da *Nonna* Giuseppa antes da imigração, Rocca San Giovanni, Chieti, Itália, 1921

Fonte: Acervo familiar.

Imagem 65 - Passaporte italiano da *Nonna* Giuseppa Gentilezza

Fonte: Requerimentos SACOP. Acervo digital do MI. Disponível em: https://l1nq.com/wuRbY. Acesso em: 19 jan 2023.

Imagem 66 - Bilhete de passagem marítima da *Nonna* Giuseppa Gentilezza



Requerimentos SACOP. Acervo digital do MI. Disponível em: https://encr.pw/wuRbY. Acesso em: 19 jan 2023.

Imagem 67 - Embarque de italianos para o Brasil, 1910

Fonte: Acervo digital do MI.

Imagem 68 - Navio de Imigrantes. Primeira visão de Santos, 1910

Fonte: Acervo digital do MI.

Imagem 69 - Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Fonte: Acervo digital do MI.

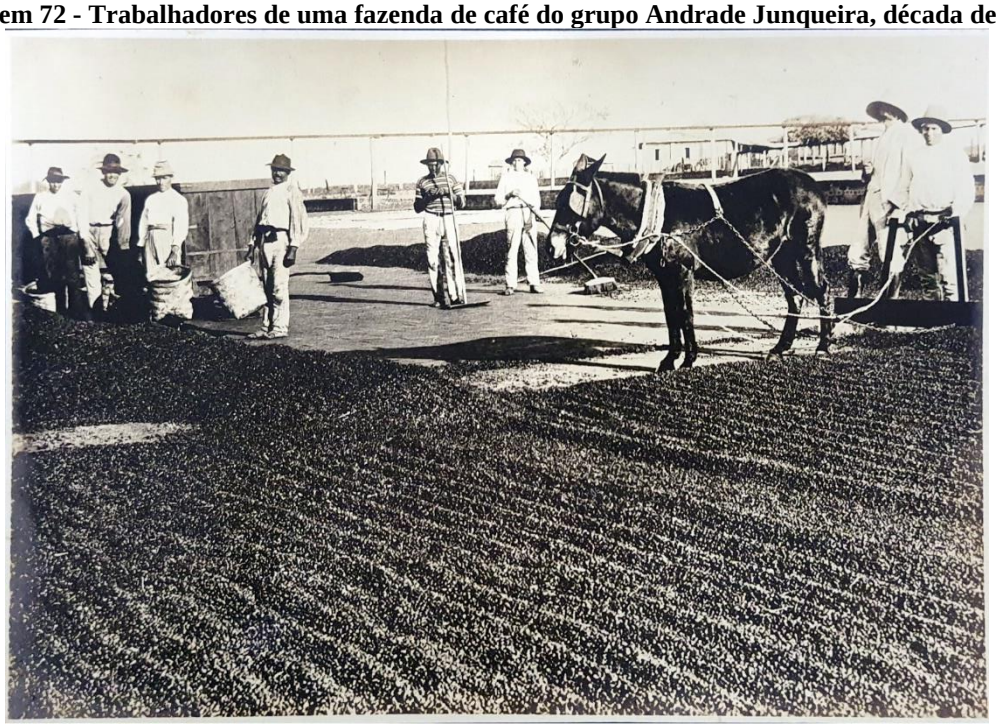
Imagem 70 - Trabalhadores em fazenda do grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920

Fonte: Álbum Andrade Junqueira & Cia. Acervo do AHMCHAP.

Imagem 71 - Vista do terreiro de café e casas de colonos de fazenda do grupo Andrade Junqueira & Cia na região de Franca, década de 1920

Fonte: Álbum Andrade Junqueira & Cia. Acervo do AHMCHAP.

Imagem 72 - Trabalhadores de uma fazenda de café do grupo Andrade Junqueira, década de 1920



Fonte: Álbum Andrade Junqueira & Cia. Acervo do AHMCHAP.

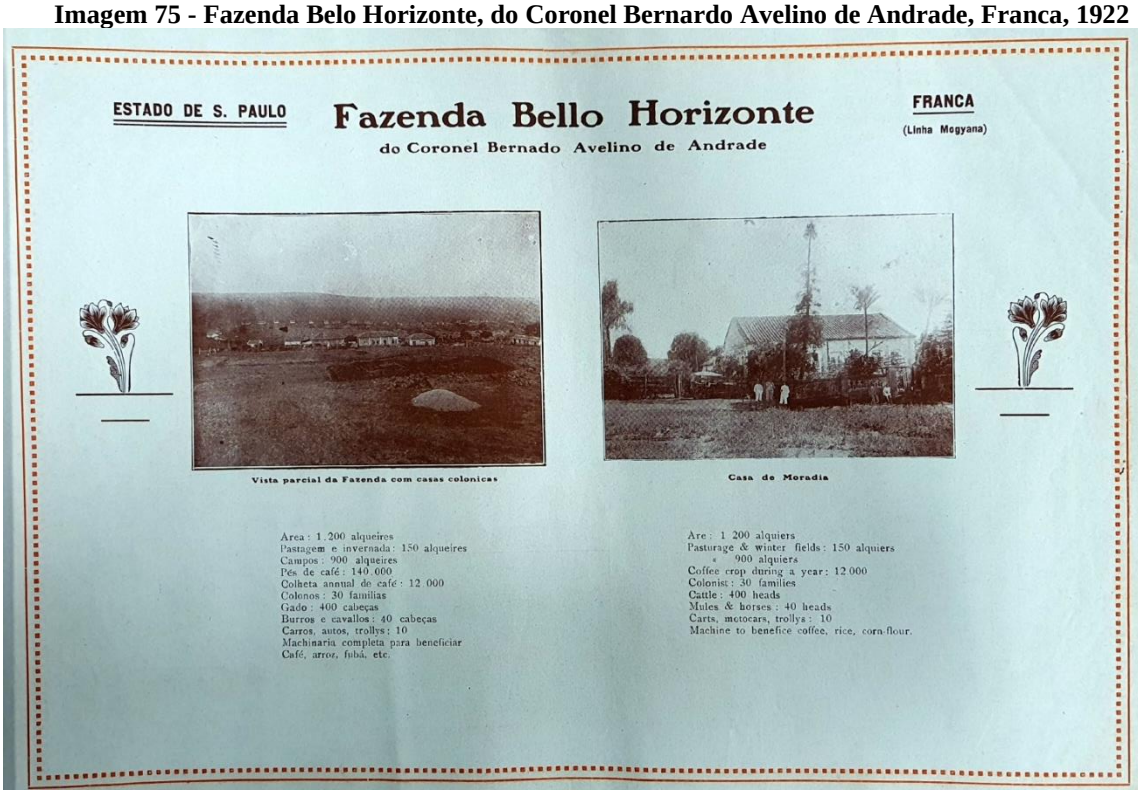
Imagem 73 - Vista da colônia de uma fazenda do grupo Andrade Junqueira, década de 1920

Fonte: Álbum Andrade Junqueira & Cia. Acervo do AHMCHAP.

Imagem 74 - Café ensacado em fazenda, Franca, década de 1930

Fonte: Acervo de Zelinda Limonta Torres.

Imagem 75 - Fazenda Belo Horizonte, do Coronel Bernardo Avelino de Andrade, Franca, 1922



Fonte: Revista O Brasil Illustrado: commercio, indústria, agricultura. Rio de Janeiro: Guido F. Colombo, 1922.

Imagem 76 - Fazenda Boa Esperança, do Coronel Francisco de Andrade Junqueira, Franca, 1922

Fonte: Revista O Brasil Illustrado: commercio, indústria, agricultura. Rio de Janeiro: Guido F. Colombo, 1922.

Imagem 77 - Grupo de homens no bairro rural de Buritizinho, São José da Bela Vista, década de 1930

Fonte: Acervo da família de Natalina Stante.

Imagem 78 - Procissão na Igreja Santa Rita do Buritizinho, década de 1930

Fonte: Acervo pessoal de Zelinda Limonta Torres.

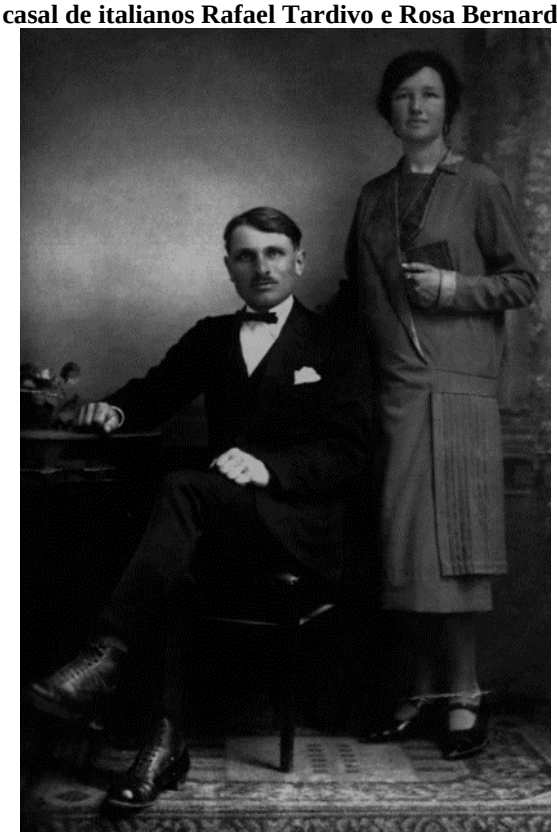
Imagem 79 - Casamento de Donato Stante e Olímpia Sartori, Franca, 07 de janeiro de 1928

Fonte: Acervo da família de Antenisca Siena.

Imagem 80 - Guerino Stante e Eunelia Fontanesi, Franca, 26 de dezembro de 1931

Fonte: Acervo da família de Natalina Stante.

Imagem 81 – O casal de italianos Rafael Tardivo e Rosa Bernardini, Franca, 1915



Fonte: Acervo familiar.

Imagem 82 - Família de João Brandieri e Rosa Villamagna, Franca, década de 1920

Fonte: Acervo da família de Natalina Stante.

Imagem 83 - Famílias de origem italiana, década de 1920

Fonte: Acervo da família de Ignez Fontanezi.

Imagem 84 - João e Ida, filhos de Hermenegildo Puglia e Caetana Renzi. Franca, 24/06/1913

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri.

Imagem 85 - Famílias de Ugo Ravagnani e Maria Natali, década de 1930

Fonte: Acervo de Maria Margarida Borges.

Imagem 86 - Família de Giuseppe Giron e Angela Muzzato, Pedregulho, década de 1910

Fonte: Recordação pública do FamilySearch.

Imagem 87 - Família de origem italiana, década de 1930

Fonte: Acervo da família de Antenisca Siena.